

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**DESENVOLVIMENTOS IMPERIAIS E ECONÓMICOS
NA ROMA REPUBLICANA: UMA INTRODUÇÃO**

FILIPE AUGUSTO NEVES DO CARMO

Orientador: Prof. Doutor Amílcar Manuel Ribeiro Guerra

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na
especialidade de História Antiga

2021

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**DESENVOLVIMENTOS IMPERIAIS E ECONÓMICOS
NA ROMA REPUBLICANA: UMA INTRODUÇÃO**

FILIPE AUGUSTO NEVES DO CARMO

Orientador: Prof. Doutor Amílcar Manuel Ribeiro Guerra

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de História Antiga

Júri:

Presidente: Doutor Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, Professor Associado e Diretor da Área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Doutor **José Luís Lopes Brandão**, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1º Arguente);
- Doutor **Rui Manuel Lopes de Sousa Morais**, Professor Auxiliar com Agregação do Departamento de Ciências e Técnicas de Património da Universidade do Porto (2º Arguente);
- Doutora **Cláudia do Amparo Afonso Teixeira**, Professora Associada do Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora (Vogal);
- Doutor **Rodrigo Miguel Correia Furtado**, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Vogal);
- Doutor **Amílcar Manuel Ribeiro Guerra**, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Orientador);
- Doutor **Nuno Manuel Simões Rodrigues**, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Vogal).

«Nell'affresco del soffitto si risvegliarono le divinità. Le schiere di Tritoni e di Driadi che dai monti e dai mari fra le nuvole lampono e ciclamino si precipitavano verso una trasfigurata Conca d'Oro per esaltare la gloria di casa Salina, apparvero di subito colme di tanta esultanza da trascurare le più semplici regole prospettiche; e gli Dei maggiori, i Principi fra gli Dei, Giove folgorante, Marte accigliato, Venere languida, che avevano preceduto le turbe dei minori, sorreggevano di buon grado lo stemma azzurro con Gattopardo. Essi sapevano che per ventitré ore e mezza, adesso, avrebbero ripreso la signoria della villa. Sulle pareti le bertucce ripresero a far sberleffi ai cacatoés.»

Tomasi di Lampedusa, *Il Gattopardo*

Para a Lena

RESUMO

Este trabalho tem como objectivo fundamental estudar o período da República Romana que se estende do início do século IV ao final do século III a.C., privilegiando os desenvolvimentos imperial e económico da sociedade romana e do respectivo enquadramento na área mediterrânea. O estudo não deixa, contudo, de dar atenção a períodos prévios e posteriores de modo a permitir relacionar evoluções mais recentes com dados do passado e a manter presentes elementos sobre evoluções posteriores que não podem ser ignoradas, sobretudo quando se procura explicar situações anteriores para as quais os dados disponibilizados pelas fontes literárias ou pelo arquivo arqueológico se revelam insuficientes. A relativa escassez de dados existentes para o período que vai da conquista de Veios ao final da Segunda Guerra Púnica (capítulos 4 a 6) conduz assim a procurar explicitar elementos relativos ao período seguinte (com maior realce para o século II a.C.), sobretudo em termos de economia e recursos humanos (capítulo 2), que convém não ignorar quando se estuda o passado. Os antecedentes dos desenvolvimentos que são feitos sobre o período de duzentos anos que vão do início do século IV ao final do século III a.C. são apresentados no capítulo 3, enquanto, no que respeita propriamente ao dito período de duzentos anos, é estudada em primeiro lugar a evolução que vai do enfraquecimento político e militar de Roma derivado da incursão gaulesa até à extinção da Liga Latina, de algum modo inaugurando a expansão imperial do Estado Romano. Dá-se a seguir atenção ao período que abrange a Segunda e Terceira Guerras Samnitas que se inicia com os avanços romanos na Campânia e na bacia do Médio Liris e que é concluído com a vitória romana em Sentino e a afirmação da respectiva hegemonia na Itália Central. O capítulo 6, começando por considerar o período que se inicia com a Guerra Pírrica e termina com a Península Itálica – em todo o território que se estendia de uma linha que ia de Pisa a Arimino e daí até ao sul da Itália – a passar a ser controlada por Roma, prossegue com o desencadeamento da Primeira Guerra Púnica. Terminada esta guerra com a vitória de Roma, seguem-se acontecimentos que traduzem o começo da expansão imperial romana na planície do Pó e além Adriático. Finalmente, em termos de rivalidades imperiais, tem lugar a Segunda Guerra Púnica, com os seus desenvolvimentos não só na Itália como na Hispânia, na Sicília, além Adriático e, naturalmente, em África. Em termos de desenvolvimentos económicos associados à expansão imperial, que são apresentados ao longo dos diversos capítulos, destacam-se em primeiro lugar as consequências para a sociedade romana da respectiva expansão territorial e demográfica

que tem lugar até ao início do século III a.C., dando relevo em seguida aos aspectos de uma economia de cariz guerreiro que acompanham a integração na Comunidade Romana dos povos itálicos. Referem-se depois alguns indicadores do que se pode designar uma Revolução Económica ocorrida nas oito décadas que antecedem a Primeira Guerra Púnica, os quais terão sido precedidos sobretudo por hábitos de consumo que já se haviam manifestado em regiões da Itália como a Magna Grécia e também na Sicília. Com as referências à Primeira Guerra Púnica, são feitas comparações entre as economias de Roma e de Cartago, enfatizando as motivações e as consequências económicas do imperialismo romano com desenvolvimentos que vão das anexações de territórios às reparações de guerra e a possíveis motivações de teor mercantilista, passando pela criação e evolução das grandes explorações agropecuárias. Mais centrados no período da Segunda Guerra Púnica, são apresentados elementos que, fazendo referência a aspectos das finanças públicas romanas do período, procuram explicar como foi feito o financiamento da guerra, sendo também prestada atenção às consequências das destruições operadas pelos exércitos e evoluções noutras áreas, como foi o caso dos desenvolvimentos no domínio monetário, sobretudo os associados à criação do sistema metrológico do denário e à ocorrência de manipulações monetárias. No concernente às referidas destruições e às suas consequências sobre o abastecimento das populações e dos exércitos, é dado relevo à respectiva evolução no tempo, realçando a transição ocasionada pela retoma por Roma do controlo do território no período que sucedeu à estabilização militar na Campânia e na Sicília.

PALAVRAS-CHAVE: Expansão Imperial Romana; Caracterização Económica; Enquadramento mediterrâneo; Guerras Samnitas; Guerras Púnicas

ABSTRACT

This work has as its fundamental objective the study of the period of the Roman Republic that extends from the beginning of the 4th century to the end of the 3rd century BC, favouring the imperial and economic developments of the Roman society and its territorial surroundings in the Mediterranean area. However, the study does not fail to pay attention to the previous and subsequent periods in order to make it possible to relate more recent developments with data from the past and to keep in mind elements about

later developments that cannot be ignored, especially when trying to explain previous situations, whose data, made available by literary sources or by the archaeological archive, are insufficient. The relative scarcity of existing data for the period from the conquest of Veii to the end of the Second Punic War (chapters 4 to 6) thus leads to an attempt to explain elements related to the following period (with greater emphasis on the 2nd century BC), especially in terms of economics and human resources (chapter 2), which should not be ignored when studying the past. The antecedents of the developments that are made over the period of two hundred years from the beginning of the fourth century to the end of the third century BC are presented in chapter 3, while, as regards the latter period, the evolution that goes from the political and military weakening of Rome derived from the Gallic incursion until the extinction of the Latin League is studied in the first place, somehow inaugurating the imperial expansion of the Roman State. Next, attention is given to the period covering the Second and Third Samnite Wars, which begins with the Roman intrusions in Campania and the Middle Liris basin and ends with the Roman victory in Sentino and the affirmation of the respective hegemony in Central Italy. Chapter 6, starting by paying attention to the period that begins with the Pyrrhic War and ends with the Italic Peninsula being controlled by Rome throughout the territory that stretched from a line that went from Pisa to Arimino and from there to the southern Italy, continues with the outbreak of the First Punic War. This war being finished with the victory of Rome, events follow that reflect the beginning of the Roman imperial expansion in the Po plain and beyond Adriatic. Lastly, in terms of imperial rivalries, the Second Punic War takes place, with its developments not only in Italy but also in Hispania, Sicily, beyond Adriatic and, of course, in Africa. Concerning economic developments associated with the imperial expansion, which are presented throughout the various chapters, consequences for Roman society of the respective territorial and demographic expansion that take place until the beginning of the third century BC stand out, giving prominence next to the aspects of a warrior-like economy that go together with the integration of the Italic peoples in the Roman Community. Some indicators of what can be called an Economic Revolution that occurred in the eight decades preceding the First Punic War are then referred to, which have been preceded above all by consumption habits that had already manifested in regions of Italy such as Magna Grecia and also in Sicily. With the references made to the First Punic War, comparisons are made between the economies of Rome and Carthage, emphasizing the motivations and the economic consequences of Roman imperialism with developments ranging from

annexations of territories to war indemnities and to possible mercantile motivations, going through the creation and evolution of large agricultural and livestock holdings. More focused on the period of the Second Punic War, elements are presented that, giving details on the Roman public finances of the period, seek to explain how the war was financed, while also paying attention to the consequences of the devastations carried out by armies and occurrences in other areas, as was the case with developments in the monetary domain, especially those associated with the creation of the metrological system of the denarius and the incidence of monetary manipulations. With regard to the aforementioned devastations and their consequences on the food supplies to populations and armies, attention is paid to their evolution over time, highlighting the transition caused by the retaking of control by Rome of the territory in the period that followed the military stabilization in Campania and in Sicily.

Keywords: Roman Imperial Expansion; Economic Characterisation; Mediterranean context; Samnite Wars; Punic Wars

AGRADECIMENTOS

Quero, em primeiro lugar, agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Amílcar Guerra, o constante estímulo e apoio que sempre me dispensou em todos os domínios associados à preparação da minha dissertação. Os seus conselhos, que achei preciosos, foram sempre bem-vindos e essenciais para dar uma valia complementar ao meu trabalho.

Outros contributos para a boa execução dos meus objectivos, que não posso deixar de assinalar, foi dado pelos professores que intervieram nas diferentes fases do processo curricular, mas também pelas valiosas trocas de impressões que foram feitas com os meus colegas. Também o acompanhamento, o apoio e o estímulo de familiares e amigos que se interessaram pelo meu trabalho foi essencial. A todos o meu muito obrigado!

LISTA DE FIGURAS

2.1. A caracterização da situação militar, política, social e económica dos dois últimos séculos da República	16
---	----

LISTA DE QUADROS

2.1. Síntese das diferentes estimativas da população da Itália em 28 a.C.	50
6.1. Finanças Públicas do Estado Romano no período 218-201 a.C	302
6.2. Pesos e Equivalências de moedas no período da Segunda Guerra Púnica	309

LISTA DE MAPAS

3.1. Séculos X e IX a.C.	79
3.2. Século VIII a.C.	80
3.3. Século VII a.C.	82
3.4. Século VI a.C.	84
3.5. Territórios de cultura Vilanovense (Séculos IX e VIII a.C.)	87
4.1. <i>Latium Adjectum</i>	119
4.2. Evolução do controlo Romano da Itália de meados do século IV a 290 a.C.	131
4.3. Campânia e territórios adjacentes	133
4.4. Povoamento da área campana, no final do século V a.C.	135
4.5. O território samnita no final do século IV a.C.	138
5.1. Situação política no Lácio (<i>Latium Vetus</i> e <i>Latium Adjectum</i>) e sul da Etrúria após a Guerra Latina	151
5.2. Evolução da situação política e militar no período 338-326 a.C. (<i>Latium Adjectum</i> , Campânia e Sâmnio)	153
5.3. Tribos criadas no período de 334 a 241 a.C., Municípios associados e Colónias Latinas e Aliados adjacentes	160
5.4. Desenvolvimentos da Segunda Guerra Samnita em 316-312 a.C.	163
5.5. Reacção etrusca anti-romana e controlo romano da Itália Central	169
5.6. Fase final da Segunda Guerra Samnita	173
5.7. As sequelas da Segunda Guerra Samnita e <i>Sentinum</i> (territórios a sudeste)	174
5.8. As sequelas da Segunda Guerra Samnita e <i>Sentinum</i> (territórios a noroeste)	177
5.9. A ofensiva romana de 293 a.C. no Sâmnio	181
6.1. Movimentos do exército de Pirro em Itália (280 a 275 a.C.)	201
6.2. Avanços e conquistas de Pirro na Sicília em 277 a.C.	204
6.3. Progresso do controlo romano da Itália até ao início da Segunda Guerra Púnica	214
6.4. Epiro e regiões próximas no decurso da Primeira Guerra Ilíria	248
6.5. Campânia: movimentação dos exércitos romanos no início de 215 a.C.	281
6.6. Território de Siracusa	285
6.7. Hispânia: a guerra no período 209-206 a.C.	318

FONTES CLÁSSICAS: REFERÊNCIAS

Obras por autor e por versão utilizada

Apiano (**App.**)

- *The Roman History*
 - *BC – The Civil Wars*, traduzido por John Carter para Penguin Books Ltd, 1996
 - *Hann. – War against Hannibal*, traduzido por Horace White para Livius.org, edição online <https://www.livius.org/sources/content/appian/appian-war-against-hannibal/appian-war-against-hannibal-2/>
 - *Pun. – The Punic Wars*, traduzido por Horace White para Livius.org, edição online <https://www.livius.org/sources/content/appian/appian-the-punic-wars/appian-the-punic-wars-27/#134>

Cícero (**Cic.**)

- *Off. - De Officiis*, traduzido por Walter Miller para The Macmillan and Co., 1913, edição online <http://www.gutenberg.org/files/47001/47001-h/47001-h.htm>

Dionísio de Halicarnasso (**D.H.**)

- *Roman Antiquities*, Traduzido por Earnest Cary para Loeb Classical Library, 1937, edição online http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Dionysius_of_Halicarnassus/home.html

Diodoro Sículo (**D.S.**)

- *The Library of History*, traduzido por Charles Henry Oldfather e outros tradutores para Loeb Classical Library, de 1933 a 1967, edição online http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Diodorus_Siculus/

Frontino (**Frontin.**)

- *Stratagems - Aqueducts of Rome*, Traduzido por Charles E. Bennett para Loeb Classical Library, 1925
 - *Strat. – Stratagems*
 - *Aq. – Aqueducts of Rome*

Tito Lívio (**Liv.**)

- *Histoire Romaine*, traduzido por Annette Flobert para GF Flammarion, 1993-1999
- *The History of Rome*, vários tradutores, edição online <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/collection?collection=Perseus:collection:Greco-Roman>
 - *Perioch. – Periochae*, edição online em <https://www.livius.org/articles/person/livy/livy-the-periochae/>

Políbio (**Plb.**)

- *The Rise of the Roman Empire*, traduzido por Ian Scott-Kilvert para Penguin Books Ltd, 1979
- *The Histories*, traduzido por William Roger Paton para Harvard University Press (Loeb Classical Library), 1978, edição online
<http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Polybius/>
- *The Histories of Polybius*, traduzido por Evelyn S. Shuckburgh, M.A. para Macmillan and Co., 1889, edição online
<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0234>

Plínio (**Plin.**), C. Plinius Secundus

- *HN – Historia Naturalis*, traduzido por John Bostock, 1855-57, edição online
<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.02.0137>

Plutarco (**Plu.**)

- *Vies Parallèles*, traduzido por Anne-Marie Ozanam para Éditions Gallimard, 2001
 - *Publ.* – Públicola
 - *TG* – Tibério Graco
 - *Pyrrh.* – Pirro
 - *Marc.* – Marco Cláudio Marcelo

Estrabão (**Str.**)

- *The Geography of Strabo*, traduzido por H. C. Hamilton e W. Falconer para H.G. Bohn em 1854-1857, edição online
<http://www.gutenberg.org/files/44884/44884-h/44884-h.htm>

Valério Máximo (**Val. Max.**)

- *Actions et Paroles Mémorables*, Edição de 1935 de Constant, edição online
<http://remacle.org/bloodwolf/historiens/valere/>

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	i
RESUMO/ABSTRACT	ii
AGRADECIMENTOS	vi
LISTAS DE FIGURAS, QUADROS E MAPAS	vii
FONTES CLÁSSICAS: REFERÊNCIAS	viii
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 2 – ECONOMIA E POPULAÇÃO	10
2.1. A SÍNTESE DE HOPKINS	15
2.1.1. A guerra contínua	17
2.1.2. O afluxo de meios financeiros e outros tipos de recursos ao território italiano	19
2.1.3. A aplicação prioritária dos recursos provenientes da guerra no investimento rústico	22
2.1.4. Expulsão ou abandono de terras pelos camponeses e sua substituição por escravos introduzidos pelos novos proprietários	28
2.1.5. Reforma agrária?	30
2.1.6. Migrações e violência social	35
2.1.7. A diferenciação estrutural	38
2.2. A CRÍTICA AO MODELO DE «CONTAGEM BAIXA»	44
2.3. A CONSIDERAÇÃO DE UM TERCEIRO MODELO DE «CONTAGEM INTERMÉDIA»	49
2.4. A CAPACIDADE DE SUPORTE DO TERRITÓRIO	53
2.5. CRESCIMENTO POPULACIONAL E PROSPERIDADE	60
2.5.1. As lutas pela terra	61
2.5.2. Os recursos financeiros resultantes das vitórias militares e a avaliação da evolução das condições económicas	62
2.5.3. A época dos Antoninos e a prosperidade do período imperial	63
2.5.4. Densidades, crescimento demográfico e prosperidade	67
2.5.5. Diferenciação territorial no processo de desenvolvimento económico	70
2.5.6. Prosperidade? Que prosperidade?	73
CAPÍTULO 3 – A ECONOMIA ROMANA E O QUE A ANTECEDE: OS PRIMEIROS TEMPOS	76
3.1. O MEDITERRÂNEO: TRANSIÇÕES GLOBALIZANTES NO PRIMEIRO MILÉNIO A.C.	77
3.1.1. Séculos X e IX a.C.	78
3.1.2. Século VIII a.C.	80
3.1.3. Século VII a.C.	81
3.1.4. Século VI a.C.	83

3.2. PROLEGÓMENO À FORMAÇÃO ECONÓMICA DE ROMA	86
3.2.1. A evolução da diferente complexidade das economias peninsulares até à época arcaica	91
3.2.2. Do desenvolvimento urbano à crise das aristocracias	93
3.3. ROMA: O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE-ESTADO NO CONTEXTO DA EVOLUÇÃO QUE ATINGIU O LÁCIO, A ETRÚRIA E A CAMPÂNIA	96
3.4. O PRIMEIRO SÉCULO DA REPÚBLICA	102
3.4.1. A crescente complexidade da vida social: dos obstáculos à manutenção das correntes comerciais até aos primórdios do trabalho escravo	102
3.4.2. Da penúria alimentar aos reforços da organização plebeia e às suas consequências	106
CAPÍTULO 4 – DE VEIOS À EXTINÇÃO DA LIGA LATINA	113
4.1. CONSEQUÊNCIAS DA CONQUISTA DE VEIOS E DA INCURSÃO GAULESA DE 390 A.C.	115
4.2. AS <i>LEGES LICINIAE-SEXTIAE</i> E A REORGANIZAÇÃO DO ESTADO ROMANO	119
4.3. ROMA E A SITUAÇÃO ESTRATÉGICA NA ITÁLIA CENTRAL EM MEADOS DO SÉCULO IV	123
4.4. ALARGAMENTO DO DOMÍNIO ROMANO NA ITÁLIA CENTRAL	128
4.4.1. A Primeira Guerra Samnita	131
4.4.2. A Guerra Latina e as suas consequências	138
CAPÍTULO 5 – DA EXTINÇÃO DA LIGA LATINA AO FINAL DA TERCEIRA GUERRA SAMNITA	144
5.1. COLONIZAÇÃO E CONFRONTOS NA ITÁLIA CENTRAL, COM OS SAMNITAS E OUTROS POVOS, ATÉ SENTINO	146
5.1.1. A evolução política e militar entre 338 e 326 a.C.	149
5.1.2. A Segunda Guerra Samnita – Incertezas históricas até ao final da Paz Caudina	154
5.1.3. A Segunda Guerra Samnita – Da derrota romana em <i>Lautulae</i> à consolidação de 313-312 a.C.	159
5.1.4. O significado do confronto entre as duas potências	163
5.1.5. Da reacção anti-romana dos Etruscos ao final da Segunda Guerra Samnita	165
5.1.6. Do final da Segunda Guerra Samnita até Sentino	170
5.2. O DESENLACE DA TERCEIRA GUERRA SAMNITA E NOVOS AVANÇOS ROMANOS NA ITÁLIA CENTRAL	178
5.2.1. Aquilónia e Comínio	178
5.2.2. A expansão territorial e demográfica: consequências económicas para a sociedade romana	182
5.2.3. Aspectos complementares relativos à expansão romana até 280 a.C.	187
5.2.4. A integração na Comunidade Romana dos povos itálicos: uma economia de cariz guerreiro	189

CAPÍTULO 6 – DA GUERRA PÍRRICA AO FINAL DA SEGUNDA GUERRA PÚNICA	196
6.1. A EXPANSÃO ROMANA NAS DUAS DÉCADAS QUE PRECEDEM A PRIMEIRA GUERRA PÚNICA	196
6.1.1. O primeiro período da intervenção pírrica na Itália	199
6.1.2. A intervenção de Pirro na Sicília	202
6.1.3. A fase final da Guerra Pírrica e a derrota samnita	204
6.1.4. Características económicas próprias das cidades da Magna Grécia	206
6.1.5. Estratégia romana no sentido de quebrar a unidade tribal dos Samnitas	208
6.1.6. Controlo romano da Península Itálica no período que precede a Primeira Guerra Púnica	210
6.1.7. O Estado Romano, a cidade de Roma e as respectivas transformações após a Primeira Guerra Samnita	212
6.1.8. Uma Revolução Económica nas oito décadas que antecedem a Primeira Guerra Púnica?	216
6.1.9. Magna Grécia e Sicília: casos particulares de complexidade económica	222
6.2. A PRIMEIRA GUERRA PÚNICA	225
6.2.1. Da hegemonia na Península à construção da supremacia marítima romana	226
6.2.2. As condições de paz e as razões do sucesso romano	235
6.2.3. As economias de Roma e Cartago: uma sucessão de contrastes?	237
6.2.4. A ocupação da Sicília: Continuidade face à conquista da Itália ou necessidade de novas soluções?	240
6.3. ALGUMA PAZ COM INÍCIO EM 241 A.C., MAS RETOMA POSTERIOR DA EXPANSÃO	242
6.3.1. Sardenha e Córsega	243
6.3.2. Campanhas no Norte da Itália	244
6.3.3. Intervenções além Adriático	247
6.3.4. Imperialismo romano: das motivações às consequências económicas que dele resultaram	249
6.3.4.1. Da anexação de território às reparações de guerra	254
6.3.4.2. O desenvolvimento das grandes explorações agropecuárias	257
6.3.4.3. Motivações económicas de teor mercantilista	262
6.4. A SEGUNDA GUERRA PÚNICA	266
6.4.1. O início da guerra: combates na Hispânia, na Planície do Pó e avanço cartaginês para sul	270
6.4.2. O regresso à estratégia de retardamento	275
6.4.3. A fase da guerra até aos volte-faces de 212 a.C.	280
6.4.3.1. Sicília	282
6.4.3.2. Hispânia	284
6.4.3.3. Itália	288
6.4.3.4. Macedónia e Adriático	294

6.4.3.5. Economia e Finanças	295
6.4.3.5.1. O financiamento da guerra	295
6.4.3.5.2. As devastações: consequências	298
6.4.3.5.3. As Finanças Públicas	300
6.4.3.5.4. Evolução em outras áreas	307
6.4.4. A confirmação da recuperação romana	311
6.4.4.1. Sicília	312
6.4.4.2. Hispânia	313
6.4.4.3. Itália	320
6.4.4.4. Macedónia e Adriático	326
6.4.4.5. O abastecimento dos exércitos romanos e os efeitos económicos das devastações e da retoma por Roma do controlo militar do território	328
6.4.5. A fase final da guerra	340
6.4.5.1. Período que precede a invasão de África	342
6.4.5.2. O início da invasão de África	345
6.4.5.3. A trégua após as vitórias romanas	348
6.4.5.4. O regresso de Aníbal a África e a batalha de Zama	350
6.4.6. Considerações sobre estratégias e impacto da guerra	356
CAPÍTULO 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	363
BIBLIOGRAFIA	378

***DESENVOLVIMENTOS IMPERIAIS E ECONÓMICOS
NA ROMA REPUBLICANA***

UMA INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

«Tous les peuples d'Italie n'étaient pas également belliqueux: les Toscans étaient amollis par leurs richesses et par leur luxe; les Tarentins, les Capouans, presque toutes les villes de la Campanie et de la Grande-Grèce, languissaient dans l'oisiveté et dans les plaisirs. Mais les Latins, les Herniques, les Sabins, les Éques et les Volsques aimaient passionnément la guerre; ils étaient autour de Rome; ils lui firent une résistance inconcevable et furent ses maîtres en fait d'opiniâtreté. ... Le Sénat ayant eu le moyen de donner une paie aux soldats, le siège de Veïes fut entrepris; il dura dix ans. On vit un nouvel art chez les Romains et une autre manière de faire la guerre: leurs succès furent plus éclatants; ils profitèrent mieux de leurs victoires; ils firent de plus grandes conquêtes; ils envoyèrent plus de colonies; enfin, la prise de Veïes fut une espèce de révolution.»

Montesquieu, Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence

O presente trabalho tem como objectivo fundamental o estudo, na sua evolução para a complexidade, dos desenvolvimentos imperial e económico da sociedade romana no período que vai da conquista de Veios no início do século IV a.C. ao final da Segunda Guerra Púnica cerca de 200 anos mais tarde. Procura ainda, com esse estudo e com referências introdutórias que abrangem não só períodos prévios mas também desenvolvimentos que consideram evoluções posteriores, contribuir para criar condições para que futuros estudos sobre a evolução nos domínios económico e imperial possam dispor de melhores bases para poder progredir. Os duzentos anos que se iniciam com a conquista de Veios constituem um período em que Roma expande o seu domínio, primeiro em Itália a partir do núcleo territorial próximo da sua área urbana e chegando no sul até aos limites da Península e no norte até áreas da Gália Cisalpina, depois iniciando a sua expansão mediterrânea, apoderando-se das três grandes ilhas que ficam mais próximas e começando a ganhar terreno não só no litoral do território que a leste da Península fica adjacente ao Adriático, mas também em África e na Hispânia. É a

institucionalização do *imperium Romanum* – sob formas que se começam a aproximar dos conceitos modernos de império e imperialismo – que tem os seus inícios.¹

A inserção da economia e da sociedade italiana no espaço mais amplo constituído pela bacia mediterrânea constitui um factor que poderá contribuir para um mais adequado entendimento das forças que então agiram sobre o quotidiano peninsular, designadamente no que concerne a subsistência das populações e os respectivos esforços para lhe fazer face, as alternativas produtivas que se foram afirmando, os recursos em capital e em mão-de-obra que essas alternativas exigiram e utilizaram, as intervenções político-militares com repercussões económicas que tiveram lugar. É em tal contexto necessário ter presente que o mundo da Itália Peninsular, nomeadamente nas fases que precederam a sua romanização, e sobretudo no período que antecedeu a unificação política, era constituído por um conjunto muito diversificado em termos de desenvolvimento de realidades étnico-linguísticas, sociopolíticas e culturais. Era um mundo em que as influências externas tinham já um grande peso – pensemos na colonização grega que teve lugar a partir do século VIII a.C., mas também nos distintos povos com origem em diferentes territórios do continente europeu que se foram instalando no território italiano mesmo antes desse período – e em que a referida diversidade tem constituído até certo ponto um elemento que impede, ou pelo menos dificulta, um tratamento uniforme em termos historiográficos de caracterização económica. Assim, se, nos territórios em que se implantaram as cidades-estado gregas e nos que conheceram a civilização etrusca, a economia atingiu uma complexidade elevada para a época e se nos territórios mais próximos do Tirreno que se estendiam entre a Etrúria e a Campânia o tecido económico apresentava também alguma complexidade, já nas restantes regiões as estruturas dessa natureza dificilmente superaríamos estádios de desenvolvimento além da mera economia de subsistência².

O tratamento de toda esta matéria suscita por outro lado algumas preocupações no domínio terminológico, a primeira das quais respeitante ao que se entende neste trabalho

¹ A evolução do conceito de *imperium* – desde períodos em que o termo tendia a designar um poder soberano de comando, um poder absoluto de vida e de morte, ao qual os «súbditos» deviam, sem restrições, obedecer, até um período mais tardio em que o conceito adquire uma acepção territorial – é estudada em Carmo (2018b).

² Massimo Pallottino (Pallottino 1978, 374) sintetizou tal situação nos seguintes termos: «Nessun approfondimento critico potrà ... cambiare il quadro di sostanziale eterogeneità, frammentarietà e discontinuità che caratterizza le fasi più antiche della storia d'Italia. Né potremo mai rinunciare alla molteplicità degli approcci disciplinari, al vario e mutevole incrociarsi delle prospettive critiche, alla considerazione specifica dei singoli settori etnici, storici, culturali come temi di studio a sé stante, dalle colonie greche all'Etruria, ai primordi di Roma, ai Sanniti, ai Veneti, ai Galli e così via.»

por Itália Peninsular, que designará o território continental da Itália³ actual, excluindo a então designada Gália Cisalpina, ou seja, aproximadamente as 11 regiões da organização da Itália introduzida por Augusto, com exclusão das Regio IX (Liguria), Regio X (Venetia et Histria) e Regio XI (Transpadana). Em segundo lugar, a expressão Magna Grécia será utilizada no sentido mais habitual nos autores de língua italiana, designando os territórios da Península onde se encontravam instaladas as colónias gregas, enquanto os seus habitantes de raiz helénica serão designados por Itálios e os gregos da Sicília por Sicilios. Por fim, os restantes habitantes da Itália (expressão que quando utilizada se referirá ao território das 11 regiões acima referidas), com excepção dos Etruscos e dos Gauleses, serão genericamente designados por Itálicos e incluirão os de língua latina ou próxima (Romanos, Latinos e Faliscos), os de línguas sabélicas (sobretudo Oscos, Umbros e Samnitas) e vários outros que irão sendo referidos oportunamente. A predominância dos povos itálicos, em termos de ocupação territorial, na Itália Peninsular, justifica que a Península seja por outro lado designada “Itálica”.

A primeira parte da expansão imperial de Roma estende-se até cerca de 340 a.C., altura em que ocorre a Guerra Latina. É um período em que, logo após a conquista de Veios, Roma começa por sofrer o bem conhecido Desastre Gálico, o qual de imediato afecta negativamente as suas relações de aliança ou aquelas em que exerce a sua hegemonia face a Latinos, Hérmicos e outros povos (incluindo algumas cidades etruscas) que vivem nas suas proximidades. Segue-se uma recuperação que, passando pela Primeira Guerra Samnita, estende o seu domínio até à Campânia e à margem direita do rio Liris e que, em 338 a.C., se afirma pela extinção da Liga Latina e, em particular, pela instituição do *municipium* auto-governado e da *civitas sine suffragio*. São desenvolvimentos apresentados no capítulo 4 e em que Timothy Cornell (os seus artigos em *The Cambridge Ancient History* sobre o período e sobretudo o seu *The Beginnings of Rome*), Michel Humbert (o seu *Municipium et civitas sine suffragio*), Arnold Toynbee (*Hannibal's*

³ O termo “Itália” terá tido origem em Ítalo, herói mítico de estirpe enótria que havia dominado a extremidade meridional da Península. Os Enótrios teriam sido – segundo Antíoco de Siracusa, historiador cujas obras sobre a história da Sicília e da Itália foram conhecidas cerca de 420 a.C., e de que apenas restam fragmentos – os primitivos habitantes da Península, dos quais haviam derivado os povos com os quais se depararam os gregos quando instalaram as suas primeiras colónias na Magna Grécia, conceito que naquele século V a.C. traduzia fundamentalmente a implantação grega (diversamente do de Itália, que indicava mais uma referência geográfica). Itália apenas denominaria inicialmente a ponta extrema da moderna Calábria junto ao estreito de Messina, mas a designação ter-se-ia progressivamente estendido ao território da bota que era delimitado mais a norte por uma linha que unia Posidónia (no Tirreno) a Metaponto (no mar Jónico). Essa extensão territorial da designação, que teria variado conforme o autor grego que abordou a questão, prossegue naturalmente mais tarde no sentido do norte da Península, adquirindo nos tempos romanos importância histórica, cultural e política (Musti 2005, 72-81).

Legacy), Edward Salmon (com os seus três livros indicados na bibliografia) e ainda Gary Forsythe (*A Critical History of Early Rome*) constituem as referências bibliográficas fundamentais utilizadas.

O período seguinte de expansão imperial é dominado pelas Segunda e Terceira Guerras Samnitas, incluindo no entanto outros desenvolvimentos em que avulta o alargamento da influência romana, tanto na Campânia como na Etrúria. O significado do confronto entre Roma e a Liga Samnita, assim como as características da estratégia militar romana que culmina no domínio da Itália Central que a batalha de Sentino acaba por assegurar, são aspectos essenciais do capítulo 5 em que tais desenvolvimentos são tratados. Também as consequências económicas da expansão territorial e demográfica do domínio romano, além de desenvolvimentos correspondentes associados à integração dos povos itálicos (nomeadamente no respeitante ao esforço militar) são aí considerados. Em termos de referências bibliográficas mais utilizadas, mantêm-se as referidas para o capítulo 4 (em que, no caso de Edward Salmon, o seu *Samnium and the Samnites* assume uma maior importância), sendo necessário acrescentar-lhes o *War and Imperialism* de William Harris, o “Deconstructing the Samnite Wars: An Essay in Historiography” de Timothy Cornell e os “The Roman Conquest of Italy” e *A Commentary on Livy, ... Book X* de Stephen Oakley.

O período que sucede ao final da Terceira Guerra Samnita estende-se até meados dos anos 260, altura em que se inicia a Primeira Guerra Púnica, sendo considerado no capítulo 6, secção 6.1. Os desenvolvimentos relativos à Guerra Pírrica e à consolidação do domínio que Roma passa a exercer sobre o conjunto da Península Itálica constituem os aspectos essenciais relativos à expansão imperial no período, os quais são complementados por referências à diversidade em termos de complexidade económica no território correspondente (referindo também a Sicília) e ao início de uma revolução em tal domínio influenciada pelo rápido crescimento dos rendimentos derivados da referida expansão. No respeitante às referências bibliográficas, mantêm-se com destaque as referidas acima para Gary Forsythe e o *Samnium and the Samnites* de Edward Salmon e surgem outras que começam por ser específicas para a secção: “Pyrrhus” de Peter Franke, “Rome and Italy in the Early Third Century” de E.S. Staveley, *L'économie du monde romain* de Jean Andreau, “Early Rome and Italy” de Jean-Paul Morel e *A conquista do direito na sociedade romana* de Artur Montenegro.

Com a Primeira Guerra Púnica, que decorre entre 264 e 241 a.C., Roma não só se sente “constrangida” a ampliar a capacidade militar que lhe havia assegurado o domínio do

território italiano no sentido de conseguir uma supremacia marítima como, no período que se lhe seguiu, se vê confrontada com a necessidade de escolher entre a aplicação de soluções próximas das utilizadas naquele território ou medidas de um novo tipo aplicáveis à Sicília. São essas questões que são desenvolvidas na secção 6.2 do capítulo 6, juntamente com o estudo comparativo das economias romana e cartaginesa. As referências bibliográficas mais utilizadas são, neste domínio, Howard Scullard (“Carthage and Rome”), Nathan Rosenstein (*Rome and the Mediterranean 290 to 146 BC*) e Arthur Eckstein (*Senate and General*).

Com a secção 6.3 do capítulo 6 dá-se relevo à expansão imperial que ocorre entre as duas primeiras guerras púnicas e que, além de intervenções que atingem territórios fora da Itália como a Sardenha, a Córsega e o litoral do território além Adriático, ainda incluem outras no próprio território italiano a norte da linha que ia de Pisa a Arimino e que constituía sobretudo domínio gaulês. Também algumas considerações sobre motivações e consequências económicas do imperialismo romano são incluídas nessa secção. É este último tema que justifica uma parte considerável das referências bibliográficas, em que predomina o *War and Imperialism* de William Harris já acima referido, a que acrescem de novo Arnold Toynbee com a sua obra já mencionada, Cornell com um seu artigo ainda não aludido (“Hannibal’s Legacy: The Effects of the Hannibalic War on Italy”) e também artigos incluídos no trabalho editado por Craige Champion (*Roman Imperialism - Readings and Sources*) e o *Rome’s Economic Revolution* de Philip Kay.

A Segunda Guerra Púnica, travada em múltiplas frentes, assumiu de modo bem nítido características de uma guerra mediterrânea em que os principais confrontos entre Cartagineses e Romanos tiveram lugar em Itália embora os que ocorreram na Sicília e na Hispânia tenham igualmente assumido proporções significativas e, no caso de África, carácter mesmo decisivo. Trata-se claramente de um conflito em que os imperialismos púnico e romano actuam nos limites das suas disponibilidades em recursos humanos e materiais, relativamente às quais, no que respeita à parte romana, existem informações adicionais. Quanto a estas, é-lhes dado maior destaque na secção 6.4 do capítulo 6, nomeadamente em termos de finanças públicas e de abastecimento dos exércitos e das populações. No respeitante às referências bibliográficas mais utilizadas, para além das de Toynbee e Rosenstein já acima referidas, destacam-se Dexter Hoyos (*Mastering the West*), Peter Edwell (“War Abroad : Spain, Sicily, Macedon, Africa”), Peter Erdkamp (*Hunger and the Sword*), Tenney Frank (*An Economic Survey of Ancient Rome*), Klaus Bringmann (*A History of the Roman Republic*), Peter Brunt (*Italian Manpower*) e Claude

Nicolet (“À Rome pendant la seconde guerre Punique: techniques financières et manipulations monétaires” e *Le métier de citoyen dans la Rome républicaine*).

Os dois séculos da História de Roma que constituem o objectivo principal deste trabalho, cuja caracterização se tem revelado de alguma dificuldade devido à relativa escassez de dados existentes para o período, poderão ser melhor compreendidos quando se tem presente alguma compreensão não só do período que os antecede como do que lhes sucede. O capítulo 2 do trabalho procura precisamente, em tal contexto, dar uma contribuição em tal sentido, sobretudo em termos de economia e recursos humanos e no que corresponde ao período seguinte (com maior realce para o século II a.C.). Em tal perspectiva, uma contribuição essencial é dada por Keith Hopkins, com o seu *Conquerors and Slaves*, trabalho que está na base de uma parte considerável desse capítulo. Elio Lo Cascio (“The Size of the Roman Population: Beloch and the Meaning of the Augustan Census Figures”), Neville Morley (*Metropolis and Hinterland* e, sobretudo, “The Transformation of Italy, 225-28 B.C.”) e Saskia Hin (“Counting Romans” e *The Demography of Roman Italy*) são outros autores cujas contribuições para o debate sobre a evolução demográfica se revelam importantes. Outros trabalhos ainda, como o de Brunt já referido e o de Luuk De Ligt (*Peasants, Citizens and Soldiers* e “Roman Manpower and Recruitment during the Middle Republic”), dão igualmente uma boa contribuição para o mesmo debate, enquanto, noutra área, a das transformações civilizacionais em que os hábitos de consumo vão adquirindo novas características, Bryan Ward-Perkins (*The Fall of Rome and the End of Civilization*) aparece como uma importante referência.

O capítulo 3, por fim, procurando fornecer os antecedentes dos desenvolvimentos que são feitos nos capítulos seguintes, começa por se debruçar sobre a evolução globalizante na área mediterrânea em que o imperialismo romano se vai afirmar, apresentando sobretudo as características em termos de expansão de Fenícios e Gregos. Em tal domínio, o trabalho de Susan Sherratt e de Andrew Sherratt (“The Growth of the Mediterranean Economy in the Early First Millennium BC”) surge como essencial. Relativamente a desenvolvimentos mais específicos à Península Itálica, as referências bibliográficas mais significativas são Mario Torelli (“Le popolazioni dell’Italia antica: società e forme del potere”, “Archaic Rome between Latium and Etruria” e *Storia degli Etruschi*), Arnaldo Momigliano (sobretudo “L’ascesa della plebe nella storia arcaica di Roma”), Andrew Drummond (“Rome in the Fifth Century I: The Social and Economic Framework”) e, mais uma vez, Cornell com o seu *The Beginnings of Rome*.

A diversidade de capítulo para capítulo que é constatável no respeitante às referências bibliográficas mais significativas que acabam de ser indicadas poderá, depreende-se, constituir um bom indicador de que abordagens historiográficas que incidam sobre os desenvolvimentos imperiais e económicos e contemplem um período tão longo como o que é objecto do presente estudo não se encontram facilmente. Esta razão constitui naturalmente um bom motivo para levar a cabo tal estudo, cujo período de desenvolvimento antecede aqueles (geralmente os que se sucedem à Segunda Guerra Púnica ou mesmo mais tarde) que mais correntemente são objecto desse tipo de trabalhos.

Motivos mais específicos, no entanto, podem ser apresentados que igualmente justificam a inclusão em tal estudo dum período como o século V a.C. (ou apenas a sua consideração numa perspectiva de encontrar causas de evoluções posteriores), quando se deu a invasão do Lácio e regiões adjacentes por povos como os Volscos, Équos e Sabinos, altura em que Roma assumiu uma posição de liderança na defesa das comunidades afectadas por tais investidas. Foi essa uma situação que conduziu à formação de estruturas mentais extremamente influenciadas por preocupações de defesa e pela necessidade de impor e aceitar os condicionamentos hierárquicos que se revelaram indispensáveis à organização militar que foi desenvolvida. O que as fontes literárias transmitem, não só relativamente ao período em causa mas também no referente aos séculos que se lhe seguem, sobre as apreensões sociais face às ameaças sentidas e ao reconhecimento da competência guerreira (a glória, a competitividade) dos comandantes dos exércitos, é significativo a tal respeito. Mas essa formação de mentalidades no sentido da defesa (que poderá ter levado à aceitação, pelo menos temporária, da hegemonia exercida por Roma, a qual haveria contudo de ser seguida por uma transição para uma situação já de expansionismo de características imperialistas) teve que ser complementada no concernente ao domínio económico. Se a afectação da planície pontina pelas referidas invasões conduziu à necessidade de recorrer à importação de cereais para assegurar abastecimentos, também o funcionamento da economia agrícola assente em regime de auto-subsistência poderá já desde então ter-se revelado insuficiente para garantir fornecimentos às áreas urbanas e aos exércitos. Em que medida as explorações produzindo excedentes vendáveis nos mercados ou apropriados pelas instâncias estatais com destino aos exércitos já existiam em período tão recuado é algo que faz sentido procurar determinar, levando à ampliação do espaço de tempo sobre o qual a investigação historiográfica mais correntemente se debruça no que respeita aos desenvolvimentos imperiais e económicos romanos.

Por outro lado, o conhecimento do contexto histórico do período em que a expansão romana ocorre, logo após a conquista de Veios, e mesmo daquele que a precede (não só no que concerne a própria Península Itálica mas também o Mediterrâneo em termos mais vastos) afigura-se útil para a compreensão de tal expansão. Daí as referências dadas a tal respeito no capítulo 3 (em que se destacam a globalização mediterrânea que resulta das expansões fenícia e grega e os desenvolvimentos nas áreas lacial e etrusca no século V a.C. e em períodos precedentes) e nos capítulos seguintes no concernente em particular aos contextos mais vastos em que se dão as interferências nas mesmas áreas por parte de Siracusanos e Gauleses.

No que respeita especificamente ao período de duzentos anos que se iniciam com a conquista de Veios, será necessário explicitar com mais algum detalhe que, associadas a essa expansão imperial, estão consequências económicas em que a predominância inicial de pequenas explorações agrícolas que funcionavam em regime de economia de subsistência passa, progressivamente, a ser posta em causa por um afluxo crescente de recursos provenientes dos territórios conquistados ou simplesmente invadidos pelos exércitos da República. Esse afluxo de recursos e as circunstâncias associadas à mobilização militar e à própria guerra começam por transformar em profundidade o quotidiano das populações citadinas e rurais, conduzindo em particular ao êxodo dos camponeses em direcção às áreas urbanas, sobretudo à urbe romana. A formação de um sector agrícola modernizado – funcionando com base em mão-de-obra escrava resultante essencialmente das vitórias dos exércitos romanos e começando provavelmente por procurar responder à demanda dessas áreas urbanas cada vez mais populosas antes de se orientar para vendas nos mercados mediterrâneos – terá muito possivelmente afectado a referida predominância das explorações agrícolas que funcionavam em regime de economia de subsistência. Refira-se a tal propósito que não faltam sectores dos estudos históricos que consideram que essa migração para as áreas urbanas foi na sua mais elevada extensão devida à apropriação das terras dos pobres por estratos sociais enriquecidos pelo processo imperial e pelas suas consequências económicas (em particular a diversificação económica nas próprias áreas urbanas, com relevo para as actividades artesanais e construção civil). Mas outros sectores argumentam que a causa terá sido um forte crescimento populacional e a dúvida persiste.

As transformações económicas e as mudanças em termos de estruturas sociais que tiveram lugar no mesmo período de duzentos anos, por outro lado, só muito parcialmente e muitas vezes só de modo indirecto é que são susceptíveis de ser inferidas a partir das

fontes antigas. É essa uma situação que tem vindo frequentemente a ser superada pelo recurso à arqueologia e em alguns casos por um conhecimento histórico relativo aos períodos seguintes que permite inferir que certas situações já vêm de momentos anteriores (em particular os referidos duzentos anos, com as situações a poderem por sua vez ser caracterizadas, eventualmente quantificadas, também por recurso à investigação arqueológica). Essa é uma razão que poderá justificar referências nos diferentes capítulos, por vezes extensas, a períodos posteriores ao final da Segunda Guerra Púnica. Um razoável conhecimento, em particular, do período republicano que se inicia com o termo dessa guerra poder-se-á assim revelar vantajoso para caracterizar situações cuja evolução mais conhecida se situa em tal período, mas de que os primeiros passos terão com grande probabilidade tido lugar previamente a 200 a.C. não obstante as fontes possam não fazer referências, pelos menos suficientes, a tal facto.

Assim, as referências ao período posterior à Segunda Guerra Púnica serão feitas, quando se considerarem justificáveis, ao longo de todo o texto deste trabalho, mas terão mais abrangência no capítulo 2, conforme se poderá inferir do já referido acima, em particular no que diz respeito ao que Hopkins escreve no seu *Conquerors and Slaves* sobre o impacto da conquista imperial na economia italiana e à sequência que lhe é dada com as várias secções sobre questões demográficas. Aí dá-se atenção às disputas que se desenvolveram no que respeita à evolução das populações italianas entre os apoiantes dos designados modelos de «contagem baixa» e de «contagem alta» assim como no concernente a outras temáticas que estão associadas a tal evolução, em particular sobre a capacidade de suporte do território italiano.

*
* *

Relativamente à bibliografia e formas de citação, são seguidas as Normas de Submissão adoptadas pelo Centro de História da Universidade de Lisboa para a revista *Cadmo* e que derivam de *The Chicago Manual of Style*, 16th ed., tal como indicadas na *Cadmo* 28 (2019). No respeitante às fontes clássicas são seguidas as normas definidas no *Liddell & Scott Lexicon* (textos e autores gregos) e no *Thesaurus Linguae Latinae* (textos e autores latinos).

CAPÍTULO 2

ECONOMIA E POPULAÇÃO APÓS A SEGUNDA GUERRA PÚNICA

O território que nos dias de hoje designamos como Itália havia sido objecto, até final do século III a.C., de um progressivo processo de unificação política levado a cabo pelo Estado Romano. Esse processo criou condições para uma vasta expansão que mais tarde veio a abranger o conjunto mediterrâneo. Foi assim que, no que respeita à Itália Continental e no final da Segunda Guerra Púnica, a integração de todo o território a sul da Ligúria e do rio Rubicão (território que aproximadamente corresponde à Península Itálica) na entidade política que abrangia o Estado Romano e os seus aliados foi confirmada. Por outro lado, a Sicília, a Córsega e a Sardenha constituíam províncias submetidas ao domínio romano. Complementarmente, Roma começa de algum modo a ganhar terreno no território a leste da Península Itálica que fica adjacente ao Adriático e também em África e na Hispânia.

A expansão romana após a Segunda Guerra Púnica privilegiou o leste mediterrâneo e a Península Ibérica, o que conduziu num primeiro tempo a que economia da Itália fosse fortemente influenciada, por um lado pelos rendimentos provenientes do saque e da imposição aos vencidos de reparações de guerra, por outro pela exploração de recursos mineiros, sobretudo os existentes no território hispânico. O prosseguimento das conquistas e o amadurecimento do processo de dominação conduziram mais tarde, ainda

no decurso do século II a.C., a uma crescente substituição daqueles rendimentos por recursos resultantes da cobrança de impostos e do desenvolvimento comercial, criando um contexto cada vez mais favorável à economia da Península Itálica, em particular no que respeita às explorações agrícolas que produziam para venda nos mercados mediterrâneos e ao desenvolvimento de infraestruturas que eram requeridas pelo desenvolvimento urbano e bem-estar dos cidadãos, pelo abastecimento em cereais e pela movimentação dos exércitos.⁴

Com o trabalho desenvolvido por Arnold Toynbee no seu *Hannibal's Legacy* (ver Bibliografia) há cerca de 50 anos e com outros autores que se lhe seguiram (de que se destacam Peter Brunt e Keith Hopkins⁵) solidificou-se contudo um consenso que apontava para a formação de uma profunda crise que terá atingido a população rural livre da Península, em consequência sobretudo dos longos períodos de serviço militar que os legionários se viram forçados a cumprir, sobretudo a oriente, em África e na Hispânia. Essa população rural, coagida progressivamente a abandonar os campos e a procurar um novo modo de vida nas cidades, como resultado da ruína agrícola ou da sua substituição pela introdução maciça de escravos nas explorações agrícolas com objectivos comerciais, terá estado na origem de uma outra crise que ocasionou fortes dificuldades para o recrutamento militar e que conduziu a movimentações sociais que estiveram por detrás das reformas lideradas pelos irmãos Graco⁶. Trata-se de um consenso historiográfico que

⁴ Ver, para alguns desenvolvimentos em tais sentidos, Carmo 2017.

⁵ Ver, sobretudo, Brunt (1971a) e Hopkins (1978).

⁶ A interpretação historiográfica tradicional da motivação das reformas agrárias dos irmãos Graco é de que existiria um forte problema de recrutamento militar, com os números de *assidui* a reduzirem-se em consequência da progressiva diminuição do número de pequenas propriedades (*assidui* eram os cidadãos que detinham propriedade cujo valor estava acima de um certo nível pré-definido e que nessa qualidade estavam sujeitos a serviço militar; os cidadãos abaixo de tal nível eram designados *proletarii*; ver, a tal propósito, Rich (1983, 287-88)). John Rich reinterpreta a situação (Rich 1983, 297-305), apontando como causa mais provável de tais reformas uma preocupação algo mais vaga a respeito de uma lenta contracção da população livre da Itália que contrastava com a proliferação da mão de obra escrava utilizada nas explorações agrícolas das elites (tal introdução de escravos na agricultura teria contudo já sido iniciada não mais tarde que o início do século III a.C. ou mesmo, segundo alguns autores, o final do século IV a.C.). Luuk De Ligt reconhece que tal reinterpretação não conduz necessariamente à aceitação da teoria tradicional do declínio populacional, mas refere que ela não deixa de qualquer modo de ser compatível com tal teoria (De Ligt 2007, 119). O problema do declínio não está esclarecido e continua a impor-se, sendo esta uma questão que terá alguns desenvolvimentos no presente capítulo. De Ligt havia abordado pouco antes esse problema com algum detalhe, lamentando em particular a escassez de fontes literárias (ver De Ligt (2006, 591-92)) no período republicano (apenas Tito Lívio e o *De Agricultura* de Catão) que fornecem elementos que permitem discutir o assunto e destacando os trabalhos mais tardios de Apiano (*Bella Civilia*) e de Plutarco (a vida de *Tiberius Gracchus*). Estas são questões que são abordadas por múltiplos autores que escrevem em apoio ou em contradição com o referido consenso e que procuraram complementar as fontes literárias (ou mesmo negar a sua contribuição para esclarecer o problema) com dados de pesquisas arqueológicas (incidindo sobre numerosas pequenas explorações agrícolas) que tiveram lugar a partir dos anos 50 em Itália. A opinião de De Ligt é contudo que tanto os dados literários como os que resultam da pesquisa arqueológica são indispensáveis para trazer mais luz

encontrou em Peter Brunt, ainda no início dos anos 70 do século XX, um apoio significativo com a apresentação de um extenso trabalho que incidiu sobre a demografia daquele período e, no final da década, em Keith Hopkins, uma síntese que teve também em consideração os trabalhos desenvolvidos anteriormente por Moses Finley.⁷

No entanto, opiniões contrárias à de Brunt (que era próxima da que Karl Julius Beloch havia formulado em 1886⁸) no que respeita aos números da população do território (tais opiniões incluem a de Tenney Frank, expressa em 1924, a de Timothy Wiseman, em 1969, e sobretudo – a partir de 1994 – a de Elio Lo Cascio)⁹ vieram pôr em causa o referido consenso. De facto, os valores em causa propostos pelos modelos em competição diferem de modo muito substancial, com os de Beloch e Brunt a apresentarem valores próximos dos 4 milhões para a população livre da Itália em 28 a.C. (ano do primeiro recenseamento efectuado por Augusto) e os de Frank e Lo Cascio a situarem-se em níveis mais de três vezes superiores. O primeiro modelo – habitualmente designado de «contagem baixa» – considera de facto que a grande divergência de valores daquele recenseamento com os que precedem só pode ser explicada por uma mudança de critério no que respeita à parcela da população que é considerada: apenas os cidadãos romanos adultos do género masculino para os recenseamentos que precedem Augusto, toda a população com cidadania romana (incluindo mulheres e crianças) a partir de 28 a.C. Para os defensores do segundo modelo – o de «contagem alta» – o critério ter-se-á mantido: a população que foi objecto dos recenseamentos terá sempre sido a dos cidadãos romanos adultos (17 anos e mais) de género masculino¹⁰.

a esse problema do eventual declínio populacional e que continuam a revelar susceptibilidade para apoiar interpretações divergentes (ver De Ligt (2006) e em particular o que é referido na página 592).

⁷ A obra fundamental de Finley é *The Ancient Economy*, cuja primeira edição data de 1973 (Finley 1999). Os trabalhos em consideração de Brunt e Hopkins são os já referidos *supra*.

⁸ *Die Bevölkerung der griechisch-römischen Welt*, uma obra fundamental de Beloch.

⁹ Frank 1924; Wiseman 1969; Lo Cascio 1994a; Lo Cascio 1994b.

¹⁰ Os valores que as fontes literárias nos apresentam relativos aos recenseamentos republicanos são interpretados mais frequentemente, de acordo com o referido acima, como sendo os correspondentes aos cidadãos romanos adultos (17 anos e mais) do género masculino. É essa uma interpretação que em princípio deriva do facto de um dos objectivos dos recenseamentos ter sido o de identificar os efectivos disponíveis para fins militares. Mas outros dois objectivos importantes são habitualmente reconhecidos: um fiscal, visando a cobrança do *tributum*, e o outro eleitoral, determinando quem tinha direito a voto nas assembleias populares. Dado este contexto, compreende-se que a generalidade dos autores modernos esteja de acordo no que respeita aos aspectos mais básicos dos procedimentos associados a tais recenseamentos: de cinco em cinco anos todos os cidadãos adultos *sui iuris* (cidadãos no seu próprio direito, independentes do poder pátrio ou marital; o cidadão dependente de tais poderes era designado *alieni iuris*) deviam declarar diante dos censores (ou dos seus assistentes) não só a sua pessoa como a sua propriedade; deviam ainda declarar as suas esposas assim como os seus filhos *in potestate* (os que portanto dependiam ainda do poder pátrio) e as respectivas idades. Este é um enquadramento favorável a outras interpretações dos valores referidos dos recenseamentos, entre as quais a de que incluiriam apenas cidadãos *sui iuris* do género masculino. Mas a primeira interpretação acima referida, embora

Embora os valores associados aos dois modelos para o início do período (225 a.C.) que habitualmente constitui objecto de análise não divirjam de modo tão profundo como os relativos a 28 a.C., grandes diferenças acabam de qualquer modo por se estender a todo o período intermédio. Nas duas perspectivas, os valores dos recenseamentos que no decurso desse período foram efectuados têm explicações naturalmente diferentes (sendo eventualmente corrigidos ou ajustados em função dos efeitos das guerras e das imperfeições das práticas censitárias), baseando-se em elementos de natureza geográfica, política, militar, económica e social. Mas a necessidade, por parte dos proponentes do modelo de «contagem alta», de justificar os valores mais elevados das populações levou-os a considerar que os recenseamentos efectuados ou solicitados aos aliados pelo Estado Romano não constituem os únicos indicadores que permitem estimar valores para as populações globais. Os testemunhos de natureza osteológica, os factores climáticos, o melhor conhecimento das populações urbanas que a arqueologia crescentemente permite e as comparações com economias pré-industriais de outros períodos e territórios passaram a ter cada vez mais a atenção dos académicos que se debruçam sobre as referidas realidades demográficas. Esta divergência tem como consequência fundamental a colocação em causa (para além naturalmente do aspecto puramente demográfico) do referido consenso historiográfico: a crise que terá atingido a população rural livre da Península não poderia ter sido tão profunda ou não teria mesmo existido¹¹.

adoptada pelos dois modelos, permite chegar a valores bastante distintos para os totais populacionais, para isso sendo suficiente considerar que os recenseamentos tenham tido em conta apenas parte dos cidadãos alvos dos mesmos (devido a subregistos derivados da longa distância a que se situavam os locais de residência, da prestação do serviço militar fora da Itália, da eventual exclusão de cidadãos da classe dos *proletarii* e de outras deficiências do processo de recenseamento). O modelo de “contagem alta” em particular, considera mais baixas proporções de registo desses cidadãos alvos, o que leva a cálculos que conduzem a populações mais elevadas. Ver De Ligt (2012, 79-80).

¹¹ Em complemento ao que é referido *supra*, nota 6, dir-se-á que a teoria tradicional do declínio populacional (que se baseia em grande medida em App. BC 1.7-11 e Plu. TG 8.1-3), tal como é referida em Hopkins (1978, 29-30), assenta na ideia de que, enquanto as guerras eram combatidas na Itália ou nas suas proximidades, elas seriam compatíveis com o que era necessário à agricultura de subsistência. Sendo os conflitos anteriores à guerra anibálica travados sobretudo no período estival – altura em que a necessidade de trabalho nos campos era reduzida – o regresso dos legionários no Outono satisfazia em grande medida os requisitos associados aos trabalhos agrícolas de preparação do ano seguinte. Este relacionamento de características harmoniosas foi quebrado no período iniciado com a Segunda Guerra Púnica. Estando os legionários longe e ocupados em campanhas que podiam durar vários anos, a prática de lhes permitir um regresso atempado às suas pequenas explorações terminou ou foi seriamente abalada. As suas famílias, muitas vezes incapazes de levar a cabo o trabalho necessário, foram confrontadas com a fome ou a ruína financeira. O que teve como resultado o abandono ou a venda de muitas das explorações e levou ao referido declínio demográfico. Citando Rosenstein (2004, 26-52), De Ligt (2007, 120-21) refere fraquezas para esta teoria que, resumidamente, assentam no argumento de que muitos exércitos romanos já mantinham campanhas bastante para além do período estival (daí a necessidade de criar o *stipendium*) desde o século IV a.C. A única diferença importante, refere ainda, seria que após 218 a.C. um número mais elevado de cidadãos romanos teria passado a estar sujeito a tal situação de guerra quase contínua ao longo do ano. E o argumento de que tal situação teria levado os legionários a adiar o

Outras razões, no entanto, têm sido acrescentadas na perspectiva de que a ruína agrícola poderia ser desmentida e substituída por um contexto em que a base agrícola da Península teria sido objecto de melhorias compatíveis com a necessidade de alimentar uma população crescente e que, mesmo, a introdução de escravos nas explorações agrícolas com objectivos comerciais teria revestido um carácter relativamente menos maciço que o anteriormente considerado. São razões que não esgotam contudo esta problemática que se articula à volta do consenso historiográfico que tem sido referido e em que vários autores se têm afirmado, seja no sentido de complementar a análise de Hopkins, seja com o objectivo de apresentar refinamentos ao que Elio Lo Cascio desenvolveu a partir de 1994.¹²

Para colocar um termo a esta secção introdutória dever-se-á dar alguma atenção a um tema que parece apresentar-se como essencial para quem procura defender um forte crescimento demográfico e assim contestar o consenso historiográfico. Esse tema é o da capacidade de suporte do território italiano. Tal capacidade de suporte, presumivelmente influenciada por eventuais mudanças climáticas e por progressos nas tecnologias agrícola, silvícola e pecuária, teria, na opinião de alguns autores, aumentado consideravelmente. Embora se deva referir que também a influência exercida pelo domínio imperial (conduzindo à apropriação de rendimentos gerados noutros territórios) e o desenvolvimento de uma aptidão comercial poderão ter contribuído, mais do que até então havia sido considerado, para o abastecimento da Península através da importação de recursos alimentares provenientes do exterior¹³.

casamento, afectando desse modo a fertilidade, seria contraditado em Rosenstein (2004, 85) com a afirmação de que o peso que recaía sobre os cidadãos de idade mais avançada (os que já haviam contraído matrimónio) era, devido ao critério por idades que estava por detrás da mobilização, mais reduzido (além de que o que mais importava em termos de fertilidade era a idade do casamento das mulheres e não a dos homens). No que concerne em particular os efeitos da guerra sobre a mortalidade, as referências que lhes são feitas por De Ligt com base nos argumentos de alguns académicos parecem pouco sistemáticas, o que justifica a sua não menção no enquadramento actual. De qualquer modo pode ser interessante reter a estimativa referida em Rosenstein (2004) 141-69 sobre um excesso de mortalidade atingindo os cidadãos romanos e aliados mobilizados em todo o período 200-133 a.C.: um valor aproximado de 200 mil legionários. O que, naturalmente, por si só, não permite grandes conclusões. Por outro lado, os argumentos de Rosenstein relativos à existência prévia de campanhas que ultrapassavam o período estival parecem pouco consistentes na medida em que desvalorizam a evolução para situações de maior gravidade. Parece de facto admitir que o agravamento das situações não teria levado a também consequências mais gravosas. Ver de qualquer modo Rosenstein (2008).

¹² Veja-se por exemplo o que é objecto de uma extensa digressão por vários autores, num e noutro sentido, que é feita em De Ligt (2006). São matérias de grande complexidade, a que se dará ainda alguma atenção no presente capítulo.

¹³ Neville Morley procedeu, com o objectivo de dar maior consistência ao modelo da contagem alta, a uma análise que considera a capacidade de suporte do território italiano (ver *infra*, secção 2.4). O aspecto mais notável do debate entre os dois principais modelos de contagem é o facto de que toda uma série de implicações históricas desse debate ainda permanecem sem avaliação aprofundada. A única tentativa

2.1. A SÍNTESE DE HOPKINS

A síntese acima referida, efectuada por Keith Hopkins¹⁴, deu atenção a uma multiplicidade de elementos caracterizadores da situação militar, política, social e económica dos dois últimos séculos da República, de que o autor destacou os seguintes:

1. A guerra contínua em que o Estado Romano ou a sociedade romana se viram envolvidos até um momento no «reinado» de Augusto em que teve início o período habitualmente designado por *Pax Romana*;
2. O afluxo de meios financeiros e outros tipos de recursos ao território italiano como consequência das vitórias romanas nessas guerras;
3. A prioridade dada pelos estratos sociais superiores à aplicação no investimento rústico dos meios financeiros resultantes da guerra (ou, em termos mais gerais, derivados da expansão imperialista), reforçando um processo que já vinha de trás de formação de explorações agrícolas, eventualmente pecuárias, vocacionadas para vendas nos mercados, e a preferência dada à importação de escravos para assegurar o respectivo cultivo;
4. O empobrecimento progressivo que atingiu os pequenos proprietários agrícolas e a respectiva migração para as cidades e províncias;
5. O crescimento consequente dos mercados urbanos.

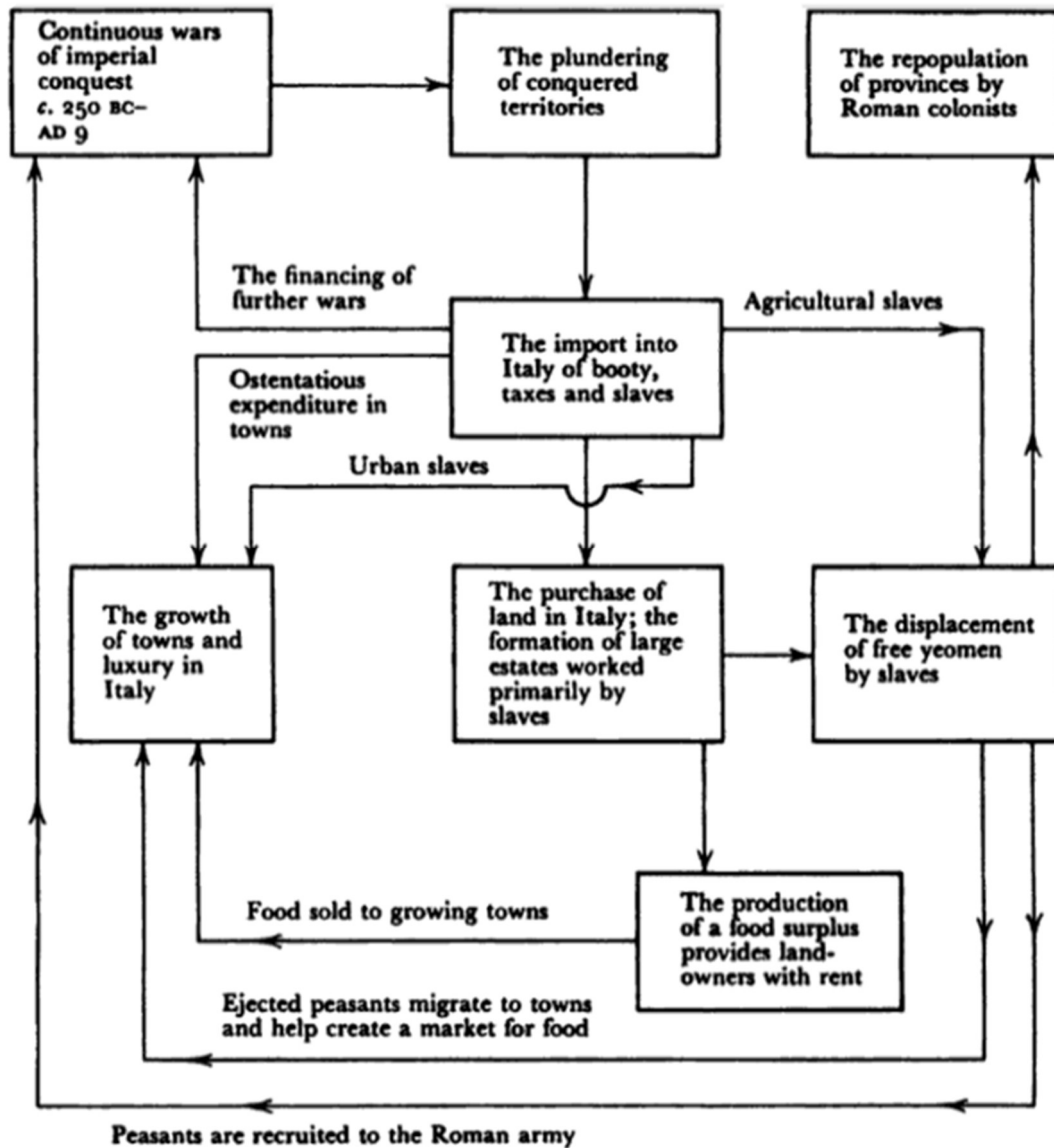
Hopkins, procurando dar expressão gráfica às interconexões entre estes elementos, apresentou no seu livro o diagrama que se reproduz na Figura 1, sem deixar contudo de

nesse sentido terá sido precisamente – segundo Launaro (2011b, 2-3) – a de Neville Morley em 2001, autor que, não obstante, apenas esboçou algumas das componentes de uma tal história alternativa ao tomar o modelo de «contagem alta» como ponto de partida (ver Morley (2001, 52 e n. 15)). Ainda segundo Launaro, o que é certo é que os apoiantes deste último modelo – assim como os que apoiam o modelo intermédio – ainda não produziram nenhuma narrativa histórica capaz de contrariar a elaborada ortodoxia Beloch-Brunt. E, complementando com o que escreve Morley, «The Beloch-Brunt account is coherent and familiar; those who disagree with its assumptions have not as yet produced a comparable alternative account of Italy's development, and so they have lost the wider argument by default. Historians have had to choose, not between two different narratives of the past, but between an elaborate and plausible narrative on the one hand and no more than a series of doubts and objections to it on the other» (Morley 2001, 61).

¹⁴ Hopkins 1978, 1-98. A crise estudada por Hopkins foi objecto de numerosos trabalhos nos anos que se seguiram, entre os quais Morley (2001) destaca Rathbone (1981), Giardina, et Schiavone eds. (1981), De Neeve (1984) e Carandini (1988).

sublinhar que cada processo nele implícito só muito dificilmente poderia ser objecto de uma análise isolada¹⁵.

Figura 2.1: A caracterização da situação militar, política, social e económica dos dois últimos séculos da República



Fonte: Hopkins 1978, 11-12

¹⁵ Hopkins 1978, 11-12.

2.1.1. A guerra contínua¹⁶

Relativamente ao tema da guerra contínua privilegiado por Hopkins, torna-se difícil descrever minimamente tais guerras, especificar as datas e os contextos em que ocorreram, os seus resultados específicos e consequências, sem evitar longos desenvolvimentos que só por si exigiriam a este trabalho um largo espaço. O autor optou aliás por evitar tal caminho, não obstante as cerca de 100 páginas que dedicou à síntese que acima se refere. As guerras mais importantes do início do século II a.C. foram as travadas a oriente – Macedónia, Grécia, Ásia Menor – em que tiveram mais significado a Segunda Guerra Macedónica, contra Filipe V, e a guerra contra o império Selêucida de Antíoco III. Por outro lado, os exércitos romanos continuaram o seu avanço na Hispânia, com recontros repetidos com as tribos ibéricas que culminaram com uma grande rebelião (Primeira Guerra Celtibérica) em 181-179 a.C. No próprio território italiano, o Estado Romano defrontou-se a norte com as tribos lígures e gaulesas, cujas forças actuavam frequentemente em conjunto no sentido de impedir a colonização romana. A actividade guerreira neste período – fundamentalmente as duas primeiras décadas do século, em que a proporção de soldados mobilizados relativamente à população adulta masculina variou em média entre 15 e 20% – foi assim extremamente elevada, embora longe do período anterior em que teve lugar a Segunda Guerra Púnica (quando a referida proporção chegou a atingir valores próximos de 30%). Nas três décadas seguintes esse indicador caiu para valores entre 14 e 8 %, não obstante a ocorrência da Terceira Guerra Macedónica (171-168 a.C.) e o recrudescimento das guerras hispânicas (que se arrastaram até aos anos 130)¹⁷.

Hopkins chama a atenção para os custos destas guerras destacando, contudo, que as fontes literárias romanas recorrem à retórica para os desvalorizar, invocando a glória militar através da importância atribuída às proezas dos comandantes, dando relevo aos inúmeros troféus de guerra, às cerimónias dos triunfos¹⁸. Os custos, esses, começam evidentemente com as baixas militares (perdas em batalhas de perto de 100 mil soldados na primeira metade do século II a.C., sem contar os feridos e os estropiados que nunca são referidos ou as vítimas das epidemias que atingem os exércitos) e as destruições (que as fontes raramente referem) a que estão sujeitas as colheitas, os gados e os activos

¹⁶ Hopkins 1978, 25-37.

¹⁷ Relativamente aos valores das proporções referidas, ver Hopkins (1978, 33).

¹⁸ Hopkins 1978, 25-28.

habitacionais quando as guerras ocorrem no próprio território. Por outro lado, se tais custos atingem mais os pobres do que as elites associadas ao poder político, não será possível ignorar que o próprio serviço militar acaba por constituir uma forma de tributação sobre uma mão de obra excedentária que habita os terrenos agrícolas. É importante chamar a atenção para esta percepção por parte de Hopkins de que a generalidade dos pequenos camponeses se encontrava de facto numa situação de sub-emprego, os quais passavam uma parte considerável do tempo sem nada que fazer a nível produtivo. Era essa situação que permitia a elevada taxa de mobilização militar acima referida, era a mobilização que funcionava como factor fundamental na criação de uma entidade – o exército romano – que acabava por adquirir natureza económica, na medida em que, implicando custos elevados (nomeadamente os relativos à alimentação, vestuário e armamento dos legionários) também conduzia a rendimentos, a curto prazo directos (o espólio associado às vitórias e as reparações de guerra pagas pelos vencidos) e a longo prazo indirectos (sobretudo a tributação imposta às províncias). Na realidade, se a alimentação e o vestuário dos legionários foi, até 167 a.C., financiado – pelo menos parcialmente – pelo *tributum*¹⁹ cobrado aos próprios cidadãos-camponeses, isso traduzia uma situação de excedente económico que, face à «dispensa» do concurso produtivo da mão de obra que estava mobilizada, não tinha como consequência uma redução significativa do produto agrícola. De facto, esse excedente económico, ou melhor, esse excedente de capacidade produtiva, revertia a favor da capacidade militar do Estado Romano. Naturalmente que tal situação fazia sentido em termos gerais e não excluía situações particulares que acabaram por conduzir com frequência à ruína dos pequenos

¹⁹ A cobrança do *tributum* aos cidadãos romanos foi suspensa nessa data, momento em que Emílio Paulo, depois da sua vitória sobre Perseu na Terceira Guerra Macedónica, levou para Roma um espólio equivalente a 5000 talentos (uma importância que permitia o financiamento de cerca de 40 legiões/ano, ou seja, o equivalente a quase 5 anos de guerras nesse período; como indicador adicional do poder de compra do talento poder-se-á também referir – ver a esse respeito Crawford (1974, 594) – que equivalia a 6 mil denários ou 24 mil sestércios; nesse contexto, os 5000 talentos permitiriam alimentar 240 mil famílias romanas durante um ano, dado que a alimentação de cada família requeria cerca de 500 sestércios). O *tributum* constituía uma receita extraordinária na medida em que se destinava a cobrir despesas de carácter extraordinário como as da guerra. Tratava-se de um imposto de repartição, cobrado aos cidadãos mobilizáveis para o serviço militar (mas não aos mobilizados), em princípio destinado a pagar o *stipendium* (soldo) dos mobilizados (que por sua vez servia para pagar a alimentação e o vestuário que lhes eram fornecidos pelo exército). Todo o imposto directo e regular aplicado aos cidadãos seria sentido como sinal de servidão, daí que o *tributum* só pudesse ser tido como extraordinário. A criação do *tributum* (e naturalmente também a do *stipendium*) teve lugar no decurso do cerco de Veios (que decorreu entre o final do século V a.C. e o início do século seguinte), numa altura em que, pela primeira vez, um exército romano devia manter-se em serviço por um período bastante longo, excedendo as breves campanhas anuais habituais. Ver Nicolet (2001a, 239-41), Nicolet (1976, 207) e Cornell (1995, 187).

camponeses, à destruição de famílias, à emigração forçada para as cidades e mais tarde para as províncias, como Hopkins descreve²⁰.

2.1.2. O fluxo de meios financeiros e outros tipos de recursos ao território italiano²¹

Esta situação altamente desfavorável para o campesinato tinha, contudo, uma contrapartida de sinal claramente contrário nos benefícios que afluíam por um lado ao próprio Estado Romano, por outro às elites políticas, militares e especificamente económicas.

No respeitante aos valores consideráveis que entravam nos cofres do Estado Romano, a esmagadora maioria era, directa ou indirectamente, derivada da guerra. Assim, no período 200-157 a.C., a título de «reparações de guerra» e de «espólio proveniente dos saques» o *aerarium* romano recebeu cerca de 44 mil talentos (em particular, o valor das reparações representou mais que cinco vezes o correspondente total de todo o século III a.C.²²). Mas as estimativas do total de receitas, que incluíam as que derivavam das conquistas de períodos anteriores ou de consolidação das mesmas, ultrapassavam esse valor²³. Embora uma parte muito considerável dessas receitas fosse aplicada na própria guerra, uma parcela de qualquer modo muito significativa foi utilizada no financiamento de obras públicas, em particular infraestruturas: abastecimento de água, esgotos, estradas, portos (e mais tarde, banhos públicos, termas, etc.)²⁴.

²⁰ As guerras que tiveram lugar na segunda metade do século II a.C. e no século seguinte – entre as quais se destacam mais conflitos no oriente, em África, na Hispânia, na Gália, além das três revoltas servis e várias guerras civis – continuaram a exercer uma muito forte pressão, através de elevados níveis de recrutamento, sobre a população camponesa. Essa pressão, as reacções cada vez mais fortes da plebe à mobilização, a dificuldade crescente em recrutar, conduziram à gradual desmilitarização do campesinato, substituído por proletários.

²¹ Hopkins 1978, 37-47.

²² Ver Kay (2014, 38). O local onde os haveres em metais preciosos do Estado Romano eram guardados era designado *aerarium Saturni*. As referências a tais haveres serão habitualmente feitas com a palavra *aerarium*, o que em português é adequadamente traduzido por “Tesouro”. Ver a tal propósito Kay (2014, 3, 26).

²³ As estimativas relativas ao conjunto das receitas e despesas do Estado Romano para 200-157 foram feitas por Tenney Frank em 1933 e ainda hoje constituem uma referência fundamental na matéria (ver Frank (1933, 126-146)). De um total de 101,8 mil talentos das receitas, só cerca de 7,7 mil não podem ser associadas às guerras travadas (ver Carmo (2018, 117, Quadro 1)). Para além das receitas específicas referidas acima devem ser destacadas o «rendimento das minas da Hispânia», os «dízimos sobre as colheitas de cereais na Sicília e na Sardenha» e o «arrendamento do *ager publicus* em Itália» (todas elas receitas que derivam de vitórias nas guerras anteriores).

²⁴ Frank estima um valor de apenas 3,3 mil talentos dispendido em «obras públicas» no período 200-157 a.C. mas há razões para crer que tal valor está claramente subavaliado. Philip Kay, num trabalho mais recente, estima um total de 31,3 mil talentos em «despesas de investimento» para o período 199-150 a.C.

Hopkins, por seu lado, dá mais relevo aos benefícios que resultaram para os privados (embora ponha em destaque um aspecto muito relevante para as Finanças Públicas, a progressiva substituição das reparações de guerra e do espólio por impostos cobrados aos peninsulares). Assim, em particular, a aristocracia romana beneficiou muito consideravelmente da parte dos valores do espólio a que tinha direito segundo as regras estabelecidas (e, frequentemente, suspeita-se, de parcelas a que não tinha direito), montantes que foram muitas vezes utilizados para investimentos (em terrenos agrícolas, em financiamentos à actividade comercial, na construção de alojamentos urbanos para arrendamento, em propaganda política visando as eleições para magistrados, etc.). Ainda no século II a.C. essa aristocracia beneficiou do impacto que a suspensão²⁵ da cobrança do *tributum* (que ocorreu em 167 a.C.) teve, não só directamente, pois os seus membros estavam sujeitos a tal imposto, mas também indirectamente, através do reforço da procura (sobretudo urbana) incidente sobre os produtos em proveniência das respectivas explorações agrícolas (aquelas que se haviam expandido na sequência dos investimentos referidos em terrenos agrícolas e recorriam à mão de obra escrava que substituíam os camponeses que migravam para as cidades). Tais investimentos conduziam muito frequentemente à reprodução alargada dos capitais disponíveis – não só através da apropriação de mais espólio, mas cada vez mais em associação com a apropriação ilícita de fundos extorquidos aos provinciais em associação com a cobrança de impostos (em que o exercício de funções de governador ou outras a elas conectadas e a actividade dos publicanos era quase sempre essencial). Por outro lado, o montante do espólio que cabia aos legionários (também ele em aumento progressivo), a migração crescente dos camponeses para as cidades face à perda das suas terras, os rendimentos atribuídos a um exército que se foi profissionalizando e que cada vez mais era constituído por proletários, contribuíram poderosamente para aumentar a procura urbana global e assim criar um novo foco de actividade económica que oferecia oportunidades para a referida reprodução alargada de capitais. Contudo, essa procura era em parte satisfeita pelo próprio Estado que, a partir de 123 a.C. (data da promulgação por Gaio Graco da *lex frumentaria*) deu início a um processo de subsidiação das distribuições de trigo à plebe²⁶.

(face a um total para as despesas públicas nesse período de 112,5 mil talentos). Para os períodos seguintes as estimativas de Kay sobem para 77,5 (149-100 a.C.) e 46,8 (99-50 a.C.) mil talentos (Kay 2014, 299-301). Estes valores são objecto de uma avaliação mais aprofundada em Carmo (2018).

²⁵ Essa suspensão terá também beneficiado indirectamente os proprietários das terras arrendadas, visto que ficavam com margem para aumentar os valores das rendas.

²⁶ Essa lei dispunha que o trigo seria vendido à plebe por 6 1/3 asses (cerca de 1,6 sestércios) o *modius* (Liv. *Perioch.* 60). Em Kay (2014, 300) admite-se que cerca de 40 mil cidadãos terão beneficiado de um

Os desequilíbrios sociais que se criaram com todo este processo tiveram também, contudo, efeitos diversos dos referidos, em particular para as elites proprietárias de terras. Tais efeitos foram sobretudo sentidos no século I a.C., primeiro associados à Guerra Social de 91-88 a.C., às lutas entre as facções de Mário e Sula – altura em que surgiram as primeiras confiscações de terras que atingiram os proprietários ligados à facção perdedora – e à revolta de Espártaco, depois com o prosseguimento das guerras civis que só terminaram com a vitória de Augusto. Foi um momento em que se constituíram verdadeiros exércitos privados (pagos pelos próprios generais – Pompeio, Crasso, Júlio César – que lutavam pela supremacia política) e em que as vitórias desses exércitos eram seguidas de distribuições aos soldados de valores muito significativos arrebatados aos vencidos ou ainda de terras apreendidas nas províncias ou confiscadas às facções perdedoras no território italiano. Tratou-se naturalmente de acontecimentos que criaram uma enorme instabilidade que afectou inevitavelmente toda a actividade económica. Mas, conforme Hopkins sublinha, todas estas guerras não se limitaram a afectar a disponibilidade de recursos materiais e a sua redistribuição. A formação do Império colocou a elite romana perante a necessidade (e a vantagem) de adquirir competências profissionais a nível da advocacia e da administração, com os generais, frequentemente convertidos em governadores, a assumir um papel fundamental nesse processo. Por outro lado, muitos camponeses transformaram-se progressivamente em soldados profissionais após terem passado pela situação de proletários – situação incentivada pela referida atribuição de subsídios à alimentação após o último quarto do século II a.C., que acelerou as migrações de rurais para as cidades. A maior disponibilidade de recursos financeiros – não só espólio e reparações de guerra, mas ainda a antecipação do recebimento dos impostos pelo Estado para o momento em que a respectiva cobrança era adjudicada aos publicanos – conduzia regularmente a mais guerra; ou seja, um dos resultados da guerra era mais guerra. Assim, a exploração das províncias – em que os publicanos tinham um papel fundamental que era supervisionado, geralmente no sentido de ainda agravar o grau de exploração, pelos governadores e seus auxiliares (que ainda contavam para tal com o

fornecimento de 5 *modii*/mês a esse preço (o que em média equivaleria a cerca de metade do preço praticado no mercado) durante um longo período que vai de 123 a 62 a.C. Essa subsidiação teria assim conduzido a um financiamento anual médio pelo orçamento do Estado de cerca de 158 talentos (cerca de 3% do total orçamental). Mas a partir de 58 a.C. a mesma quantidade de trigo passou a ser distribuída gratuitamente por um número de beneficiários que teria variado entre 150 e 320 mil. O que, considerando um preço por *modius* de 3 sestércios, conduz a valores respectivamente de 1125 e 2400 talentos/ano. Ou seja, para um orçamento global de 340 milhões de sestércios, percentagens de cerca de 8 e 17% (Hopkins 1978, 38-39).

exercício da função judicial) – acabou por atingir níveis extremamente elevados, estendendo-se por outro lado à concessão de empréstimos aos provinciais para os capacitar a pagar os impostos, o que, dada a necessidade de dar como garantias as suas terras, conduziu ainda à ocorrência da execução das respectivas hipotecas²⁷.

2.1.3. A aplicação prioritária dos recursos provenientes da guerra no investimento rústico²⁸

A aristocracia romana, tendo-se apoderado de uma parte significativa dos lucros do Império, tendia a usar os meios financeiros correspondentes na aquisição de terra que, abandonada pelos seus proprietários – geralmente pequenos camponeses arruinados (muitas vezes sobrecarregados de dívidas) devido ao seu afastamento longo e frequentemente compulsivo nas campanhas militares no Oriente e no Ocidente –, passava a ser dedicada a culturas que permitiam, através de vendas nos mercados, a realização de excedentes por vezes extremamente substanciais. Tratava-se de qualquer modo de um processo gradual, já iniciado no século III a.C.²⁹, em que a mão de obra livre era substituída por escravos e em que o factor dimensão permitia a realização de aumentos de produtividade significativos.

Verificava-se por vezes, contudo, que tais lucros do Império não eram imediatamente investidos na terra. Podiam então ser utilizados no financiamento de outras actividades

²⁷ Ver também, no que respeita ao afluxo de recursos – espólio e reparações de guerra – no decurso da primeira metade do século II a.C., Kay (2014, 21-42). Relativamente à crescente diferenciação nos prémios (normalmente resultantes do espólio que era apropriado após as vitórias) atribuídos em função das hierarquias existentes nos exércitos, ver Hopkins (1978, 40-1) mas sobretudo Badian (1968, 76-92).

²⁸ Hopkins 1978, 48-56. Ver também Rosenstein (2008) sobre o tema do investimento na terra, onde o autor dá curso às suas dúvidas sobre a capacidade das explorações agrícolas das elites (ordens senatorial e equestre) para terem podido dar um contributo significativo às finanças da generalidade dos seus membros. Em particular, Rosenstein dá numerosas indicações bibliográficas sobre os desenvolvimentos do conhecimento histórico posteriores a Hopkins (por exemplo – Rosenstein 2008, 2, n. 6 – no que respeita à falta de elementos que permitam concluir no sentido de uma expansão significativa de tais explorações previamente ao século I a.C., à indispensabilidade da existência de pequenos camponeses nas suas vizinhanças e aos supostos efeitos prejudiciais das guerras de conquista sobre tais camponeses e sobre a viabilidade económica das suas quintas).

²⁹ Há opiniões diversas sobre o início deste processo de investimento em terra (investimento considerado seguro, motivo que complementava a prática tradicional que advinha de razões de estatuto) visava agora o lucro por parte das elites romanas. Esse é um tema desenvolvido em Kay (2014, 133-36 e ss.), com indicação de vários autores em que o assunto é discutido em pormenor, nomeadamente no que respeita aos desenvolvimentos que se seguiram ao *plebiscitum Claudianum* de 218 a.C. (o qual proibia os senadores ou os seus progenitores de serem proprietários de navios que pudessem transportar mais que 300 ânforas – ver Liv. 21.63 – mas que pode ser interpretado mais como uma pressão para investir na terra do que propriamente como retaliação ao envolvimento das elites políticas no comércio).

económicas – como o comércio, por exemplo – ou simplesmente gastos em artigos de luxo ou outros o que, por sua vez, conduzia a um «efeito multiplicador» que incentivava a actividade económica. Ou então utilizados na «compra» de votos para a obtenção de lugares políticos, o que tendia, a prazo, a facilitar a obtenção de posições militares ou administrativas nas províncias cuja detenção viria a proporcionar no futuro mais lucros privados. O referido efeito multiplicador, por outro lado, apoiava-se sobretudo numa expansão do mercado constituído pela cidade de Roma (mas também por outras cidades), onde os lucros do Império eram despendidos em primazia. Era aí que as elites romanas e itálicas aumentavam com regularidade os seus séquitos de escravos, construíam palácios, investiam noutros elementos do imobiliário urbano, contribuía para a subsistência dos respectivos núcleos de clientela («compra» de votos, etc.), além de outras despesas. Tudo isto contribuía para um desenvolvimento permanente e primordial das necessidades alimentares, justificação fundamental para o investimento nas explorações agrícolas que produziam para o mercado.

Este investimento conduziu, por outro lado, dado o modo de formação de tais explorações, à formação de domínios fragmentados com consequências políticas importantes³⁰. Mantendo-se a terra como a principal fonte de poder e de riqueza e sendo ela um recurso limitado, não surpreende que as disputas visando o seu controlo, no contexto de instabilidade que tem vindo a ser referido, tenham conduzido a processos longos e de acentuada violência como os relativos à ocupação do *ager publicus* pelos ricos e esforços no sentido da sua distribuição pelos pobres (irmãos Graco) e as guerras civis já referidas. Tratou-se de uma «longa conjuntura» que viu as cada vez mais extensas explorações agrícolas a serem «povoadas» por escravos resultantes das guerras, os camponeses livres a migrarem para as cidades, os proletários em que eles se transformaram a exigirem o acesso à terra e finalmente o caos resultante das guerras civis a encontrar alguma solução com a emigração – organizada sobretudo por César e Augusto – para as províncias de centenas de milhar de cidadãos. Por outro lado, não obstante os dados sobre a questão serem escassos, Hopkins parece acreditar que os rendimentos da elite terão continuado a ser maioritariamente constituídos pelos proveitos que provinham das suas terras.

³⁰ A formação de tais domínios fez-se através da apropriação progressiva das terras dos camponeses livres – por compra ou expulsão – quando mais meios financeiros ficavam disponíveis e quando as oportunidades surgiam. Hopkins refere especificamente que a referida fragmentação terá impedido que os aristocratas romanos – diversamente do que sucedeu posteriormente na Idade Média com os senhores feudais – tivessem baseado o seu poder no controlo de um território específico.

Mas a posse da terra – certamente em grande medida devido à riqueza que proporcionava – era ainda uma condição fundamental na definição do estatuto social e, também pela mesma razão, um factor que estava claramente associado à necessidade de fornecer garantias quando estivessem em causa valores financeiros: a contracção de dívidas e os contratos (empresas cobradoras de impostos e outros) estabelecidos com o Estado. De qualquer modo, primazia não significa exclusividade e os proprietários das grandes explorações agrícolas não deixavam de ter outros interesses financeiros. Em primeiro lugar os associados à própria terra, acontecendo que frequentemente terão recorrido ao arrendamento de algumas parcelas³¹. Uma opção que poderia resultar de, em primeiro lugar, uma simples dificuldade em assumir a gestão directa da exploração, mesmo que através da delegação de funções num *vilicus* (motivada seja por falta de interesse ou vocação para tal actividade, pela dedicação prioritária a outras actividades – políticas por exemplo – ou pela excessiva fragmentação geográfica das suas propriedades); em segundo lugar, derivada de um cálculo económico que indicasse que a exploração directa por um empresário de estatuto livre seria mais rentável (embora neste caso o factor «dimensão/economias de escala» envolvido pudesse afectar negativamente a produtividade e logo fazer diminuir o valor da renda); por último, de um simples desejo de aumentar a segurança das entradas financeiras ou diversificar o risco (através de rendas de valor fixo, não sujeitas às contingências climáticas).

Mas não se pode excluir que considerações de estatuto actuassem contra o referido envolvimento directo (não obstante Catão, Varrão e Plínio, conforme refere Hopkins, possam apontar casos em que não teria havido tal preocupação).

Por outro lado, outro interesse financeiro dos grandes proprietários rústicos teria estado nas actividades comerciais, nas operações de concessão de empréstimos ou mesmo

³¹ Arqueologicamente, contudo, a distinção entre o pequeno camponês proprietário da sua terra e o arrendatário (seja ele livre ou escravo – *colonus* ou *quasi-colonus*) revela-se difícil, conforme é referido em Garnsey, et Saller (1996, 75-7). O desenvolvimento da instituição do arrendamento terá tido início, de acordo com Launaro (2011b, 170-77), no final do século II a.C. (mas a primeira menção conhecida de locação de terras a escravos é posterior e foi feita em 39 a.C.). Launaro, que fornece um vasto número de referências bibliográficas que consideram a natureza e o desenvolvimento da instituição, dá realce a vantagens que atribui à associação entre grandes e pequenos proprietários, nomeadamente ao acesso que estes terão passado a ter a activos resultantes do investimento feito por aqueles (equipamento e animais utilizados na lavoura, lagares de azeite e vinho, moinhos, fornos, armazéns, etc.). O autor, que defende o modelo de “contagem alta”, assinala a vantagem que a situação de arrendatário (não proprietário) – que para o efeito era equivalente à do muito pequeno proprietário – teria em termos militares (não só para ele mas também para o grande proprietário) dado os *proletarii* escaparem à mobilização (o que contudo convirá considerar no contexto que deriva de a instituição do arrendamento ter iniciado o seu desenvolvimento no final do século II a.C., altura precisamente em que limites censitários mais baixos para inclusão na classe dos *assidui* tinham já sido implementados ou em que os *proletarii* passaram a ser mobilizáveis).

bancárias (para além naturalmente das actividades específicas dos publicanos: fornecimentos aos exércitos, construção urbana, exploração mineira e cobrança de impostos). Eram actividades em que há indícios que apontam para a existência de valores sociais que as condenavam (seriam actividades aviltantes, humilhantes) quando exercidas pelos estratos superiores (os senadores, em particular, que chegaram a ser proibidos pelo já referido *plebiscitum Claudianum* de possuírem navios de grande porte, assumidos claramente como servindo ao escoamento de produtos agrícolas em quantidades que ultrapassavam a produção das suas próprias explorações). Mas tais valores tradicionais parece terem sido progressivamente violados no período da República Tardia, como o demonstram as actividades conhecidas de vários membros da nobreza romana, sobretudo no decurso do século I a.C. (Cícero chegou a defender o exercício de actividades comerciais desde que fossem de grande vulto; as únicas que considerava aviltantes eram as de pequena escala³²). Hopkins reconhece não haver dados para determinar uma proporção aproximada entre rendimentos da terra e outros rendimentos das classes superiores mas, referindo como termo de comparação a situação correspondente na Inglaterra do início do século XIX (sociedade já industrializada e de que são conhecidos os dados que apontam para uma importância relativa dos rendimentos do grupo cimeiro dos proprietários agrícolas muito superior aos do grupo constituído por comerciantes e banqueiros) conclui que em Roma tal desnível deveria ainda ser maior³³.

Outra dificuldade que se pode apontar ao desenvolvimento de actividades económicas noutras áreas que não a agrícola/pecuária é de natureza institucional. Assim, refere-se que, com excepção dos domínios abrangidos pelas sociedades de publicanos, os romanos nunca desenvolveram formas legais para empreendimentos de natureza comercial ou industrial que se assemelhassem às actuais sociedades anónimas. O que contribuía para

³² Cic. *Off.*, 1.151.

³³ Esta é uma questão extremamente interessante, com o autor a não se revelar em Hopkins (1978, 52-3) suficientemente abrangente na análise que faz da comparação entre rendimentos das grandes explorações agrícolas e o conjunto dos rendimentos não agrícolas. Por um lado, a comparação com Inglaterra pode ser falível em particular porque o crescimento dos rendimentos agrícolas no período considerado parece estar ainda bastante afectado pelos extraordinários progressos na produtividade dos campos que tiveram lugar nos séculos anteriores (e que terão contribuído para o próprio investimento na indústria nascente). Por outro lado, em Roma a situação poder-se-á ter revelado invertida relativamente à Inglaterra, com os lucros privados da guerra a incentivarem o investimento – e logo a produção – na agricultura e a revelar-se provável que só numa fase subsequente a importância dos rendimentos agrícolas assumisse maiores valores. Uma análise diacrónica dos dois últimos séculos da República parece justificar-se e aí haveria certamente a considerar, no que corresponde a actividades económicas não agrícolas, não só os rendimentos da guerra mas também os das próprias explorações agrícolas em novas actividades como, nomeadamente, o comércio, a concessão de empréstimos, a banca, a construção urbana e ainda as actividades de natureza artesanal. Sobre estas aplicações alternativas de recursos financeiros ver Rosenstein (2008, 20-1), em particular as referências bibliográficas dadas nas notas 110 a 114.

complicar a preservação das sociedades existentes (mesmo no caso das sociedades de publicanos), que ficavam em forte risco de dissolução em circunstâncias de morte ou afastamento de um membro mais importante, e criava dificuldades de funcionamento no que respeita às garantias a fornecer. As sociedades de publicanos defrontavam-se ainda regularmente (em princípio de cinco em cinco anos, o período do *lustrum*) com a perspectiva de dissolução – dado que a entidade a que prestavam serviços era o Estado – caso não tivessem sucesso na arrematação dos contratos face à concorrência (mas aqui o problema não tinha natureza legal, decorrendo da situação de monopólio). As insuficiências de natureza institucional podem ter de facto dificultado os investimentos em actividades comerciais e artesanais ou mesmo industriais. Mas é provável que as razões de estatuto social que estavam subjacentes à preferência dos detentores de capitais pelo investimento na terra tenham limitado consideravelmente uma evolução mais forte em tal sentido³⁴.

Assim, os capitais disponíveis tendiam a ser investidos sobretudo na terra, mesmo para assegurar a viabilidade (prestação de garantias) do negócio dos publicanos. E obter os capitais para investir na terra (para além daqueles já disponíveis e que só podiam ser multiplicados investindo-os nas diferentes actividades já referidas) era objecto de uma forte competição, visto que os lugares nas magistraturas que davam acesso aos comandos militares e às posições administrativas nas províncias eram sobretudo limitados aos cônsules e aos pretores. Indo a tendência no sentido de mais e mais aquisição de terras pela aristocracia romana, interessará dispor de indicadores que permitam avaliar a importância do desenvolvimento das grandes explorações agrícolas.

Nesse contexto, Hopkins refere que³⁵:

1. Deverá ter havido mais que um milhão de escravos agrícolas em Itália em meados do século I a.C. (o que receberá confirmação face às revoltas de escravos que atingiram a Sicília – em 135 e 104 a.C. – e a Itália Continental – em 73 a.C. – que terão atraído muitos milhares de rebeldes);

³⁴ Evolução certamente afectada pela reduzida dimensão dos mercados na área do consumo privado para além da alimentação (que era assegurada nos campos através das actividades de auto-suficiência e nas cidades pelas importações de trigo das províncias e pelos excedentes das explorações agrícolas vizinhas, em particular as de maior dimensão) e do vestuário (cuja confecção era provavelmente assegurada na sua parcela mais substancial por trabalho desenvolvido no contexto familiar). No caso dos mercados públicos, em que predominavam os fornecimentos aos exércitos (sobretudo alimentação e vestuário), a construção de infra-estruturas (edifícios, abastecimento de água, esgotos, estradas, ...) e a colmatagem das insuficiências administrativas do Estado Romano (nomeadamente a cobrança de impostos), o «negócio» existia e era certamente quase que monopolizado pelas sociedades de publicanos.

³⁵ Hopkins 1978, 55-56.

2. Os autores de tratados sobre agricultura – Catão, Varrão e Columela – assumiam que tais explorações empregavam sobretudo escravos³⁶;
3. Os primeiros desenvolvimentos da agricultura no sentido da criação de excedentes comercializáveis teriam sido assinalados com o aparecimento da literatura a ela dedicada nos inícios do século II a.C. (tradução de um tratado cartaginês; mas terá havido muitos mais tratados do que os conhecidos ou sobreviventes, com um aumento considerável da respectiva sofisticação ao longo do tempo, reflectindo uma evolução significativa do conhecimento na área);
4. Ter-se-á criado a convicção de que terão resultado avultados rendimentos de tais explorações, com origem tanto no que respeita à sua gestão directa como nos casos de arrendamento, não sendo possível contudo inferir valores concretos para os respectivos valores (a fertilidade e a localização das terras seria certamente bastante variável, conduzindo a valores com flutuações anuais por vezes significativas, que também seriam motivadas por flutuações nos preços e pelas contingências climáticas);
5. Um último indicador hipotético, baseado na assunção de que os 600 senadores (após Sula) obtinham o equivalente a 36 milhões de sestércios anuais (1500 talentos) em rendas agrícolas (que corresponderiam a cerca de 30% do total da produção), conduz-nos a uma produção global nas suas terras de cerca de 200 mil toneladas de trigo já líquidas da retenção necessária para as sementeiras (admitindo um preço de 3 sestércios por *modius*, ou seja 6,5 kg); isso significaria cerca de 200 mil famílias (considerando um consumo médio, para uma família de 4 pessoas, de 1000 kg anuais), ou seja, cerca de 20% da população da Itália na perspectiva de Hopkins³⁷.

³⁶ Os números indicados – à volta de dezena e meia de escravos por exploração agrícola – não parecem muito elevados, embora claramente superiores à dimensão média de uma família camponesa. Interessaria aqui associar tais valores às áreas e quantidades estimadas das explorações para julgar da adequação do conjunto, considerando as superfícies totais com capacidade agrícola.

³⁷ Trata-se de valores e cálculos bastante discutíveis, a começar com a não consideração dos rendimentos de explorações directas pelos próprios senadores ou com a admissão de a única despesa suportada pelas famílias camponesas ser o trigo.

2.1.4. Expulsão ou abandono de terras pelos camponeses e sua substituição por escravos introduzidos pelos novos proprietários³⁸

O processo de criação de numerosas e extensas explorações agro-pecuárias pelos membros da aristocracia romana teve como contrapartida fortes migrações de camponeses para colónias estabelecidas na Itália e para as cidades no decurso das primeiras sete décadas do século II a.C. Já devido à invasão de Aníbal, milhares de camponeses haviam tido que procurar, com as suas famílias, a protecção das muralhas de Roma para escapar aos perigos mais directos da guerra. No seu decurso, muitos outros acabaram por ser vitimizados (à medida que a recuperação romana se afirmava) pelas confiscações que pelo menos afectaram as oligarquias que haviam escolhido o lado de Aníbal. A guerra terminada, foram enviados esforços por parte das autoridades romanas para fazer regressar os camponeses deslocados às suas terras, não obstante a destruição das suas quintas e a perda dos gados que detinham. Foi nessa altura que o Estado (incapaz de saldar as suas dívidas devido às exigências financeiras de novas guerras), para reembolsar os seus fornecedores que haviam acumulado créditos durante a guerra, lhes possibilitaram a aquisição de terras que, para o efeito, foram colocadas à venda por preços muito favoráveis³⁹. Tais terras, bastante extensas e valiosas, estavam situadas na região central de Itália (provavelmente oriundas das confiscações que haviam recaído sobre as cidades que haviam escolhido o lado de Aníbal; foi este aliás um processo que veio a repetir-se de modo semelhante com as facções perdedoras nas guerras civis que ocorreram no século seguinte⁴⁰).

Por outro lado, o governo resolveu criar um programa de colonização que teve lugar de 194 a 177 a.C. com a consequência de ter levado (na perspectiva de Hopkins) a uma redução, nesse período, de cerca de 100 mil habitantes de estatuto livre na área central da Itália⁴¹. Houve ainda uma distribuição de parcelas do *ager publicus* em 173 a.C., mas

³⁸ Hopkins 1978, 56-8.

³⁹ Liv. 26.35-6, 28.11, 31.13.

⁴⁰ Ver Brunt (1971a, 300-12, 326 e ss.). As proscricções e confiscações nas guerras civis terão incidido sobre não só as facções perdedoras, mas também sobre indivíduos cujo principal “defeito” era serem possuidores de bens valiosos. Por outro lado, o destino das terras confiscadas terá, principalmente, sido a propriedade dos comandantes dos exércitos vencedores e a formação de colónias sobretudo de veteranos desses exércitos (o que, além de constituir recompensa pela fidelidade demonstrada, permitia, dada a concentração dos veteranos em terras próximas, eventual facilitação de mobilizações de exércitos fiéis).

⁴¹ As colónias foram criadas no extremo sul e no norte da Itália, com a reduzida dimensão dos pedaços de terra que as famílias receberam a indiciar um extenso empobrecimento. Os cerca de 100 mil habitantes transferidos distribuíram-se por 13 colónias marítimas (cerca de 13 mil habitantes), 4 colónias de

desconhece-se a existência de novas distribuições nos 45 anos seguintes. Entretanto, os membros das oligarquias ocupavam partes substanciais do *ager publicus* empregando, nos períodos que lhes eram mais convenientes (em particular na época das colheitas), os colonos que procuravam suplementos aos escassos recursos que, face à dificuldade em que se encontravam de se apetrechar adequadamente em meios técnicos de trabalho, estavam ao seu alcance. Assim, as colônias acabavam por replicar a situação social que já se conhecia na Itália Central⁴².

Mas a grande migração terá sido para as cidades – muito em particular Roma – com as cidades latinas logo em 187 e 177 a.C. a queixarem-se ao senado da situação: um grande número de latinos havia-se inclusivamente feito recensear na capital⁴³, o que impedia muitas cidades de fornecer soldados nas quantidades estabelecidas. Algumas medidas tomadas em Roma procuraram contrariar, reverter, tal movimento, mas o que é certo é que a população de Roma continuou a aumentar, como é perceptível pela expansão do sistema de abastecimento de água: os dois aquedutos que já existiam no princípio do século, *Aqua Appia* e *Anio Vetus*, tinham em conjunto uma capacidade nominal de abastecimento de cerca de 250 mil m³/dia, aos quais foram acrescentados *Aqua Marcia*, em 144 a.C., com perto de 190 mil m³/dia, e *Aqua Tepula*, em 125 a.C., com 18 mil m³/dia⁴⁴ (dando satisfação a uma necessidade que já se havia feito sentir em 179 a.C., mas com a construção prevista de um aqueduto a ser bloqueada por interesses privados). Outro indício da desertificação humana de algumas áreas, segundo algumas indicações no território samnita próximo da Campânia (embora a disponibilidade de terras possa, nesse aspecto particular, ser ainda devida às consequências da Segunda Guerra Púnica), está na transferência ordenada em 180 a.C. pelos comandantes romanos de 40 mil Lígures

cidadãos (25 mil habitantes) e 5 colônias latinas (60 mil habitantes). A dimensão das parcelas distribuídas terá variado bastante: de 5 a mais de 50 *iugera* (1,25 a 12,5 hectares), com as colônias latinas a serem privilegiadas nesse aspecto como compensação para os cidadãos romanos de lhes ser retirada a cidadania. Havia por outro lado desigualdades nas distribuições, com os cavaleiros e os centuriões a receber mais que os simples legionários. Ver, para mais detalhes, Frank (1933, 122-23), Salmon (1970, 95-109) e, mais recentemente, Salmon (1982, 93-7).

⁴² Ver Brunt (1971a, 194-95). A replicação da situação social na Itália Central (Sul da Etrúria, Lácio e Norte da Campânia) refere-se ao empobrecimento progressivo dos pequenos camponeses e à sua dependência, não só dos grandes proprietários para obtenção de recursos adicionais – alimentação, mas sobretudo meios técnicos para exploração das suas terras – mas também no que respeita à utilização do *ager publicus* para obtenção de madeira e alimentação do gado suíno e caprino. Tal empobrecimento conduzia frequentemente à necessidade de vender as suas terras.

⁴³ Liv. 39.3, 41.8.

⁴⁴ Liv. 40.51; Frontin., *Aq.* 1.7; Bonnín 1984, 202. Não há indícios de que os esforços das autoridades romanas para parar as migrações para as cidades tivessem sequência. Além dos camponeses impelidos pelos grandes proprietários haverá naturalmente a considerar, entre os novos vindos às áreas urbanas, os escravos e os seus filhos e os excedentes populacionais que eram atraídos pelas oportunidades surgidas na cidade derivadas dos elevados rendimentos – e portanto gastos – ocasionados pelas vitórias militares.

(homens, mulheres e crianças) de uma tribo vencida para um território naquela região⁴⁵. Aquela situação de migração para as cidades, associada em muitos casos ao preenchimento dos vazios (criados nas áreas abandonadas) pelas explorações agrícolas da aristocracia e dos seus escravos rurais, acabou por criar reacções mesmo no seio dos órgãos do poder (que já aliás viriam, de acordo com a tradição literária, da primeira metade do século IV a.C. com as *Leges Licinia-Sextiae*) contra uma acumulação excessiva de terras públicas pelos ricos (reacções que se vieram acrescentar à cada vez maior má vontade dos pobres para aceitar o recrutamento militar ou à proletarização que, legalmente, conduzia à não qualificação para tal recrutamento)⁴⁶. O terreno estava maduro para a intervenção dos irmãos Graco.

2.1.5. Reforma agrária?⁴⁷

Um conflito entre ricos e pobres, entre grandes proprietários rústicos e os «sem terra»? Ou algo mais vasto em que intervinham ambições privadas, ideologias e uma mescla de problemas políticos de alcance variável? A História tem-nos apresentado o tema dos irmãos Graco associado primordialmente à redistribuição da terra pública, mas, antes de considerar esse aspecto essencial (tendo em vista a data simbólica de 133 a.C.), convém referir dois tópicos de natureza política que não podem ser ignorados. Assim, em primeiro lugar, não obstante a aristocracia senatorial deter o essencial do poder político de decisão, há que ter em atenção que as assembleias populares⁴⁸ – os *comitia centuriata*, os *comitia tributa* e o *concilium plebis* – dispunham também de poderes significativos; em particular os que correspondiam à eleição dos magistrados e uma parte considerável do poder legislativo. Por outro lado, dever-se-á considerar que os tribunos da plebe⁴⁹ – eleitos anualmente por essa componente largamente maioritária do povo romano – existiam para proteger os interesses específicos dos que não pertenciam à minoria que, no início do século V a.C. (altura da criação do tribunato, após uma revolta da plebe), detinha o

⁴⁵ Liv. 40.38. O objectivo das autoridades romanas poderá ter sido também o de prevenir futuras revoltas de tais populações na sua terra de origem. O que é consistente igualmente com uma prática que já era habitual de misturar populações de origens diversas para atenuar possíveis revoltas (dividir para reinar...).

⁴⁶ Conforme historiadores de períodos posteriores vieram a constatar. Ver em particular Plu. *TG* 8.1-6.

⁴⁷ Hopkins 1978, 59-64.

⁴⁸ Ver Carmo (2010b, 12, 14, 20-1, 60, 64-5, 79, 84, 88-9).

⁴⁹ Ver Carmo (2010b, 64-72, 79, 84).

exclusivo do poder político: os patrícios. Muito se terá alterado na paisagem política desde então, com os plebeus a acederem a cargos políticos, incluindo os de cônsules, e os seus representantes (eles próprios com frequência aristocratas) a estarem muitas vezes mais interessados na sua ascensão a lugares mais importantes que os de tribuno ou a dar a prioridade aos seus interesses patrimoniais, bastas vezes opostos aos dos seus representados. Isso não era de qualquer modo forçosamente incompatível com situações em que os tribunos se colocavam mais ostensivamente do lado dos pobres, em particular em matérias associadas a reforma agrária, restrições a privilégios senatoriais ou injustiças relativas ao recrutamento militar (em que chegaram a ordenar a prisão de cônsules).

O *ager publicus* era em princípio constituído por terras confiscadas às comunidades itálicas (normalmente um terço do respectivo território) que haviam sido vencidas pelos Romanos e integradas na rede de aliados do Estado Romano. Mas outras terras resultantes de processos diferentes, como as confiscações de territórios detidos por aliados de Roma que se haviam colocado do lado de Aníbal quando este invadiu a Itália (conforme já referido acima), também eram integradas no *ager publicus populi Romani*. Já quanto ao destino dado a tais terras públicas, para além de parcelas que vieram a ser afectadas a colónias e vendidas ou arrendadas a particulares, a maior parte acabava por não ter uma atribuição clara e qualquer um podia ocupá-las (a terra passaria assim a ser designada como *ager occupatorius*) embora um *vectigal* pudesse ser exigido ao ocupante (cuja cobrança parece ter sido frequentemente descurada). Terão sido naturalmente os ricos que se apropriaram, pelo menos no que respeita à parcela mais significativa, de tais terras. E que as complementaram com outras que iam adquirindo nas redondezas (por compra ou por métodos violentos), de modo que provavelmente, com a passagem do tempo, se tornaria difícil distingui-las das primeiras⁵⁰.

⁵⁰ Em App. *BC* 1.7. pode ler-se: «... In the case of the captured land which became theirs on each occasion, they distributed the cultivated area at once to settlers, or sold or leased it; but since they did not have time to allocate the very large quantity that was then lying uncultivated as a result of hostilities, they announced that this could for the moment be worked by anyone who wished at a rent of one tenth of a produce for arable land and one fifth for orchards... The rich gained possession of most of the undistributed land and after a while were confident that no one would take it back from them. They used persuasion or force to buy or seize property which adjoined their own, or any other smallholdings belonging to poor men, and came to operate great ranches instead of single farms. They employed slave hands and shepherds on these estates to avoid having free men dragged off the land to serve in the army, and they derived great profit from this form of ownership too, as the slaves had many children and no liability to military service and their numbers increased freely. From these reasons the powerful were becoming extremely rich, and the number of slaves in the country was reaching large proportions...». As situações visadas dizem sobretudo respeito ao século II a.C., mas terão começado a desenvolver-se com as confiscações de terras que tiveram lugar a partir das Guerras Samnitas.

A um contexto com esta natureza – em que a ocupação das terras (frequentemente muito extensas e extremamente férteis) se sobrepunha aos enormes sacrifícios consentidos pelos legionários e pelas suas famílias – veio acrescentar-se uma guerra mortífera na Hispânia, sem fim e a exigir reforços contínuos de novos recrutas. Recompensas como algumas das que resultaram da distribuição parcial dos espólios quando das guerras no oriente não parece terem existido na Hispânia. A possibilidade de outro tipo de recompensa – mesmo magra como havia sucedido para a maioria no processo de colonização do primeiro terço do século – também não surgiu até 133 a.C.⁵¹. Por outro lado, a perda das suas terras pelos camponeses conduzia ainda a uma «despromoção» na classificação censitária que os fazia cair de *assidui* para *proletarii*⁵². E os proletários não estavam sujeitos a serviço militar, excepto em casos de emergência. À inquietação, à revolta dos pobres, veio juntar-se o temor de uma parte da oligarquia de que a superioridade dos exércitos romanos pudesse ser posta em causa⁵³.

O surgimento de Tibério Graco no panorama político romano é antecedido por episódios da sua vida em que serviu no exército na Hispânia e em viagens na Itália, tendo nessas alturas contactado com as realidades já referidas, tanto da guerra naquela província

⁵¹ Em Rich (1983, 316-18) dá-se alguma atenção a esta questão das atitudes populares face à mobilização militar, concluindo-se ser claro que os *assidui* lhe reagiam em função da guerra em perspectiva. Assim, a probabilidade de a guerra lhes render em espólio montantes próximos dos conseguidos no início do século terá criado entusiasmo aos cidadãos mobilizáveis em 171 a.C., no que respeitou à guerra contra Perseu, e, mais tarde, quando se preparava o ataque a Cartago que conduziu à Terceira Guerra Púnica. Por outro lado, as guerras na Hispânia de 154 a 133 a.C. – demoradas, duras e sem perspectiva de recompensa – só criavam descontentamento. Claude Nicolet, em particular, expressa em termos claros que a obtenção pelos legionários de uma parcela do espólio era o principal atractivo do serviço militar (Nicolet 1976, 156-66). Por outro lado, conforme se refere em De Ligt (2007, 124), a *lex militaris* de Gaio Graco (que determinou que o fornecimento de vestuário aos legionários passaria a ser gratuito) poderá também ser interpretada como um indício de que o serviço militar era encarado como muito pouco atraente.

⁵² Dever-se-á salientar que a referida «despromoção» (a que estaria subjacente em particular a perda das suas terras pelos *assidui*) terá sido contrabalançada em vários momentos pela alteração no sentido da baixa do limite classificatório que separava uma e outra classe. É uma questão que tem sido objecto de várias análises, em que avulta Rich (1983). Ver também, de modo mais sintético, De Ligt (2007, 124-27).

⁵³ Os números dos recenseamentos, no contexto interpretativo mais habitual (que inclui todos os cidadãos adultos do género masculino), não permite distinguir a evolução diferenciada dos valores correspondentes a *assidui* e *proletarii*. Os valores dados pelos recenseamentos, apontando para um crescimento no período que sucede à Segunda Guerra Púnica (de cerca de 258 mil em 188 a.C. para 337 mil em 163 a.C.), orientam-se no sentido da baixa no período que se segue (cerca de 319 mil em 130 a.C.). Mas recuperam de modo notável logo a seguir (395 mil em 124 a.C. e 394 mil em 114 a.C., recuperação que em alguns autores tem sido associada aos efeitos da reforma de Tibério Graco) o que conduz a interpretações (é o caso em De Ligt (2007, 123-24)) que afastam a hipótese de declínio populacional no período precedente; a flutuação no sentido da baixa seria explicável por uma menor eficiência no processo de recenseamento, conduzindo a sub-registo, a qual seria reforçada pelo descontentamento acima referido (relutância em se sujeitar ao serviço militar). De assinalar também a opinião expressa em Rich (1983) no sentido de que a falta de *assidui* no período em causa não terá assumido as proporções que lhe haviam sido atribuídas.

como da realidade social na Península Itálica. Para além disso, a sua inserção familiar – filho de um membro da oligarquia que havia desempenhado as funções de cônsul e de censor – assim como a ocorrência de acontecimentos mais recentes como a revolta servil em 135 a.C. na Sicília, terão certamente contribuído para o consciencializar de que algo necessitava de ser feito com rapidez e vigor para impedir o prosseguimento da situação que se vivia e conseguir revertê-la. Foi em tal contexto que se candidatou ao lugar de tribuno da plebe e veio a propor que o *ager publicus* fosse redistribuído pelos pobres de modo não só a reparar as injustiças existentes, mas também a aumentar o número de *assidui* que pudessem ser sujeitos ao serviço militar. Era uma proposta que já havia sido feita alguns anos antes pelo cônsul *Gaius Laelius*, mas que havia sido retirada face à oposição que gerou⁵⁴.

Plutarco acrescenta mais alguns pormenores biográficos às motivações de Tibério, mas acaba por atribuir particular importância às pressões e incentivos provenientes da plebe e aos apoios que teve da parte de elementos da própria oligarquia. Foi de qualquer modo conduzido a elaborar a sua lei agrária em termos bastante conciliatórios, termos que não impediram os seus adversários políticos de se oporem às suas intenções acusando-o de pôr em causa os alicerces do Estado e de incitar a uma revolução (embora não tenham conseguido impedir a aprovação da lei)⁵⁵.

Assim, não obstante não contar com o apoio do senado – que não consultou formalmente – e ter que superar um veto de outro tribuno (uma acção sem precedentes e que tem sido classificada de inconstitucional), a lei que fixava um limite à detenção de parcelas do *ager publicus* em 500 *iugera* (125 ha) por cidadão e que instituíra uma comissão encarregada de gerir o processo de redistribuição dos respectivos excedentes pelos pobres foi aprovada na assembleia popular. E, apesar de tradicionalmente só o senado ter competência para aprovar despesas públicas, Tibério procurou fazer também aprovar uma lei que reservava verbas com origem no antigo reino helenístico de Pérgamo (recentemente deixado em herança ao Estado de Roma) para apoio à instalação dos beneficiários das redistribuições nas terras que lhes haviam sido atribuídas e para distribuir pelas classes populares que permaneciam na cidade. Mas a gota de água que conduziu à reacção mais violenta dos poderosos – e ao assassinato de Tibério e de 400 dos seus partidários – foi a tentativa do tribuno de ser reeleito (o que ia também contra a tradição).

⁵⁴ Ver Plu. *TG* 8.5.

⁵⁵ Plu. *TG* 8-13.

Para Hopkins, este processo com duração inferior a um ano ter-se-á revelado extremamente importante porque foi o precursor dos conflitos intestinos que caracterizaram os cerca de 100 anos que lhe sucederam e porque ilustrou a intersecção do conflito político com os mais destacados factores de transformação económica e social que têm sido referidos.

Por outro lado, no curto prazo, não só a acção dos assassinos (apesar de terem sido penalizados judicialmente) restaurou a supremacia do senado como a Comissão de Terras criada por Tibério se manteve e prosseguiu o seu trabalho, conseguindo levar a bom porto as distribuições a milhares de cidadãos, embora três ou quatro anos mais tarde tenha sido paralisada por obstáculos – que encontraram apoios em Roma – criados pelos aliados. Mas de algum modo a sua actividade retomou – o irmão de Tibério (Gaio Graco), que havia de conseguir a eleição também como tribuno da plebe em 123 e 122 a.C., era um dos comissários – e em 128 a.C. assistiu-se à criação de uma nova colónia em *Auximum*⁵⁶, perto de Ancona e Potência (costa adriática), recuperando-se uma tradição que havia sido interrompida cerca de cinco décadas antes. Só que neste caso as terras distribuídas não tiveram origem no *ager occupatorius*. E, embora Gaio tenha conseguido remover dificuldades impostas à Comissão, esse seu sucesso não foi muito longe. Isso devido em primeiro lugar ao seu assassinato e, poucos anos mais tarde, em consequência da retaliação dos poderosos que se lhe seguiu, a Comissão acabou por ser extinta.

Contudo, a médio prazo, o problema fundamental manteve-se. Tanto os pequenos proprietários que beneficiaram das redistribuições do *ager publicus* como os colonos vieram a estar sujeitos ao mesmo tipo de pressões que já haviam fustigado as gerações anteriores. Por um lado, tendo Tibério legislado no sentido de proibir a venda das terras distribuídas, a acção do tribuno não parece ter tido sucesso, pelo menos a partir de 121 a.C., altura em que a disposição correspondente foi anulada. Por outro lado, todas as batalhas contra a concentração da propriedade da terra por parte dos poderosos parece terem-se revelado vãs. Talvez a síntese mais conseguida de todo o processo tenha sido expressa por Apiano quando refere que, após o cancelamento da disposição referida, os ricos começaram de imediato a comprar a terra aos pobres e a encontrar pretextos para os expulsar pela força. E a situação continuou a deteriorar-se para eles até que *Spurius Thorius*, que terá exercido o seu tribunato entre 114 e 111 a.C., fez aprovar uma lei que colocou um fim ao processo de distribuição de terras determinando que se tornassem

⁵⁶ Salmon 1970, 112-18.

propriedade dos que a ocupavam contra o pagamento de uma renda que reverteria a favor do povo através de distribuições públicas. E a seguir um outro tribuno (pensa-se que através de uma lei agrária de 111 a.C. de que são conhecidos fragmentos) aboliu as rendas e o povo acabou por perder tudo⁵⁷.

Dever-se-á acrescentar que neste final do século II a.C. a economia agrícola da Itália já teria certamente ganho alguma complexidade adicional derivada do investimento rústico e do desenvolvimento de capacidades tecnológicas que os rendimentos do Império, em crescimento desde o final da Segunda Guerra Púnica, terão permitido e incentivado. Terá essa sido uma situação que certamente influenciou as relações entre grandes proprietários e os camponeses que viviam na sua dependência, em particular os que haviam procurado o acesso a activos resultantes do referido investimento (conforme indicado *supra* na nota 31, equipamento e animais utilizados na lavoura, lagares de azeite e vinho, moinhos, fornos, armazéns, etc.). Não deverá surpreender que uma crescente dependência possa ter contribuído para a maior concentração da propriedade e desenvolvimento da já referida instituição do arrendamento. Situação que aliás só poderá ter sido ampliada com iniciativas que foram tendo lugar à medida que novos territórios foram adquiridos pela República (por exemplo no seu período final, na Gália Cisalpina) e que exigiam, para ser explorados, deflorestação, drenagem de pântanos, construção e manutenção de canais e de diques. Estes são exemplos em que a própria iniciativa por parte dos privados possuidores de vastos capitais não seria muitas vezes suficiente, sendo necessárias intervenções do próprio Estado (como sucedeu no tempo de Augusto, através de colónias militares). Eram situações em que claramente não seria possível avançar com base em explorações de subsistência, sendo exigíveis mentalidades que visassem um futuro mais distante.⁵⁸

2.1.6. Migrações e violência social⁵⁹

O recurso escasso, numa economia pouco complexa como a romana do século II a.C., era, como se depreende do que precede, a terra. E, não obstante a diversificação que se

⁵⁷ App. BC 1.27.

⁵⁸ Convém referir que os autores do consenso historiográfico não ignoravam tal situação, conforme se pode inferir de Brunt (1971a, 194-96).

⁵⁹ Hopkins 1978, 64-74.

foi verificando até ao final da República, a sua importância relativa não se alteraria, com a competição por esse recurso escasso a, aliás, ser acelerada conforme se depreende dos conflitos já referidos. De facto, camponeses, soldados, aristocratas e mesmo publicanos, queriam terra, cada vez mais terra, e a preferência pela terra italiana era clara. E os recursos que a conquista do Império ia proporcionando, nomeadamente os financeiros, só tornavam tal competição cada vez mais feroz. Se inicialmente os pequenos camponeses foram perdendo as suas terras em função da ruína que os atingiu com o afastamento longo nos teatros da guerra e com o reforço do poder financeiro das elites, já as fases seguintes do processo revelaram uma competição mais diversificada em que os poderosos lutavam entre eles, procuravam o apoio das classes mais baixas, recrutando soldados, prometendo-lhes terras, confiscando as dos rivais derrotados, procedendo muitas vezes às distribuições prometidas. E, naturalmente, procedendo também a uma concentração da propriedade cada vez mais acentuada. O brutal crescimento das cidades contribuía para a agudização dos conflitos e para a referida competição. No final da República, o recurso a distribuições de terras não italianas, nas províncias, acabou por se revelar uma opção que alguns viram como sendo “a solução”. E, com tais distribuições, vieram as migrações maciças. Hopkins refere que entre 80 e 8 a.C., em duas gerações, cerca de metade⁶⁰ dos adultos masculinos livres na Itália poderão ter deixado as suas terras, fixando-se nas cidades italianas ou sendo instalados pelo Estado (ou pelos comandantes dos exércitos) em novas terras na Itália ou nas províncias. E também com a consequência já referida de crescimento substancial das populações urbanas, o que se reflectiu em novas oportunidades – um mercado em crescimento acelerado – para o escoamento dos excedentes das grandes explorações agro-pecuárias. Mas «a solução» passou também pela expansão do programa de subsidiação de trigo à plebe de Roma que havia sido iniciado com Gaio Graco e pelo alargamento do processo de concentração da propriedade à aquisição de terras fora de Itália. Pobres e ricos vieram assim a acomodar as suas tradicionais ambições, alargando as suas vistas ao que o Império lhes proporcionava.

⁶⁰ Hopkins não refere estimativas concretas que possam conduzir a tais números para o período de 80 a 8 a.C. No entanto, os valores que apresenta na sua Table 1.2 (ver Hopkins (1978, 68-9)) conduzem a uma situação dessa natureza para o período 225-28 a.C. Assim, na secção B dessa Tabela, apresenta um valor de 1,23 milhões para os adultos masculinos rurais em 225 a.C. e de 0,87 milhões para a mesma categoria em 28 a.C. Tendo em consideração (ver secção F da mesma Tabela) que as migrações entre zonas rurais terão sido de 0,26 milhões, concluir-se-ia que apenas 0,61 milhões (0,87-0,26) teriam permanecido nas terras de origem. Naturalmente que se estão a considerar habitantes de gerações muito afastadas no tempo e que consequentemente tais números têm um valor muito relativo.

Conforme já referido, Hopkins apresenta as suas próprias estimativas de populações, comparando sobretudo valores de 225 e 28 a.C. que derivam fundamentalmente, com alguns ajustamentos, das estimativas produzidas por Brunt. São valores que mais à frente serão objecto de tratamento numa perspectiva mais ampla que considera os verdadeiros abismos que separam o modelo de «contagem baixa» e o de «contagem alta». Referir-se-ão agora apenas valores globais para dar uma ideia das perspectivas assumidas especificamente por Hopkins. Assim, em 225 a.C., o total da população da Itália Continental (incluindo a Gália Cisalpina) seria de 5 milhões, dos quais 4,5 milhões teriam estatuto livre e 0,5 milhões estatuto servil. Em 28 a.C., os valores correspondentes seriam 6 milhões, 4 milhões e 2 milhões. Por outro lado, fazendo a distinção entre populações rurais e urbanas, em 225 a.C. as primeiras deveriam ser um pouco inferiores a 4,5 milhões e as segundas um pouco superiores a 0,5 milhões⁶¹. No que respeita às estimativas para 28 a.C., os valores correspondentes seriam 4,1 e 1,9 milhões. O que significa que as populações urbanas teriam aumentado de pouco mais de 10% para 32%.

Voltando especificamente ao processo das migrações que «a solução» envolveu, alguns aspectos merecem menção especial:

1. A cidade de Roma teve um papel muito especial em tal processo, começando por atrair um grande número de migrantes, tanto livres como escravos (estes podem ser considerados migrantes forçados); a cidade, por outro lado, serviu de canal para migrações posteriores, nomeadamente após a utilização como soldados dos proletários que haveriam de ser enviados para numerosas colónias (cerca de 100 no período 45-8 a.C., com uma média estimada de 2 a 3 mil soldados por colónia) fora de Itália; a título de comparação, Hopkins cita uma referência bibliográfica que estima a criação de 104 colónias (presumivelmente em Itália e fora de Itália) num período anterior: 148-50 a.C..
2. A reinstalação de tantas famílias proletárias em novas terras pode fazer crer que o número global de camponeses havia aumentado ou pelo menos não tinha decaído; mas é preciso ter em consideração que a terra com melhor capacidade agrícola da Itália só podia ser dada a cidadãos pobres se fosse retirada a outros, processo que se poderia vir a repetir na mesma área; o que podia conduzir por vezes à existência de vagas sucessivas de colonos em tal área.

⁶¹ Hopkins dá um valor conjunto para os escravos rurais e urbanos, daí que, em 228 a.C., não seja possível atribuir-lhe estimativas com maior rigor neste particular.

3. Uma nova vaga de soldados de um exército vitorioso podia substituir antigos soldados (ou as suas viúvas e filhos), o que tendia a criar uma nova reserva humana que migrava para as cidades antes de vir a ser eventualmente utilizada por novos exércitos.
4. Quando a situação tendia a estabilizar – como sucedeu na altura em que Júlio César se assumiu como ditador e a partir de 31 a.C. com Augusto – a opção pela criação de colónias fora da Itália adquiriu consistência (a compra de terra em Itália por Augusto para a instalação de colónias revelou-se extremamente cara – cerca de 600 milhões de sestércios, ou seja o dobro da manutenção anual do exército imperial; muito caro era também subsidiar a alimentação dos cidadãos que permaneciam em Roma), o que também ganhou sentido com a necessidade de instalar os soldados do exército imperial após os respectivos períodos de serviço.

Mas «a solução» tinha outra contrapartida: a violência que atingia os ricos e as suas propriedades, com uns a cobiçar as terras dos outros e o sistema de controlo social que protegia as instituições a desmorerar-se com as lutas entre os exércitos rivais. Foram situações que atingiram o paroxismo com o período que viu a ascensão de Sula e mais tarde com César (após o seu assassinato) e em que às vastas mudanças ocorridas no pessoal político corresponderam enormes redistribuições da riqueza, com os sobreviventes do processo a ficarem ainda mais ricos.

2.1.7. A diferenciação estrutural⁶²

«Diferenciação estrutural» é um conceito no domínio da sociologia «associado com teorias evolucionárias da História e com o funcionalismo estrutural ... [que vê] ... as sociedades a moverem-se do simples para o complexo através de um processo de mudança social ... As designadas sociedades simples são sociedades tribais em que tudo se passa no interior e através do sistema de parentesco. Nas sociedades complexas modernas existem instituições diferentes para a educação, para o trabalho, governo, religião, etc., com a família a assumir apenas funções mais específicas e limitadas, tais

⁶² Hopkins 1978, 74-96.

como a socialização em idades precoces. A diferenciação inclui a crescente especialização de diferentes subsistemas e instituições no seio da sociedade».⁶³

Hopkins usa o conceito para explicitar precisamente a evolução da sociedade romana em particular no decurso da República Tardia, realçando insuficiências e mesmo a perda de capacidade das instituições e dos valores tradicionais para exercerem as funções que lhes eram próprias num passado recente. Em tal contexto, as relações entre os indivíduos vão ganhando independência face às normas sociais em vigor, ganhando espaços de liberdade no que respeita às respectivas relações, com o que era tradicional a passar a estar sujeito crescentemente à crítica inovadora dos indivíduos. Os princípios universais tendem a modernizar-se, resultando de abstracções efectuadas sobre os contextos particulares. O sentido em que a referida expressão é utilizada pelo autor evidencia uma tendência para a associar a situações de crescente complexidade social em desenvolvimentos históricos de prazo relativamente longo.

As instituições que o autor, mais a título de exemplo, privilegia, são o exército (cuja evolução – de um exército de camponeses para um exército profissional, de uma milícia de cidadãos que pagava o seu próprio armamento para um instrumento de controlo imperial – já acima foi referida), o ensino e o sistema legal.

No que respeita ao ensino, a evolução que conduziu de um sistema em que a família e o exército garantiam o essencial da educação necessária aos jovens a um novo conjunto de procedimentos em que tutores especializados – frequentemente escravos de origem grega – assumiam o papel primordial, deu-se logo no início do século II a.C. (ou mesmo antes; terá sido o caso em particular do ensino primário, que já existiria, sob a forma de ensino pago pelas famílias dos alunos, pelo menos cerca de 50 anos antes). Por outro lado, relativamente ao ensino secundário – visando sobretudo as línguas grega e latina e também a literatura – trata-se de uma instituição que terá visto os seus inícios em meados do século II a.C. igualmente com professores de origem grega (mas também neste caso há opiniões que colocam tal começo cerca de um século antes, com Livius Andronicus, um prisioneiro de guerra proveniente de uma cidade da Magna Grécia). As crianças frequentavam o ensino secundário dos 12 aos 15 anos, os romanos considerados educados

⁶³ *A Dictionary of Sociology*, Oxford University Press, 1998, disponível em <http://www.encyclopedia.com/social-sciences/dictionaries-thesauruses-pictures-and-press-releases/structural-differentiation>, acedido em 2017-03-28, onde se refere, contudo, que «Evolutionary theories such as this have been much criticized by sociologists during the past two decades. Anthony Giddens, for example, in *The Constitution of Society* (1984) argues that simple societies are actually not simple at all, and that the mechanism of adaptation is too vague and general to explain social change».

sendo supostos terem um bom conhecimento não só do latim, mas também do grego. Esse conhecimento da língua grega era requerido, dada a expectativa de ver os magistrados romanos dirigirem-se aos provinciais conquistados de modo relativamente sofisticado. De acordo com Suetónio havia mais de vinte escolas secundárias na cidade de Roma no final da República o que, segundo os cálculos, conduziria a que houvesse cerca de sete mil romanos adultos com tal nível educacional (de qualquer modo uma baixíssima percentagem, mesmo que se considerasse que o valor de sete mil devesse ser revisto em alta). Existia ainda um terceiro nível de ensino, que era ministrado aos jovens que já haviam atingido os 16 anos de idade, e que se vestiam como adultos (usando a *toga virilis*). O tema aí privilegiado era a retórica, mas esse ensino estava sujeito a fortes críticas por parte dos romanos mais convencionais que consideravam tratar-se de uma perda de tempo, um modo complicado de fazer parecer plausível aquilo que não tinha conteúdo. O velho Catão era um desses romanos convencionais, o que significava (Catão exerceu as suas funções públicas numa parte considerável da primeira metade do século II a.C.) que o ensino da retórica também já havia começado a ter lugar na primeira metade desse século (o senado aprovou aliás em 161 a.C. um decreto a ordenar a expulsão de filósofos e de professores de retórica da cidade de Roma). Tal oposição não impediu, contudo, o enorme sucesso obtido, apenas alguns anos depois, pelo filósofo Carnéades, fundador da nova Academia de Atenas e membro de uma embaixada enviada a Roma. Carnéades como que enfeitiçou (nas palavras de Plutarco) com a sua eloquência toda uma juventude da cidade, que reagiu como se tivesse abandonado todas as suas outras ocupações e prazeres. Os meios conservadores persistiram, contudo, na sua rejeição e em 92 a.C. conseguiram uma nova proibição (um édito dos censores) que, no entanto, não impediu a prosperidade da retórica, cujos domínios de aplicação se diversificaram e ganharam uma nova complexidade, fazendo prosseguir a helenização da sociedade romana. E a importância dos professores subiu em conformidade, como revelam algumas indicações sobre os respectivos ganhos anuais, que chegaram a atingir (pelo menos no período imperial) centenas de vezes o nível de subsistência mínima de uma família camponesa. A educação acabava por contribuir fortemente para uma assimilação e fusão das várias sub-culturas presentes na sociedade, pondo em contacto – criando interesses comuns – não só os membros de diferentes grupos da aristocracia como diferentes estratos sociais entre os quais naturalmente antigos escravos gregos que na altura professavam as disciplinas da retórica e da literatura. Assim, tal como sucedeu nos Estados modernos a partir do século XIX, a função educação foi sendo retirada às famílias e entregue às

instituições específicas que designamos como escolas. Novos ramos do saber foram deste modo progressivamente confiados a um pessoal qualificado e especializado que substituiu uma função essencialmente paterna entretanto caída em desuso e inadequada para formar os líderes de uma sociedade complexa.

Um desses novos ramos do saber era precisamente o direito, o sistema legal, a administração da justiça. No início do período de expansão imperial da sociedade romana, os procedimentos associados ao sistema jurídico estavam ainda imbuídos de características extremamente ritualistas (os sacerdotes patrícios monopolizavam o conhecimento das fórmulas legais, mantidas secretas enquanto ramo do domínio religioso) embora isso seja algo que ainda influencia as práticas do direito moderno. Já as características formalistas (com as palavras proferidas a serem investidas de significados simbólicos ou rituais) teriam então bastante mais peso do que actualmente, e a rigidez (uma terceira característica do direito daqueles tempos, com as formas de acção a serem fixas e a excluir a possibilidade de compromissos entre reivindicações com parcial razoabilidade das partes) seria algo que diferenciava significativamente o sistema de então e os que são nossos contemporâneos. Com a expansão imperial, desenvolvimentos paralelos aos referidos para o sistema de ensino tiveram lugar (acusando também a influência exercida por académicos gregos), o jurídico autonomizou-se do religioso, verificando-se a criação de novas instituições, dotadas de um novo pessoal. Ou seja, fundamentalmente juristas especializados e advogados que falavam e escreviam numa língua própria, precisamente a língua do direito romano. O conhecimento da lei terá servido de trampolim para uma carreira política, embora provavelmente com menor peso que a alternativa constituída pelo serviço militar ou mesmo pela retórica. Desenvolveu-se a jurisprudência, foram publicados livros que continham opiniões sobre a lei e os éditos dos pretores (os principais magistrados judiciais de Roma). Por outro lado, no final da República já existiam não só um extenso corpo de textos legislativos, mas também tribunais especializados em matéria criminal, em direito público, privado e processual. Contudo, a respectiva abrangência não deverá ser sobrestimada, na medida em que o número de tribunais era limitado, com a justiça disponível sobretudo para os poderosos e a não impedir o alastramento da corrupção. Mas as transformações ocorridas desde os tempos arcaicos foram imensas, sobretudo no domínio criminal, com os tribunais populares (*iudicia populi*) constituídos à imagem das assembleias populares a darem

lugar⁶⁴, a partir de meados do século II a.C., a tribunais à base de jurados – *quaestiones* – (portanto com efectivos muito inferiores) e especializados em tipos específicos de crimes (extorsão, suborno, traição, assassínio, ...). A mudança não conduziu, contudo, só a melhor funcionamento, com a redução de efectivos a conduzir, em particular, a uma facilitação da corrupção e o processo judicial a transformar-se em uma arma ao serviço das políticas de facção⁶⁵. Mais tarde, com a *Pax Romana*, aspectos claramente positivos haveriam contudo de se afirmar, com as relações entre diferentes parcelas do Império (que antes, quando eram cidades-estado independentes, recorriam frequentemente à via bélica para «sanar» os seus conflitos) a serem melhor geridas com recurso à força da lei.

Assim, o desenvolvimento do império terá suscitado a diferenciação estrutural. Quando não houve lugar à criação de novas instituições, aquelas que sobreviveram dos tempos arcaicos sofreram profundas transformações (que levaram ao desenvolvimento de normas e valores que legitimavam uma nova identidade) e activaram uma intensa competição pelos recursos disponíveis. Uma nova elite, que fazia derivar o seu poder das novas instituições, surgiu e passou a disputar com a antiga tais recursos (expressos em termos de remuneração, prestígio ou pessoal associado), o que não se fez sem que se declarassem conflitos entre as diferentes facções. A sociedade romana, repleta de novos recursos resultantes das conquistas e ainda não atribuídos com clareza, defrontou-se em consequência com um problema algo complicado que era precisamente o «como» de tal atribuição e a «justiça» dos benefícios individuais ou colectivos que dela decorriam. Podia aliás tratar-se de um problema transversal às diversas instituições atingidas pela diferenciação, como sucedia em função da existência das duas ordens (senatorial e equestre) que constituíam o estrato social superior da aristocracia romana. Era esta uma dicotomia que, não obstante surgir actualmente a muitos académicos como algo irrelevante tanto em termos económicos como sociais, era entendida frequentemente pelos seus contemporâneos como portadora de conflito. A um tal ponto que Cícero, que viveu num período em que as dissensões na sociedade romana eram tais que conduziram à guerra civil, pensava que a concórdia entre as duas ordens (*concordia ordinum*) constituía uma contribuição indispensável à estabilidade governativa e à superação das crises no seio da sociedade⁶⁶. Não é possível em particular ignorar que os interesses

⁶⁴ Os *iudicia populi* terão, contudo, persistido até ao final da República, com o novo e o tradicional a conviverem (embora nem sempre confortavelmente).

⁶⁵ Ver, no que concerne os processos judiciais e as políticas de facção, Gruen (1974, 260-357).

⁶⁶ Ver a este propósito Badian (1972, 100 e ss).

económicos dos publicanos (cuja associação à ordem equestre não deixava dúvidas) foram por vezes contrariados por decisões ou práticas que vinham de elementos da aristocracia senatorial e que funções de natureza judicial até então exercidas pelos senadores foram transferidas durante o tribunato de Gaio Graco para a ordem equestre⁶⁷.

Contudo, o grande problema que a sociedade romana enfrentava era a preservação da sua unidade face aos impulsos de características centrífugas exercidas pelo desenvolvimento das novas instituições. Nessa perspectiva, para fazer face à consolidação dos seus novos domínios imperiais e à ambição de criação de novas províncias, o Estado Romano viu-se na necessidade de criar lugares não convencionais de comando dos exércitos e de governo das províncias de duração longa (procônsules, propretors). Ou seja, o desenvolvimento de novas instituições às quais estava associado um tal poder e autoridade que em breve se tornaram fonte de ameaças às instituições mais convencionais. E o Estado de Direito, também ele uma nova instituição que devia servir de apoio ao poder central, iria sofrer inevitavelmente um desgaste cuja reparação acabou por não dispensar o conflito civil. Novas normas, novos valores, haveriam de resultar desse processo. E as guerras civis que se foram sucedendo de Mário e Sula a Octávio e Marco António, passando por César e Pompeio, acabaram por conduzir à dissolução da República e a uma solução que preservou a unidade do Estado com a concentração do poder político (sob a forma institucional do Principado) em Augusto. O que podia, no entanto, ter tido um diferente desenlace como mostra por exemplo o processo paralelo relativo aos reinos helenísticos. Mas o modo como o Principado se formou, como as instituições que vinham da República foram modificadas, por vezes extintas, como novas instituições e valores surgiram, para permitir o sucesso da nova ordem política, já não serão objecto do presente estudo.

⁶⁷ Ver, meramente a título de exemplo, por um lado, Badian (1972, 35) (os censores, em 184 a.C., contrariam pretensões de um grupo de publicanos no sentido de conseguir adjudicações a melhores preços, impedindo-os de concorrer a novos contratos) e, por outro, Badian (1972, 108 e ss.) (já no período em que a actividade mais rentável dos publicanos seria a cobrança de impostos nas províncias, os governadores romanos actuaram por vezes contra os interesses daqueles mas num contexto em que haveria mais interesses privados do que um ambiente contrário à *concordia ordinum*). Por outro lado, no concernente às funções de natureza judicial transferidas por Gaio Graco dos senadores para a ordem equestre, ver Plu. *C. Gracch.* 5.2-3, 6.1, Bringmann (2007, 159-61) e Brunt (1971b, 87-9).

2.2. A CRÍTICA AO MODELO DE «CONTAGEM BAIXA»

Conforme acima referido, Elio Lo Cascio assume uma posição de destaque no que concerne a colocação em causa do consenso historiográfico relativo à população do território controlado em Itália pelo Estado Romano. Assim, em 1994, o académico considera que o *Bevölkerung* de Beloch⁶⁸ representa a pedra angular de toda a investigação sobre a extensão, a estrutura e, até certo ponto, a dinâmica das populações antigas e que essa obra terá constituído a primeira abordagem científica global da questão, continuando nessa data a não ter paralelo em termos de abrangência.

A consistência interna que Lo Cascio reconhece a esse trabalho terá constituído também, contudo, segundo ele paradoxalmente, a sua fraqueza: uma construção que assenta sobretudo num argumento de probabilidade que acaba por se revelar, quando efectuada uma análise mais completa e demograficamente mais elaborada, pouco plausível.

O que Lo Cascio considera a pedra angular do *Bevölkerung*, a interpretação de Beloch dos números do recenseamento de 28 a.C., terá condicionado a avaliação por parte do historiador do século XIX de quase todos os elementos relativos à dimensão das populações antigas.⁶⁹

Mais especificamente, no que respeita aos elementos relativos às populações do Estado Romano – e aceitando que os números encontrados nas fontes literárias (os dados dos recenseamentos) são valores parciais correspondentes a cidadãos adultos do género masculino⁷⁰ – verificar-se-ia em 1994 que os critérios, os métodos utilizados para calcular

⁶⁸ Beloch 1886 (*Die Bevölkerung Der Griechisch-Römischen Welt*).

⁶⁹ Ver, a propósito de todas estas considerações, Lo Cascio (1994b, 23).

⁷⁰ A interpretação dos dados dos recenseamentos como correspondendo a cidadãos adultos do género masculino é comum à generalidade dos autores que defendem tanto a «contagem baixa» como a «contagem alta» no que respeita ao período republicano. Conforme já acima referido, para os defensores da «contagem baixa», a partir de 28 a.C. tais valores incluiriam toda a população com cidadania romana (incluindo mulheres e crianças). Mais recentemente, contudo, surgiu uma nova opinião – defendida por Saskia Hin – que em Launaro (2011b, 24) é designada como «contagem intermédia». Esse novo modelo apoia-se numa nova interpretação dos dados dos recenseamentos (ver *infra* referência mais detalhada) que, segunda a autora, corresponderiam a apenas cidadãos *sui iuris*. No que respeita aos recenseamentos republicanos, contudo, Hin considera que apenas os cidadãos adultos do género masculino *sui iuris* são neles considerados, enquanto nos da época de Augusto todos os cidadãos *sui iuris* seriam incluídos (independentemente de serem homens, mulheres ou crianças; ver Hin (2008, 189) e Hin (2013, 278-97). Por outro lado, Launaro admite igualmente que a perspectiva que Michael Crawford introduz com o seu estudo em Crawford (2008) – a consideração de uma mais vasta presença do que a assumida por Brunt de cidadãos romanos nas províncias – vem reforçar os argumentos a favor deste novo modelo (Launaro 2011b, 24). Hin ter-se-á aparentemente inspirado na opinião de John Rich, segundo a qual os valores dos recenseamentos republicanos se poderiam referir a cidadãos adultos *sui iuris* do género masculino (Hin 2008, 187).

os totais da população não teriam tido uma evolução significativa depois de Beloch. Isso seria verdade tanto para as técnicas utilizadas para extrapolar os dados parciais para os totais como no que concerne a utilização dos dados disponíveis para estimar os dados em falta. Neste último caso, em particular, a elaboração de estimativas com base seja na capacidade de suporte de diferentes regiões (através da consideração das áreas envolvidas e do cálculo do máximo nível de população que podia ser suportado com a produção local de alimentos) ou então em dados numéricos relativos às áreas urbanas (como o número de *insulae*, *domus*, recipientes das distribuições de trigo no caso da cidade de Roma ou ainda, em geral, a extensão do espaço habitado limitado pelas muralhas).⁷¹

Lo Cascio dá também importância às críticas que Beloch faz sobre as fontes antigas. Este autor não só considerava que os dados numéricos estariam extremamente sujeitos a corrupção textual como revelava cepticismo relativamente à capacidade de os autores antigos serem objectivos ou estarem bem informados. O que não o impedia de produzir estimativas sobre ordens de grandeza, criticando aquele «cepticismo cego e estúpido» que impede uma formulação numérica de estimativas. Mas – e aqui entra uma crítica importante ao seu trabalho por parte de Lo Cascio – «o critério que Beloch terá aceite sobre a validade dos valores dados pelas fontes antigas é estarem de acordo com a sua interpretação genérica». Para Lo Cascio, tal critério é uma espécie de antecipação da «compatibility theory of historical truth» que Hopkins «avança de modo provocador» para justificar o seu próprio tratamento dos dados literários, Beloch sentindo-se assim encorajado a corrigir dados fornecidos pelas fontes antigas – manipulando-os, tornando-os subjectivos e arbitrários – para os tornar conformes com o seu esquema geral.⁷²

A tendência de Beloch para reconstruir os números absolutos das populações antigas está na utilização de um critério «minimalista» ou «reducionista». É uma perspectiva que pode ter derivado da sua estimativa da população livre da Itália no final da República / início do Império, o que por sua vez esteve dependente da interpretação que deu do significado dos valores dos recenseamentos republicanos e do tempo de Augusto⁷³. Tal

⁷¹ Lo Cascio 1994b, 26.

⁷² Hopkins 1978, 2-3, n. 4; Lo Cascio 1994b, 27.

⁷³ No texto de Lo Cascio que tem vindo a ser considerado, não está explicitado de modo claro que os valores do recenseamento de 28 a.C. (como em princípio os dos outros recenseamentos) incluem também populações de cidadania romana residentes fora da Itália. Noutros textos do autor (ver Lo Cascio (1994a, 115) e Lo Cascio, et Malanima (2005, 203)) tal situação resulta, contudo, clara. É assim referido que de um total estimado («contagem alta») de cidadãos romanos entre 12,7 e 13,5 milhões haverá que deduzir cerca de 1,21 milhões residentes nas províncias para chegar à população residente em Itália (perspectiva da «contagem alta», naturalmente). Curiosamente, o valor de 1,21 milhões resulta de cálculos efectuados em Brunt (1971a, 262-65), cuja compreensão se afigura algo problemática.

estimativa corrigia aliás uma outra que havia produzido anteriormente e assumia que os números existentes nas fontes antigas estavam em geral inflacionados. Não pode por outro lado ser menosprezado o facto de que o que é central no *Bevölkerung* (em termos lógicos e funcionais) é o capítulo do recenseamento romano e os seus números. Esse é o único conjunto de dados da Antiguidade que pode ser estudado enquanto série, que para Beloch apresentava consistência e que, em termos gerais, era essencial à sua reconstrução. Mas era uma consistência que, na opinião de Lo Cascio, dependia da sua própria estimativa para a população da Itália. E tal consistência era alargada às estimativas para o conjunto relativo às outras regiões do mundo antigo, cuja produção era feita tendo sempre em vista essa população.⁷⁴

As estimativas de Beloch para a população livre da Itália baseavam-se pois num significado específico que atribuía aos números dos recenseamentos sobre os quais é oportuno indicar a opinião de Lo Cascio⁷⁵:

1. Os números relativos aos recenseamentos republicanos (pelo menos os do final do século III e todo o século II a.C.) são, no seu conjunto, dignos de confiança (embora, em casos particulares, tal possa não suceder).
2. Os três resultados dos recenseamentos efectuados no «reinado» de Augusto – que são apresentados com a mesma fórmula (*censa sunt civium capita tot*) que os republicanos – têm, contudo, valores de uma diferente ordem de grandeza quando comparados com os republicanos. Assim, em particular, o valor para 28 a.C. (4,06 milhões) é mais que quatro vezes superior ao do último recenseamento republicano (cerca de 0,9 milhões em 70-69 a.C.), o qual já terá em princípio incluído os aliados integrados na cidadania romana após a Guerra Social de 91-88 a.C.
3. A interpretação das diferenças entre tais valores tem sido sempre um problema, com Beloch a assumir que os critérios e os objectivos da contagem dos *civium capita* e a própria noção deste conceito tenham sido mudados. Não seria possível explicar as diferenças como uma mera consequência da extensão da cidadania à Gália Transpadana ou da ocorrência de um processo de colonização ou ainda como um crescimento da população de causas naturais. É assim que Beloch colocava a hipótese de os valores republicanos respeitarem apenas a cidadãos do género masculino adultos enquanto os da

⁷⁴ Lo Cascio 1994b, 28.

⁷⁵ Lo Cascio 1994b, 29-30.

época de Augusto incluíam a população total de cidadãos (incluindo mulheres e crianças).

4. Uma síntese das perspectivas modernas do problema referirá que enquanto Brunt⁷⁶ apoia a posição de Beloch, outros autores – em que avultam Tenney Frank e A.H.M. Jones⁷⁷ – têm outras opiniões que parecem mais justificadas. Haveria assim um assinalável sub-registo no que respeita aos recenseamentos republicanos – em particular o último – sendo esse factor o elemento chave para explicar as referidas diferenças (abstraindo de divergências entre tais autores na explicação das razões para tal sub-registo).

Curiosamente a crítica mais frequente de Lo Cascio a Beloch é a «falta de plausibilidade do seu argumento de plausibilidade» (nomeadamente no que diz respeito à forte diferença entre os dados dos recenseamentos republicanos e os da época de Augusto). É uma crítica que parece pecar pela sua circularidade. Aliás Tenney Frank, autor cujas opiniões, conforme referido, surgem como mais justificadas a Lo Cascio do que as de Beloch, «também considerou que um aumento real na população de cidadãos fosse plausível», nas próprias palavras de Lo Cascio⁷⁸. E, na falta de registos cuja metodologia seja bem conhecida e o respectivo rigor inatacável, não parece possível dispensar raciocínios com base na plausibilidade. Conforme o próprio Lo Cascio aliás reconhece quando desenvolve os seus raciocínios.

No que respeita especificamente aos argumentos desenvolvidos por Lo Cascio para demonstrar que a interpretação (dos números dos recenseamentos da época de Augusto) subjacente à «contagem baixa» (Beloch e os seus «seguidores») não é válida, eles orientam-se no sentido de evidenciar que a evolução natural da população cidadã de 70-69 a.C. teria que conduzir a valores extremamente baixos (só atingíveis admitindo uma hipótese de colapso da população original) de modo a, considerando também outras variáveis demográficas, se chegar aos valores admitidos para 28 a.C. É uma argumentação complexa, que recorre a tábuas de mortalidade⁷⁹ criadas a partir de dados de épocas históricas muito mais recentes e que procuram caracterizar populações estáveis a partir de dados que, considerando valores relativos à mortalidade, chegam a valores de

⁷⁶ Brunt 1971a.

⁷⁷ Frank 1924; Jones 1948.

⁷⁸ Lo Cascio 1994b, 30.

⁷⁹ Uma tábua de mortalidade (na definição do Instituto Nacional de Estatística) é um modelo de análise estatística que através de um conjunto de funções básicas permite medir o fenómeno de mortalidade de uma população e deduzir a correspondente vida média.

sobrevivência das populações e respectivas médias de vida. De entre a variedade de tábuas existentes, Lo Cascio procurou utilizar aquelas que estão mais próximas, em termos de mortalidade e de relação entre os sexos, das características da sociedade romana da época do final da República e do início do Império⁸⁰.

Sem pretender transmitir integralmente e de modo perfeitamente claro a argumentação de Lo Cascio de crítica ao modelo de «contagem baixa», referir-se-ão alguns dos pontos que considerou⁸¹:

1. A população considerada para 70-69 a.C. é de 980 mil adultos do género masculino (910 mil sendo o valor registado no recenseamento e 70 mil os adultos mobilizados para o serviço militar mas não recenseados); para 28 a.C., considerou-se o valor dado pelo recenseamento – 4,06 milhões, que o modelo de «contagem baixa» admite ser a da população total de estatuto livre (incluindo portanto mulheres e crianças)⁸².
2. O valor do recenseamento de 28 a.C. terá incluído os adultos (e as suas famílias) do género masculino que haviam apenas sido integrados na cidadania entre 70-69 e 28 a.C. (300 mil adultos da Transpadana, 110 mil de colónias e municípios e 30 mil das províncias que haviam servido no exército); a este valor total de 440 mil adultos do género masculino, corresponderia (incluindo as respectivas famílias) um total variando entre 1,2 milhões (estando aqui implícito um rácio de população adulta masculina de 36,7%) e 1,4 milhões (rácio de 31,4%)⁸³.
3. Isto significaria que da população original de 70-69 a.C. (a qual, admitindo um rácio de masculinidade de 31,3%, teria sido de cerca de 3,1 milhões) havia resultado (em 28 a.C.) em termos de evolução natural um valor variando entre $4,1 - 1,2 = 2,9$ milhões e $4,1 - 1,4 = 2,7$ milhões (ou mesmo inferior se se considerar a ocorrência de valores significativos de manumissão de escravos). O que para Lo Cascio, conduz a que a interpretação subjacente à «contagem baixa» apenas seja compatível com uma hipótese (de entre as que estão

⁸⁰ Em termos concretos, Lo Cascio utilizou, de entre as tábuas Coale-Demeny², as *model life table West, level 2* (para o sexo feminino) e as *levels 2, 3 e 4* (para o sexo masculino).

⁸¹ Ver, em termos gerais e de algum detalhe, Lo Cascio (1994b, 33-40).

⁸² Nos cálculos efectuados, Lo Cascio não considera, embora refira, o possível sub-registo admitido por Peter Brunt: 18% no caso de 70-69 a.C. e 20 a 25% para 28 a.C.

⁸³ Não é claro que os valores relativos aos adultos do género masculino (e as suas famílias) integrados na cidadania entre 70-69 e 28 a.C. resultem dos cálculos acima referidos efectuados em Brunt (1971a, 262-65).

associadas às tábuas de mortalidade que escolheu) de colapso da população original; ou seja, a aceitação de uma taxa anual média de crescimento de – 0,5% ou mesmo ainda mais gravosa.

4. Os argumentos de Lo Cascio contra a interpretação subjacente à «contagem baixa» incluem ainda o que considera uma relação extremamente elevada entre população urbana e população total:
 - a. a população urbana seria constituída por cerca de 1,1 milhões (0,6 em Roma e 0,5 nas outras cidades da Itália) de habitantes de estatuto livre e 0,8 milhões de escravos; ou seja, no total 1,9 milhões;
 - b. sendo a população total de cidadania romana de 4,06 milhões, isso significaria que 3,0 milhões seriam rurais (4,1–1,1);
 - c. assim, sendo os escravos rurais cerca de 1,2 milhões, a população total rural seria 4,2 milhões;
 - d. com a população total atingindo 6,1 milhões (1,9+4,2), a percentagem da população rural relativamente à população total seria de $4,2/6,1 = 68,9\%$; esse é um valor extremamente baixo quando se compara com os valores equivalentes que o autor cita para populações pré-industriais (95% em 1790) ou mesmo já em início de industrialização (90% em 1830 e ainda mais que 70% em 1870); tal observação seria, contudo, parcialmente contrariada pelo facto de parte da população urbana de Roma ser alimentada com recursos provenientes das Províncias (Sicília, África, mais tarde Egipto), mas de modo insuficiente para lhe tirar validade.

2.3. A CONSIDERAÇÃO DE UM TERCEIRO MODELO DE «CONTAGEM INTERMÉDIA»

A colocação em causa da perspectiva da «contagem baixa» e, conseqüentemente, do consenso histórico acima considerado, constitui ainda uma reafirmação do modelo de «contagem alta» que havia sido assumido por Tenney Frank muitas décadas antes. Elio Lo Cascio, que o retomou em 1994, haveria ainda de apresentar mais argumentos no mesmo sentido nas décadas seguintes. Alessandro Launaro, mais recentemente⁸⁴,

⁸⁴ Launaro 2011b, 11-50.

procurando contrastar de modo sintético as duas perspectivas, começou por apresentar um quadro com alguns valores (relativos a 28 a.C.) que lhes estão associados, cujo conteúdo a seguir se reproduz.

Quadro 2.1
Síntese das diferentes estimativas da população da Itália em 28 a.C.

(valores em milhares)

Contagem	Autor	Cidadãos Adultos gén. masc.	Cidadãos Adultos gén. masc. (%)	Total Cidadãos (i)	Escravos (ii)	Estrangeiros (iii)	Total População (i+ ii + iii)
Baixa	Scheidel	1 500	35%	4 000	1 200	-	5 200
	Beloch	1 500	37%	3 250	2 000	250	5 500
	Hopkins	1 500	35%	4 000	2 000	-	6 000
	Brunt	1 395	35%	4 000	3 000	-	7 000
Intermédia	Hin	-	-	5 900	1 500	-	7 400
Alta	Lo Cascio	3 688	30-32%	12 000	1 800	-	13 800
	Frank	3 500	35%	10 000	4 000	-	14 000

Fonte: Launaro (2011b) 16 (Table 1.1)

Pode verificar-se que, além dos modelos de «contagem baixa» e «contagem alta», Launaro considerou uma «contagem intermédia», já acima referida, que terá surgido com Saskia Hin em 2008⁸⁵.

A questão fundamental que se coloca face à divergência entre os dois primeiros modelos reside na dificuldade em compreender como é que um e outro poderão revelar consistência interna quando, admitindo ambos a validade do último recenseamento do período republicano (em 70-69 a.C.) e o respectivo significado no sentido de os seus números respeitarem exclusivamente a adultos do género masculino, admitem igualmente o valor relativo a 28 a.C. mas num caso com o significado de incluírem também mulheres e crianças, no outro com o significado de incluírem, como anteriormente, apenas adultos do género masculino⁸⁶. Relativamente à consistência interna do modelo de «contagem baixa» já vimos como ela é posta em causa pela crítica de Lo Cascio quando considera que os cenários que lhe estão associados só são compatíveis com uma hipótese de colapso da população original. Avaliando por seu lado a consistência interna do modelo de «contagem alta», dir-se-á que os valores a que conduz não são compatíveis com

⁸⁵ Ver *supra* nota 70.

⁸⁶ Esta questão da «consistência interna» para cada um dos dois modelos com base nos mesmos valores dos recenseamentos é objecto de um comentário de Luuk De Ligt que vale a pena registar: «The reasons for this uncase are easily detected. The ingenuity of those interpreting the figures preserved in the literary sources seems endless, with the predictable result that exactly the same data can be used to buttress diametrically opposed theories» (De Ligt 2012, 10-1).

explicações articuladas em termos de evolução biológica: o crescimento anual médio teria que ter atingido um valor de aproximadamente 3,7%, o que não é admissível mesmo para populações de épocas muito mais favoráveis. Será por isso necessário recorrer a justificações que considerem motivos que Launaro designa de fenómenos externos: sub-registo, manumissões de escravos, atribuições de cidadania a estrangeiros. Um quarto factor é ainda considerado por Launaro, associado à possível variabilidade da presença de cidadãos romanos nas províncias e à inclusão dos respectivos valores no recenseamento de 28 a.C.⁸⁷.

Naturalmente que o estudo detalhado e a avaliação dos dois modelos – que constituem, um e outro, alternativas que continuam actualmente a ter defensores – requerem a consulta e a leitura atenta de milhares de densas páginas carregadas de valores numéricos que são contrapostos por argumentos de grande complexidade. Tal complexidade é ainda acrescida pelos novos argumentos que o modelo de «contagem intermédia» introduziu mais recentemente no debate e que incluem novas interpretações dos valores dos recenseamentos e novas variáveis a acrescentar aos fenómenos externos considerados por Launaro. É em tal enquadramento que Saskia Hin começa por estimar a população da Itália (incluindo escravos) em 28 a.C. em cerca de 10 milhões, baseando-se sobretudo na consideração de que os números dos recenseamentos da época de Augusto incluiriam, além dos cidadãos adultos *sui iuris* do género masculino, também viúvas e órfãos⁸⁸, mas acaba por admitir ser mais provável um valor de cerca de 7,5 milhões após ter em conta as referidas variáveis. Assim, para chegar a tal valor, considera em primeiro lugar factores que já são tidos em conta, de um modo ou de outro, pelos dois primeiros modelos:

1. Os cidadãos que não habitavam o território itálico que, naturalmente, terão que ser subtraídos dos valores dados pelos recenseamentos;
2. Os libertos e os estrangeiros que, tendo adquirido a cidadania romana e estando portanto incluídos nos valores dos recenseamentos, deverão ser excluídos dos totais quando a perspectiva é fazer um julgamento de consistência em termos de avaliação do crescimento da população original em 70-69 a.C.; este factor deverá ter em conta em particular a expansão territorial do território romano em Itália e fazer incluir quem, nesse intervalo de tempo, beneficiou da atribuição da cidadania romana;

⁸⁷ Launaro 2011b, 14, 17.

⁸⁸ Hin 2008, 223-24.

3. O sub-registo correspondente tanto ao recenseamento de 70-69 a.C. como ao de 28 a.C., valores cuja consideração deverá conduzir a ajustamentos nos totais de um e outro e cujo resultado em termos de avaliação de consistência de evolução da população original é à partida (porque dependente do que se considerar para um e outro ano) pouco claro.

Factores que aparentemente são referidos mais particularmente por Hin surgem-nos como mais susceptíveis de influenciar os dados de 28 a.C.:

1. Contagens em duplicado: é algo que terá afectado em particular a migração interna, definitiva ou temporária, com registo tanto pelos próprios como pelas suas famílias que permaneceram no local de origem (ou pelos seus tutores ou senhorios); terá derivado da falta de comunicação entre uns e outros e do receio de consequências negativas associadas à falta de registo;
2. Emancipação de filhos ou netos: é um fenómeno em crescimento nos últimos séculos da República (aumentando o número de cidadãos *sui iuris*), devido em parte à colonização ou à simples separação geográfica das famílias;
3. Os casamentos *sine manu* (em que a mulher ficava sob controlo legal do seu ascendente e não do marido), que se tornaram mais frequentes a partir do final do século II a.C. e quase exclusivos no tempo de Augusto, conduziram ao aumento do número de mulheres *sui iuris* (que adquiriam tal estatuto após a morte do ascendente).

É esse aumento dos casamentos *sine manu* que Hin considera como fundamental para fazer descer o máximo de 10 milhões que inicialmente admitiu para a população da Itália em 28 a.C. para cerca de 7,5 milhões⁸⁹. De facto, ao se admitir que mulheres em elevado número estão registadas no recenseamento, torna-se necessário descer o multiplicador que se aplica ao valor de 4,06 milhões (ou a este montante corrigido em função de outras variáveis que foram referidas) para calcular o total populacional correspondente aos cidadãos romanos vivendo em Itália (acrescentando em seguida os escravos e os

⁸⁹ A consideração de que os valores dos recenseamentos do tempo de Augusto incluíam cidadãos *sui iuris* outros (órfãos, viúvas e mulheres casadas) que não os do género masculino constitui assim elemento fulcral deste modelo intermédio defendido por Hin. Em particular, a expressão *censa sunt civium capita tot*, já acima referida, poderia ser interpretada como referindo-se a todos os cidadãos *sui iuris* (e não apenas a cidadãos do género masculino, como defendem os dois outros modelos); Hin, baseando-se na extensão às mulheres do conceito *capitis deminutio* (redução do estatuto legal imposta a cidadãos como punição), infere que uma interpretação legalística do termo *caput* poderá também ser aplicada a mulheres (Hin 2008, 201-02). Tal interpretação torna-se, conseqüentemente, o ponto privilegiado de crítica do modelo de Hin pelos autores que defendem outros modelos. Ver a este respeito, em particular, De Ligt (2012, 126-28).

estrangeiros). Algo de semelhante haverá ainda a considerar no que respeita aos libertos, cuja estrutura demográfica estaria enviesada no sentido de incluir um número proporcionalmente elevado de homens, dado que as mulheres só eram habitualmente libertas após o seu período de primeira fecundidade e os seus filhos nascidos antes da libertação mantinham-se escravos⁹⁰.

2.4. A CAPACIDADE DE SUPORTE DO TERRITÓRIO

O que se pode concluir do que acaba de se dizer sobre os modelos de contagem considerados – em que os diferentes autores não só concluem por valores muito diferentes no que respeita às populações que habitavam a Itália nos últimos séculos da República Romana como se têm mostrado incapazes de apresentar argumentos insusceptíveis de serem fortemente refutados – é que o conjunto do debate se tem encaminhado para uma situação em que o que se retira dos referidos argumentos é uma impressão de que eles traduzem sobretudo escolhas pessoais. Tais argumentos incidem principalmente, quando se tem em conta os desenvolvimentos apresentados até agora, sobre os valores dos recenseamentos disponibilizados pelas fontes literárias. Ora o debate que é travado sobre a economia e população dos últimos séculos da República é naturalmente de uma maior amplitude. Em particular assume uma especial relevância a competição pela terra, cuja importância não pode ser menosprezada. Cidadãos sem terra, pequenos camponeses e proprietários rurais abastados foram actores sempre presentes quando ocorreram acontecimentos como 1) a formação de colónias no período que se seguiu à Segunda Guerra Púnica, 2) o desenvolvimento das grandes explorações que utilizavam mão de obra escrava, 3) as disputas incidentes sobre o *ager publicus* no tempo dos irmãos Graco e 4) as confiscações e distribuições de terras que acompanharam as guerras civis dos últimos tempos da República. Tal competição é vista pelos defensores do consenso histórico predominante numa perspectiva em que a terra é escassa mesmo quando se consideram os baixos valores admitidos para as populações que habitavam a Itália⁹¹. É uma perspectiva que, contudo, é contrariada por Neville Morley com argumentos que

⁹⁰ Hin 2008, 218-30.

⁹¹ Veja-se o que é referido em Hopkins (1978, 36) a propósito das distribuições aos veteranos no decurso do século I a.C.: «Most of Italy was too densely populated to allow the easy assimilation of a sudden influx of large numbers of new settlers» e «The resettlement of ex-soldiers ... usually led to the eviction of existing tenants or peasants ... [which] went against the trend towards the formation of large estates».

apontam para uma disponibilidade de território e a sua efectiva utilização conducentes à produção (pelo menos até à época de Augusto) dos alimentos necessários aos efectivos populacionais considerados pela «contagem alta»⁹².

Assim, Morley, baseando-se em trabalhos anteriores⁹³, começa por determinar o total da área cultivável na Itália (100 mil km²) e a área dedicada aos cereais (75 mil km²), continua estimando os rendimentos líquidos (trigo – 400 kg/ha e cevada – 750 kg/ha, deduzindo portanto as quantidades que são semeadas) e determinando também os níveis do pousio (50%, ou seja, pousio bienal) e os níveis de consumo (200 kg/pessoa/ano). Em seguida fixa o objectivo em termos de pessoas a alimentar, com um valor entre 13 e 14 milhões (12 milhões de indivíduos com cidadania romana e 2 a 3 milhões de escravos, deduzindo, contudo, 1 milhão de habitantes de Roma a serem alimentados por importações provenientes de outras áreas do Império). A construção de um modelo baseado nestas hipóteses de partida conduz aos seguintes resultados:

1. se só se semeasse trigo, apenas seria possível alimentar 7,5 milhões de habitantes (hipótese que Morley considera improvável, pois trata-se de uma produção pouco fiável; em contrapartida, a cevada, embora menos nutritiva, dá mais segurança em termos de produção);
2. se trigo e cevada fossem semeados em iguais proporções, a população coberta poderia atingir cerca de 10,8 milhões de pessoas;
3. se as proporções fossem de 25% para trigo e 75% para cevada, a população coberta atingiria cerca de 12,4 milhões de pessoas.

O que conduziu o autor às seguintes hipóteses (cumulativas) no que respeita às hipóteses de partida, agora assumidas de modo a atingir o limite superior do objectivo fixado (14 milhões):

1. um ligeiro aumento (menos que 5%) na área total dedicada a cereais;
2. uma pequena alteração na proporção da cevada (um pouco mais que 80%) no total de cereais;
3. a supressão do pousio bienal em apenas uma diminuta área da Península⁹⁴;

⁹² Morley 2001, 55-9.

⁹³ Garnsey, et Saller 1996, 77-82; Pleket 1993, 317-42; Morley 1996, 48.

⁹⁴ Morley refere, a este respeito, Spurr (1986, 117-22) e White (1970, 110-45), que se baseiam nas referências pelos agrónomos a novas técnicas que permitiam a supressão do pousio. Contudo, Morley especifica que estes terão certamente sido casos excepcionais e que os pequenos agricultores – o caso que preponderava – dificilmente conseguiriam dispor de um simples boi (para não falar em manadas extensas; ver Jongman (1988, 210-12)), o que teria conduzido a que não pudessem dispor de quantidades apreciáveis de estrume. Esta opinião não tem em consideração o facto – desenvolvido mais à frente no

4. pequenos ajustamentos aos valores dos rendimentos líquidos ou dos consumos.

E assim Morley considera que não há nada de verdadeiramente difícil em se ter atingido os valores defendidos pelos partidários da «contagem alta» para a população, no que diz respeito à sua compatibilidade com a capacidade de suporte do território (excepto no que concerne a comparação com os números efectivos dos séculos anteriores). E as inferências em termos de valores populacionais desse modelo revelar-se-iam inteiramente compatíveis com o quadro tradicional de pousio bienal e relativamente modestos rendimentos. Em tal enquadramento não teria sido necessário um aumento muito significativo de produtividade (a qual se compararia à de outras economias pré-industriais).

Convém neste ponto fazer uma crítica ao optimismo de Morley que é construído a partir de médias – é por exemplo o caso da produção líquida anual de trigo de 400 kg/ha –, o que constitui uma simplificação que não é compatível com a realidade social. Não é possível admitir implicitamente a existência de um sistema em que todos os agricultores produzem – em função das respectivas capacidades – para uma entidade única que recolhe toda a produção e que posteriormente efectua uma distribuição de acordo com as necessidades individuais. Trata-se de uma concepção “socializante” que estava muito longe de existir na Roma Republicana ou no Principado⁹⁵.

ponto 2.5 – de na parcela de maior densidade populacional do território italiano, predominar o gado suíno (eventual utilização dos respectivos dejectos como estrume).

⁹⁵ Morley encontra esse valor de 400 kg/ha trabalhando de algum modo os elementos existentes em Garnsey (1988, 95-6, 102-04), os quais se referem à Ática, na Grécia. A dita incompatibilidade com a realidade social será melhor compreendida se se considerar uma situação de distribuição de terras a colonos na Campânia em 59 a.C. (que é referida em Garnsey, et Saller (1996, 77-82)) em que a cada família com um mínimo de 5 pessoas caberia um terreno de 2,5 hectares. Esse mínimo de 5 pessoas, a 200 kg/pessoa/ano (consumos de trigo), exigiria um rendimento líquido médio de 2000 kg/ano (considerado o pousio bienal). O que requereria 800 kg/ha (além da quantidade necessária à sementeira, eventualmente aos impostos ou à renda), o que, dada a fertilidade da terra, seria possível (mesmo para consumos mais elevados, entre 230 e 275 kg/pessoa/ano, de acordo com o considerado em Garnsey, et Saller). Mas seria possível nas condições excepcionais de fertilidade da Campânia, não genericamente em todo o território italiano. Situação que naturalmente impediria a subsistência de famílias de 5 elementos que trabalhassem terra menos fértil, em particular a que produzisse a média acima referida ou inferior. Em Garnsey, et Saller são dadas algumas indicações que permitem ver uma saída para tal situação, concebendo os consumos individuais como referidos a «trigo equivalente» (e não a trigo simplesmente), em que essa expressão funciona como uma espécie de moeda, e abandonando uma eventual ideia de que os camponeses poderiam praticar uma monocultura de trigo. Culturas mais diversificadas, incluindo produções de géneros com aptidão para fornecer uma alimentação suficiente com menores custos em termos de terra necessária, poderiam contribuir para superar as dificuldades referidas. Mas também é possível avançar com a ideia de que as terras menos férteis ficariam incultas e as esperadas consequências em termos de limitações ao aumento populacional teriam lugar.

Por outro lado, Morley prossegue com a sua demonstração referindo-se ao período posterior (ainda sob Augusto ou sob os seus sucessores). Aqui considera que valores populacionais da ordem dos 16 ou 17 milhões já não seriam tão facilmente justificáveis. Alimentar tais efectivos populacionais não teria sido possível sem uma extensa supressão do pousio (em pelo menos um terço de toda a terra dedicada aos cereais).

Considerando agora a reserva que acima foi feita relativamente à compatibilidade dos valores da «contagem alta» com os números efectivos dos séculos anteriores, a explicação dada por Morley é algo longa e de alguma (embora, conforme já referido, por vezes insuficiente) complexidade:

1. No século III a.C., a terra poderia ter estado em regime de baixa exploração e a crescente pressão populacional teria levado os camponeses a cultivar as suas terras de modo mais intensivo⁹⁶, o que teria conduzido a uma maior produtividade da terra. Terá faltado a Morley especificar que tal viria eventualmente a implicar um decréscimo da produtividade marginal do trabalho. E que para que esta última não tivesse lugar seria necessário combinar a intensificação (por exemplo) com alterações de natureza tecnológica ou diversificação a nível dos produtos.
2. Quase certamente a área cultivada da Itália nesse século seria muito inferior aos 100 mil km² assumidos acima e a resposta óbvia ao crescimento populacional (que teria sido acompanhado por aumento dos preços) teria sido o recurso a novas terras até então não cultivadas. Este é um processo que é revelado, na opinião de Morley, pelos levantamentos arqueológicos que têm sido levados a cabo em diferentes partes da Itália (no século II e mais particularmente no século I a.C. ter-se-á verificado a incorporação de novo território no total de área cultivada, não somente em regiões previamente de baixa exploração como o vale do Pó, mas mesmo numa região densamente povoada como a de Roma)⁹⁷.

⁹⁶ O conceito de intensividade aplicado ao trabalho agrícola significa que, a uma mesma extensão de terra, são afectados progressivamente mais trabalhadores.

⁹⁷ Ver em particular as referências dadas em Morley (2001, 57, n. 51). Por outro lado, em De Ligt (2012, 13-6) são feitas várias referências a desbravamentos de terras que tiveram lugar a partir do século III a.C. na Etrúria, no Lácio e na Campânia. A tal respeito, De Ligt conclui que, tendo já sido assumido (inclusive pelas versões mais pessimistas da «contagem baixa») que o crescimento da cidade de Roma tenha estimulado a produção agrícola nessas três regiões, não haverá razões para usar tais desenvolvimentos para justificar uma revisão em alta dos dados demográficos para o conjunto da Itália. De qualquer modo, as referências apresentadas por De Ligt poderão revelar-se úteis para estudos mais aprofundados sobre a matéria (Morselli 1980; Cambi 2002, 142; Quilici, et Quilici Gigli 2009; Arthur

3. Há motivos para argumentar que terá havido um ligeiro aumento de produtividade do trabalho (o que é distinto, conforme já inferido, de produtividade da terra) no mesmo período (dado o aumento na proporção da população italiana que vivia nas cidades e a presunção de que estaria dependente dos rurais para conseguir o seu sustento):
- a. em 225 a.C., cerca de 8% da população vivia em cidades e em 28 a.C. já era cerca de 14% (excluindo Roma, Morley afirma que mais de 10% vivia em centros urbanos e obtinha a sua alimentação através do mercado ou de sistemas de redistribuição)⁹⁸;
 - b. concluir-se-ia assim que (excluindo Roma) em 225 a.C. a população afectada à agricultura (que trabalhava para sustentar a população urbana) era 11,5 vezes superior à urbana (sustentando-a, portanto); em 28 a.C. essa população era apenas 9 vezes superior à urbana, a evolução traduzindo o aumento de produtividade:
 - i. por um lado, os agricultores terão sido persuadidos, através da evolução no sentido da alta dos preços ou obrigados pela subida das rendas que pagavam (o que era devido ao aumento de população e, portanto, a uma procura acrescida de terra e produtos alimentares) a cultivar as suas terras mais intensivamente (o que já é referido acima no ponto 1. e que é distinto de produtividade do trabalho);
 - ii. terão sido, por outro lado, persuadidos ou compelidos a vender uma maior proporção da sua produção excedentária, de preferência a armazená-la⁹⁹, sem ter de facto aumentado a produção de tal

1991, 41; Morley 1996). É ainda feita referência em Kron (2005, 478-82) ao aproveitamento de novas terras no Vale do Pó, mas provavelmente apenas em períodos mais tardios.

⁹⁸ O modo como Morley se expressa deixa dúvidas sobre o que quer de facto afirmar. Em primeiro lugar refere que a população urbana representava 14% do total (se a população total que considera é de cerca de 14 milhões, isso significa que a população urbana seria de cerca de 2 milhões; o que faria algum sentido, dado que o autor estima em Morley (1996, 182) que tal população em meados do século I d.C. era de cerca de 2,3 milhões). Afirmando a seguir que, excluindo Roma, a população urbana representava 10% do total, isso só pode significar que ela atingiria 1,4 milhões e que portanto a população de Roma seria então de 600 mil (e não de 1 milhão, conforme habitualmente se considera). Ou faltará alguma referência a uma parcela da população de Roma (400 mil habitantes) que se incluiria num total que seria abastecido através do mercado ou de sistemas de redistribuição? Por outro lado, em Morley (2001, 57, n. 52), chama-se a atenção para o exagero que seria uma taxa de 25 a 40% de população urbana com as hipóteses admitidas pelo modelo da «contagem baixa» (considerando os valores *supra* no final do ponto 2.2, essa taxa seria ligeiramente superior a 30%). Complementarmente, no que respeita à importância relativa do mercado e de outros sistemas de distribuições relativos aos fornecimentos às áreas urbanas, ver referências dadas em Morley (2001, 57, n. 53).

⁹⁹ Sobre a importância do armazenamento como resposta ao risco e à incerteza, ver Garnsey (1988, 53-5).

excedente (a sua vulnerabilidade à crise alimentar aumentando em consequência).

4. Aumentos de produtividade mais significativos (pelo menos é a opinião de alguns historiadores) terão tido lugar nas *villae* escravagistas (visto que os escravos podiam ser coagidos a trabalhar mais intensamente e porque na *villa* uma significativa organização e especialização do trabalho era possível); de qualquer modo, independentemente do nível da produtividade, parece certo que a *villa* poderia produzir um excedente vendável no mercado de nível muito superior ao que era possível com um grupo de explorações camponesas numericamente comparável¹⁰⁰.

Relativamente à preferência das grandes explorações pela mão de obra escrava e à respectiva orientação para vendas no mercado, Morley refere que a difusão da *villa* através da Itália Central não terá sido uma consequência ou uma resposta a uma insuficiência de mão de obra livre (tal como havia sido defendido por alguns aderentes da perspectiva Beloch-Brunt). Admitindo que a expansão populacional foi mais rápida que o aumento da disponibilidade de terras, tal evolução teria certamente conduzido muitos dos camponeses livres a mostrarem-se disponíveis para trabalho em part-time ou a tempo pleno (portanto em princípio maior intensividade do trabalho) e seria surpreendente que a elite romana não tivesse aproveitado tal situação, atendendo em particular a que a mão de obra escrava não era em geral barata¹⁰¹. De qualquer modo os motivos da preferência pelos escravos teriam sido vários, entre os quais a consideração de que os escravos seriam mais produtivos, mais controláveis, e de a sua propriedade implicar maior estatuto para os *domini* (além da razão já referida *supra* relativa à sujeição dos cidadãos livres ao serviço militar). Por outro lado, a hostilidade destes a terem na sua dependência trabalhadores que não estivessem sujeitos a laços tradicionais (a remuneração em função das condições do mercado de trabalho era novidade) podia igualmente reforçar a referida preferência¹⁰².

¹⁰⁰ Sobre uma questão mais particular como a horticultura intensiva na área da cidade de Roma, mais detalhes sobre a agricultura camponesa na Itália e sobre o envolvimento camponês no mercado, ver as referências dadas em Morley (2001, 57, n. 55).

¹⁰¹ Para outros desenvolvimentos sobre as razões da preferência pela mão de obra escrava e sobre mão de obra livre em geral, ver Morley (2001, 58, n. 57).

¹⁰² Em Morley (2001, 58) refere-se que os agrónomos não discutem o problema, a escravatura sendo uma realidade dada como adquirida e tida como a melhor maneira de cultivar uma exploração agrícola (excepto no caso de explorações mais distantes, em que arrendatários podiam ser preferidos).

Ainda relativamente ao impacto das *villae* sobre a economia e a sociedade romana, elas não só terão contribuído para o processo de urbanização (causando o fluxo de migrantes para as cidades¹⁰³) como terão beneficiado significativamente com ele (colocando-se como fornecedores privilegiados das cidades). Fica por determinar se e como os habitantes das cidades contribuíam economicamente para justificar o que consumiam. Contribuindo com o seu trabalho para uma melhor organização da produção rural ou no sentido de fornecer os bens e serviços necessários ao respectivo processo? Ou simplesmente beneficiando dos rendimentos do Império?

Voltando agora a considerar a questão do crescimento possível (na perspectiva da «contagem alta») da população da Itália até 17 milhões de habitantes (excluindo, para efeitos de alimentação, parcela significativa da cidade de Roma) no decurso do século I d.C., já se referiu a dificuldade em alimentar tais efectivos populacionais sem uma extensa supressão do *pousio*. Alguns acontecimentos¹⁰⁴ registados pela História parecem demonstrar que a Itália terá então atingido os limites da sua capacidade de suporte; na opinião de Morley, tal poderá ter sido devido ao facto de poucos camponeses terem tido acesso a grandes quantidades de estrume, o solo começando a ficar exausto pela falta deste ou de *pousio*. Por um lado, as tradicionais respostas à pressão populacional – migrações, intensificação do cultivo e mais terra – deixaram de ser possíveis ou de dar resultado; por outro lado, poderão ter sido as medidas tomadas nos séculos anteriores (dedicar mais terras à agricultura, reduzindo o espaço disponível para pastagem e portanto afectando a produção de estrume) que conduziram ao esgotamento dos nutrientes vitais no solo, constituindo assim as causas da crise. Nem todas as regiões da Itália terão provavelmente sido afectadas – as mais atingidas terão sido precisamente aquelas mais envolvidas no abastecimento a Roma e outros mercados importantes – mas isso terá significado o fim da expansão populacional maciça dos três séculos precedentes.

¹⁰³ Também os defensores do modelo Beloch-Brunt se referiam ao fluxo de migrantes para as cidades, mas numa perspectiva associada à crise rural. Mas agora, na perspectiva do rápido crescimento populacional, a situação de desvantagem em que os camponeses se encontram tem a ver logo à partida com o excesso de mão de obra face à escassez de terra cultivável. Assim, os que procuram ficar como assalariados ou arrendatários defrontam-se com uma situação de salários mais baixos ou de rendas mais altas; ou então não conseguem beneficiar de eventuais situações favoráveis dos mercados porque, tendo que vender imediatamente os seus excedentes de produção em vez de os armazenar, perdem na concorrência face às explorações que dispõem de mais amplas instalações para o efeito. Em tal contexto, estariam mais sujeitos a crises, acumulando dívidas, sendo eventualmente obrigados a vender as suas terras (ver App. BC 1.7-8 e De Neeve (1984, 31-4)).

¹⁰⁴ Em Morley (2001, 59) são referidos alguns acontecimentos que terão tido lugar em períodos posteriores a Augusto – crise agrária no final do século I, o declínio de pelo menos algumas *villae*, o édito de Domiciano contra a plantação de vinha e o esquema alimentar de Trajano – como indicadores de tal dificuldade.

2.5. CRESCIMENTO POPULACIONAL E PROSPERIDADE

Resulta do que precede que o consenso historiográfico (apoiado na perspectiva de evolução populacional que é conhecida como de «contagem baixa») que apontava para a formação de uma profunda crise que terá atingido a população rural livre da Península (em consequência sobretudo dos longos períodos de serviço militar que os legionários se viram forçados a cumprir) foi colocado em causa pelo reaparecimento, com argumentos novos, de uma outra perspectiva de evolução populacional designada de «contagem alta». Vimos com algum detalhe como Elio Lo Cascio (ver *supra*, secção 2.2) reacendeu o debate entre um e outro modelo, quais as diferenças entre eles e como foram tecidas algumas considerações sobre o factor terra. Um estudo mais aprofundado deste factor surgiu como essencial para levar o debate para um plano mais avançado, mas os argumentos apresentados por Neville Morley na secção precedente, no sentido de evidenciar a capacidade do território italiano e a evolução da produtividade agrícola para alimentar populações da ordem de grandeza das que são propostas pelo modelo de «contagem alta», não parecem suficientes para provar que tais níveis tenham sido atingidos de facto.

Parece indispensável, para os defensores do modelo de «contagem alta», provar que a economia da Península progrediu o suficiente para poder sustentar o crescimento populacional que advogam. Nesse sentido necessitam de lidar com o conceito de prosperidade mesmo que esta possa ter atingido apenas uma parte reduzida da população. Procedimento que, aliás, terá certamente muitos pontos comuns com o que aqueles que se colocam do lado da «contagem baixa» adoptaram na elaboração do respectivo consenso. Existe uma vasta gama de factores – incluindo seguramente a terra – que poderão ter influenciado a evolução económica e eventualmente a prosperidade, criando condições para promover o crescimento populacional, embora não conduzindo a ele necessariamente. É a propósito de tais factores que são tecidas nas páginas que seguem algumas considerações, embora não se tenha a pretensão de ser exaustivo. A intenção é para já a de colocar a nossa problemática do momento – a compreensão das transformações económicas na Península Itálica no século II a.C. – num plano mais elevado, o que permitirá aumentar a complexidade da análise em desenvolvimento e, naturalmente, superar eventuais insuficiências que agora se revelem.

2.5.1. As lutas pela terra

Os dois últimos séculos da República foram o teatro de intensas lutas pela terra, as quais tenderiam naturalmente a ser tanto mais ásperas quanto mais densamente habitada fosse a Itália. O que, numa primeira aproximação, levaria a considerar mais provável o cenário da «contagem alta», dados os valores demográficos mais elevados envolvidos. Morley afirma que no nosso tempo temos uma melhor compreensão do contexto histórico destes conflitos dado termos consciência da pressão enorme que se exerceu sobre recursos limitados, a qual terá resultado do crescimento populacional. Para esse autor parece difícil de perceber como é que os defensores do modelo Beloch-Brunt conseguem explicar a violência dos conflitos da República Tardia que deflagraram devido à competição pela terra quando (na sua opinião), com os efectivos populacionais que este modelo propõe, teria havido terra que chegasse para todos (mesmo considerando a chegada de alguns milhões de escravos). Essa opinião é completamente contraditória com a expressão que é usada por Hopkins a propósito dos problemas associados à instalação de veteranos em terras confiscadas no período que vai de Sula a Augusto: «Most of Italy was too densely populated to allow the easy assimilation of a sudden influx of large numbers of settlers». Hopkins refere aliás a seguir que tais assentamentos conduziram em regra à expulsão dos anteriores ocupantes das terras.¹⁰⁵

Mas o que é certo é que as lutas pela terra (ou de um modo mais geral, as lutas pelas riquezas) não requerem como condição essencial ao seu desencadeamento um território densamente povoado¹⁰⁶. O factor político exerce uma influência fundamental, com os privilégios das elites associadas ao poder a exercerem-se no sentido da concentração da propriedade e até certo ponto independentemente da densidade demográfica. No caso de Roma, no decurso da sua História, há suficientes exemplos da existência de tais privilégios (ao longo de períodos em que o nível da escassez de terras para os romanos foi certamente variando) para que não seja difícil de compreender que as referidas lutas

¹⁰⁵ Morley 2001, 59-60; Hopkins 1978, 36. Sobre as dificuldades em admitir que a terra pudesse chegar para todos em condições desfavoráveis de produtividade, ver *supra*, nota 95.

¹⁰⁶ Aliás, quando se considera o território da Itália no período que nos ocupa, não é possível abstrair do facto de que a densidade de ocupação é variável de região para região, dependendo de variados factores, entre os quais se poderão referir os usos dados à terra, a fertilidade que lhe está associada, factores tecnológicos e a distância (medida sobretudo em tempo de viagem) a que os locais se encontram de áreas urbanas.

não tenham sido derivadas apenas da necessidade absoluta de garantir uma simples subsistência.

2.5.2. Os recursos financeiros resultantes das vitórias militares e a avaliação da evolução das condições económicas

Factor fundamental no desenvolvimento dos referidos privilégios foi certamente a apropriação de rendimentos extremamente significativos no decurso da expansão militar e política que teve lugar no século II a.C. e com a utilização dos quais o Estado Romano prosseguiu o esforço de expansão militar e política que vinha dos séculos anteriores. Tais rendimentos, originados num contexto centrado por um lado no oriente helenístico e por outro na Península Ibérica, resultaram, numa primeira análise, dos saques efectuados pelos exércitos romanos quando das suas vitórias sobre os inimigos e das reparações de guerra impostas aos vencidos (reparações que, regra geral, foram pagas em prestações nos anos que se seguiram às batalhas decisivas). Os recursos financeiros disponibilizados permitiram ao Estado Romano investimentos expressivos, em particular em estradas, em abastecimento de água, em edifícios e outras infraestruturas. E uma sua parcela significativa foi por um lado apropriada pelos comandantes dos exércitos e, por outro, distribuída pelos legionários. Em breve o sucesso dos membros da elite política – já no passado dependente da capacidade financeira para reforçar o seu prestígio (em particular através da aquisição de terras) e apoiar as suas campanhas eleitorais – haveria cada vez mais de sofrer tal dependência para poder progredir na hierarquia do poder. E o estímulo para disputar riquezas, conforme já referido, pode surgir tanto em condições de baixa como de elevada densidade populacional. Por outro lado, a avaliação da evolução das condições económicas (melhoria do bem-estar, estagnação ou regressão) será mais adequada se feita abstraindo dos volumes populacionais (o que nas sociedades modernas requer habitualmente cálculos do rendimento ou produção *per capita*). O que não significa de modo algum que tais volumes populacionais não tenham importância para a caracterização da economia ou não influenciem decisivamente muitos dos seus aspectos, mas simplesmente que certas análises podem (ou devem) ser desenvolvidas abstraindo até certo ponto dessa realidade.

Poder-se-á assim, numa primeira aproximação, tentar compreender a evolução da economia romana no século II a.C. como algo que não pode ser separado do processo de

transformação do mundo mediterrâneo num todo unido em termos políticos, primeiro sofrendo a influência do Estado Romano e a seguir, progressivamente, sob a sua governação directa. A construção da história económica do período não pode ignorar tanto esse processo de globalização ocorrido a nível político como as transformações que tiveram lugar no próprio território italiano, nomeadamente em termos sociais e económicos. É nesse contexto que se poderá procurar, por um lado, relacionar o processo de conquistas com as alterações que ocorreram no domínio da propriedade da terra e do seu cultivo, procurando a seguir estabelecer conexões entre as profundas mutações verificadas na distribuição das populações rurais e urbanas e a estrutura dos consumos, a proveniência dos abastecimentos e, de um modo geral, a própria modificação do tecido económico.

Tais relacionamentos serão mais adequadamente levados a cabo se for dada uma atenção particular ao significado económico dos proveitos derivados da guerra assim como ao dos rendimentos que os agentes políticos e económicos romanos extraíram da administração do domínio imperial.

2.5.3. A época dos Antoninos e a prosperidade do período imperial

Avançando alguns séculos sobre o período que mais nos interessa no presente contexto, referiremos que a época dos Antoninos tem sido considerada como um verdadeiro século de ouro, um período em que terá culminado uma obra de transformação completa – do meio ambiente, da organização social – que viu progressos significativos no que respeita à humanização dos lugares, à segurança nos campos e nos mares, à disponibilidade por parte sobretudo dos cidadãos de equipamentos sociais como ginásios, abastecimento de água, templos e escolas. Onde antes estalavam os conflitos, passou a haver paz e um esquema social uniforme e racional terá sido organizado que conseguia integrar conquistadores e conquistados e era capaz de avaliar segundo o mérito e não segundo o estatuto ou a força. É mais ou menos nestes termos que Aldo Schiavone, na sua obra do final do século XX *La storia spezzata*, nos transmite algo de essencial de um discurso que se tornou famoso proferido por um jovem orador (que Rostovtseff classifica como «sofista») de língua grega: Aelius Aristides, nascido e educado na Ásia Menor. Esse discurso foi pronunciado em 154 em Roma, diante da corte imperial com a provável

presença do próprio Antonino, e integrou-se nas cerimónias da celebração anual da fundação de Roma¹⁰⁷.

O que Schiavone viu de particular no discurso do jovem Aristides – e que estava para além do vulgar elogio dos poderosos, do encómio da grandeza dos príncipes e dos seus feitos – foi o destaque dado ao «poder organizador e transformador da civilização romana considerada globalmente ... e o seu efeito sobre a condição humana até então prevalecente». Mas Schiavone chama a atenção para o facto de que a perspectiva de Aristides – uma óptica de vivência numa renovada idade do ouro ou, pelo menos, numa condição de bem-estar, de optimismo, que não tinha precedente – radicava num horizonte mental partilhado por uma parte importante dos contemporâneos, que era constituída por todas as pequenas elites cidadinas que, da Hispânia à Ásia, a presença romana tinha contribuído para criar ou promover. Ainda segundo Schiavone, o discurso constitui um documento definidor de uma sociologia da cultura e do consenso, revelando aspectos ideológicos de um processo de integração sem igual no mundo antigo.

Numa perspectiva económica, a situação descrita traduz circunstâncias em que as referidas elites cidadinas – e naturalmente também as elites que constituíam o poder central ou dele mais próximas estavam – haviam adquirido hábitos de consumo que as afastavam dos comportamentos mais tradicionais, mais definidores da estrutura da economia antiga tal como ela era concebida por uma corrente do pensamento histórico que se poderá centrar em Moses Finley e a que este deu expressão nos seus escritos. A predominância de uma economia agrária de auto-suficiência teria estado na base de tais comportamentos tradicionais, o que não teria sido contrariado senão muito parcialmente pelo relativamente forte desenvolvimento urbano do mundo greco-romano. Assim, de acordo com Finley, teria sido a agricultura, e não o comércio ou a manufactura, que constituiu a base económica do urbanismo. É esta uma concepção que apresenta a cidade antiga como primordialmente um centro de consumo, tendencialmente uma entidade parasítica, tal como já Max Weber o havia feito¹⁰⁸. É também uma concepção que necessita de ser relativizada, em função nomeadamente da expansão da “civilização” às *villae rusticae* que teve o seu ponto mais forte no período imperial. Mas é ainda uma concepção que tem sido objecto de críticas porque, diversamente do que afirmava Finley quando dizia que a base económica cidadina estava na agricultura, haveria por um lado

¹⁰⁷ Schiavone 2002, 5-17. Ver também Rostovtseff (1988, 110-18) e Morley (1996, 1-4).

¹⁰⁸ Finley 1999, 123-25. O conceito de cidade de consumo poderá, segundo Jean Andreau, ter tido origem em Sombart, embora aplicado ao mundo moderno.

idades em que existiam actividades que se poderiam classificar como industriais e que tinham um peso significativo nas respectivas economias; surgiram, por outro lado, concepções que, sem negarem o papel fundamental na economia da agricultura, chamam a atenção para o facto de a cidade exercer sobre a actividade rústica uma função de organização essencial¹⁰⁹.

É precisamente a propósito do desaparecimento dos referidos hábitos de consumo, mas num período mais tardio – o que se segue à queda do Império Romano – que Bryan Ward-Perkins escreve um capítulo intitulado “The Disappearance of Comfort” na sua obra emblemática de 2005¹¹⁰. Tomando como base copiosos testemunhos arqueológicos, o autor refere um impressionante declínio dos padrões de vida ocidentais entre os séculos V e VII, algo que afectou todos – dos camponeses aos reis – e que atingiu uma escala que pode ser descrita como o “fim de uma civilização” (“civilização” sendo um termo que Ward-Perkins utiliza de modo condicionado, dadas as reservas que, na época, lhe eram colocadas pelo discurso académico dominante). E, embora o objectivo do presente trabalho não seja identificar ou descrever os hábitos de consumo que integravam o conforto dos cidadãos romanos e que desapareceram com a queda do Império, o modo e o porquê do respectivo surgimento assim como a época em que tal ocorreu, são elementos extremamente relevantes para auxiliar a efectuar a caracterização, embora apenas sumariamente, das transformações económicas que tiveram lugar até ao século II a.C. na Península Itálica.

Na realidade, a “complexidade económica” – expressão cara a Ward-Perkins – que caracterizava o mundo romano no período imperial, não surgiu do nada e as transições que ocorreram no centro geográfico do sistema político romano (precisamente a Península Itálica) terão sido particularmente relevantes no período que se segue à Segunda Guerra Púnica. É em tal contexto que convém questionarmo-nos, numa primeira abordagem, sobre os artigos em cerâmica de alta qualidade que eram utilizados para a cozedura de alimentos, os serviços de mesa sofisticados ou as ânforas que serviam para o transporte e conservação de líquidos como o azeite e o vinho. Da elevada qualidade destes artigos poder-se-á passar à complexidade dos processos produtivos e distributivos que lhes estão subjacentes e a uma difusão suficientemente vasta para se poder inferir que os

¹⁰⁹ Andreau 2010, 39-43. Sobre a caracterização das economias antigas, em particular da sociedade romana, no que respeita ao maior ou menor desenvolvimento dos mercados ou à predominância da economia agrária de auto-suficiência, ver por exemplo uma rápida síntese, acompanhada no entanto de numerosas referências bibliográficas, em Mattingly (2011, 125-27).

¹¹⁰ Ward-Perkins 2005, 87-122.

correspondentes consumos ultrapassavam largamente os limites em que estavam inseridos os estratos sociais que integravam o poder económico e político. Ward-Perkins vai mesmo mais longe, dizendo que o mundo romano era uma sociedade algo semelhante àquela em que actualmente vivemos, que movimentava mercadorias numa escala gigantesca, que fabricava recipientes de grande qualidade destinados a tal movimentação e que chegou ao ponto de descartar sistematicamente tais recipientes¹¹¹.

A sofisticação existente no domínio da cerâmica repercutia-se aliás noutro domínio importante em termos de conforto doméstico (abrangendo também os estratos sociais mais baixos): a habitação propriamente dita, nomeadamente os telhados, garantindo vantagens práticas sobretudo em termos de durabilidade, de custo, de segurança face à chuva, humidade e incêndios. O investimento em telha, que era feito mesmo para instalações rurais como estábulos ou celeiros pelo menos desde o século II a.C., era não obstante avultado se se tiver em atenção que o respectivo fabrico requeria recursos técnicos consideráveis (um grande forno, muito barro e combustível, assim como grande competência profissional) e o seu transporte implicava custos significativos (tanto maiores quanto maior a distância a percorrer)¹¹².

Os indícios existentes na área da construção estendem-se ainda aos edifícios em que foram utilizadas diferentes variedades de pedra, às correspondentes pedreiras, às argamassas e às vidrarias empregadas. Sem esquecer as mansões rurais e urbanas com

¹¹¹ Ward-Perkins 2005, 92. Willem Jongman, um autor que procura descrever a evolução da economia romana no período final da República e nos primeiros séculos do período imperial, apresenta também alguns dados que reforçam essa perspectiva de prosperidade, respeitante inclusivamente ao período republicano tardio (Jongman 2014, 81-2). Um elemento que Jongman considera significativo é o da evolução dos salários que, embora não havendo dados rigorosos sobre eles, poderá ser inferida a partir dos preços dos escravos que se encontram nas inscrições em Delfos relativas às respectivas manumissões. Durante o período em que foi maciço o comércio de escravos (séculos II e I a.C.), os valores com que tiveram lugar tais manumissões revelaram-se crescentes (o que dá uma ideia dos montantes que os salários assumiam dado que o preço do escravo representa o valor actual líquido do rendimento do trabalho futuro), o que significa que também os salários terão tido o mesmo comportamento. Refere também elementos relativos a séries cronológicas existentes sobre artigos cujo consumo se deve supor ter tido elevada elasticidade relativamente ao rendimento, como é o caso dos que eram transportados em ânforas e as loiças finas. O crescimento mais rápido destes consumos (relativamente ao crescimento das populações) dá uma indicação clara do crescimento da prosperidade. Por outro lado, no que respeita às dietas, o autor destaca os consumos de carne, revelados pelos achados de ossos de animais (em rápido aumento a partir do final do século IV a.C.), a capacidade instalada de explorações piscícolas e fábricas de salga de peixe (cuja evolução no tempo não especifica) e a variada e excepcionalmente rica dieta (não exclusiva das famílias ricas) revelada pelos dados provenientes do principal sistema de esgotos de Herculano (relativos portanto a 79 d.C.). Elementos, portanto, que necessitariam de estudo mais aprofundado para ilustrar o que ocorreu nessa área até ao século II a.C.

¹¹² Ward-Perkins 2005, 95-6.

pavimento em mosaico e outros requintes, como aquecimento instalado no subsolo e água canalizada¹¹³.

Ward-Perkins tem a opinião de que a complexidade que o registo arqueológico revela para a indústria cerâmica era extensível ao resto da economia. Existe, porém, uma dificuldade significativa para que seja feita uma adequada caracterização na maioria dos sectores, dada a rara sobrevivência dos correspondentes materiais e, portanto, a ausência de um registo arqueológico satisfatório nas áreas em questão. No caso do metal, contudo, os indícios de poluição recolhidos no Ártico revelam, para o período romano, a existência de actividades industriais implicando uma utilização de chumbo, cobre e prata em níveis que só voltam a ser registados cerca dos séculos XVI ou XVII¹¹⁴.

Outra componente essencial à complexidade económica que caracterizava a sociedade romana do período imperial era o conjunto de infraestruturas que iam da rede de estradas ao abastecimento de água e evacuação de águas usadas, passando pelas instalações que serviam os portos marítimos e fluviais.¹¹⁵ E sem esquecer naturalmente algo essencial à fiscoalidade e à facilitação do comércio: o sistema monetário, o qual, no período final do Império Ocidental, já havia atingido uma unidade e uma abrangência geográfica que não teriam sido possíveis sem a existência de um sistema político unificado e a maturação que só a passagem de um longo período permite.¹¹⁶

2.5.4. Densidades, crescimento demográfico e prosperidade

Willem Jongman, defendendo que as densidades populacionais eram elevadas (só ultrapassadas nos tempos modernos), com as cidades a crescerem em número e dimensão num contexto benéfico para as populações devido ao sucesso económico e à prosperidade¹¹⁷, vai contudo mais longe e pretende demonstrar que muitos dos territórios

¹¹³ Ward-Perkins 2005, 108-09.

¹¹⁴ Ward-Perkins 2005, 94-5.

¹¹⁵ Ward-Perkins 2005, 132-33

¹¹⁶ Ward-Perkins 2005, 110-17, 132-33.

¹¹⁷ Jongman 2014, 79-81. O autor enquadra tal resultado positivo para as populações numa perspectiva em que o crescimento populacional ocorreu em concomitância com a prosperidade, sem que as consequências habituais de carácter malthusiano (nomeadamente a queda da produtividade marginal do trabalho) se tivessem verificado até um momento tardio do século II d.C. (ver também, a este propósito, Jongman (2009, 119-20)). As cidades, atingindo grandes dimensões, teriam atraído grande número de camponeses sobretudo porque teria ocorrido uma extensa e benéfica divisão do trabalho entre campo e cidade, com maior procura de bens e serviços produzidos nas cidades e, conseqüentemente, uma maior

do mundo romano beneficiaram de um processo de significativo crescimento demográfico nos últimos séculos a.C., tanto nas suas áreas centrais como em muitos dos territórios conquistados (processo que acabou por ficar sujeito a um declínio também considerável, mas apenas no final do século II d.C.). Privilegia, com tal propósito, o que se terá passado nesse domínio em quase todas as regiões da Itália a partir provavelmente da parte final do século IV a.C., o que seria demonstrado por décadas de levantamentos arqueológicos que conduziram à disponibilidade de uma detalhada diversidade de alterações nos padrões de povoamento e nas densidades populacionais¹¹⁸. Esses levantamentos arqueológicos são descritos por Alessandro Launaro e Mamoru Ikeguchi¹¹⁹, mas poderão, contudo, não ter um carácter tão decisório como o que é pretendido por Jongman¹²⁰.

necessidade de mão de obra urbana. População e prosperidade ter-se-iam assim movido na mesma direcção.

¹¹⁸ Jongman 2014, 77-9. O autor procura caracterizar o desempenho económico efectivo (e não apenas o crescimento populacional) da sociedade romana, mas defronta-se com a dificuldade decorrente da quase inexistência de dados (com o Egipto a ser uma notável excepção), nomeadamente no que respeita a salários e preços. Refere que há cálculos que conduzem a estimativas do PIB romano, mas que apresentam como inconveniente o facto de serem baseados numa meia dúzia de dados pontuais. É em tal enquadramento que coloca as suas esperanças em metodologias de investigação completamente diferentes que surgiram mais recentemente, e que se caracterizam por recorrer a vestígios materiais que os arqueólogos modernos, procurando relacioná-los com a economia romana, tentam utilizar para reconstruir o passado económico e social dessa sociedade. Tais metodologias, refere, são de três tipos, o primeiro grupo apoiando-se na melhor qualidade e detalhe da escavação que a moderna ciência arqueológica disponibiliza, o segundo grupo derivando da arqueologia do povoamento (e dos levantamentos arqueológicos em particular) e o terceiro estando relacionado com a análise global de classes de achados (louças finas, ânforas, ...) resultantes de naufrágios. Os dados resultantes, refere, permitem a construção de séries cronológicas históricas que levam à análise da mudança económica e conduzem à utilização de indicadores alternativos a variáveis clássicas como a população, consumo e produção. Seria a disponibilidade de tais séries cronológicas que contribuiria para contradizer a perspectiva pessimista que defende que a sociedade romana sofria de uma extrema pobreza e se encontrava num estado de estagnação económica.

¹¹⁹ Launaro 2011b, 53-148 (ver também, de modo mais sintético, Launaro (2011a, 17-27) e Ikeguchi (2007, 137-58)). O texto mais curto de Launaro não deixa de levantar uma série de dúvidas. As figuras apresentadas, que distinguem entre áreas de crescimento, de estabilidade e declínio no povoamento, referem-se ao período de 200 a.C. a 100 d.C. As explicações apresentadas parecem abstrair do facto de que em 300 anos (cuja evolução no tempo não é referida) há espaço para muita evolução contrastada, não regular (e provavelmente terá havido altos e baixos nessa evolução, mas que foram completamente abstraídos). Ikeguchi, por seu lado, tem em conta a evolução no tempo, embora de modo bastante linear, mas a sua análise permite mais tirar conclusões sobre a evolução do tipo de explorações (pequenos camponeses ou *villae*) e alterações no que corresponde à estrutura produtiva (sobretudo avanços ou recuos na diversificação agrícola) do que sobre a evolução das populações em termos quantitativos.

¹²⁰ Em De Ligt (2012, 11), resumindo desenvolvimentos que são feitos mais à frente (De Ligt 2012, 247-83) no mesmo trabalho, refere-se que os dados proporcionados pelos levantamentos arqueológicos existentes põem quase tantos problemas de interpretação como os que têm resultado da exploração das fontes literárias (o que é aplicável aos textos de Launaro e Ikeguchi referidos na nota precedente). Assim, por exemplo, algumas das campanhas terão conduzido a identificações de locais de assentamento cujo número é absurdamente baixo. O que só é explicável assumindo que muitas das residências camponesas fossem de frágil construção e que os seus habitantes não tivessem utilizado cerâmicas suficientes que servissem de material de diagnóstico. Ou então que em algumas fases do

Jongman, por outro lado, relaciona o crescimento demográfico assumido a partir do final do século IV a.C. com a mais elevada produtividade agrícola que na altura se terá afirmado com o surgimento na Itália das novas culturas da vinha e da oliveira nas grandes explorações. A produção correspondente ter-se-á revelado excessiva para o seu consumo próprio e, a localização das explorações sendo favorável em termos de transporte, a venda nos mercados urbanos expandiu-se. A vantagem económica destas produções, contudo, assentava sobretudo no facto de o vinho e o azeite conduzirem a uma produção de 5 vezes mais calorias por hectare do que os cereais (o que mais do que compensava a necessidade de uma maior quantidade de mão-de-obra para tais produções), permitindo alimentar mais população. Em termos de rendimento monetário para os proprietários das explorações tal vantagem seria ainda ampliada devido a que os preços do vinho e do azeite seriam, respectivamente, 5 e 2 vezes mais elevados por caloria do que os dos cereais (tratando-se de produções de trabalho intensivo, os custos seriam também mais altos; mas esse seria um factor que seria compensado pelo facto de poder ser feita uma maior utilização da mão-de-obra disponível, que era «desperdiçada» nas actividades mais tradicionais como a produção de cereais). O «desperdício» do factor trabalho (ver acima – quando feitas referências à «Síntese de Hopkins» – os desenvolvimentos relativos a esta situação) associado à produção de cereais deriva sobretudo dos longos períodos (fora da sementeira e da colheita) em que a intensividade do mesmo é nula ou mínima. O factor «empresarial», necessário por outro lado ao surgimento das grandes explorações (o que pressupõe a disponibilidade de capitais), terá sido proporcionado pelo desenvolvimento imperialista que resultou na conquista da Itália. Tendo-se verificado que tal factor não surgiu apenas em territórios sob controlo romano, mas também no resto da Itália e antes da conquista, a explicação adicional encontrada está no clima, com o início do designado período quente romano, o qual terá tido um efeito equivalente a progresso tecnológico (as mesmas quantidades de terra, capital e trabalho levam a mais produção que anteriormente). Dever-se-á complementarmente referir que os sistemas agrícolas se têm caracterizado historicamente por uma evolução em que de sistemas primários de uso da terra (de que o primeiro terá sido o de cultivo itinerante) se passou a sistemas de poupança da terra (os «land-saving systems» de Ester Boserup) em que a tónica está na utilização progressiva da mesma quantidade de terra para obter uma cada vez maior produção. Ou seja, a criação de explorações de trabalho intensivo (em particular, sistemas de colheita

período republicano uma parte considerável da população rural vivesse em pequenas aldeias que não chegassem a ser detectadas por se situarem em colinas nunca adequadamente investigadas.

anual) em resposta à pressão demográfica que requer mais produção agrícola (com a mesma extensão de terra, o grande factor limitativo) para alimentar uma população que não para de crescer. E do sistema de pousio longo ter-se-á passado progressivamente aos sistemas de dois campos e de três campos e de safra anual. O que foi sendo complementado com sistemas de multicultura e com investimentos diversificados, nomeadamente em equipamento e irrigação. Algo que não se fez sem intensificar e especializar o factor trabalho, tornando mais complexa a organização e recorrendo à autonomização de novos sectores produtivos, frequentemente localizados nas áreas urbanas. A expansão urbana, por outro lado, pode ser vista como outra face da pressão demográfica, com os fornecimentos aos respectivos «mercados» a exigirem o desenvolvimento dos sistemas de transporte, tanto terrestres como fluviais, marítimos ou com utilização de canais. E naturalmente muitos outros sectores da economia, como nos ensina o nosso mundo contemporâneo.¹²¹

2.5.5. Diferenciação territorial no processo de desenvolvimento económico

O factor climático terá certamente desempenhado um papel não negligenciável na maior disponibilidade de recursos alimentares e assim contribuído decisivamente para apoiar o crescimento populacional (como aliás terá também sucedido mais tarde, então em termos negativos, no decurso do século II d.C.)¹²², mas não se poderá ignorar que o processo de desenvolvimento que afectou a Península Itálica assumiu características diferenciadas através do seu território, em princípio sendo mais intenso, com mais características modernizantes, nas áreas urbanas e nas que se encontravam mais próximas delas e naturalmente naquelas que estavam mais sujeitas à influência dos sistemas de transporte. As consequências que o desenvolvimento deste processo teve sobre a própria difusão (ou não difusão) das tecnologias agrícolas mais avançadas¹²³ necessitarão de ser adequadamente avaliadas, em particular no período que mais nos interessa. A realidade

¹²¹ Jongman 2014, 94-95; Jongman 2009, 120. No respeitante ao «desperdício» do factor trabalho, ver Hopkins (1978, 24-5), onde a situação é referida como subemprego crónico, com o Estado a aproveitar para tributar o trabalho sob a forma de serviço militar (em vez de tributar a produção). Ver, para maiores desenvolvimentos no que concerne a evolução dos sistemas agrícolas, Boserup (1976).

¹²² Consultar, a este propósito, McCormick et al. (2012).

¹²³ Ver em particular, a este respeito, Boserup (1976, 27-31). A consideração desta temática, com considerações a propósito dos determinantes dos efeitos económicos e sociais de alterações nos níveis populacionais (factor climático, estruturas sociais e políticas, ...) e das teorias de Ester Boserup e da perspectiva malthusiana, é objecto de observações úteis em De Ligt (2012, 1-5).

parece ser que, sabendo-se pouco sobre os padrões de uso da terra numa parte considerável da Península, será ousado atribuir valores de densidades populacionais às regiões correspondentes. Por outro lado, admitindo que os dados disponíveis apontam para que na Itália do Centro-Oeste tenham ocorrido formas mais intensivas de uso da terra (logo maiores densidades demográficas), é necessário considerar a possibilidade de ter havido uma compensação parcial a tal tendência com a redução da intensividade do trabalho (logo, redução das produções agrícolas) noutras regiões¹²⁴.

Mais especificamente no que respeita às dietas que incluem a carne, Anthony King¹²⁵ levou a cabo um estudo no domínio osteológico que se apoia em dados relativos a conjuntos de ossos de mamíferos resultantes de escavações e que procura pôr em evidência padrões regionais de consumos no decurso do período romano. No capítulo relativo a Itália¹²⁶, o autor agrega os dados disponíveis em 6 categorias, 3 das quais definidas por regiões (Itália do Norte, Itália do Centro-Oeste e Sul da Itália), as restantes três correspondendo a um critério cronológico (consumos em período pré-romano) ou de espaço geográfico: áreas urbanas secundárias (pequenas cidades e vilas) e áreas rurais (incluindo *villae*). A primeira grande diferença que surge na composição dos consumos verifica-se nas três primeiras categorias, com a Itália do Centro-Oeste (locais da Etrúria, Lácio e Campânia correspondentes à República Tardia e ao período imperial) a revelar consumos muito significativos de gado suíno (65% dos ossos identificados), muito baixos de gado bovino (11%) e intermédios de gado ovino e caprino (24%); as outras duas regiões revelam valores próximos para o gado suíno (cerca de 39%) mas divergem no que respeita ao gado bovino (29% para o Norte e apenas 12% para o Sul) e ao gado ovino e caprino (respectivamente 32 e 49%). Sem pretender ser categórico, atendendo às de qualquer modo insuficiência de dados e eventuais deficiências e insuficiências classificatórias, parece vislumbrar-se uma tendência para as áreas mais «desenvolvidas»

¹²⁴ A produção agrícola poderá mesmo ter diminuído em áreas como a Apúlia, a Magna Grécia, a Lucânia e o Brúcio nos dois últimos séculos da República, como defendem vários historiadores, entre os quais Toynbee e Cornell. O que significaria que formas menos intensivas de produção terão sido adoptadas, o que reforça as perspectivas derivadas das posições teóricas de Boserup quando sugere que não se pode derivar estimativas para os valores populacionais da simples extensão das áreas cultivadas (como Morley, a partir do que acima se refere, pode ser suposto estar a concluir). E poder-se-á concluir, como se faz em De Ligt (2012, 14-6), que os dados disponíveis sobre desbravamento de terras em Itália são compatíveis com todas as reconstruções existentes de desenvolvimentos demográficos. Mas ainda, espera De Ligt, será possível fazer progressos nesses domínios desde que se continue a obter mais dados de um maior número de regiões, se invista nas cronologias, e se combinem os resultados com dados arqueológicos respeitantes a densidades dos assentamentos e a padrões de uso da terra.

¹²⁵ King 1999, 168-73.

¹²⁶ King 1999, 169-73.

(logo, as áreas de maiores densidades demográficas) estarem associadas a uma preferência (ou a uma necessidade imposta pelas condições económicas) pelos consumos de suínos. Por outro lado, as condições geográficas (e em última análise as condições económicas que delas derivam) terão também exercido uma influência determinante, dada a disponibilidade no norte de vastas áreas susceptíveis de serem utilizadas (uma das razões resultando do facto de estarem menos densamente povoadas) como pastagens para o gado bovino; outro tipo de condições geográficas (áreas montanhosas), favorável (nomeadamente em termos de vantagem económica) ao desenvolvimento do gado ovino e caprino, poderá ter influenciado a elevada percentagem de ossos correspondentes identificados no Sul.

Os valores relativos ao período pré-romano, por seu lado, parecem traduzir as condições gerais de «subdesenvolvimento» que terão antecedido o período de domínio imperial, de presumidas densidades demográficas mais baixas, de disponibilidade de mais vastos territórios susceptíveis de serem utilizados como pastagens. O que terá justificado o valor mais alto de todas as categorias no respeitante a gado bovino (32%) que contrasta com o valor mais baixo no que concerne o gado suíno (28%). As duas categorias que ainda não foram referidas – áreas urbanas secundárias e áreas rurais (incluindo *villae*) – apresentam valores intermédios, respectivamente 15 e 12% para o gado bovino e 54 e 49% para o gado suíno (categorias em que presumivelmente predominam conjuntos de ossos analisados provenientes de períodos relativamente mais tardios), o que traduzirá a tendência derivada de uma crescente densidade demográfica em função do avanço do tempo.

King interpreta as dietas ricas em carne de suíno (de preferência à bovina ou à ovina/caprina) como resultantes de uma opção cultural¹²⁷. É, conforme já sugerido, uma interpretação que parece discutível já que as condições económicas em geral que estão subjacentes a tal realidade (mais facilidade em produzir tal tipo de alimentação em áreas de grande densidade populacional – logo custos menores – ou simplesmente a quase impossibilidade de deixar livres extensos terrenos para pastagem de bovinos) poderão constituir a razão principal de tal «opção»¹²⁸.

¹²⁷ King 1999, 169-71.

¹²⁸ É uma situação que poderá ser comparada à «opção» nas nossas sociedades actuais pela detenção de automóveis, que pode frequentemente não ser explicada como de «preferência cultural», mas simplesmente como uma necessidade face às grandes distâncias que dominam as áreas metropolitanas e à indisponibilidade de transportes públicos adequados.

Mas os dados apresentados por King, permitindo – além de fornecerem indicações sobre as densidades populacionais – caracterizar as importâncias relativas dos diferentes tipos de gado na alimentação, não parecem susceptíveis de conduzir a inferências sobre valores absolutos dos consumos de carne, em particular *per capita* e à respectiva evolução no tempo. Daí que também não seja possível avaliar a importância de tais consumos em relação aos consumos com origem na agricultura.

Outro tipo de estudos de natureza osteológica, incidindo sobre dados esqueléticos humanos, tem proporcionado elementos que, permitindo calcular a estatura média das populações envolvidas, tem levado alguns autores a procurar inferir – a partir de tal estatura – o nível de vida de tais populações. Luuk De Ligt, ao avaliar em algumas páginas tais tentativas, apresenta várias razões que terão conduzido tais autores a conclusões aparentemente contraditórias, dando relevo especial ao facto de a osteo-arqueologia ser um campo de investigação ainda jovem e de requerer ainda alguns desenvolvimentos para poder superar as dificuldades identificadas. Em particular refere, para além da complexidade da matéria, a eventual incapacidade de associar níveis de qualidade de vida (já à partida dificilmente susceptíveis de serem inferidos) a volumes populacionais¹²⁹.

2.5.6. Prosperidade? Que prosperidade?

Será difícil, quando se considera o que acaba de ser dito nas últimas secções deste trabalho, encontrar argumentos suficientes para concluir no sentido em que os defensores do modelo da «contagem alta» pretendem. Que terá havido prosperidade em termos gerais ao longo de vários séculos de modo a aumentar a complexidade da economia e, por essa via, alterar as condições de vida de parcelas não menosprezáveis da população italiana em sentidos que habitualmente são tidos como positivos, não parece poder ser posto em causa. Mas essa «prosperidade» terá sem dúvida sido selectiva, envolvendo componentes mal identificados (as fontes literárias pouco se pronunciam sobre eles e o registo arqueológico, embora em grande progresso nas últimas décadas, é ainda insuficientemente explícito). Essa prosperidade terá visto os seus efeitos diversificados em função do tempo (sendo mais intensa e mais rápida certamente quando os rendimentos do Império se acentuaram, portanto a partir do início do século II a.C., mas com

¹²⁹ De Ligt 2012, 17-20.

anteriores pelo menos desde os finais do século IV que interessa conhecer) e terá abrangido sobretudo os habitantes do Centro-Oeste (Sul da Etrúria, Lácio e Campânia). E não se terá quase certamente afirmado no sentido de conduzir a aumentos populacionais tão «explosivos» como os que a «contagem alta» considera possíveis, por mais que se recorra à constatação (como Neville Morley procura demonstrar) de que havia terra e outro tipo de recursos suficientes (e também tecnologia) para permitir alimentar activos populacionais em números crescentes¹³⁰. É que tal, conforme já foi referido, pressuporia condições políticas (a via «socializante» que teria permitido redistribuições de rendimentos) que nunca existiram.

Também já foram expostas as razões que levam a que seja difícil aceitar conclusões no que respeita à adopção de um ou outro modelo com base em evoluções razoáveis (de novo o conceito de plausibilidade...) dos factores de natureza demográfica (primários, como os nascimentos, os óbitos e as migrações, ou secundários, como a fecundidade, a esperança de vida, a estrutura etária e a nupcialidade) em períodos extremamente longos como são os que estão em causa. Há demasiadas variáveis em jogo que podem influenciar a evolução demográfica (guerras e os seus resultados, decisões políticas, comportamento da economia, ...), o recurso que os diferentes autores fazem a variados argumentos para provar os seus pontos de vista revelando precisamente isso.

Há, por outro lado, indicadores que se revelam demasiado importantes para poderem ser ignorados e que apontam para outro tipo de irrealismo afectando neste caso as hipóteses assumidas pelos defensores da «contagem baixa». É o caso, em particular, dos valores assumidos para as populações urbanas, muito elevados na época de Augusto – e isso em quaisquer das versões mais correntes associadas aos dois modelos – relativamente aos que se verificavam dois séculos antes, mas que em termos relativos poderão ser mais facilmente entendidos como exagerados no caso da «contagem baixa». Morley refere-se precisamente a tal exagero, referindo taxas da população urbana face à população total entre 25 e 40% e nesse aspecto poderá ter inteiramente razão (ver *supra*, nota 98), caso em que parece justificável pôr em causa não o numerador – a população urbana – mas sim o denominador: a população total.

É precisamente no domínio que conduz às inferências que têm permitido chegar a valores da população total que haverá um grande número de razões que justificam uma revisão das metodologias que têm sido adoptadas, contexto em que Saskia Hin num seu

¹³⁰ Morley 2001, 55-9.

trabalho mais recente¹³¹ se insere, remetendo também para trabalhos recentes de Walter Scheidel¹³². É uma questão que requer que se lhe dê maior relevância para conseguir progressos no que respeita a melhorar significativamente as estimativas de populações na Península Itálica, não só na época imperial mas também no concernente ao período republicano.¹³³

No respeitante ao presente trabalho, não será possível dar uma dimensão mais alargada a tal problemática em termos que contemplem adequadamente o século II a.C. e períodos posteriores, dado isso exigir uma atenção que não é compatível com o carácter limitado do mesmo. Mas ficar-se-á na expectativa de que os desenvolvimentos que se seguem ao presente capítulo (nomeadamente os relativos aos períodos mais próximos, os séculos IV e III a.C.) possam contribuir para ajudar investigações que venham a ter lugar nos domínios envolvidos.

¹³¹ Hin 2013.

¹³² Scheidel 2004; Scheidel 2005.

¹³³ Com tal objectivo, retenha-se a muito importante observação que é feita em Hin (2013, 264) no concernente ao motivo – a listagem e o cômputo de soldados potenciais – que tem sido apresentado (pelos autores nossos contemporâneos) como a razão de ser dos recenseamentos do período republicano (e, para os que defendem a «contagem alta», também os do período de Augusto). Hin defende que se deverá considerar uma gama mais alargada de motivações, que naturalmente incluirão a fiscalidade, e não vendo tais recenseamentos como um instrumento ou instituição estática que não teria mudado significativamente no decurso de um período de cerca de cinco séculos. Defende ainda que seria mais adequado considerá-los como um instrumento devidamente contextualizado, multidimensional e flexível, concebido para ajudar a organizar uma sociedade dinâmica.

CAPÍTULO 3

A ECONOMIA ROMANA E O QUE A ANTECEDE: OS PRIMEIROS TEMPOS

Tendo sido dado relevo ao consenso historiográfico sobre o período que sucede à Segunda Guerra Púnica – estabelecido sobretudo nos anos 60 e 70 com base nos trabalhos de Arnold Toynbee, Peter Brunt e Keith Hopkins – e a sua colocação em causa com trabalhos que incidem sobre a demografia do território italiano, torna-se agora necessário fazer algumas reflexões sobre o período arcaico que antecede o processo de expansão que haverá de conduzir Roma a afirmar a sua hegemonia na Península Itálica, procurando dar naturalmente uma atenção especial aos aspectos económicos.

Na realidade, se, politicamente, a unidade da Itália pode encontrar as suas raízes mais longe do que em meados do século IV a.C. (com o processo que levou à extinção, em 338 a.C., da Liga Latina), ou mesmo antes da conquista de Veios – fundamentalmente no processo romano que teve o seu início na superação, por parte de Roma, da ameaça dos povos primitivamente nómadas que se instalaram no sul do Lácio e a leste desta região (Volscos e Équos)¹³⁴ – já em termos económicos e sociais essa unidade tem raízes ainda mais longínquas, que podem ser identificadas nos processos civilizacionais que se desenvolveram em torno dos territórios povoados pelos Etruscos, sobretudo no centro e norte da Península, e das cidades-estado gregas implantadas sobretudo no centro e sul da

¹³⁴ As invasões de Volscos e Équos ou os conflitos com tais povos ocorrem no decurso de todo o século V a.C. A conquista de Veios dá-se em 396 a.C. Ver, a este propósito, Carmo (2010b, 41-55). Ver também Carmo (2019), não só a propósito da conquista de Veios mas sobretudo no que concerne a extinção da Liga Latina.

Península. Tais processos civilizacionais não serão por outro lado compreensíveis sem as conexões de natureza económica que se estabeleceram desde muito cedo com as civilizações orientais através de Gregos e Fenícios e mesmo com outras regiões, nomeadamente o Ocidente mediterrâneo e o centro da Europa. É este um contexto que interessa ter presente e a que se dará atenção no presente capítulo.

3.1. O MEDITERRÂNEO: TRANSIÇÕES GLOBALIZANTES NO PRIMEIRO MILÉNIO A.C.

«Globalização», em sentido económico, é um termo que pode ser entendido como um movimento de expansão em que diferentes sociedades ou comunidades, até então com economias locais relativamente isoladas, são progressivamente integradas em lógicas relacionais oriundas de áreas de maior complexidade económica. Nesta perspectiva, concebe-se que a globalização (ou as globalizações) procede(m) por etapas, avança(m) em diferentes regiões do globo com lógicas em princípio distintas, que podem entrar em competição ou não chegam a ser postas em contacto umas com as outras¹³⁵.

As referidas lógicas relacionais podem ser concebidas como redes extensas em termos espaciais e temporais de comunidades ou sociedades, caracterizadas por interações mútuas significativas, que Immanuel Wallerstein designou como «sistemas-mundo» e em que identificou duas formas: os «impérios-mundo» e as «economias-mundo»¹³⁶. Para Wallerstein, até aos primeiros tempos da Idade Moderna os sistemas-mundo da Antiguidade e dos tempos medievais foram dominados pela forma império-mundo, constituindo assim entidades de natureza política que se expandiram muito para além do

¹³⁵ A perspectiva de «globalização» em que a presente parcela de texto se insere é a de um processo que se desenvolve desde a mais alta Antiguidade. Outras duas perspectivas são, além desta, correntemente utilizadas: a primeira, a de um processo paralelo ou coincidente com a expansão e o desenvolvimento do capitalismo nos 5 séculos que precederam a actualidade; a segunda, a de um fenómeno recente associado com a transformação social que tem ocorrido desde as últimas décadas do século XX (Robinson 2011, 3, 15-9).

¹³⁶ A definição apresentada por Wallerstein de «sistema-mundo» é a de «uma área com limites temporais e espaciais que abrange várias unidades políticas e culturais e que representa uma zona integrada de actividade e instituições que obedecem a certas regras sistémicas». As suas duas formas são o «império-mundo», em que há uma única fronteira política, e a «economia-mundo», que é um «sistema-mundo» que tem vários e não um único centro político ou fronteira única (Wallerstein 2004, 16-7). Wallerstein distingue claramente, por outro lado, «sistema-mundo» (world-system) de «sistema mundial» (world system) – este último conceito utilizado em Frank (1990) e amplamente difundido em Frank et Gills (1993) – especificando que se trata de um sistema que é, em si, um mundo, podendo existir vários em simultaneidade, enquanto o «sistema mundial» de Andre Gunder Frank e Barry Gills tende a cobrir o mundo inteiro (Wallerstein 1991, 191-92).

controle económico efectivo que exerciam. Os impérios antigos traduziriam, neste enquadramento, globalizações com lógicas específicas articuladas fundamentalmente através da dominação política, mas em que, no seu interior e frequentemente ultrapassando as fronteiras político-administrativas, tinham lugar processos assimiláveis a globalizações assumindo formas de economia-mundo.

Num mundo pouco articulado em termos de dominação política, como era o da área mediterrânea que sucedeu ao final da Idade do Bronze – em que as formas centralizadas de organização económica baseadas na preponderância palaciana soçobraram em grande medida no decorrer dos séculos XII e XI a.C. – passou a assistir-se ao aparecimento de novas forças sociais conducentes à dissolução do controlo estatal da actividade comercial que incidia sobre os produtos mais significativos.

Num trabalho de síntese¹³⁷ realizado em 1993, Susan Sherratt e Andrew Sherratt assinalaram as principais linhas de desenvolvimento da economia mediterrânea na primeira metade do 1º milénio a.C., de que seguidamente se traçam os aspectos fundamentais.

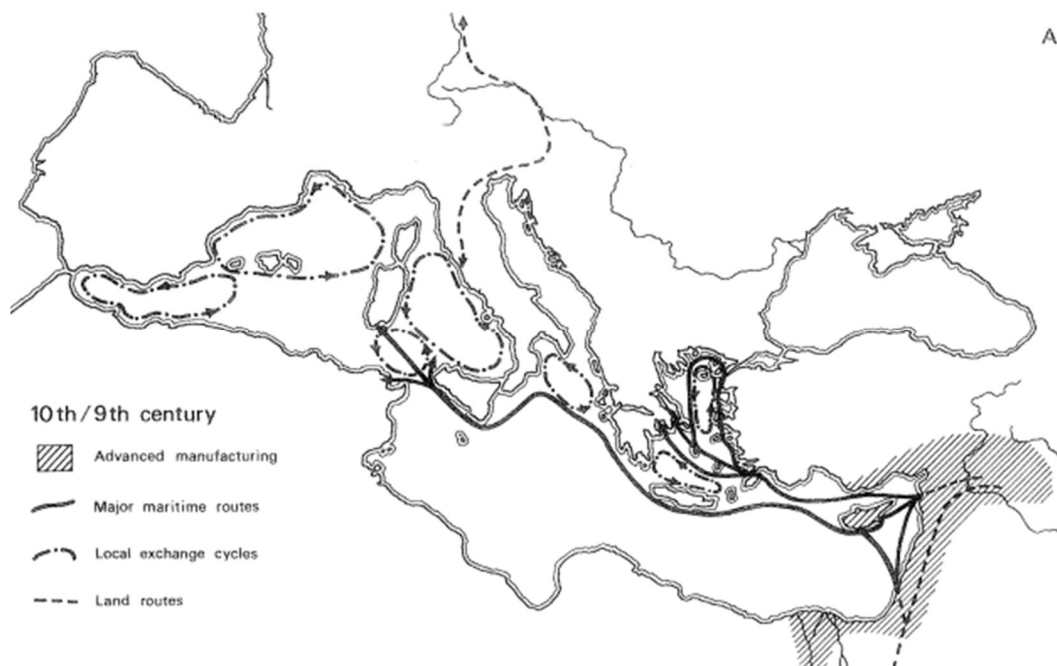
3.1.1. Séculos X e IX a.C.

Com o Egipto e os estados mesopotâmicos a serem duramente atingidos, mas sobrevivendo ao colapso dos séculos anteriores, em breve se verifica que a área da costa levantina e de Chipre passa a actuar com grande independência, promovendo trocas que, numa primeira fase de âmbito fundamentalmente regional, rapidamente se estendem ao Egeu (através da costa sul da Anatólia), a Creta e à Sardenha. O Mapa 3.1 sintetiza as lógicas relacionais do período, identificando as áreas de actividade industrial avançada, os grandes eixos de tráfego marítimo e terrestre e as principais áreas de trocas locais. A costa sul levantina, com ligações privilegiadas por mar a Chipre e por terra às regiões produtoras de incenso do sul da Arábia, constituía a zona nuclear que centralizava a produção de perfumes, de azeite e de têxteis tingidos a púrpura, e controlava a respectiva comercialização, assim como a que correspondia à madeira de cedro e ao trigo produzido na área. O principal interesse de Tiro e de outras cidades fenícias estava contudo no Mediterrâneo, visando os abastecimentos em ferro, prata e estanho, nomeadamente

¹³⁷ Sherratt et Sherratt (1993), esta referência sendo válida sempre que não haja indicação noutra sentido.

através das grandes estradas marítimas que conduziam por um lado à costa tirrénica e à Sardenha com passagem por Creta, o Norte de África e a Sicília, por outro ao Egeu e à Grécia insular e continental, passando por Rodes e subindo a costa da Anatólia. Atingem assim os circuitos locais de trocas do Egeu, do Mar Jónico, do triângulo formado pelo Norte de África, pela Sicília e pela Sardenha, assim como o circuito tirrénico conectado às comunidades proto-urbanas da Itália vilanovense¹³⁸, as quais por sua vez estabeleciam fortes ligações com a Europa Central. Na área do Egeu, em particular, destaca-se a importância da área ático-eubóica¹³⁹, com os seus fornecimentos de prata, de cerâmica e, provavelmente já no século IX, ferro. As importações desta área revelam, por outro lado, a existência de produções cerâmicas no Egito, frascos de perfume e trabalhos finos de bronze ciprio-levantinos e produtos metálicos do Norte da Síria.

MAPA 3.1 – Séculos X e IX a.C.



Fonte: Sherratt, et Sherratt 1993, 372

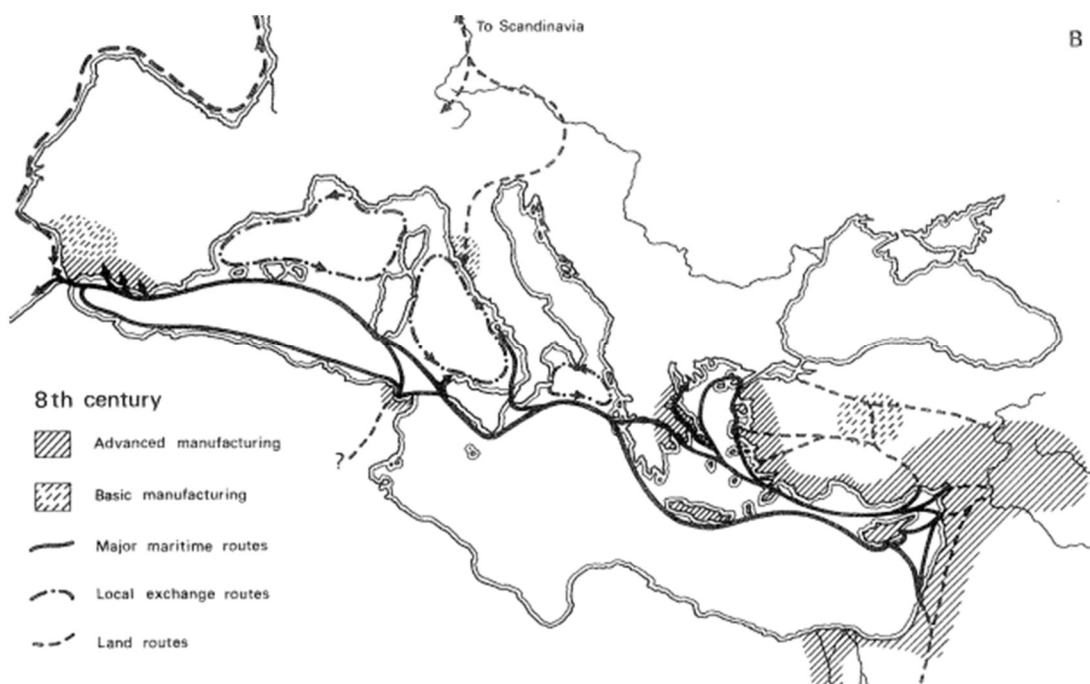
¹³⁸ Sobre a cultura vilanovense, ver *infra*, ponto 3.2.

¹³⁹ A Eubeia é uma ilha de cerca de 150 km de comprimento que fica imediatamente a nordeste da Ática. Cálcis e Erétria, as suas principais cidades na Antiguidade, percorrem a partir do século VIII a.C. o Egeu, chegam às costas da Fenícia e da Síria, negociam em vários empórios, entre os quais se destaca Al-Mina. Artigos de luxo por um lado, metais por outro, terão sido as principais motivações de uma aristocracia que certamente terá prosperado nos últimos tempos da Idade das Trevas. Em particular, Cálcis desempenha um importante papel na colonização da Sicília a partir de 735/730 a.C. através da fundação das cidades de Zancle, Naxos, Cátana e Leônccio, e começa por estar ligada a Pithecusa e Cumas, colónias situadas mais a Norte, na actual baía de Nápoles (visando nomeadamente o abastecimento de metais oriundos da Etrúria, para o que necessitava do controlo do estreito de Messana). Ver a este propósito Carmo (2012, 148-49).

3.1.2. Século VIII a.C.

O comércio que se estende através do Mediterrâneo provoca profundas transformações sobre o tecido económico das áreas que toca, conduzindo à emergência de cidades-estado na costa anatólica, na Grécia Continental e em Creta e ao surgimento, também nessas áreas, de produções artesanais que lhes permitem crescentemente concorrer nos mercados mediterrâneos. A pressão assíria, tanto em termos tributários como de procura de matérias primas, conduz, por outro lado, as cidades fenícias cada vez mais para oeste e a elas se juntam rapidamente os Gregos, primeiro numa demanda de idêntica natureza visando (designadamente por intermédio das cidades eubóicas) o abastecimento das cidades-estado emergentes, a seguir num movimento distinto que, procurando novas terras para uma população excedentária, inaugura a expansão colonial helénica.

MAPA 3.2 – Século VIII a.C.



Fonte: Sherratt, et Sherratt 1993, 372

Temos assim, por um lado, uma expansão do núcleo central da economia mediterrânea para a periferia imediata do império assírio (Urartu a norte e estados aramaicos do norte da Síria), para o Egeu e para os territórios ao longo da costa sul e oeste da Anatólia. Verifica-se ainda, por outro lado, uma utilização acrescida das grandes estradas marítimas

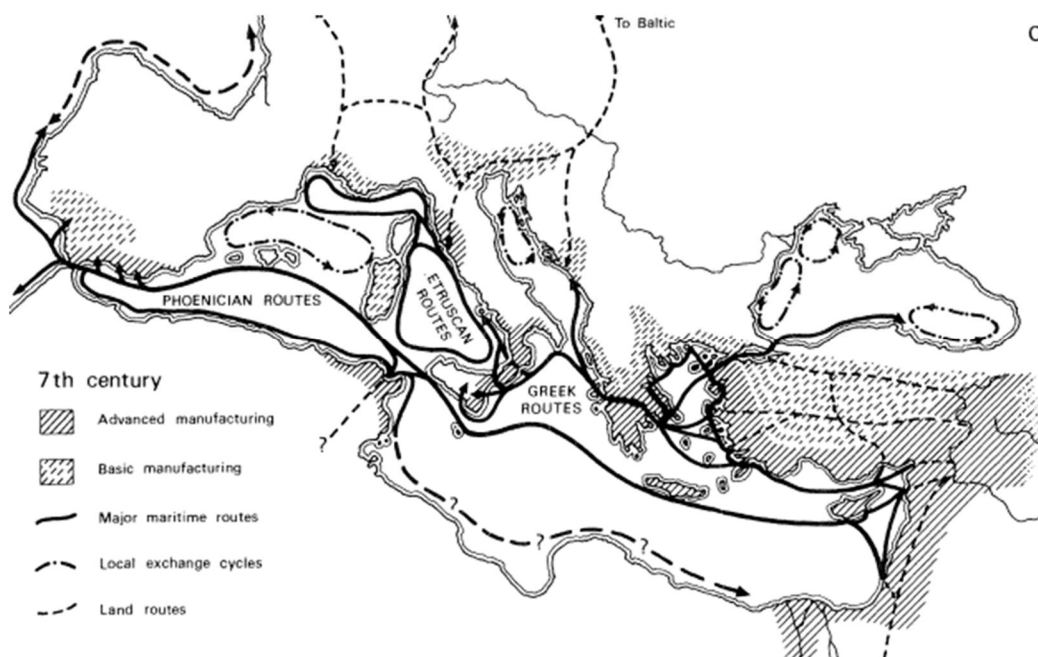
já utilizadas no período anterior, em particular a que conduzia ao triângulo formado pelo Norte de África, pela Sicília e pela Sardenha, que passa a estender-se ao sul da Península Ibérica (visando o cobre de Rio Tinto e o estanho atlântico) passando pelas Ilhas Baleares ou, alternativamente, através do Norte de África a oeste da actual Tunísia (expansão fenícia). A estrada marítima que conduzia ao Egeu passa, por seu lado, a ter um tráfego mais denso, circundando as Cíclades, a costa oeste da Anatólia, a Eubeia e a Ática, e estendendo-se para ocidente sobretudo através da travessia terrestre do istmo coríntio, utilizado pelas pequenas embarcações para evitar o perigoso Cabo Malea no sul do Peloponeso. Transposto o mar Jónio, circundando o sul da Itália ou tomando directamente a grande via que provém do sul de Creta, o tráfego oriundo da Grécia privilegia o acesso ao Tirreno através do estreito de Messina (evitando a via que prossegue para ocidente através da costa ocidental da Sicília e do Norte de África, dominada pelos Fenícios) e prossegue para norte até à Campânia, onde Pitecusa e Cumas são fundadas cerca de meados do século. Logo a seguir, grupos calcídicos, coríntios e megarenses, oriundos de áreas mais estruturadas e inaugurando a expansão colonial grega (Siracusa, Zancle, Naxos, Cátana, Leôncio e Mégara Hibleia), instalam-se na costa oriental da Sicília, entrando em contacto com um mundo pouco articulado em termos de dominação política. O objectivo é o estabelecimento de relações económicas com as populações locais, ou a fundação de colónias que passem a garantir um quadro de vida, ou ainda assegurar o controlo de pontos de passagem (por exemplo o estreito de Messina) ou de abastecimento que permitam o acesso a outros locais mais longínquos. Uma tal instalação pode ter lugar de modo pacífico e até com boa recepção por parte das populações locais ou das oligarquias dominantes, ou efectuar-se de modo agressivo, impondo uma presença com recurso ao poder militar. A colonização grega diferencia-se da fenícia, cujos interesses se situam fundamentalmente no Mediterrâneo Central, no triângulo formado pelas cidades de Cartago e Útica no território actualmente tunisino, no sul da Sardenha e na Sicília Ocidental (e ainda no sul da mais distante Península Ibérica) e visam, mais do que a aquisição de território, o comércio.

3.1.3. Século VII a.C.

Os processos de frequentação das principais vias de comércio, de afirmação de novos centros e de surgimento de novas periferias são intensificados neste período. Por um lado,

a pressão crescente do império assírio conduz os Fenícios a redobrar os seus esforços de obtenção de metais no Mediterrâneo central e no extremo ocidente, enquanto os conflitos entre as cidades-estado gregas no sentido de uma maior definição territorial incentivam uma procura crescente de bronze e de ferro. A competição entre as duas potências marítimas leva a uma exclusão progressiva dos Fenícios das rotas do Egeu, com uma acrescida consciencialização étnica dos Gregos a monopolizar os acessos ao interior do território anatólico e às rotas do Mar Negro.

MAPA 3.3 – Século VII a.C.



Fonte: Sherratt, et Sherratt 1993, 373

Essa intensificação é particularmente visível nos territórios do leste do Egeu (Jónia, Lídia e Rodes), com a expansão da produção de tipos orientais de produtos de metal, perfumes e têxteis, o que sucede também em Corinto, onde as produções cerâmicas atingem uma particular relevância. É aliás através do istmo de Corinto que transita uma parcela crescente de mercadorias destinadas ao Mediterrâneo central, onde o povoamento grego é incentivado com fundações de novas colónias – Tarento (Espartanos), Síbaris, Metaponto, Crotona, Locros e Caulónia (Aqueus) e Síris (Jónios de Colofonte), na bota da Itália, e Camarina, Gela e Selinunte na costa sul da Sicília – e a exploração das correspondentes potencialidades cerealíferas (de que Calcídicos, Megarenses, Coríntios, Cretenses e Ródios são autores).

Esta actividade no Mediterrâneo central é complementada pela autonomização crescente de Cartago que se torna um núcleo de manufactura avançado e se articula com outro núcleo de rápido crescimento na Etrúria, cujas cidades nascentes criam a sua própria marinha mercante, a qual interage com as frotas cartaginesa e grega e tem um papel importante na exploração dos territórios interiores da Sardenha e da Ligúria. A Etrúria estabelece igualmente contactos com as suas periferias mais a norte no vale do Pó e no território da actual Eslovénia, assegurando os fornecimentos em âmbar provenientes do Báltico.

A presença fenícia no sul da Península Ibérica, por outro lado, terá revelado uma grande diversidade em termos económicos, não só mediante contactos com o estado nativo em franca expansão de Tartessos como através de produções em fábricas costeiras de conservas de peixe e de materiais corantes.

Os Gregos, por seu lado, para além da instalação com os objectivos já referidos na bota da Itália e na Sicília, investem igualmente o Adriático. Mais tarde, as cidades da costa sul da Península Itálica, com o objectivo de curto-circuitar o controlo calcídico do estreito de Messina e/ou reduzir os custos de transporte, instalam sub-colónias na costa tirrénica (Locros funda Metauro, Medma e Hipónio; Crotona dá origem a Terina; Síbaris cria as cidades entre Laos e Posidónia, que mais tarde é designada por *Paestum*), a que se ligam por vias terrestres¹⁴⁰.

3.1.4. Século VI a.C.

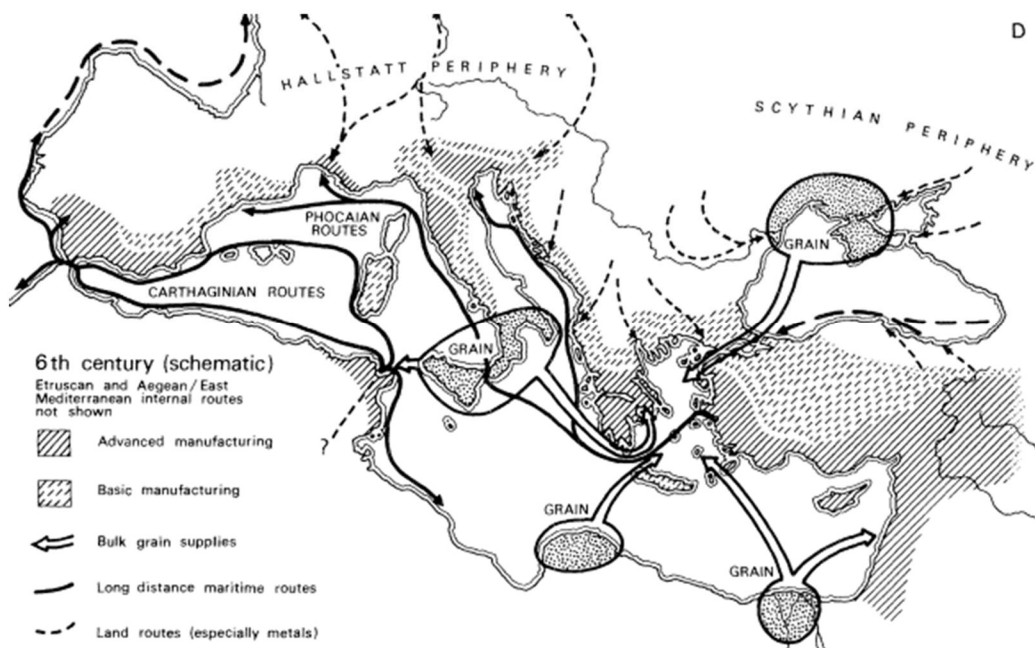
No final do século VI todas estes assentamentos e processos parecem bem estabilizados, com o comércio de cereais a assumir uma importância crescente num mundo em que a forte expansão urbana havia criado várias cidades não-autosustentáveis nesse domínio particular.

Os novos centros económicos, elevando-se progressivamente de uma mera função de fornecedores de matérias-primas para actividades mais diversificadas conducentes inclusivamente ao estabelecimento de redes regionais de trocas, apoiam-se parcialmente em produções locais que, de modo progressivo, substituem importações previamente exóticas. Vários centros e várias redes regionais se afirmam e se desenvolvem nos séculos

¹⁴⁰ Ver também Musti (2005, 81-90). O território grego da bota da Itália e da costa tirrénica passará a ser conhecido como Magna Grécia.

VII e VI, nomeadamente no Mar da Mármara e Mar Negro (Jónios, sobretudo de Mileto), Tirreno (Etruscos), Adriático (Ródios, Foceenses, Coríntios), sul da actual França (Foceenses), no espaço marítimo delimitado pelas Ilhas Baleares, a Sardenha e a Península Ibérica (Fenícios), no sul da Península Ibérica, aquém e além Colunas de Hércules (Fenícios e Tartéssios). Os principais centros produtores de cereais terão sido o Egipto (com o comércio a ser orientado fundamentalmente através de Náucratis), o norte do Mar Negro, a Cirenaica, a Sicília e a Magna Grécia. Várias vias de abastecimento terrestre de metais chegam aos centros comerciais provenientes do interior europeu, nomeadamente as do norte que atravessam os Alpes e abastecem as cidades etruscas e os comerciantes gregos, as que desembocam no Vale do Ródano abastecendo *Massalia* e naturalmente as da Península Ibérica, controladas pelos Fenícios.

MAPA 3.4 – Século VI a.C.



Fonte: Sherratt, et Sherratt 1993, 373

O sistema mediterrâneo, com este conjunto de actores, ia buscar a sua consistência à organização económica que lhe vinha de leste e ao domínio do mar exercido por Fenícios e Gregos. Frotas mercantes que permitiam crescentes economias de escala e marinhas de guerra que controlavam as vias marítimas foram assim um elemento essencial deste processo. A leste, por outro lado, os estados mesopotâmicos continuavam a desempenhar o seu papel de motor da economia mediterrânea, o que haveria de ser incentivado a uma

escala de integração sem precedentes com a rápida expansão do império persa que, atingindo a oeste territórios europeus, se estendia para oriente até ao Indo.

Um aspecto dessa integração de maior proximidade, geográfica e temporal, com o mundo etrusco-lacial dos tempos da transição de regime político em Roma é o que respeita aos acontecimentos que afectaram o mundo grego entre a conquista pelos persas das cidades jónias da Ásia Menor em 545 a.C. e as vitórias gregas de Salamina em 480 a.C. e as que se lhe seguiram imediatamente. Pareceria, num primeiro tempo, que os Persas tinham todas as condições, com o domínio das frotas jónia e fenícia, para prosseguir a sua expansão através do Mediterrâneo. Inserir-se nessa linha de raciocínio o apoio de Polícrates de Samos à conquista persa do Egipto em 525 a.C. Contudo, a revolta das tripulações dos navios enviados e a ingerência espartana anti-persa e anti-tirânica que se lhe seguiu evidenciaram sinais de que essa expansão não avançaria sem se defrontar com algumas resistências. Também a política persa no Mar da Marmara e no Mar Negro, chocando com os interesses atenienses na área ligados às importações de trigo, acabou, não obstante uma aproximação entre o tirano Hípias e o Grande Rei, por conduzir o regime democrático nascente a uma orientação oposta. Por outro lado, uma desavença entre Aristágoras, tirano de Mileto, e o sátrapa persa da Lídia, levou-o a renunciar à sua tirania e a proclamar a *isonomia*, a igualdade de direitos, provocando uma expulsão generalizada dos tiranos no mundo jónio e a constituição de regimes democráticos.

A revolta jónia de 499-495 que se seguiu não deverá ser vista unicamente na perspectiva política de luta pela democracia e pela libertação do jugo persa, já que nos desenvolvimentos que a ela levaram se contam importantes factores económicos. É o caso nomeadamente dos prejuízos sofridos pelas frotas mercantis jónias que operavam nos mares Egeu e Negro, da quebra de actividade do comércio com a Lídia e do empório grego de Náucratis após a conquista persa do Egipto e da consequente cessação das remunerações pagas aos mercenários cários e jónios pelos faraós e pelos monarcas lídios. Crise de emprego atingindo os hoplitas durante décadas, conjugando-se com carências equivalentes por parte dos remadores das frotas, criaram muito provavelmente o clima explosivo que se virou contra os tiranos e os seus protectores persas impedindo ao mesmo tempo o aproveitamento da situação por parte do elemento aristocrata.

A revolta acabou por ser esmagada e com ela teve fim um capítulo da História que tinha visto o desenvolvimento de cidades como Quios e Mileto, que chegaram a ter aproximadamente o dobro da população de Atenas e que nunca mais recuperaram. O poder naval jónio também desapareceu e uma parte da população sobrevivente refugiou-

se na Grécia Continental, na Sicília e na Magna Grécia, onde foram enriquecer a vida intelectual das suas cidades e influenciar os respectivos destinos político, social e económico¹⁴¹.

Em termos de influência no mundo etrusco-lacial este conjunto de acontecimentos terá à primeira vista tido um impacto relativamente limitado, dada a distância, apreciável para a época, a que se desenrolaram e também porque eram incomparáveis a natureza e intensidade de relacionamento com os Gregos do Egeu e da Ásia Menor face às cidades helénicas do sul peninsular em que aqueles procuraram refúgio. Se tal impacto foi limitado não terá contudo sido nulo como se depreende da migração, ocorrida num primeiro tempo em meados do século VI, de refugiados focenses para regiões próximas da Etrúria (Córsega e sul da actual França), com implicações no equilíbrio político na área e cuja consequência mais notória foi a batalha de Alália combatida contra Etruscos e Cartagineses, e da ruptura desse mesmo equilíbrio seis, sete décadas mais tarde com o crescimento do poderio siracusano que conduziu à grande derrota cartaginesa (cujo conluio estratégico com o Grande Rei é contudo duvidoso) em Hímera (480 a.C.)¹⁴² e ao desastre etrusco ao largo de Cumas (474 a.C.). Pelo meio ficam, entre outras, as interrogações sobre as consequências específicas que os acontecimentos a leste terão tido sobre o comércio etrusco (nomeadamente as exportações de metais e as importações de cerâmicas e artigos de luxo), sobre acordos políticos do tipo do primeiro tratado entre Roma e Cartago (que muitos situam em 509 a.C., logo após a implantação da República) e, em termos ideológicos, sobre a atitude anti-tirânica da aristocracia romana que conduziu ao derrube da monarquia (embora com enquadramentos políticos e sociais totalmente diversos). Isto sem esquecer que as dinâmicas internas dos povos etrusco-laciais e as movimentações dos povos de montanha próximos não poderão ter deixado de ter, nas grandes transformações que então tiveram lugar, um papel essencial¹⁴³.

3.2. PROLEGÓMENO À FORMAÇÃO ECONÓMICA DE ROMA

A agricultura tem sido a actividade económica base do Homem desde os primórdios neolíticos e foi o cultivo da terra que, desde então, foi fundamental para garantir a sua

¹⁴¹ Murray 1988, 461-90.

¹⁴² Carmo 2013, 125-26.

¹⁴³ Carmo 2010b, 27-55.

subsistência. As actividades que a precederam com o mesmo objectivo – a recollecção de alimentos (vegetais ou animais) a caça, a captação de água e, já então ou apenas posteriormente, a domesticação e criação de animais – eram desenvolvidas num âmbito comunitário ou familiar e, naturalmente, continuaram a ter lugar, embora com as adaptações necessárias, no novo quadro de vida. Outras actividades passaram a ser necessárias ou tiveram que sofrer grandes transformações. Foi o caso por exemplo daquelas que tinham natureza extractiva (as madeiras, a pedra, os minérios), das artesanais (fabrico de instrumentos e ferramentas, confecção de vestuário, fabrico de mobiliário) e das que envolviam a construção habitacional, religiosa, monumental ou outra.

Mapa 3.5 - Territórios de cultura Villanovense (séculos IX e VIII a.C.)



Fonte: <http://clienti.offdig.com/anzola/villanoviani%20QUINTE.pdf> (acedido em 2018-03-31)

Todas estas actividades terão sido desenvolvidas, em muitas áreas do planeta (e naturalmente também no território que é actualmente a Itália), de modo praticamente exclusivo no seio familiar ou comunitário – portanto sem recurso a trocas – até uma época já bastante avançada na História (ou Pré-História) Humana. A troca, para as comunidades ou famílias, poderá ter surgido numa perspectiva de reciprocidade quando elas se defrontavam com uma situação em que algumas das suas necessidades não podiam ser satisfeitas pelo recurso à produção própria e, face à existência de excedentes das suas próprias produções, tenham decidido trocá-los pelos bens excedentários das outras famílias ou comunidades.

Em termos políticos, ter-se-á verificado que a cultura vilanovense – que se estendeu, nos séculos IX e VIII a.C., pela área confinada pelo Tibre, pelo Arno e pelo mar Tirreno, por uma área centrada em Bolonha e que ia até ao rio Pó e ainda por algumas áreas da Campânia (ver Mapa 3.5) – esteve na base dos desenvolvimentos que conduziram à formação das primeiras estruturas estatais e, conseqüentemente, ao florescimento da civilização na Península Itálica.

Já anteriormente, no período protovilanovense (séculos XI e X a.C.), as populações das referidas áreas haviam iniciado um movimento no sentido da ocupação e exploração (visando recursos agrícolas e minerais) das planícies e colinas adjacentes. Esse movimento, tendo gerado maiores concentrações populacionais, terá também privilegiado uma maior proximidade às vias de comunicação naturais, tanto terrestres como fluviais, marítimas e lacustres. Terá, por outro lado, logo na sua fase inicial, confirmado uma alteração fundamental nas relações de produção, em que se teria passado de um sistema produtivo já assente na propriedade familiar da terra, mas ainda com uma forte componente tribal de posse colectiva (uma estrita economia de subsistência e divisão social do trabalho com base no sexo e em grupos de idade), a um novo sistema muito mais estruturado em função da propriedade familiar e mais favorável à criação de excedentes económicos. Esse movimento ter-se-á tornado mais evidente no período vilanovense, momento em que tais excedentes ganham maior vulto e, apropriados por uma aristocracia emergente, criam condições para uma maior expansão da vida urbana e uma maior diversidade das actividades económicas, desenvolvimentos que aliás prosseguem e são ampliados até às primeiras décadas do século V a.C.¹⁴⁴. Assim, os

¹⁴⁴ Diversidade significativa no sentido de revelar a destruição de uma homogeneidade económica e social que predominava no período precedente, e que foi acompanhada pela evolução das práticas funerárias, com a cremação a ser gradualmente substituída pela inumação e em que a retenção do ritual original

novos centros populacionais, situados em colinas pouco elevadas e rodeados de planícies férteis – é o caso paradigmático de cidades como Cere, Tarquínia, Vulceios, Veios e Volsínios, situadas no sul da Etrúria, onde estes desenvolvimentos são mais precoces e intensos, e que florescem após superados os factores climáticos adversos (áreas inundáveis propensas ao alastramento de doenças palúdicas) através de drenagem dos solos e outros melhoramentos – ganham progressivamente maiores dimensões, crescendo através de sinecismos ou de expansão nuclear¹⁴⁵.

É essa uma questão de grande complexidade, em que se descortina uma situação de destruição gradual dos laços tribais que dá lugar às referidas aristocracias e à possível emergência do estatuto de clientelismo. Terão assim sido criadas relações de produção crescentemente assentes em situações de grande autoridade por parte das aristocracias e que, reveladas por um lado pelo registo arqueológico tumular¹⁴⁶, estarão provavelmente, por outro lado, na base do desenvolvimento e aplicação da tecnologia hidráulica que permitiu a drenagem das planícies palúdicas e portanto o surgimento das explorações cerealíferas tanto a norte do Tibre como na planície pontina¹⁴⁷. A importância regional de algumas destas novas extensões agrícolas, sobretudo a sua indispensabilidade para o crescimento das cidades, terá sido evidenciada, em períodos posteriores, pela dependência de Roma, pelo menos ocasional, de fornecimentos de cereais delas oriundos¹⁴⁸.

apenas por membros particulares da sociedade terá servido para realçar a eminência e o prestígio das respectivas linhagens (Torelli 1989, 34-5). Ver também, a propósito destes últimos aspectos, Guerra (2015, 14-5).

¹⁴⁵ Torelli (1989, 35, 38-9), onde se chama também a atenção para uma evolução semelhante que terá ocorrido no Lácio, onde os povoados dos Montes Albanos perdem importância a favor de cidades que se formam ou desenvolvem em Roma, Lavínio, Gábios, Árdea e Sático, entre outras.

¹⁴⁶ As primeiras décadas do século VIII a.C. evidenciam, através da análise dos materiais encontrados nos túmulos, um progressivo e substancial crescimento das desigualdades sociais.

¹⁴⁷ É uma evolução que só terá sido possível através da imposição de trabalhos em condições esgotantes de trabalho – que a historiografia tem classificado como desumanas – a que estavam sujeitos os trabalhadores afectos à construção dos canais subterrâneos necessários à drenagem (ver Liv. 1.38, 56, D.H. 3.67.5, 4.44.1-3, 4.81.2, e Plin. *HN* 36.106-108; ver também Torelli (2007, 14-15), Carmo (2010b, 49-50), incluindo notas 106 a 109, e Coarelli (1990, 141-49) e que dificilmente eram compatíveis com situações de menores desigualdades sociais que terão predominado em outros períodos (anteriores ou posteriores).

¹⁴⁸ Terá sido o caso em 492-491 a.C., de acordo com as fontes literárias (Liv. 2.34; D.H. 7.1-2), quando, na sequência da crise relativa à 1ª secessão da plebe, o trigo faltou em Roma. Embora as fontes dêem mais atenção aos esforços desenvolvidos para importar o cereal da planície pontina, de Cumas e da Sicília, Lívio refere especificamente o envio de comerciantes à Etrúria, subindo a costa a partir de Óstia. Situações semelhantes em que foi necessário recorrer a abastecimentos exteriores, embora sem referência específica à proveniência da costa etrusca, foram defrontadas em 507 a.C. (cerco da cidade por Porsena: D.H. 5.26) e 433 a.C. (situação epidémica: Liv. 4.25). O crescimento demográfico romano no período etrusco da monarquia (século VI a.C.) terá de qualquer modo dependido da exploração do trigo pontino, o que é consistente com a tese – que se apoia na tradição literária de origem analítica, no primeiro tratado romano-cartaginês e em provas de natureza arqueológica – de que a planície terá

As referidas cidades do interior sul etrusco, instaladas numa paisagem dominada pela realidade geológica de antigos vulcões em que predomina o tufo (rocha piroclástica originada pela consolidação de detritos vulcânicos), terão beneficiado de qualquer modo de condições favoráveis a outras produções agrícolas em terrenos de colina e de fundos de vale, bem como da disponibilidade de recursos aquíferos de nascente, lacustres e fluviais. Este tipo de desenvolvimentos estende-se progressivamente, do seu núcleo original situado conforme referido no sul da Etrúria, aos restantes territórios de cultura vilanovense e à área lacial contígua, facilitados nomeadamente por via de influência cultural ou mesmo através de acções de colonização. Assim, a evolução económico-social que é admitida para a área etrusco-lacial entre o início do referido movimento de colonização (século IX a.C.) e meados do século VII a.C. terá derivado fundamentalmente das forças produtivas criadas com recurso às novas explorações agrícolas nas planícies costeiras e nos vales dos principais cursos de água. Por outro lado, no que diz respeito a acções de colonização, são de destacar os casos dos desenvolvimentos na planície do Pó e na Campânia, em que nesta última região se distinguem duas áreas, a primeira situada em torno de Cápua e sofrendo a influência do interior etrusco dominado por Veios e a segunda localizada à volta de Pontecagnano e do rio Sele (sul da Campânia), a qual revela mais a influência por via marítima de Tarquínia, Vulceios e Cere¹⁴⁹.

Em contraposição, a área interior norte da Etrúria (com algumas excepções, em que pontifica o vale do Chiana em que se encontrava a cidade de Clúsio, sede do rei Porsena) dificilmente – dado o terreno mais acidentado e a maior dificuldade das comunicações – se prestaria ao estabelecimento de extensas explorações agrícolas que permitissem a formação de excedentes económicos e a formação de oligarquias. Daí que – e dada também a menor capacidade das correspondentes planícies costeiras, tanto em termos de peso relativo face ao interior como de dificuldades de comunicação para garantir um abastecimento em cereais – a estrutura do povoamento se tenha revelado bastante mais dispersa e os desenvolvimentos em termos de formação de excedentes económicos e estruturas urbanas tenham sido mais tardios e baseados em estímulos diferentes.¹⁵⁰

A conjugação da constituição de excedentes económicos apropriados pelas aristocracias emergentes com a acima referida expansão para ocidente da actividade comercial de

sido ocupada pelos Romanos nesse período. A crise romana do século V a.C. teria aliás, nesse enquadramento, derivado sobretudo da perda da planície a favor dos Volscos logo no início do século.

¹⁴⁹ Torelli 2007, 11-6, 42-4. Ver também *infra*, relativamente à colonização etrusca e grega, Mapa 4.4.

¹⁵⁰ Torelli 2007, 15-6.

Gregos e Fenícios terá, por outro lado, criado as condições para uma diversificação dos consumos e da actividade económica requerida para os satisfazer. É neste contexto que se desenvolvem as actividades de extracção de metais do norte do território etrusco, as laborações metalúrgicas que lhes são associadas e, mais tarde, progressivamente, certas actividades artesanais tendentes a substituir importações (como é o caso da cerâmica) ou novas actividades agrícolas visando igualmente a substituição de importações ou mesmo a exportação (o caso do cultivo da vinha, sobretudo em terrenos mais a norte que não eram dotados para as explorações de cereais).¹⁵¹

3.2.1. A evolução da diferente complexidade das economias peninsulares até à época arcaica

A diferenciação que foi tendo lugar após o período vilanovense entre cidades-estado centralizadas e povos mais primitivos terá naturalmente ido além dos domínios político e militar, atingindo o social e o económico. No conjunto da Península Itálica, além da área referida que se estendia da Etrúria centro-meridional e do Lácio até à Campânia, há a considerar como área também de desenvolvimento mais acentuado aquela em que se haviam instalado as colónias gregas (que desde a segunda metade do século VIII ocupavam as costas do Mar Jónico e do Mar Tirreno, de Tarento a Cumas). Essas áreas, em princípio de economia mais complexa, apoiavam-se – conforme já explicitado *supra* – em actividades agrícolas que se situavam em vales, colinas e planícies irrigáveis. Diversamente, os povos que ocupavam áreas menos prósperas – as situadas em território montanhoso ou de colinas elevadas – em que os recursos agrícolas eram limitados, dedicavam-se mais intensamente à pastorícia, o que os conduzia a infiltrações frequentes nos territórios dos povos que habitavam áreas de economia mais evoluída (ou seja, deslocações do interior apenínico ou da faixa adriática de colinas para as zonas costeiras do Tirreno). E não só a actividade mais marcante da sua economia, a pastorícia, requeria movimentos transumantes de raio curto, médio e longo, mas a própria atração da riqueza produzida ou simplesmente acumulada nas áreas mais favorecidas funcionava como chamariz para os excedentes demográficos dos povos de mais baixo desenvolvimento. Em termos de evolução geral, poder-se-á dizer que a afirmação das áreas de economia

¹⁵¹ Torelli 2007, 16-8; Chemain 2016, 19.

mais complexa terá induzido transformações profundas nas restantes áreas da Península, activando e mesmo fazendo acelerar processos de diferenciação social. Processos esses cuja dinâmica, já influenciada pelo ritmo da evolução nos territórios próximos, terá também naturalmente variado em função da disponibilidade e natureza dos recursos apropriáveis, ou meramente utilizáveis, nas próprias áreas e nas que lhes eram contíguas. Por outro lado, de modo mais visível, a interacção entre desenvolvimento e atraso terá conduzido quer ao surgimento de interesses convergentes (favorecendo movimentos de integração) quer divergentes (em que os conflitos, no limite guerras, não foram evitados)¹⁵². Convirá neste contexto referir que as diferenças económicas e sociais que estão subjacentes a tal interacção têm implícita, nas áreas mais desenvolvidas, uma formação de excedentes e uma disponibilidade de recursos alimentícios (sobretudo através da produção de cereais permitida pelas culturas de irrigação) que terão conduzido ao desenvolvimento urbano (e a culturas crescentemente assentes na escrita) enquanto nas áreas menos desenvolvidas se mantiveram segmentações de natureza tribal (os *touti*), em princípio organizadas em circunscrições territoriais designadas *pagi* que, por sua vez, incluíam *vici* (aldeias), *oppida* (fortificações castrejas) e estruturas habitacionais dispersas¹⁵³.

O fenómeno do desenvolvimento urbano que atingiu a Etrúria meridional e o Lácio logo no decurso do século VIII tem subjacente, segundo Mario Torelli, o surgimento da propriedade privada da terra, que traz consigo divisões sociais progressivamente mais acentuadas. Ocorre assim, por um lado, a constituição de aristocracias e, por outro, a de vastos grupos de dependentes – as clientelas – que não só trabalham as terras dos poderosos como são integradas nas forças militares que deles dependem. Com as aristocracias surgem as exibições de riqueza que imitam o fausto oriental e que são visualizadas através dos objectos de luxo encontrados em sumptuosos túmulos. Em

¹⁵² Torelli (1988, 53-4), onde o autor (nota 1) refere a inexistência de uma reconstrução moderna da história económico-social e política de todas as populações da Itália antiga, fornecendo, no entanto, elementos bibliográficos disponíveis (em 1988) que poderão compensar parcialmente essa falta. No presente trabalho procurar-se-á fornecer um mínimo de elementos sobre os povos da Península que permitam caracterizar as respectivas situações económicas e sócio-políticas numa perspectiva que, considerando os períodos em que elas são consideradas, será a mais adequada aos desenvolvimentos que então serão feitos. Será privilegiada com tal propósito uma abordagem que considere cronologicamente o avanço romano em termos da integração política de tais povos.

¹⁵³ Ver Torelli (1988, 55), mas também, para alguns desenvolvimentos sobre as áreas menos desenvolvidas, Salmon (1967, 79-82) e Cornell (1989c, 356), onde se privilegia o caso específico dos Samnitas. Para uma abordagem mais ampla – que considera o desenvolvimento cronológico do sistema *pagus-vicus*, o modo como ele foi superado ou preservado posteriormente pela organização romana do território, em particular pelo sistema de municipalização – ver Stek (2009), e, mais resumidamente, Stek (2009, 66-8).

termos económicos, tais exposições de materiais e símbolos de prestígio conduzem pouco a pouco a consumos de natureza ostensiva que requerem inicialmente o recurso à troca e, a seguir, a aquisição de tecnologias e práticas artesanais. É assim que, no decurso dos séculos seguintes, o desenvolvimento de actividades artesanais, para que contribuem peritos e artesãos provenientes do oriente, vai satisfazendo as necessidades da classe dominante mas também fomentando o crescimento das estratificações sociais. Esta série de desenvolvimentos, que tem naturalmente paralelos no mundo da Magna Grécia, é de algum modo imitada no resto da Península mas de modo mais lento. Aí o desenvolvimento social e urbano é mais incerto (não obstante a imitação pelos vértices sociais da opulência aristocrática etrusca), afectado por condições mais desfavoráveis de exploração agrícola, em particular no concernente a culturas de rendimento elevado.¹⁵⁴

3.2.2. Do desenvolvimento urbano à crise das aristocracias

O crescimento das cidades que teve lugar nas áreas de economia mais complexa foi possível, ou mesmo incentivado, pela integração de mão-de-obra proveniente das regiões menos evoluídas, seja na sequência de conflitos em que os povos de tais regiões foram vencidos, seja devido a movimentações dos seus excedentes populacionais resultantes do espaço criado pelo abandono ou menosprezo, por parte das populações das áreas mais evoluídas, de actividades na esfera produtiva tidas como menos rendíveis ou menos compatíveis com as formas agrárias dominantes. Também a aquisição de tecnologias e práticas artesanais que a monumentalização desenvolvida nas cidades crescentemente exigia, terá concorrido para a imigração de estrangeiros provenientes da Grécia e do oriente. Mas também a imigração voluntária de grupos gentílicos – que no caso de Roma começou por envolver Etruscos e Sabinos – contribuiu para a interacção entre as diferentes áreas da Península através do fenómeno, aplicável às aristocracias, da «mobilidade social horizontal». Mas são situações de interacção que, frequentemente apontadas como positivas, vantajosas, do ponto de vista dos poderes estabelecidos, poderão revelar-se de sinal contrário quando o que está em causa é uma emigração.¹⁵⁵

¹⁵⁴ Torelli 1988, 56-63.

¹⁵⁵ Torelli 1988, 63-4. Relativamente à referida mobilidade social horizontal, constitui situação bem conhecida a admissão na cidadania romana de famílias nobres de origem sabina já no período republicano, em que o episódio mais conhecido é o de Ápio Cláudio e da sua *gens*, integrados em 504 a.C. (Liv. 2.16; D.H. 5.40.3-5; Plu. *Publ.* 21.4-10). Ver também a esse propósito Forsythe (2005, 163-

Situações problemáticas para as áreas de economia mais complexa causadas sobretudo por movimentações de excedentes populacionais das áreas menos favorecidas tornam-se mais visíveis a partir dos finais do século VI:

1. Ataques em que o objectivo mais aparente é a pilhagem, mas que poderão ter tido como objectivo a instalação em novos territórios, constituíram provavelmente a variedade mais corrente. Terá sido o caso das incursões celtas que começam por visar o Vale do Pó, mas atingem a seguir áreas mais a sul. É uma dessas incursões que a História regista e que leva Etruscos habitantes desse vale, reforçados no seu percurso através da costa adriática por Dáunios e Umbros, a ameaçar Cumas (524 a.C.)¹⁵⁶. As incursões celtas (gaulesas) manter-se-ão pelo menos até meados do século IV, de que se farão algumas referências mais à frente.
2. Um tipo particular dessas movimentações era a que consistia na deslocação de gerações inteiras que o faziam em função do ritual do *ver sacrum* (primavera sagrada)¹⁵⁷. As invasões de Volscos e Équos que incidiram sobre os territórios a sudeste de Roma a partir dos finais do século VI e início do século seguinte, enquadram-se neste modelo.
3. Um outro tipo de movimentações, que terá revestido mais um carácter de infiltrações graduais em áreas de economia complexa do que de invasões, conduziu nalguns casos a autênticas catástrofes para as populações afectadas. Isso sucedeu em particular nas colónias gregas, que foram sendo progressivamente despojadas do controlo político de raiz helénica.¹⁵⁸

64) e Cornell (1995, 143-44, 157). Relativamente a uma situação de emigração conhecida – a de Coriolano – ver ainda Liv. 2.35-40.

¹⁵⁶ D.H. 7.3-4; Torelli (2007, 196); Torelli (1988, 64). Relativamente à área de origem dos Dáunios próxima do Adriático ver *infra*, Mapa 5.7.

¹⁵⁷ Torelli 1988, 54; Carmo 2010b, 42-3 e n. 90. O *ver sacrum* – definido numa recensão (por Jean Beaujeu) do trabalho de Jacques Heurgon intitulado “Trois études sur le «*Ver sacrum*»” como «... une institution propre aux peuples sabelliens, car on ne trouve que chez ceux-ci l’association caractéristique des trois éléments qui composent le *ver sacrum*: consécration à la divinité de la production d’un printemps, expulsion et mission colonisatrice des jeunes gens nés ce printemps-là ..., présence d’un animal conducteur, tel que taureau ou pivolet, qui guide les émigrants à destination.» – conduziu a importantes consequências económicas (mesmo indirectamente, como as que derivaram dos movimentos que se concluíram pela tomada de controlo de cidades-estado de significativa relevância, como as campanas) conforme se desprende de Chemain (2016, 30).

¹⁵⁸ Assim, cerca de 420 a.C., a Campânia foi invadida por povos de língua osca oriundos das montanhas (ver *infra*, a propósito dos movimentos destas populações, Mapa 4.4) depois de já previamente, cerca de cinquenta anos antes, as cidades da costa sul da Itália terem sido objecto de ataques sucessivos, um dos quais resultou numa significativa derrota de Tarento. Na costa tirrénica, cidade após cidade foi caindo na órbita do povo lucano até apenas restarem (cerca de 400 a.C.) Nápoles e Vélia como centros autónomos de cultura helénica. Mais no interior, os Samnitas, infiltrando-se na Campânia como imigrantes, acabaram por ser admitidos como cidadãos antes de criarem condições para se imporem

Esta situação de crescente interacção entre os diversos povos da Itália, com a progressiva decadência, em termos de dominação política, daqueles que se haviam revelado mais influentes nos séculos precedentes (Gregos e Etruscos), continuará a evoluir nas décadas seguintes, atingindo um ponto que se poderá considerar crítico no início do século III. Este é um momento em que, na interpretação de Mario Torelli, tem lugar um acontecimento que considera o primeiro a prefigurar uma futura história de unidade italiana: a grande batalha de Sentino, em que se defrontam em campo aberto praticamente todas as etnias da Península e em que Roma, a entidade política que vai desempenhar o papel essencial nesse processo, intervém. Num dos lados, precisamente, a cidade eterna e os seus aliados mais antigos e mais recentes: Campanos, Sabinos e Ápuolos. Do outro lado, os membros de uma inédita aliança anti-romana: Etruscos, Gauleses, Samnitas e Umbros. É algo que acontece pela primeira vez na Itália, que põe em cada um dos lados territórios, etnias, caracterizadas por níveis bastante diversificados de desenvolvimento social, económico, político e cultural, e que, pelo resultado da batalha, enfraquece substancialmente obstáculos significativos à referida unidade¹⁵⁹. Para compreender a situação a que se havia chegado nas vésperas de Sentino, torna-se então necessário analisar o processo que conduziu à crescente hegemonia romana a partir da conquista de Veios. Hegemonia que passou pelo controlo dos recursos humanos da Itália (indissociável do controlo dos recursos em termos mais gerais, em que avultam naturalmente os recursos alimentares indispensáveis), processo que tem uma fase essencial até 338 a.C., altura em que a Liga Latina é extinta, e que prossegue com a Segunda e a Terceira Guerra Samnita até 295 a.C.

politicamente nas principais cidades. Este é um processo que havia tido uma certa equivalência no Lácio no decurso de todo o século V, conforme já referido a propósito de Volscos e Équos. Ver, a este respeito, Cornell (1989a, 284-87) e Toynbee (1965a, 20, n. 3, 21, n. 2, 22-3, 93-4), onde se dá uma particular relevância, neste domínio, ao trabalho de J. Heurgon em *Recherches sur l'histoire, la religion, et la civilisation de Capoue pré-romaine* (Paris, 1942, Boccard). Em Cápuia a aristocracia etrusca, após sofrer ataques dos Samnitas e ter partilhado o seu território com os invasores, terá sido derrubada por um violento golpe de estado em 423 a.C. (Liv. 4.37). É um episódio que tem um certo paralelismo com o que sucedeu com o golpe (este tendo falhado) em Roma de Ápio Herdónio (nobre sabino) que chegou a apoderar-se em 460 a.C. do Capitólio com o concurso de quatro mil e quinhentos homens (Liv. 3.15,18). Relativamente a alguns pormenores da ocupação diferenciada em certas áreas da Campânia e da Lucânia pelos povos itálicos, ver Pontrandolfo et D'Agostino (1990). No que respeita à evolução em épocas próximas, mais a sul e a leste (nomeadamente no que respeita aos territórios que vão da Apúlia a Salento e os que ligavam Síbaris – na costa do Mar Jónio – a Laos e Posidónia, no Mar Tirreno), ver Bottini (1990, 155-63). Relativamente à perturbação que o avanço dos povos itálicos – nomeadamente aqueles que constituíam novidade para os Gregos, mais agressivos por exemplo que os já familiares Enótrios, Ópicos e Ausónios – colocava aos próprios fundamentos do helenismo (a sua cultura, a língua, a vida quotidiana) ver Briquel (1990, 185-88). Numa perspectiva mais abrangente em termos cronológicos, que inclui as relações entre Gregos e Itálicos desde a fundação das diferentes colónias gregas, ver D'Agostino (1996), Bottini (1996), De Juliis (1996) e Guzzo (1996).

¹⁵⁹ Torelli 2008, 331. Ver também Liv. 10.21, Cornell (1995, 361-62), Forsythe (2005, 330-35).

3.3. ROMA: O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE-ESTADO NO CONTEXTO DA EVOLUÇÃO QUE ATINGIU O LÁCIO, A ETRÚRIA E A CAMPÂNIA

A formação de Roma como entidade política terá estado associada a dois factores económicos fundamentais que se afirmaram no período pré-urbano. Em primeiro lugar, a formação de uma densa população de agricultores originada por migrações indo-europeias e cujo crescimento terá sido suscitado pela fertilidade do solo e por progressos tecnológicos da metalurgia associados à instrumentação agrícola. Em segundo lugar, uma situação geográfica favorável à implantação de um empório que, inicialmente originado pelo comércio do sal extraído a norte da foz do Tibre e destinado sobretudo às manadas e rebanhos transumantes provenientes das colinas apenínicas, em breve se alargaria a trocas mais diversificadas que envolviam – além das populações locais – Fenícios, Etruscos e Gregos de diversas origens.

No concernente à formação da densa população de agricultores e à fertilidade do solo, é de destacar a capacidade cerealífera da planície pontina, não obstante condições adversas superadas graças à utilização da tecnologia hidráulica acima referida.¹⁶⁰ A fertilidade da terra teria sido devida, segundo Tenney Frank, às cinzas vulcânicas resultantes de erupções que tinham ocorrido num passado relativamente recente e que, em conjunto com períodos posteriores de formação florestal, haviam contribuído para enriquecer o solo. A subsequente evolução no sentido da *secura* e aridez, que já eram claras no tempo de Cícero, teria sido derivada da deflorestação ocasionada pela reconversão em terrenos agrícolas e pelo escoamento posterior de ingredientes fertilizantes. Daí que essa densa população de agricultores tenha sentido, com tal perda de fertilidade, a necessidade de expansão para conseguir novas terras.¹⁶¹ Por outro lado, sendo opinião de Mario Torelli que as estruturas económicas e sociais dessas sociedades primitivas estavam baseadas em laços de parentesco, com a produção de cerâmicas utilitárias e rituais, em particular, a ter lugar na esfera doméstica, será contudo de salientar

¹⁶⁰ Torelli 2007, 14-15.

¹⁶¹ Frank (1927, 1-15, 55-8) e, numa perspectiva de concordância com Frank, Chemain (2016, 11-6). De acordo com uma das cronologias geralmente aceites (ver referências em Cornell (1995, 48-50 e n. 7) e, em discussão mais alargada, Holloway (1994, 37-50)), o período pré-urbano situar-se-ia de 1000 a 830 a.C.

que a metalurgia estaria já organizada numa escala regional e portanto não centrada em núcleos familiares.¹⁶²

No respeitante à situação favorável da cidade em termos geográficos, Mario Torelli refere de modo específico que «the settlement of Rome was able to benefit from exceptionally easy communications, both with the hinterland and in the direction of the sea, to an extent virtually unequalled in the whole peninsula».¹⁶³ Andrew Drummond reforça esta perspectiva, referindo que essa localização estratégica teria constituído um estímulo ao desenvolvimento das relações mercantis, sublinhando ainda a importância das salinas junto à foz do Tibre, o papel desempenhado pela procura de metais e de bens de luxo. Reconhece, contudo, que a reduzida capacidade de produção de artigos manufacturados (dada a falta dos adequados recursos naturais) e a indisponibilidade de capital excedentário (esta mais restrigente no século que se seguiu à queda da monarquia, em função da redução de espólio resultante de vitórias militares) terão obstado a desenvolvimentos mais significativos no domínio comercial.¹⁶⁴

Roma como cidade-estado ter-se-á aliás constituído no contexto de um movimento mais amplo que abrangeu o conjunto do Lácio, da Etrúria e da Campânia, e em que as duas últimas regiões terão registado algum avanço temporal derivado seja da presença directa grega (na Campânia, com as colónias eubóicas de Pitecusa e Cumas¹⁶⁵) seja da frequência mais antiga dos empórios etruscos – na expectativa sobretudo de aceder às produções metalúrgicas da região – por Gregos e Fenícios. As cidades-estado não gregas destas regiões terão sobretudo resultado de fusões de aldeias pré-existentes ou de expansão nuclear, umas e outras ocorridas inicialmente, conforme já referido, a partir das primeiras décadas do século VIII a.C. na Etrúria meridional (nomeadamente Cere, Tarquínia e Vulceios) e, com algum atraso, na restante Etrúria, no Lácio e na Campânia. A cidade típica estaria situada no interior do território, junto a um curso de água, e teria (é o caso de Pirgos e Gravisca relativamente a Cere e Tarquínia) ou não (os casos de Roma, Árdea, Lavínio e Sático) o correspondente empório situado na foz de tal curso de água¹⁶⁶.

¹⁶² Torelli 1989, 34.

¹⁶³ Torelli 1989, 30.

¹⁶⁴ Drummond 1989, 124-25.

¹⁶⁵ Colónias gregas cuja fundação encontrou a sua justificação nas motivações comerciais de Cálcis e Erétria, metrópoles da Eubeia, ilha situada imediatamente a leste da Ática. Ver Carmo (2012, 148-49 e n. 4).

¹⁶⁶ Pirgos e Gravisca terão sido transformados em locais destinados ao confinamento de comerciantes e artesãos gregos já num período avançado (580-480 a.C.), o mesmo sucedendo relativamente a cartagineses com outro porto tirrénico, Púnico, associado a Cere (Torelli (1976, 136-37), citado por

O avanço civilizacional ocorrido em Itália entre os séculos VIII e VI a.C. – com a constituição das cidades-estado a ser intimamente associada a uma diversificação da economia em que contudo o seu núcleo fundamental teria continuado a ser o sector agrícola de subsistência¹⁶⁷ complementado pelas actividades pastorícias¹⁶⁸ centradas nas colinas apenínicas – teria assim, notoriamente, derivado da expansão para ocidente da actividade comercial de Gregos e Fenícios (já acima referida) e também da instalação colonial destes povos em solo itálico assim como em territórios vizinhos. Em particular, a expansão fenícia, tendo já anteriormente atingido territórios tão longínquos como a Hispânia, ter-se-á, na sequência da conquista de Tiro pelos Assírios, intensificado com a fundação de Cartago, a instalação na extremidade ocidental da Sicília e a criação de colónias na Sardenha e na Córsega. A expansão grega, por outro lado, atingiu, na sua marcha para ocidente, a Sicília, a Itália Meridional, as costas do Adriático e mesmo o sul da actual França (para além da instalação já referida na região da Campânia). O contacto com esses protagonistas do comércio marítimo, para além de proporcionar o afluxo de bens de luxo orientais às costas tirrénicas (e em particular ao *Portus Tiberinus*, em Roma, e aos locais acostáveis da bacia do Tibre na área de Veios), veio também contribuir para a emergência de estruturas urbanas assumindo já algumas formas monumentais¹⁶⁹.

Forsythe (2005, 43)). Tal tipo de restrição teria constituído uma medida já experimentada pelo poder político egípcio com a criação de Náucratis, que a ela terá recorrido num momento situado entre 650 e 570 a.C., confinando a comunidade grega à área delimitada para a cidade (Carmo 2010a, 186-89). No que concerne os empórios das cidades do Lácio, eles encontravam-se nas próprias cidades: em Roma no Foro Boário, com acesso através do Tibre, e em três outras cidades através dos cursos de água Incastro (Árdea), Numício (Lavínio) e Astura (Sátrico).

¹⁶⁷ Trata-se de uma situação que, na sua essência, Drummond considera que ainda prevalecia em Roma no início do período republicano e que, associada às dificuldades de transporte, à falta de incentivos para a produção de excedentes e a outros factores, restringia um maior desenvolvimento das relações mercantis e da produção não agrícola. Nesse sector de subsistência predominavam a cultura de cereais e a viticultura, embora outras produções, nomeadamente do domínio da horticultura e requerendo irrigação e fertilização mais intensivas, tivessem alguma importância. A tendência para a diversificação era encorajada pela concentração em termos sazonais do factor laboral que a cultura cerealífera determinava e apresentava a vantagem de complementar uma dieta de outro modo bastante deficiente (Drummond 1989, 118-21).

¹⁶⁸ A necessidade de recorrer à transumância para alimentar o gado ovino, caprino e bovino, em conjunto com custos mais elevados de compra, terá determinado que a respectiva detenção tendesse a ser monopolizada pelos estratos sociais mais afluentes. Embora os dados existentes não permitam concluir de modo seguro no que respeita ao período que vai até ao século V a.C., parece poder depreender-se que tais estratos tendiam a dar grande importância à detenção de tais gados com objectivos de reserva de valor. Por outro lado, o pequeno camponês fazia provavelmente criação de gado suíno (a Lei das Doze Tábuas, promulgada em meados do século V a.C., incluía uma disposição que assegurava o direito à apanha de bolotas em propriedades vizinhas, além de que era possível apascentar os porcos durante todo o ano em bosques próximos), o que, complementarmente, permitia às famílias dispor de recursos em carne fumada que diversificassem a sua dieta. Ver Drummond (1989, 122-24).

¹⁶⁹ Torelli 1989, 48.

Dever-se-á sublinhar que os interesses comerciais fenícios e gregos visavam fundamentalmente, sobretudo nos primeiros tempos, o acesso aos depósitos metalíferos ocidentais – primeiro o estanho, como componente essencial para o fabrico do bronze, depois o ferro, mas também o cobre e a prata – e ofereciam como contrapartida produtos manufacturados e bens de luxo. Tratava-se de um comércio de longa distância que pressupunha, e provavelmente intensificava, a existência de um excedente económico apropriado pelas aristocracias locais que progressivamente se instalavam nos núcleos urbanos em formação. Com o desenvolvimento desse comércio de longa distância e a consolidação do poder das elites locais baseado em novas explorações agrícolas, a economia dos centros urbanos sofreu alterações substanciais. Não só as aldeias se juntaram para formar cidades como as pequenas cabanas de taipa foram sendo substituídas por casas com fundações em pedra e construídas com tijolo. Uma maior especialização do trabalho e o aperfeiçoamento das técnicas foram-se desenvolvendo, em particular no que respeita à cerâmica baseada na roda de oleiro e às suas formas e tipos decorativos inspirados nos modelos importados da Grécia. Com o surgimento da arquitectura monumental desenvolveu-se também a escultura e o planeamento urbano. Outras influências culturais fizeram-se sentir, conduzindo em particular à recepção da mitologia grega e à adopção da escrita, tudo isto originando desenvolvimentos substanciais na organização política e social, com a formação de um poder central a coordenar o processo de decisão, nomeadamente no que diz respeito ao trabalho comunal e às preocupações com a defesa (ou, mais genericamente, com a função guerreira). Com consequências também no incremento da estratificação social.

No caso específico de Roma, a área empórica do Foro Boário – situada entre o Tibre e as três colinas mais próximas do rio, o Capitólio, o Palatino e o Aventino, e estando, conforme já referido, intimamente relacionada com as navegações arcaicas gregas e fenícias – terá sido sede de cultos arcaicos locais que indiciariam a sua importância na transumância, no comércio de gado e do sal e na utilização da passagem a vau do Tibre que lhe estava associada¹⁷⁰. É em particular o culto de Hércules, associado ao mito da fundação da *Ara Maxima*, que está presente nas relações estabelecidas entre as várias comunidades que frequentam a área empórica, quer se trate dos locais, dos navegadores fenícios e gregos, dos Etruscos, do elemento sabino e genericamente do itálico. O desenvolvimento deste culto e de outros posteriores que vão surgindo no complexo

¹⁷⁰ Coarelli 1988, 129; Cornell 1995, 68-9.

portuário ou em áreas adjacentes, associados a funções de protecção que vão evoluindo devido à crescente complexidade das relações económicas¹⁷¹, constitui indicador importante dessa complexidade e dos valores globais assumidos pelas transacções em causa.

Outro aspecto significativo da evolução das relações económicas está ligado ao desenvolvimento de um conjunto de estradas terrestres¹⁷² em que a componente mais antiga está fortemente associada ao percurso do rio. Essa componente mais arcaica é constituída pela *Via Salaria* (ligando o Foro Boário ao território sabino), a *Via Campana* (ligando o Foro Boário às salinas) – uma e outra ligadas ao comércio do sal – e a *Via Tiberina*. A componente intermédia (construída mais tarde, entre os séculos VIII e VI a.C.¹⁷³), por outro lado, surge em conexão com o desenvolvimento de outros tráfegos, nomeadamente o de produtos manufacturados. Terá sido o controlo do Tibre no ponto (precisamente a passagem a vau referida) em que o rio era cruzado pelas estradas que vinham de Cere, Tarquínia e Veios – e que tinham como destino Tíbur, Preneste, a estrada campana do vale do *Trerus* (o actual rio Sacco), e as cidades latinas de Túsculo, Lanúvio, Velitras, Norba, Árdea e Tarracina – que explica em grande parte o desenvolvimento de Roma no século VI a.C. Século esse que é um período de grandes transformações, em parte devidas à influência exercida pelos comerciantes púnicos, sicilianos e massaliotas e pelos artesãos fócios e coríntios (e ainda a emigração de Jónios da Ásia Menor após a conquista persa). Estas influências exteriores na Itália¹⁷⁴ não terão obstado a que o

¹⁷¹ Relações económicas que irão, para além das actividades de aprovisionamento e troca do gado transumante – colocadas sob a protecção do Hércules itálico (a que por vezes é atribuído o epíteto de *Salaris*) – conduzir, mais tarde, já no início do século V a.C., ao desenvolvimento das corporações de comerciantes e das importações anonárias a favor da plebe urbana (com a construção do templo de Mercúrio e do de *Cerere, Libero e Libera*), passando pela construção do templo de Diana no Aventino (com carácter genericamente empórico) e dos santuários de *Fortuna* e de *Mater Matuta* situados na área sacra de Sant'Omobono (associados à preocupação com a legitimação do poder central). A propósito das funções de protecção exercidas por várias divindades, ver também Torelli (1989, 48-51). Este autor exprime a opinião de que terá sido com o concurso daqueles que frequentavam os empórios que as culturas etrusca e latina adquiriram a vasta herança tecnológica e ideológica grega que foram adaptando às suas próprias necessidades.

¹⁷² Para além da própria via fluvial constituída pelo Tibre e que, crescentemente integrada no sistema viário com o desenvolvimento de sistemas de navegação que permitiam vencer a corrente do rio (Coarelli 1988, 146-48), era igualmente utilizada como via de flutuação para a madeira proveniente do alto vale tiberino (Coarelli 1988, 132).

¹⁷³ Coarelli 1988, 133. Este conjunto inclui estradas que tomavam o nome das localidades a que se dirigiam (*Via Nomentana, Via Tiburtina, Via Praenestina, Via Labicana, Via Albana, Via Satricana, ...*), diversamente do conjunto mais tardio, iniciado com a *Via Appia* em 312 a.C. e continuado em particular com a *Via Valeria* (306 a.C.), a *Via Aurelia* (240 a.C.) e a *Via Flaminia* (220 a.C.), que visam fundamentalmente, de início, objectivos militares, e em que as estradas assumem o nome dos magistrados responsáveis pela iniciativa das respectivas construções.

¹⁷⁴ Influências de que se destacam a massaliota (estanho, proveniente das ilhas britânicas e através da nova estrada aberta na Gália; ferro, da Germânia e da Hispânia; ornamentos em âmbar, do Báltico) e a coríntia

controlo global do comércio não tivesse sido etrusco. Terá de facto existido, nesse século VI, um domínio político exercido pelas cidades etruscas dos Alpes à Campânia, que tinha a sua origem na exploração da área agrícola do território e da zona metalífera do norte da Toscana, e que dava suporte a um relativo controlo do comércio marítimo tirrénico. No entanto, algumas cidades – como Cere, Tarquínia e Vulceios – não teriam enriquecido à custa do comércio marítimo, assentando antes a sua prosperidade na exploração e transporte para o litoral de produtos do interior. Por outro lado, os achados substanciais de objectos artísticos (não só jónios, áticos, coríntios, calcídicos, siracusanos, cumanos, cartagineses, mas também de produções locais) nos túmulos etruscos revelam, a par da inexistência de obstáculos de maior ao comércio proveniente do exterior (constituindo indicador de abertura comercial), a realidade de algum controlo do referido comércio marítimo¹⁷⁵.

A base económica da vida comunitária na Península Itálica haveria ainda de permanecer, durante alguns séculos, a agricultura e a pastorícia, enquanto o desenvolvimento da moeda em muitas áreas territoriais deveria ainda aguardar algum tempo para se poder afirmar (as formas primitivas de pagamento tendo continuado a ser sobretudo o gado e certas peças de metal). Contudo, a criação de relações de produção crescentemente assentes em situações de autoridade por parte das aristocracias, a evolução das estruturas urbanas e a afirmação das instituições estatais, não poderiam deixar de influenciar de imediato o surgimento de novas realidades no domínio económico. Assim, o surgimento da propriedade privada da terra (e a seguir a sua concentração pelas aristocracias emergentes), uma consequente fragmentação derivada de algumas práticas hereditárias, o incremento demográfico, o crescimento das dívidas e de certos tipos de criminalidade, traduziram uma crescente complexidade da vida social e conduziram os Estados emergentes ao estabelecimento de uma certa multiplicidade de normas legais escritas. Foi o caso (embora limitado às áreas gregas) nos séculos VII e VI a.C., de Drácon e Sólon (Atenas), Zaleuco (Locros, na Magna Grécia) e Charondas (Cátana, na Sicília).

(importação de cerâmicas, imigração de artesãos, de que constitui indicador a lenda de Demarato e do rei Tarquínio). Ver Frank (1927, 23-5).

¹⁷⁵ Frank 1927, 26-8.

3.4. O PRIMEIRO SÉCULO DA REPÚBLICA

Essa crescente complexidade da vida social foi acompanhada em Roma pela eclosão de contradições sociais a nível interno¹⁷⁶ (que caracterizaram os últimos tempos da Monarquia e o primeiro meio século da República) e, no Lácio e regiões confinantes, por um aprofundamento de tensões entre os diversos povos que habitavam a região.

3.4.1. A crescente complexidade da vida social: dos obstáculos à manutenção das correntes comerciais até aos primórdios do trabalho escravo

No que respeita especificamente às correntes comerciais que se desenvolveram sobretudo nos tempos dos reis etruscos de Roma, ligando as cidades do norte do Lácio à Campânia grega e etrusca (eventualmente com um complemento significativo relativo ao comércio marítimo com Cartago e as outras cidades gregas da Magna Grécia e da Sicília), elas não poderão ter sido criadas e mantidas sem que tenha ocorrido a formação de uma burguesia local associada à respectiva promoção e gestão. Essa burguesia ter-se-á com o tempo elevado a um estatuto mais prestigiado de detentora de terras (o que constitui percurso habitualmente observado nas cidades arcaicas), uma tal evolução tendo sido naturalmente acompanhada pelo surgimento de outros estratos sociais – sobretudo artesãos e camponeses não dependentes da aristocracia constituída pelos grupos gentílicos – e por uma diversificação consequente do contexto político que não era favorável a uma sujeição incondicional a tais grupos. A crise em que se viu mergulhada a Monarquia – que terá derivado em particular dos benefícios com que contemplou as classes emergentes, incluindo distribuições de terras a não patrícios – estaria assim na origem do seu derrube pelos líderes gentílicos. Essa crise terá de qualquer modo prosseguido durante a República, sendo agravada por contradições que opuseram interesses especificamente romanos e interesses latinos, gregos e etruscos e por invasões de povos nómadas (nomeadamente Équos e Volscos), o que afectou irremediavelmente as referidas correntes

¹⁷⁶ As contradições referidas terão influenciado por sua vez o contexto jurídico prevalecente no Estado Romano no sentido de conduzir também ao surgimento de normas legais escritas, embora apenas em meados do século V a.C., com a Lei das Doze Tábuas (451-450 a.C.) e, logo a seguir, com as *Leges Valeriae-Horatiae*.

comerciais e prejudicou os estratos burgueses que haviam prosperado na Monarquia¹⁷⁷. Neste contexto, Roma passa a constituir o baluarte de defesa contra tais invasões, deixando de ser possível a utilização do Lácio como território de passagem das trocas comerciais. Uma parte considerável da economia de Roma e das cidades latinas é destruída, e a aristocracia romana vê no Lácio, mais do que nunca, a possibilidade de sobrevivência, procurando promover a segurança das terras já ocupadas e a aquisição de novos territórios cultiváveis. É uma política económica estritamente agrária e que, face ao período monárquico, significa uma crise económica que se vai estender praticamente por todo o século V. Aspectos dessa crise são as situações de penúria e os esforços para abastecimento de cereais fora do território romano, a proletarização de pequenos agricultores e a forte redução de importações cerâmicas que a arqueologia documenta. A situação de cerco a que Romanos e Latinos passam a estar sujeitos com as invasões impede, portanto, a continuação dos fluxos comerciais que haviam caracterizado o século VI e conduz a um certo afastamento relativamente à civilização grega que, contudo, não terá sido total.

Ao referido declínio do comércio juntou-se a falta de sucesso militar (no sentido da expansão, já que a defesa do Lácio foi assegurada) até ao final do século, o que, dada a redução do espólio associado à guerra, terá ainda determinado uma redução da procura pública e privada e acentuado ainda o declínio do comércio externo. Não só os estratos mais afluentes terão reduzido as aquisições de bens de luxo (em particular as importações de cerâmicas áticas, dificilmente substituíveis por produções locais, as quais, aliás, até se terão degradado em termos de qualidade) como em particular a construção de edifícios

¹⁷⁷ Em termos especificamente de luta pelo poder ou de simples condicionamento do seu exercício dever-se-á assinalar a eventualidade de o senado de Roma ter passado a incluir senadores não patrícios, assim como a criação da assembleia das centúrias com a reforma de Sérvio Túlio (retirando protagonismo e importância à pré-existente assembleia das cúrias) e ainda a secessão de 494-3 a.C. que havia de trazer os tribunos da plebe e originar a assembleia plebeia (ver a este respeito Carmo (2010b, 86-91)). Em tal contexto, as lutas pelas liberdades, direitos elementares e garantias terão adquirido grande importância, o mesmo tendo sucedido com as lutas sociais associadas a dívidas elevadíssimas contraídas por uma grande massa de pequenos camponeses, eventualmente desprovidos das suas propriedades e reduzidos ao estatuto de *nexi*. Este era um estatuto resultante de um contrato entre devedor e credor pelo qual este último tinha o direito de, na falta de pagamento, se apoderar da pessoa daquele. O devedor estava então sujeito à obrigação de prestar serviços, de modo ilimitado, ao credor, para superar tal situação. É uma situação que tem sido interpretada como uma prática social em que de facto o credor não pretendia obter reembolso e pagamento de juros mas tão somente conseguir estabelecer uma situação de servidão através da qual passava a dispor de mão de obra para trabalhos agrícolas nas suas terras (Cornell 1995, 281-83). O problema da dívida surge nas fontes como causa da secessão plebeia referida, deixando contudo de aparecer na sua sequência como motivo de agitação, tanto no sentido de se conseguir o respectivo cancelamento ou a abolição do estatuto de *nexum*. Até 385 a.C. – altura em que se verificou a agitação conduzida por *Marcus Manlius Capitolinus* (ver *infra*) – as únicas referências nesse domínio surgem na Lei das Doze Tábuas sob forma de normas severas, rigorosas, impostas aos devedores (e a seguir aos *nexi*), e que traduzem a importância da dívida na época.

públicos (nomeadamente templos, o que parece constituir o único indicador claro de declínio económico em Roma, nesse período) terá sido bastante afectada. Quanto ao pequeno campesinato (também atingido pela redução do espólio) e àqueles que estavam excluídos do serviço militar, terão sido as dificuldades da agricultura, exacerbadas pela escassez de terras, que terão sido determinantes no avanço do empobrecimento¹⁷⁸. Tais dificuldades, de acordo com Drummond, terão estado relacionadas com a variabilidade climática (em particular os perigos derivados de chuvas repentinas no decurso da debulha), as condições do solo, a fraca qualidade das sementes, as práticas de rotação das colheitas inadequadas, a falta de fertilizantes, as inundações periódicas nas áreas baixas e as infestações de gafanhotos, míldio e outras doenças das culturas (agravadas pela deficiente protecção no armazenamento contra parasitas e humidade)¹⁷⁹. De qualquer modo, a aristocracia terá procurado compensar a forte redução de espólio nas campanhas militares com uma maior atenção à exploração da terra, com a utilização da força de trabalho proporcionada pelo empobrecimento da plebe. Desse modo procurava conseguir gerar o rendimento requerido pela sua posição para financiar a competição pelo estatuto, que se via reforçado por um maior recurso à ostentação e à liberalidade. Um domínio em que as grandes famílias terão procurado aumentar os seus rendimentos foi o da exploração pecuária que, face à menor disponibilidade de pastagens em locais mais centrais, exigiu o desbravamento de bosques existentes nas terras baixas do Lácio (de que aliás grandes extensões ainda permaneceriam em tal situação no século IV). Tratava-se de território que, tanto revestindo estatuto de *ager publicus* como de *ager privatus*, havia sido integrado nas tribos rurais criadas a partir do século VI e em que a utilização de nomes de clãs para as designar sugere que esses clãs tenham precisamente procurado estender nele as suas explorações. Todo este conjunto evolutivo conduziu a que em termos de disponibilidade de terras a situação de Roma deveria ser crítica no final do século V, o que poderá estar por detrás da determinação com que a cidade se aplicou na conquista de Veios e procedeu de seguida a distribuições viritanas (ver infra, na próxima secção, o que é referido a propósito da *assignatio viritana*). Essa indisponibilidade terá afectado mais profundamente os estratos sociais mais baixos no primeiro século da República, os quais, sujeitos a um sistema de sucessão em que não havia testamento e a herança cabia por

¹⁷⁸ Drummond 1989, 130-34.

¹⁷⁹ Drummond 1989, 136.

igual a todos os filhos, em breve se viam atingidos pela indigência e obrigados a recorrer à dívida. Daí a subsequente sujeição à servidão e venda dos filhos para evitar a fome¹⁸⁰.

A luta pelo poder, a secessão de 494-493, as dificuldades económicas, o conjunto das contradições a nível social (que incentivaram as referidas lutas pelas liberdades, direitos e garantias) terão, por outro lado, exercido uma enorme pressão no sentido de influenciar a redacção de numerosas e significativas normas da Lei das Doze Tábuas, lei que terá surgido num momento com particular significado na transição de períodos de ocorrências sistemáticas de violência privada para um sistema civilizacional em que passou a predominar o monopólio da violência pelo Estado. Terá também sido um momento em que no sistema económico se afirmou uma crescente importância das guerras conduzidas pelos Estados, o que se deveu nomeadamente às exigências das novas tácticas adoptadas em batalha (formação em falange e equipamento individual em bronze ou ferro para hoplita requerendo capacete, escudo, peitoral, espada, lança e protecções para as pernas). No caso ateniense, uma testemunha do final do século VI a.C. avalia o custo desse equipamento individual como equivalente a um rebanho de 30 ovelhas. O que significa que, mesmo para um agricultor abastado – e isso é válido para o caso romano, em que também tal custo tinha que ser suportado pelo próprio hoplita – o equipamento constituiria um pesado investimento, conduzindo eventualmente à contracção de dívidas, só susceptíveis de serem pagas no caso de a guerra permitir a obtenção de um saque significativo. Ainda considerando a Lei das Doze Tábuas e as medidas que nela se relacionam com a problemática da dívida, dever-se-á salientar o carácter pouco radical que revestiram, sobretudo quando comparadas com o que ocorreu com a legislação ateniense promovida por Sólon. De facto, só no final do século IV a.C. (*Lex Poetelia Papiria*, em 326, complementada em 313) é que a lei romana viria em particular não a cancelar as dívidas existentes mas unicamente a proibir a redução a situações de escravatura – ou delas próximas – em conexão com tal motivo¹⁸¹. Essa proibição poderá aliás ter tido lugar em consonância com os interesses da aristocracia, de algum modo «disfarçada» de cedência às reivindicações plebeias, na sequência de uma disponibilidade acrescida de mão de obra escrava resultante do sucesso militar romano nesse período. Existem de facto indicações de que a prévia escassez de trabalho escravo teria tido uma forte influência no desenvolvimento da servidão por dívidas, constituindo esta uma

¹⁸⁰ Drummond 1989, 140-43.

¹⁸¹ Liv. 8.28 e Bringmann (2013, 16-9, 45).

vantagem para os credores no sentido de satisfazer as respectivas necessidades de mão de obra¹⁸².

3.4.2. Da penúria alimentar aos reforços da organização plebeia e às suas consequências

A crise política que atingiu Roma no final da Monarquia e que se estendeu, conforme referido, ao século seguinte, não se teria alargado de modo imediato à área económica. A redução do volume (como consequência das invasões do Lácio pelos povos de montanha) das transacções comerciais que existiam entre a Etrúria e a Campânia, ter-se-á agravado no decurso do século V, tendo tais transacções eventualmente sofrido mesmo uma completa interrupção. Terá sido nesse sentido que Tim Cornell observou que a designada «crise do século V» não afectou só Roma mas também o conjunto da Itália tirrénica e mesmo outras áreas do Mediterrâneo ocidental, incluindo Cartago. Contudo, a perturbação das correntes comerciais terá sido apenas um dos elementos dessa crise e certamente não o mais importante para o conjunto da população de Roma e do Lácio. De facto, as agitações plebeias que as fontes literárias nos transmitem vão muito além dos escassos episódios relacionados com a referida problemática da dívida, insistindo sobretudo em graves penúrias alimentares e nas pressões contínuas pela distribuição de terras. O que não pode, no entanto, deixar de ser relacionado, pelo menos no decurso do período que decorre até ao final do século V a.C., não só com as consequências das invasões dos povos de montanha e a perda do controlo das áreas cerealíferas a sul de Roma (já referidas acima), mas também com a incessante concentração da propriedade

¹⁸² Drummond 1989, 126. Drummond refere em particular que a facilidade e rapidez da substituição da servidão por dívidas pelo trabalho escravo poderá constituir um indicador de que a contribuição daquela para a criação de um excedente económico teria sido relativamente limitada. Relativamente ao mesmo período (final do século IV) em Cornell (1989b, 334) é referido que «The decline and eventual abolition of debt-bondage ... must have created a demand for an alternative supply of labour to work the large estates of the rich. The demand was met by the importation of slaves». E o mesmo autor prossegue chamando a atenção para que a importância da escravatura é revelada pelo imposto sobre a respectiva libertação que, segundo Liv. 7.16, foi introduzido em 357 a.C. de modo a conseguir verbas consideráveis para o Tesouro. E refere ainda que nessa altura os libertos eram tão numerosos e exerciam tanta influência que o seu estatuto se havia tornado uma questão da maior importância política. A tal propósito dever-se-á ainda dar atenção ao que é referido em Oakley (1997, 24) no respeitante aos esforços desenvolvidos a partir de 312 a.C. pelo censor Ápio Cláudio Cego no sentido de alterar a estrutura tribal de modo a que fossem inscritos libertos em todas as tribos e não só nas urbanas (ver Liv. 9.29 e Liv. 9.46). Oakley refere também que, caso não houvesse números substanciais de libertos em Roma, a controvérsia que se levantou dificilmente teria surgido.

da terra (e de que a questão da dívida constituirá certamente, conforme referido, um sintoma) e a rarefacção de novas adições ao *ager publicus* (diversamente do que sucederá nos séculos seguintes com o incremento de conquistas e a conseqüente disponibilidade de novas terras para eventuais distribuições)¹⁸³.

A penúria alimentar, que é referida pelas fontes literárias como frequente no período entre 508 e 384 a.C., era objecto, em Roma, de grande preocupação, o que terá conduzido a administração pública a enviar, de modo repetido, embaixadas à Etrúria, à Campânia e à Sicília no sentido de conseguir recursos adicionais. É uma questão que nem sempre é considerada pelas fontes de modo a satisfazer os académicos nossos contemporâneos, tanto no que respeita a eventuais tratamentos que tendem a surgir como anacrónicos (reflectindo situações que de facto se terão verificado apenas séculos mais tarde) como no que concerne a insuficiências do registo analítico que conduzem a especulações cujos fundamentos são necessariamente fracos¹⁸⁴. Será contudo adequado sublinhar que esta questão terá constituído fundamento para um reforço da intervenção plebeia estruturada na política do Estado Romano, o que terá sido feito em grande medida com recurso ao centro religioso constituído pelo *templum Cereris, Liberi et Liberae*, construído em 493 a.C., após voto do ditador *Aulus Postumius* quando da vitória romana sobre os Latinos em Lago Regilo. Interessa sublinhar que, em termos económicos, tal construção, para além de com ela se pretender o apoio dos três deuses para evitar a penúria alimentar, se insere num período de cerca de duas décadas de intensa construção no domínio religioso¹⁸⁵. Não sendo sempre claro o modo como tais investimentos foram financiados, há a referir contudo que a construção não deve ter sido possível sem a imigração de artesãos especializados (provenientes provavelmente da Etrúria e da Magna Grécia) e a formação local de outros profissionais. Contudo, conforme referido, esse período – que terá constituído a etapa final de uma época de alguma magnificência iniciada ainda na Monarquia – durou pouco e isso não pode ser dissociado das invasões dos povos de montanha já referidas¹⁸⁶.

Após a construção do templo de Ceres, que se situava no sopé do monte Aventino, a solidez da organização plebeia sedeada precisamente nesse templo vai-se afirmando

¹⁸³ Cornell 1995, 265-67.

¹⁸⁴ Cornell 1995, 268.

¹⁸⁵ Os templos de Júpiter Capitolino (509 a.C.), de Saturno (497 a.C.), de Mercúrio (495 a.C.) e de Castor e de Pólux (484 a.C.), além do já referido dedicado a Ceres (assimilada à grega Deméter, protectora da agricultura) e às duas divindades associadas (Líbero e Líbera, assimiladas a Dioniso e a Perséfone, também com atribuições agrárias).

¹⁸⁶ Momigliano 1969, 450; Drummond 1989, 130.

progressivamente. Na base de tal afirmação terá estado provavelmente um alargamento do campo de «recrutamento» relativo à condição de plebeu que, originariamente, derivada da fórmula *populus plebesque*, abrangeria apenas aqueles que não tinham lugar no exército (*populus* inicialmente designava o exército, a infantaria). Esse alargamento, que terá sido fruto da intolerância política (a «*serrata del patriziato*» – fecho do patriciado¹⁸⁷) do sector oligárquico que dominou as primeiras décadas da República e do avolumar das dificuldades económicas referidas, acabou por conduzir a uma situação de aliança progressiva das classes menos abastadas ou de estatuto não patrício (senadores *conscripti*, clientes e de um modo geral todos os grupos intermédios). Um tal processo – que terá tido como pontos mais notáveis a primeira secessão da plebe (494-493 a.C.), o conflito no seio da aristocracia senatorial¹⁸⁸, a reforma do *concilium plebis* no sentido de passar a privilegiar o voto tribal (471 a.C.), a aprovação (456 a.C.) da *Lex Icilia de Aventino publicando*¹⁸⁹, e o complexo constituído pelos dois Decenviratos, a Lei das Doze Tábuas, a segunda secessão da plebe e as *Leges Valeriae Horatiae* (452-449 a.C.) – terá alterado substancialmente o conceito de plebe e, com a permanência no exército de estratos populacionais que passaram a ser tidos como plebeus e com a possível incorporação de outros que até então dele estavam ausentes, também o conceito de *populus*, no seio do qual os patrícios passaram progressivamente a constituir uma minoria¹⁹⁰. Por outro lado, a organização plebeia (dotada de magistrados numerosos e eficazes: 10 tribunos da plebe e 2 edis) sendo feita à volta do templo de Ceres – onde passou a funcionar o único arquivo da República (a partir de 449 a.C. os *senatus consulta* terão passado a ser aí depositados) – e tendo os plebiscitos do *concilium plebis* adquirido relevância legislativa, os próprios

¹⁸⁷ Ver Carmo (2010b, 62, 70, 91-2).

¹⁸⁸ Esse conflito envolve em particular Espúrio Cássio, um senador que provavelmente se incluía nos *conscripti*, e que, após se notabilizar em 493, sendo cônsul, por ter concluído o designado *foedus Cassianum* – tratado que estabeleceu a paz com os Latinos, estendido aos Hérmicos em 486 – e ter procedido à consagração do templo de Ceres, acabou por ser executado em 485, acusado de no ano anterior (também então cônsul) ter aspirado à realeza com a sua proposta de distribuição equitativa (pelos plebeus e pelos aliados Latinos) de territórios adquiridos pela República (o que constituiria a primeira lei agrária da História de Roma). O tratado referido estabilizou as relações com os Latinos, após a vitória romana de 3 anos antes em Lago Regilo, e reconstituiu a Liga Latina sob a autoridade de Roma (Humbert 1978, 67). Dever-se-á sublinhar que tais acontecimentos, tal como transmitidos pela tradição literária (são também referidas ocupações abusivas do *ager publicus* por patrícios), traduzem situações paralelas às dos tempos dos Gracos.

¹⁸⁹ Oliviero 1997. Lei aprovada sob proposta do tribuno da plebe Lúcio Icílio, que respeita à atribuição dos terrenos públicos do Monte Aventino à plebe para que aí pudessem ser construídas as suas habitações. É assim que surge um conjunto habitacional plebeu, compacto e unitário, que se torna o centro da luta plebeia nas décadas seguintes.

¹⁹⁰ Ver a este respeito Carmo (2010b), em particular páginas 56-65, 69-85 e 91-3. Ver também Momigliano (1969, 452-53).

patrícios terão admitido que com tais incorporações terão sido colmatadas óbvias lacunas do Estado patrício¹⁹¹.

Neste período – em que a condição de plebeu se estende à grande maioria da população e em que a organização plebeia é reforçada – é no templo de Ceres que os edis (responsáveis pela organização dos mercados e do abastecimento em cereais à cidade) instalam o seu quartel general, que o direito de asilo é concedido e que a distribuição de alimentos aos pobres é instalada. É também lá que os bens confiscados àqueles que são culpados de ter agredido um magistrado plebeu são depositados. Mas, para além dos aspectos marcadamente económicos que surgem associados ao templo, há aspectos políticos, religiosos e mesmo jurídicos que não podem ser ignorados. Se o culto da tríade capitolina está sempre presente na esfera plebeia, não deixa contudo de ser observável uma certa atitude de afastamento por parte da plebe face a uma situação sentida como de confiscação pelos patrícios da religião do Estado. Num contexto em que a luta pelo poder – ou pela sua partilha – não pode ignorar o substrato religioso (é o caso da tomada dos auspícios, que os patrícios pretendiam negar aos magistrados que não tinham o seu estatuto) e as reivindicações económicas das classes mais baixas, a situação não podia deixar de ficar madura para que a plebe não viesse a preferir a frequência de um santuário mais acessível que o do Capitólio, como era o caso do templo de Ceres¹⁹². E quando, nesse contexto de luta política, é aceite a reivindicação de reduzir a escrito (em 454 a.C.) normas de direito público e privado e se decide recorrer à experiência legislativa de Atenas ou de cidades gregas da Itália, a Deméter Eleusina – detentora do epíteto de «Tesmófora», a *legifera* de Vergílio – não pode deixar de influenciar a sua assimilada romana e Ceres passa a agregar de modo mais consciencializado os atributos agrícola e legislativo. É a transição do direito consuetudinário para a lei escrita, o reconhecimento de que a *fides* patrocinada por Júpiter é insuficiente e que sobre o *imperium* dos magistrados superiores se passa a exercer um certo controlo¹⁹³. E no entanto a evolução que vai desembocar no Estado patrício-plebeu não resolve o problema das desigualdades sociais, não elimina as carências económicas, não põe fim à injustiça. No essencial, quando as *Leges Liciniae-Sextiae* são promulgadas (367 a.C.), estará apenas concluído o processo em que a hegemonia patrícia dá lugar ao domínio de uma «oligarquia

¹⁹¹ Momigliano 1969, 450-51.

¹⁹² Cazanove 1990, 386-90.

¹⁹³ Cazanove 1990, 390-99. Sobre as magistraturas romanas em geral, e em particular sobre a sua criação e evolução ao longo do período republicano, ver Rodrigues (2015, 93-101).

plutocrática patrício-plebeia», não obstante o funcionamento do Estado se ter tornado mais complexo e de as assembleias populares terem passado a integrar com mais frequência os estratos plebeus¹⁹⁴.

No que respeita às reivindicações plebeias visando distribuições das terras, a questão tem sido objecto de considerações que estão prejudicadas pela dificuldade em compreender adequadamente as situações de controlo da terra que existiam na época, desde eventuais modalidades de posse colectiva à propriedade privada e passando por situações de poder que lhes estão associadas das aristocracias gentílicas ou outras e de ocupações de terras públicas pelos patrícios. Neste contexto será de reter em primeiro lugar a concepção que já vem de Theodor Mommsen, segundo a qual nos primeiros tempos de Roma a terra era detida colectivamente pela *gens* e não pela família nuclear. A tradição relativa à distribuição de parcelas de 2 *iugera*¹⁹⁵ (2 jeiras, ou seja cerca de meio hectare, de terra, área tida como susceptível de apenas poder sustentar um indivíduo e não uma família) teria de qualquer modo representado o primeiro estágio de formação da propriedade privada em Roma, a qual seria destinada a acolher a casa da família e um pomar, horta ou jardim. Os campos de cultivo seriam então explorados colectivamente pela *gens*. A reforma de Sêrvio Túlio, ocorrida em meados do século VI a.C., significaria para Mommsen, contudo, que a posse comunitária havia sido afectada e a propriedade privada dos terrenos agrícolas introduzida¹⁹⁶. A evolução posterior a Mommsen do pensamento histórico e académico (refiram-se por exemplo os casos de Fustel de Coulanges, Henry Sumner Maine, Pietro Bonfante, Eduard Meyer, Gaetano De Sanctis e Arangio-Ruiz, citados por Arnaldo Momigliano) não se terá orientado num só sentido, abrindo-se espaço, conforme referido acima, para concepções relativas a situações de controlo da terra intermédias entre um comunismo primitivo e a propriedade privada, com particular relevo para interpretações opostas da *gens* no que respeita à sua origem pré-urbana ou como fenómeno urbano¹⁹⁷.

¹⁹⁴ Rodrigues 2015, 90-3; Carmo 2010b, 60-1, 82-3. Ver também, a propósito das *Leges Liciniae-Sextiae*, *infra*, secção 4.2.

¹⁹⁵ A parcela de terra de 2 *iugera*, transmitida hereditariamente e assumida por vezes como inalienável (do que em Momigliano (1989, 100) se discorda, referindo-se que não há provas em tal sentido), era designada por *heredium*.

¹⁹⁶ Momigliano 1982, 228, 237. Também Emilio Gabba, baseando-se sobretudo em Dionísio de Halicarnasso, dá especial atenção a situações de propriedade criadas por distribuições ocorridas no período monárquico, inclusive a plebeus, de terras públicas (sobretudo as que haviam sido objecto de conquista) ou de propriedade régia (Gabba 1996, 155-57, 160-61).

¹⁹⁷ Momigliano 1982, 236-48. A questão da propriedade da terra no período arcaico está rodeada de controvérsia, com a eventual posse colectiva a oscilar entre concepções construídas com base nas noções de *ager gentilicius* e de *ager publicus* e com a sua progressiva passagem a propriedade privada.

Uma dessas situações de controlo intermédio, importante sobretudo face aos desenvolvimentos históricos que se deram sobretudo a partir do século IV a.C. e mais particularmente na época dos irmãos Gracos, é a das terras detidas pelo Estado – o já referido *ager publicus* – as quais, de modo progressivo, passam a ser objecto de conflitos entre patrícios (ou a *nobilitas* patrício-plebeia) e plebeus (ou os pobres sem terra própria). Esse *ager publicus*, em princípio disponível para cultivo ou pastoreio pelo cidadão comum, rapidamente se torna escasso e tende a ser controlado pelos poderosos através de formas de *possessio* garantidas pelo pagamento de uma renda – um *vectigal* (uma taxa ou imposto indirecto) – que posteriormente assume meros valores simbólicos ou cuja cobrança é negligenciada pelo aparelho administrativo. Esse controlo pelas classes superiores tende naturalmente a conduzir à exclusão progressiva do cidadão comum que se vê reduzido à pobreza ou à dependência face a tais poderosos¹⁹⁸. É uma dependência que advinha do facto de que os que detinham o controlo das terras estavam em condições de conceder direitos de acesso aos pobres, tornando-os seus dependentes, em particular «clientes», em troca de votos de fidelidade e/ou pagamentos em espécie e serviços¹⁹⁹. Essa exclusão ou dependência conduz inevitavelmente a conflitos que as fontes situam com mais frequência a partir do início da conquista do território itálico. A plebe passa

Algumas teorias sobre tais situações têm sido desenvolvidas, um resumo das quais pode ser consultado em Roselaar (2008, 20-6). Sobre a relação entre a eventual existência do *ager gentilicius*, o desenvolvimento do sistema tribal e a conversão da propriedade comum ou pública em propriedade privada no decurso do período monárquico e primeiro século da República, ver Smith (2006, 235-50). Neste contexto, a opinião de Tim Cornell, por exemplo, é de que nunca a terra teria sido cultivada colectivamente ou mesmo objecto de propriedade colectiva. O que de qualquer modo seria compatível com uma extensão extremamente importante do *ager publicus* e conduzia a que os camponeses estivessem dele dependentes para a sua sobrevivência (Cornell 1995, 269). Torelli, por seu lado, dá uma grande importância à propriedade familiar, elemento fundamental da estabilidade dos assentamentos no período iniciado no século IX a.C., e que coexistiria provavelmente com propriedade colectiva de origem tribal. Mas seria já no final desse século que, conforme acima referido, os novos centros populacionais, situados em colinas pouco elevadas, começaram a surgir e que um processo de maior estratificação social teve o seu início e deu origem à emergência de relações de produção baseadas na dependência clientelar, um elemento fundamental do poder económico aristocrático (Torelli 1989, 38-9). Esta perspectiva de Torelli apresenta-se como próxima da de Mauro Cristofani, que admite que a organização comunitária terá coexistido com a familiar mas que, na Itália tirrénica (que ia de Vetulónia, na Etrúria, a Pontecagnano, na Campânia), ela estaria em vias de extinção na primeira metade do século VII. O que seria revelado pela presença crescente de bens sumptuários em túmulos de grupos familiares, bens esses com origem em contactos com o mundo colonial grego que teriam conduzido a um primeiro processo de diversificação económica e social (Cristofani 1978, 61-2).

¹⁹⁸ São desenvolvimentos que – tal como o que se referiu a propósito do período anterior – também estão envolvidos em controvérsia, derivada de que o conhecimento do processo resulta sobretudo de fontes (App. BC 1.7; Plu. TG 8) que tratam da crise ocorrida nos tempos dos irmãos Gracos (século II a.C.), nomeadamente no que respeita às conexões estabelecidas com as *Leges Liciniae-Sextiae* de 367 a.C., e da inevitável consequência de que tal dependência tenha conduzido a anacronismos.

¹⁹⁹ Ou seja, o *ager publicus* (ou uma sua parcela) que é controlado pelas aristocracias continua a ser objecto de utilização pelos estratos mais baixos da população (como sucedia antes de tal controlo) mas, diversamente do que sucedia anteriormente, tal utilização conduz às situações de dependência referidas.

então a reivindicar a distribuição pelas famílias (a *assignatio viritana*, que é a atribuição de um lote a título individual a cidadãos romanos, não dependente de fundação de colônia) das terras confiscadas aos vencidos e o *ager publicus* assume então dois destinos principais, o antes referido, com as terras a serem objecto de posse pelos poderosos, e a acabada de referir *assignatio viritana*. Esta é uma forma de distribuição frequentemente reivindicada pelos plebeus, na sequência da referida confiscação de terras aos vencidos, que começa a ter mais importância no período de sucesso militar dos exércitos romanos, o qual tem início no último quartel do século V a.C. (e que tende naturalmente a beneficiar os legionários)²⁰⁰. Dever-se-á precisar que as pressões plebeias no sentido das distribuições de terras visavam especificamente o *ager publicus* e não a propriedade privada²⁰¹.

²⁰⁰ Cornell 1995, 268-71.

²⁰¹ Trata-se de uma precisão, um esclarecimento, que Barthold Georg Niebuhr fez logo no início do século XIX num contexto ainda muito influenciado pela Revolução Francesa em que em vários países europeus se multiplicavam as pressões pela adopção de leis agrárias que pudessem conduzir a redistribuições de terras que favorecessem os camponeses. Niebuhr – que Arnaldo Momigliano refere como tendo criado virtualmente, em 1810-11, num esforço extraordinário de concentração mental, o estudo moderno da História Romana – terá então provado que os Romanos nunca terão usado as leis agrárias para pôr em causa, prejudicar, a propriedade privada da terra. Terá então ficado clara a distinção que a lei romana fazia entre propriedade privada e exploração hereditária da terra pública (Momigliano 1982, 229-31).

CAPÍTULO 4

DE VEIOS À EXTINÇÃO DA LIGA LATINA

Poder-se-á dizer que, nos primeiros tempos da República Romana, os diferentes povos que viviam na Península eram na sua maioria relativamente primitivos. Com exceção das cidades gregas e etruscas, viviam num relativo isolamento, em regime tribal ou dispondo de instituições estatais bastante incipientes. As incursões nos territórios vizinhos, visando o saque que permitisse aliviar a multiplicidade de carências existentes ou mesmo a apropriação de território que proporcionasse soluções mais estáveis, eram bastante frequentes. Devido à existência de tais ameaças, a preocupação com a defesa era permanente. Admite-se que, havendo numa dada comunidade um mínimo de institucionalização, as preocupações defensivas conduzissem com alguma frequência ao estabelecimento de alianças com outras comunidades. É uma ocorrência que poderá aliás também ter tido lugar em situações de agressão, de pilhagem, ou, numa perspectiva expansionista, de conquista. Para o caso de Roma, recorda-se o que foi acima referido a propósito do século V a.C., período em que a cidade contribuiu fortemente para defender os membros da Liga Latina dos ataques dos povos de montanha. Outra situação em que o estabelecimento de alianças teve lugar e em que Roma assumiu um papel fundamental, verificou-se com a conquista de Veios em 396 a.C.²⁰², em que também participaram Latinos e Hérnicos²⁰³.

²⁰² Esta data está de acordo com a cronologia varroniana – que é geralmente a utilizada neste trabalho – a qual difere, de um modo geral entre 3 e 4 anos, da grega. Assim, por exemplo, o episódio da incursão gaulesa que atingiu Roma é geralmente datado de 390 a.C. de acordo com Tito Lívio enquanto Diodoro o refere a 386 a.C. Ver a este respeito Toynbee (1965a, 557-62), Forsythe (2005, 369-70) e Cornell (1989b 347-50).

²⁰³ Carmo 2010b, 53. As alianças com a Liga Latina, com os Hérnicos e com Cere terão funcionado em pleno até à incursão gaulesa do início do século IV, o que pode ser atribuído à dependência em que uns e outros terão estado da ajuda romana. Os Latinos e os Hérnicos haviam sofrido continuamente a ameaça

No que respeita a Veios em particular, Tim Cornell²⁰⁴ refere que as guerras entre Roma e essa cidade (as fontes referem três no período republicano: a primeira em 483-474, a segunda com início em 437 e data de conclusão incerta e a terceira em 406-396 a.C.)²⁰⁵ tiveram lugar entre Estados, tratando-se de conflitos com causas económicas e políticas de alguma complexidade. Eram guerras organizadas em que os dois lados tinham objectivos de longo prazo que iam para além da mera pilhagem. Tal particularidade permite distinguir os embates entre as duas cidades do modelo mais primitivo, precisamente de guerra de pilhagem, de razias anuais, que caracterizava os conflitos mais correntes com Équos, Volscos e Sabinos²⁰⁶. Veios, tal como Roma mas em contraste com

dos povos de montanha enquanto Cere estava sujeita aos ataques directos ou indirectos de Siracusa e necessitava em particular, para manter a sua frota, de madeira que provinha do Lácio. Após 390 a.C., há indicações nas fontes (Liv. 6.21-33) de que não só os Latinos se procuram libertar das obrigações das alianças como tentam colocar os Volscos do seu lado, pondo em causa a antiga aliança. É uma situação que, ainda segundo Tito Lívio, tende a prolongar-se durante cerca de 50 anos e que vai envolver as alianças com os Hérnicos e com Cere (Cornell 1995, 322-26; Toynbee 1965a, 372-77).

²⁰⁴ Cornell 1995, 309-13.

²⁰⁵ Nestas guerras, Roma terá contado com o apoio da cidade etrusca de Cere, mas outras cidades etruscas terão apoiado Veios (por exemplo Tarquínia) ou permanecido neutras. Mas cidades de etnia não etrusca e falando um dialecto do latino como Capena e Faleros (que os Romanos se apressaram a submeter nos anos imediatos a 396) terão sido os apoios essenciais de Veios (aparentemente por motivos de proximidade geográfica e solidariedade política a que, com grande probabilidade, se acrescentavam razões de complementaridade económica). Por outro lado, Fidenas, uma cidade de língua latina situada na margem esquerda do Tibre, junto à *Via Salaria*, a 8 km a norte de Roma, assegurava aos Veientanos uma travessia do rio. O facto de a prosperidade tanto de Roma como de Veios depender em grande medida do controlo das linhas de comunicação, terá conduzido a que aquela cidade tenha desde cedo procurado garantir o controlo permanente de Fidenas, o que acabou por conseguir no decurso (ou no desenlace) da 2ª guerra em 435. Relativamente à falta de apoio a Veios de outras cidades etruscas, em Liv. 4.23-24, 5.1 é atribuída a razões religiosas a não intervenção da Liga das 12 cidades. Mas é provável que os participantes na Liga tivessem preocupações mais terrenas dada a pressão que as tribos celtas (a este respeito ver Liv. 5.17) exerciam sobre a planície do Pó, tendo já ocupado no decurso do século V uma parte considerável dessa planície. E com incursões mais a sul, de que a própria Roma viria a ser palco seis anos após a conquista de Veios (ver por exemplo o referido em Forsythe (2005, 251-63)).

²⁰⁶ Os conflitos com estes povos originariamente de montanha não podem, contudo, ter apenas como explicação objectivos de mera pilhagem. O caso dos Volscos é disso exemplar, na medida em que a sua instalação na planície pontina a sul de Roma assumiu carácter claramente permanente, o que, de qualquer modo, não impediu as referidas razias anuais e os actos isolados de pilhagem. Também no caso das invasões celtas da Península Itálica, que terão começado cerca de 600 a.C., o objectivo de encontrar terras para colonização terá sido o primordial, como é atestado pela instalação sucessiva de diferentes tribos na planície do Pó e mesmo na área que desce dessa planície, entre o Adriático e os Apeninos, até quase Ancona. O caso da horda de Gauleses que venceu, cerca de 390 a.C., o exército romano em Allia, assaltou Roma e obrigou a cidade a um pagamento humilhante de uma grande quantidade de ouro, já poderá contudo ter tido objectivos diferentes. De acordo com Cornell (1995, 313-18) (mas ver sobretudo Alföldi (1965, 355-65)), é provável que esse bando armado tenha sido contratado em regime de mercenariato por Dionísio I de Siracusa para atacar cidades gregas no sul da Península e, complementarmente, atacar Cere por terra de modo a facilitar ao tirano grego o ataque a Pirgos (porto de mar de Cere) e subsequente pilhagem dos seus ricos santuários. De qualquer modo, a ameaça gaulesa manteve-se no século IV, as fontes referindo-se a vários confrontos, sobretudo nos períodos 361-358 e 350-348 a.C., mas com vantagem para os Romanos. No respeitante a Dionísio I, que estabeleceu uma tirania em Siracusa em 405 a.C., para além de impor a sua autoridade sobre a Sicília grega, expandiu o seu poder para uma parcela do Sul da Itália próxima do estreito de Messina (que passou a controlar), fundou colónias nas costas do Adriático (Lisso, Issa, Ancona e Ádria) e

estes últimos povos, constituía uma cidade-estado centralizada²⁰⁷. Controlava um território fértil e extenso (562 km²) com uma capacidade produtiva (terrenos de cultivo e pastagem) que havia sido bastante melhorada com o elaborado sistema de *cuniculi* (túneis de drenagem)²⁰⁸, a maioria dos quais terá sido construída no século V. Tanto os sistemas de drenagem como a rede de estradas (que terão sido construídas sobretudo nos séculos VII e VI com recurso a uma já sofisticada engenharia) desempenhavam um papel importante na economia do território²⁰⁹.

4.1. CONSEQUÊNCIAS DA CONQUISTA DE VEIOS E DA INCURSÃO GAULESA DE 390 A.C.

Roma, de acordo com os relatos que temos do período republicano inicial, terá de algum modo adquirido uma capacidade particular no estabelecimento de alianças, as quais, porque provavelmente mais sólidas, mais resistentes ao decorrer do tempo, inspiravam maior confiança (ou uma mescla de confiança e receio) aos povos que as integravam. Se no início do século V a.C. se pode entender a aliança com Latinos e Hérnicos como fundamentalmente defensiva, já a que teve lugar para a conquista de Veios dificilmente poderá ser qualificada como tal, não obstante (ou por causa de) a rivalidade tradicional entre as duas cidades.

A conquista de Veios (e a que se lhe seguiu, relativa a Capena e Faleros) terá aumentado o território romano de modo significativo e permitido distribuições viritanas à plebe romana (em 393 a.C., portanto três anos depois, de acordo com a maioria dos autores, e num total de 7 *iugera* por família) e à parte da população original do território que se considerou ter estado do lado dos conquistadores. Parte do território terá permanecido no

exerceu pressão sobre a costa etrusca no Tirreno. Ver, para uma síntese deste processo de expansão imperial, Bringmann (2013, 58).

²⁰⁷ O que não impede Tim Cornell de chamar a atenção para o facto de a guerra no século V a.C. ser um tipo de fenómeno muito diferente da actividade militar organizada do Estado Romano na República Tardia. Nesse século V não haveria continuidade de ano para ano. Cada campanha anual era precedida da eleição dos novos cônsules (ou dos magistrados que exerciam o comando supremo) e um novo exército era recrutado. Em cada primavera e em cada outono tinham lugar rituais que marcavam o início e o fim da campanha, verificando-se que tal modelo rítmico não era específico de Roma, antes caracterizando o conjunto da sociedade itálica.

²⁰⁸ Ver, no que respeita a uma situação paralela na própria Roma, Carmo (2010b, 30, n. 59). A extensão referida do território de Veios é a indicada por Beloch, o que é contudo controverso, como se infere de Roselaar (2008, 291-92 e respectivas notas).

²⁰⁹ Cornell 1995, 310.

entanto com o estatuto de *ager publicus*. Tais distribuições de terras terão tido uma importância fundamental para aliviar os problemas de carências alimentares (e mesmo fome) frequentemente experimentados no século precedente e para reduzir as agitações da plebe²¹⁰. Uma tal situação de alívio das referidas carências parece consistente com a redução populacional que resultou da guerra (baixas militares e da população civil, bem como a venda dos sobreviventes como escravos²¹¹). Mas poder-se-á opinar que, a ter havido um afastamento muito significativo de activos agrícolas, as terras conquistadas poderiam ter sido condenadas à improdutividade e ao abandono, situação hipotética que teria favorecido a utilização dessa mão de obra servil em tais terras. Utilização que, contudo, não seria susceptível de atingir níveis como os que se haveriam de se verificar em séculos posteriores, visto não ser concebível um sistema organizativo das explorações agrícolas como o que se começou a instalar, plausivelmente, à volta dos inícios do século III a.C.²¹²

A catástrofe derivada da incursão gaulesa de 390 a.C. que sucedeu à conquista de Veios tem sido descrita como um factor que contribuiu significativamente para o enfraquecimento político e militar de Roma²¹³. De modo imediato, ter-se-ão verificado, segundo Tito Lívio, movimentações guerreiras por parte de Etruscos e Volscos, e agitação por parte dos Équos. Foram enfrentadas, por outro lado, dificuldades em obter apoio dos aliados (Latinos e Hérnicos), de que alguns grupos, de modo alegadamente não controlável por parte dos dirigentes, se terão juntado aos Volscos nas suas actividades guerreiras. Na Etrúria, o controlo de cidades como Sútrio e Népete – consideradas como as portas de entrada na região – foi disputado, Lívio referindo que terão mudado de mãos mas que no final acabaram por permanecer em poder de Roma. Foi também neste período que Roma conquistou Sátrico aos Volscos na planície pontina. Estes desenvolvimentos

²¹⁰ Ver, para detalhes sobre a origem dos dados e dúvidas correspondentes, Roselaar (2008, 291-2). Consultar também, em igual sentido e na perspectiva de enquadramento histórico, Liverani (1984, 36-7). No contexto actual e no que se segue, ter presente o Mapa 4.1, que apresenta indicações várias relativas ao território designado como *Latium Adjectum* (Lácio Alargado), que se estende aproximadamente até à linha Sinuessa-Teano (mas que em Salmon (1970, 172, n. 57) inclui, para efeitos práticos, o território que a noroeste de Roma se estende até Sútrio e Népete). Refira-se também que o território que habitualmente é designado por Lácio (*Latium Vetus*) se estende apenas até Circeios.

²¹¹ Liv. 5.22. É provável que uma parte da população reduzida à escravatura tivesse permanecido em território romano para compensar a perda da mão de obra livre (os camponeses que passaram a dispor das suas próprias terras) que terão sofrido as explorações da elite aristocrática. As dúvidas em tal domínio, dado o silêncio das fontes literárias, só muito dificilmente serão susceptíveis de esclarecimento.

²¹² Para uma discussão mais aprofundada desta questão ver o que é referido em Liverani (1984, 38) e Toynbee (1965a, 165, 167).

²¹³ Ver *supra*, nota 206.

poderão constituir um indicador de que os povos referidos hajam tido a percepção de o referido enfraquecimento ter sido real e isso os tenha encorajado a sacudir a posição hegemónica romana. Mas a rapidez e a eficácia da reacção romana, pelo menos na perspectiva da tradição literária representada por Lívio, mostram que as perturbações foram enfrentadas energeticamente, o que indicia uma situação reveladora de manutenção do essencial da capacidade militar que existia antes do Desastre Gálico. Por outro lado, são referidas movimentações plebeias no sentido de obter distribuições de terras na planície pontina, as quais são apresentadas na perspectiva de serem ameaçadas pelos interesses das grandes famílias, que estariam a agir no sentido de confiscar tais terras. O que surge como algo contraditório face às análises que apresentam as terras conquistadas no *ager Veientanus* como tendo contribuído fortemente para melhorar a situação anterior de penúria plebeia.²¹⁴

Esta situação de dificuldades económicas por parte dos mais carenciados haveria no entanto de ser confirmada nos anos que se seguiram com a retoma da agitação plebeia. São as pretensões de promulgação de leis agrárias conducentes a mais distribuições de terras e sobretudo os problemas das dívidas e as ameaças deles derivadas à liberdade dos devedores que voltam a estar em causa. É *Marcus Manlius Capitolinus*, um patricio que se havia notabilizado por uma atitude heróica na altura do cerco do Capitólio por parte dos Gauleses, que assume então uma acção extremamente relevante na defesa – e frequentemente resolução de situações em perspectiva pontual – dos devedores e na incentivação da plebe no sentido de se sobrepor ao poder político do patriciado. São atitudes que conduzem à hostilidade não só dos senadores mas também dos próprios

²¹⁴ Veja-se, para o período 389-86, Liv. 6.2-10. Em Cornell (1995, 318-19) é defendida a versão optimista de Lívio sobre a capacidade de reacção romana face a autores que consideram que as fontes analísticas terão exagerado tal capacidade com o intuito de vangloriar Camilo, o general romano que comandou o cerco de Veios e, já depois de 390 a.C., as tropas que enfrentaram os povos referidos. Veja-se, com posição contrária à de Cornell, Toynbee (1965a, 372-77), onde o autor critica a tendência repetida da tradição analística em apresentar a História Romana como uma série uniforme de sucessos gloriosos. Relativamente à manutenção da capacidade guerreira romana após 390 a.C., ver Alföldi (1965, 356-57), onde se apresentam algumas referências que vão no sentido de mostrar que o exército romano vencido em Allia (o recontro com os Gauleses) terá retirado ordeiramente para Veios, onde ficou protegido pelas muralhas da cidade, mantendo o essencial da sua capacidade guerreira (no mesmo sentido ver Humbert (1978, 151)). O controlo de Sátrico, Sútrio e Népete (assim como de Sétia, que, em coordenação com Circeios – colónia fundada em 393 a.C. – vigiava a área de acesso ao sul do Lácio) foi feito através da instalação de colónias em datas situadas entre 385 e 382 a.C. Estas colónias, enquadradas no conjunto designado *Priscae Latinae Coloniae*, foram as últimas criadas no período que precedeu a extinção da Liga Latina por Roma em 338 a.C. Relativamente a estas e outras colónias formadas antes de 393 a.C. e abrangidas pela designação acabada de referir, ver Salmon (1970, 40-3). De reter, de qualquer modo a situação dúbia que Tito Lívio transmite a propósito das colónias (assim como dos Latinos) situadas no território próximo dos Volscos, que são apresentadas frequentemente a apoiar acções guerreiras volscas contra Roma.

tribunos da plebe e que acabam por determinar apelos ao assassinato de *Capitolinus* e, mais tarde, à sua execução após decisão nesse sentido da assembleia das centúrias²¹⁵.

Os conflitos armados de Roma com os seus vizinhos – sobretudo os Volscos, mas também os Latinos e os habitantes das colónias – e os conflitos sociais internos prosseguiram numa toada algo irregular até 375 a.C. No que respeita aos conflitos externos, a ideia transmitida por Lívio coloca Roma numa situação de supremacia crescente²¹⁶. Quanto aos conflitos internos, ressurgem com alguma frequência os problemas associados às dívidas, a oposição aos impostos lançados pelos censores e ao recrutamento militar. Por outro lado, o envolvimento de Túsculo nos conflitos com os vizinhos – envolvimento que surge numa perspectiva algo dúbia – conduz Roma a integrar o território dessa cidade no *ager Romanus* com atribuição da cidadania romana aos seus habitantes²¹⁷.

²¹⁵ Ver Liv. 6.11-20. A reacção dos senadores face a movimentações individuais que pusessem em perigo os seus privilégios está bastante tipificada e incluía frequentemente acusações de aspiração à realeza e os referidos apelos ao assassinato dos «perturbadores». É o caso por exemplo do sucedido com Espúrio Cássio, cerca de um século antes, na sequência do estabelecimento do *foedus Cassianum* (ver *supra* nota 188 e também Carmo (2010b, 37-9, 45-6, 54, 59, 68-9)) e com Tibério Graco em 133 a.C. A figura de *Manlius Capitolinus* e, em particular, a de Camilo, poderão constituir meras ficções históricas, conforme é referido e explicado em Forsythe (2005, 254-57). No que respeita a Camilo, as suas frequentes intervenções de carácter heróico (tal como surgem na narrativa de Tito Lívio) ocorrem no decurso de um longo período (de 403 a 367 a.C.). De modo bastante conveniente para a sua imagem, quando os acontecimentos não são os melhores para Roma, o herói não exerce funções como magistrado ou está ausente. Isso é particularmente relevante no contexto da derrota romana em Allia face aos Gauleses, momento em que Camilo está exilado devido à ingratidão da sua pátria (tal como referido por Tito Lívio). A tal propósito consulte-se ainda o referido em Cornell (1995, 319).

²¹⁶ Relativamente ao período 383-375 a.C., ver Liv. 6.21-33. Dever-se-á ter presente a interpretação de Tim Cornell segundo a qual poderá ter sido Roma que deixou de invocar o *foedus Cassianum* para obter ajuda da Liga Latina, adoptando uma estratégia de não recorrer às suas disposições para não se sentir inibida na sua expansão territorial para sul visando a planície pontina. Algumas cidades latinas e algumas colónias terão por isso recorrido a entendimentos com os Volscos para tentar evitar tais pretensões (Cornell 1995, 322-24). Em Humbert (1978, 153) caracteriza-se tal situação do seguinte modo: «Mais il n'y a pas encore un conflit ouvert avec le Latium: la politique romaine, sans renoncer à ses ambitions, est encore toute de prudence. Ainsi Rome feint-elle de croire à des déféctions – elle les dénonce, mais n'ose pas encore les sanctionner – alors qu'il s'agit, en réalité, d'une aide active apportée par les Latins à l'ennemi».

²¹⁷ A atribuição de cidadania terá também um sentido dúbio, não sendo claro se corresponde à atribuição de um privilégio (situação que poderá revelar um anacronismo, dado o contexto histórico da época em que Lívio escreveu, ainda muito influenciado pelas reivindicações que conduziram à Guerra Social de 91-88 a.C.) ou a uma penalização. Neste último sentido, que surge como o mais lógico no contexto das relações entre Roma e os seus vizinhos nessa época, ver a opinião expressa em Humbert (1978, 154-57). Michel Humbert interpreta a «confusão» cometida por «todos os historiadores da Antiguidade» no que respeita à generosidade em que consistiria, na época, a concessão da cidadania romana, como um anacronismo derivado precisamente dos acontecimentos que rodearam a referida Guerra Social. Humbert, por outro lado, utiliza a palavra «anexação» para caracterizar a incorporação de Túsculo no *Nomen Romanum*, o que teria aliás constituído um atentado grave ao *foedus Cassianum* e implicado a cessação da fundação de colónias nas décadas seguintes (Humbert 1978, 159-60).

– um dos quais obrigatoriamente plebeu – em substituição dos seis tribunos militares de competência consular que então eram a norma. A reacção imediata dos patrícios consistiu em pressionar (com sucesso) alguns dos dez tribunos da plebe para que se opusessem ao voto através do direito de veto de que dispunham (embora haja interpretações da situação no sentido de atribuir o veto a uma atitude contra os interesses dos dois tribunos, que sobrepujam ambições próprias de ocupar lugares de cônsul ao interesse geral plebeu). *Licinius* e *Sextius* ripostaram passando a também opor os seus direitos de veto à eleição anual dos tribunos militares o que levou a que o governo da cidade ficasse amputado do poder consular durante um período de cinco anos²¹⁸. Após inúmeras peripécias que opuseram os senadores às movimentações plebeias e reeleições sucessivas de *Licinius* e *Sextius*, chegou-se a um compromisso (367 a.C.) em que o conjunto das propostas dos dois tribunos foi aprovado pela assembleia plebeia e aceite pelo senado (incluindo a que levantou mais oposição junto dos patrícios e senadores, a relativa à eleição obrigatória de um cônsul plebeu) enquanto, por outro lado, foram criadas duas novas magistraturas reservadas a patrícios: um pretor e dois edis curules²¹⁹.

²¹⁸ Liv. 6.34-35. Em Cornell (1995, 327) caracteriza-se este período como de anarquia. Cornell, contudo, admite que tal período tenha sido de apenas 1 ano (ver Cornell (1995, 331, n. 11, 399-402). Relativamente à lei agrária, em App. BC 1.8 é referido, além do limite de 500 *iugera*, um outro limite a actividades de pastoreio (não mais que 100 animais de grande porte e/ou 500 de pequeno porte) assim como uma disposição no sentido de os ocupantes das terras públicas serem obrigados a empregar, além de escravos, um certo número de homens livres. Em Plu. TG 8, por outro lado, também é referido o limite de 500 *iugera* mas, tal como em Apiano, não há alusão à referência temporal do estabelecimento dos limites. Em Toynbee (1965b, 554-61), assim como mais recentemente em Roselaar (2008), a questão é abordada em pormenor e coloca-se em particular a questão de esta lei agrária ter sido promulgada (ou alternativamente objecto de actualização) no início do século II a.C. No que respeita às questões associadas à dívida, até 326 e 313 a.C. (*Lex Poetelia Papiria* – ver *supra* texto associado à nota 181) várias outras situações são referidas por Tito Lívio: em 357 (Liv. 7.16, sobre limitação das taxas de juro); em 351 (Liv. 7.21, referindo a redução das taxas de juro e a criação de um sistema de hipotecas em caso de falência, com supervisão de uma comissão de cinco cidadãos); em 347 (Liv. 7.27: taxas de juro reduzidas para 5%, com imposição de reembolso em quatro prestações anuais); em 344 (Liv. 7.28: penalizações infligidas aos usurários); e 342 a.C. (Liv. 7.42: proibição de empréstimos com juros pelas *Leges Genuciae*). Ver desenvolvimentos em Cornell (1989b, 333-34). Para uma perspectiva sintética do problema do endividamento e seu relacionamento com as distribuições de terras aos cidadãos, ver Oakley (1997, 18-22), onde se dá relevância, em particular, à influência que os programas de colonização (de grande significado de 342 a 264 a.C.; ver a esse respeito, assim como a outros factores que terão influenciado as variações demográficas no *ager Romanus* nesse período, Brunt (1971, 26-33)) terão tido na menor importância da dívida no referido período (pelo menos Tito Lívio não faz referências a tal tema após 342).

²¹⁹ Liv. 6.36-42 e 7.1. O processo que conduziu à aprovação das *Leges Liciniae-Sextiae* tem sido objecto de muita polémica, em parte porque não são claras as razões que terão levado a que, dado um passado em que tribunos militares com competência consular eram elegíveis entre os plebeus, a eleição para cônsul de um membro dessa mesma ordem levantou tanta oposição entre os patrícios. A explicação dada pelas fontes era que esse ponto das propostas de lei constituía uma ruptura porque uma das posições de cônsul era reservada aos plebeus. Tendo-se contudo verificado que em anos posteriores houve casos em que os dois cônsules foram patrícios e que só em 342 a.C. as *Leges Genuciae* deram aos plebeus um lugar garantido de uma dessas posições, parece poder concluir-se que a lei de 367 só teria restaurado o consulado em prejuízo da eleição dos tribunos consulares. Assim, no que diz respeito ao terceiro ponto

Arnaldo Momigliano sugere uma explicação para este sucesso plebeu²²⁰ que assenta numa confluência (a partir do século V a.C.) de diferentes estratos sociais não integrados na aristocracia patricía – esta entendida como detentora exclusiva de privilégios na área de acesso às magistraturas e à hierarquia religiosa – numa oposição progressiva à predominância de que ela beneficiava. Um desses estratos sociais era o plebeu, entendido na perspectiva implícita na fórmula arcaica *populus plebesque* (conforme já referido *supra*), e que integraria todos aqueles que não integravam o *populus* (o exército, em particular a infantaria)²²¹. Tratar-se-ia de um estrato social que incluía artesãos, operários, comerciantes e mesmo detentores de terras demasiado pobres para poderem prestar serviço como legionários. As legiões, por outro lado, incluiriam, além de patricios, os seus clientes e proprietários de terras mais abastados (entre os quais se encontrariam os senadores *conscripti*, uma categoria que aparentemente já existia desde os tempos da monarquia). Ora terá sido o crescente descontentamento que se desenvolveu no seio de tais estratos sociais – alimentado não só pela soberba patricía mas também pela crise económica (além de outros factores, como a pressão do governo romano para alargar a mobilização militar a que os plebeus resistiam) que se foi acentuando com o evoluir do século V a.C. – que conduziu à «absorção» pela «plebe em sentido restrito» das outras camadas sociais não patricias. Em 367 a.C. tal «absorção» já teria amadurecido o suficiente, já teria vigor bastante, para fazer admitir a uma parcela significativa de

das propostas, as *Leges* teriam apenas conduzido a uma muito significativa reforma administrativa: o sistema que tinha vindo a ser aplicado predominantemente de 6 tribunos consulares era substituído por outro, de maior especialização, de 2 côsules, 2 edis curules e um pretor. Revelando-se portanto como o prosseguimento de uma tendência que vinha desde 443 a.C. quando a censura foi criada. Ver a este propósito Cornell (1995, 337-38).

²²⁰ Sucesso que, a ser válido o que se refere na nota anterior, terá sido menor do que o habitualmente reconhecido. Mas uma particularidade interessante reforça a ideia de sucesso: a simples possibilidade de eleição consular ao alcance dos plebeus terá representado um passo fundamental na abolição de todas as formas de discriminação política contra os membros da ordem. De facto, o que até então se havia verificado e que pode ser tido como consistente era que já teriam sido eleitos côsules (e também tribunos consulares) que eram não patricios (senadores *conscripti*, clientes, etc.; ver a sequência do texto acima) mas também não seriam tidos como plebeus. Podendo-se inferir que as magistraturas referidas estavam interditas a cidadãos que tivessem ocupado magistraturas plebeias (como os tribunos da plebe e os edis) e, quando preenchidas por elementos não patricios, estes últimos estariam em situação de dependência de «patronos» patricios e, portanto, sem possibilidade de exercer um poder independente. Por outro lado, uma outra interpretação poderá ser feita no sentido de um sucesso «envenenado». Os cidadãos mais pobres, em princípio beneficiados com os resultados conseguidos com a aprovação das duas primeiras propostas, terão contudo perdido, com a aprovação da terceira e logo a admissão do seus líderes no circuito restrito do poder, o controlo sobre a sua própria organização. O que poderá justificar uma interpretação diferente dos vetos dos tribunos que se opunham à referida terceira proposta: eles não estariam a fazer o jogo do patriciado mas teriam uma posição mais radical, virada para as reivindicações que interessavam de facto as massas plebeias e não o acesso a um poder que inevitavelmente iria dar maior consistência à hegemonia política das elites. Ver, neste sentido, Cornell (1995, 339-40).

²²¹ Ver *supra*, secção 3.4.2., referências a tal situação.

patrícios que um compromisso com a «ordem» plebeia (entendida já num sentido alargado) seria indispensável aos seus próprios interesses. Entre outras razões, as persistentes resistências plebeias, ou mesmo recusas, em se sujeitar ao serviço militar poderão ter constituído um factor essencial no estabelecimento do compromisso. Para o que terá sem dúvida também contribuído a satisfação da elite plebeia, logo no ano seguinte, na sua ambição de acesso ao consulado. Mas o compromisso não terá resultado só de tais factores tomados isoladamente. A realidade é que no decurso de mais de 100 anos uma verdadeira revolução ocorreu no interior do Estado Romano que havia progressivamente transformado o Estado patrício num estado governado por uma aristocracia mista (plutocrática) patrício-plebeia. Já acima se referiu a construção em 493 a.C. do *templum Cereris, Liberi et Liberae*, o qual – após uma evolução que passou pela reforma do *concilium plebis* e pelo complexo constituído pelos dois Decenviratos, a Lei das Doze Tábuas, a segunda secessão da plebe e as *Leges Valeriae Horatiae* (452-449 a.C.) – se tornou no local onde passou a funcionar o único arquivo da República, com os próprios patrícios a admitir que com tais incorporações terão sido colmatadas óbvias lacunas do Estado patrício²²².

Tim Cornell afirma que a divisão do corpo de cidadãos em dois grupos (talvez melhor, dois estatutos) mutuamente exclusivos foi a consequência, e não a causa, do processo (ou seja, a assimilação de todos os cidadãos não patrícios sob a designação genérica de *plebs*) que conduziu à aprovação das *Leges Liciniae-Sextiae*. Mas, por outro lado, o movimento plebeu terá perdido a sua identidade revolucionária e deixou de existir como um Estado dentro do Estado. A situação política evoluiu, ao longo das décadas seguintes, no sentido da consolidação de uma *nobilitas* patrício-plebeia que se traduziu por uma governança ao centro, tendencialmente excluindo mesmo facções patrícias que até 367 se tinham

²²² Ver, na sua generalidade, Momigliano (1969). Para complementar o que já acima é referido, transcrevem-se algumas passagens deste artigo (tradução em língua inglesa de Tim Cornell em Raaflaub (2005, 168-84)): «Within the very narrow confines of our knowledge, one fact emerges as beyond dispute: the extraordinary strength of the plebeian organization. In the space of a few decades the plebeians created their own popular assembly in opposition to the *comitia centuriata*; they instituted their own magistrates, ten tribunes and two aediles, who were both more numerous and more effective than the patrician magistrates ... The intervention of the tribunes became formalized in precise juridical acts, which in part resembled the interventions of the consuls and in part went beyond them; even if their powers did not exceed those of the consuls, they certainly went beyond what the consuls actually did. The plebiscites of the plebeian assemblies acquired a de facto legal authority ... The patrician state had no officials comparable to the plebeian aediles to look after its temples, markets, and archives ... We do not know where the plebeians might have found the ideas and the effective means to bring about this process of organization, which to all appearances has no parallel among the other indigenous communities of ancient Italy, and is only with difficulty to be compared to the development of democracy in Sicily and in Athens. But certain indications nevertheless point in the direction of Greece both in the matter of religious ideas and in that of economic relationships.»

revelado hegemónicas em termos de poder. Na realidade, este «entendimento ao centro» resultava, mais do que numa não oposição entre patrícios e plebeus, na formação de pares de magistrados que, solidariamente, governavam em aliança. Inclusivamente, o facto de a votação favorável dos plebiscitos (feita na assembleia plebeia) requerer a aprovação prévia do senado significava que teria de haver acordo entre patrícios e plebeus, mas com a oposição de patrícios de uma linha dura a ser gradualmente marginalizada²²³.

4.3. ROMA E A SITUAÇÃO ESTRATÉGICA NA ITÁLIA CENTRAL EM MEADOS DO SÉCULO IV

O período que vai da incursão gaulesa de 390 a.C. até à imposição às cidades latinas de um novo relacionamento com Roma em 338 a.C. é fértil na ocorrência de acontecimentos que revelam um alargamento e uma intensificação do envolvimento de povos não originários das vizinhanças do Lácio nos assuntos que afectavam Romanos e Latinos. Já foi referida a possível influência de Siracusa nessa incursão gaulesa, a qual poderia ter constituído uma manobra para facilitar a Dionísio I a pilhagem dos ricos santuários de Pirgos, porto de mar de Cere. Fez-se alusão, por outro lado, à hipótese de o bando gaulês ter sido contratado em regime de mercenariato pelo tirano grego para atacar cidades gregas no sul da Península. Estas são aliás movimentações que são contemporâneas (cerca de 387 a.C.) da ocupação de Ancona (o único porto natural com boas condições na costa adriática italiana acima de Brundísio) pelos Siracusanos e da ocupação pelos Sénones (uma tribo gaulesa) da região que passou a ser conhecida por *ager Gallicus* (região adriática situada a noroeste de Ancona, próxima de Clúcio, outra cidade etrusca que teve entendimentos com Roma no mesmo período). Por outro lado, a ajuda que Cere prestou a Roma nesse início do século IV não foi naturalmente desinteressada e outros factos

²²³ Cornell (1995, 340-44) e, de modo mais desenvolvido, Cornell (1989b). Ver também Rodrigues (2015, 84-90) e Forsythe (2005, 268-76). A reorganização política (e religiosa) que sucedeu à aprovação das *Leges Liciniae-Sextiae* assumiu assim uma importância significativa, havendo nesse contexto que dar relevo às *Leges Genuciae* (ver *infra*) – aprovadas em 342 a.C. e referidas em Liv. 7.42; ver em particular discussão destas leis em Forsythe (2005, 272-75) – e às *Leges Publiliae Philonis* de 339 a.C. (Liv. 8.12), que complementaram as de 367 e concorreram para dar estabilidade à *nobilitas* patrício-plebeia. Contudo, num enquadramento em que as leis constitucionais aprovadas na sequência da pressão plebeia sofrem a ameaça de permanecer de aplicabilidade meramente teórica – pelo menos na perspectiva analisada em Develin (2005, 293-301) – constata-se que a sua passagem à prática terá tendido a ser função do clima social vivido em tal contexto histórico. Sobre a composição e evolução no tempo dessa nova *nobilitas* – incluindo a abertura do senado às elites dos territórios itálicos integrados – ver Oliveira (2015, 260-61).

conhecidos demonstram que havia uma aliança entre as duas cidades. O problema de fundo com o qual elas se defrontavam seria a ambição siracusana de controlar mais territórios, não só na própria Sicília mas também na Península Itálica, e que na sua perspectiva passaria pelo reforço do seu poderio marítimo²²⁴. É esse um contexto que permitirá entender melhor o significado, por um lado, de eventuais encorajamentos que Latinos e Volscos tenham recebido para se oporem a Roma e das movimentações dos

²²⁴ Relativamente à aliança entre Roma e Cere, ver Sordi (1960, 53-72). Quanto à ambição siracusana, ela deverá ser vista num contexto de complexidade que inclui não só a rivalidade multiseccular entre Gregos e Fenícios no que respeita à expansão dos dois povos através do espaço mediterrâneo, mas também na perspectiva mais restrita e específica a esse período que adveio da conjuntura associada à reinstalação da tirania siciliota com Dionísio I e aos esforços que esta empreendeu para expandir o seu poder nos mares Tirreno e Adriático. No que respeita à referida rivalidade multiseccular, os Fenícios (os Cartagineses, mais especificamente, nesse período) utilizaram a sua supremacia naval para dificultar a implantação helénica na costa africana, na Hispânia e, em Itália, a norte da Campânia. O que em particular se terá verificado (no entanto sem confrontos navais conhecidos) no norte da Sicília, sobretudo com os acontecimentos que tiveram lugar a propósito de Hímera, na segunda década do século V. Foi este um momento em que, face à conquista dessa cidade pelo tirano de Agrigento – Téron – no sentido de conseguir dispor de um porto tirrénico que lhe permitisse controlar o comércio com o Mediterrâneo Ocidental, os Cartagineses sitiaram Hímera com um exército poderoso. Vale a Téron o socorro de Gélon – tirano de Siracusa, como ele de extração dórica, aparentemente também interessado no porto tirrénico – e os púnicos sofrem uma pesada derrota. Hímera sob o domínio de Agrigento e Siracusa era aliás uma situação que igualmente desagradava aos Gregos de extração calcídica que, controlando o estreito de Messana, e portanto também o comércio entre os mares Jónio e Tirreno, haviam estabelecido alianças com os Cartagineses (instalados no território africano próximo e no próprio extremo ocidental da Ilha). Ver a este respeito Carmo (2013, 115-18, 121-26). Após a queda do último tirano Dinoménida (dinastia a que pertencia Gélon), Siracusa foi regida por um regime moderadamente democrático até 405 a.C., momento em que Dionísio, aproveitando-se de um momento particularmente confuso após a invasão ateniense e incursões cartaginesas, se instalou no poder até à sua morte em 367 a.C., quando lhe sucedeu o seu filho Dionísio II (ver, sobre a situação na Sicília no período que medeia entre a queda dos Dinoménidas e a tirania de Dionísio II, Finley (2003, 71-110)). A expansão siracusana nesse período defrontava-se com o poder territorial exercido na Itália Central e do Norte pelas cidades-estado etruscas e pelo Estado Romano e é em tal contexto que se deverão entender os apoios e outros incentivos que, segundo alguns autores, Dionísio I e, mais tarde, o seu filho, deram aos vizinhos de Roma (sobretudo Latinos e Volscos) e às tribos gaulesas instaladas no *ager Gallicus* no sentido de, respectivamente, se libertarem da hegemonia romana ou criarem-lhes melhores condições para actividades de saqueio. A presença siracusana em Itália ou nas suas proximidades ter-se-á traduzido por implantações na Magna Grécia (ocupação de cidades gregas) e criação de colónias na costa adriática e na Ilíria. Neste contexto importa referir as boas relações que Siracusa terá mantido com Tarento (no sentido de conter a ameaça das tribos itálicas sobre a Magna Grécia) no período em que Arquitas desempenhou funções de estratégia nessa cidade (após a morte de Arquitas essa ameaça tornou-se mais premente; ver Frederiksen (1984, 181) e Toynbee (1965a, 26-7)). Conforme já referido, Siracusa terá recorrido à contratação como mercenários de Gauleses mas também de Samnitas e de guerreiros de outros povos instalados na Campânia ou nas regiões adjacentes. A ambição siracusana sob os dois Dionísios é vista por alguns autores numa perspectiva que opõe um novo modelo de Estado alternativo ao da cidade-estado e que virá mais tarde a afirmar-se após as conquistas de Alexandre com a formação dos estados helenistas (ver, a propósito da construção de um «Estado Territorial», Braccisi et Millino (2000, 144-46)). Será interessante em tal contexto confrontar toda uma série de trabalhos citados (de autores vários, entre os quais se contam Lorenzo Braccisi e Marta Sordi) e objecto de análise num documento que se encontra online (autor não referido) e cujo título é «Alleanze tra i Galli e Siracusa»: http://www.wikiwand.com/it/Alleanze_tra_i_Galli_e_Siracusa (acedido em 2017-12-31). Este documento apresenta pistas (em particular em termos de trabalhos publicados que se ocupam da influência que a aliança entre Gauleses e os Dionísios terão tido sobre a situação na Itália Central) que poderão permitir superar algumas das dificuldades sentidas na avaliação (da referida situação) que é feita nas páginas seguintes.

Gauleses no sentido do sul, por outro, da posição de Cartago expressa no 2º tratado que estabeleceu com a República Romana anos mais tarde, cerca de 348 a.C.

Já acima se referiram as dificuldades sentidas por Roma após a incursão gaulesa de 390 a.C., nomeadamente as associadas às movimentações dos seus vizinhos Latinos e Volscos que, pelo menos parcialmente, terão ocorrido no sentido de readquirirem a plena soberania. Mas terão também ocorrido, segundo Tito Lívio, movimentações etruscas pouco claras, as quais no entanto são consideradas pouco credíveis ou não tendo sido de iniciativa das próprias cidades-estado. Colocar-se-ia contudo, a tal respeito, a hipótese de a incursão gaulesa de 390 a.C. não ter ainda tido lugar sob influência siracusana (podendo, nessa perspectiva, pôr-se em dúvida o que acima se refere sobre a situação de mercenariato gaulês) e de Dionísio I estar a tentar estabelecer relações amigáveis com Roma, o que, naturalmente, inquietava os Etruscos. A referida incursão, obrigando Roma a assegurar o apoio de Cere, teria invertido completamente a situação e Roma passou a contar Siracusa como inimigo.²²⁵ A pressão gaulesa já se teria por outro lado feito sentir precedentemente mais a norte e afectado em particular as cidades-estado etruscas. O que, inclusivamente, poderá ter desincentivado algumas delas a não prestar ajuda a Veios quando do cerco e conquista romana, processo que teve fim, como já referido, em 396 a.C.²²⁶

No que respeita especificamente à pressão gaulesa sobre o Lácio, dever-se-á ter em consideração que ela foi muito influenciada e mesmo apoiada pela tirania siracusana de Dionísio II²²⁷. Em particular, Rita Lucca parece sugerir que Dionísio II terá motivado os

²²⁵ Sobre as movimentações etruscas, ver Liv. 5.45 e 6.3 e Sordi (1960, 5-6). Sobre a política de Dionísio I relativamente a Roma, ver Sordi (1960, 69).

²²⁶ Ver *supra*, nota 205. Mas convirá também ter presentes as contradições existentes entre as referidas cidades-estado a nível económico e de controlo do território e de vias terrestres de comunicação, as quais terão sido determinantes não só antes da conquista de Veios mas também nas guerras anteriores entre Roma e a cidade etrusca. Aquilo que estaria em tal contexto particularmente em causa teriam sido os interesses etruscos na Campânia. Tratar-se-ia, conforme já referido (*supra* secção 3.2) das rivalidades entre, por um lado, as cidades (Tarquínia, Vulceios e Cere) que haviam colonizado o território na área de Salerno / Pontecagnano, e, por outro, Veios, que exercia influência sobre o território que circundava Cápuia. Sobre a falta de unidade das cidades etruscas – a exemplo aliás do que sucedia com as gregas – ver Salmon (1982, 26-9), onde se dá relevo à contradição entre a respectiva riqueza (que as havia levado à expansão) e a desunião (que as conduziu ao declínio).

²²⁷ Ver a esse respeito Lucca (1996). Observe-se no entanto que Políbio, uma das fontes que refere as invasões gaulesas, não as relaciona com o eventual apoio de Dionísio II (Plb. 2.18). O mesmo sucede no que respeita a Tito Lívio que, relativamente às incursões gaulesas de 367 a 349 a.C. que refere (ver nota 229), as associa a bases suas existentes na Apúlia ou na Campânia (Políbio, em contrapartida, refere apenas incursões gaulesas, com origem no *ager Gallicus*, ou seja da tribo dos Sénones). Em Sordi (1960, 33-6) a ligação entre os Gauleses e a tirania siciliana é inferida a partir de passagens de autores da época ou que neles se baseiam, nomeadamente Diodoro, Estrabão, Justino, Teopompo, Filisto e Timeu. Por outro lado, Marta Sordi, apoiando-se em Diodoro, refere a Iapígia (região habitualmente identificada com a península situada a sul de Tarento, mas que autores do século IV a.C. assumiam ser

Gauleses no sentido da apropriação dos férteis territórios do Lácio, levando-os a enfraquecer Roma e a forte influência que exercia sobre tais territórios²²⁸. Isso facilitaria ao tirano o controlo das escalas portuárias tirrénicas (e logo a ligação a Populónia, que no século IV seria ainda um centro próspero em relação sobretudo com o comércio do ferro) e portanto uma navegação mais facilitada em tais áreas (o que já havia sido o objectivo do seu pai, visando na altura sobretudo o domínio exercido pelos Etruscos). Estaria por outro lado também em causa o controlo da estrada que levava de Roma à Campânia e que passava nas áreas de influência de Labico, Túsculo e Alba. Em particular, a hostilidade para com Roma de Tíbur e Preneste (em associação com os Gauleses) é objecto de referências várias em Tito Lívio (anos de 361 a 358 a.C.) e pode ter encontrado explicação no interesse que tinham na reabertura da estrada que ia das colinas laciais ao porto de Âncio, através do qual escoavam os seus produtos²²⁹. A hostilidade que Roma encontrava nas cidades do Lácio vinha também dos Volscos, não só dos que estavam instalados em Âncio mas também dos de Velitras. Estes tentaram conquistar Túsculo, o que conduziu ao cerco da sua cidade por Roma, sobre o qual há referências em Tito Lívio num período relativamente longo: 370 a 367 a.C. Os Volscos, em associação com Latinos, haviam já tentado controlar a colónia latina de Sátrico, que ocupava uma posição estratégica ao longo da estrada que conduzia dos montes albanos ao mar²³⁰. Outro antigo aliado de Roma – os Hérnicos – é também referido por Tito Lívio como tendo encetado várias actividades hostis²³¹.

O que se pode tomar como certo é que Roma, por vezes certamente com bastante dificuldade, conseguiu superar estas oposições, nomeadamente as tentativas dos seus aliados de se subtraírem à hegemonia que exercia. Um dos períodos que em Tito Lívio

mais vasta que a Apúlia) como local de refúgio dos Gauleses na sequência das suas derrotas. O que poderá sugerir que o próprio *ager Gallicus* pudesse de facto constituir o local de refúgio e compatibilizasse assim Políbio e Lívio. Sobre as relações amigáveis que Dionísio II mantinha com as cidades da Campânia – e que poderiam portanto influenciar o apoio que os Gauleses encontravam nessa região – veja-se Lucca (1996, 93, n. 18), onde se refere Nypsius, um comandante napolitano que estava ao serviço do tirano com o seu exército de mercenários (ver a esse respeito D.S. 16.18-19).

²²⁸ Sobre o detalhe conhecido dos ataques gauleses, ver Liv. 6.42 (ano de 367 a.C.), Liv. 7.9-11 (361 e 360 a.C.), Liv. 7.12-15 (358 a.C.) e Liv. 7.23-26 (350 e 349 a.C.).

²²⁹ Liv. 7.9-12; Lucca 1996, 94-5. Mais tarde, em 338 a.C., Roma confiscará a Tíbur e Preneste parte dos seus territórios e a Âncio os seus barcos de guerra, interditando à sua população o comércio marítimo (Liv. 8.14). Sobre o tratamento mais agravado que aquelas duas cidades receberam de Roma nessa data relativamente ao que sucedeu com a generalidade das outras cidades latinas, ver Salmon (1970, 49-54, n. 62) e Salmon (1982, 48-9, 53-4).

²³⁰ Liv. 6.22, 6.27-33, 6.36-42. Ver também Lucca (1996, 95-6), que dá particular relevância à facilidade de circulação de que gozavam os Gauleses no Lácio (referindo em particular o período 361-358 a.C.), dados os entendimentos que tinham com as populações locais. Rita Lucca refere igualmente entendimentos com os Hérnicos.

²³¹ Ver em particular Liv. 7.1, 7.6-9 e 7.15, para o período entre 366 e 358 a.C.

surge como de forte pressão gaulesa – 361 a 358 a.C. – foi também caracterizado por uma intensa agressividade da parte de Tíbur e recontros frequentes com Hérnicos e ameaças vindas de Priverno e Velitras (cidades volscas). Essa pressão gaulesa deixa de ser referida por Tito Lívio após 358 a.C. só ressurgindo oito anos depois, o que poderá estar relacionado com falta de apoio por parte de Dionísio II derivada de problemas surgidos na própria Siracusa a partir de cerca de 360 a.C.²³². Marta Sordi interpreta a situação estratégica que sucede a essa interrupção de pressão gaulesa como um ponto de inflexão nas relações entre Romanos e Etruscos, os quais haviam precedentemente tendido a criar entendimentos entre si em função da ameaça vinda da coligação que unia Siracusa e Gauleses. Tais entendimentos teriam perdido vigor quando a dita ameaça se havia tornado mais distante, Roma passando a ser capaz de reagir de modo a enfraquecer consideravelmente as resistências latinas, embora tendo que fazer frente a novos inimigos no território etrusco²³³.

²³² Data em termos de cronologia varroniana, mais próxima da utilizada por Tito Lívio. Em termos de cronologia grega estar-se-ia em 357 a.C., que é o ano em que Dion regressa do seu exílio em Atenas com um pequeno exército de mercenários, consegue apoios em várias áreas da Sicília e põe em causa a tirania de Dionísio, obrigando este a partir algum tempo depois para Locros, cidade da Magna Grécia onde permanecerá até 347/346 (350 na cronologia varroniana). Ver Sordi (1960, 71-2), Finley (2003, 106-08) e Braccisi et Millino (2000, 152-57). O relacionamento que surge em Sordi (1960, 70-1) entre a suspensão dos ataques gauleses em 357 a.C. e o enfraquecimento das resistências latinas à hegemonia romana nos anos seguintes parece coerente; contudo, a conexão sugerida na página 72 entre a retoma dos ataques gauleses em 350 a.C. e a retoma de controlo de Siracusa por Dionísio II (em 347/346 na cronologia grega) parece mais difícil de aceitar, dadas as dificuldades que o tirano não deixou de sentir internamente até ao momento em que perdeu definitivamente relevância política com a chegada de Timoleonte cerca de três anos mais tarde.

²³³ A perspectiva de Sordi no que respeita à situação estratégica na Itália Central após a incursão gaulesa de 390 a.C., em particular no que respeita a tais entendimentos e coligações, está resumida em Sordi (1960, 69-72). Por outro lado, as desavenças entre Romanos e Etruscos ganharam peso em 358, 356 e 354 a.C. (ver Liv. 7.12; 7.15; 7.17; 7.19), sobretudo no que respeita aos Tarquínios e certamente com alguma participação dos Cérites. O que conduziu inclusivamente Roma a declarar guerra a Cere, embora logo a seguir (em 353 a.C., Liv. 7.20) a paz fosse restabelecida com essa cidade e assinada uma trégua de 100 anos. O período 358-353 a.C. (na sequência imediata do afastamento temporário dos Gauleses, ele próprio certamente ligado com as perturbações que haviam atingido a tirania siracusana) constituiu, não obstante as dificuldades surgidas com os Etruscos, um momento de descongestionamento para a situação romana, visível não só pela celebração de um tratado de paz com os Latinos (358 a.C., Liv. 7.12) como pela capitulação de Tíbur (Liv. 7.19, 354 a.C.) e trégua com Preneste (D.S. 16.45.8, 357 a.C.), para além da trégua de 100 anos já referida. Numa perspectiva de tempo mais ampla ver, acima, a sequência imediata do texto. Por outro lado, segundo Sordi (1960, 56-62), as referidas desavenças entre Romanos e Etruscos (abrangendo não só Tarquínios e Cérites) seriam devidas à reaproximação entre Romanos e Latinos (que o autor refere ter ocorrido em 358 não como tratado de paz, mas como “restauração da Liga Latina”), embora as dificuldades que Roma sentiu com Tíbur e Preneste tenham persistido até 354.

4.4. ALARGAMENTO DO DOMÍNIO ROMANO NA ITÁLIA CENTRAL

Os 50 anos que sucederam à conquista de Veios – não obstante as dificuldades experimentadas com Gauleses, Latinos, Hérnicos, Etruscos e Volscos – acabaram por se traduzir num alargamento gradual do domínio romano na Itália Central. Domínio que conduziu a um incremento do *ager Romanus* e a um crescimento da população de cidadania romana. Poder-se-á dizer que dois pontos simbólicos de tal alargamento terão sido a criação em 358 a.C. de duas novas tribos (designadas *Pomptina* e *Publilia*)²³⁴ com a confiscação de território volsco e hérnico e o desafogo resultante da cessação da pressão gaulesa a partir de 349 a.C. Tudo isto, na interpretação de Michel Humbert, acaba por se reflectir nas relações de Roma com outras grandes potências, em concreto a Liga Samnita e Cartago, com quem são celebrados dois tratados: com a primeira em 354 a.C. e com a segunda em 348 a.C.²³⁵

No que respeita ao tratado com os Samnitas, Edward Salmon vê-o motivado por várias razões, uma das quais estaria ligada aos problemas que tinham em comum face às incursões gaulesas mas também no que respeita aos que derivavam da oposição que encontravam por parte dos Gregos da Península e da Sicília²³⁶. Outra razão estaria na

²³⁴ Liv. 7.15. Em 387 a.C., na sequência da expansão para o *ager Veientanus*, já haviam sido criadas quatro tribos: *Arniensis*, *Sabatina*, *Stellatina* e *Tromentina* (Liv. 6.5). A criação das duas novas tribos (a *Pomptina* a leste de Âncio e a *Publilia* a sudeste de Preneste) poderá ter estado ligada a uma ocupação romana que teria sido iniciada em 389 a.C. com o objectivo de criar uma testa de ponte que separasse os Volscos de Âncio dos que se encontravam mais a Sul em Priverno, Fundos e Fórmias (ver Liv. 6.5, 6.6 e 6.8 e também Humbert (1978, 152-53, 161); ver também, *infra*, a localização destas localidades no Mapa 5.1 e das tribos no Mapa 5.3). Essa anexação de territórios volsco e hérnico tem lugar no mesmo ano (358 a.C.) em que é estabelecido o tratado de paz com os Latinos referido na nota precedente e que Humbert caracteriza como sendo uma restauração do *foedus Cassianum*, o que significa que tal tratado terá sido feito no interesse romano. Sobre essa restauração e a sua ruptura em 349 a.C., ver Humbert (1978, 162-67), assim como Toynbee (1965a, 123-27).

²³⁵ Em tal contexto, Tim Cornell assume que não poderá haverá dúvidas acerca do sentido que assumiram então os acontecimentos. O poder militar romano estava a crescer sem parar e a sua política externa a tornar-se mais ambiciosa, com o âmbito e a dimensão das suas operações bélicas a revelarem um crescimento contínuo. Acontecimentos como os ataques a Priverno em 357 (Liv. 7.16) e aos Auruncos (povo que habitava a região do rio Liris já próxima da Campânia) em 345 ou a captura de Sora (na margem direita do Liris, próxima de Arpino: ver Mapa 5.1) neste mesmo ano (ambos relatados em Liv. 7.28) já faziam antecipar o que se seguiria. Ver Cornell (1995, 322-26).

²³⁶ Relativamente às incursões gaulesas em território romano ou nas suas proximidades, ver, conforme também já referido *supra*, Plb. 2.18 e Liv. 7.25-26. Na passagem de Políbio nada há que ligue a origem ou a retirada dos Gauleses à Apúlia, havendo apenas conexões com o seu próprio território que, dadas as ameaças referidas, não poderia ser outro senão o *ager Gallicus* (ver *supra* nota 227). Caso, no entanto, as referências a retiradas para a Apúlia (para bases associadas à tirania siciliana), referidas por Lívio, tivessem confirmação, a passagem por território samnita poderia dar justificação ao entendimento romano-samnita. Outro motivo para o entendimento poderia estar na presença da tirania siciliota, com utilização dos mercenários gauleses, junto de cidades da Campânia, o que daria a esta região um poder que Samnitas e Romanos se viam obrigados a enfrentar e que em conjunto fariam melhor. Entendimento

necessidade que um e outro povo sentiam na altura em evitar desentendimentos no que respeita a uma área sobre a qual ambos faziam incidir os respectivos esforços expansionistas. Tratava-se da região do Médio Liris²³⁷, que não só dispunha de bons terrenos agrícolas – e como tal era atractiva do ponto de vista da instalação dos excedentes populacionais – mas também de recursos minerais, cujos depósitos de cobre, prata e ferro (já anteriormente objecto do interesse dos Etruscos) apresentavam um interesse não negligenciável²³⁸.

No que respeita ao tratado com Cartago, o equilíbrio italo-púnico teria sido alterado com a incorporação de Cere (que terá ocorrido a seguir a 354-353 e antes de 348 a.C., após conflito desta cidade com Roma) na *civitas Romana* (o que terá significado a confiscação em benefício de Roma da respectiva potência económica, frota e portos). Cartago, sentindo-se ameaçada, terá procurado assegurar-se de que as intenções futuras dos Romanos não incluíam as suas esferas de influência.²³⁹

O alargamento da influência romana na Itália Central foi extremamente significativo no período que se estendeu de meados do século IV a 290 a.C., altura em que muitos dos povos que ainda viviam em relativo isolamento na Itália, em regime tribal ou dispo de instituições estatais bastante incipientes, se viram crescentemente confrontados com essa expansão. Era habitual esses povos recorrerem a incursões nos territórios vizinhos, levando à obtenção de espólio no sentido de aliviar as muitas carências que sentiam ou

que seria reforçado pelo obstáculo que a presença siciliota e gaulesa teria causado a Samnitas a um possível avanço para regiões mais próximas do litoral tirrénico (a ter presente que os povos oscos haviam já no século V avançado para as planícies situadas mais junto ao litoral, passando a controlar várias cidades aí situadas; ver *supra*, nota 158) e a Romanos no acesso aos cereais da Campânia (dada a maior dificuldade derivada da sua importação da Etrúria, nomeadamente em função do agravamento das relações de Roma com os Etruscos a partir de 358 a.C.).

²³⁷ Área precisamente na proximidade do vale do rio Tretus onde, 4 anos antes do tratado ter sido firmado, havia sido criada a tribo *Publilia*.

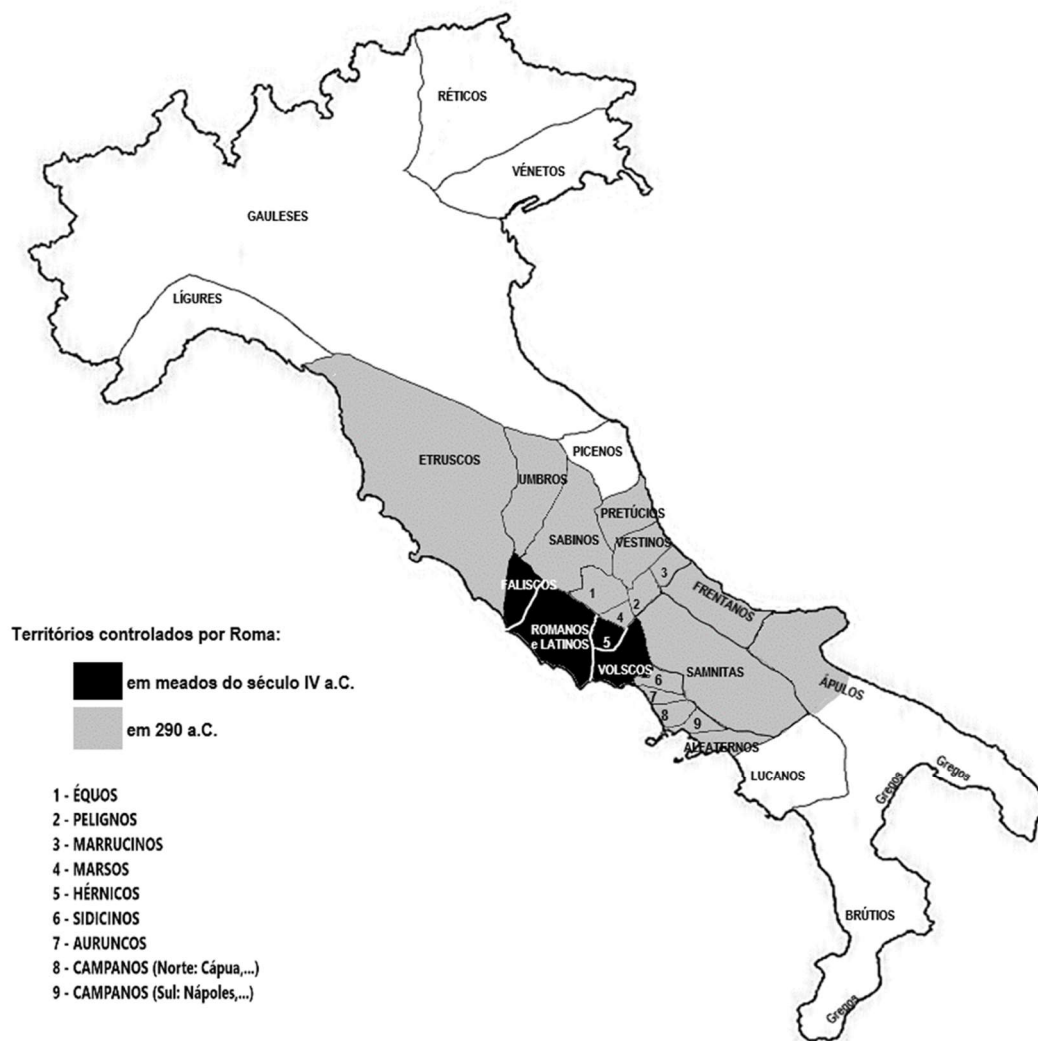
²³⁸ Salmon 1967, 187-90. São as razões acabadas de indicar que levam Salmon a inferir que o tratado de 354 a.C. com a Liga Samnita, referido em Liv. 7.19, terá tido como objectivo a divisão do território volsco na região do Médio Liris em duas esferas de influência tendo precisamente o rio Liris como linha de demarcação (o que acabou por significar que uma e outra potência ficavam “autorizadas” pela outra a “submeterem” as cidades maioritariamente volscas existentes na área (ver Salmon (1967, 194) e *infra*, Mapa 5.9): Sora, Fabratéria, Sátrico e Luca, no caso romano; Interamna, Casino, Arpino, Aquino e Fregelas, no que respeita aos Samnitas). Nessa região, a margem direita do rio constituiria o limite oriental da zona romana enquanto a margem esquerda seria o limite ocidental da zona samnita (Salmon 1967, 192-93). É esta uma reconstrução que pode ser considerada especulativa (Cornell 1995, 325, n. 88), sobretudo quando se tem em consideração outros possíveis motivos para o referido entendimento, entre os quais os acabados de referir no texto e notas precedentes. Mas os motivos de Cornell para considerar a dita reconstrução como especulativa iriam certamente mais longe quando se tem em consideração que a repartição potencial do território (potencial porque seria necessário conquistá-lo aos Volscos) requeria de Romanos e Samnitas capacidade de planificar as respectivas expansões territoriais com base em coerentes estratégias políticas. Sobre esta questão ver Cornell (2004) e, em particular, o que é referido *infra*, páginas 194-195, a propósito desse artigo.

²³⁹ Liv. 7.19-20; Humbert 1978, 164-65.

mesmo conduzindo à obtenção de território para conseguirem soluções mais estáveis (como, por exemplo, o que já foi referido a propósito dos Volscos e Équos). As respectivas localizações eram (ver Mapa 4.2, que mostra também a evolução do controlo romano da Itália no período em referência e a localização dos povos mais avançados), resumidamente, as seguintes:

1. A norte, ocupando uma parte considerável da planície do Pó até aos Alpes, mas estendendo-se para sul até ao já referido *ager Gallicus*, situavam-se os Gauleses.
2. Também a norte, a oeste dos Gauleses, estendendo-se por territórios próximos da costa tirrénica, de extensões incluídas a sul do rio Pó até à Etrúria, situavam-se os Lígures; a leste dos mesmos Gauleses, desde os Alpes até ao norte do Mar Adriático, estavam instalados os Réticos e os Vénetos.
3. Abaixo da planície do Pó, com fronteira com os Gauleses, encontravam-se os Etruscos (a sudoeste), os Picentes (que habitavam a costa adriática, a sudeste) e os Umbros (instalados na dorsal apenínica).
4. A sudeste dos já referidos Picentes e ao longo da costa adriática viviam outros povos: sucessivamente, de norte a sul, os Pretúcios, os Vestinos, os Marrucinos, os Frentanos e os Ápulos (também designados Messápios ou Iapígios, mas incluindo designações de maior restrição como Dáunios, Peucécios e Salentinos).
5. A sudeste dos Umbros, ao longo da dorsal apenínica, situavam-se os Sabinos, e, a sudeste destes, os Équos, os Marsos e os Pelignos.
6. Ainda mais a sudeste ao longo da mesma dorsal, os Samnitas (incluindo quatro tribos: Caracenos, Pentros, Caudinos e Hirpinos).
7. A sul/sudeste dos Samnitas, e estendendo-se até ao Tirreno, situavam-se os Lucanos.
8. A sul dos Lucanos e estendendo-se quase até à ponta da bota, os Brútios.
9. Entre o território dos Samnitas e o Tirreno encontravam-se sucessivamente, de nordeste para sudeste, Volscos, Sidicinos, Auruncos, Campanos e Alfaternos.
10. Entre Etruscos e Volscos, finalmente, povos como os Faliscos e aqueles que já têm sido objecto de muita atenção: Romanos, Latinos, Hérnicos e os já referidos Volscos.

Mapa 4.2 - Evolução do controlo Romano da Itália de meados do século IV a 290 a.C.



4.4.1. A Primeira Guerra Samnita

Esse processo de alargamento do domínio romano haveria de sofrer uma significativa aceleração com uma intervenção de Roma a favor de Sidicinos e Campanos, que tinham sido atacados por Samnitas, e que deu origem à Primeira Guerra Samnita²⁴⁰. O povo sidicino (que habitava a região entre os rios Lírís e Volturno, portanto imediatamente a noroeste da Campânia – ver *infra* Mapas 4.3 e 4.4) e o povo samnita tinham, tanto um

²⁴⁰ Liv. 7.29.

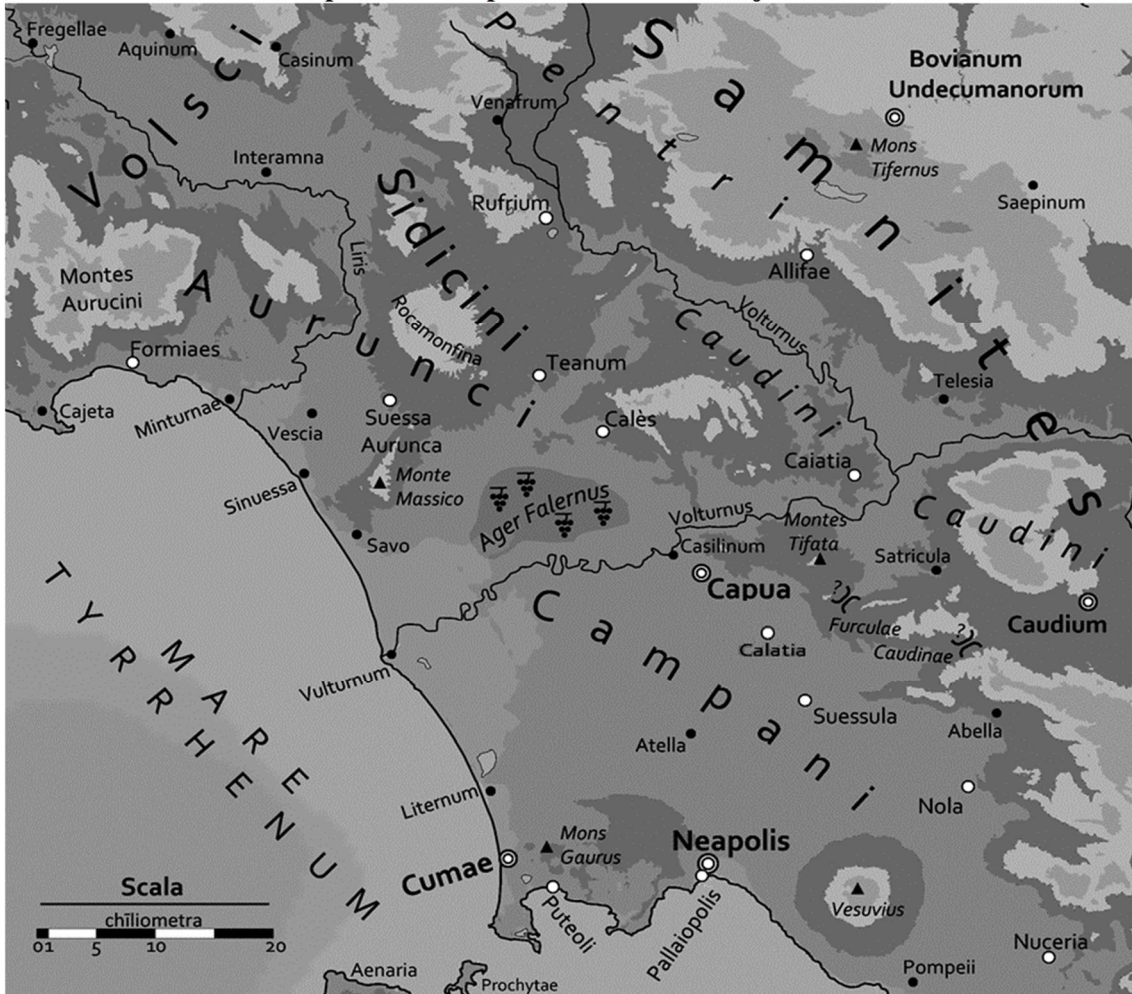
como outro, raiz linguística osca²⁴¹, enquanto os Campanos acusavam eles próprios uma forte influência osca. O contexto em que o ataque samnita ocorreu era o de uma grande rivalidade entre as cidades-estado campanas, em que as da região mais a norte haviam formado uma liga (cujos habitantes são, no actual contexto embora num sentido mais restrito, designados Campanos) centrada em Cápua (ver no Mapa 4.3 a localização de três outras cidades desta liga: Casilino, Atela e Calácia), as do sul outra liga (os habitantes sendo designados Alfaternos) sob a hegemonia de Nucéria, enquanto Nápoles, Nola e Abela (geograficamente situadas entre as duas ligas) se tinham mantido à margem. Relativamente às tribos samnitas do interior, cujo ataque visou Cápua (que foi cercada) e motivou o pedido de auxílio a Roma por essa cidade, a sua organização política²⁴² assentava numa federação (a Liga Samnita) que em tempo de guerra ficava sob a autoridade de um comandante supremo e que revelava uma forte unidade (o que distinguia as quatro tribos – Hirpinos, Caudinos, Caracenos e Pentros – dos seus vizinhos) face aos seus inimigos²⁴³. No que respeita à localização, relevo e extensão do território samnita e à localização das ligas campanas e outras cidades da região, ver *infra* Mapas 4.4 e 4.5 (a Liga dos Alfaternos incluía, além de Nucéria, cidades como Herculano, Estábias, Pompeia e Sorrento).

²⁴¹ Sobre as populações de língua osco-úmbrica ver Guerra (2015, 22). No que respeita, em termos mais gerais, às populações da Itália proto-histórica, respectiva identidade cultural e linguística e correspondentes territórios – realidade considerada bastante complexa – ver uma descrição sumária em Guerra (2015, 16-24).

²⁴² O contexto político em que alguns povos de língua osca (os Sabelos, em particular os Samnitas) viviam divergia das tradições de outros povos itálicos (como os Romanos) em que a cidade-estado constituía o centro da vida política. Assim, os Samnitas encontravam-se num estágio pré-urbano em que a comunidade tribal constituía a base da organização política, partilhando a habitual repugnância dos Itálicos pela instituição da monarquia. O magistrado supremo em cada tribo (não só de Samnitas, mas também de Sabelos em geral) era designado *meddix tuticus*: tratava-se de um único magistrado a esse nível, equivalente a um cônsul ou um pretor romano, havendo em períodos posteriores casos em que existiam pares de tais magistrados – assim como de outros de níveis inferiores – mas tal evolução é habitualmente atribuída à influência romana. Essa evolução teve lugar igualmente em cidades-estado da Campânia, nas quais a influência sabélica era forte. Não obstante opinar no sentido da repugnância acima referida, Edward Salmon refere que a constituição política de um estado sabélico podia ser descrita como ‘mista’, adoptando a designação que Políbio usa, no seu livro 6, para caracterizar a constituição do Estado Romano. Assim, o elemento monárquico seria fornecido pelo *meddix tuticus*, o aristocrático pelo Conselho (com funções próximas do senado romano, mas sem designação conhecida) e o democrático pela assembleia popular (*kombennio* ou *komparakio*; esta assembleia teria em particular como função eleger os magistrados). Ver a este propósito e para mais detalhes, assim como para uma conveniente contextualização da evolução constitucional nos períodos posteriores ao século IV, Salmon (1967, 77-101).

²⁴³ Ver a este propósito o que é referido *supra* (em particular, nota 158) e em Cornell (1995, 345-47), sobre a influência crescente dos povos de língua osca nas cidades da Campânia.

Mapa 4.3 - Campânia e territórios adjacentes



Fonte: doi: upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/45/Carre_guerre_latine_trifanum_340.png

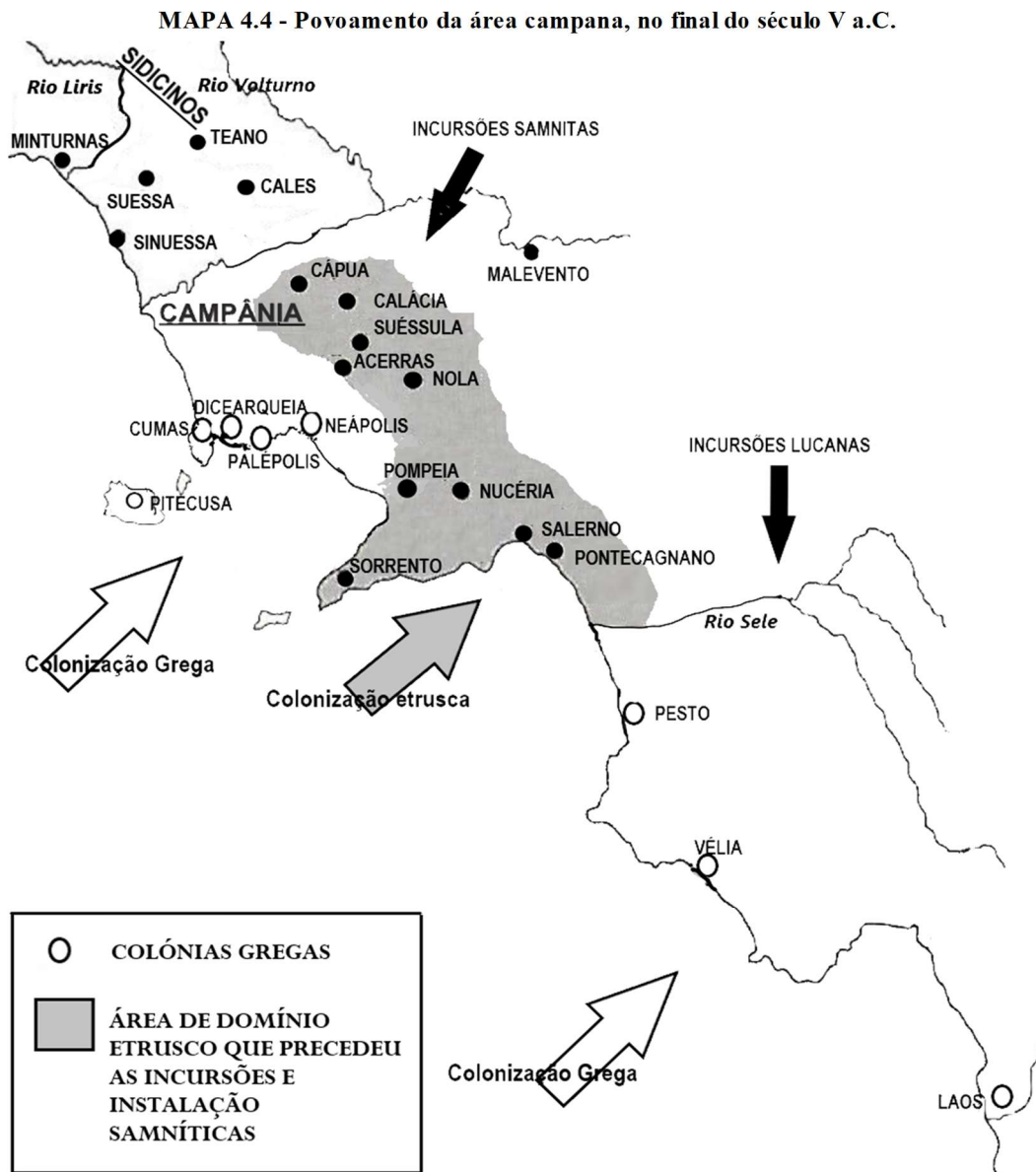
Justificam-se algumas referências à natureza da economia dos Samnitas porque, para além de tal contribuir para que se possa compreender melhor o opositor que Roma encontrou no seu caminho para a hegemonia em Itália, elas poderão dar algumas indicações sobre o que sucedia nesse domínio em períodos próximos do século IV a.C. em regiões montanhosas e interiores da Península como os Apeninos. Não podendo ser excluída uma realidade em que, nos tempos pré-romanos, a região tinha uma economia pouco diversificada, com poucos centros urbanos, assente sobretudo no pastoreio e em que os seus habitantes procuravam complementar a sua subsistência com recurso a incursões guerreiras visando a pilhagem em territórios próximos (ou mesmo, em tempos mais difíceis, socorrendo-se da emigração forçada sob a forma do ritual do *ver sacrum*), o que parece certo é que no período que agora nos ocupa (conforme investigações recentes o confirmam) tudo aponta para uma evolução no sentido de uma maior complexidade. Assim, sendo o conjunto montanhoso intersectado por férteis vales de densa ocupação

humana, as actividades tradicionais mais viradas para a criação de gado terão sido complementadas por culturas arvenses e pelo plantio da vinha e da oliveira. Assim, uma surpreendentemente grande proporção do território era dotada de aptidão agrícola (superior à dos vizinhos planaltos do centro da Península e da Lucânia), embora a sua fertilidade não fosse comparável à da Campânia. A investigação arqueológica não só confirmou um padrão de densa ocupação rural, como levou a que se modificasse a percepção tradicional da economia samnita como essencialmente pastoral. Por outro lado, não só a criação de gado ovino mas também a de gado suíno eram elementos importantes da economia. Contudo, a região não deixava de ser pobre e relativamente atrasada, com poucos centros urbanos, sem moeda e com pouco comércio.²⁴⁴

Compreende-se que o choque entre as duas potências se tivesse dado a propósito da Campânia, pois o controlo desta região deveria constituir a chave para uma se sobrepor à outra, passando a dominar uma parte extremamente significativa das melhores terras agrícolas da Península e assim dispondo de uma superior base económica para garantir a supremacia militar. De facto, sendo a Campânia a região mais fértil da Itália, nenhuma das potências podia permitir que a outra se apoderasse da região, pois isso conduziria ao controlo dos seus recursos económicos e militares. Ora a preeminência das duas potências em meados do século IV a.C. assentava num relativo equilíbrio de recursos económicos e humanos. A esse respeito, a opinião de Toynbee é que a orografia da Itália Peninsular terá estado na base desse equilíbrio, o qual por sua vez terá justificado o longo período de luta pela hegemonia que se seguiu. O poderio samnita apoiava-se na sua proximidade com duas regiões de baixa altitude, a Campânia, que era a de mais elevada produtividade na Península (a composição vulcânica do seu solo – o segredo da sua fertilidade – advinha do Vesúvio), e a do *ager Falernus*, também de alta fertilidade, esta derivada da proximidade da cratera de *Rocca Monfina* (ver Mapa 4.3). Em Roma, por seu lado, estava situada a passagem mais a jusante sobre o Tibre, rio que, sendo o maior da Península, constituía uma via de penetração no continente e escoava os recursos provenientes da vasta região etrusca, também muito fértil, a noroeste da cidade. Roma exercia ainda influência sobre o Lácio, cuja fertilidade, também derivada do seu solo vulcânico, só era inferior à da Campânia e à do sul da Etrúria. A importância económica desta última região

²⁴⁴ Cornell 1989c, 353; Cornell 1995, 345; Toynbee 1965a, 90. Sobre os limites do território samnita ver Mapa 4.5, embora devam ser consideradas as dúvidas colocadas na nota 7 da referida página 90 de Toynbee. Os vales férteis do Sâmnio eram sobretudo os dos rios que desaguavam no Adriático (*Frentus*, *Tifernus*, *Trinius* e *Sagrus*) e no Tirreno (o *Volturnus*, que tinha como afluente de vulto o Ufita, também designado Calor).

era ainda realçada pela proximidade da ilha de Elba e do território etrusco que lhe está adjacente (com a sua riqueza em minério), assim como a da Campânia o era devido à vizinhança de um pequeno centro mineiro e metalúrgico (surgido devido à existência dos depósitos acima referidos) que existia a nordeste na bacia do Liris (situado na actual circunscrição administrativa designada Le Mainarde)²⁴⁵.



Fonte: Musti 2005, 82 (Adaptação)

²⁴⁵ Ver Toynbee (1965a, 91-3). Será interessante reter, em complemento à observação de que o Lácio era uma região fértil, a perspectiva de Toynbee de que tal fertilidade se revelou decrescente no tempo e que isso poderia em parte explicar o curso da História Romana em que uma população em crescimento teria conduzido inicialmente à tensão entre plebeus e patrícios, a seguir – com o progresso das conquistas e da colonização – a um alívio em tal tensão e, posteriormente, a uma recessão da agricultura e redução da população campesina na vizinhança da cidade de Roma.

A Primeira Guerra Samnita, com origem numa iniciativa samnita, é contudo declarada por Roma na sequência, segundo Tito Lívio, da audição das razões apresentadas no senado pelos embaixadores da Cápua colocada sob cerco em 343 a.C. A apresentação dessas razões – em que (para além da natural aflição dos capuenses) avultam, de modo pouco credível para o leitor dos nossos tempos, promessas de sujeição sem limites a Roma no caso de ser fornecida ajuda e descrições das enormes riquezas que poderiam entrar nesse caso na posse dos Romanos em vez de caírem em mãos samnitas – é recebida com perplexidade, dada a situação de aliança existente com os agressores, mas, face à reafirmação por Cápua de uma submissão total a Roma, o senado decide enviar embaixadores aos Samnitas exigindo o respeito do que passam a considerar uma propriedade romana. É a não observação do que é exigido que desencadeia a guerra²⁴⁶.

A guerra em si tem uma solução rápida, favorável a Roma, e cujos episódios ocorrem em 343-342 a.C.²⁴⁷. Por outro lado, o que sucede no seu rescaldo, após a instalação de guarnições romanas em cidades campanas a pedido destas, além de levantar sérias dúvidas sobre o respectivo significado – inspiradas não apenas pela falta de coerência com que os acontecimentos são relatados mas ainda devido ao conjunto de consequências que deles advêm no período que lhes sucede – não é transmissível com a mesma simplicidade²⁴⁸. As dúvidas em causa são ainda ampliadas pelo que Tito Lívio refere a

²⁴⁶ Liv. 7.30-31. A maneira curiosa como Tito Lívio articula o discurso dos embaixadores capuanos não pode deixar de ser observada. A apresentação das vantagens que Roma poderia encontrar na «aceitação da submissão capuana» (a *deditio*) soa mais a moção exposta por uma facção romana partidária de uma expansão imperialista do que propriamente a um anseio dos agredidos em preferir um soberano mais simpático (ver contudo as considerações sobre a questão – tanto no sentido de eventuais invenções romanas de vária natureza como de integração em situações habituais na Antiguidade – em Frederiksen (1984, 186-91)). Para além das razões genéricas apresentadas no referido discurso, Martin Frederiksen refere considerações estratégicas mais específicas: não só a partir de Cápua era possível pressionar os Volscos pela rectarguarda se eles se mostrassem hostis, como os cereais da Campânia estariam disponíveis para Roma e seriam facilmente transportáveis por mar (Frederiksen 1984, 183). Por outro lado, o respeito por parte de Roma do tratado de 354 a.C. com os Samnitas iria privar os Romanos, conforme salienta Michel Humbert, de presas muito desejadas: as ricas terras do *ager Falernus*, do *ager Campanus* e a potência comercial de Cápua (Humbert 1978, 167).

²⁴⁷ Ver Liv. 7.32-37. A interpretação dos resultados da guerra, em Toynbee (1965a, 128-29), é contudo de que haveria fragilidades do lado romano. Teria sido a primeira guerra de Roma em que os seus exércitos não regressaram a casa no final da campanha anual, ficando retidos até à seguinte (Liv. 7.38-39). Fragilidades cujo agravamento teria sido revelado quando o desenlace final da guerra, se por um lado conduziu ao reconhecimento por parte dos Samnitas do protectorado romano sobre a Campânia, também levou a que o Estado Romano desse aos seus adversários margem de manobra relativamente a outros protegidos – os Sidicinos – cuja defesa passou a ser assumida apenas pelos Latinos e Campanos (Liv. 8.2).

²⁴⁸ Tito Lívio relata a existência de rumores de acordo com os quais a guarnição de Cápua começa a exprimir a ideia de que, a exemplo do que os próprios Campanos haviam feito aos anteriores cidadãos em 423 a.C., deveriam tomar o poder na cidade. O cônsul entretanto chegado à cidade, convencido da existência de uma conspiração em curso, começa a tomar medidas no sentido de afastar da cidade, fazendo-os regressar a Roma, os soldados que estariam à cabeça do movimento. Inexplicavelmente, afinal, é todo um destacamento sem comando que é afastado e que, a caminho de Roma, se revolta. Faltando-lhe um

seguir à ocorrência de tais acontecimentos, não só o que concerne a aprovação das propostas feitas pelo tribuno *Lucius Genucius* (que conduziram às *Leges Genuciae*, já acima referidas nas notas 218, 219 e 223) mas sobretudo o enquadramento em que terá ocorrido a pressão social em que essas propostas tiveram lugar²⁴⁹. No que respeita às ditas *Leges*, elas dispunham que:

1. a cobrança de juros sobre os empréstimos passaria a estar interdita;
2. um magistrado não poderia ser reeleito para a mesma posição num prazo de dez anos;
3. não seria possível exercer duas magistraturas no mesmo ano;
4. passaria a ser permitido haver dois cônsules plebeus em simultâneo.

Quanto à pressão social que acompanhou os plebiscitos, a opinião expressa por Lívio a propósito da sua aprovação – ele refere ainda que houve concessões, o que significará que houve aceitação do senado – é que a sedição (ou mesmo secessão, que é a expressão usada por vários autores para qualificar o movimento popular que ocorreu) terá certamente sido grave, com a reconciliação a ter lugar entre os soldados dos dois exércitos e não entre os seus chefes (por outro lado, o exército revoltoso teria partido da própria Roma e não directamente de Cápua).

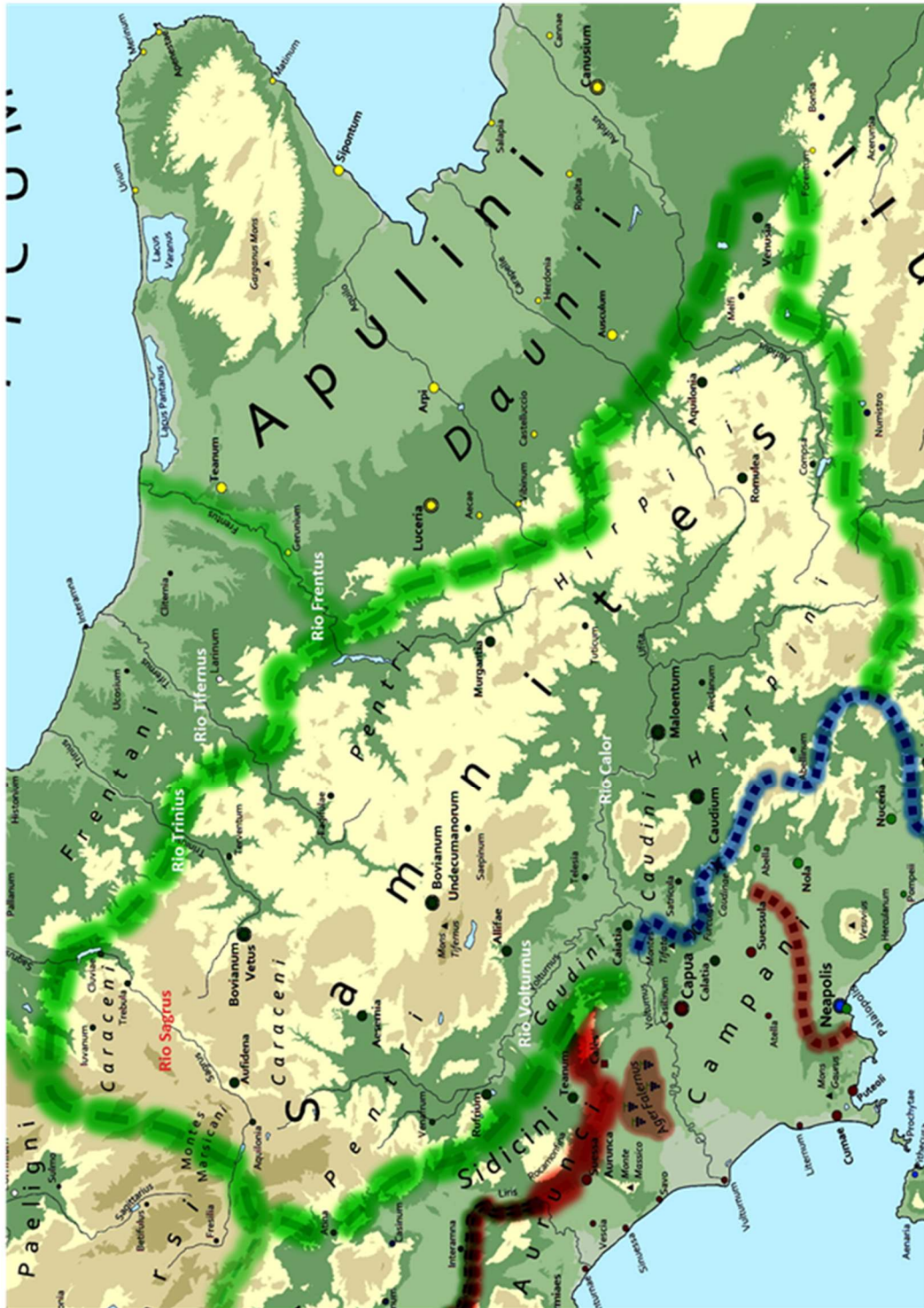
A opinião de Tim Cornell a propósito desta agitação interna é que uma facção pró-samnita terá assumido o poder em Roma em 342 a.C., o que seria consistente com o que sucedeu no ano seguinte, em que, após retoma das hostilidades e o pedido de paz dos Samnitas, a aliança com esse povo foi renovada. O que conduziu a que Sidicinos e Campanos fizessem por sua vez uma aliança com Latinos e Volscos (que já estavam em revolta contra Roma) e a que a designada Guerra Latina, um ponto de inflexão na História da Itália, viesse a seguir a ser desencadeada²⁵⁰.

líder militar, força um antigo comandante, morador na região, envelhecido e diminuído fisicamente, a assumir o comando. O destacamento parte para Roma, sendo então interceptado por um exército comandado por um ditador. Face a face, os comandantes dos dois corpos armados assumem posições no sentido de amizade e reconciliação, o que acaba por ser complementado por uma decisão do senado no sentido de amnistiar os revoltosos. Ver Liv. 7.38-41. Em D.H. 15.3 são dados mais pormenores no que respeita aos primeiros episódios do processo, fazendo sentido colocar a hipótese de os «conspiradores» terem sido sobretudo soldados fortemente endividados, cuja permanência em Cápua lhes poderia permitir escapar às dívidas e gozar de uma vida mais confortável numa cidade para eles tão afluyente como Cápua. Ver também, a este propósito, Humbert (1978, 169, n. 51).

²⁴⁹ Ver a este respeito Liv. 7.42, mas também as referências bibliográficas dadas na nota 223.

²⁵⁰ Liv. 8.1-10; Cornell 1989c, 360-61. Toynbee designa esta guerra «War of Secession of 340-338 B.C.»; algumas vezes é designada em inglês «Second Latin War». Em Cornell (1989b, 345) é referida uma associação da reviravolta ocorrida na política estrangeira romana ao surgimento de vários «homens novos» (magistrados sem antepassados em tais funções) nos fastos consulares dos anos seguintes. Contudo, relativamente ao que é referido sobre a eventualidade do surgimento de uma facção pró-samnita, ver o que é referido *supra* na nota 247.

Mapa 4.5 - O TERRITÓRIO SAMNITA NO FINAL DO SÉCULO IV A.C.



Este mapa foi construído a partir de uma base (acesso em 2018-11-11) que se encontra em https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/26/Carte_DeuxGuerreSamnite_327avJC.png

4.4.2. A Guerra Latina e as suas consequências

A Guerra Latina (340-338 a.C.) teve uma importância fundamental na história romana. O desencadeamento da guerra tem sido atribuído ao ressentimento dos Latinos para com

a potência hegemónica, que os trataria como sujeitos e não como aliados²⁵¹. Os Latinos terão conseguido colocar do seu lado não só algumas cidades volscas da área pontina como cidades da Campânia aliadas de Roma e povos estabelecidos entre o Lácio e a Campânia²⁵². Após derrotar sistematicamente os revoltosos, Roma impôs em 338 a.C. uma solução que se viria a revelar uma viragem decisiva na história romana²⁵³. Além da confiscação de territórios latinos e campanos, cujas terras foram distribuídas à plebe romana em lotes que variaram de 2 a 3 *iugera* (o que o cônsul plebeu em 339 a.C. viria a considerar insuficiente), decidiu-se passar a tratar directamente com cada um dos estados ou povos derrotados ou submetidos e não, como sucedia antes com a Liga Latina, com uma aliança ou uma confederação (as quais, quando existentes, foram dissolvidas). Desenvolveu-se, por outro lado, um conjunto de situações jurídicas distintas (que se podem entender como inovações constitucionais) no concernente às suas relações com os

²⁵¹ Tito Lívio, em particular, dá grande realce a um discurso, que atribui a um chefe político-militar dos Latinos, em que este se queixa de tanto os cônsules como o senado serem romanos e reivindica que, para haver igualdade, um dos cônsules deveria passar a ser latino, o mesmo sucedendo com metade dos senadores (Liv. 8.5). É uma explicação que provavelmente não traduz toda a realidade. Por exemplo, Tenney Frank, para além de dar importância ao descontentamento dos Latinos com o envolvimento romano com novos aliados – os Campanos – e às ameaças por parte dos Samnitas que essa nova situação terá criado a sul dos respectivos territórios, chama a atenção para o facto de a comunidade de interesses existente em termos de defesa ter começado a esmorecer desde há muito e desaparecido completamente após os Gauleses terem deixado de aterrorizar a Itália Central em 348 a.C. (Frank 1914, 30-3).

²⁵² Para compreender a importância relativa das forças em presença, dever-se-á sublinhar que Roma e os aliados que lhe permaneceram fiéis nesta guerra dispunham de um território de cerca de 3.500 km² e de uma população de quase 200 mil. Os seus adversários teriam valores correspondentes de cerca de 5.300 km² e pouco mais de 300 mil em população (Toynbee (1965a, 124, n. 7), baseando-se em A. Afzelius (1942), *Die römische Eroberung Italiens (340—264 v. Ch)*). Segundo Toynbee, essa desvantagem romana era mais do que compensada, aliás como o resultado da guerra o demonstra, por uma vantagem organizacional enorme e pelo facto de constituir um estado unitário. Relativamente à participação dos Campanos na revolta anti-romana, ela terá sido apenas parcial, conforme se deduz da integração nas forças romanas da cavalaria de Cápua e da atribuição de privilégios económicos e da cidadania romana honorária a elementos da aristocracia dessa cidade (ver Liv. 8.11, 8.14 e discussão em Humbert (1978, 172-76) e Frederiksen (1984, 191-94)).

²⁵³ De Sanctis 1988, 265-75; Toynbee 1965a, 130-39; Humbert 1978, 176-95; Salmon 1982, 40-56; Frederiksen 1984, 194-98. De facto, o sistema de alianças existente acabou por se revelar inadequado do ponto de vista romano. Até então havia predominado uma visão assente em que o poder e a influência do Estado podiam ser ampliados recorrendo à anexação – total ou parcial – de territórios de um estado derrotado ou a alianças. Ora o sistema de alianças havia começado a mostrar falhas sobretudo após a invasão gaulesa de cerca de 390 a.C. E a situação concreta defrontada em 340 (em que os seus aliados – ou povos submetidos – Latinos, Volscos, Auruncos, Sidicinos e federação campana, se coligaram contra a sua hegemonia) terá feito compreender aos responsáveis políticos da cidade que havia limites para a extensão do seu poder quando essencialmente assente no sistema de alianças existente. Daí que, após a sua vitória sobre a coligação, Roma tenha optado por uma solução que não só deu muito maior peso à extensão do seu território através de anexações como determinou – e proibiu que situações semelhantes se repetissem no futuro – a extinção da Liga Latina e da confederação campana (Toynbee 1965a, 126-30).

membros do que se pode considerar a Confederação Romana²⁵⁴, estabelecendo uma hierarquia no que se refere a tais situações:²⁵⁵

- Um primeiro conjunto de povos «submetidos» foi integrado no Estado Romano (foi o caso de Lanúvio, Arícia, Nomento e Pedo; embora haja dúvidas nos casos de Velitras e Âncio, parece que estas cidades também foram incluídas), os seus habitantes de estatuto livre adquirindo a cidadania romana plena e sendo integrados numa tribo existente ou criada para o efeito.
- Um segundo conjunto foi constituído por estados que em princípio se mantiveram separados, mas não só tiveram (em alguns casos) que ceder território ao Estado Romano como viram a sua independência afectada pela perda da possibilidade de terem política estrangeira própria (foi sobretudo o caso de Tíbur e Preneste; mas também de Cora, Sígnia, Norba, Sétia, Circeios, Árdea, Sútrio e Népete). Não obstante gozarem dos direitos de *conubium*, *commercium* e *ius migrandi*, estes apenas eram susceptíveis de serem exercidos relativamente ao Estado Romano; esta solução²⁵⁶, deixando a estas cidades o encargo pela própria defesa, libertava o Estado Romano da necessidade de manter nelas

²⁵⁴ Toynbee, no seu «Hannibal's Legacy», designa-a «Roman Commonwealth». Relativamente à distribuição de terras, ver Liv. 8.11 e 8.12. No que respeita às designações dos tratados estabelecidos (as mais frequentes seriam *foedus aequum*, *foedus iniquum*, *societas*, *societas et amicitia*, *amicitia*) com os estados ou povos com os quais os Romanos se relacionavam, poder-se-á constatar que em grande número de casos elas eram aplicadas pelos autores de língua latina tanto a povos derrotados ou submetidos como aos que mantinham a sua independência. Ver a tal propósito Salmon (1967, 192-93).

²⁵⁵ Liv. 8.14. Para maiores desenvolvimentos ver Cornell (1995, 349-51) e Forsythe (2005, 290-91). No que respeita à situação de outros Estados nas vizinhanças da Confederação Romana e sujeitas à hegemonia romana, ver Toynbee (1965a, 130-39). Para uma apresentação clara e metódica do estatuto das comunidades componentes da Confederação, distinguindo municípios, *municipia sine suffragio*, colónias e estados aliados (estados com os quais Roma assinava tratados bilaterais), ver Salmon (1982, 40-56). Nesse sentido, ver também Humbert (1978, 176-95), destacando a estratégia romana, por um lado, de reservar as tribos acabadas de criar a cidadãos originários de Roma (que teriam beneficiado da atribuição de terras confiscadas), por outro, de fusão entre antigos e novos cidadãos através da integração de uns e outros numa mesma tribo (previamente existente, eventualmente expandida territorialmente) de modo a promover uma necessária romanização (Humbert 1978, 176-79). Humbert parece aliás sugerir que a concentração no mesmo espaço desses interesses em princípio divergentes (por um lado, os novos cidadãos saudosos da sua autonomia enquanto os antigos estavam mais virados para a manutenção do *status quo*; por outro lado, a existência de interesses específicos ligados à autonomia – agora municipal – que os novos mantêm) favoreceria a redução de obstáculos ao prosseguimento do objectivo do Estado Romano no sentido da expansão territorial (dividir par reinar ...). Uma expressão interessante das hierarquias em causa é dada em Oliveira (2015, 244-45): «A concessão da cidadania torna-se um instrumento de integração dos aliados, criando uma Roma descontínua numa Itália multifacetada, diversa e desigual, dir-se-ia mesmo de acordo com uma hierarquia balizada pelo grau de resistência ou adesão ao poderio romano, com estatutos e privilégios entre comunidades vencidas, as quais, para os defenderem, mais depressa se aliavam a Roma do que a outros povos submetidos».

²⁵⁶ Segundo Toynbee (1965a, 132).

guarnições permanentes, algo que se havia revelado inadequado recentemente em Cápua.

- Finalmente, povos houve a quem foi concedida uma cidadania romana restrita (cidades volscas e campanas: Fundos, Fórmias, Cápua, Cumas e Suéssula) e que não dispunham de direitos políticos em Roma (*civitas sine suffragio*).

As consequências associadas a estes desenvolvimentos revelaram-se duradouras e consistentes com a concepção que vê Roma como o grande centro de inovação política na Itália²⁵⁷. Em primeiro lugar, Roma passou a ter uma capacidade directa de recrutamento para os seus exércitos (população do *ager Romanus*) bastante maior que no passado; por outro lado, esses exércitos eram complementados significativamente com os dos territórios que tinham relações de dependência com a cidade (sem que se verificasse ser viável oposição a tal recrutamento complementar, dado o estado de isolamento político em que as cidades dependentes se encontravam). Em segundo lugar, o novo programa de colonização latina, iniciado em 334 a.C., permitiu ao Estado Romano instalar comunidades latinas em territórios conquistados, frequentemente em regiões distantes, onde era possível instalar guarnições estratégicas integradas em comunidades auto-suficientes e administrativamente autónomas. Estas colónias viriam aliás a desempenhar um papel importante na romanização da Itália e consequentemente na formação no seu território de uma só nação. O conjunto das medidas referidas conduziu, de acordo com a historiografia contemporânea, a resultados muito significativos, e não só nas décadas que se seguiram a 338 a.C. mas também nos séculos posteriores. Esse potencial de longo prazo manifestou-se de três modos²⁵⁸:

- em primeiro lugar, a instituição do *municipium* auto-governado capacitou o Estado Romano para continuar a estender o seu território e a incorporar novas

²⁵⁷ Momigliano 1963, 114. Este autor – pronunciando-se sobre a opinião de Arthur Rosenberg (expressa em 1913, na sua obra *Der Staat der Alten Italiker*) que, face à falta de informações adequadas sobre as instituições políticas dos outros povos da Itália, esperava que uma melhor apreensão das instituições romanas pudesse contribuir para o conhecimento daquelas – opinou precisamente no sentido contrário: o facto de Roma ser o grande centro da inovação política na Itália teria conduzido a que os outros povos, perdendo a iniciativa, ou teriam aceitado as instituições mais recentes dos Romanos ou então teriam ficado com as suas já obsoletas.

²⁵⁸ De acordo com Cornell (1995, 351-52). Ver também Forsythe (2005, 289-92) e Toynbee (1965, 139-41). Relativamente à capacidade de recrutamento para os seus exércitos bastante maior que no passado, ver Cornell (1989c, 386-91), onde se refere em particular que o mais importante elemento da máquina militar romana era o seu sistema de alianças em Itália e que em meados do século III a.C. Roma já havia concluído tratados de carácter permanente com mais de 150 comunidades italianas nominalmente independentes (que haviam ou sido derrotadas na guerra ou aceitado voluntariamente a aliança). Os tratados (*foedera*) diferiam provavelmente uns dos outros no detalhe, mas uma disposição fundamental que lhes era comum era a obrigação do aliado de fornecer ajuda militar a Roma em tempo de guerra recebendo em troca a sua protecção e uma quota-parte dos ganhos nas campanhas militares com sucesso.

comunidades sem ser obrigado a introduzir alterações radicais no seu sistema rudimentar de administração centralizada;

- em segundo lugar, a invenção da *civitas sine suffragio* permitiu que os Romanos aumentassem o corpo de cidadãos sem que tivessem de alterar a sua organização de cidade-estado, em particular no que respeita às suas instituições políticas tradicionais;
- por fim, a ressurreição – em circunstâncias diferentes mas essencialmente num mesmo formato – da colónia latina enquanto instituição; em particular, o estatuto de «latino» deixou de indicar um sentido étnico ou linguístico, passando a ter um significado apenas jurídico²⁵⁹, com uma colónia a poder ser criada *ex-novo* por decisão das assembleias cívicas (atribuição de direitos latinos), comunidade que não necessitava de estar localizada no Lácio, podendo ser instalada em qualquer local.

Tenney Frank, por exemplo, refere que essas medidas – que terão estado na origem da reorganização política dos estados derrotados e cuja concepção revelou um sentido de estado verdadeiramente notável – permitiram que uma cidade-estado republicana, pela primeira vez na história, tivesse construído um império em termos mundiais. A ideia central em tal testemunho de sentido de estado estaria em que a manifestação de uma prudente generosidade por parte do vencedor levaria ao estabelecimento de um vínculo com os vencidos que seria de interesse mútuo. Assim, as incapacidades habitualmente associadas à sujeição deveriam ser removidas tão depressa quanto possível de modo a elevar o derrotado à cidadania plena, suscitando interesse patriótico por objectivos que seriam de utilidade comum. A ideia alternativa até então dominante de que o conquistador tinha um direito perpétuo a uma vida parasítica às custas dos que haviam sido conquistados terá assim sido rejeitada em Roma²⁶⁰. Contudo, esta concepção relativa ao sentido de estado manifestado pela elite política romana foi implicitamente relativizada por Edward Salmon, quando sugere que só nas décadas posteriores a 338 a.C. os Romanos se terão apercebido das potencialidades das soluções então adoptadas²⁶¹. Interessa, por

²⁵⁹ Conforme ainda referido especificamente em Oliveira (2015, 245): «Assim reduzido a simples estatuto jurídico, sem qualquer marca étnica, o *ius Latii* aparece como um mecanismo pronto a ser usado na organização política do espaço conquistado, independentemente da localização geográfica, como será o caso das cidades samnitas subjugadas no seguimento da batalha de Sentino, e se repetirá na época imperial, quando Vespasiano generaliza o *ius Latii* a toda a Hispânia ... Uma tal prática revela, da parte de Roma, uma capacidade de improvisação e de encontro de soluções inclinada a respeitar alguma especificidade dos povos conquistados ou absorvidos».

²⁶⁰ Frank 1914, 33.

²⁶¹ Salmon 1982, 40-56.

outro lado, reter a opinião expressa por Michel Humbert de que já a criação do *municipium* de Túsculo em 381 a.C. havia inaugurado uma forma genial de conquista, a qual dava a Roma todas as vantagens da anexação – enriquecimento do corpo político e maiores efectivos militares – sem colocar o problema da sua administração²⁶². Contudo, Humbert expressa claramente a sua opinião de que não houve generosidade por parte do vencedor. Em concreto, a atribuição da *civitas* foi uma decisão imposta aos vencidos e, como tal, uma sanção²⁶³.

²⁶² Humbert 1978, 162.

²⁶³ Humbert 1978, 191-92.

CAPÍTULO 5

DA EXTINÇÃO DA LIGA LATINA AO FINAL DA TERCEIRA GUERRA SAMNITA

A caracterização que acabou de ser feita de Roma como o grande centro de inovação política na Itália veio a revelar-se fundamental para que o Estado Romano passasse a controlar exércitos progressivamente mais numerosos e, assim, assumisse o controlo dos mais vastos territórios que lhe permitiram afirmar a sua hegemonia política e militar. O processo de instalação de colónias revelou-se, em tal contexto, um factor estratégico extremamente importante que não só foi essencial para dar consistência aos avanços que se foram produzindo no terreno como criou condições para a romanização futura da Itália, a qual viria, em tempos mais distantes, a constituir um elemento fundamental para mais expansão e maior homogeneidade social da entidade que ficou conhecida como Império Romano.

Ponto de partida de tal processo expansionista e factor permanente de apoio à sua dinâmica terá certamente sido a já referida boa situação geográfica da cidade, sendo este um elemento relativamente ao qual se deverão colocar em destaque vários aspectos:

1. Em primeiro lugar um elemento – a centralidade geográfica – relativamente ao qual Arnold Toynbee destaca três dimensões: centralidade na região de terrenos de baixa altitude, agrícolas, que se estendem da Etrúria à Campânia;

centralidade em termos da própria Península Itálica; e centralidade na própria bacia mediterrânea. No concernente à primeira dimensão, já foi referido – *supra*, páginas 134-135 e nota 245 – que o Estado Romano se desenvolveu numa zona de encontro de duas regiões de elevada fertilidade agrícola e que exercia um importante controlo sobre o Tibre (não só no que respeita ao tráfego correspondente, mas também porque se situava sobre o ponto de passagem entre a Etrúria e os territórios a sul do rio).

2. O factor de centralidade na Península foi ainda reforçado pela importância que a inclusão da Campânia no território controlado por Roma (a que já foi feita referência) – como viria posteriormente a ser confirmado – haveria de ter no desenvolvimento de tal dinâmica imperial (em que ao controlo acrescido de recursos agrícolas e populacionais se juntaria ainda uma situação de acesso a recursos mineiros – para além dos que estavam associados à ilha de Elba – a nordeste da bacia do Liris).
3. Mas a manifestação de uma boa situação geográfica, no entender de Toynbee, verificou-se igualmente noutra domínio, que era a distância considerável a que Roma se encontrava de grandes potências militares (a excepção seria a distância à potência siracusana), sobretudo nos períodos que antecederam a sua sobreposição ao rival samnita (mas também poderá ser referida a felicidade que teve em, por exemplo, Alexandre ter preferido partir à conquista do Oriente, em vez de o fazer para Ocidente).²⁶⁴

²⁶⁴ Toynbee (1965a, 268-72), referindo ainda outro domínio em que a situação geográfica se revelou favorável e que terá sido o posicionamento de Roma na fronteira entre a área marítima mediterrânea (onde se encontravam as cidades-estado mais em destaque) e o mundo mais continental das comunidades aldeãs relativamente atrasadas. Tais comunidades (de montanha ou de planície), com configurações políticas pouco sofisticadas, ter-se-ão revelado com frequência de natureza maleável e assimilável, menos capazes de resistir à conquista ou à submissão e conseqüente integração na potência hegemónica (a hipótese de tais comunidades serem sujeitas a tal integração seria para elas relativamente pouco ameaçadora, visto não terem por detrás uma identidade política e histórica suficientemente significativa). Toynbee refere aliás situações em que outras cidades-estado (localizadas na Itália ou em outros contextos geográficos e com possibilidades de aspirar à hegemonia), beneficiando de uma equivalente situação geográfica em termos de proximidade a conjuntos das referidas comunidades aldeãs, foram confrontadas com factores – intervenções de fortes potências militares ou reacções das ditas comunidades, por exemplo – que impediram ou fizeram recuar tal integração, diversamente do que sucedeu com Roma. É que, com grande probabilidade, o factor primordial que permitiu a referida integração terá sido o já mencionado superior sentido de Estado da elite política romana.

5.1. COLONIZAÇÃO E CONFRONTOS NA ITÁLIA CENTRAL, COM OS SAMNITAS E OUTROS POVOS, ATÉ SENTINO

À centralidade geográfica nas suas três dimensões e à sua influência na dinâmica imperial veio rapidamente acrescentar-se uma progressiva centralidade económica que, resultando da expansão muito significativa do domínio territorial de que Roma beneficiou a partir de 338 a.C., rapidamente conduziu a reestruturações consideráveis da economia da Península. Assim, de modo imediato, a criação de colónias – que teve o seu período mais florescente de 338 a 241 – exigiu, para que a sua função estratégica tivesse sucesso, a ampliação e o desenvolvimento da rede de estradas, o que, inevitavelmente, alterou profundamente as centralidades em termos económicos. A este respeito será oportuno referir o modelo que já no século XIX foi definido por Johann Heinrich von Thünen²⁶⁵, segundo o qual o agricultor racional definiria as suas produções em função da proximidade em relação ao mercado central, com dois factores a revelarem-se determinantes: o preço da terra (que sobe quando está mais próxima do centro) e o custo do transporte (que é tanto mais elevado quanto a distância é maior). Em particular, o produtor daria preferência a produtos de forte valor acrescentado que devessem ser vendidos rapidamente (se estivesse situado nas proximidades do mercado central) ou, diversamente, a produtos mais susceptíveis de serem conservados ou mais fáceis de transportar (como o gado, que se transportava a si próprio) nos casos de maior afastamento.

Não se deverá, contudo, inferir que os motivos que conduziram à criação de colónias e à construção das estradas tenham sido económicos (sem que tal retire validade a uma função económica posterior, crescente em função da integração progressiva do território a que a conquista conduziu). As respectivas decisões terão fundamentalmente derivado de considerações de natureza estratégica que tinham em vista o controlo do território e, portanto, o avanço ou consolidação dos progressos no domínio militar. Guy Bradley chama a atenção para o facto de que será difícil atribuir, em alguns casos, tais motivações de natureza estratégica ao senado, dado o papel determinante (com oposição senatorial) que por vezes foi desempenhado nas decisões correspondentes por magistrados que exerciam altas funções (os exemplos mais marcantes em tal contexto tendo sido o da

²⁶⁵ Economista, teórico dos grandes domínios agrícolas, citado em Chemain (2016, 50-1). Dever-se-á no entanto ter em conta que a racionalidade económica, nos termos teorizados no século XIX e seguintes, só muito parcialmente poderia assumir aspectos semelhantes aos do período que agora nos ocupa.

construção da *Via Appia* – 312 a.C. – e o da *Via Flaminia* – 220 a.C. – uma e outra decididas respectivamente por Ápio Cláudio Cego e Gaio Flamínio)²⁶⁶. Bradley vai aliás mais longe no que concerne a visão de longo prazo que terá estado subjacente à estratégia e a importância que a sua discussão assumiu no seio das instâncias governamentais romanas. Não só tal estratégia estaria presente nas referidas decisões (colónias e estradas) como teria dado uma atenção particular ao contexto geográfico em que se inseriam os avanços expansionistas. Contudo, quando Bradley chama a atenção para aspectos que parecem contrariar a suposta mentalidade estratégica dessas instâncias governamentais – e fá-lo citando opiniões de académicos como Fergus Millar, Benjamin Isaac, William Harris e Tim Cornell – talvez esteja a dar pouca atenção à natureza do próprio processo de tomada de decisão que é próprio das organizações políticas²⁶⁷. Na realidade, o facto de o processo de análise estratégica se vir a revelar posteriormente pouco adequado à situação que se defrontou, não significa que essa análise não teve lugar mas simplesmente que ela teve falhas, que se revelou insuficiente. Isso é particularmente válido quando se considera a competitividade existente no seio das elites romanas referida por Bradley (o que se poderá aplicar aos casos de Ápio Cláudio Cego e Gaio Flamínio, que certamente não agiram sozinhos mas de acordo com facções que porventura não eram maioritárias no senado) embora a visão estratégica possa estar muito ausente quando a organização política tende a privilegiar o poder pessoal e eventualmente a possibilitar acções militares de natureza meramente reactiva.

O que parece certo é que o elemento estratégico de conteúdo militar não poderá ser ignorado na análise da expansão romana, mas outros factores terão sem dúvida exercido a sua influência (ou poderão também ser considerados como estratégicos), não só os acabados de referir mas também, em particular, os da motivação sócio-económica, que certamente exerceram alguma influência quando, na intenção da criação de colónias, esteve presente a preocupação em disponibilizar terras para os estratos populacionais que não as tinham (e não ignorando que as confiscações de terras que eram impostas aos vencidos também conduziam à expansão do *ager publicus* e à apropriação de facto de parcelas suas pelos estratos superiores). Não se poderá por outro lado deixar de considerar a influência que a colonização exerceu sobre a progressiva homogeneidade cultural dos

²⁶⁶ Ver a tal respeito Bradley (2014, 68-9), Liv. 9.29 e Plb. 2.21. Ver também, no que respeita a Ápio Cláudio Cego, *infra*, notas 297 e 361. Relativamente aos troços iniciais das duas estradas, ver traçados no Mapa 4.1.

²⁶⁷ Bradley 2014, 63-4.

povos que habitavam a Itália, quer se trate de uma mera consequência ou tenha resultado de intencionalidade igualmente estratégica²⁶⁸.

No que diz respeito às fontes utilizadas, Tito Lívio permanece fundamental, pelo menos até 293 a.C. (final do Livro 10, visto que os Livros 11 a 20 se perderam). Contudo, a fiabilidade dos seus escritos no período que vai de 338 a 293 tem sido contestada em vários aspectos por autores modernos (o que não significa naturalmente que não haja razões para proceder de modo semelhante relativamente a períodos anteriores), contestação que vai bem além do comum anacronismo que afecta mais frequentemente outros períodos. Muitos dos aspectos abordados por esses autores modernos – com mais frequência, nas páginas seguintes, Salmon, Cornell, Forsythe e Toynbee – serão referidos nas passagens em que se revelar mais apropriado. Desde já, no entanto, se referirá a opinião expressa por Timothy Cornell – que convirá ter presente ao longo de toda a leitura do que segue – relativamente à compreensão das realidades geográficas e estratégicas de Lívio, que o autor considera fraca, chegando por vezes à irrelevância²⁶⁹.

²⁶⁸ Existe uma vasta bibliografia sobre estas questões, onde avulta a obra de Edward Togo Salmon (sobretudo Salmon (1967), Salmon (1970) e Salmon (1982)) e em que convém ter em consideração o trabalho de William Harris sobre o imperialismo romano (Harris 1991). Entre os trabalhos mais recentes que actualizam e desenvolvem esta matéria (e fornecem uma bibliografia mais vasta) figura o trabalho editado por Tesse D. Stek e Jeremia Pelgrom (Stek et Pelgrom 2014).

²⁶⁹ Lívio não teria um mapa da Itália na sua cabeça, não tendo certamente feito nenhuma tentativa de reconstrução das campanhas militares no terreno. Era para ele suficiente, na maior parte das vezes, indicar os nomes dos locais ou outras referências topográficas que encontrava nas suas fontes sem necessariamente ter uma ideia de onde se situavam ou a que se referiam. Dado que em tais fontes se verificava algo de semelhante, isso aumentava claramente as possibilidades de mal-entendidos e de distorção. Trata-se de um contexto em que o comentador moderno encontra situações que considera pouco prováveis, por vezes mesmo implausíveis, procurando então substituí-las por outras (ver em particular, *infra*, a segunda fase da Segunda Guerra Samnita, onde se referenciam múltiplas incertezas históricas) através de reconstruções baseadas nas suas próprias avaliações do que a situação militar exigiria. São substituições, contudo, que Cornell critica (atingindo implicitamente os referidos Salmon, Forsythe e Toynbee), dizendo que daí advêm resultados em grande medida arbitrários. Ver a este respeito Cornell (1989c, 361, 374-75) e, mais recentemente, Cornell (2004, 120-21). Ter também eventualmente em consideração algumas críticas em sentido próximo produzidas em Harris (1991, 175-82), que atingem sobretudo as reconstruções de Salmon, e também o que Elio Lo Cascio refere a propósito da «compatibility theory of historical truth» avançada por Hopkins (ver *supra*, página 45). Convirá ainda neste enquadramento destacar que é o próprio Tito Lívio a referir que encontra diferentes versões dos acontecimentos nas suas fontes. Ou destacar a tendência em Lívio para transformar o que corria da pior maneira para os Romanos em vitória quase sempre sua ou a estupefação do seu leitor em constatar que as demonstrações de coragem e de determinação sejam sempre privilégio dos Romanos.

5.1.1. A evolução política e militar entre 338 e 326 a.C.

O confronto com os Samnitas até à batalha de Sentino teve a sua maior expressão com a designada Segunda Guerra Samnita²⁷⁰, que ocorreu entre 326 e 304 a.C. Contudo, nos 12 anos que sucederam à extinção da Liga Latina em 338 a.C., os avanços romanos não foram despiciendo e logo em 328 foi violada uma disposição que se assume ter existido no tratado que ligava as potências romana e samnita (recorde-se a hipótese assumida por Salmon relativa ao tratado de 354 a.C., que terá tido como objectivo a divisão do território volsco na região do Médio Liris em duas esferas de influência, tendo precisamente o rio Liris como linha de demarcação) com a criação de uma colónia latina em Fregelas, situada na margem esquerda do rio Liris, a qual já havia sido antecedida, em 334 a.C., pela conquista de Cales, capital dos Ausónes, e da instalação nessa cidade de uma colónia latina (o que havia contribuído para criar uma situação de equilíbrio nessa área, face à preponderância da influência samnita na vizinha Teano). A situação política resultante da extinção da Liga (criação de municípios de duas naturezas distintas, confirmação do estatuto de colónia de várias *Priscae Latinae Coloniae* e estabelecimento de tratados de aliança com diversas cidades²⁷¹) foi ainda complementada, no caso do Lácio, com alguma evolução nos casos de *municipia sine suffragio* como Âncio, Priverno, Fundos e Fórmias²⁷². Ver a este propósito o Mapa 5.1.

No concernente à situação política e militar no sudeste do Lácio e no Sâmnio, no período 338-326 a.C., ver a síntese traçada no Mapa 5.2. No mapa está assinalada, além das já referidas colónias de Fregelas e Cales, a colónia instalada na cidade volsca de Ânxur (então redenominada Tarracina), situada no litoral tirrénico a leste de Circeios. Tim Cornell atribui uma especial importância à colonização de Cales, não só porque a cidade se encontrava num local estrategicamente situado na estrada (em princípio a *Via*

²⁷⁰ Neste trabalho adopta-se o que se pode classificar como uma convenção moderna que é a concepção de que houve três guerras samnitas que tiveram lugar entre 343 e 290 a.C. No que concerne ao desenvolvimento de tal concepção face a perspectivas diferentes que existiam nos autores antigos, assim como os diferenciados tratamentos da questão que ainda subsistem, veja-se Cornell (2004).

²⁷¹ Uma síntese deste processo é feita em Salmon (1982, 40-56). Recorde-se que o ponto fulcral da situação política criada por Roma está na alteração do seu sistema de alianças, eliminando as que tinha com grupos de cidades, integrando algumas no seu território (*municipia optimo iure*) e estabelecendo alianças separadas ou outro tipo de relação com cada uma das outras comunidades que controlava (*municipia sine suffragio*, colónias romanas e colónias latinas, aliados).

²⁷² Liv. 8.16, 19-21; Salmon 1970, 55-6; Salmon 1982, 41, 48, 50. Ver localização de Fregelas e Cales no Mapa 5.2.

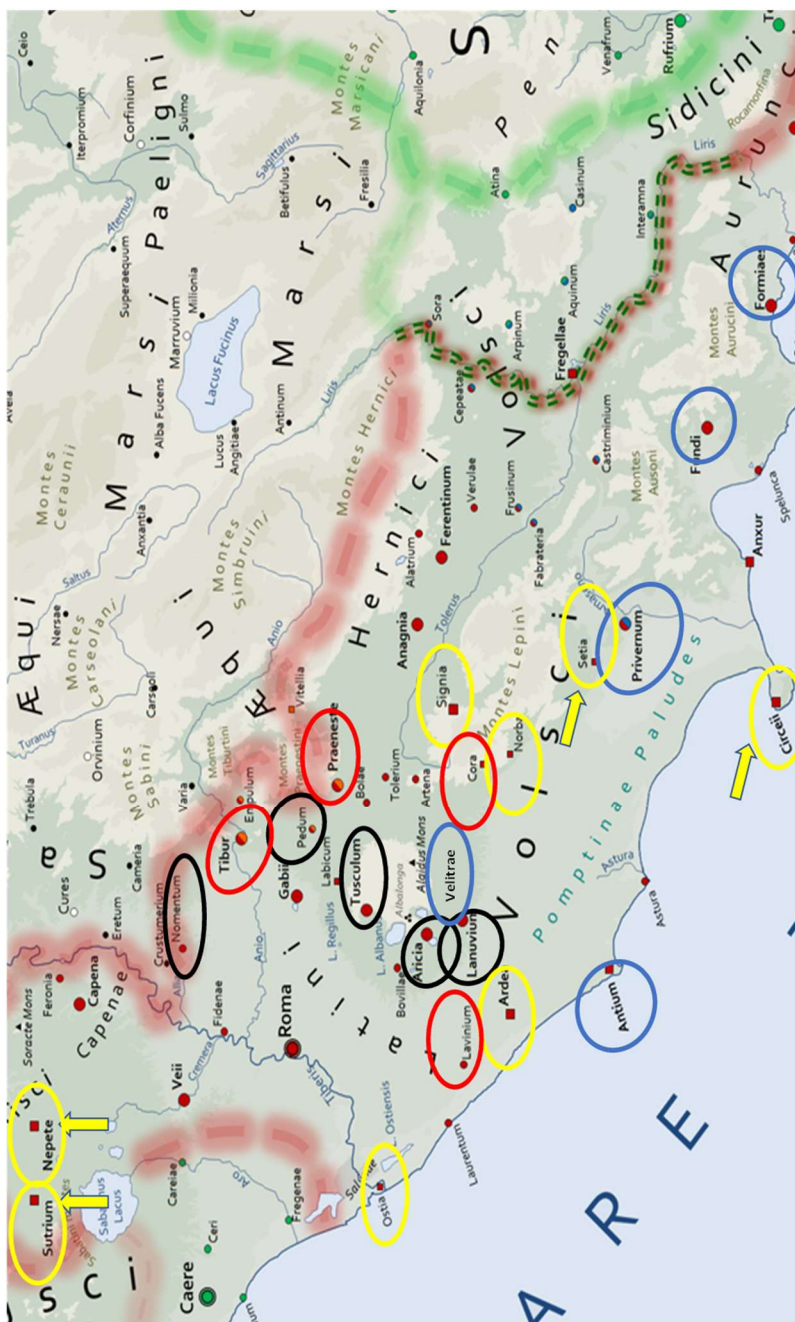
Latina, mas a *Via Appia* tinha uma ligação a essa estrada que era feita em Teano, portanto a montante de Cales; ver Mapa 4.1) que ligava Roma a Cápua (no norte da Campânia, na proximidade de Teano e do *ager Falernus*) e nela foram instaladas 2.500 famílias (a comparar com as cerca de 300 que foram mobilizadas para Âncio ou Tarracina) mas também porque ela constituiu um modelo para colónias futuras em condições que contribuíram mais que qualquer outro factor para a consolidação da conquista e para a unificação da Itália que veio a ter lugar sob a égide de Roma²⁷³. O Mapa 5.2 assinala ainda a consolidação de dependências romanas sob a forma de *municipia sine suffragio* (no *Latium Adjectum* e na Campânia, em que nesta última região só o município de Acerras foi criado posteriormente a 338 a.C.) e movimentos de exércitos romanos devidos a diversos motivos. Esses movimentos estiveram associados à criação das colónias referidas e à situação no *Latium Adjectum*, assim como a reacções do Estado Romano face ao que Tito Lívio classificou como actos de hostilidade da cidade de *Palaepolis* (cujo significado é “cidade velha” – antes provavelmente designada Parténope, mas que adquiriu o novo nome quando ao seu lado foi fundada *Neapolis*²⁷⁴ – a actual Nápoles – significando “cidade nova”) relativamente às novas dependências romanas na Campânia e no *ager Falernus*. De destacar ainda que os referidos actos de hostilidade, precedidos eventualmente de apoio samnita como reacção à criação das colónias em Cales e Fregelas, conduziram em 327 a.C. a uma declaração de guerra de Roma a *Palaepolis*.²⁷⁵

²⁷³ Ver Liv. 8.16, Cornell (1995, 351), Toynbee (1965a, 136-38) e Frederiksen (1984, 207). A criação da colónia marítima em Âncio está referenciada em Liv. 8.14. e a de Tarracina em Liv. 8.21. Também Toynbee destaca a importância estratégica de Cales, e ainda de Âncio e Tarracina, sublinhando que essas colónias «required permanent garrisons ... and at the same time were hard for her to hold. Antium was the nearest natural harbour in Roman territory to the city of Rome; Terracina was not only a port but was, besides, a key station commanding the Pass of Lautulae, between the Volscian mountains and the coast on the Pomptine route from Roma to Capua. Cales covered the most dangerously exposed stretch of this coastal route, where it turned inland to cross the River Volturnus at Casilinum. Cales shielded the river-crossing against the remnant of the Sidicine territory round Teanum and also against Samnium...». Essa importância estratégica haveria de ser testada com frequência nos anos seguintes, nomeadamente na crise que se seguiu à Paz Caudina (ver *infra*) em que a fragilidade da implantação romana na área de Tarracina (agravada pela debilidade das defesas então existentes na área de implantação volsca perto do rio Lírís, entre Sora e Fregelas) terá possibilitado o sucesso samnita em *Lautulae* (315 a.C.). São fragilidades a que Roma virá a responder com o reforço da sua implantação ao longo do Lírís (Sora, Fregelas, Interamna Lirenas) e na área do *ager Falernus* (Suessa Aurunca).

²⁷⁴ *Neapolis* (sub-colónia de Cumas, colónia que a cidade grega de Cálcis fundou no século VIII a.C.) foi fundada no século VI ou V a.C., ocupando o território da anterior Parténope (referida em Liv. 8.22-3). Ainda no século VI foi fundada, perto de Cumas, *Dicaearchia* (Cidade da Justiça), posteriormente designada Putéolos, quando nela, no início do século II a.C., se instala uma colónia romana e passa a ser o principal porto a servir a cidade de Roma e as exportações campanas. Ver Frederiksen (1984, 85-8).

²⁷⁵ Liv. 8.16,19-22. Para mais desenvolvimentos e eventualmente discordâncias de opinião, ver Forsythe (2005, 291-93), Salmon (1982, 40-41, 48-50, 53, 57), Frederiksen (1984, 193-95, 207-09), Humbert (1978, 195-202) e Cornell (1995, 351-53), ou, de modo mais desenvolvido, Cornell (1989c, 362-69).

MAPA 5.1 - SITUAÇÃO POLÍTICA NO LÁCIO (Latium Vetus e Latium Adiectum) E SUL DA ETRÚRIA APÓS A GUERRA LATINA



- sentinelas dos limites norte (Etrúria) do território sob controle romano
- sentinelas dos limites sul (latino) do Latium Vetus
- Municipios (cives optimo iure)
- Municipios (cives sine suffragio)
- Colônias
- Aliados

Observações:

- 1 As colônias indicadas são colônias latinas, excepto Óstia que era uma *colonia civium Romanarum* (marítima)
- 2 Áncio está indicado como *municipium sine suffragio*, mas há referências no sentido de que poderá ter sido também uma colônia romana marítima (ver Salmon (1982, 44) e Liv. 27.38.3 e 36.3.4-6)
- 3 Este mapa foi construído a partir de uma base (acesso em 2018-11-11) que se encontra em https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/26/Carte_DeuxGuerresSamnite_327avJC.png.

Palaeopolis terá também contado com algum apoio de Nola (uma cidade etnicamente osca) e mesmo de Tarento (na altura a cidade mais importante da Magna Grécia), tendo

Roma, na sequência da declaração de guerra, enviado dois exércitos para a região, o primeiro dos quais se instalou entre *Palaepolis* e *Neapolis*²⁷⁶. O segundo exército invadiu território samnita e conquistou as cidades de Rúfrio, Califas e Alifas (embora as tivesse mantido por tempo limitado)²⁷⁷. Em tempos próximos deste avanço, Roma tomou sob a sua protecção cidades da Lucânia e da Apúlia em termos que Tito Lívio considerou de celebração de tratados de amizade²⁷⁸.

Para o Estado Romano, segundo Edward Salmon e em complemento ao já acima referido a propósito da importância económica da Campânia para Roma, as manufacturas e as relações comerciais desta região poderão ter exercido um efeito revolucionário na sua economia. De um dia para o outro a cidade terá por esse motivo compreendido a

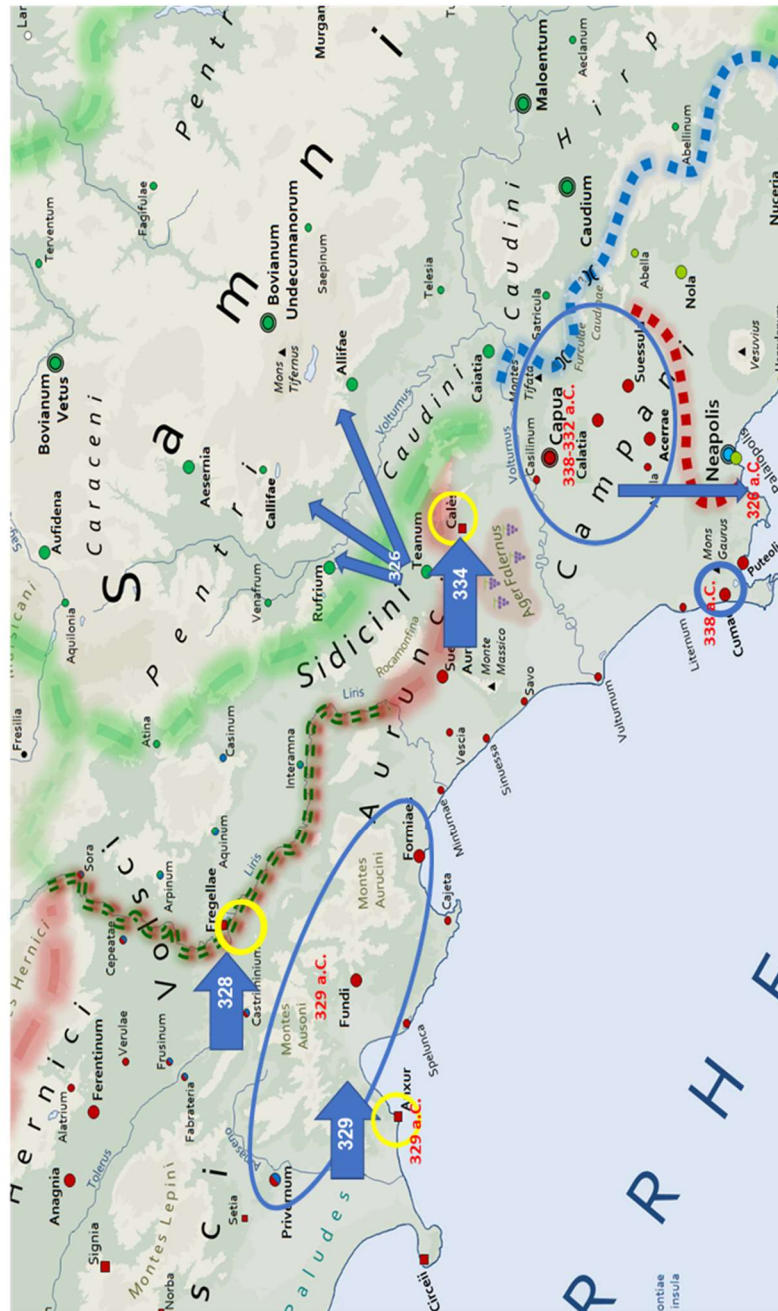
²⁷⁶ Liv. 8.22-23. A instabilidade da situação política entre Romanos e Samnitas terá sido forte e de grande complexidade se considerarmos os motivos referidos em Frederiksen (1984, 207-213). Não só Roma tinha um interesse imediato em controlar os territórios a norte da Campânia (para o que contribuiu fortemente a fundação da colónia de Cales) no sentido de assegurar as ligações com Cápua, como algumas incursões de povos sabélicos que haviam incidido sobre cidades volscas como Interamna Lirenas, Aquino, Arpino e Casino (situadas na margem esquerda do rio Lírís), além de outros avanços samnitas, teriam motivado a implantação da colónia de Fregelas. Teria sido aliás neste contexto que surgiram os apoios de Tarento aos Samnitas e incentivos a Priverno, Fundos e Fórmias para se revoltarem contra Roma. Por outro lado, no respeitante à situação que Roma defrontava com os gregos de *Palaepolis* e de *Neapolis*, afigura-se importante a chamada de atenção que em Cornell (1995, 353) – ver também Forsythe (2005, 294) – é feita para a divisão existente entre os cidadãos face a Roma: os estratos populacionais mais abastados apoiavam Roma enquanto os de condição mais baixa estariam do lado dos Samnitas. Terá sido o apoio das elites que acabou por reverter a situação a favor de Roma, desenlace aliás que haveria de se repetir no futuro em muitas situações em que os Romanos se defrontaram com os interesses gregos. É uma situação que se enquadra numa consideração já feita por Paul Veyne: “La «collaboration» des classes privilégiées est un des grands resorts de l’histoire; elle explique notamment la conquête romaine du bassin méditerranéen” (Veyne 2020, 10).

²⁷⁷ De acordo com Salmon (1967, 219), ter-se-á tratado de uma manobra de diversão para impedir o envio de reforços para *Palaepolis* / *Neapolis*. Rúfrio (em latim *Rufrium*), caso seja a cidade situada entre Teano e Venafro, deverá ser a mesma que Salmon (ver *infra*, Mapa 5.9) designa como sendo *Rufrae* (e que mais à frente será traduzida por Rufras).

²⁷⁸ Liv. 8.25, 27. Esta relação dos povos da Apúlia e da Lucânia com Roma revela-se, contudo, muito pouco clara, como é referido em Salmon (1967, 214-15), o que aliás será extensível ao conjunto dos relatos disponíveis sobre a Segunda Guerra Samnita. É algo de que o próprio Tito Lívio se apercebe e refere em Liv. 8.40: os elogios fúnebres e certas inscrições poderiam ter falsificado os testemunhos, pois as diferentes famílias teriam inventado histórias para se apropriar de acções heróicas e magistraturas gloriosas; daí teriam resultado certas contradições entre documentos privados e os arquivos oficiais, o que levou a que as informações produzidas não pudessem ser admitidas sem reservas. A estas dificuldades acrescentar-se-ia, segundo Salmon, o facto de que a preferência dos antigos para relatar os acontecimentos numa perspectiva anual e o inconveniente de se dispor apenas da versão romana dos mesmos terem impedido que se disponha de uma visão imparcial e suficientemente clara que privilegie uma perspectiva de conjunto não prejudicada pelo excesso de pormenores (é interessante sublinhar, no entanto, que outros historiadores tendem a minimizar aquele tipo de falsificações ou desvalorizações feitas sobre as fontes, como é o caso, por exemplo, em Cornell (1989c, 369-70)). A confusão específica associada à relação entre Roma e a Apúlia e a Lucânia surge de modo mais evidente quando se considera o que é referido em Liv. 8.27, 8.29 e 8.37 (ver *infra* a este respeito vários desenvolvimentos, sobretudo as notas 283, 284 e 292). Salmon chega aliás a admitir que Tito Lívio tenha confundido os habitantes do povoado volsco de Luca (situado na área do vale do Lírís) com os habitantes da Lucânia. O vale do Lírís está assinalado a tracejado duplo verde, passando por Fregelas, nos mapas 5.1 e 5.2.

importância de actividades associadas aos interesses comerciais e manufactureiros e reconhecido a indispensabilidade da utilização das vias marítimas²⁷⁹.

MAPA 5.2 – EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA E MILITAR NO PERÍODO 338-326 a.C.
(Latium Adjectum, Campânia e Sâmnio)



- Criação de Colónias
- Criação de Municípios (cives sine suffragio)
- ↑ Movimentos dos exércitos romanos

Observação: as datas de criação das Colónias e Municípios estão indicadas (a branco ou vermelho)

Este mapa foi construído a partir de uma base (acesso em 2018-11-03) que se encontra em https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/26/Carre_DeuxGuerreSamnite_327av1C.png.

²⁷⁹ Salmon 1967, 216.

O exército instalado entre *Palaepolis* e *Neapolis* acabou por ter sucesso, dominando as duas cidades com o apoio da aristocracia grega e permitindo a Roma firmar um tratado de amizade com *Neapolis*. Este sucesso esteve por outro lado ligado a uma alteração de natureza institucional do lado romano, tendo sido criada uma prática de extensão (prorrogação) do limite de tempo que era atribuído à função consular (o magistrado passava a ser designado procônsul para o distinguir do cônsul que, entretanto, havia sido eleito). Uma prorrogação equivalente veio a aplicar-se também aos pretores (então designados propretores), tal prática adquirindo importância não negligenciável no futuro do Estado Romano²⁸⁰.

5.1.2. A Segunda Guerra Samnita – Incertezas históricas até ao final da Paz Caudina

As intervenções armadas de Roma na Campânia e no território samnita desencadearam a designada Segunda Guerra Samnita, que se estendeu, conforme já referido, de 326 a 304 a.C. e cuja primeira fase se desenvolveu até 321, ano em que Roma sofreu uma derrota avassaladora que ficou conhecida como Desastre das Forças Caudinas. Esta primeira fase, que é relatada, em conjunto com outros acontecimentos, em Liv. 8.27-40 (período 326-322) e Liv. 9.1-11 (321-320), terá sido preenchida (à excepção do referido Desastre) por movimentos militares de importância menor (recontros fronteiriços sobretudo, alguns dos quais de duvidosa autenticidade e difíceis de localizar no terreno). De acordo com Edward Salmon, terá havido em Tito Lívio mais uma preocupação em utilizar muitas palavras do que em relatar factos. A sua principal preocupação terá estado em de algum modo encontrar compensações e justificações para o Desastre posterior em 321 a.C. (sobretudo no que ele terá tido de humilhante), mantendo tanto quanto possível intacta a honra romana e a crença na superioridade dos seus exércitos²⁸¹. As dificuldades que resultam para a compreensão do que na realidade se passou são muitas, das quais se procurará dar uma ideia dando destaque aos seguintes aspectos:

²⁸⁰ Liv. 8.25-26; Forsythe 2005, 294.

²⁸¹ Salmon 1967, 219-22. Em sentido próximo ver Forsythe (2005, 295-98). A opinião deste último sobre os esforços de Lívio para salvar a honra romana está, contudo, expressa de modo mais sintético em Forsythe (1999, 68): «Perhaps the lengthiest and most elaborate illustration of how patriotism affected the annalistic tradition and Livy's use of it is his narrative of events preceding, including, and immediately following the Caudine disaster of 321».

1. No que concerne os referidos recontros fronteiriços, eles deveriam ter ocorrido com mais probabilidade no vale do Lírís, não só porque era aí que o tratado de 354 a.C. teria estabelecido a fronteira entre as duas potências mas também porque era a partir dessa faixa territorial que os Romanos poderiam mais facilmente penetrar no Sâmnio e os Samnitas atingir com menos dificuldade o Lácio²⁸².
2. Outro tipo de interrogações é colocado pelas referências de Lívio ao envio de exércitos para (ver *supra* Mapa 4.2 e *infra* Mapas 5.4 a 5.7) o território dos Vestinos (325 a.C.), apresentados como aliados dos Samnitas, e (em 323 e 322 a.C.) para a Apúlia (neste caso haveria dúvidas sobre se os exércitos romanos visariam atacar os Ápulos como inimigos ou defendê-los dos Samnitas; contudo, o envio das legiões romanas através do Sâmnio – que levou ao Desastre das Forças Caudinas – é explicitamente referido como constituindo ajuda a Lucéria, cidade aliada situada na Apúlia, cercada pelos Samnitas)²⁸³.
3. As intenções romanas com tais movimentos poderiam eventualmente visar a instalação de guarnições nessas regiões (sobretudo na Apúlia, após aí conseguir aliados) para lhes possibilitar exercer pressão sobre os Samnitas pela rectaguarda e isolando-os²⁸⁴. O certo em 325 a.C., contudo, é que o território dos Vestinos parece dificilmente acessível sem o controlo dos

²⁸² Salmon (1967, 223-24), baseando-se sobretudo em D.H. 15.10.

²⁸³ Ver Liv. 8.29, 8.37, 8.40 e 9.2. Conforme já referido *supra* (Liv. 8.27 – 326 a.C.), Lucanos e Ápulos são referidos como tendo celebrado alianças com Roma. Por outro lado, o envio de exércitos para o território dos Vestinos (referido em Liv. 8.29 com tendo tido lugar em 325 a.C.) é apresentada em Salmon (1967, 220) como tendo mais provavelmente ocorrido em 317 a.C., durante a Paz Caudina (ver Salmon (1967, 231), que coloca a hipótese de haver confusão entre um cônsul de 317 e outro cônsul de 277 a.C.), no que respeita às acções militares na Lucânia e visando Forento e Nérulo. Este constitui um exemplo de indicações tidas como equívocas – indicações relativas a este período, que vários académicos referem com alguma frequência – de datas em que certas acções ocorreram, quando elas terão com maior probabilidade ocorrido apenas anos mais tarde.

²⁸⁴ Ver Cornell (1995, 353) e Liv. 8.25; ver também Harris (1991, 178-180). Ver ainda *supra*, Mapa 4.5 (eventualmente também, *infra*, Mapas 5.4 a 5.7, visando uma consideração mais abrangente do território), para visualizar a situação geográfica de Ápulos e Vestinos (e também outros povos que a seguir se mencionam) e permitir ajuizar da vantagem em optar pela passagem pelo território destes últimos para chegar à Apúlia. De facto, o trânsito dos exércitos romanos pelos territórios dos Équos e Marsos (e, eventualmente, Pelignos) poderia estar mais facilitado do que fazê-lo pelo próprio território dos inimigos Samnitas (ver a este propósito o que é referido em Cornell (1989c, 376) sobre o que uma existente “Liga Sabélica” que integraria povos dos Apeninos Centrais teria estabelecido a favor de Roma neste período). O restante percurso através dos territórios dos Marrucinos e dos Frentanos, ao longo da costa adriática e sem terreno acidentado, não colocaria dificuldades aos exércitos (ver Liv. 9.2). De qualquer modo, a estratégia romana de colocar o território samnita sob cerco (usando as próprias forças e as dos aliados) parece ganhar maior viabilidade após assegurar o controlo das montanhas (os Apeninos) onde viviam os povos acima referidos. Esse controlo só se terá tornado efectivo, contudo (ver *infra*), alguns anos mais tarde.

territórios que o separavam de Roma e o motivo indicado de que esse povo seria aliado dos Samnitas também não parece constituir justificação suficiente para lhes contrapor um exército quando existiam importantes áreas em disputa, em particular o vale do Lírís.

4. No que concerne especificamente o Desastre das Forças Caudinas (321 a.C.), em que o exército romano acampado perto de Calácia, cidade situada ao sul de Cápua, se aventurou através de um desfiladeiro²⁸⁵ e caiu numa emboscada urdida pelo general samnita *Gaius Pontius*, é pacífica a percepção de que tal desastre constituiu, não uma perda significativa de efectivos militares mas uma terrível humilhação para o exército e para a própria sociedade romana (de facto, o acordo estabelecido entre *Pontius* e os cônsules romanos garantiu a vida dos soldados romanos contra a promessa de um tratado de paz e a sujeição dos activos militares romanos a várias afrontas, em que avultava a passagem sob o jugo²⁸⁶). Contudo, uma questão tem dado origem a debate entre os académicos que é a da decisão dos cônsules em invadir o Sâmnio de modo que tem sido considerado precipitado. A razão de tal invasão, apresentada por Tito Lívio como a urgência em prestar socorro a Lucéria, conforme já referido, não só não apresenta coerência dadas as referências de Lívio no sentido de os Ápulos serem inimigos e não aliados, como tem sido considerada um absurdo em termos militares²⁸⁷.
5. Outra questão que tem levado a pôr em causa a narrativa de Lívio é a da aceitação ou não pelo Estado Romano do tratado de paz com os Samnitas (ou se se terá ficado pelo mero compromisso – eventualmente apenas uma trégua – assumido pelos cônsules em tal sentido) após a derrota das Forças Caudinas. De facto, tudo parece indicar que o senado aceitou as condições que lhe foram impostas (entre as quais o abandono de Fregelas e Cales aos Samnitas e a retirada de Teano, cidade situada a noroeste de Cales) e que a Paz Caudina vigorou até 316. A expedição de vingança que é descrita por Lívio relativa a

²⁸⁵ A localização do desfiladeiro não é conhecida de modo seguro. No Mapa 5.2, a leste de Calácia, estão assinaladas duas possibilidades, a primeira no sentido de Saticula e a segunda na direcção de Cúdio.

²⁸⁶ Liv. 9.1-6.

²⁸⁷ Salmon 1967, 224. A conquista de Lucéria pelos Romanos é ainda referida em Liv. 9.16 (319 a.C.) e, novamente, em Liv. 9.26 (314 a.C.), precedida do massacre da então existente guarnição romana pelos Samnitas. Esta última referência é certamente menos sujeita a ser considerada como duvidosa dado que coincide com a criação de uma colónia latina nessa cidade (2,5 mil adultos masculinos). A indicação do número de adultos – referidos por Lívio ou estimados – associado à fundação das colónias latinas está sintetizada em Cornell (1989c, 405).

320 não terá passado de uma invenção analística (cheia de pormenores absurdos, na opinião de Salmon) destinada a manter intacto o orgulho romano e mesmo as operações guerreiras que são narradas até 317 poderão ter ocorrido apenas anos mais tarde, terem tido lugar contra povos distintos dos indicados ou estarem associadas à repressão de revoltas de comunidades volscas (encorajadas pelos Samnitas ou pela percepção que esses povos terão tido da fraqueza romana que sucedeu às Forcas Caudinas)²⁸⁸. Parece de facto mais provável que no período 320-317 Romanos e Samnitas se tenham ocupado sobretudo em consolidar internamente as suas posições e procurado actuar no mesmo sentido no exterior através de actividade militar e diplomacia²⁸⁹.

6. Uma das incertezas que respeita ao período 320-317 a.C. é a da agitação que atingiu as comunidades volscas e que em Tito Lívio aparece limitada a uma revolta de Sático com introdução de uma guarnição samnita na cidade²⁹⁰.

²⁸⁸ Ver, em tal sentido, longos desenvolvimentos em Salmon (1967, 226-32). Em Cornell (1995, 353, n. 24) é apoiada nas suas grandes linhas a interpretação de Salmon embora se admita que a paz só terá sido firmada em 318 a.C. após vários sucessos romanos em 320-319. Por outro lado, em Forsythe (2005, 299-301) o acordo com Salmon vai mais longe do que no caso de Cornell. Além do que é referido por Salmon, poderá ainda colocar-se a dúvida sobre se o conceito de Apúlia em Lívio (eventualmente também nas suas fontes) não terá sido influenciado pela criação em 7 a.C. das 11 regiões de Augusto, em que a Região II – Apúlia e Calábria – incluía a Apúlia (que se estendia pelo território samnita do século IV a.C. até Benevento, Saticula e Cádúio).

²⁸⁹ Esta é uma opinião de Forsythe expressa na referência dada na nota precedente. Relativamente ao período que vai do Desastre das Forcas Caudinas a 317 a.C., ver também Cornell (1989c, 370-71).

²⁹⁰ Liv. 9.12, 16. A Sático em revolta terá quase certamente sido a cidade do vale do Liris já referida *supra*, na nota 238 (ver a possível localização *infra*, no Mapa 5.9). De facto, a Sático comprovada arqueologicamente – que se situava na proximidade de Âncio, a poucos quilómetros do mar Tirreno e que ocupava uma posição estratégica ao longo da estrada que conduzia dos montes albanos ao mar – havia sido objecto da fundação de uma colónia latina em 385 a.C. (Liv. 6.16) e foi destruída e incendiada pelos Latinos em 377 a.C. (Liv. 6.33). A reconstrução em 348 da cidade pelos Volscos e a sua destruição pelos Romanos logo a seguir em 346 a.C., referidas em Liv. 7.27, poderá respeitar à Sático comprovada arqueologicamente (até porque Lívio associa a Âncio próxima a essa reconstrução), mas tal não é certo. A mesma cidade poderá ter sido reconstruída pouco tempo depois, dado haver referências várias à atribuição do estatuto de *civitas sine suffragio* em 338 a.C. (ou nos anos seguintes), mas as referências a tal atribuição não especificam a localização. Assim, por exemplo, dever-se-á concluir que essa atribuição, sempre assumida em termos de maior probabilidade ou verosimilhança, quando é feita em Toynbee (1965a, 138-39), Chiabà (2011, 119, n. 279) e Humbert (1978, 184-85, n. 110), corresponde implicitamente à cidade pontina. Contudo, a hipótese acima referida de localização no Vale do Liris (que em Salmon (1967, 229-30) é dada como certa – ver nota 1 da página 230 – apoia-se em Cícero e explícita como local moderno correspondente Boville Ernica, entre Frusino e Arpino). É uma hipótese que permite dar mais consistência à agitação volscas do período da Paz Caudina, a qual terá sido uma reacção à sujeição a que os Volscos dessa área foram submetidos no período que se seguiu a 338 a.C. (ver Salmon (1982, 57 e n. 259)). Ver também, em sentido próximo (uma Sático no território de Arpino – ver também localização no Mapa 5.9 – a norte de Fregelas), Toynbee (1965a, 146, n. 4). Por outro lado, em Frederiksen (1984, 248 e n. 81) é referido expressamente que a cidade em revolta era a cidade próxima de Arpino. O problema derivado da existência de localidades que têm nomes iguais ou tão semelhantes que se prestam a confusão, e que dificultam a compreensão dos acontecimentos relatados nas fontes, é algo que se verifica ser bastante comum no que respeita ao período agora em análise. Em particular, tais dificuldades transmitem-se aos mapas que os historiadores modernos constroem, criando situações em que certas cidades, fortificações, etc., referidas nas fontes, são apresentadas em locais

Contudo, a referência que é feita em Liv. 9.16 a um povo – os *Ferentani* – também em revolta, que tem sido identificado com os Frentanos (habitantes de um território a norte do Sâmnio, ao longo da costa adriática) ou com os Forentanos (em princípio os habitantes de Forento, cidade situada a alguns quilómetros ao sul de Venúsia, eventualmente samnita ou submetida com alguma frequência a assédio samnita), poderá na realidade corresponder a uma comunidade volsca do vale do Liris, como pretende Edward Salmon²⁹¹.

7. Outra referência a destacar está associada a iniciativas em locais mais longínquos – os casos mais em evidência serão os territórios dos Ápulos e dos Lucanos. Tito Lívio e Diodoro referem destruições e conquistas a partir de 318 a.C.²⁹², mas Salmon considera mais razoável que tivessem tido lugar sobretudo iniciativas de teor diplomático²⁹³. Tais iniciativas surgem como mais prováveis no caso da Apúlia, não só no que respeita a Lucéria mas também a Teano Ápulo, Arpos (Argos Hípico), Venúsia e Forento. Uma forte razão para a generalidade dos Ápulos estarem interessados numa aproximação a Roma terá sido a existência de pastagens na região (baixas altitudes), pastagens essas que eram cobiçadas pelos vizinhos Samnitas (habitantes de zonas montanhosas)²⁹⁴.

diferentes, conduzindo frequentemente a interpretações defeituosas dos acontecimentos históricos. Situação que naturalmente é ainda agravada pelo próprio desconhecimento por parte dos historiadores antigos das correspondentes localizações, sobretudo quando se trata de locais que, entretanto, tenham sido abandonados. É algo que prejudicará certamente alguns desenvolvimentos que serão feitos no presente trabalho, onde, contudo, se procurará contrastar eventuais diferenças de interpretação através de citações dos autores envolvidos.

²⁹¹ Salmon 1967, 230. Não parece assim ser de excluir a localização de tal comunidade em Ferentino (ver Mapa 5.1), cidade hérnica situada próximo do rio Sacco (nome antigo: *Tolerus* ou *Trerus*), afluente do Liris. O território da cidade havia sido arrebatado aos Volscos em 413 a.C. (Liv. 4.51) e cedido (ou devolvido) por Roma aos Hérnicos após intromissão dos primeiros. Haverá em tal contexto alguma probabilidade de que no período da Paz Caudina houvesse influência volsca nesse território e que a situação de pressão samnita na área do Liris favorecesse a referida agitação. Por outro lado, a proximidade com Sático (Boville Ernica – ver nota precedente e Mapa 5.9) e Sora dá consistência à hipótese de Salmon.

²⁹² Liv. 9.20 e D.S. 19.10, referindo a Apúlia (Teano Ápulo, Canúsio e Forento) e a Lucânia (Nérulo). Em Liv. 9.12-15 (320 a.C.) já havia referências a actividades militares na Apúlia (Lucéria, Arpos) e na Lucânia (relembre-se a hipótese de confusão entre um cônsul de 317 e outro de 277 a.C.), as quais dão sequência em termos de inverosimilhança àquelas que já foram mencionadas *supra* (notas 283 e 284) para o período que antecedeu o Desastre das Forças Caudinas.

²⁹³ Salmon (1967, 231), que refere também que atacar Ápulos e Lucanos seria desguarnecer a fronteira com os Samnitas, risco que certamente Roma não assumiria na altura. Salmon apresenta ainda a hipótese de que os Lucanos a que Lívio se refere sejam os habitantes de Luca (cidade do vale do Liris) que assim se teriam juntado à revolta de Sático e Ferentino (ver notas precedentes).

²⁹⁴ Ver, nesse sentido, o que é referido a propósito de Arpos em Salmon (1967, 231, n. 2) e dos Ápulos (e da ajuda que os Romanos lhes prestaram em defesa face aos Samnitas) em Rosenstein (2012, 40), com a intervenção romana a desagradar a Tarento (que tradicionalmente exercia domínio sobre a região e cujo desagrado viria mais tarde a ser determinante na ajuda que esta cidade solicitou a Pirro; ver *infra*,

Uma das ocorrências que escapa a este conjunto de incertezas e que reflecte uma evolução que traduz uma situação positiva para o Estado Romano está ligada à criação das tribos Ufentina (ou Oufentina) e Falerna (ou Falerina) em 318 a.C., a qual requereu confiscações de territórios (a povos submetidos, eventualmente sob a forma de *civitas sine suffragio*) efectuadas a favor de tais tribos. É uma situação que se irá repetir com outras tribos e outros territórios nas décadas seguintes e que, nestes dois casos, se fez em prejuízo de Priverno e Tarracina (Ufentina) e de cidades da Campânia (Falerna). Os territórios das tribos que vão sendo criadas serão aliás objecto de extensão em períodos posteriores, por vezes através de leis promulgadas nas assembleias populares mas, mais frequentemente, através de simples decisão dos censores (inscrevendo alguns até então *cives sine suffragio* como *cives optimo iure*). Foi algo que em particular atingiu a tribo Ufentina, a qual, posteriormente a 318 a.C., foi integrando territórios de outras cidades como está evidenciado no Mapa 5.3 (onde a respectiva representação já considera territórios que se estendem de Tarracina a Frusino)²⁹⁵.

5.1.3. A Segunda Guerra Samnita – Da derrota romana em *Lautulae* à consolidação de 313-312 a.C.

Em 316 a.C. as hostilidades enquadráveis na Segunda Guerra Samnita foram retomadas, não sendo claro se devido a um ataque romano a Saticula (considerada por Lívio uma cidade aliada dos Samnitas) ou a um assalto samnita a Plistica (localização desconhecida)²⁹⁶. Segundo Lívio, Saticula terá sido tomada por Roma em 315 a.C., colocando-se a questão de saber se foi a concentração dos exércitos romanos nessa área que facilitou o movimento samnita (a partir de Sora, cidade volsca na margem esquerda do Liris) no sentido de Tarracina (ver *supra* localização de Ânxur, no Mapa 5.2, ou a indicação «*Lautulae*» no Mapa 5.4), área onde teve lugar a batalha de *Lautulae* (local onde a estrada costeira, a seguir designada *via Appia*, é mais estreita, apertada entre o mar e as montanhas). Os Samnitas obtiveram uma clara vitória, avançando presumivelmente até

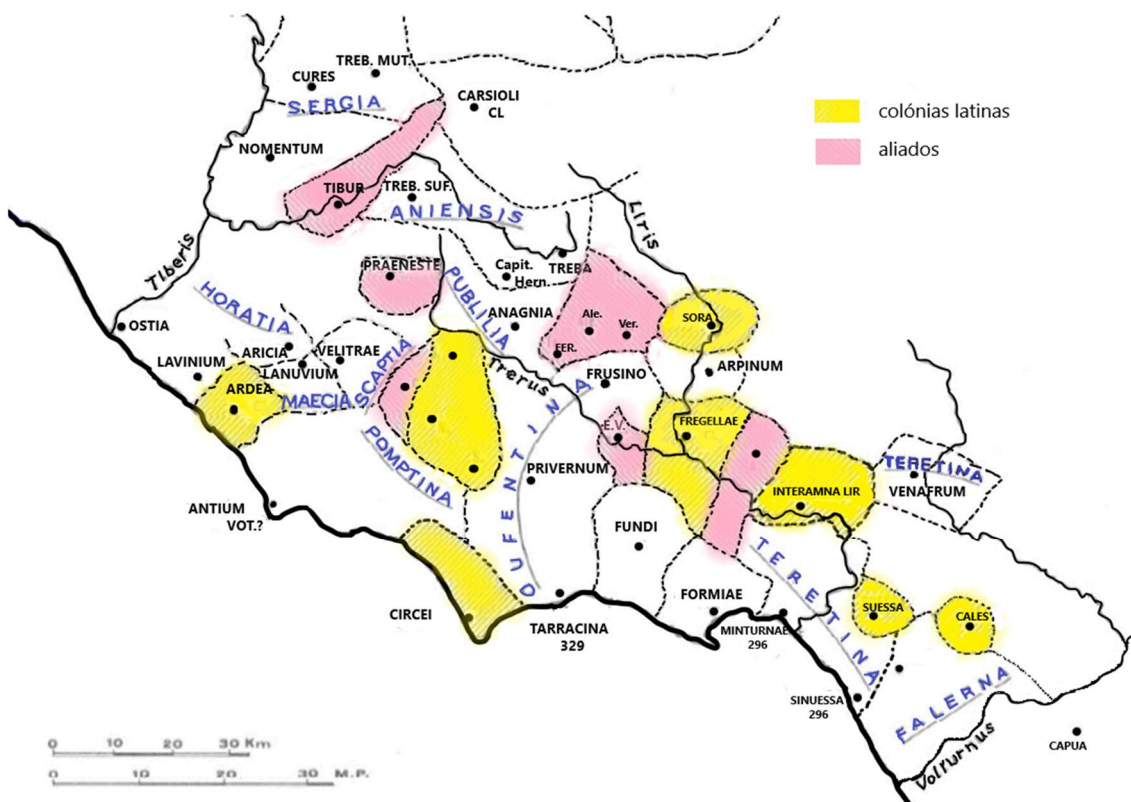
início do capítulo 6). A reter, por outro lado, que em Toynbee (1965a, 146) é admitido que a referência que é feita em Liv. 9.16 aos *Frentani* (e que Salmon – ver *supra* – admite dever corresponder aos *Ferentani*) corresponderá sim a uma das iniciativas de teor diplomático com sucesso que Roma levou a cabo na área do Adriático.

²⁹⁵ Ver Humbert (1978, 337-39, 349-50).

²⁹⁶ Liv. 9.21 e D.S. 19.72.3-4.

Árdea (ver localização no Mapa 5.1). O melhor indicador da gravidade da derrota romana terá sido a série de revoltas (Volscos, Auruncos, Campanos) que eclodiram no período que sucedeu à batalha (Ver Mapa 5.4), assim como as perturbações que surgiram internamente nos meios políticos romanos.²⁹⁷

MAPA 5.3 - Tribos criadas no período de 334 a 241 a.C., Municípios associados e Colónias Latinas e Aliados adjacentes



Fonte: Humbert 1978, 461

²⁹⁷ Liv. 9.25-26 e D.S. 19.76.3. A batalha (ver Mapa 5.4) teve lugar em 315 a.C. (ver D.S. 19.72.7-8, Liv. 9.23, Forsythe (2005, 301) e Cornell (1995, 354)). Relativamente ao avanço samnita até Árdea, ver referências pouco claras em Str. 5.3.5 e 5.4.11. A descrição dos acontecimentos relativos a *Lautulae* em Lívio tem sido considerada duvidosa, escamoteando a derrota romana. Quanto às referências à Apúlia que existem tanto em Lívio como em Diodoro para 315 a.C. (Liv. 9.23 e D.S. 19.72.5-7) elas revelam-se incompreensíveis, podendo ganhar algum sentido caso se admita o referido na nota 288 (Apúlia a estender-se até Cúudio e Saticula, na concepção das regiões estabelecidas em 7 a.C.). Relativamente às referidas perturbações internas (transmitidas em Liv. 9.26 como tendo ocorrido em 314 a.C., mas também as referidas em Liv. 9.33-34, relativas a 310 a.C. e respeitantes especificamente ao censor Ápio Cláudio Cego), elas são associadas em Salmon (1967, 240) a críticas que foram feitas à facção que defendia a política de expansão para sul (apontada como responsável pelos insucessos nas Forças Caudinas e em *Lautulae*). A facção política que fazia tais críticas – e que considerava que uma forte acção na Itália Central ou mesmo na Itália do Norte devia ter prioridade – terá ganho nos anos seguintes uma influência crescente, algo que se terá tornado visível pelo curso que as actividades militares nessa altura adquiriram. Mas considere-se, *contra*, a observação em Harris (1991, 181, n. 3).

A recuperação romana (ver Mapa 5.4) começou aparentemente a ser visível logo no ano seguinte, com vitórias romanas sobre os Samnitas²⁹⁸ e a retoma de Áusona, Minturnas e Véschia (cidades auruncas) e de Sora²⁹⁹. Também em 314 a.C. teve lugar a tomada de controlo definitiva de Lucéria com a instalação de uma colónia latina (já referida *supra*, nota 287) e, no ano seguinte, a conclusão da retoma de controlo da Campânia (cidades de Nola, Calácia e Atela) assim como a retoma de Fregelas³⁰⁰. Ainda em 313 e 312 a.C. Roma procedeu à fundação de 4 colónias latinas: em Satícula (estimativa de 2,5 mil adultos masculinos), Suessa Aurunca (estimativa de 2,5 mil adultos masculinos; ver localização a sudeste do curso inferior do Liris), Interamna Lirenas (4 mil adultos masculinos; localização na margem esquerda do Liris, um pouco acima de Suessa Aurunca) e Pôncia (300 adultos masculinos; ilha situada ao largo de Circeios e Tarracina). A opinião de Tim Cornell é que em 312 a.C.

Samnium was encircled by military allies of Rome, and confronted in the sensitive Liris-Volturnus region by a string of Latin colonies on strategic sites stretching from Fregellae to Saticula. At the same time the Romans strengthened their grip on the whole of the lowland region along the Tyrrhenian coast. A potent symbol of their permanent control of this area was the construction of the Appian Way, the great highway from Rome to Capua, which was started in 312 BC. These events marked the turning-point of the war.³⁰¹

Este ponto de viragem da guerra está também marcado (ou influenciado) por importantes alterações em termos organizacionais relativas ao exército e à marinha. No

²⁹⁸ D.S. 19.76.2 e Liv. 9.23,27. A referência à vitória romana em Liv. 9.23 na área de Tarracina está confundida com a derrota em *Lautulae*, procedimento que Livio deve ter adoptado para minimizar essa derrota. A vitória romana em Liv 9.27, que possivelmente Lívio confunde com a referida em Liv. 9.23 e situa na área de Cáudio/Benevento, terá mais provavelmente, segundo Salmon (1967, 237), ocorrido nas redondezas de Tarracina. Salmon considera um absurdo que forças romanas se tenham aventurado através de território rebelde e samnita após *Lautulae*.

²⁹⁹ Liv. 9.24-26. Tito Lívio considera que a acção contra os Auruncos conduziu à exterminação deste povo. Esta exterminação pode ser considerada um precedente de acções da mesma natureza que ocorreram poucos anos depois (Équos, em particular) ou cuja ocorrência foi temida (Marrucinos, Marsos, Pelignos e Frentanos) na Itália Central e que podem ser interpretadas como acções punitivas destinadas a desencorajar revoltas dos povos próximos.

³⁰⁰ Liv. 9.28 (a indicação da cidade de Atina em Lívio tem sido considerada um erro, devendo entender-se Atela) e D.S. 19.101.3. Por outro lado, a retoma de Fregelas é aparentemente referida assumindo que a ocupação samnita havia sido recente, quando em Salmon (1970, 58-9) a suposição é que tanto essa colónia como Cales haviam sido evacuadas na sequência do Desastre das Forças Caudinas e reinstaladas em 314 a.C. Uns anos antes, Salmon (1967, 238-39) vai em sentido muito próximo e refere que tanto a perda como a recuperação de Teano e Cales não são registadas nas fontes. No que concerne o conjunto de acontecimentos relativos a Fregelas desde a implantação romana em 328 a.C., ver, para mais detalhes, Senatore (2008, 176-81).

³⁰¹ Cornell 1995, 354. Ver também, para o período que vai da batalha de *Lautulae* à consolidação de 313-312 a.C., Cornell (1989c, 372).

que respeita ao exército, 16 tribunos militares passaram a ser eleitos pelas assembleias populares para as 4 legiões e, no que concerne a marinha, dois *duumviri navales* responsabilizados pelo equipamento e manutenção da frota³⁰².

A reorganização relativa aos 16 tribunos militares pressupõe (eventualmente já em anos anteriores, como se poderá inferir do número de frentes de combate referidas por Lívio) um aumento dos efectivos do exército de 2 para 4 legiões o que provavelmente foi acompanhado por aspectos de natureza táctica que fizeram evoluir o sistema baseado na falange para um outro mais flexível baseado em manípulos³⁰³. Gary Forsythe é de opinião de que os novos métodos e organização militares dos Romanos terão derivado do Desastre das Forças Caudinas e da derrota em *Lautulae*, tendo começado a ser implementados sobretudo no decurso da Paz Caudina³⁰⁴.

No concernente à importância que a política naval passou a ter em Roma, a colónia já referida de Pôncia e as colónias marítimas de Óstia e Âncio (338 a.C.) e Tarracina (329 a.C.), juntamente com o estatuto de aliado que Nápoles (uma cidade com uma longa tradição marítima) adquiriu em 326 a.C., terão capacitado o Estado Romano para o desenvolvimento de novas actividades nesse domínio³⁰⁵.

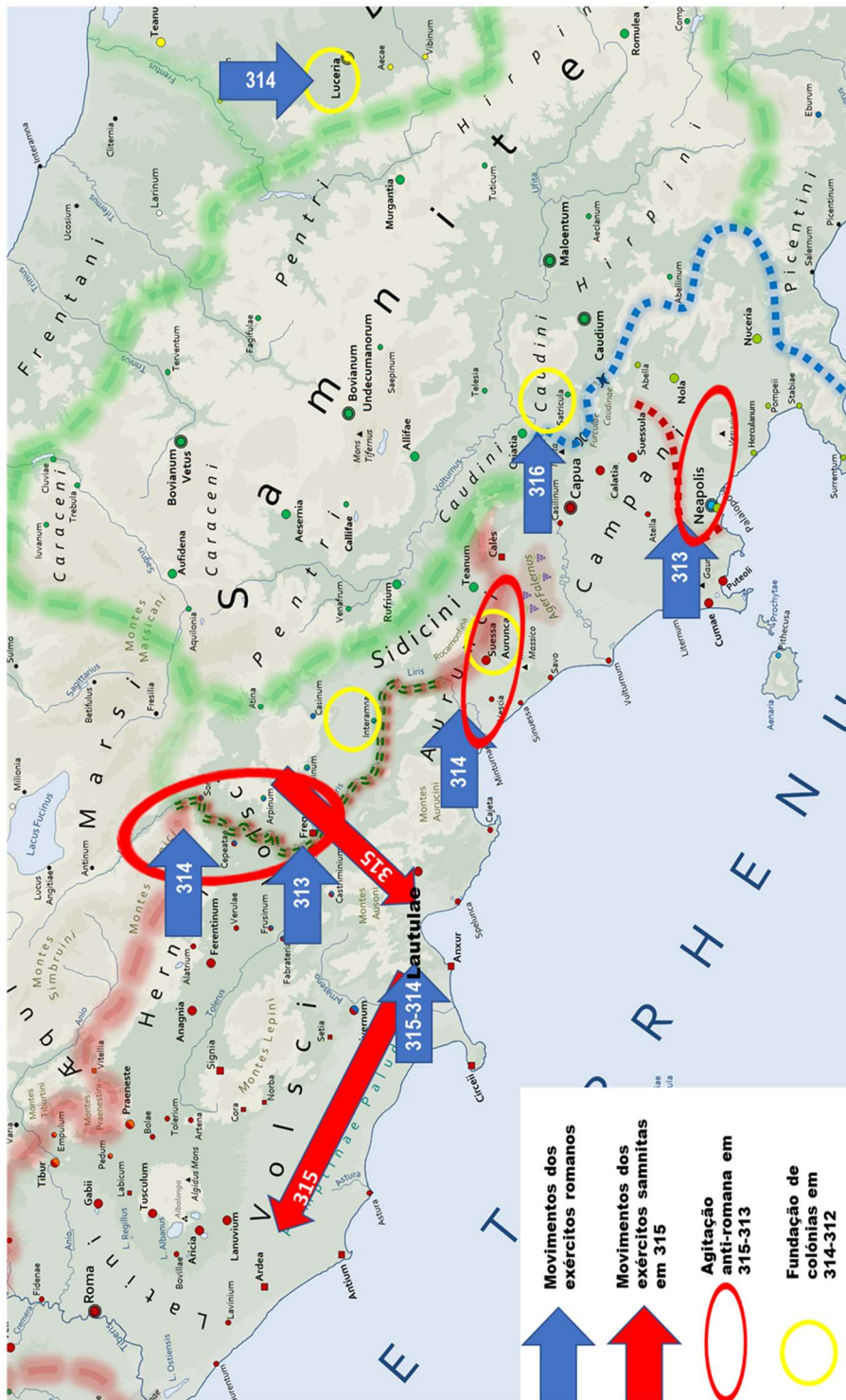
³⁰² Liv. 9.30.

³⁰³ A legião manipular estava organizada em quatro linhas, ordenadas em função da experiência dos soldados (os mais jovens – e, portanto, menos experientes – na linha da frente); essa organização permitia em caso de necessidade que a linha da frente pudesse recuar para dar lugar à linha seguinte sem a perturbar. Em Cornell (1995, 354, n. 29) é referido que as fontes que datam do período das guerras samnitas a adopção da organização manipular são mais credíveis do que o que é assumido por Lívio (que pretende que tal organização já vinha de muito antes de 340 a.C.). Cornell fornece ainda uma série de referências bibliográficas fundamentais sobre o exército romano. Por outro lado, a duplicação do recrutamento militar (de 2 para 4 legiões) terá sido possível (Forsythe 2005, 304) devido ao crescimento do Estado Romano que se seguiu à Guerra Latina, o que parcialmente estará expresso pela criação de 4 novas tribos (as duas já referidas *supra* – Ufentina e Falerna – e as que estão referidas em Liv. 8.17 – Mécia e Escápica, em 332 a.C.). Essa capacidade de maior recrutamento terá também derivado da já referida inscrição de *cives sine suffragio* como *cives optimo iure* por simples decisão dos censores (ver *supra*).

³⁰⁴ Ver Forsythe (2005, 304-06), onde estão referidos numerosos detalhes de tais métodos e reorganização.

³⁰⁵ Ver detalhes em Forsythe (2005, 303-04).

MAPA 5.4 - Desenvolvidos da Segunda Guerra Samnita em 316-312 a.C.



Este mapa foi construído a partir de uma base (acesso em 2018-11-11) que se encontra em

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/26/Carte_DeuxGuerreSamnite_327avJC.png

5.1.4. O significado do confronto entre as duas potências

Será talvez este o momento de introduzir um parêntesis para tentar aprofundar o significado deste confronto de Roma com os Samnitas. Será que tal confronto teria subjacente uma luta pela hegemonia na Itália que terminaria com a unificação política da

Península? Ou esse confronto terá sido apenas uma consequência de ambições limitadas no sentido de ganhar influência na Campânia e ao longo do vale do Lírís ou, ainda menos, apenas uma expressão do que William V. Harris designou “imperialismo defensivo”³⁰⁶ (neste caso, no sentido de impedir que tal influência fosse monopolizada por uma das partes e daí viesse uma maior ameaça para o *status quo* político-territorial que qualquer delas exercia)? Não parece que a resposta possa ser unívoca, mas que ela deva variar em função das circunstâncias específicas defrontadas em cada momento (situações de sucesso ou de insucesso que precedem) e do historial já vivido e das lições que daí tenham advindo.

Uma situação de insucesso como a que ocorreu com o Desastre das Forças Caudinas obrigou Roma a rever a sua estratégia, justificando-se a este propósito recordar aqui o que *supra* é referido, relativo a que o período da Paz Caudina tenha sido dedicado pela cidade a iniciativas de carácter diplomático (prosseguidas naturalmente com um máximo de persuasão e um mínimo de coerção). Tais iniciativas terão resultado em algumas alianças visando dar prioridade a uma estratégia de cerco dos Samnitas de preferência a uma estratégia de avanço militar ou de outro tipo de coacção como as confiscações de território ou a incorporação de comunidades na cidadania romana (plena ou restrita). Essa opção conduziria mais provavelmente, em princípio, a que tais comunidades procurassem na aliança com Roma (na altura um aliado longínquo, tido como pouco ameaçador às respectivas autonomias) um meio de se defenderem de intenções mais agressivas dos Samnitas. Mas, para as comunidades que já tivessem sofrido uma redução de autonomia por parte de uma das potências, uma derrota de uma delas teria conduzido quase inevitavelmente a uma tentativa de ruptura dos laços existentes e a uma aproximação com o vencedor (que poderia ser seguida de movimentos de sentido inverso quando a sorte da guerra mudasse). São movimentos dessa natureza – de aproximação e de ruptura – que caracterizam uma parte considerável da História romana e em particular o período que sucedeu à Derrota das Forças Caudinas.

Posteriormente, as vitórias romanas de 314-313 a.C. terão criado uma situação que poderia ser interpretada como favorável a uma expansão imperialista no sentido de tentar esmagar o seu principal inimigo. O certo é que, a fiarmo-nos em Lívio, tal não sucedeu de imediato e relativamente poucos recontros tiveram lugar entre as duas potências até às

³⁰⁶ Ver Harris (1991, 163-254) e, no que concerne especificamente o período que agora é tratado, Harris (1991, 175-82). Relativamente à questão da hegemonia e da unificação política da Itália ver as considerações feitas *infra*, secção 5.2.4, páginas 194-195.

novas vitórias romanas de 306 e 305 a.C. que precederam o novo tratado de paz estabelecido no ano seguinte. Após 313, uma outra guerra teve lugar, com os Etruscos, não sendo claro até que ponto este povo tenha sido incentivado pelos próprios Samnitas (recorrendo também a uma estratégia de cerco) a recuperar territórios que tradicionalmente eram seus e que agora eram controlados pelos Romanos. Mas Roma não se terá ficado por acções de natureza reactiva – como outras no mesmo período de 312 a 304 a.C. – e prosseguiu a sua estratégia de criar condições para prosseguir os seus objectivos de defesa ou de expansão (os casos, por exemplo, da construção da *Via Appia* e do melhor controlo do território entre o Tirreno e o Adriático).

Na opinião de Toynbee, já antes da derrota de carácter definitivo que Roma haveria de impor anos mais tarde aos Samnitas se teria formado entre muito Estados da Península a percepção de que tal desenlace constituiria a principal ameaça às respectivas autonomias. Por outro lado, em Roma ter-se-á compreendido que tais Estados, caso conseguissem formar uma coligação que se lhe opusesse, viriam a revelar-se decisivamente, a partir desse momento, mais fortes. Esse perigo deveria ser prevenido por três manobras³⁰⁷, a primeira das quais seria o ajuste de contas que Roma teria que fazer caso a caso com os seus vizinhos. Seria em segundo lugar indispensável isolar os seus vizinhos do sudeste dos que lhe estavam a noroeste. E isso tornar-se-ia possível se conseguisse assegurar o controlo de uma faixa de território na Itália Central que ligasse o Tirreno ao Adriático. Por fim, à medida que fosse avançando nesse controlo, teria que consolidar os seus ganhos territoriais através da implantação de colónias latinas, fortificadas, em locais devidamente escolhidos que guarnecessem as fronteiras do momento.

5.1.5. Da reacção anti-romana dos Etruscos ao final da Segunda Guerra Samnita

No período 312-304 a.C. o esforço romano de guerra contra os Samnitas só parece ter ganho maior consistência a partir de 307. Provavelmente porque estes últimos terão tido algum sucesso nas suas manobras diplomáticas e terão conseguido levar outros povos – sobretudo os Etruscos – a lutar por uma autonomia que os Romanos estariam em vias de ameaçar com maior firmeza. Parece depreender-se dos acontecimentos que ocorreram neste período que tanto Romanos como Samnitas terão passado a assumir crescentemente

³⁰⁷ Ver Toynbee (1965a, 147-48) e, para o que precede, Toynbee (1965a, 144-47).

preocupações de natureza estratégica em termos de geopolítica. Contudo, em tal enquadramento e de 311 a 308 – intervalo de tempo em que as guerras com os Etruscos (ver *infra*) requereram a atenção prioritária de Roma – as únicas acções de carácter militar que a cidade empreendeu contra o seu principal inimigo terão tendencialmente revestido uma natureza meramente reactiva³⁰⁸. Diferentemente, no que respeita às acções que foram empreendidas face aos Etruscos poder-se-á considerar que, tendo Roma sido obrigada a reagir às suas iniciativas (cerco de Sútrio, uma das *Priscae Latinae Coloniae* a norte de Veios³⁰⁹), as acções que empreende no contexto da guerra suplantam a mera reacção que inicialmente está expressa em Tito Lívio³¹⁰. Logo em 310 a.C. os seus exércitos tomam iniciativas que vão além da oposição aos Etruscos que cercam Sútrio, procuram aliados entre os Umbros – cujo território se situava a leste da Etrúria – e conseguem manobrar de modo a ameaçarem pela retaguarda os exércitos inimigos em terreno que era mais favorável às suas tácticas manipulares, de maior mobilidade. A vitória romana que se seguiu teve como consequência o apelo à paz por 3 cidades etruscas: Perúsia, Cortona e

³⁰⁸ A primeira de tais acções foi uma resposta a um movimento samnita que visou *Chuviae*, uma cidade tida como o centro político dos Caracenos (etnia habitando o extremo norte/noroeste do território samnita), já próxima (localização frequentemente considerada desconhecida, mas que em Cornell (1989c, 356) é estabelecida perto da moderna Casoli) dos territórios dos Marrucinos e dos Frentanos. A cidade teria sido ocupada precedentemente e dotada de uma guarnição pelos Romanos (Liv. 9.31), provavelmente no contexto dos movimentos requeridos pelo acesso à Apúlia (através dos territórios marrucino e frentano) por parte dos exércitos romanos. Ainda segundo Liv. 9.31, um dos cônsules romanos reconquistou *Chuviae* em 311 a.C. e dirigiu-se posteriormente a Boviano, a capital dos Pentros, tendo-a conquistado e saqueado. Esta acção teria sido seguida de um movimento dos Romanos no sentido de se apoderarem de rebanhos utilizados pelos Samnitas como engodo para atrair aqueles a uma emboscada. Diversamente do que afirma Lívio, não só o exército romano não se terá aproximado de Boviano (terá antes atacado *Bovianum Vetus*, ou *Iuvanum*, cidades próximas de *Chuviae* – ver Mapa 5.6) como terá escapado com dificuldade a uma pesada derrota. Ver, a tal respeito, Salmon (1967, 244, n. 1 e 2), e Cornell (1995, 354, n. 30). A segunda das acções (Liv. 9.38, 310 a.C.), que terá sido uma mera manobra de diversão, está associada a um ataque a Alifas (ver Mapa 5.6) por um exército romano (desviado da sua missão na Etrúria) com o objectivo de obrigar os Samnitas a abandonar os assédios a que estavam a sujeitar cidades apúlias aliadas de Roma (ver D.S. 20.35.2). Uma terceira acção (que poderá ter tido o mesmo objectivo que a anterior segundo Liv. 9.38, mas a que Lívio atribui meras intenções de pilhagem) foi empreendida pelos tripulantes de uma frota romana que desembarcaram junto a Pompeia e devastaram o seu interior, mas foi um completo fiasco. Finalmente, a quarta acção (não localizada no espaço em Liv. 9.40), empreendida no mesmo ano ou no ano seguinte, parece ter sido destinada a complementar a manobra de diversão que começou com o ataque a Alifas e, eventualmente a socorrer o exército que havia iniciado tal acção (é essa a opinião expressa em Salmon (1967, 245-46)). Tito Lívio apresenta o resultado desta acção como uma grande vitória romana, mas Salmon não concorda, dizendo que, se não se tratou de uma vitória inteiramente fictícia, terá sido no máximo um sucesso local com os efeitos de diversão procurados.

³⁰⁹ A atribuição a Sútrio do estatuto de colónia latina (que é feita em Salmon (1982, 51)) é distinta do que é referido em Sordi (1960, 135-38), nomeadamente no que concerne o período em análise da guerra com os Etruscos (em que Sútrio é considerada “aliada”, de acordo com o referido em Liv. 9.32). O estatuto dessa cidade, assim como o da vizinha Népete, terá aliás variado, segundo Sordi, desde que Roma assumiu o respectivo controlo após a conquista de Veios. Só após 293 a.C. (ou mesmo 241 a.C.) o estatuto de ambas terá passado a ser de colónia.

³¹⁰ Liv. 9.32, 33, 35.

Arécio³¹¹. A referida manobra, que inclui uma marcha aparentemente para norte através da floresta que se situa a leste das montanhas Cimínias a partir do território de Népete, a que se segue o contorno dessas montanhas até alcançar Sútrio pelo lado oeste, põe em destaque as características geográficas da região (ver Mapa 5.5). A primeira fase dessa marcha, no sentido de Améria, a norte, ter-se-á feito através de caminhos que mais tarde serão utilizados para construir a *Via Amerina*, assim como o ponto de chegada dos exércitos, situado num estreito entre as montanhas Cimínias e os montes Sabatinos, local onde posteriormente passará a *Via Cassia* (ver traçado *supra*, no Mapa 4.1).

Ainda em 310 a.C., e no contexto do reconhecimento que efectuou sobre as montanhas Cimínias e floresta Cimínia, Roma, quando procura estabelecer relações de amizade com os Umbros, celebra uma aliança com a cidade de Camerino (ver Mapa 5.5), situada perto dos Picentes e dos Sénones (cujos territórios se estendem ao longo do Adriático). Não só esse tratado indiciava uma intenção de cercar os seus inimigos etruscos como fazia antever um propósito de expansão de influência para norte/nordeste que havia de ser confirmado dentro de poucos anos³¹². Contudo, a aproximação aos Umbros terá apresentado falhas ou sido ambígua, na medida em que ainda nesse mesmo ano e nos anos que se seguiram há indicações de batalhas travadas com esse povo (ver Mapa 5.5), sem que, contudo, haja indícios claros de terem sido registados avanços significativos no terreno para a causa romana³¹³. Por outro lado, o ano de 308 a.C. representou um claro abrandamento, ou mesmo cessação temporária, da pressão etrusca, o que ocorreu na sequência de avanços significativos do exército romano (ver Mapa 5.5) no território de Volsínios (cidade situada provavelmente um pouco a norte do *Lacus Vulsinus*, o actual Lago de Bolsena). A trégua que na altura foi assinada com os Etruscos (de apenas 1 ano, excepto com Tarquínia, que foi de 40 anos), obrigou as suas cidades à entrega de

³¹¹ Liv. 9.36-37 e Liv. 9.40, com as acções romanas desta última referência a serem com alguma probabilidade as mesmas que são descritas em 9.37. As cidades que cercaram Sútrio eram sobretudo as do norte da Etrúria. Tarquínia, Cere e Vulceios não participaram na guerra contra Roma. Em Salmon (1967, 242-43) dá-se destaque à manobra que permitiu aos Romanos ameaçar os exércitos etruscos pela retaguarda – a marcha do cônsul Fabius Rullianus – mas algumas das façanhas que lhes são atribuídas são consideradas confusas, contraditórias, por vezes exageradas, ou tendo ocorrido apenas em período posterior (ver a este respeito Cornell (1989c, 373-74), mas também Cornell (1995, 355-56) e ainda Salmon (1967, 268)).

³¹² Ver Liv. 9.36. O interesse dos Camertes (cidadãos de Camerino) na aliança terá provavelmente sido causado pela ameaça que os Gauleses vizinhos representavam.

³¹³ Uma batalha vitoriosa é referida em Liv. 9.39, mas sem que sejam dados mais pormenores. Em Liv. 9.41 (308 a.C.) são referidas mais vitórias romanas em resposta a ameaças dos Umbros (que terão reforçado a resistência etrusca), cujo desenlace terá sido a sua submissão, com excepção de Ocrículo (situada no sul do país, na margem esquerda do Tibre e próximo da floresta Cimínia), com a qual há a indicação de ter sido celebrado um tratado de aliança.

fornecimentos vários ao exército romano e ao pagamento dos respectivos soldos, condições de natureza económica que Tito Lívio referirá frequentemente nos anos que se seguiram como imposição romana aos vencidos³¹⁴.

Nos anos que no imediato se seguiram, os Romanos, libertos da pressão etrusca, estenderam a sua actividade guerreira a outros territórios. Inicialmente, e mais uma vez, uma renovada pressão sobre a área de Alifas (ver Mapa 5.6), situada perto de Boviano, a capital samnita dos Pentros. Essa acção terá revelado uma associação de Hérnicos aos Samnitas, o que em breve conduziu a desentendimentos com várias cidades hérnicas e a uma situação de guerra que foi resolvida rapidamente por Roma (307-306 a.C. – ver Mapa 5.6) com imposição de sanções económicas e do estatuto de *cives sine suffragio* aos vencidos (enquanto que as cidades que não participaram na revolta mantiveram o estatuto de aliadas). Por outro lado, os sucessivos afrontamentos com os Samnitas – após a tomada de controlo que estes impuseram sobre Caiatia e Sora (ver Mapa 5.6) – terão conduzido a vitórias romanas e à imposição de sanções económicas ou mesmo destruições do território visando os campos agrícolas samnitas³¹⁵. O prosseguimento dessas operações – certamente perturbadas por incursões samnitas (ver Mapa 5.6) no *campus Stellatis* (território situado a leste do *ager Falernus*, entre Cales e Caiatia) – conduziu em 305 a.C. não só à retoma de Sora e Arpino (ver Mapa 5.6) e Cesennia (cidade ou fortificação de difícil identificação) mas também a ataques na área do *Mons Tifernus* que foram concluídos pela conquista de Boviano (ver Mapa 5.6)³¹⁶. No ano que se seguiu (304 a.C.), não só a paz com os Samnitas foi restabelecida com a reposição em vigor do anterior tratado, como Roma atacou os Équos (que acusou de ter prestado ajuda aos Samnitas) – cujo território era fundamentalmente rural, dedicado a pecuária extensiva –, destruindo as suas fortificações e eliminando praticamente a sua unidade nacional (ver Mapa 5.5). Por outro lado, e possivelmente na esperança de evitarem destino semelhante ao dos Équos (os quais, segundo Lívio, foram quase exterminados), outros povos – Marrucinos, Marsos, Pelignos e Frentanos – procuraram e obtiveram a assinatura de tratados de amizade (ver Mapa 5.5) com Roma³¹⁷.

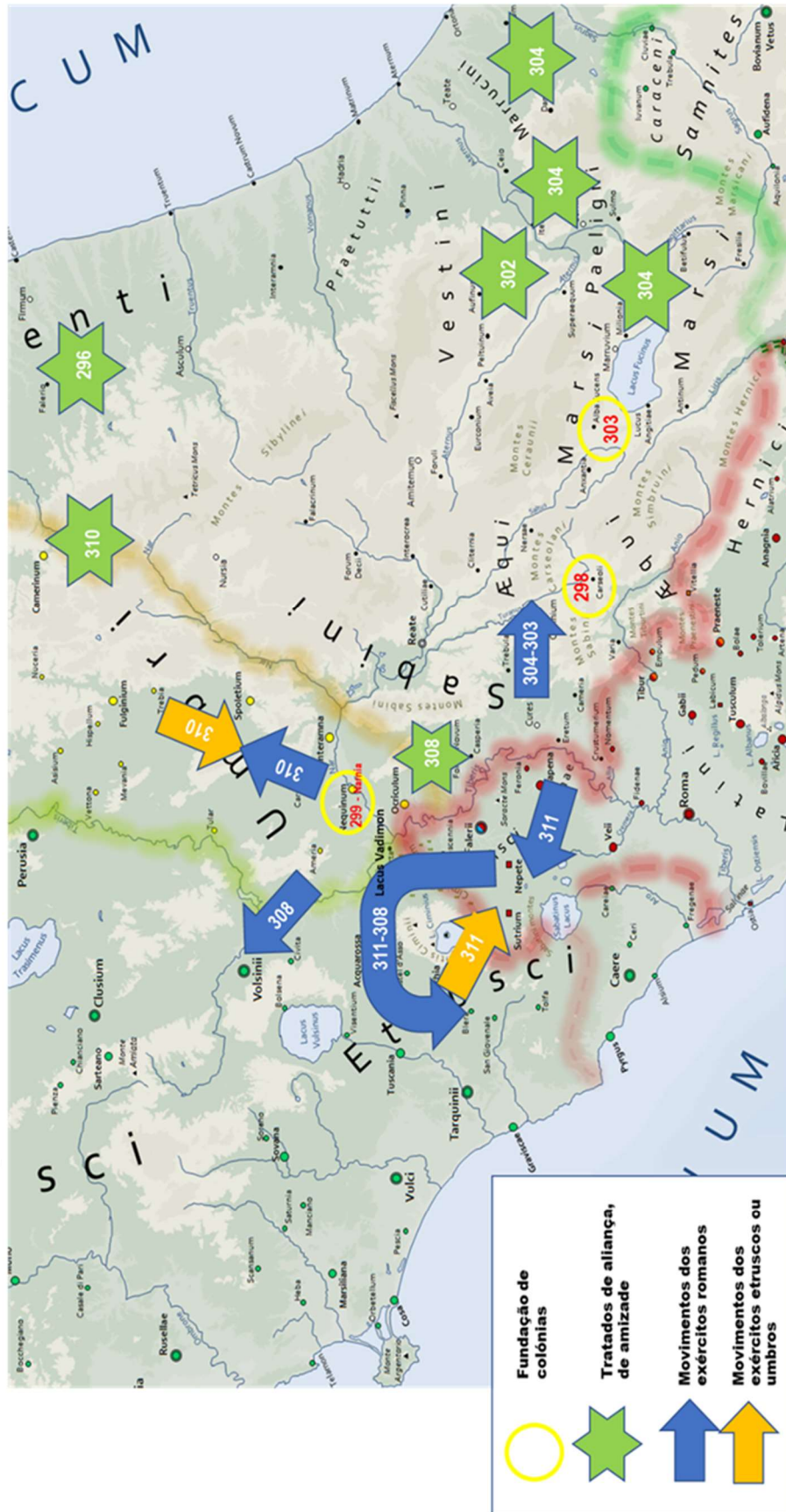
³¹⁴ Ver detalhes em Liv. 9.41 e D.S. 20.44.9.

³¹⁵ Liv. 9.42-43. Ver também D.S. 20.80, que situa a reacção romana na Iapígia (território a sul da Apúlia, também conhecido como Messápia ou Salento), a qual terá conduzido à captura de Sílvio (cidade situada na fronteira entre a Iapígia e a Apúlia), que dispunha de uma guarnição samnita. Essa acção terá ainda prosseguido com a invasão do Sâmnio, concentrada no referido objectivo de devastação.

³¹⁶ Liv. 9.44 e D.S. 20.90, onde se refere adicionalmente que terá havido um ataque romano aos Pelignos, com confiscação de algum território, e imposição de algum tipo de cidadania romana.

³¹⁷ Liv. 9.45 e D.S. 20.101. Um tratado de aliança (ver Mapa 5.5) foi pouco depois (302 a.C.) assinado também pelos Vestinos (Liv. 10.3). De observar, no entanto, que Marrucinos, Pelignos e Marsos tiveram

MAPA 5.5 - REACÇÃO ETRUSCA ANTI-ROMANA E CONTROLO ROMANO DA ITÁLIA CENTRAL



Este mapa foi construído a partir de uma base (acesso em 2018-11-11) que se encontra em

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Carte_GuerreRomanoEtrusque_311avJC.png?uselang=fr

confrontos de importância aparentemente menor com os Romanos em momentos anteriores (ver referências em Harris (1991, 178, n. 4), e também Liv. 10.3).

5.1.6. Do final da Segunda Guerra Samnita até Sentino

Assim, o Estado Romano terá conseguido, no final da Segunda Guerra Samnita, o objectivo estratégico que parece ter considerado essencial, que era ter o território samnita cercado por territórios que controlava. Em particular, o domínio do espaço que se estendia do Tirreno ao Adriático ao longo da Itália Central (ver Mapa 5.5) viria, conforme se verá *infra*, a permitir-lhe estender o seu domínio mais para norte, isolando o seu principal inimigo e avançando no sentido do estabelecimento de uma unidade “nacional” italiana que haveria de se concretizar no futuro.

Elementos importantes na estratégia de expansão romana foram a implantação de colónias e a construção de estradas. No que respeita às estradas, já foi referido *supra* o início da construção da *Via Appia* em 312 a.C. (visando o controlo dos territórios para sul até à Campânia, assegurando em particular a ligação entre as recentemente criadas tribos Escápia, Pontina, Ufentina e Falerna). Mas pouco depois foi iniciada a construção da *Via Valeria* em 306 a.C. (que poderá ter estado na origem da revolta dos Équos), a qual haveria de prolongar a *Via Tiburtina*, nos anos seguintes, para Nordeste até Carséolos (onde uma colónia latina – 4 mil adultos masculinos – seria fundada em 298 a.C.) e depois para leste até Alba Fucência (colónia latina – 6 mil adultos masculinos – fundada em 303 a.C.)³¹⁸.

O ano de 303, segundo Tito Lívio³¹⁹, foi marcado por avanços (ver Mapa 5.7) que introduziram ainda maior consistência na situação de controlo de territórios a que aquela estratégia havia conduzido. Assim, no concernente aos territórios da Itália Central, a fundação da colónia de Alba Fucência foi complementada por acções que levaram mais longe a submissão dos Équos e pela anexação de Trébula (situada a leste de Tíbur, em território équo³²⁰) como *civitas sine suffragio*. Em segundo lugar, no que respeita à área do Vale do Liris e do *Trerus* (onde a implantação volsca era forte) as anexações sob forma de *civitas sine suffragio* atingiram Arpino e Frusino (esta com uma forte confiscação de território, que veio a justificar uma extensão mais alargada da tribo Ufentina); por outro

³¹⁸ Ver Mapa 5.5. Os traçados das *Via Appia* e *Via Valeria* neste período podem ser vistos *supra*, no Mapa 4.1.

³¹⁹ Liv. 10.1.

³²⁰ Em Oakley (2005, 39-40) refere-se a existência de cinco povoações designadas Trébula. A maioria dos académicos consideram que a Trébula referida por Tito Lívio corresponde à *Trebula Suffenas*, localizada próximo de Tíbur, embora Oakley admita igualmente a possibilidade de essa povoação ser a *Trebula Balliensis* entre Caiatia e Cales e na proximidade dos Monti Trebulani e do *campus Stellatis* (ver Mapa 5.9).

lado, em Sora foi instalada uma colônia latina (4 mil adultos masculinos). Este conjunto de avanços veio reforçar os que já haviam sido conseguidos com os Hérnicos pouco antes (tratados de aliança ou submissões).

Os anos imediatos complementaram estas situações com a já referida fundação de Carséolos e a de uma outra colônia situada em território umbro (Narnia, em 299 a.C., anteriormente designada Nequinum: 2,5 mil adultos masculinos; ver Mapa 5.8). Ainda em 299 foram criadas as tribos Aniense (localizada na área de Trébula, não sendo claro se e quando os habitantes da cidade adquiriram o estatuto de *cives optimo iure*) e Teretina (situada a sul de Interamna Lirenas, estendendo-se dos Montes Auruncos ao *ager Falernus*). E, na área desta última tribo, foram fundadas duas novas colônias marítimas em 296 (ver Mapa 5.7 e, *infra*, o enquadramento em que tal se verificou): Minturnas e Sinuessa (300 famílias cada³²¹), reforçando o dispositivo naval romano³²². Por outro lado, um envio de tropas (302-301 a.C.) para as proximidades de Arécio, na Etrúria³²³, parece revelar que o interesse de Roma na expansão para norte não se limitava à Úmbria. Verifica-se assim que no período entre a Segunda e a Terceira Guerra Samnita (304-298 a.C.) o Estado Romano não terá abrandado os seus objectivos expansionistas, tendo privilegiado não só a consolidação dos seus avanços anteriores nas áreas de influência das *Via Appia* e *Via Valeria* (bem como na área do Vale do Liris e do *Trerus*, onde a criação da colônia de Sora visava o reforço da fronteira norte com o Sâmnio) mas também uma progressão no sentido do norte da Península (Etrúria e Úmbria). Essa progressão para norte foi ainda complementada com um tratado de aliança com os Picentes³²⁴, que se sentiam ameaçados pelos Gauleses.

A Terceira Guerra Samnita terá sido desencadeada, segundo Tito Lívio, na sequência de uma agressão samnita aos Lucanos, povo com o qual, no mesmo ano (298 a.C., Liv. 10.11-12), Roma celebrou um tratado de aliança (ver Mapa 5.7). Lívio refere também que, na altura, tanto os Etruscos como os Samnitas desenvolviam esforços para encontrar aliados contra os Romanos³²⁵, enquanto estes optavam por invadir o Sâmnio. Essa

³²¹ Ver Salmon (1970, 71-2).

³²² Liv. 10.9, 10, 13, 21. Ver especificações e desenvolvimentos em Humbert (1978, 209-20).

³²³ Liv. 10.3-5. Ver Mapa 5.8.

³²⁴ Liv. 10.10-11; Forsythe 2005, 325. Ver Mapa 5.8.

³²⁵ Em 298 a.C. os Samnitas haviam tentado acordos com os Picentes e os Lucanos (Liv. 10.11). No ano anterior haviam sido os Etruscos a agir no mesmo sentido com os Gauleses (Liv. 10.10). As primeiras operações (Liv. 10.12) desta nova guerra tiveram lugar na Etrúria (região de Volaterras; ver Mapa 5.8) e no Sâmnio (provavelmente a partir de Sora, visando, na região noroeste, Aufidena e *Bovianum Vetus*; ver Mapa 5.7). Dever-se-á observar que as condições geográficas do conflito que se desenvolveu, entre Etruscos e Samnitas por um lado e Romanos pelo outro, obrigavam os diferentes povos que se

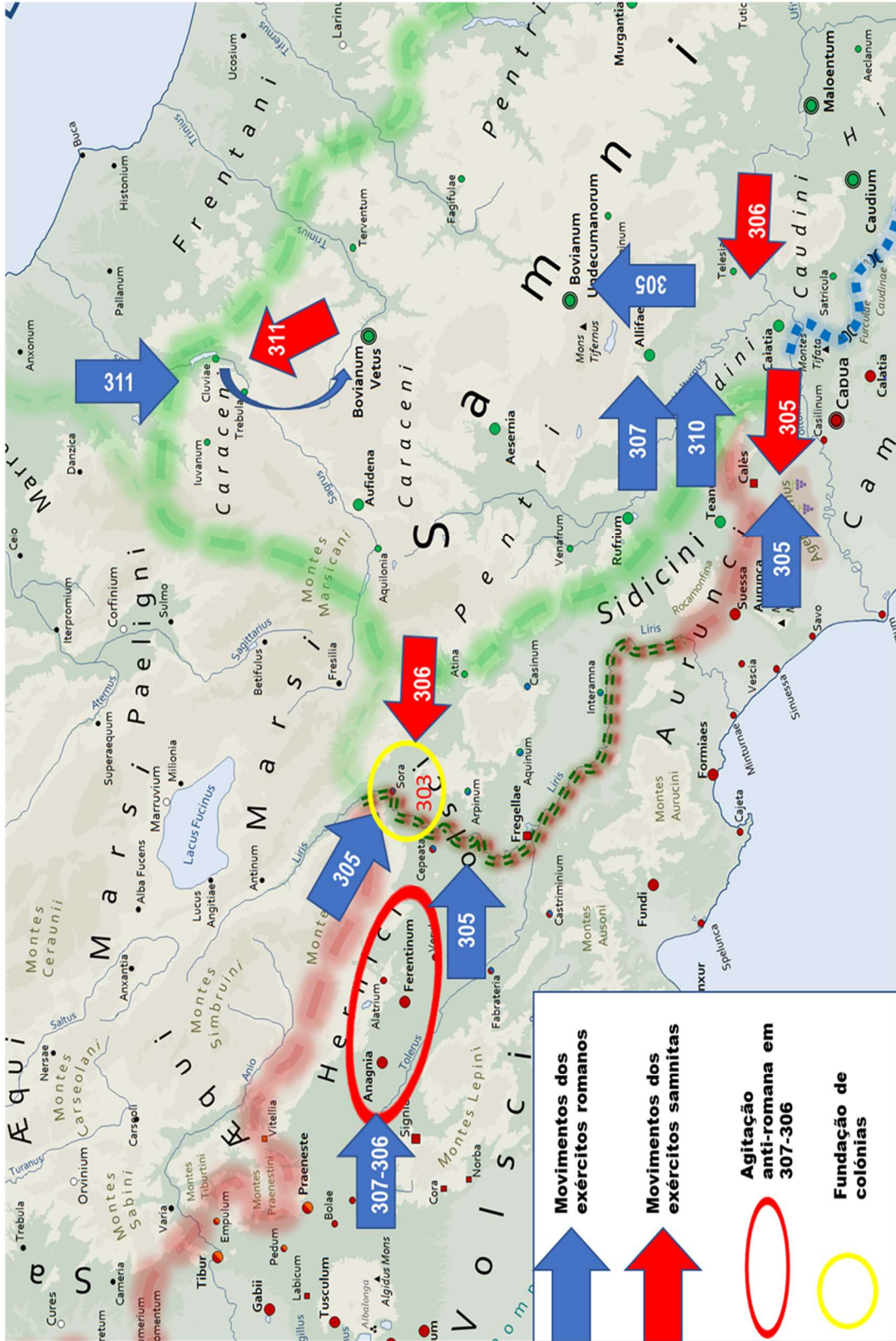
invasão, feita com dois exércitos, não impediu a deslocação de um exército samnita para a Etrúria, a qual se revelou um sucesso ao criar novas condições para a formação da aliança anti-romana³²⁶ (Samnitas, Etruscos, Gauleses e Umbros) que vinha a ser tentada desde há alguns anos³²⁷.

encontravam na Itália Central, mas também alguns dos que estavam mais a norte ou mais a sul, a colocarem-se ao lado de uma das partes em luta. Ver Brizzi (2008, 16).

³²⁶ A propósito desta aliança anti-romana, refira-se uma discordância importante. Stephen Oakley, no seu longo comentário sobre o livro 10 de Tito Lívio – Oakley 2005 – defende, apoiado sobretudo nos trabalhos de Beloch do início do século XX, que a aliança que se formou pouco antes da batalha de Sentino incluía, não os Samnitas, mas sim os Sabinos. Um dos principais argumentos utilizados em tal sentido seria uma repetida troca nas fontes – em particular Lívio – do termo Sabino por Samnita. O exemplo mais em destaque terá sido uma referência, nos Fastos Triunfais, a um triunfo sobre os Samnitas em 299 a.C. (ano em que Romanos e Samnitas se encontravam em paz) que deveria ser entendido como sobre os Sabinos (Oakley 2005, 32, 153). Relativamente a pormenores sobre a confusão referida entre Sabinos e Samnitas ver, de modo mais amplo, Oakley (2005, 30-34).

³²⁷ Relativamente à deslocação em 296 a.C. do exército samnita para a Etrúria, ver Liv. 10.16. A invasão romana referida – 2 exércitos – teve lugar em 297/296. O primeiro exército partiu de Sora e começou por visar a região do *Mons Tifernus*, enquanto o segundo operou a partir da área de Cales, instalando-se perto de Malevento (a futura Benevento). Um e outro ter-se-ão dedicado inicialmente a destruições do território inimigo procurando aparentemente o enfraquecimento económico e anímico da nação samnita (Liv. 10.14-15). Entretanto, a deslocação do exército samnita para a Etrúria terá deixado maior margem de manobra aos dois exércitos para que passassem das destruições à conquista de 3 cidades (Liv. 10.17): Murgância, Romúlea e Ferentino (cidade esta que poderá ser de facto, dadas as referências geográficas em questão, a Forento referida *supra*, página 158). As três cidades encontravam-se na proximidade da Apúlia ou da Lucânia (Murgância a oeste de Lucéria, Romúlea e Forento perto de Venúcia, de acordo com o Mapa 5.7), o que conduz a que em Salmon (1967, 263) se considere que um dos exércitos romanos – aquele que, segundo Tito Lívio, havia partido de Cales – teria de facto a sua base na Apúlia (Salmon também refere que os Samnitas terão podido deixar desguarnecidas as áreas do território em causa, não só porque o exército romano que nele operava tinha efectivos relativamente diminutos mas também porque a ajuda que poderia vir-lhe dos aliados lucanos e ápuolos não poderia ser muito significativa). Contudo, a interpretação dos objectivos e da actividade do exército que se admitiu ter partido de Cales será certamente diferente se a localização de Murgância tenha sido, conforme se admite em Salmon (1967, 263), a leste de Venúcia. Nesse caso, a intenção romana poderá ter estado mais ligada à defesa do aliado lucano. Aliás, as próprias dúvidas transmitidas na parte final do texto em Liv. 10.17 (a conquista das três cidades poderia ter sido feita, consoante os autores consultados por Lívio, por um ou outro dos procônsules que comandavam os dois exércitos referidos ou mesmo pelos novos cônsules) deixa claramente em aberto diversos tipos de interpretações.

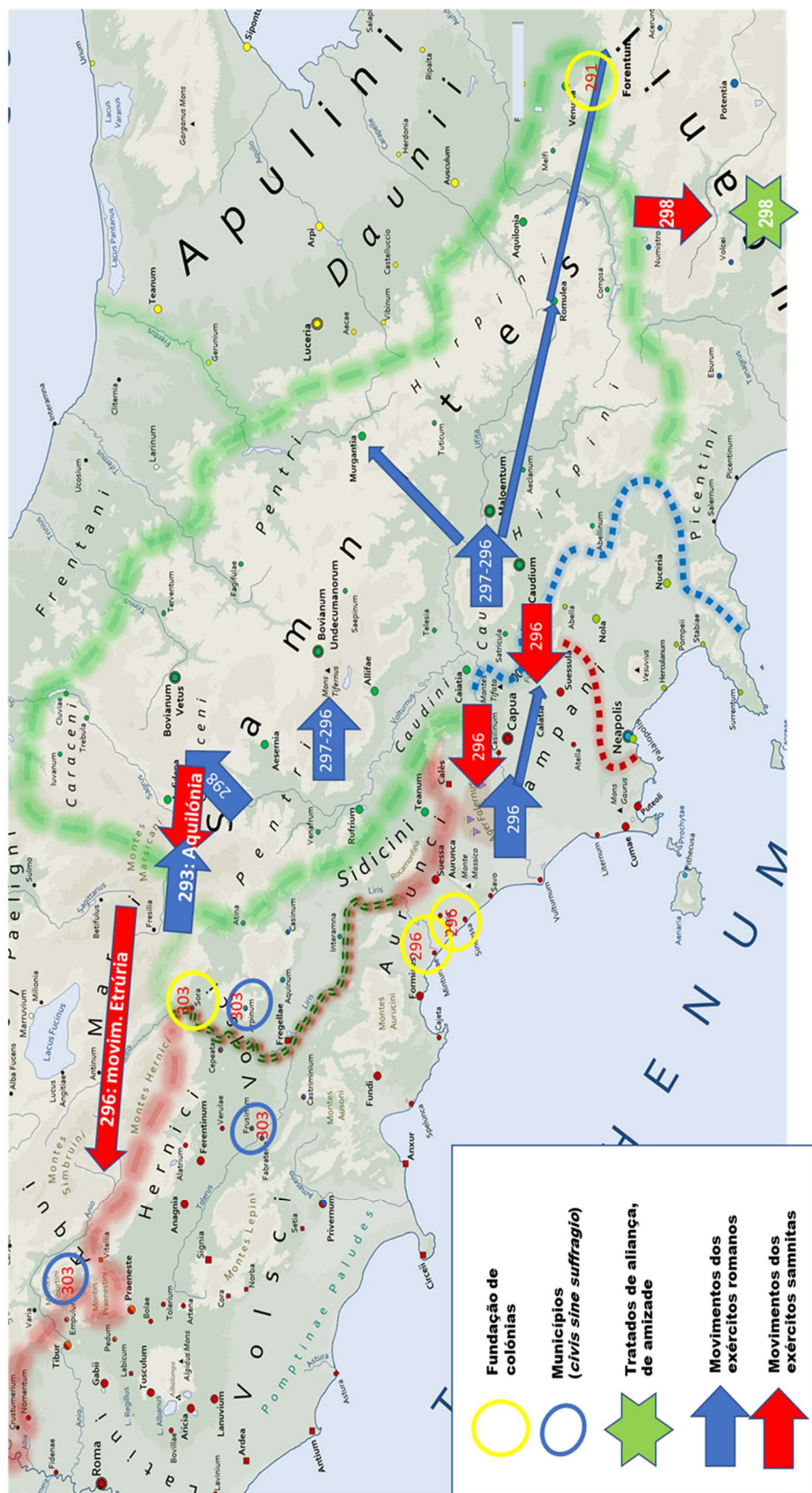
MAPA 5.6 - FASE FINAL DA SEGUNDA GUERRA SAMNITA



Este mapa foi construído a partir de uma base (acesso em 2018-11-11) que se encontra em

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/26/Carte_DeuxGuerreSamnite_327avJC.png

MAPA 5.7 - AS SEQUELAS DA SEGUNDA GUERRA SAMNITA E SENTINUM (territórios a sudeste)



Este mapa foi construído a partir de uma base (acesso em 2018-11-11) que se encontra em

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/26/Carte_DeuxGuerreSamnite_327avJC.png

Essas novas condições tornaram-se evidentes com a desorientação que a presença samnita junto dos Etruscos causou em Roma. Assim, presumivelmente antes da chegada do exército samnita³²⁸, um dos novos cônsules havia partido para o Sâmnio com duas legiões e reforços consideráveis de aliados, mas acabou por ser chamado de volta para dar apoio ao outro cônsul que havia sido destacado para a Etrúria³²⁹. Face ao vazio criado com essa retirada, os Samnitas aproveitaram para atacar a área da Campânia e do *ager Falernus*, saqueando-a e fazendo prisioneiros, o que levou Roma a fazer regressar os seus exércitos a essa região, os quais levaram a cabo a sua missão, segundo Lívio, com sucesso³³⁰. Entretanto em Roma decretava-se uma mobilização geral que incluiu *juniores*, *seniores* e libertos com o objectivo de organizar a defesa da cidade e tomou-se a decisão de fundar as colónias já acima referidas (Sinuessa e Minturnas) perto da região atacada (*ager Falernus*) e de fazer de novo regressar ao norte as legiões que haviam sido destacadas para aquela região³³¹.

A estratégia romana para fazer frente à ameaça dos quatro povos inimigos envolveu três componentes³³², a primeira sendo constituída pela junção dos exércitos dos dois cônsules (segundo se crê, 4 legiões romanas e um efectivo equivalente de forças aliadas, perfazendo um total superior a 36 mil homens³³³) em oposição directa à principal força inimiga que se havia deslocado para a Úmbria, com o objectivo de obter apoios de sentimento anti-romano e fazer a junção com os aliados gauleses³³⁴ (ver Mapa 5.8). Em segundo lugar, um exército comandado por um procônsul manteve-se no Sâmnio para impedir que daí fossem enviados reforços para o corpo inimigo principal. Por fim, as forças que protegiam Roma foram deslocadas para a Etrúria, ameaçando Clúsio (ver

³²⁸ Em Salmon (1967, 263-64) considera-se que o rompimento do cerco romano – que terá tido lugar através do território dos Marsos junto ao *Lacus Fucinus*; ver Mapas 5.7 e 5.8 – foi possível graças à dispersão dos seus exércitos.

³²⁹ Em Liv. 10.18-19 referem-se desentendimentos entre os cônsules, superados no entanto de algum modo através de embates com Etruscos e Samnitas que terão conduzido a vantagem romana.

³³⁰ Liv. 10.20. Ver Mapa 5.7.

³³¹ Liv. 10.21. Relativamente a estas campanhas militares e às que as antecedem, o que impera nas descrições de Tito Lívio é uma confusão muito significativa que provavelmente resulta de discordâncias entre as suas fontes. Recorde-se a este propósito o que é referido *supra*, nota 278, em particular no que respeita à falsificação de testemunhos, no sentido da apropriação de acções heróicas e magistraturas gloriosas pelas diversas famílias. As dúvidas que não podem deixar de se colocar relativamente às referidas descrições requerem uma abordagem que vá no sentido de identificar a evolução global dos acontecimentos e evitar destacar pormenores que poderão ser simplesmente falsos ou que tenham de facto ocorrido em momentos diferentes ou com diferentes intervenientes (caindo inevitavelmente na tentação referida *supra*, nota 269, identificada por Cornell)

³³² Liv. 10.27.

³³³ Cornell 1995, 361.

³³⁴ Dirigindo-se primeiro para Camerino, cidade aliada de Roma (ver *supra*) a leste de Perúsia, e depois no sentido norte, para Sentino, obtendo eventualmente alguns apoios de Sabinos e Marsos (Salmon 1967, 265).

Mapa 5.8), de modo a forçar os respectivos exércitos (não só os Etruscos mas também os Umbros) a defender os seus territórios e assim reduzir o poderio do exército principal que se havia fixado na área de Sentino.

Complementarmente, a preparação do embate militar que viria a ser conhecido como «batalha de Sentino» veio a incluir a designação de 5 promagistrados (dos quais apenas um teve a prorrogação da sua magistratura do ano anterior, o consulado, enquanto aos restantes quatro, na altura meros privados, foi conferido *imperium* como propretores). Trata-se de uma situação extraordinária, sem precedentes, e que além disso parece inaugurar um novo capítulo no que respeita às magistraturas extraordinárias em geral, com a ditadura a assumir importância muito menor que no passado mais recente³³⁵.

A batalha em si (ver Mapa 5.8) – reconhecidamente o maior embate militar ocorrido na Itália até então – terá sido ferozmente disputada e redundou numa vitória total de Roma, decisiva para o futuro da Península³³⁶. Na sua sequência, os exércitos romanos completaram a sua vitória impondo derrotas adicionais a Etruscos, Umbros e Samnitas. Em território samnita ou próximo dele, os avanços foram consideráveis e foram consolidados sobretudo por uma nova vitória decisiva na batalha de Aquilónia em 293 a.C., em que Aquilónia e outras cidades foram conquistadas, e pela criação de uma nova colónia em Venúcia (291 a.C. – estimativa de 6 mil adultos masculinos); ver Mapa 5.7³³⁷. No que respeita aos Sénones, muitos terão sido abatidos na batalha e outros terão presumivelmente deixado o seu território quando, pouco depois (283 a.C.), ele foi ocupado pelos Romanos e nele foi criada a colónia marítima designada Senagália³³⁸. Na Etrúria, especificamente, ainda em 295 a.C., Tito Lívio relata uma acção por um dos cônsules romanos na área de Perúcia (ver Mapa 5.8), causando pesadas baixas, apropriando-se do espólio e impondo reparações de guerra³³⁹.

³³⁵ Ver a este respeito as considerações que são feitas em Cornell (1995, 360-61 e n. 37) assim como em Oakley (2005, 8-10). Este último autor sublinha, em particular, o facto de em períodos mais próximos anteriores a 300 a.C. terem sido nomeados ditadores em 315, 314, 313, 310/9 e 302/1).

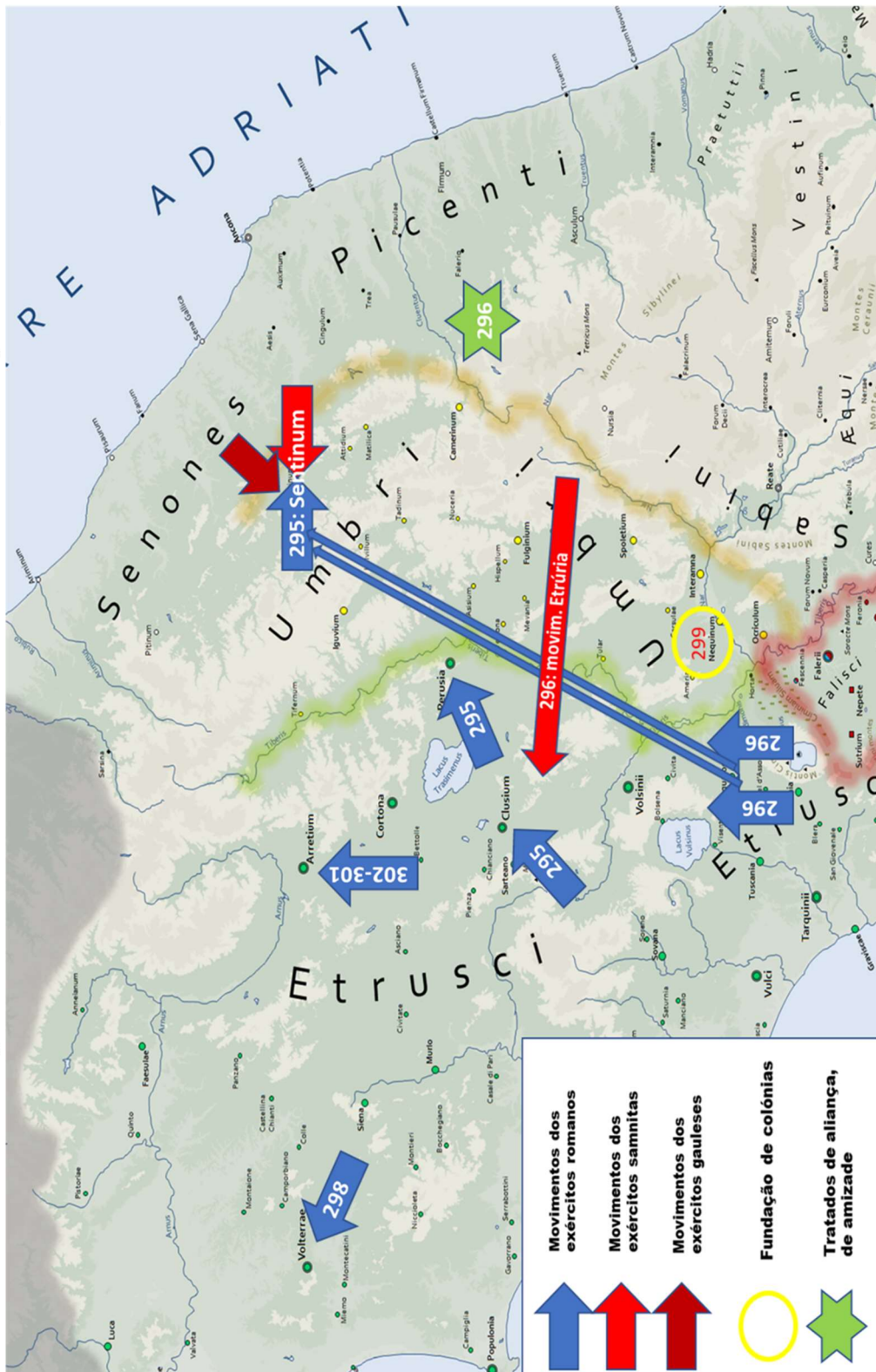
³³⁶ Liv. 10.27-29. Ver uma interpretação gráfica detalhada dos movimentos militares associados à batalha de Sentino em <http://www.proromanis.eu/timeline/republican-period/middle-republic/300-290-bc/third-samnite-war/> (acedido em 2021-03-01).

³³⁷ Liv. 10.32-47. Ver *infra*, para mais desenvolvimentos.

³³⁸ Liv. *Perioch.* 11.7 e Plb. 2.19. Ver Mapa 5.8.

³³⁹ Liv. 10.31. É esta, porém, uma acção relativamente à qual Edward Salmon considera que poderá existir um duplicado em 310 a.C. (ver *supra*, nota 311, e Salmon (1967, 268)). Tito Lívio refere ainda perturbações no Sâmnio (áreas de Esérnia e do Voltorno e também perto de Calácia e do *Campus Stellatis*) e no território dos Auruncos (áreas de Véscia e Fórmias), com os exércitos romanos a imporem pesadas baixas aos atacantes. Contudo, o esforço de guerra samnita não terá cessado com a derrota em Sentino, havendo indicações de que três exércitos teriam sido recrutados no ano seguinte (294 a.C.), com uma primeira resposta romana a encontrar dificuldades e a sofrer baixas de algum significado (Liv. 10.32-33). Só o reforço dos efectivos romanos (chegada de um novo exército) permitiu reverter a

MAPA 5.8 - AS SEQUELAS DA SEGUNDA GUERRA SAMNITA E SENTINUM (territórios a noroeste)



Este mapa foi construído a partir de uma base (acesso em 2018-11-11) que se encontra em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Carte_GuerreRomanoEtrusque_31lavJC.png?useLang=fr

situação, obrigar o inimigo a retirar e devastar o seu território (em Liv. 10.34 são mesmo referidas conquistas ou ocupações de cidades samnitas). De qualquer maneira, forças militares samnitas terão ainda ameaçado a colónia de Lucéria e ocupado brevemente Interamna Lirenas antes de um exército romano conseguir repor a situação anterior, sofrendo embora baixas significativas (Liv. 10.35-36).

5.2. O DESENLACE DA TERCEIRA GUERRA SAMNITA E NOVOS AVANÇOS ROMANOS NA ITÁLIA CENTRAL

A principal preocupação dos meios governamentais romanos após a batalha de Sentino terá sido a redução a uma expressão mínima do poderio militar samnita, para o que contribuiu significativamente a vitória já aludida que teve lugar em Aquilónia. Conforme também já referido, a existência de focos de resistência na Etrúria³⁴⁰ e na Úmbria conduziu a acções por parte de Roma no sentido de os eliminar. Tiveram por outro lado lugar iniciativas no sentido da criação de novas colónias, mas estas, como Senagália e Venúsia, foram instaladas em locais mais longínquos e apenas alguns anos depois, enquadrando-se num contexto de consolidação que, como o passado contribuía para esclarecer, preparava novos avanços no terreno.

5.2.1. Aquilónia e Comínio

A campanha que foi terminada com a vitória em Aquilónia poderá ter tido uma motivação particular que não é referida em Tito Lívio, mas que os desenvolvimentos que se encontram em Edward Salmon podem contribuir para apreender. Por um lado, o poderio militar romano que havia sido concentrado na área do Médio Liris (associado às colónias de Sora, Fregelas e Interamna Lirenas) e se estendia até ao *ager Falernus* (Suessa Aurunca e Teano, mas com o recente reforço de colónias em Minturnas e Sinuessa) formava uma base sólida a partir da qual os exércitos consulares poderiam operar com segurança. Por outro lado, a cadeia montanhosa de Le Mainarde e os Monti della Meta, onde se situavam importantes jazigos metalíferos³⁴¹, constituía com grande probabilidade uma área fundamental para os Samnitas, já que uma parcela importante da capacidade industrial associada ao armamento (disponibilidade de metais) estaria aí localizada³⁴².

³⁴⁰ A acção romana de 295 a.C. contra Perúsia foi continuada no ano seguinte por um dos côsules (Liv. 10.37), visando então Volsínios (cujo território foi devastado) e Ruselas (que foi cercada, tomada de assalto e conquistada). Na sequência destas acções, Volsínios, Perúsia e Arécio pediram a paz e obtiveram uma trégua de quarenta anos contra o pagamento de pesadas reparações de guerra e o fornecimento de vestuário e trigo ao exército. Estas acções, na opinião de Torelli (2007, 255), indicam claramente quais os responsáveis do lado etrusco pelo processo que leva à batalha de Sentino.

³⁴¹ Ver descrição *supra*, nota 238, e texto que lhe está associado. Sobre a importância económica da região, convém ter presente o que é referido em Salmon (1967, 189-92). Para uma descrição mais centrada em Sora e na importância que teve na implantação romana no vale do Liris, ver Senatore (2008, 172-76).

³⁴² Neste sentido, e em apoio à interpretação de Salmon, ver, mais recentemente, Senatore (2008, 161-62).

Assim, para Roma, controlar a área referida afigurava-se essencial para assestar um golpe contundente na capacidade militar do inimigo.

Na perspectiva de Salmon, o território envolvente de Le Mainarde e da Meta incluía cidades ou fortificações como Comínio, Aufidena, Atina, Aquilónia e, provavelmente, Durónia, depreendendo-se que o respectivo desenvolvimento tenha sido influenciado significativamente pela importância militar dos jazigos metalíferos. Depreende-se também, a partir do que se seguiu no processo de conquista relatado por Lívio, que Comínio e Aquilónia eram, pelo menos na altura, as localidades mais importantes em termos militares³⁴³. A importância que os líderes samnitas deram à prova que se aproximava levou-os a decretar uma mobilização geral e a convocar para Aquilónia um exército de elite equipado com armas e vestuário de um luxo excepcional, com os respectivos soldados a serem submetidos a antigos ritos iniciáticos³⁴⁴.

O Mapa 5.9 sintetiza, na referida perspectiva de Salmon, os movimentos dos dois exércitos consulares que partiram de Interamna Lirenas e possivelmente de Teano e, de modo sincronizado, se dirigiram para norte. Um dos exércitos³⁴⁵ terá assumido como objectivo a neutralização das forças inimigas instaladas em Comínio, impedindo-as de se reunirem às que estavam sediadas em Aquilónia; o segundo exército dirigiu-se a Aquilónia³⁴⁶, que foi cercada. Mantendo quotidianamente contactos, os dois cônsules

³⁴³ Sobre alternativas à localização de Aquilónia e Comínio, que têm causado um grande debate entre os historiadores modernos (debate que está associado ao da movimentação dos exércitos), vejam-se as hipóteses avaliadas em Senatore (2008, 184-91), Oakley (2005, 383-91) e La Regina (1989, 401-23).

³⁴⁴ Liv. 10.38-39.

³⁴⁵ O movimento dos exércitos, tal como descrito em Liv. 10.39-43, não é apresentado com o detalhe que está no Mapa 5.9. Segundo Salmon (1967, 270-72), o primeiro exército romano terá subido o rio Rápido (passando por Casino) até Amiterno (que foi saqueada), percorrendo e devastando a seguir o território de Atina. A propósito do que é referido em Liv. 10.39 sobre a tomada de Amiterno (que é tida como controlada pelos Samnitas), em Humbert (1978, 234, n. 105) é associada essa acção – a tomada de Amiterno – a um contexto em que se prepara uma solução final para os Sabinos (admitindo portanto que a cidade referida por Lívio era a sabina do mesmo nome e que a cidade de onde parte o exército romano é a Interamna úmbria – interpretação que está em desacordo com o relato principal de Lívio, segundo o qual o cônsul do ano anterior havia deixado as suas legiões na Interamna do vale do Liris; veja-se não só Liv. 10.39 mas também a parte final de Liv. 10.36). Essa interpretação relativa à partida do exército da Interamna úmbria, tendo como destino primeiro a conquista da Amiterno sabina, tem como defensor Stephen Oakley, que a integra na sua perspectiva de que os Sabinos e não os Samnitas eram um dos quatro aliados anti-Roma em Sentino (ver *supra* nota 326). Algo naturalmente que teria exigido desse primeiro exército um desvio significativo pelo território sabino (antes de se dirigir ao território de Atina), o que se afasta da perspectiva de Salmon associada à prioridade dada à eliminação das fontes de abastecimento em metais dos exércitos samnitas.

³⁴⁶ Esse segundo exército terá passado por Rufras e Venafro até chegar a Durónia (que foi tomada de assalto), cuja localização Salmon situa perto de Aquilónia. Na perspectiva exposta em Senatore (2008, 183), tanto o segundo como o primeiro exército teriam acedido (de acordo aliás como o que consta em Liv. 10.39) ao território de Atina, devastando-o, a partir de Sora ou das suas proximidades, o que diverge significativamente do que é entendido por Salmon. Na perspectiva transmitida em La Regina (1989, 399) apenas o segundo exército viria de oeste ou noroeste (o percurso do primeiro estaria próximo do defendido por Salmon, mas com a localização de Amiterno a situar-se um pouco a oeste da que consta

procuraram os momentos mais apropriados para atacar os adversários, os seus objectivos tendo sido atingidos com a conquista das duas cidades, uma vitória decisiva na guerra.

Após a vitória, os cônsules decidiram continuar a pressionar o Sâmnio no sentido não só de submeter o país, mas também de conseguir mais recompensas para os soldados com o espólio resultante das vitórias. Assim, um dos exércitos dirigiu-se a Sepino (a sudeste de Boviano; ver Mapa 5.9) e o outro mais para norte (vindo a conquistar as cidades de Herculano, Vélia e Palumbino³⁴⁷). A conquista de Sepino foi conseguida com grande dificuldade, resultando, no entanto, num elevado número de prisioneiros e massacre dos restantes defensores da cidade assim como na obtenção de um espólio extremamente importante³⁴⁸.

Não obstante as vitórias acabadas de relatar, tanto no Sâmnio como na Etrúria as reacções contra os avanços romanos, de acordo com o que nos transmite Tito Lívio, não terão cessado. Assim, um exército terá sido destacado no final de 293 a.C. para a região entre o Liris e o Volturno nas proximidades de Sinuessa a fim de fazer face às perturbações causadas pelos Samnitas. Por outro lado, outro exército foi ainda enviado para a Etrúria, onde foram expugnadas várias localidades ou fortificações, com o aprisionamento de milhares de soldados ou meros habitantes e a imposição de compensações financeiras (que recaiu igualmente sobre os Faliscos, para que lhes fosse concedida a paz que haviam solicitado)³⁴⁹.

Esta situação recorrente de imposição de reparações de guerra, de apropriação de espólio, de devastação dos territórios atacados (com o objectivo não só de debilitar os inimigos mas também claramente para obter meios de subsistência), de redução dos vencidos a uma situação servil e de confiscação de território, que Lívio refere cada vez mais frequentemente nas décadas que antecedem este período, ter-se-á alargado às guerras que se sucederam³⁵⁰.

do Mapa 5.9). A acção conjunta dos dois exércitos na devastação do território de Atina (habitado por Volscos) teria tido como intenção subtrair aos Samnitas o respectivo controlo.

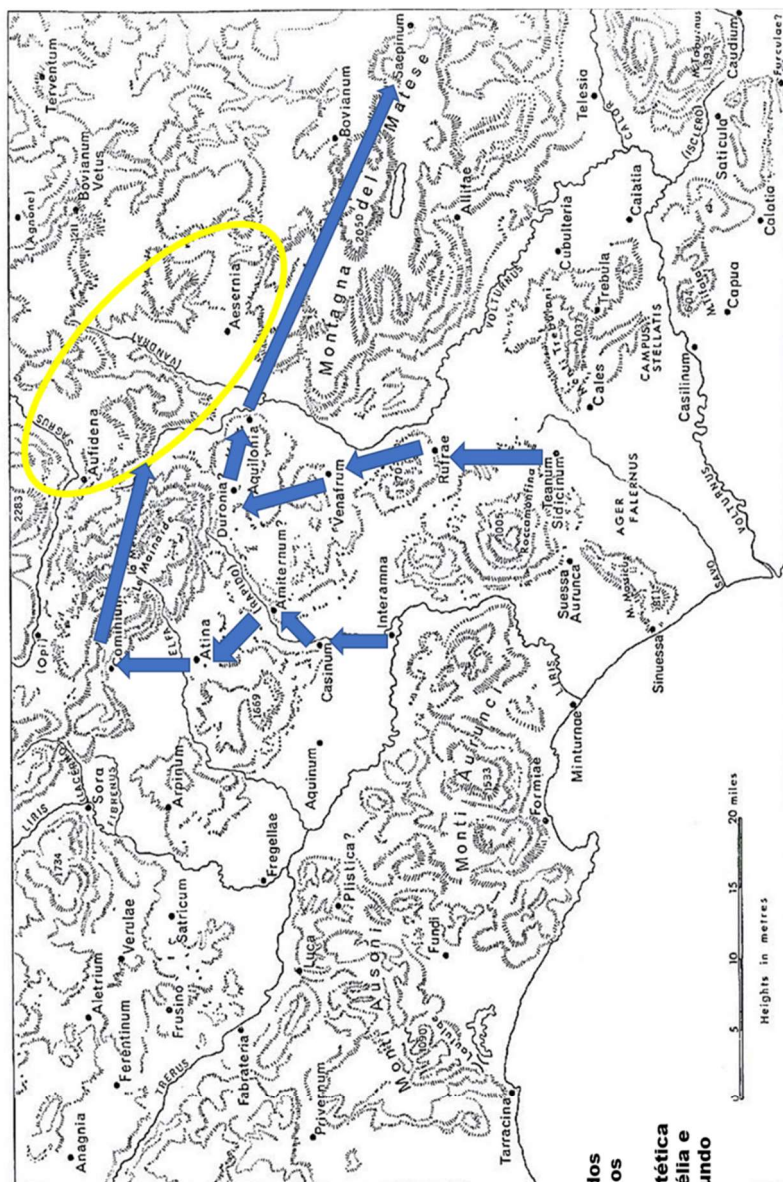
³⁴⁷ Liv. 10.45. Estas cidades estariam situadas nas proximidades de Boviano de acordo com La Regina (1989, 422-23). Opinião, contudo, que é contestada em Oakley (2005, 384), onde se considera que Herculano e Vélia seriam as conhecidas cidades da costa tirrénica e que a desconhecida Palumbino se encontraria nas proximidades daquelas. Também existem interpretações que defendem que Lívio teria confundido as conquistas em causa com as resultantes de uma campanha de 272 a.C. comandada pelo mesmo cônsul no seu segundo consulado (que é referida em Oakley (2005, 386), mas que é uma opinião de outros autores). Sobre esta última questão, veja-se Salmon (1967, 273, n. 1), autor aliás que parece preferir a interpretação que situa as três cidades no território samnita dos Caracenos.

³⁴⁸ Liv. 10.44-45.

³⁴⁹ Liv. 10.46.

³⁵⁰ Situação cujos detalhes são menos conhecidos dado que, como se sabe, os Livros 11 a 20 de Lívio, cobrindo o período que vai de 292 a 220 a.C., se perderam. A consciencialização por parte dos

MAPA 5.9 - A OFENSIVA ROMANA DE 293 A.C. NO SÂMNIO



Movimentações dos exércitos romanos

Localização hipotética de Herculano, Vella e Palumbino, segundo Salmon

Este mapa foi construído a partir de uma base que se encontra em Salmon (1967, 188)

governantes romanos de que deviam assumir o objectivo de debilitar o inimigo através não só de apropriação de espólio, do aprisionamento e redução à servidão da sua população, dos massacres infligidos, da imposição de reparações de guerra e da confiscação de território, mas também de devastação dos territórios atacados, pode ser inferida do que refere Diodoro Sículo (que estudou os arquivos romanos no período final da República) numa sua passagem (D.S. 20.80.3-4) relativa ao período final da Segunda Guerra Samnita: «[The Romans] invaded the country of the Samnites, cutting down the trees and destroying every district. For [they], who had for many years been fighting the Samnites for the primacy, hoped that if they deprived the enemy of their property in the country, it would force them to submit to the stronger. For this reason they devoted five months to the ruining of the enemy's land; and they burned nearly all the farm-buildings and laid waste the land, destroying everything that could produce cultivated fruit» (tradução do grego da Loeb Classical Library).

5.2.2. A expansão territorial e demográfica: consequências económicas para a sociedade romana

Deixando indicações sobre a dimensão da expansão territorial e demográfica para um momento em que Roma estará mais próxima de controlar a totalidade da Península Itálica (ver secção 6.1.7), refiram-se para já alguns domínios da economia da cidade que não puderam deixar de ser influenciados por tal expansão (e financiados fundamentalmente pelos recursos obtidos nas guerras, nos termos acabados de referir) ou que requereram alterações significativas para que ela (expansão) pudesse ter lugar³⁵¹.

O primeiro aspecto a ter em consideração é o do abastecimento em géneros alimentícios (nomeadamente trigo) de uma cidade que no início do século III a.C. já seria uma das maiores do Mediterrâneo e que, além disso, necessitava de garantir os fornecimentos nessa área aos seus exércitos. Dado que os excedentes agrícolas da área próxima da cidade seriam insuficientes para prover às respectivas necessidades era necessário recorrer à importação³⁵². Essa importação – que teria, diferentemente do que havia sucedido ao longo do século V, carácter regular – deveria ser feita, dados os menores custos envolvidos, por via fluvial ou marítima³⁵³. O que significa que a cidade se teria visto na necessidade de ampliar as suas estruturas portuárias (cais acostáveis, armazéns, construção ou renovação de templos como o de *Portunus* e o de *Hercules Invictus*, ...) no rio Tibre, um dos destinos, certamente, dos recursos financeiros adquiridos com a actividade guerreira³⁵⁴. Mas o abastecimento aos exércitos e aos animais que lhes estavam

³⁵¹ Os desenvolvimentos apresentados nos próximos parágrafos seguem de perto o exposto em Cornell (1989c) 408-16. Ver também Oakley (2005, 20-1) e Oakley (1997, 33-5).

³⁵² De modo equivalente ao que sucedera, provavelmente apenas de modo episódico, em ocasiões anteriores, de que já se referiu um caso, o do século V a.C. Ver a esse propósito *supra*, secção 3.4, nomeadamente a parcela do texto associada às notas 183 e 184.

³⁵³ Esta perspectiva de a economia romana ter atingido um ponto de desenvolvimento no início do século III que lhe permitia assegurar importações em regime regular está, conforme sublinha Cornell, em contradição com a visão convencional que a apresenta como uma simples comunidade agrária assegurando pouco mais que a sua subsistência e quase desprovida de actividades comerciais. Em particular, os Romanos (cujas elites seriam culturalmente pouco sofisticadas, não muito atraídas pelos artigos de luxo originários das economias mais evoluídas da Grécia e do Próximo Oriente ou mesmo das mais próximas Etrúria, Campânia e Magna Grécia) quase que não se dedicariam a actividades marítimas. Mas essa visão convencional não teria dado a devida importância a uma evolução mais recente que havia evidenciado uma maior ligação ao mar, como sejam a fundação de colónias costeiras e da ilha de Pôncia, assim como a institucionalização do duunvirato naval que foi responsabilizado pelo equipamento e manutenção da frota (ver *supra*, notas 302 e 305 e parcelas de texto que para elas remetem).

³⁵⁴ A remodelação das estruturas portuárias parece ter revestido aspectos significativos no final do século IV, período em que Ápio Cláudio Cego, enquanto censor, decidiu passar o culto de Hércules na *Ara Maxima* (previamente administrado por famílias patrícias) para a gestão pública (ver Liv. 9.29). O porto do rio Tibre (*Portus*) veio mais tarde (cerca de 200 a.C.) a ser objecto (Cornell 2000, 46, 49,51) de

associados, para além de conduzir a iniciativas de saqueio nos territórios atravessados, exigia o respectivo acompanhamento por corpos especializados, eventualmente comerciantes, que garantissem os necessários fornecimentos.

Um segundo aspecto em que a economia de Roma foi afectada pela referida expansão territorial e demográfica está ligado com a construção de infraestruturas, como estradas e aquedutos (mas em que se poderá também incluir a acabada de citar remodelação das estruturas portuárias ou mesmo, não obstante a justificação que lhe está habitualmente associada seja o cumprimento de votos feitos pelos generais em momentos de batalhas decisivas, a construção de templos; a destacar ainda investimentos em locais públicos na área urbana de Roma, cuja importância poderá ter começado a emergir nesta época, dada a relevância que lhes é dada em Liv. 10.46). O primeiro dos aquedutos a ser construído foi o *Aqua Appia* (início da construção em 312 a.C. a partir de iniciativa do censor Ápio Cláudio Cego) tendo o segundo – o *Anio Vetus* – sido iniciado pouco depois, em 272 a.C., no decurso da censura de *Curius Dentatus*. Por outro lado, a construção de estradas, devido sobretudo a motivos estratégico-militares, conheceu momentos importantes em 312 (*Via Appia*) e 306 a.C. (*Via Valeria*), conforme já referido *supra*.³⁵⁵

importantes desenvolvimentos e extensão para sudoeste (com a área portuária a ser “invadida” por armazéns e celeiros, com ampliações mais significativas no final do século II a.C., em função nomeadamente da assunção pelo Estado Romano da responsabilidade pelo abastecimento de trigo à cidade) e o templo (ainda hoje existente) acabou por ser terminado, ou mesmo reconstruído, cerca de 100 a.C. (relativamente a investimentos em instalações portuárias, ver Kay (2014, 217-18, 220)). A construção de templos voltou a assumir importância significativa a partir de cerca de 380 a.C., o que deverá ser associado às vitórias militares (conquista de Veios, vitória sobre os Gauleses, ...) e aos votos que, antecipando a sua ocorrência, haviam sido feitos pelos generais (perpetuando a memória dos seus triunfos). Outros exemplos ocorreram neste domínio nos séculos seguintes, mas será de realçar que só na segunda metade do século II a.C. foram construídos na cidade templos em mármore (material importado da Grécia, já após o saque de Corinto), cujos trabalhos terão sido dirigidos por um ou mais arquitectos gregos. Refira-se em particular a observação feita em Cornell (2000, 45-7) de que a maioria dos templos construídos até meados do século II a.C. só é conhecida através das referências que deles são feitas pelas fontes literárias (a sua importância como edifícios era reduzida, tratando-se frequentemente de apenas pequenos santuários isolados, do velho estilo “etrusco-italico”, construídos em madeira e rocha calcária muito porosa). Por outro lado (Kay 2014, 215), a mudança ocorrida no decurso desse século II em prejuízo da importância relativa de tais construções e a favor de edifícios e espaços públicos de melhor qualidade terá sido devida, na primeira metade do século, à já referida elevada dimensão das receitas públicas (derivadas da guerra) e, com a aproximação do fim do século, à crescente importância da cobrança regular de impostos nas províncias.

³⁵⁵ Ver a este propósito (para o período 396-291 a.C.), a lista apresentada em Oakley (1997, 33-5), em que preponderam os templos. De reter ainda as construções associadas à defesa: fortificações construídas no Capitólio (388 a.C.) e muralha sérvia (378 a.C.), para cuja construção (que durou mais de 30 anos, circundando uma área de cerca de 426 hectares) a cidade terá recorrido a empreiteiros especializados, provavelmente provenientes de Siracusa (o recurso a competências externas, por outro lado, já teria sido significativo em períodos anteriores, sendo várias as referências que se encontram nas fontes literárias ao concurso de tais competências já no século VI, incluindo a emigração de técnicos gregos para o país etrusco). A área referida parece confirmar estimativas que dão a população da cidade como sendo não inferior a 50 mil habitantes, o que, na época, colocaria Roma a par dos maiores agregados urbanos do Mediterrâneo ocidental. Ver a tais propósitos Cornell (2000, 45-7).

A visão convencional (referida *supra*) que apresenta a comunidade romana como uma simples comunidade agrária tem também sido posta em causa devido a provas evidenciadas pela arqueologia que apresentam essa comunidade como um centro manufactureiro e comercial já de alguma importância cerca de 300 a.C., os produtos cerâmicos constituindo o principal elemento em tal área. Assim, e em particular, materiais de elevada qualidade em verniz negro provenientes de uma oficina romana conhecida como «Atelier des petites estampilles» terão sido produzidos em grandes quantidades no referido período e exportadas (além de registadas em vários locais da Itália Central) para destinos como a Córsega, o sul da actual França, o nordeste da Hispânia e os territórios púnicos (no Norte de África e na Sicília)³⁵⁶. O que é habitual depreender nestas circunstâncias é que outros tipos de artigos poderão ter sido produzidos no território romano e comercializados, mas que não resistiram, dada a rara sobrevivência dos correspondentes materiais e, portanto, a ausência de um registo arqueológico satisfatório nas áreas envolvidas. Não terá sido contudo o caso, pelo menos num outro sector, o da estatuária (com um número significativo de exemplares comprovado, sobretudo em bronze e em pedra), o que é revelador de um avanço cultural significativo³⁵⁷. O que se poderá inferir relativamente à referida visão de Roma como uma simples comunidade agrária é que ela poderá ter sido exageradamente influenciada pelos esforços desenvolvidos pelos cultores morais da República Tardia – em que se destacou o Velho Catão – em apresentar os líderes aristocráticos dos séculos anteriores como modelos de frugalidade e de simplicidade. O que era algo bastante diferente de dar precisões sobre as condições económicas do período de que nos estamos a ocupar.

Um outro aspecto fundamental que caracterizou as condições económicas e sociais foi a disponibilidade acrescida de terras que as confiscações de territórios aos povos vencidos proporcionaram. Em primeiro lugar, essas terras foram sendo disponibilizadas, pelo menos parcialmente, para colonização por parte dos estratos sociais que haviam perdido as suas pequenas propriedades ou que simplesmente não as haviam tido. Mas as distribuições feitas terão certamente privilegiado as classes superiores quer sob a forma de propriedade *optimo iure* quer sob a forma de *occupatio* do *ager publicus* permitida

³⁵⁶ A referida oficina romana já existiria no final do século IV e ter-se-ia mantido em funcionamento até cerca do início da Primeira Guerra Púnica. Ver Morel (1969) e Morel (1983). Ver também Morel (1989, 479-83), onde se dá relevo, sobretudo no domínio da cerâmica (produção, comércio, arte e arquitectura) aos 25 anos que sucedem a 300 a.C., destacando a elevada qualidade dos artefactos produzidos em todas as regiões da Itália Central e do Sul.

³⁵⁷ Ver, para mais pormenores, Cornell (1989c, 411-12).

pelos círculos governamentais (ocupação a que, a propósito sobretudo do tempo dos Gracos, a História viria a dar um relevo especial). E essas terras controladas pelas elites necessitavam de mão de obra agrícola que, de modo sistemático, era proporcionada pelos cativos resultantes das guerras (ou meramente adquiridos junto de traficantes), entretanto reduzidos à escravatura (processo que, dando crédito a Tito Lívio, terá progredido expressivamente na parte final do século IV e no início do século III a.C.³⁵⁸). Naturalmente que nem todos os escravos terão sido utilizados na agricultura – muitos terão sido empregues nas casas dos ricos na cidade de Roma ou nas suas *villae* algures, ou mesmo em actividades urbanas ligadas ao artesanato ou ao comércio. Por outro lado, a concentração ocorrida na propriedade rústica na área de Roma (como resultado da perda de terras pelos pequenos agricultores) também terá contribuído para a substituição da mão de obra livre pela mão de obra escrava³⁵⁹. E uma consequência importante dessa concentração terá sido o crescente desenvolvimento dos excedentes agrícolas, que, apropriados pelas referidas elites, terão progressivamente assumido formas que lhes permitiram ser escoados nos mercados urbanos e de exportação (vinho, azeite, ...).

Uma outra realidade que passou a influenciar a realidade económica e financeira foi o surgimento da moeda. Como não podia deixar de ser, visto a respectiva criação ser grega, foram as cidades italiotas que a introduziram na Península bastante cedo, no decurso do século V a.C. A utilização da moeda em regiões como a Apúlia e a Lucânia, recorrendo ao modelo grego (para além da Campânia não grega), já era um facto no final do século IV, mas teria sido precedida cerca de um século antes em comunidades previamente gregas que haviam então sido objecto de invasões e ocupação por povos de raiz etnicamente osca (ver *supra*, nota 158), os quais, no entanto, terão mantido a prática da

³⁵⁸ Em Oakley (1997, 24-5) são dadas referências sintéticas ao processo de redução à escravatura de prisioneiros de guerra no período 297-293 a.C., de acordo com os relatos de Lívio (10.14 a 10.46), que teria atingido cerca de 69 mil cativos, a grande maioria sendo constituída por Samnitas. No que respeita aos antecedentes do processo de introdução de escravos na sociedade romana ver *supra*, nota 182 e texto que lhe está associado.

³⁵⁹ Cornell dá um relevo particular a tal situação referindo que «... the mass emigration of tens of thousands of poor peasant families must have led to a gradual depopulation of the old *ager Romanus* ... and implies a radical change in the organization of landholdings and the manner of their exploitation.» E acrescenta que o modelo implica uma contínua troca de populações em que os cidadãos romanos de fracos recursos iam colonizar terras cujos habitantes originais eram levados para Roma como escravos. O processo adquiria, no entanto, uma maior complexidade dado que a proporção de habitantes citadinos aumentava em prejuízo dos rústicos. Por outro lado, verificando-se que os mesmos campos agrícolas eram trabalhados por um menor número de trabalhadores (escravos, que estavam sujeitos a uma maior intensidade do trabalho e à respectiva organização), os próprios progressos da produtividade eram estimulados pelo desenvolvimento de um mercado urbano na próspera e cada vez mais populosa cidade de Roma. Cornell acrescenta, prudentemente, que, na ausência de testemunhos claros em tal sentido, este conjunto interpretativo deve ser considerado como meramente hipotético. Ver Cornell (1989c, 414).

cunhagem³⁶⁰. No que respeita ao próprio Estado Romano, as suas primeiras cunhagens (em bronze) tiveram lugar provavelmente em *Neapolis* pouco depois do tratado que o ligou a esta cidade em 326 a.C. e talvez comemorando o próprio tratado e circulando apenas na própria Campânia. É, contudo, dada maior importância a uma moeda em prata (didracmas) que terá sido cunhada cerca de 310 a.C., provavelmente também em *Neapolis* (as primeiras emissões em prata na própria Roma apenas terão tido lugar em 269 a.C., conforme referido *infra*, secção 6.1.7), já em quantidades substanciais (afastando a hipótese comemorativa), o que sugere que o objectivo terá sido fazer face a um projecto que envolvia uma despesa pública de valor considerável. Tal projecto poderá talvez sido o da construção da *Via Appia* (cujo início terá tido lugar em 312-308 a.C.), o que mais uma vez poderá reflectir a importância da censura de Ápio Cláudio Cego³⁶¹. Mas só mais tarde, com a Guerra Pírrica (280-275 a.C.), as emissões monetárias romanas iriam adquirir regularidade e o uso da moeda (de prata e bronze) penetraria regiões mais interiores (o Sâmnio, os Apeninos), reflectindo com bastante probabilidade a respectiva utilização para remunerar os legionários e os contingentes aliados dos exércitos romanos (soldos ou distribuição do produto do saqueio). De facto, a moeda cunhada constituía um meio conveniente de efectuar pagamentos a grandes números de indivíduos e esta função financeira devia predominar sobre outras funções como a de facilitar as trocas comerciais ou desenvolvimentos mais próprios às políticas monetárias.³⁶²

³⁶⁰ A continuação da utilização da moeda por povos situados na Campânia, Apúlia e Lucânia constitui certamente um indicador precioso relativamente às respectivas superestruturas económicas no sentido de poderem prefigurar a manutenção – ou a mera influência – de práticas comerciais de alguma complexidade, em particular importações e exportações de âmbito extra-peninsular.

³⁶¹ No que respeita à importância dessa censura, que para além dos investimentos já referidos (*Aqua Appia* e *Via Appia*) influenciou significativamente a política interna ao introduzir alterações significativas na composição do senado e na organização tribal, veja-se D.S. 20.36 e também Cornell (1989c, 394-403). Cornell procura dar uma ideia mais ampla da figura de Ápio Cláudio Cego, apresentando-o como um populista radical ou um «duvidoso» democrata, que teria sido um herdeiro político de *Q. Publilius Philo* (este considerado por Cornell como um líder «plebiscitário»), cuja carreira teve lugar nas décadas anteriores à da censura de Ápio (veja-se *supra*, nota 223, uma referência às *Leges Publiliae Philonis* de 339 a.C., inspiradas por esse político, e também Cornell (1989b, 342-43)).

³⁶² Ver também o que é referido a este respeito *infra*, nota 430 e texto que lhe está associado, e ainda, já a respeito do período da Segunda Guerra Púnica, a secção 6.4.3.5.4. As razões para cunhar moeda terão contudo revestido alguma complexidade e além das causas fundamentalmente financeiras associadas a pagamentos a grande número de indivíduos, terá havido também uma motivação em termos de prestígio conforme é referido em Cornell (1995, 397): «In general ancient states issued coins for financial, rather than for economic, reasons. That is to say, coinage was a convenient means of distributing the proceeds of booty, or of making payments to large numbers of people such as soldiers or workmen. It was not produced in order to facilitate exchange, or in furtherance of any kind of monetary policy. For the Romans of the fourth century BC, the decision to issue money in the form of coin must have been taken principally for reasons of prestige. Its economic importance may have been minimal, but the appearance of Roman coins was an event of great cultural significance. Coinage was a Greek device, and the Romans' adoption of it marks a conscious effort on their part to enter the cultural milieu of the Hellenistic world». Dever-se-á ter em conta, por outro lado, que as referências que habitualmente se

5.2.3. Aspectos complementares relativos à expansão romana até 280 a.C.

Os acontecimentos que correspondem à expansão romana no período que se seguiu a 293 a.C. são relativamente mal conhecidos dado essa expansão não contar com os relatos detalhados que foram feitos por Tito Lívio. É possível de qualquer modo dar uma ideia breve dessa evolução, de momento no que respeita ao intervalo que vai até às incursões pírricas iniciadas em 280 a.C.:

1. No concernente ao Sâmnio, o período foi fértil em ataques romanos, uma parte significativa do respectivo território de sudeste (hipoteticamente dos melhores terrenos agrícolas) sendo anexada por Roma (os Caudinos terão sido objecto de atenção em 292 e os Pentros e os Hirpinos em 291, após o que já teria sucedido com os Caracenos em 293 a.C.), com a rendição e a condição de aliado a serem impostas ao povo samnita em 290 a.C. (recorde-se que a colónia de Venússia – situada no território hirpino ou nas suas proximidades – foi instalada em 291 a.C.; ver Mapa 5.7)³⁶³. A opinião de Edward Salmon é que os Samnitas foram ainda forçados a ceder territórios a oeste do rio Volturno, o respectivo vale passando a substituir o do Lírís como fronteira entre o Sâmnio e Roma. Mas se tais territórios saíram da alçada da Liga Samnita (que teria continuado a existir) não lhes terá, contudo, sido imposto o estatuto de *ager Romanus* (o que, por exemplo, só após a Guerra Pírrica teria acontecido com Venafro e Aquilónia). Os Samnitas, por seu lado, teriam passado a ser “aliados” (*socii*), mas não “amigos”, de Roma. O que era conveniente do ponto de vista romano, visto que esse era o estatuto que lhes impunha a aceitação da política estrangeira definida por Roma, a abstenção de

fazem à história monetária vão além da consideração da simples moeda cunhada. Em tal perspectiva, que abrange a utilização de quantidades fixas de metal como medidas oficiais de valor, a história monetária considera períodos mais recuados, no caso romano indo, segundo as investigações mais recentes, até ao tempo do rei *Servius Tullius*. Terá sido nessa época que surgiu o *as* (que se designará “asse” no que segue), representando uma quantidade de bronze com o peso de uma libra (324 gr.) e que podia ter equivalência física em lingotes que habitualmente eram de 5 libras (5 asses). Ver, para mais desenvolvimentos, Cornell (1995, 394-97). No que concerne as referências a *Servius Tullius* (reforma dos pesos e medidas e possível criação da moeda, na sequência de indicações de Timeu e Plínio consideradas anacrónicas) ver Ampolo (1988, 227-28).

³⁶³ Salmon 1967, 274-76.

actos de violência contra os seus vizinhos e sobretudo os constituía na obrigação de fornecer tropas para complementar as legiões consulares³⁶⁴.

2. O esforço romano para controlar o território entre o Tirreno e o Adriático prosseguiu em 290 a.C. atingindo, após uma campanha devastadora do cônsul *Curius Dentatus*, os territórios dos Sabinos e dos Pretúcios. Esses territórios foram parcialmente confiscados para distribuição a colonos romanos (a colónia latina de Ádria terá sido estabelecida entre 289 e 283; ver Mapa 5.8) e com a imposição a habitantes daquelas etnias do estatuto de *cives sine suffragio*³⁶⁵.
3. No que respeita ao território dos Sénones (o *ager Gallicus*), a implantação da colónia marítima de Senagália (já referida *supra*) em 289 poderá dar uma ideia do avanço romano na área³⁶⁶, mas a ocorrência de uma designada guerra gálica em 284-283 poderá indicar que os Gauleses mantiveram o controlo geral do território até essa data. De qualquer modo, os embates conhecidos ter-se-ão dado em território etrusco, com uma vitória gaulesa no território de Arécio em 284 a.C. (a qual, na opinião de Salmon, terá constituído para Roma um dos maiores desastres militares da sua história) e vitória decisiva romana no ano seguinte no *Lacus Vadimonis*, a norte da floresta Cimínia e a oeste de Ocrículo (ver Mapa 5.5). O que teve como precedente ou consequência a anexação do *ager Gallicus*.³⁶⁷
4. Relativamente aos Etruscos, surge uma ameaça vinda dos lados de Volsínios em 285 a.C., que é seguida da já referida batalha de *Lacus Vadimonis* (em que os Etruscos, em coligação em que Volsínios tem mais peso, se associam aos Gauleses). É na sequência desta vitória que as margens do Tibre e a preponderância sobre o interior etrusco tendem a passar para o lado romano³⁶⁸.

³⁶⁴ Salmon 1967, 277-79.

³⁶⁵ Liv. *Perioch.* 11.7; Cornell 1989c, 380; Salmon 1967, 276; Bandelli 2005, 13-4. Ver também Humbert (1978, 234, n. 105) e Humbert (1978, 236, n. 115), segundo o qual uma colónia marítima teria sido fundada em Castro Novo (costa adriática) também em 289-283 (enquanto a maioria dos autores interpreta os dados das fontes no sentido de a colónia com tal nome ter sido fundada em 264 a.C. na costa tirrénica, perto de Pirgos, em território que havia pertencido a Cere).

³⁶⁶ A conquista do *ager Gallicus* (284 ou 283 a.C.) é atribuída ao cônsul *Curius Dentatus* em Humbert (1978, 233), o que terá criado condições para uma futura e possivelmente desejável anexação dos Picentes. Humbert não relaciona esta acção (que visou a tribo gaulesa dos Sénones) com a batalha de *Lacus Vadimonis* (ver contudo Plb. 2.19-20, onde se especifica que a tribo gaulesa que interveio nessa batalha era a dos Boios).

³⁶⁷ Cornell 1989c, 381; Bandelli 2005, 13-4; Salmon 1967, 284. Para mais detalhes, ver Rosenstein (2012, 36-8).

³⁶⁸ Liv. *Perioch.* 11.12; Plb. 2.20; Torelli 2007, 255.

A seguir, Roma irá submetendo uma após outra as restantes cidades etruscas, o que sucede em primeiro lugar em 281 com Tarquínia e em 280 com Volsínios e Vulceios³⁶⁹.

Assim, com os desenvolvimentos que tiveram lugar a partir da Primeira Guerra Samnita até 280 a.C., Roma passou a exercer um extenso controlo territorial sobre uma parte considerável da Itália Central³⁷⁰. Um primeiro conjunto de territórios em que esse controlo era exercido estendia-se ao longo da costa tirrénica desde o Tibre até à Campânia e incluía os terrenos extremamente férteis que existiam no Lácio e nas bacias inferiores do Liris e do Volturno. Eram territórios em que predominavam o *ager Romanus* e comunidades habitadas por *cives sine suffragio*. Um segundo conjunto era constituído por territórios mais interiores, que incluíam parte do Lácio (não só *ager Romanus*, mas também aliados como Tíbur e Preneste e algumas colónias latinas), a área fértil (habitada por Volscos e Hérmicos) ao longo do *Trerus* e da bacia intermédia do Liris (colónias latinas, aliados, *cives sine suffragio*). O terceiro conjunto situava-se a norte e nordeste de Roma, estendendo-se dos territórios que incluíam Veios, Sútrio, Népete (além de outros territórios de integração mais recente no sul da Etrúria), Nárnica e Ocrículo até à área de instalação équa (sobretudo colónias de Carséolos e Alba Fucêncica) e a partir dessa secção até ao Adriático, percorrendo áreas habitadas por Marsos, Sabinos, Umbros, Vestinos e Pretúncios. Mas seria necessário considerar ainda territórios de alguma dispersão ocupados com a instalação de colónias ou sofrendo a respectiva influência (a Apúlia, o *ager Gallicus*, a faixa costeira dos Picentes), uma delas (Lucéria) já com algumas décadas, as outras de origem mais recente como era o caso de Venúcia, Senagália e Ádria.

5.2.4. A integração na Comunidade Romana dos povos itálicos: uma economia de cariz guerreiro

Já acima foram enunciados os instrumentos que Roma empregou para alicerçar a sua expansão: nomeadamente as confiscações de territórios que permitiram a extensão do *ager Romanus*, a utilização da instituição de *civitas sine suffragio* e, naturalmente, a fundação de colónias acabada de referir que permitia criar postos avançados em áreas

³⁶⁹ Fastos Triunfais e Torelli (2007, 255).

³⁷⁰ Ver a este propósito Staveley (1989, 420-22).

fronteiriças ou mesmo isoladas em território não romano. E, de modo a garantir a sua capacidade interna de prosseguir tal expansão, o reforço de recursos económicos que naturalmente devia começar com os géneros alimentícios mas que se estendiam obrigatoriamente a infraestruturas (portuárias, comunicações terrestres, abastecimento de água, ...), o que, em conjunto com o desenvolvimento de actividades que pressupunham interacções mercantis, veio a pôr em causa concepções de natureza teórica que apresentavam a sociedade romana como uma simples comunidade agrária assegurando pouco mais que a sua subsistência e quase desprovida de actividades comerciais³⁷¹. Mas a expansão romana que teve lugar neste período é também indissociável de outros factores e, num trabalho com a natureza do actual, torna-se indispensável dar uma atenção especial às peculiaridades de natureza económica que as guerras assumiam desde épocas precedentes e que se podem sintetizar do seguinte modo:

1. Em termos muito gerais e simplificadores os diferentes povos que habitavam a Itália ocupavam territórios que eram distinguíveis fundamentalmente por se encontrarem em áreas montanhosas ou de planície e vales férteis, as primeiras tendo como actividades predominantes a criação de gado e as segundas culturas agrícolas, em particular cerealíferas.
2. As comunidades que habitavam as áreas montanhosas encontravam com frequência dificuldades em fazer face às consequências do crescimento demográfico, o que as levava a recorrer a incursões nos territórios de culturas agrícolas, de carácter ocasional (procurando por exemplo pastagens de inverno) ou visando reinstalações de carácter definitivo (nomeadamente através do ritual do *ver sacrum*).
3. As fortes pressões que eram exercidas sobre as comunidades de planície e dos vales férteis (ocupações de território, destruições das terras, apropriação dos seus activos pecuários e eventuais saqueios; recordem-se as invasões volscas e éguas do Lácio e as invasões oscas que levaram ao controlo de cidades

³⁷¹ Sobre a evolução das economias mais primitivas – assentes fundamentalmente em actividades de mera subsistência – para economias híbridas, em que a par dessas actividades mais tradicionais começavam a ganhar relevância não só os mecanismos de mercado mas também a função dos Estados (nomeadamente do Estado Romano) como motores da actividade económica, em particular através da tributação e da emissão monetária, ver Mattingly (2011, 125-32). Este autor chama a atenção para a diversidade possível de comportamentos da entidade imperialista na sua fase de expansão, os quais vão da simples apropriação de espólio quando da invasão dos territórios inimigos às preocupações organizativas que visam a criação de ordem, governação e infraestruturas no sentido sobretudo de pôr em funcionamento um sistema para a apropriação de excedentes através da tributação. É uma evolução deste tipo que será visível em capítulo posterior deste trabalho quando se der atenção aos desenvolvimentos associados à *Lex Hieronica*.

gregas e etruscas da Campânia e Lucânia, umas e outras no decurso do século V a.C.) conduziram ao desenvolvimento de esforços de defesa por parte de tais comunidades que em particular assumiram forma de alianças entre as mesmas.

4. No caso de Roma (que assumiu a liderança dos territórios latinos e hérnicos no século V sob formas que foram evoluindo até à situação acima descrita relativa ao período que culmina em 338 a.C.), aquilo que inicialmente poderia ter revestido apenas características de defesa foi progressivamente evoluindo no sentido de formas de expansão de controlo de territórios, tanto dos que eram ocupados por aliados como dos que eram considerados como inimigos e cujos estatutos evoluíam para o de *socii populi Romani* (em geral sujeitos a confiscação de parcelas de território, que passavam a albergar colónias ou a serem consideradas *ager Romanus*) ou para o de *cives sine suffragio*. Por outro lado, a formação das mentalidades numa perspectiva de defesa não se revelou suficiente para eliminar a capacidade atacante dos povos que antes constituíam ameaças (ou mesmo dos que constituíam novas ameaças); a defesa passava a exigir uma segurança adicional: era necessário controlar os territórios de origem de uns e de outros.³⁷²
5. As guerras requeridas por tais formas de controlo de território ocasionavam (não obstante o carácter sistematizado e profissional das ofensivas romanas) saqueio das áreas invadidas ou das localidades atacadas e vencidas e, cada vez mais frequentemente, a imposição de reparações de guerra aos vencidos (para além das confiscações de terras já referidas). Essas guerras eram financiadas à partida pelo *tributum* (no caso romano) cobrado aos cidadãos (sobretudo para pagamento dos soldos aos legionários) ou por recursos próprios dos aliados (para os pagamentos relativos aos respectivos contingentes que reforçavam as legiões romanas). O valor do *tributum* podia ser objecto de devolução aos cidadãos caso as guerras fossem vitoriosas e proporcionassem ao *aerarium* recursos suficientes para tal.³⁷³ Mas esse *aerarium*, reforçado

³⁷² Pode ler-se em Oakley (1997, 13), que se apoia em Sherwin-White: «it is easy to believe that something of the mental outlook which had been formed in those years of desperate struggle in Latium was carried forward by the Romans into the wars against [the Samnites,] this new and more powerful federation of mountain dwellers».

³⁷³ O caso típico referido nas fontes é o do reembolso que teve lugar em 186 a.C. na sequência do triunfo concedido pelo senado (Liv. 38.44-50) ao general Gneu Mânlio Vulsão. Este havia defrontado cerca de três anos antes forças galogrecas (Gauleses que se haviam instalado no século anterior na Ásia Menor,

crescentemente pelos lucros da guerra, contribuía crescentemente para financiar novas guerras.

6. A economia de guerra corporizada pela situação acabada de referir afectava não só Romanos, mas também os povos que se tinham tornado seus aliados e que estavam obrigados por tratados a fornecer contingentes para a guerra. Era uma obrigação que tinha como contrapartida o benefício da protecção de Roma e do acesso a parcelas dos recursos globais resultantes das mesmas, nomeadamente através das distribuições feitas aos soldados e da perspectiva de virem de algum modo a obter direitos sobre as terras confiscadas. Assim, os respectivos cidadãos haviam igualmente criado estruturas mentais que os predispunham para comportamentos no sentido de prevenir eventuais agressões dos povos vizinhos através de antecipações de natureza ofensiva³⁷⁴.

Deste modo, as situações de constrangimento que os aliados experimentavam numa fase inicial (que sucedia a derrotas face a Roma e aos prejuízos daí resultantes) da integração na aliança liderada pelos Romanos, tendiam a serem moderadas e mesmo invertidas com

impondo tributo às suas populações; ver Liv. 38.16), derrotando-as (Liv. 38.18-27). No triunfo foram exibidas as preciosidades que compunham o espólio capturado aos Gauleses, incluindo valores consideráveis em metais preciosos e moeda. Nessa altura, pressionado pelos amigos de Mânlio Vulsão que procuravam granjear-lhe o favor popular, o senado decidiu (Liv. 39.7), com o dinheiro do triunfo, “pagar”, nos termos especificados na tradução francesa (por Annette Flobert) de Tito Lívio, “a parte da contribuição de guerra paga ao Estado que não havia ainda sido reembolsada”. O montante reembolsado foi de “25 asses e meio por mil sestércios”. As traduções existentes variam, com algumas em língua inglesa a manterem a divergência na designação da moeda (asses, sestércios ou mesmo denários) em que se exprimem o pagamento e o valor correspondente à base censitária (relativa à propriedade). No caso da tradução retida por Tenney Frank tem-se “... The city quaestors ... paid out twenty-five and a half *asses* per 1,000 *asses* of property-value”, o que, mantendo a designação nos dois casos e confirmando que o montante referido em último lugar corresponde ao valor da propriedade contribui para clarificar a questão. Assim, os valores em questão darão algum sentido à inferência (e é isso que faz Tenney Frank) que vai no sentido de concluir que o valor reembolsado corresponde a 25,5 vezes o *tributum simplex* (este o valor mais habitual do *tributum* que era pago anualmente pelos *assidui*, ou seja 1 por mil das respectivas bases censitárias). Por outro lado, tendo sido avaliado o espólio integrado no triunfo em 22,5 milhões de denários esse total reembolsado que respeitava a 25,5 anuidades de *tributum simplex*, isso significa que a anuidade média estimada montava a cerca de 882 mil denários (valor que aliás Frank arredonda para 900 mil em Frank (1933, 135-36) a partir de Liv. 39.7). Complementarmente, em Frank (1933,145) esse valor de 22,5 milhões de denários é integrado na síntese das contas relativas às Finanças Públicas romanas do período 200-157 a.C. como uma despesa, sob o título “Supertaxes repaid”.

³⁷⁴ Contudo, a motivação dos aliados através da comparticipação nos lucros da guerra e na expansão não seria suficiente para os manter fiéis, conforme é explicitado em Oakley (1997, 14-18) que cita a tal propósito Momigliano (1975, 45): «The *socii* ... could not be expected to be automatically loyal ... They had to be kept busy by war, because otherwise the whole building of the Roman organization would collapse. As military obligations were the only visible tie between Rome and the allies, Rome had to make the most of these obligations lest they became meaningless or, worse, lest the allied armies turned against Rome». Oakley insere esta perspectiva na tendência que identifica na sociedade romana para se manter praticamente sempre em guerra e que acaba por se alargar ao conjunto dos povos itálicos. O poder militar dos aliados, previamente utilizado em guerras intestinas, teria assim sido canalizado por Roma, mais ou menos conscientemente, para os seus próprios fins.

a participação nos “lucros” que derivavam das vitórias. O que só era alcançável com a expansão territorial e com o predomínio político de Roma. Era a economia de cariz guerreiro a afirmar-se por uma maior “globalização”. Na realidade, a racionalidade económica das comunidades de base agrícola ganhava complexidade com a guerra. Os benefícios referidos faziam tanto mais sentido quanto se revelava evidente que os respectivos excedentes existiam em termos de mão de obra disponível – de facto, os camponeses não precisavam de trabalhar todo o verão, estando disponíveis para os combates – e não em termos de produção (que se revelava habitualmente apenas suficiente para fazer face ao próprio consumo da família)³⁷⁵.

Contudo, as motivações dos Romanos e dos povos que se lhes foram associando não podem ser reduzidas aos interesses económicos como aliás está implícito, e em certos aspectos mesmo explícito, nos parágrafos anteriores. Deu-se destaque por exemplo a “formação das mentalidades numa perspectiva de defesa” e a outras referências que associavam defesa a “antecipações de natureza ofensiva”, o que inevitavelmente nos conduz ao tema de “imperialismo defensivo” que tem suscitado debates intensos nas últimas décadas³⁷⁶. E se “imperialismo” está habitualmente associado a agressão, o tema referido relaciona-o também com o “medo”, que está presente nas considerações que acima são referidas. Por outro lado, quando pensamos nas castas dirigentes que estavam por detrás da expansão romana, não podemos ignorar que o que entendemos actualmente por imperialismo está também associado a “cobiça” (a apropriação dos recursos dos vencidos) e a “busca da glória” (a longa lista dos Triunfos). O que nos faz concluir que os factores determinantes da guerra eram muitos, a relação entre eles evidenciando direcções que frequentemente não se orientavam no mesmo sentido, assumindo em tal enquadramento grande complexidade³⁷⁷.

³⁷⁵ Conforme é referido em Hopkins (1978, 24): «Most Romans were under-employed. Even independent yeomen living just above the level of minimum subsistence had plenty of time with nothing to do. An average peasant household producing its minimum subsistence on quite good arable land used up very much less than half of its own labour power. This chronic under-employment is still common in many peasant economies using dry farming. It was institutionalised in Rome in numerous public holidays and in popular participation in politics. Above all, under-employment allowed the state, when it could not extract a sufficient surplus of produce in the form of taxes, to tax labour instead. Surplus labour was taxed in the form of military service».

³⁷⁶ Consulte-se por exemplo a este propósito Rich (1997, 38-44).

³⁷⁷ Ibid. 38-44. O título deste estudo de John Rich é, adequadamente, «Fear, Greed and Glory: The Causes of Roman War-Making in the Middle Republic». Por outro lado, para além dos benefícios materiais, a “busca da glória” seria também um objectivo das classes dirigentes aliadas, conforme é salientado em Rosenstein (2012, 77): «Part of the reason for the allies’ willingness to live with this arrangement stemmed from the fact that ... locally powerful figures did not see their interests threatened by Roman control of their community’s external affairs. Indeed, because these same men often led their local

Um outro aspecto de grande importância para que se possa compreender o período que tem vindo a ser analisado é o do significado histórico do alargamento da influência romana ao espaço que tem vindo a ser referido como Itália Central e em que as até aqui designadas Guerras Samnitas terão desempenhado, segundo a historiografia mais influente, um papel fundamental. São frequentes as referências a luta pela supremacia na Itália, e por vezes incluindo pormenores em que se subentende que as duas partes – Romanos e Samnitas – estariam conscientes de que o que estava em jogo era a hegemonia na Península. Além disso «the final unification of Italy under a single political authority was the inevitable fulfilment of a historic destiny»³⁷⁸, essa sendo uma perspectiva que dominaria tanto a historiografia moderna como a dos antigos. Ora a realidade vivida pelos dois povos dificilmente poderá ser vista em tal perspectiva, conforme Tim Cornell há pouco mais de uma década bem colocou em destaque, quando o que realmente preocupava uns e outros era atingir objectivos de carácter mais imediato como a defesa dos próprios territórios ou, quando muito, tomadas de iniciativas no sentido de “antecipações de natureza ofensiva”, conforme acima referido³⁷⁹. Colocar a questão em termos de obtenção da hegemonia na Itália é algo que só poderá fazer sentido em termos de consciencialização por parte das futuras gerações após se ter atingido a “pretendida” unidade “nacional”. O que é equivalente a etiquetar as perspectivas historiográficas de pretensão hegemónica dos referidos povos como anacrónicas. O que não significa que as campanhas anuais não fossem definidas com a participação de elementos de natureza

contingents into battle alongside their Roman allies, the Republic's wars afforded them opportunities to win glory, acquire prestige, and so enhance their stature at home.»

³⁷⁸ Conforme desenvolvido e referido especificamente em Cornell (2004, 123-25). Onde o autor dedica também vários parágrafos preciosos a desmontar o conceito que os historiadores modernos designam por «Guerras Samnitas», dando naturalmente destaque ao «péssimo» hábito de os nomes atribuídos às guerras reflectirem o ponto de vista dos respectivos vencedores. Crítica que aliás refere como tendo já autor precedente em Toynbee, o qual, referindo-se às designadas Guerras Púnicas, afirma uma preferência por uma alternativa como Guerras Romano-Cartaginesas. Ver em particular Cornell (2004, 123-24).

³⁷⁹ No que respeita aos Romanos, a «defesa» e as «antecipações...» são caracterizadas em Cornell (2004, 125-26) como «annual warfare», em campanhas que eram dirigidas sobretudo pelos cônsules em dois conjuntos territoriais distintos. Haveria pouca continuidade em termos de orientação política de uma campanha para a seguinte, o que revelava falta de estratégia e planeamento plurianual. Uma determinante inescapável das campanhas era a já referida «busca de glória» por parte da elite competitiva em que se integravam os cônsules, embora naturalmente não fosse a única ou mesmo a mais importante. No que respeita, por outro lado, aos Samnitas, o autor (Cornell 2004, 127-28) dá realce à sua convicção de que não só as referências que lhes são feitas nas fontes são vagas (podendo abranger outros povos além das quatro tribos habitualmente consideradas) como a Liga que era suposto uni-las o fizesse unicamente para efeitos de defesa. Não havendo de facto uma real federação política não fará sentido atribuir-lhes uma orientação nas suas lutas para atingir a supremacia na Itália.

estratégica, mesmo com algum conteúdo de planeamento plurianual³⁸⁰. Como aliás o próprio Cornell o refere:

[The] anual campaigns [of the Roman state] were disconnected, “one-off” adventures ... rather than parts of a broader long-term strategic plan. ... There is no evidence of any coherent long-term strategy by the Senate before the Sentinum campaign of 296-295 BC, and indeed the Senate itself had just begun to emerge as a permanent and independent decision-making council in the generation following the passage of the Lex Ovinia (about 334 BC) at a time when the need for long-term strategic planning was becoming increasingly evident.³⁸¹

É este conjunto de razões que permite concluir que, na grande batalha que os autores antigos e modernos classificam como de luta pelo domínio da Itália, Roma, tendo defrontado muitos inimigos e outros obstáculos, não encontrou contudo rivais. O Estado Romano era de facto o único actor envolvido nessa grande batalha³⁸².

³⁸⁰ A orientação das campanhas anuais era crescentemente definida não pelos cônsules ou pela assembleia das centúrias, mas pelo senado, o que impunha limites à autonomia da elite competitiva referida na nota anterior. Sobre a importância crescente do senado na política romana ver Cornell (1989c, 389-96) e o que é referido *supra* a propósito da carreira do censor Ápio Cláudio Cego.

³⁸¹ Cornell 2004, 126.

³⁸² Cornell 2004, 129.

CAPÍTULO 6

Da Guerra Pírrica ao final da Segunda Guerra Púnica

6.1. A EXPANSÃO ROMANA NAS DUAS DÉCADAS QUE PRECEDEM A PRIMEIRA GUERRA PÚNICA

O período que sucede à referida consolidação do controlo romano sobre a Itália Central é dominado pela guerra que opôs o Estado Romano à cidade grega de Tarento (cujos interesses acabaram de facto por ser defendidos pelo general helenístico Pirro) e com um desenlace que equivale a uma declaração ao conjunto do mundo antigo mediterrâneo de que um novo actor – os Romanos – havia entrado no jogo de poderes que envolviam a política e a guerra nesse vasto espaço. O reconhecimento de tal realidade não tardaria muito, como se verá *infra*, a ter lugar.³⁸³

O reconhecimento da situação hegemónica de Roma na Península Itálica havia já sido claro por parte da cidade grega de Túrio – situada na costa jónia da Magna Grécia, no Golfo de Tarento – quando lhe foi solicitada ajuda em 285 ou 284 a.C. por essa cidade na

³⁸³ Forsythe 2005,358.

sequência de ataques que havia sofrido de Lucanos e Brútios³⁸⁴. Não obstante não serem conhecidas quaisquer acções guerreiras imediatas por parte de Roma no sentido desejado pela cidade grega, sabe-se que o Estado Romano prometeu a ajuda solicitada. O que se conhece das fontes permite apenas concluir que em 282 a.C. um exército romano enfrentou Lucanos e Brútios e derrotou-os em operações militares que foram apoiadas por uma pequena frota de navios de guerra que actuou nas vizinhanças da referida cidade e de Tarento. Essa actividade romana foi vista com preocupação por parte desta última cidade, algo que teria acrescido à inquietação que já havia sido causada pela fundação da colónia de Venúsia na década anterior e que agora era ainda ampliada pela guarnição que o exército que defrontou Lucanos e Brútios deixou em Túrio³⁸⁵. Este conjunto de razões, em particular a violação do tratado que proibia os navios romanos de ultrapassarem o Cabo Lacínio, levou os Tarentinos a atacarem os navios romanos e a própria cidade de Túrio, que foi capturada, com a guarnição romana a ficar na situação de prisioneira. No ano seguinte, após uma tentativa diplomática no sentido de conseguir a libertação da guarnição e da entrega dos responsáveis pelo ataque aos navios que terá tido resposta negativa e sido objecto de humilhações várias, Roma enviou um exército contra Tarento e os seus aliados. Foi em tal contexto que a cidade grega solicitou a assistência militar de Pirro³⁸⁶.

³⁸⁴ Estes conflitos entre populações que habitavam áreas montanhosas e as que, como as cidades gregas, ocupavam os vales férteis e as planícies costeiras, já foram objecto de consideração *supra*, em particular na secção 5.2.4. As cidades da Magna Grécia haviam formado uma Liga sob a direcção de Tarento para se defenderem dos ataques sofridos. Com o tempo, porém, esta cidade foi afirmando a sua hegemonia (tenha-se presente o que teve lugar, em situação próxima, entre Roma e os Latinos), o que desagradou, neste caso, a Túrio. Daí o recurso a Roma. Ver, sobre os desenvolvimentos deste caso, Rosenstein (2012, 38-41). O envolvimento de Lucanos e Brútios nos ataques a Túrio, assim como os respectivos embates com os exércitos romanos, estão referidos em Val. Max. 1.8.6. A participação de Lucanos, poderá à primeira vista surpreender dada a situação descrita *supra* de aliança com Roma no início da Terceira Guerra Samnita. Tal facto parece confirmar que a referida aliança tenha sido firmada por Roma apenas com uma parcela restrita desse povo. Existem, por outro lado, diversas referências em Liv. *Perioch.* 11-14 a batalhas que Roma travou com aqueles povos, assim como com Etruscos e Samnitas, de 287 a 272 a.C.

³⁸⁵ Tarento já havia pedido ajuda a um anterior rei – Alexandre, o Molosso – do Epiro (monarquia que agora era precisamente dirigida por Pirro), algumas décadas antes. Na altura, após combater também Lucanos e Brútios, Alexandre terá firmado um tratado com Roma (333 a.C. – ver Liv. 8.17), o qual teria estabelecido, no interesse de Tarento, a interdição de navios de guerra romanos irem além do Cabo Lacínio (situado perto de Crotona). O recurso de Tarento a potências gregas exteriores à Itália – além das ajudas solicitadas aos dois reis do Epiro, Tarento havia já recorrido a Esparta por duas vezes (em 343 e em 303 a.C.) para defender os Gregos da Magna Grécia dos seus vizinhos itálicos (ver Forsythe (2005, 350-52)) – haveria ainda, de se aplicar a Agátocles, o entretanto autoproclamado rei de Siracusa. Sobre os interesses e os esforços das diversas potências gregas para expandir os seus domínios numa perspectiva que tomava como modelo as conquistas de Alexandre o Grande e a formação dos reinos helenísticos por parte dos seus sucessores, ver Bringmann (2013, 59-60).

³⁸⁶ Agora, a ameaça à Magna Grécia que motivou Tarento a enviar o pedido de socorro a Pirro era claramente Roma (que entretanto havia superado todas as outras resistências que tinham surgido à sua hegemonia na Península). Ver a tal propósito Toynbee (1965a, 147).

Esta preocupação romana com o Sul da Península (recorde-se que ela já terá existido previamente, pelo menos desde 291, com a referida fundação de Venússia) poderá ter assumido um carácter de maior prioridade na respectiva estratégia com a intervenção a favor de Túrio, não obstante em momentos próximos Roma se ter defrontado no Centro-Norte, face a Etruscos e Gauleses, com as dificuldades já acima referidas. Terá sido neste período que uma facção política em cuja composição entrariam plebeus se formou e se afirmou favorável a uma expansão no sentido dos territórios gregos do sul. Tratava-se contudo de uma política de elevados riscos, em que a dispersão de forças militares poderia conduzir a situações difíceis, as quais já haviam tido início com a grande derrota sofrida (em 284 ou 283) em Arécio face aos Sénones.³⁸⁷

Deverá ainda ser realçado que o envolvimento samnita nas guerras travadas no Sul (que parece ter sido desencadeado pelo estímulo constituído pela derrota romana em Arécio) é considerado por Salmon como uma autêntica Quarta Guerra Samnita. A importância dada às lutas contra Pirro terá, muito provavelmente, contribuído para que a historiografia não tenha dado a tal guerra o destaque que se justificaria, o que aliás também poderá ter resultado do envolvimento dos outros povos referidos. Salmon dá relevo à longa duração dessa guerra (de 284 ou 283 a 272, começando portanto antes e acabando depois dos confrontos com Pirro), aos triunfos que lhe estão associados que os Fastos referem (282, 280, 278, 276, 275, 273 e 272), mas também às maiores facilidades (face às guerras anteriores) que os Romanos terão encontrado para penetrar e atravessar o Sâmnio e sobretudo ao facto de a revolta samnita ter sido desencadeada na sequência da grande derrota romana de 284 a.C. face aos Gauleses, aproveitando o que foi assumido como um período difícil para Roma.³⁸⁸

³⁸⁷ De acordo com Salmon (1967, 281-83), estes acontecimentos seriam contemporâneos de um ressurgimento de tensões entre patrícios e plebeus, com estes últimos a revelarem algumas figuras ilustres cuja influência teria sido relevante para, em particular, conduzir à promulgação (cerca de 287 a.C.) da *Lex Hortensia*, cuja importância deriva do facto de garantir à assembleia plebeia autoridade legislativa integral. Contudo, a referida facção incluiria também figuras não plebeias, como teria sido o caso de Ápio Cláudio Cego. O interesse plebeu na expansão para sul (que, no entanto, segundo Salmon, não seria – pelo menos inteiramente – partilhado por grandes generais plebeus da época, os quais estariam mais interessados na expansão para nordeste) poderia estar relacionado com a possibilidade de confiscação de terras e conseqüente distribuição pelos estratos sociais menos afluentes, quer através da fundação de novas colónias latinas quer mais directamente através de distribuições viritanas. Sobre a *Lex Hortensia* ver Cornell (1995, 377-80), onde a sua importância histórica é aliás algo desvalorizada, dando-se mais importância às características do sistema político romano e sublinhando-se a respectiva falta de democraticidade pelos padrões quer dos nossos contemporâneos quer da Grécia Antiga. Em particular, «[the popular assemblies] could not initiate anything; they merely answered ‘yes’ or ‘no’ to questions (*rogationes*) that were put to them by the magistrates, or chose between candidates who were presented to them».

³⁸⁸ Salmon 1967, 284-85.

6.1.1. O primeiro período da intervenção pírrica na Itália

A diferença que Pirro iria encontrar na sua expedição a Itália relativamente às intervenções anteriores a favor dos Gregos era que em vez de se ir defrontar com povos de práticas guerreiras algo erráticas como os Lucanos e os Brútios, a sua intervenção far-se-ia contra uma potência militar bem organizada. Pirro, por seu lado, já tinha ganho uma reputação na própria Grécia Continental de um comandante cujas qualidades rivalizavam com as dos cabos de guerra que haviam acompanhado Alexandre o Grande nas suas grandes conquistas e que posteriormente haviam herdado o seu Império.³⁸⁹

O exército com que Pirro chegou a Tarento em 280 a.C. era composto por 23 mil soldados de infantaria (armados das longas lanças que podiam atingir 7 metros e que haviam estado na base da superioridade militar macedónica nos últimos 70 anos), 2 mil arqueiros, 500 fundibulários, 3 mil cavaleiros e 20 elefantes³⁹⁰. Era este um exército considerável, mas que Pirro procurou desde logo reforçar com recrutas provenientes das comunidades anti-romanas sediadas na própria Itália, os quais contudo se mantiveram armados do modo que lhes era tradicional.

Os dois embates que Pirro travou com Roma antes da sua aventura siciliana (ver *infra*) tiveram lugar em 280 (batalha de Heracleia) e 279 a.C. (batalha de Ásculo) e saldaram-se por duas vitórias suas com baixas do lado romano de, respectivamente, 7 e 6 mil mortos, enquanto as baixas correspondentes do general macedónico foram de 4 e 3,5 mil Gregos³⁹¹. Após a vitória em Heracleia o exército de Pirro avançou para norte até Anâgnia (situada no vale do Trerus, ver Mapa 5.1; relativamente ao conjunto dos movimentos de Pirro e seus exércitos em Itália, ver Mapa 6.1) ou mesmo até Preneste, procurando ameaçar a própria cidade de Roma com o objectivo de forçar um acordo de paz que levasse o Estado Romano a retroceder no que respeita à sua expansão dos últimos 60 anos

³⁸⁹ Forsythe 2005, 352.

³⁹⁰ Como é referido em Plu. *Pyrrh.* 15.1-2, não obstante a tempestade que se abateu sobre a frota de Pirro (ver Plu. *Pyrrh.* 15.3-9, 16.1) possa ter diminuído os seus efectivos. Este núcleo particular dos contingentes militares ao dispor de Pirro terá sempre constituído a parte essencial do seu poder, o seu desgaste nas provas que se seguiram vindo naturalmente a constituir uma enorme preocupação para o seu comandante (ver Forsythe (2005, 352)).

³⁹¹ Plu. *Pyrrh.* 17.7, 21.12. São baixas que Plutarco cita como referidas por Jerónimo de Cárdia (excepto as baixas de Pirro na segunda batalha, que são referidas nas suas próprias *Memórias*) e que são aceites por autores modernos, como em Forsythe (2005, 353, 355) e Franke (1989, 468, 473), sem os comentários frequentes que habitualmente vão no sentido de as considerar exageradas.

e se limitasse a controlar o Lácio. Foi em tal sentido que enviou um diplomata a Roma, esperando, na opinião de Gary Forsythe, que o senado actuasse de um modo que era habitual na Grécia em casos de pesadas derrotas e aceitasse os seus termos³⁹². A reacção do senado terá contudo sido no sentido de uma grande determinação na resistência à ameaça que Pirro representava e, tal como havia sido já a prática em situações recentes no decurso das guerras samnitas (ou mesmo ainda mais recentemente, com a derrota em Arécio frente a Gauleses e Etruscos), ter-se-á optado por medidas como a reorganização das estruturas militares e um maior recurso ao recrutamento³⁹³.

Dada a recusa romana ao tratado proposto, Pirro recuou para Tarento onde passou o inverno, reorganizou as suas forças³⁹⁴ e, no ano seguinte, avançou para a Apúlia onde encontrou os exércitos romanos em Ásculo (situada a cerca de meio caminho entre as colónias latinas de Venúsia e Lucéria (ver Mapa 5.7). Foi na sequência da nova derrota romana e das pesadas baixas que Pirro voltou a sofrer que o general grego proferiu o seu bem conhecido comentário que exprimia a convicção de que uma nova vitória de tal natureza constituiria para ele a sua completa ruína. Foi também após Ásculo que, na expressão de Tito Lívio, «uma aliança com os Cartagineses foi renovada pela quarta vez», o que terá traduzido a preocupação dos Púnicos com a possibilidade de Pirro vir a invadir a Sicília, o que de facto veio a suceder no ano seguinte.³⁹⁵

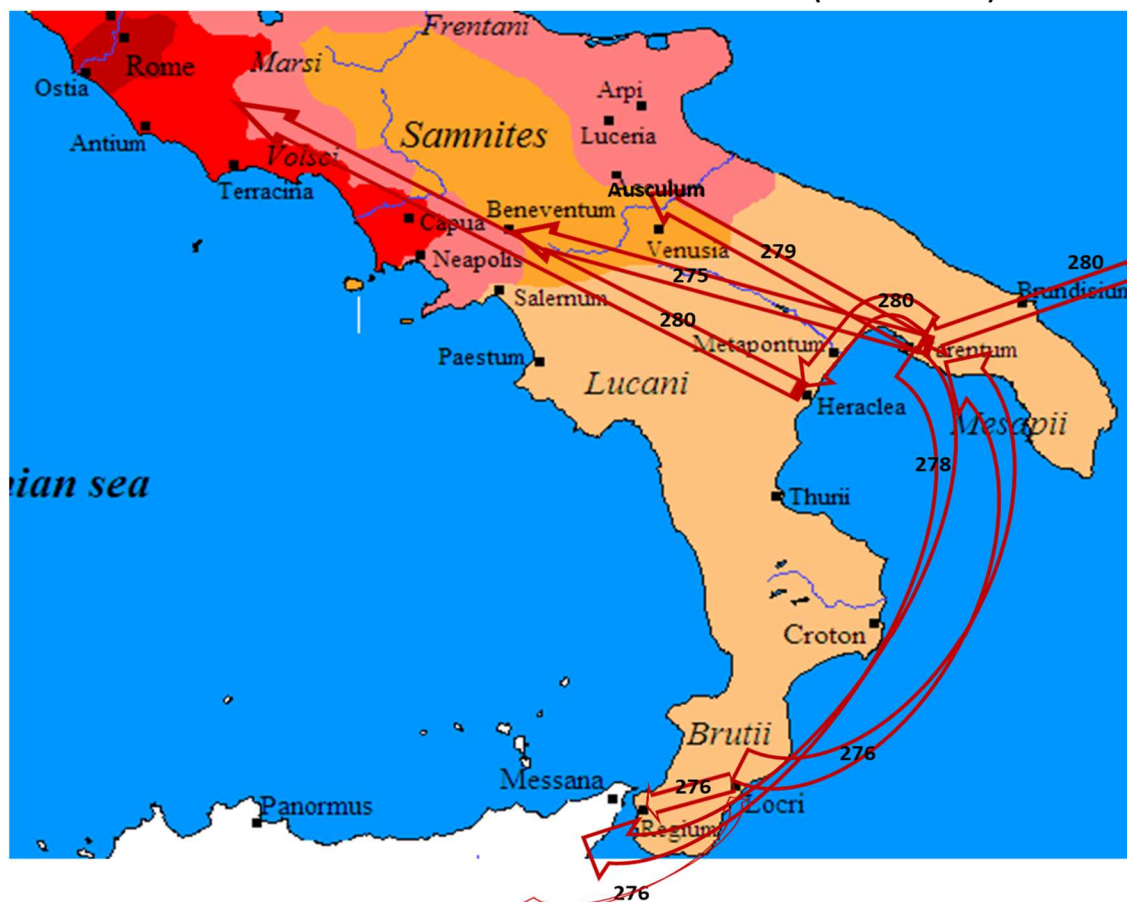
³⁹² Os termos e as fontes utilizadas em Forsythe (2005, 353) para caracterizar as condições postas por Pirro para celebrar a paz são os seguintes: «According to the *Ineditum Vaticanum* (von Arnim 1892, 120), which closely resembles Appian *Samnitica* 10.3 on this matter, Pyrrhus proposed that all the Italian Greeks be left free and autonomous, that the Lucanians, Samnites, and Bruttians be allowed to use their own lands and be his allies, and that the Romans merely rule over Latium.» São termos completamente distintos do que é referido em Plu. *Pyrrh.* 18.4-5: «Pyrrhus ... promised to assist [the Romans] in the subjugation of Italy, and in return for these favours asked only friendship for himself, immunity for the Tarentines, and nothing else.» De facto, a versão que é adoptada por Forsythe parece mais de acordo com o que seria a manutenção das intenções originais de Pirro (a conquista da Itália) e a sua disposição após uma vitória, além de mais conforme com um eventual propósito de agradar aos seus aliados. A versão de Plutarco, por seu lado, poderá traduzir uma atitude meramente negocial em que a ajuda aos Romanos na conquista da Itália traduziria uma real intenção de adiar o confronto com Roma para um momento que tivesse lugar após actuações paralelas em termos de subjugação dos diferentes povos itálicos. Parece poder depreender-se destas tão distintas versões que na elaboração das mesmas terão jogado não o conhecimento do que de facto se terá passado mas apenas meras tentativas para desvendar o que ocorreu na reunião do diplomata com os senadores.

³⁹³ Forsythe (2005, 353-54), com o autor a dar relevância a eventuais divergências que poderão ter ocorrido no senado a propósito da atitude a assumir e a dar relevo a uma intervenção específica de Ápio Cláudio Cego no sentido da referida determinação. Ver também a este propósito Plu. *Pyrrh.* 19.1-5.

³⁹⁴ Após a vitória em Heracleia, Pirro viu o seu lado reforçado com Lucanos, Brútios e Samnitas e contou ainda com a adesão à sua causa de Locros. Por outro lado, em Régio uma tentativa dos cidadãos no sentido de afastar a guarnição romana composta por Campanos falhou, o que teve como consequência a execução de parte considerável dos habitantes masculinos ou a sua expulsão. Falhadas também foram as tentativas de Pirro, quando do seu avanço até Anâgnia, de ganhar para o seu lado Cápua e Nápoles. Ver a este propósito Bringmann (2013, 62).

³⁹⁵ Liv. *Perioch.* 13.10 e Forsythe (2005, 355-56), onde se especificam referências de outras fontes a tal tratado (ou apenas a uma proposta pelos Cartagineses em tal sentido que teria sido recusada pelos

MAPA 6.1 - MOVIMENTOS DO EXÉRCITO DE PIRRO EM ITÁLIA (280 a 275 A.C.)



Fontes: - Mapa-base acedido em 2019-03-21 em [https://en.wikipedia.org/wiki/Pyrrhic_War#/media/File:Conqu%C3%AAta_romaine_de_l%27Italie_\(400-264\).png](https://en.wikipedia.org/wiki/Pyrrhic_War#/media/File:Conqu%C3%AAta_romaine_de_l%27Italie_(400-264).png)
 - Movimentos do exército de acordo com Franke (1989, 456-85) e Forsythe (2005, 349-58)

Uma tal ausência de sucesso convincente contra os Romanos deve ter estado na base da disponibilidade de Pirro para aceitar um convite dos Gregos da Sicília para intervir nessa ilha contra os Cartagineses³⁹⁶. Face à ausência de Pirro, Roma atacou os seus aliados

Romanos) e a certas ocorrências que teriam confirmado a sua assinatura, assim como à eventualidade de se tratar não de um terceiro mas de um quarto tratado, o terceiro tendo tido lugar em 306 a.C. e sendo conhecido como “Tratado de Filino” (relativamente ao qual ver Scullard (1989, 532)). No que respeita ao conteúdo do tratado (datado de 279-278), ver Plb. 3.25 e (abrangendo também a sua interpretação) Franke (1989, 475-77).

³⁹⁶ O convite feito por Siracusa terá constituído para Pirro uma oportunidade tentadora para se afirmar de modo mais decisivo no contexto helenístico da época, ele que já havia, após a morte de Agátocles em 289 a.C., reivindicado direitos hereditários no que tocava ao poder político na Sicília, dados o seu casamento com Lanassa, filha daquele rei, e o filho – Alexandre – que tiveram em comum. De algum modo essa oportunidade teria surgido num momento mais propício à sua afirmação, dada a situação progressivamente mais anarquizante em que a Sicília Grega se encontrava, embora outra razão – as dificuldades que haviam surgido no Epiro face à invasão celta que ocorria na Macedónia e nas regiões que a cercavam – pudesse tê-lo influenciado numa decisão de sentido diferente. A este propósito ver Franke (1989, 473-74).

itálicos – Brútios, Lucanos e Samnitas – assim como os Tarentinos, o que, segundo o testemunho dos Fastos Triunfais, lhe valeu importantes vitórias³⁹⁷.

6.1.2. A intervenção de Pirro na Sicília

Entretanto, na Sicília, onde Pirro havia chegado no verão de 278 a.C. – após insistências siracusanas devidas ao bloqueio do porto da cidade por uma frota cartaginesa – com apenas oito mil soldados de infantaria e reduzidos números de cavaleiros e elefantes³⁹⁸, a situação tinha começado a alterar-se. O bloqueio do porto siracusano pelos Cartagineses foi de imediato levantado, dada a possibilidade de a respectiva frota ser apanhada entre os navios siracusanos que nele se encontravam e a frota tarentina que havia acompanhado Pirro. Foi o suficiente para o general entrar em triunfo na cidade e lhe ter sido entregue o poder pelos tiranos que na altura o disputavam. Por outro lado, muito rapidamente outras cidades gregas anunciaram apoio a Pirro e algumas enviaram contingentes militares, de modo que em breve o rei do Epiro dispunha de um exército de 30 mil soldados de infantaria e 2,5 mil cavaleiros. O que teve como efeito que os Púnicos recolheram às suas bases no oeste da ilha.³⁹⁹

O que se passou a seguir, a partir da primavera de 277, foi uma marcha triunfal que passou por Hena (no centro da ilha), prosseguiu por Ácragas (cidade que mais tarde, após a conquista romana, passou a ser designada por Agrigento) e por outras cidades até território cartaginês ou de influência cartaginesa, com a tomada em particular da fortificação do Monte Érix e de Panormo (ver Mapa 6.2). Os sucessos do entretanto proclamado *Basileus*, reconhecido como sucessor de Agátocles e reforçado continuamente com novos contingentes militares, só pararam diante de Lilibeu, o importante porto na costa oeste onde se manteve o controlo cartaginês. Foi uma altura em que os Púnicos procuraram estabelecer a paz com Pirro, disponibilizando-se para lhe pagar importantes reparações de guerra e pôr à sua disposição navios para outras

³⁹⁷ Forsythe 2005, 356-57; Franke 1989, 478.

³⁹⁸ Franke 1989, 478. Pirro deixou uma forte guarnição em Tarento, assim como junto de outros aliados, não só para os proteger dos Romanos mas também para se precaver contra eventuais traições. Este último perigo apresentava-se com alguma probabilidade face a uma crescente aversão ao seu domínio, em particular na própria Tarento. Ver a tal respeito Franke (1989, 473) e, sobretudo, o desagrado que as medidas que tomou em 280 a.C. (reflectindo uma efectiva tomada do poder político e administrativo), quando da sua chegada a essa cidade, ocasionou entre os cidadãos (Plu. *Pyrrh.* 16.2-3).

³⁹⁹ Franke 1989, 479.

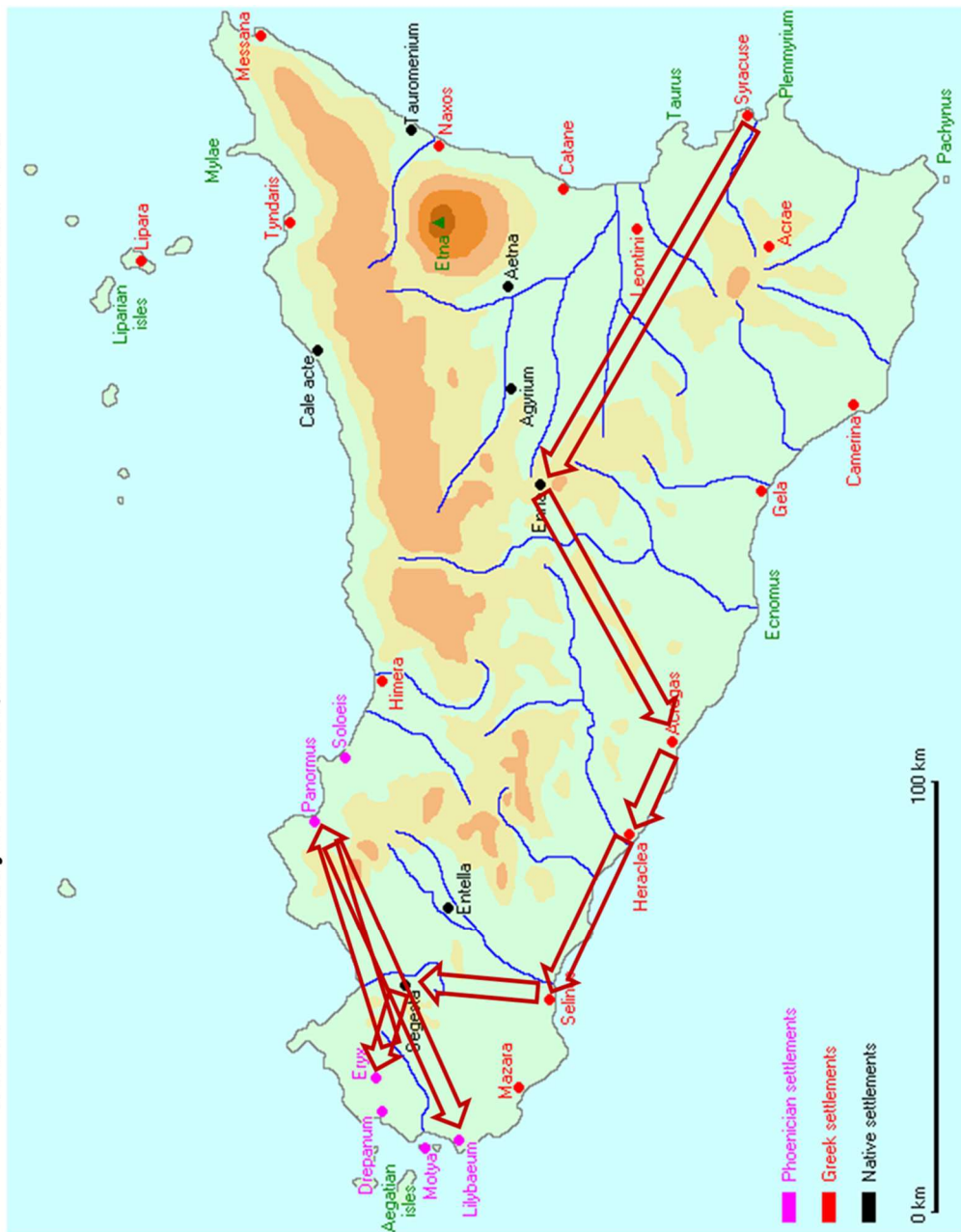
operações, eventualmente para o regresso a Itália onde a situação evoluía desfavoravelmente para os seus aliados (Crotona e Caulónia haviam caído em poder dos Romanos e as derrotas dos Samnitas, Lucanos e Brútios acumulavam-se). São razões que parece terem influenciado Pirro para aceitar, mas que os seus próximos e os representantes das cidades sicilianas recusaram, optando por procurar eliminar totalmente a presença cartaginesa na ilha. Contudo, as defesas de Lilibeu – as suas fortificações e a frota de guerra de que dispunha – permitiram-lhe resistir o que levou o *Basileus* a conceber o plano de invadir os territórios cartagineses em África procurando impor aí uma solução definitiva ao conflito, tal como anteriormente Agátocles já havia tentado. Era este um projecto que exigia meios financeiros importantes e Pirro não se coíbiu de tributar os seus aliados e de procurar obter deles remadores e marinheiros para atingir os seus objectivos. A reacção de desagrado dos locais foi-se ampliando, a exemplo do que já havia sucedido em Tarento, e agravou-se quando foram confiscadas propriedades que haviam pertencido a Agátocles para Pirro distribuir pelos seus próximos e outros seguidores.⁴⁰⁰ Face a esta situação, a oposição ao rei não hesitou em estabelecer de novo relações com Cartago, traindo a causa grega, o que conduziu Pirro a reagir violentamente, fazendo executar alguns dos conspiradores. Os que escaparam, no entanto, chegaram a acordos quer com os Mamertinos⁴⁰¹ quer com os Cartagineses, criando uma situação difícil de gerir para Pirro. Foi uma situação que ainda se complicou mais quando foram recebidos pedidos de socorro, provenientes dos povos itálicos que se haviam coligado com Pirro, face à pressão a que os Romanos os estavam a sujeitar. Em tal contexto o rei acabou por tomar a decisão de regressar a Itália, abandonando as suas ambições sicilianas.⁴⁰²

⁴⁰⁰ Franke 1989, 479-81.

⁴⁰¹ Os Mamertinos haviam sido mercenários contratados por Agátocles que, após a morte deste, se apoderaram da cidade de Messana – a actual Messina, situada no estreito que separa a Sicília da Península Itálica – e vieram posteriormente a desempenhar um papel significativo no desencadeamento da Primeira Guerra Púnica.

⁴⁰² Franke 1989, 481. Ver também Plu. *Pyrrh.* 23.2-8.

MAPA 6.2 - AVANÇOS E CONQUISTAS DE PIRRO NA SICÍLIA EM 277 A.C.



Fontes: - Mapa-base acessido na Internet há cerca de 10 anos (localização não encontrada no presente)
 - Movimentos do exército de acordo com Franke (1989, 456-85)

6.1.3. A fase final da Guerra Pírrica e a derrota samnita

No verão de 276, Pirro partiu de Siracusa com uma frota numerosa mas foi surpreendido por navios cartagineses que destruíram uma parte considerável dos seus navios de guerra, o que não sucedeu no entanto com os navios que transportavam o seu exército, que conseguiram chegar sem problemas de maior a Locros. Após uma digressão à vizinha cidade de Régio – ocupada por tropas aliadas dos Romanos – que correu mal, regressou a Locros, ainda com um exército de 20 mil soldados de infantaria e 3 mil cavaleiros. Aí resolveu tributar os cidadãos a fim de cobrir os seus prejuízos e recrutar mais mercenários.

Mas foi sobretudo a confiscação dos tesouros do templo de Perséfone que indignou os Gregos. Regressado a Tarento, só relativamente a 275 a.C. volta a haver indicações de confrontos com os Romanos, não existindo certezas sobre se Pirro terá, nesse intervalo, recorrido a soberanos helenistas solicitando recursos adicionais para a continuação da sua guerra.⁴⁰³

A preparação da defesa romana face à ofensiva que mais uma vez vinha de Tarento deparou-se com dificuldades de recrutamento, em parte porque entretanto Roma havia sido atingida por uma epidemia⁴⁰⁴. As dificuldades, além disso, estavam a ser aumentadas por manifesta falta de vontade dos cidadãos em responder à chamada. Os cônsules, fazendo uso da sua autoridade, encontraram a maneira de superar essa relutância à prestação do serviço militar, dando um exemplo com a confiscação da propriedade pessoal e redução ao estado servil, coacção que foi aceite pelos tribunos da plebe.⁴⁰⁵

O prosseguimento da guerra teve lugar com o avanço de Pirro através do Sâmnio, encontrando um dos exércitos romanos nas proximidades de Malevento (cujo nome, reflectindo uma ideia de mau agouro, haveria de ser mudado para Benevento em 268 a.C. quando da instalação na cidade de uma colónia latina). Desta vez a batalha ainda correu pior para Pirro, que foi claramente derrotado, com pormenores como a morte de dois elefantes e a captura pelos Romanos de outros oito. Foi o fim da aventura pírrica em Itália, com uma retirada para Tarento seguida do abandono definitivo da Península, deixando no entanto uma forte guarnição nessa cidade. Para os Romanos foi uma vitória comemorada de maneira especial, não só com o Triunfo concedido ao cônsul vencedor – *Curius Dentatus* – mas também pela inclusão nele dos elefantes capturados. Por outro lado, procedeu-se a uma emissão de lingotes de bronze – *aes signatum* – incluindo numa das faces a figura de um elefante, e, pouco depois, utilizando o produto do espólio obtido na vitória, construiu-se o segundo aqueduto romano, o *Anio Vetus*. Destaque ainda para uma manifestação de reconhecimento da entrada de Roma na alta política mediterrânea, como foi o envio de uma embaixada egípcia por Ptolomeu II Filadelfos em 273 a.C., que pouco depois haveria de ser retribuída por Roma.⁴⁰⁶

⁴⁰³ Franke 1989, 481-82; Forsythe 2005, 356.

⁴⁰⁴ De 280 a 275 a.C., os valores dados pelos recenseamentos caíram de 287 para 271 mil cidadãos.

⁴⁰⁵ Ver Liv. *Perioch.* 14.3 e Val. Max. 6.3.4. É este um exemplo que permite compreender a diferença de princípios existente no que respeita a recrutamento das duas partes em conflito quando se faz a comparação com a preocupação já referida acima de Pirro em obter recursos financeiros para conseguir soldados para os seus exércitos.

⁴⁰⁶ Forsythe 2005, 357-58; Plu. *Pyrrh.* 25, 26.1; Dion. Hal. 20.12.3, 14; Liv. *Perioch.* 14.3, 6; Franke 1989, 482-83. Em Salmon (1967, 287, n. 4), são contudo referidas fontes que não são tão categóricas sobre o

No que respeita especificamente à participação dos Samnitas na Guerra Pírrica, eles não teriam ainda incorporado as forças de Pirro na batalha de Heracleia, o que já terá contido vindo a acontecer na batalha seguinte. Decerto que não terão ficado satisfeitos com a sua partida para a Sicília, e as dificuldades acrescidas que a seguir experimentaram com os Romanos tê-los-á deixado numa situação desesperada que não facilitou o apoio que Pirro, quando do seu regresso à Península em 275, esperaria deles. Após a batalha de Malevento, as forças militares que ainda restavam aos Samnitas não conseguiram impedir a captura de Cúudio pelos Romanos. Daí até ao final da «Quarta Guerra Samnita», sem poder contar com a ajuda de Pirro, que entretanto havia regressado ao Epiro, esse povo constituiu uma presa relativamente fácil para Roma que – adoptando uma estratégia semelhante à que haviam utilizado na Terceira Guerra e lançando no terreno, no último ano (272), os mesmos cônsules que haviam vencido em Aquilónia e Comínio – deu o golpe final nas suas esperanças.⁴⁰⁷

6.1.4. Características económicas próprias das cidades da Magna Grécia

A intervenção pírrica a favor do mundo italiota-siciliota requer algumas considerações sobre o quadro de vida dos gregos que habitavam tais territórios, o qual não só era bastante diferente daquele que era próprio aos itálicos (Romanos incluídos) mas também se apresentava como uma condicionante à respectiva capacidade de manter a autonomia política que desejavam. Quando surgiu em Tarento a intenção de solicitar a Pirro ajuda contra Roma, os seus cidadãos terão exprimido⁴⁰⁸ posições distintas sobre tal propósito, o sector mais numeroso realçando as vantagens de «tomar Pirro como chefe», enquanto outros, que Plutarco apresenta como «menos jovens e mais sensatos», preveniam «os amantes das liberdades» de que «assim que aquele general entrasse na cidade, tudo o que lhes dizia respeito, em particular as suas vidas e os seus quotidianos, seria completamente transformado». Não será abusivo considerar que Plutarco assimila o grupo mais numeroso – por ele referido como sendo dominado por demagogos – à tendência política que habitualmente é designada como democrática e os cidadãos mais sensatos às posições

resultado final dessa última batalha. Para uma perspectiva muito sintética da intervenção de Pirro na Itália, ver Cornell (1995, 363-64).

⁴⁰⁷ Salmon 1967, 286-87; Plu. *Pyrrh.* 25.1.

⁴⁰⁸ Segundo Plu. *Pyrrh.* 13. 4-13.

assumidas correntemente como conservadoras ou oligárquicas. Tais tendências políticas, convém tê-lo presente, são frequentemente consideradas na historiografia romana, no que concerne as cidades que se vêem ameaçadas por Roma como, respectivamente, opositoras ou apoiantes de acordos ou alianças com essa cidade ou mesmo sujeições à mesma.

O que se passou com a chegada de Pirro a Tarento confirma – era de esperar, na perspectiva dos oligarcas – os piores sonhos dos seus cidadãos: o general terá entendido que, sem um constrangimento da maior severidade, um grande número de Tarentinos estaria não só na incapacidade de receber ajuda como de ser integrado no esforço de guerra necessário. Eles estavam sim na expectativa de continuar tranquilamente nas suas casas, a deslocar-se aos banhos públicos e a banquetear-se, enquanto o exército de Pirro se bateria por eles. Assim, este tomou a decisão de fechar todos os ginásios e impedir todas as situações em que os cidadãos davam livre curso aos seus prazeres, em particular banquetes e outros festejos. E, refere ainda Plutarco, procurou alistar todos no exército, mostrando-se tão intratável e rigoroso nessa missão que muitos cidadãos acabaram por deixar a cidade, dado não estarem habituados a obedecer e darem o nome de escravidão à vida que não era consagrada ao prazer.⁴⁰⁹

Naturalmente que há que fazer um esforço para tentar abstrair – a partir do texto de Plutarco – das avaliações que ele produz, para tentar descortinar o que de facto se terá passado. Há que considerar que não só a sua ideologia política e as suas convicções filosóficas dão alguma cor aos factos como os seus escritos só muito dificilmente poderiam evitar os anacronismos (quase quatro séculos separam a sua vida dos acontecimentos que narra a propósito dos acontecimentos a que temos dado atenção). As suas próprias descrições permitem-nos por outro lado, por exemplo, compreender que a crítica explícita aos prazeres como condicionantes do «dever» não exclui outras conotações quando os refere ao próprio Pirro no decurso da conversa que este mantém com o seu conselheiro Cíneas.⁴¹⁰

Seja como for, na perspectiva que mais interessa no presente texto, que é a da caracterizar o modo de vida das populações das cidades gregas da Magna Grécia e a partir daí tentar inferir a estrutura da respectiva economia, poder-se-á reter que a complexidade

⁴⁰⁹ Plu. *Pyrrh.* 16. 2-3.

⁴¹⁰ Ver Plu. *Pyrrh.* 14. Plutarco passa da contradição entre dever (ou mera necessidade de defesa) e prazer à evidência de que a procura desregrada do prazer não só é desnecessária como contraria o próprio objectivo proposto. Poder-se-á assumir que Cíneas estaria a tentar provar a vantagem para Pirro de manter a paz de espírito (a ataraxia, conceito criado por Demócrito e posteriormente tomado por Epicuro como definidor da situação de felicidade) caso o seu objectivo fosse meramente a obtenção do seu prazer pessoal (a sua felicidade).

que lhes subjazia superava claramente a dos territórios mais a norte. Sendo certamente exagerado designar tal economia como uma «sociedade de consumo», não se poderá contudo ignorar que a disponibilidade para uma massa importante de cidadãos dos «objectos de prazer» referidos traduzia uma organização económica em que a produção de significativos excedentes investidos/consumidos nas cidades era uma realidade. Se a maior complexidade de tal organização se articulava em função de tecnologias agrícolas mais avançadas, ou de outras tecnologias como a da engenharia hidráulica ou ainda de capacidades comerciais que por sua vez conduziam a alguma apropriação de excedentes gerados em territórios outros, é algo que constitui um conjunto de hipóteses cuja melhor especificação (e estudo) apresentaria inegável interesse.⁴¹¹

6.1.5. Estratégia romana no sentido de quebrar a unidade tribal dos Samnitas

Após 272 a.C., com o final da «Quarta Guerra Samnita», ainda houve uma revolta da tribo dos Caracenos que não só conduziu Roma a uma violenta repressão (em particular com a redução à escravatura de grande número dos revoltosos) como poderá ter agravado, de modo significativo relativamente ao que sucedeu com os outros povos vencidos em períodos próximos, os termos da paz que impôs.

Assim, no concernente a povos não samnitas, a principal penalidade aplicada aos Lucanos foi a confiscação do território necessário à instalação da colónia latina de Pesto em 273 (ver localização na fértil planície costeira do golfo de Salerno no Mapa 4.4) enquanto os Brútios terão aparentemente acordado com Roma um tratado que lhes permitiu manter a sua própria Liga.

Quanto aos restantes Samnitas, a tribo dos Hirpinos foi objecto de uma particular confiscação de território que se estendia através do Sâmnio desde a Campânia até à Apúlia (ver Mapa 4.5). Foi uma providência que os separou das tribos dos Pentros e dos Caudinos e que foi complementada por outra medida que os isolou completamente quando uma

⁴¹¹ As razões para identificar características de «sociedade de consumo» em cidades da Magna Grécia já foram rapidamente esboçadas *supra*, nota 248, quando da instalação de uma guarnição romana em Cápua na sequência do desencadeamento da Primeira Guerra Samnita. Cápua não era uma cidade da Magna Grécia, mas não só a sua origem etrusca como a proximidade com várias cidades gregas a colocavam num patamar distinto do das sociedades não-urbanas, de economia mais tradicional como as da Itália Central da região dos Apeninos e outras. Aliás o caso de Roma poderá considerar-se também um caso intermédio de complexidade económica, como a própria dimensão da cidade o deixa supor, além naturalmente de outras realidades como as já referidas relativas aos investimentos por exemplo em estradas e aquedutos.

revolta dos Picentes em 269 a.C. levou Roma a forçar uma transferência de grande parte dessa população para um território de fronteira (que passou a ser designado como *ager Picentinus*) entre Alfaternos, Lucanos e, precisamente, os Hirpinos. Terá provavelmente sido este isolamento que levou a que as fontes passaram a referir-se a este povo com esta última designação e não considerando-o como samnita.⁴¹²

Por outro lado, a tribo dos Caudinos foi reduzida a fragmentos, com os territórios de várias cidades a serem objecto de tratados que os consideravam individualmente aliados de Roma e que, segundo Salmon, terão sido encorajados ou mesmo constrangidos a aderir a uma Liga Monetária formada por comunidades vizinhas de modo a afastá-los de outros Samnitas. No caso particular de Cáudio, terá havido uma anexação por Roma sob a forma de *civitas sine suffragio*. No conjunto, uma solução próxima da aplicada aos Hirpinos foi adoptada embora não lhes sendo atribuída uma designação comum (Caudinos, por exemplo), cada comunidade sendo designada pelo nome da sua cidade, o que terá contribuído para erradicar o sentimento de solidariedade tribal.⁴¹³

No que respeita aos Pentros a estratégia romana terá sido a integração de alguns territórios, atribuindo-lhes o estatuto de prefeituras⁴¹⁴, o que foi o caso de Alifas, e com Venafro e Aquilónia a serem provavelmente anexadas com o mesmo estatuto (a integração sendo feita com a extensão da tribo romana Teretina até aos seus territórios; ver localizações nos Mapas 4.5, 5.3 e 5.9). Em Esérnia, por seu lado, foi fundada uma colónia latina em 263. Atina e Casino, cidades volscas que presumivelmente já haviam visto o controlo samnita substituído pelo romano algumas décadas antes, terão igualmente sido integradas como prefeituras após a Guerra Pírrica.⁴¹⁵

Ainda no que concerne os Caracenos, Aufidena foi anexada por Roma embora não haja certezas sobre o momento em que lhe foi atribuído o estatuto de prefeitura. Outros

⁴¹² Foi esta última situação que deve ter contribuído para que o «território que se estendia através do Sâmnio desde a Campânia até à Apúlia» viesse a ser incluído no tempo de Augusto na Região II (Apúlia e Calábria) e não na Região IV (Sâmnio). Sobre este conjunto de situações, ver Salmon (1967, 288-89) e, *supra*, nota 288. O *ager Picentinus* (cujos habitantes passaram a ser conhecidos como Picentinos) incluía cidades como Salerno, Sorrento e Pesto (ver Mapa 4.4). Em particular, a fundação da colónia latina em Pesto teria já iniciado a criação de condições favoráveis aos propósitos romanos de reduzir a homogeneidade cultural dos povos da região, contribuindo também para reforçar as características do *ager Picentinus* como território de fronteira entre os povos referidos.

⁴¹³ Salmon 1967, 289-90. Também neste caso, quando da reforma do tempo de Augusto, também tais cidades não foram incluídas na Região IV, mas na Região I (Lácio e Campânia).

⁴¹⁴ Uma prefeitura era, em princípio, uma comunidade desprovida de magistrados próprios, eleitos localmente, e onde a lei era aplicada por prefeitos enviados por Roma. O entendimento do que era uma prefeitura está, contudo, prejudicado por diversas contradições, em particular a da aplicação de tal estatuto a entidades em princípio gozando da autonomia própria aos municípios, o que confere uma grande complexidade às questões em causa. Sobre tal assunto ver Humbert (1978, 355-402).

⁴¹⁵ Salmon 1967, 277-79, 290.

factores terão afectado a respectiva unidade tribal, o que poderá ter explicado a razão porque, no tempo de Augusto, o território que antes foi o dessa tribo tenha sido considerado em conjunto com o dos Pentros para definir a Região IV.

Complementarmente, e numa perspectiva alargada, foram tomadas ainda outras medidas por Roma com o objectivo de conseguir levar à extinção de facto da Liga Samnita. E, em particular, a criação da colónia de Benevento (complementando a de Venúsia), com a extensão através dos respectivos territórios da *Via Appia*, contribuiu significativamente para tal objectivo e para criar condições para Roma utilizar no futuro, a partir do século II a.C., Brundísio para a sua expansão mediterrânea.⁴¹⁶

6.1.6. Controlo romano da Península Itálica no período que precede a Primeira Guerra Púnica

Outras intervenções dos exércitos romanos (ou meramente medidas de sentido organizacional visando os territórios mais recentemente controlados) no período 274-264 tiveram lugar, não só no Sul da Península mas também nos territórios etruscos, umbros, sabinos e picentinos. Assim, a revolta referida acima dos Picentes (um povo que se havia aliado a Roma cerca de 30 anos antes quando se sentiu ameaçado pelos Sénones⁴¹⁷) requereu dos Romanos o envio de um exército que venceu esse povo numa batalha que teve lugar em 268 a.C. e que foi seguida pela criação de duas colónias latinas: a primeira nesse mesmo ano em Arímino (no norte do *ager Gallicus*, de algum modo reduzindo o isolamento da colónia marítima de Senagália), a segunda em Firmo em 264 (situada entre Ancona e Ásculo, no próprio território picentino, eventualmente reduzindo também o isolamento da colónia marítima de Castro Novo⁴¹⁸). A importância de Arímino para Roma poder-se-á medir pelo que a colónia significaria não só em termos de complementaridade face à linha de defesa que o controlo das margens do Tibre permitia (com a derrota em Arécio em 284 a.C. sempre presente; ver o contexto geográfico dessa área no Mapa 5.8) mas também pelo que poderia representar para o controlo da costa adriática a norte do *ager Gallicus* e para o acesso ao vale do Pó. Por outro lado, todo o

⁴¹⁶ Salmon 1967, 290-92; Staveley 1989, 422-23.

⁴¹⁷ Ver *supra* notas 324 e 325.

⁴¹⁸ Ver *supra*, nota 365, a propósito das dúvidas sobre a real existência desta colónia.

território dos Picentes, excepto a cidade grega de Ancona⁴¹⁹ e uma área à volta de Ásculo, foi confiscado. Outras intervenções romanas em áreas próximas em 268 a.C. – terão sido os casos verificados no norte da Úmbria (uma campanha nas terras altas desse país) e a atribuição do estatuto de *cives optimo iure* em territórios sabinos – poderão ter tido como justificação dar mais consistência a tal política.⁴²⁰

Por outro lado, na Etrúria, a submissão de Volsínios e Vulceios (não há indicações seguras sobre envolvimento de outras cidades a norte de Vulceios que tenham estado envolvidas nos acontecimentos que rodearam a batalha de *Lacus Vadimonis*, a qual, recorde-se, teve lugar em 283 a.C.) conduziu à confiscação de parte significativa dos respectivos territórios. Cere e Tarquínia, envolvidas também de algum modo no mesmo conflito nesse período, foram penalizadas: Cere com a confiscação em 273 a.C. de metade do seu território e a imposição do estatuto de *cives sine suffragio*, Tarquínia presumivelmente com um mais constringente tratado de aliança e também com confiscação de território em 268⁴²¹. Poder-se-á presumir que tais confiscações tiveram em vista, entre outros propósitos, a criação de colónias, sobretudo marítimas, que permitiram a Roma prosseguir os seus objectivos em termos de política naval. As colónias marítimas criadas em território que havia pertencido a Cere (ver localizações no Mapa 5.5) foram Pirgos e Castro Novo (ambas em 264 a.C.; mas cerca de duas décadas mais tarde tal dispositivo veio a estender-se às localidades próximas de Álsio e Fregenas). Além destas, com objectivos mais alargados, havia já sido fundada em 273 a.C. a colónia latina de Cosa no território confiscado a Vulceios⁴²². A destacar ainda que em Volsínios tiveram lugar perturbações políticas que conduziram ao afastamento da aristocracia do poder (incluindo a apropriação das respectivas propriedades rústicas) pelos seus clientes

⁴¹⁹ Em Asolati (1998, 142) é referido que, após a batalha de Sentino, Ancona se viu constringida a uma aliança com os Romanos e que a partir desse momento o seu porto se tornou uma base logística para intervenções de Roma no espaço adriático. Sabe-se, por outro lado, que no início do século II a.C. Ancona haveria de exercer um papel importante na defesa da costa adriática, altura em que dois *duumviri navales* repartiam entre si tal tarefa, um entre tal porto e Aquileia e o outro entre o mesmo e Tarento (Liv. 41.1; Luni 2000, 159).

⁴²⁰ Vell. Pat. 1.14.7-8; Staveley 1989, 425; Forsythe 2005, 358-60.

⁴²¹ Não há certezas, por um lado, sobre a alegada (pelos Romanos) revolta de Cere, a confiscação de território a Tarquínia sendo, por outro lado, inferida a partir da criação de uma colónia em Gravisca no século II a.C. Ver a esse propósito Staveley (1989, 423-24) e Cornell (1989b, 314).

⁴²² Conforme já referido *supra*, nesse mesmo ano teve lugar o envio de uma embaixada egípcia por Ptolomeu II Filadelfos. De acordo com Staveley (1989, 424), tal envio traduziria também o reconhecimento do predomínio romano sobre a costa norte da Etrúria, face ao interesse já antigo que o Egito tinha com o comércio do ferro que era desenvolvido a partir dessa região. Staveley apoia-se também na opinião de Beloch de que tal predomínio terá sido utilizado por Roma para trazer cidades mais a norte, como Populónia, Volaterras, Roselas e Pisa, para a sua esfera de influência (que teria assim sido estendida até ao rio Arno) através de tratados de aliança.

ou escravos e que motivaram Roma a enviar um exército para repor a situação anterior (265-264 a.C.) e na sequência de cuja intervenção a cidade foi destruída.⁴²³ Trata-se certamente da antiga Volsínios (*Volsinii Veteres*), cidade etrusca, cuja localização exacta é desconhecida e cujos habitantes foram obrigados a migrar para um novo local na margem do *Lacus Volsiniensis* (actual Lago de Bolsena). A nova cidade, romana, é frequentemente referida como *Volsinii Novi*.

Voltando ao Sul da Península, o bastião que Tarento representava para garantir ainda algum modo de autonomia às cidades gregas foi derrubado quando em 272 a guarnição que Pirro havia deixado na cidade negociou com Roma (cujas forças militares haviam cercado a cidade) a sua retirada. Tarento foi levada à rendição, obrigada a destruir as suas fortificações e armamento, a desmantelar outro equipamento militar, a ceder a sua frota e a celebrar um tratado com Roma em que se comprometeu a pagar um tributo anual e a aceitar uma guarnição romana. A seguir (271-270), Régio (que havia sido ocupada por desertores de um exército romano, sobretudo Campanos) foi tomada e devolvida aos seus cidadãos gregos. Finalmente Roma enfrentou o povo salentino que habitava a respectiva península (onde se encontrava a cidade de Tarento) e conquistou Brundísio (267 a.C.). Com este conjunto de avanços, o território que Roma controlava (*ager Romanus*, *civitas sine suffragio*, colónias e aliados) estendia-se no período que antecedeu a Primeira Guerra Púnica de uma linha que ia de Pisa a Arimino e daí até ao sul da Itália (ver Mapa 6.3).

6.1.7. O Estado Romano, a cidade de Roma e as respectivas transformações após a Primeira Guerra Samnita

Nas cerca de oito décadas que decorreram do início da Primeira Guerra Samnita até ao desencadeamento da Primeira Guerra Púnica, as transformações que o Estado Romano, o seu território e a sua capital sofreram foram muito significativas. No que respeita à cidade em si, à população que albergava e às actividades económicas que nela tinham lugar, o aspecto mais revelador das transformações ocorridas talvez tenha sido o aumento

⁴²³ Forsythe 2005, 360; Staveley 1989, 424. Staveley dá destaque ao carácter de excepção da interferência de Roma nos assuntos internos de um aliado, referindo contudo que a violação do direito de propriedade das classes dirigentes era algo que não podia ser ignorado pelos seus congéneres na Urbe. Aliás o favorecimento das aristocracias pró-romanas já havia sido constatado na Campânia, por exemplo, Staveley acrescentando que, em geral, as confiscações de território na Etrúria teriam provavelmente afectado mais o cidadão comum do que as aristocracias (estas chegando mesmo a ser encorajadas pelos seus pares a cultivarem o *ager publicus* que havia sido anexado).

populacional verificado. O principal indicador de tal crescimento demográfico será possivelmente a construção dos dois aquedutos já referidos – o *Aqua Appia* e o *Anio Vetus* – os quais em conjunto representavam uma capacidade de abastecimento de cerca de 250 mil m³/dia.⁴²⁴ Mas mais do que este último valor em termos agregados, terá sido a necessidade de construir o *Anio Vetus* entre 272 e 269 a.C. (capacidade de 176 mil m³/dia) apenas 40 anos depois do *Aqua Appia* (73 mil m³/dia) que dá indicações mais seguras sobre o forte crescimento demográfico que se verificou.⁴²⁵ Os dados existentes relativos aos recenseamentos romanos para as referidas oito décadas, por outro lado, suscitam demasiadas dúvidas para poderem fornecer-nos elementos adequados.⁴²⁶ No que concerne a cidade em si, já acima (secção 5.2.2.) foram feitas considerações sobre outras infraestruturas que a expansão económica exigiu – estruturas portuárias, locais públicos na área urbana – ou que a combinação do sentimento religioso, das vitórias romanas e do

⁴²⁴ A título de comparação, a capacidade de abastecimento de água da cidade de Lisboa (população de cerca de 500 mil habitantes) ultrapassa os 150 mil m³/dia (este sendo o valor médio diário da quantidade de água vendida cerca de 2015). Naturalmente que, para fornecer uma tal média diária, a capacidade do sistema de abastecimento (dadas sobretudo as utilizações de água que não são objecto de venda, as variações do consumo entre verão e inverno e as inevitáveis perdas que se verificam nos sistemas de adução e distribuição) tem que ser consideravelmente superior. O que poderia significar que a capacidade do sistema de abastecimento de Lisboa esteja próximo do de Roma cerca de 264 a.C. e que por essa razão a cidade teria à volta de 500 mil habitantes. Há contudo muitos outros factores a considerar que nos impedem de chegar tão rapidamente a tal conclusão. Assim, os consumos familiares, numa cidade que não tinha (era certamente o caso de Roma nessa época) uma distribuição domiciliária integral como Lisboa actualmente tem, estabelecer-se-iam certamente a níveis bastante mais baixos. Por outro lado, os aquedutos de Roma fariam com alguma probabilidade abastecimentos de percurso (que seriam consideráveis caso os seus caudais fossem utilizados para rega), o que nos deveria conduzir a reduzir as estimativas de população para a própria cidade. Por último, mas sem esgotar possíveis referências a tal tipo de factores, haverá que ter em consideração que, previamente à disponibilidade do *Aqua Appia*, a cidade de Roma recorria a outras origens de água, nomeadamente nascentes e cursos de água locais, poços e água da chuva recolhida dos telhados e armazenada em recipientes vários e cisternas, não havendo indicações conhecidas nas fontes que permitam inferir algo sobre a manutenção de tais origens ou o seu progressivo abandono.

⁴²⁵ Os aquedutos constituem, naturalmente, monumentos significativos no que respeita à qualidade de vida das populações, não só porque permitem satisfazer as suas necessidades quotidianas em termos de água potável, mas também porque a água que transportam é utilizada nas actividades económicas (nomeadamente industriais), na rega dos jardins, na protecção contra os fogos, na limpeza, na evacuação dos esgotos, nos banhos públicos, nas termas... Mas já antes dos aquedutos existiam esgotos, de que se destaca na cidade de Roma a *Cloaca Maxima*, construída inicialmente cerca de 600 a.C. (Liv. 1.38, 56) e terminada ainda nos tempos da monarquia, como canal a céu aberto. A cobertura do canal terá ocorrido, contudo, apenas no início do século II a.C. No desenvolvimento dos aquedutos e dos sistemas de esgotos terá sido fundamental, conforme já referido *supra* no respeitante à drenagem das planícies palúdicas, o domínio da tecnologia hidráulica. Ver ainda, a estes propósitos, referências em Carmo (2017, 104).

⁴²⁶ Tais dados (Brunt 1971, 30, Table II) incluem um valor de 166 mil cidadãos romanos adultos (17 anos e mais) em 340/39, 150 mil (ou 250 mil) em 336/323 e cerca de 292 mil em 265/64. A incerteza em 336/323 sobrepõe-se a esforços que possam ser feitos em termos de interpretação que conduzam a valores aceitáveis para a cidade (os valores referidos correspondem em princípio ao *ager Romanus* e não à cidade de Roma). E os esforços de interpretação já seriam extremamente complexos quando se considerassem os valores dados na referida Table II para o *ager Romanus* (coluna III) e para os migrantes para as colónias latinas (coluna IV), mesmo sem considerar a questão relativa à consideração de outros estratos populacionais existentes na cidade, em particular os escravos.

espólio delas resultantes, implicou ou permitiu: a construção de numerosos templos, santuários e outros símbolos de vitória.⁴²⁷

MAPA 6.3 - PROGRESSO DO CONTROLO ROMANO DA ITÁLIA ATÉ AO INÍCIO DA SEGUNDA GUERRA PÚNICA



Fonte: Mapa acedido em 2019-04-18 em https://pt.wikipedia.org/wiki/Conquista_romana_da_It%C3%A1lia

⁴²⁷ Ver a este propósito, para o período que se seguiu à Guerra Pírrica, Forsythe (2005, 359).

Essa expansão económica (com um grande afluxo de meios financeiros) terá por outro lado atraído numerosos artesãos qualificados⁴²⁸ e suscitado o desenvolvimento de laços comerciais (e não só da cidade, mas também da sua área envolvente) com outras áreas mediterrâneas, de que um exemplo foi o caso já referido do «Atelier des petites estampilles» de que os textos de Jean-Paul Morel dão pormenores, outro exemplo sendo constituído pelas relações estabelecidas com o Egeu Oriental.⁴²⁹ Tratando-se de um período em que esses laços comerciais se desenvolveram, não poderá ser considerado surpreendente que as primeiras emissões de moeda em prata tenham então tido lugar, o que sucedeu, segundo Tito Lívio, em 269 a.C.⁴³⁰ De acordo com algumas interpretações tais emissões haviam sido antecedidas da criação cerca de 289 a.C. de uma magistratura (os *triumviri monetales*, também referidos como *tresviri monetales*) para superintender em tais processos, o que poderá significar que cunhagens de moeda em bronze já tivessem servido de justificação para tal iniciativa⁴³¹. É uma evolução que atesta a crescente complexidade da administração pública no Estado Romano, em particular da vida urbana na sua capital, como se depreende do surgimento de outros *magistratus minores* no período republicano: os *triumviri capitales* (responsabilidade pela ordem pública nocturna, pelas prisões e pelas execuções capitais e que tinham como assistentes, para se ocuparem das margens do Tibre, os *quinqueviri uls cis Tiberim*), os *quattuoviri viis in urbe purgandis* (manutenção das ruas), os *decemviri stlitibus iudicandis* (litígios, acções judiciais), os *duoviri viis extra urbem purgandis* (manutenção das estradas próximas da capital) e os *quattuoviri praefecti Capuam Cumas* (representantes da jurisdição pretoriana na região da Campânia). Eram estes 26 magistrados que eram designados como *vigintisexviri* e que, após a extinção das duas últimas categorias por Augusto, deram lugar aos *vigintiviri* no decurso do Império.⁴³² Essa maior complexidade, sobretudo no domínio

⁴²⁸ Em particular o afluxo de artesãos de Tarento após 272, data da submissão desta cidade por Roma. Ver Morel (1969, 109-10).

⁴²⁹ Forsythe 2005, 361.

⁴³⁰ Liv. *Perioch.* 15.6. Contudo, em Andreau (2015, 344-45) admite-se que as emissões em prata de moedas romano-campanianas tenham começado cerca de 280 a.C. com a Guerra Pírrica (estimativa que Andreau atribui à maioria dos numismatas). Andreau refere igualmente que o atraso romano em tal matéria relativamente às cidades da Etrúria, da Magna Grécia e da Sicília era de mais de dois séculos. Sobre esta matéria ver também o que é referido *supra*, secção 5.2.2.

⁴³¹ A referência que é feita em Liv. *Perioch.* 11.8 à criação de outra magistratura menor – *triumviri capitales* – precisamente em 289 a.C., permite supor a existência de um contexto que tenha chegado ao conhecimento de *Sextus Pompeius* (que viveu na época dos Antoninos), cuja passagem no Digest (1.2.2.30) tem sido interpretada no sentido de a criação dos *triumviri monetales* ter tido também lugar nessa data. Veja-se a tal propósito Hamilton (1969), Pink (1952) e Steiner (1974). Uma abordagem sintética mais recente da criação e evolução, no decurso do período republicano, do colégio destes últimos magistrados subalternos está disponível em Suspène (2002).

⁴³² Forsythe 2005, 361; Hamilton 1969, 185-86.

financeiro, justificou, por outro lado, um aumento em 267 a.C. (de quatro para oito) do número de questores eleitos.⁴³³

A supramencionada crescente complexidade da administração pública é um elemento que complementa as referências que têm sido feitas às transformações de natureza institucional que o Estado Romano sofreu. As transformações que ocorreram a partir de meados do século IV a.C. – que não só criaram novas magistraturas, mas também alteraram as competências das assembleias populares, confirmaram ou mesmo desenvolveram as funções do senado⁴³⁴ e introduziram mudanças profundas nas relações com os estados ou povos com os quais os Romanos se relacionavam – revelaram-se fundamentais para que a unificação da Itália avançasse e ganhasse consistência. Também a reforma das instituições militares, o desenvolvimento da colonização e a construção de estradas que se verificaram após 338 a.C. constituíram elementos essenciais para que os avanços militares se concretizassem e mesmo contribuíssem para dar solidez à unificação.

6.1.8. Uma Revolução Económica nas oito décadas que antecedem a Primeira Guerra Púnica?

Uma intenção de procurar explicar a evolução do direito romano, em particular nos últimos séculos da República, levou um autor da primeira metade do século XX, Artur Montenegro, a descrever vários aspectos da vida quotidiana dos Romanos que sofreram alterações substanciais nesse período. Tendo localizado no século III a.C. o início de tais transformações, que caracteriza como Revolução Económica, o autor vê na espoliação dos vencidos, na usura, no desenvolvimento industrial e mercantil e nos empreendimentos dos publicanos a origem das riquezas que haviam sido acumuladas desde meados desse

⁴³³ Liv. *Perioch.* 15.8.

⁴³⁴ Políbio haveria no século II a.C. de fazer o elogio da Constituição Romana, vincando a sua superioridade sobre as constituições dos povos contemporâneos e reconhecendo nela uma aplicação concreta do ideal da Constituição Mista: «The three kinds of government that I spoke of above all shared in the control of the Roman state. And such fairness and propriety in all respects was shown in the use of these three elements for drawing up the constitution and in its subsequent administration that it was impossible even for a native to pronounce with certainty whether the whole system was aristocratic, democratic, or monarchical. This was indeed only natural. For if one fixed one's eyes on the power of the consuls, the constitution seemed completely monarchical and royal; if on that of the senate it seemed again to be aristocratic; and when one looked at the power of the masses, it seemed clearly to be a democracy...» (tradução de Plb. 6.11.11-13 em Loeb Classical Library).

século.⁴³⁵ No presente trabalho, nas páginas que foram escritas até agora, de entre tais factores de acumulação de riquezas apenas se vê razão para dar destaque à espoliação dos vencidos, tanto no que respeita à confiscação de terras como do produto do saqueio (em que terão avultado os valores com expressão pecuniária). O que, será de sublinhar, significará que os restantes factores poderão vir a ser identificados em desenvolvimentos que virão a ter lugar a propósito de períodos posteriores a 264 a.C.

Montenegro dá destaque, no entanto, mais do que aos factores de acumulação de riquezas às consequências da utilização dessas riquezas na vida quotidiana dos conquistadores (em princípio os Romanos mas, crescentemente, a generalidade dos italianos que se vão associando às vitórias e beneficiando das referidas riquezas). Um primeiro domínio considerado foi a habitação que, no caso dos estratos sociais superiores, se ampliou e sofisticou e que, no que concerne os menos favorecidos e muito em particular na Grande Urbe, foi evoluindo no sentido de os alojar em grandes prédios construídos com vários andares.⁴³⁶ Um segundo domínio foi o do vestuário, masculino e

⁴³⁵ Montenegro 1999 [1934¹], 105-85. Numa perspectiva próxima deste autor, mas que vai mais longe que o domínio da Revolução Económica, veja-se Oliveira (2015). Neste trabalho, dá-se em particular destaque às influências helenísticas, ou outras associadas às culturas dos povos vencidos por Roma, nos desenvolvimentos em várias áreas (alimentação, banquetes, vestuário e outros adornos pessoais, habitação, arquitectura, ciência, educação, literatura, filosofia, religião, espectáculos, ...), dando com frequência indicações sobre os momentos em que tais influências se começam a fazer sentir. Tal como faz Montenegro, há indicações das fontes clássicas que fazem referências a tais desenvolvimentos, completadas, naturalmente, por citações de autores modernos mais próximos dos nossos tempos. É dada atenção aos progressos do imperialismo, referidos como resultantes não só da romanização da Itália mas também da italianização de Roma (com um processo semelhante a ter lugar mais tarde quando da expansão fora da Itália). Ver mais em particular Oliveira (2015, 265-304).

⁴³⁶ Montenegro 1999 [1934¹], 108-16. No concernente à habitação, não existem grandes informações sobre o que seriam as instalações correspondentes, mesmo no decurso do século II a.C. A partir de meados do século VII, os conjuntos de cabanas até então predominantes teriam começado a ser eliminados em proveito de construções mais sofisticadas, provavelmente de pedra, e, no século seguinte, as famílias aristocratas poderão ter passado a ter à sua disposição casas de grandes dimensões, de qualidade, tendo no seu centro um *impluvium* cercado por um grande átrio cruciforme (que incluiria o *tablinum*, a grande área de recepção), que por sua vez seria rodeado por uma série de quartos. Isto se admitirmos como representativa a habitação escavada por Andrea Carandini no flanco norte do Palatino e que, juntamente com outras, terá subsistido até ao final do século III. Tratar-se-ia de habitações do tipo de algumas que foram identificadas em Pompeia como perfeitamente convenientes face às necessidades de uma elite abastada e competitiva como a que existia em Roma na mesma época. Já sobre os alojamentos das classes menos favorecidas não se sabe nada sobre o período que antecede a República Tardia a não ser uma história contada por Tito Lívio (21.62) relativa ao ano 218 a.C. Tratar-se-ia de uma vaca que teria subido ao terceiro andar de um edifício no Foro Boário, o que revelaria a existência de blocos habitacionais de vários andares, em princípio do mesmo tipo de pardieiros que dois séculos mais tarde se sabe constituírem os locais onde se alojavam os pobres (ver Cornell (2000, 43-4, 47) e Cornell (1995, 96-9)). Ainda no que respeita à construção de edifícios para habitação, o seu rápido surto na cidade de Roma no decurso do século II, derivado do forte crescimento da população, tem sido apontado como o motivo essencial que conduziu a uma evolução tecnológica também rápida, com o uso acrescido do betão no início do século visando a substituição de técnicas construtivas mais exigentes em materiais (pedra sobretudo) e em trabalho. As técnicas de revestimento das paredes em betão evoluíram também ao longo do século, ao *opus incertum* (uso de pequenos pedaços de forma irregular de rocha) sucedendo o *opus quasi reticulatum* e o *opus reticulatum* (pedaços de pedra de forma piramidal), o que permitiu

feminino, a cuja sofisticação crescente foram associadas joias que variavam dos metais e pedras preciosas às pérolas.⁴³⁷ Mas a atenção mais especial foi dada aos prazeres da mesa, com as carnes (em que avultavam a caça e as aves de países distantes), os peixes, os aromas proporcionados por vegetais exóticos, a sobrepor-se à sobriedade dos cereais e outros alimentos tradicionais. E se a arte do cozinheiro impunha respeito, se o reconhecimento dos bons vinhos se acentuava, já «o que respeitava ao tricínio» requeria não só «distinta companhia feminina» mas também a opulência que era dada pelas tapeçarias orientais que «colgavam as paredes».⁴³⁸ As exigências de uma sociedade mais complexa, onde predominava a cada vez maior concentração urbana, justificou, por outro lado, gastos públicos que se iam diversificando e aumentando de valor. Em Roma os monumentos foram sendo construídos, sobretudo no *forum romanum*, com a primeira basílica a ser edificada em 184 a.C., mas também estátuas, colunas comemorativas, espaços para actividades cívicas e outras variedades de iniciativas. O desenvolvimento dos comércios locais era comemorado pela atribuição de designações apropriadas aos arruamentos em que se situavam ou simplesmente assinalado pelos pregões dos vendedores ambulantes. Os banhos públicos, e mesmo os particulares, embora algo tardiamente, foram surgindo.⁴³⁹ Comediantes e dramaturgos como Andrónico, Plauto, Cecílio e Terêncio começaram a atrair numerosas audiências e a justificar a construção de teatros que no final da República já atingiam lotações que chegavam às oitenta mil

baixar consideravelmente os custos em materiais e em mão de obra. Uma tal redução de custos ter-se-á revelado fundamental para, em particular, possibilitar a acelerada construção de habitações para os rurais e escravos que fluíam para a cidade de Roma (ver Carmo (2017, 106-07)).

⁴³⁷ Montenegro 1999 [1934¹], 117-21.

⁴³⁸ Montenegro 1999 [1934¹], 121-37.

⁴³⁹ Banhos Públicos e Termas eram estabelecimentos que exigiam grandes quantidades de água – tanto maiores quanto mais vasta a população a cobrir – com o respectivo desenvolvimento a ser, naturalmente, mais significativo apenas no período final da República e, sobretudo, no período imperial. Eram estabelecimentos hipertrofiados, que visavam naturalmente a prática banhar – cuja motivação oscilava entre as necessidades meramente higiénicas, os exercícios corporais ou o mero prazer – mas também práticas sociais tão diversas como a leitura, a convivalidade, os contactos comerciais e políticos, a massagem, o tratamento do cabelo, a depilação... A relevância dos banhos no âmbito social depreende-se ainda da importância que os membros das elites davam, quando recebiam convidados para os seus banquetes, à possibilidade de lhes proporcionar banhos à sua chegada em condições semelhantes às dos estabelecimentos públicos. No concernente ao processo de desenvolvimento dos banhos públicos no mundo itálico, será contudo de referir que os Banhos de Fregelas (localidade situada sobre a *Via Latina* a cerca de 70 km a sudeste de Roma) já haviam sido construídos no século III a.C. e eram de concepção monumental, sendo substituídos no decurso da primeira metade do século seguinte por um novo complexo enquadrado no modelo tripartido dos banhos republicanos definido pela presença do *apoditerium*, do *tepidarium* e do *caldarium*. Ver Tsiolis (2013, 89). No entanto, na própria cidade de Roma não há indicações de que a construção de banhos públicos e de conjuntos termais tenha assumido níveis muito elevados antes da segunda metade do século I a.C.

peessoas.⁴⁴⁰ Por outro lado, com os *ludi Romani* a ganharem importância com o aumento da população da cidade de Roma e a crescente ociosidade da mesma, os valores que o erário público passou a dedicar-lhes foram atingindo valores cada vez maiores. O que também resultou da crescente importância de «corridas e representações, combates de gladiadores e de feras, lutas de atletas, certames literários, concertos musicais, mímicas, danças, caçadas, exercícios acrobáticos e fogos de artifício». Com alguns destes espectáculos a exigirem outros espaços além do *circus Maximus*, que já datava da realeza. Foi em tal contexto que surgiu o *circus Flaminius* em 220 a.C. (e outros, mais tarde, no final da República e no período imperial, como o teatro de Pompeu e o Coliseu).⁴⁴¹

As fontes utilizadas por Montenegro para as suas descrições são relativamente tardias: entre outros, Plauto, Tito Lívio, Dionísio de Halicarnasso, Varrão, a História Natural de Plínio, Juvenal, Marcial, Cícero, Apuleio, Tácito, Virgílio, Catulo, Horácio, Valério Máximo, Petrónio, Ovídio, Séneca. A principal dificuldade em fazer derivar desse conjunto de descrições elementos adequados para caracterizar a economia italiana do período que agora prende a nossa atenção – sobretudo o primeiro terço do século III a.C. – assenta precisamente na dificuldade em distinguir nas informações fornecidas por tais fontes (que na sua grande maioria respeitam evidentemente a tempos mais tardios) quais as parcelas que podem revelar elementos aplicáveis a tal período.

É essa dificuldade que ressurge em particular quando se procura identificar elementos específicos aos dois domínios principais das economias antigas – a agricultura e a criação de animais – que poderão ter contribuído para introduzir neles inovações susceptíveis de

⁴⁴⁰ Teatros, anfiteatros e, de um modo geral, os edifícios públicos, terão também sido construções que só raramente atingiram níveis elevados antes da segunda metade do século I a.C. Timothy Cornell é de opinião de que esse atraso relativamente às cidades helenizadas do centro e sul da Península radicaria não na falta de recursos (a disponibilidade de meios financeiros a partir das primeiras décadas do século II a.C. era já enorme) mas em características próprias do sistema político romano, em particular a fragmentação do poder no seio das elites (que estava na origem de uma forte competitividade entre as principais famílias no sentido de os seus nomes ficarem associados às grande obras) e ao facto de certo tipo de construções – por exemplo os teatros – estar, na perspectiva da oligarquia senatorial, na origem da desmoralização popular e associado a ideologias democráticas. A mudança que ocorreu na segunda metade do século I a.C., e que conduziu a uma acentuada e sofisticada monumentalização da cidade, terá derivado de uma crescente concentração do poder político nas mãos dos dinastas militares: Pompeio, César e Augusto. Ver, a este propósito, Cornell (2000, 53-6). Mas, no que concerne outros edifícios públicos, em particular os meros espaços públicos, há exemplos de intervenções estatais que ocorreram já na segunda metade do século IV, como foi o caso do *Comitium* (o local das assembleias populares e o centro político e comercial da cidade, que foi alargado e remodelado nessa altura). Outro caso, que se verificou mais tarde, no decurso do século II (traduzindo uma primeira tentativa de introduzir um planeamento monumental e uma organização sistemática do espaço urbano), foi o dos pórticos e das basílicas. Relativamente a estas últimas, a sua função original parece ter sido a de proteger os cidadãos do sol e da chuva, mas rapidamente outras utilizações surgiram, como as comerciais e as relacionadas com assuntos da justiça (Cornell 2000, 47, 53).

⁴⁴¹ Montenegro 1999 [1934¹], 137-67.

influenciar a respectiva evolução. Considerem-se com tal objectivo os designados agrónomos latinos – Catão o Antigo, Varrão, Columela e Paládio – e ainda outros autores a que por exemplo um especialista da economia do mundo romano como Jean Andreau dá destaque: Virgílio, Cícero, Horácio, Apuleio, Plínio o Jovem e Plínio o Antigo.⁴⁴² Destes, o autor que viveu no período mais próximo do referido século III foi Catão o Antigo, cujo nascimento terá ocorrido em 234 a.C. enquanto o seu *De Agri Cultura* foi escrito cerca de três quartos de século mais tarde. Certamente que estes autores centram as suas descrições e análises nas épocas em que viveram e não dispunham de estatísticas de períodos anteriores para as poderem transmitir à posteridade ou dedicar-se a comparações.

A dificuldade em proceder a caracterizações da economia que incidam sobre tais períodos com base nas fontes literárias está aliás bem patente com o que o próprio Jean Andreau escreve sobre a evolução da economia romana, de onde se infere que são escassas as informações que respeitam especificamente ao século III, em particular no que concerne a natureza e a tecnologia das culturas adoptadas.⁴⁴³ Algumas referências incidem sobre a vitivinicultura, a olivicultura, a conservação dos respectivos produtos e o comércio correspondente⁴⁴⁴, contemplando brevemente o século III, mas são matérias que tendem a ser tratadas mais extensamente a propósito das grandes transformações derivadas do desenvolvimento dos mercados que lhes são próprios nos dois séculos seguintes.

Outro autor, Jean-François Chemain, procede a caracterizações da fertilidade dos terrenos e de algumas produções agrícolas⁴⁴⁵, mas, baseando-se sobretudo em autores que viveram em períodos mais avançados, torna-se igualmente difícil aplicar tais conhecimentos ao século III.

No respeitante à criação de animais repetem-se as dificuldades em avaliar evoluções cronológicas mas regista-se a distinção importante que é feita⁴⁴⁶ entre criação de gado (equídeos, bovinos, ovinos, caprinos e suínos; recorde-se a este propósito o que é referido *supra*, no capítulo 2, com base num estudo de Anthony King) e a criação de pequenos animais (aves de capoeira, abelhas, peixes, pássaros vários, caracóis, ...), a qual,

⁴⁴² Andreau 2010, 51-2.

⁴⁴³ Em Andreau (2010, 51-102) encontra-se um capítulo dedicado à agricultura e à criação de animais e, em Andreau (2010, 217-241), outro capítulo intitulado «Remarques sur l'évolution de l'économie romaine».

⁴⁴⁴ Andreau 2010, 82-95.

⁴⁴⁵ Chemain 2016, 16-36.

⁴⁴⁶ Andreau 2010, 95-7.

associada a produções derivadas (como o mel), à floricultura e à exploração das espécies cinegéticas, define o que Varrão designava por *pastio villatica*, um sector económico que visava mercados urbanos de luxo (os quais, naturalmente, já existiriam em moldes algo rudimentares em áreas como a Campânia, a Magna Grécia e a Etrúria, mas terão tido forte desenvolvimento com o afluxo dos rendimentos derivados das conquistas romanas). No que concerne especificamente a criação de gado, Andreau sublinha a tendência para que tal sector se tivesse desenvolvido à margem da agricultura e para que as pastagens se situassem longe das terras cultivadas. Mas refere, em particular, que a agricultura tinha necessidade não só de alguns bovídeos para trabalhar a terra mas também do estrume que eles produziam e que tinha tendência a ser insuficiente. De novo, contudo, os detalhes sobre a evolução destes sectores no tempo são insuficientes.

Já no que concerne aspectos organizativos, sociais e institucionais, são várias as referências que as fontes literárias apresentam que se podem considerar como complementares ao que foi exposto *supra*⁴⁴⁷, e que, pelo menos em parte, deriva de considerações feitas a partir da importante realidade constituída pelas confiscações de terras que tiveram lugar precisamente no decurso das Guerras Samnitas e no período que se seguiu no imediato. É em tal contexto que Jean Andreau dá relevo às situações de gritante desigualdade que resultaram das distribuições das terras confiscadas com base numa citação que faz de Apiano.⁴⁴⁸

No que concerne situações relativas a outras alterações incidentes sobre a realidade económica, em particular a evolução dos sectores já referidos ou outros como os abrangidos pela actividade artesanal e mineira ou pela exploração silvícola, poder-se-á esperar que dados resultantes da prospecção e escavação arqueológicas possam contribuir para suprir progressivamente as falhas existentes no conhecimento histórico.⁴⁴⁹

⁴⁴⁷ Recorde-se em particular as situações de controlo da terra que teriam podido existir no período arcaico em termos de modalidades de posse colectiva e a evolução para a propriedade privada, iniciada segundo a tradição com o *heredium* atribuído por Rómulo à família nuclear (veja-se secção 3.4. e, em particular, nota 197 e nota 201, assim como secções 4.1. e 4.2., nota 218). Ver também, para períodos mais tardios, o que é exposto a propósito de distribuições de terras nas secções 5.2.2. e 5.2.4.

⁴⁴⁸ Andreau (2010, 58-9), referindo a citação de App. BC 1.7. já apresentada *supra*, na nota 50.

⁴⁴⁹ Morel 2007, 487. De destacar em particular a seguinte passagem, que Morel refere ao período que vai do século VIII a 133 a.C.: «Historians have mined literary sources exhaustively. The importance of this evidence is incomparable, but so are its drawbacks: the need to distinguish between technical and purely literary texts, the absence of quantitative data, and ancient authors' generally limited interest in economic aspects of life. Inscriptions are very rare during our period, and have little to do with the economy. Historians agree that new findings may be expected above all from archaeology».

6.1.9. Magna Grécia e Sicília: casos particulares de complexidade económica

Uma área que justifica, no que respeita à expansão romana do início do século III, uma atenção específica é a da economia da Magna Grécia (assim como a da Sicília grega, dada a evolução que ocorreu no período imediatamente seguinte), cujo entendimento passa pela compreensão das razões que conduziram à instalação das respectivas colónias desde meados do século VIII.⁴⁵⁰ As primeiras dessas colónias surgiram na área do golfo de Nápoles – Pitecusa (actual ilha de Ísquia) e Cumas, situada na costa adjacente aos Campos Flégreos, a oeste da área dominada pelo Vesúvio – e foram fundadas com o objectivo de possibilitar ou facilitar a aquisição de metais provenientes da ilha de Elba (situada mais a norte) incluindo posteriormente actividades metalúrgicas em Pitecusa. Outras colónias, alguns anos depois – foi o caso de Zancle, Naxos e Régio, situadas na proximidade do estreito de Messana – complementaram aquelas instalações providenciando o controlo da rota marítima que subia o Tirreno com as correspondentes infraestruturas portuárias (conforme já referido *supra*, secções 3.1.1 e 3.1.2). Ainda outras colónias (também calcídicas, como as que foram referidas até agora) vieram a ser implantadas nos anos que sucederam a 735 a.C. em função de claros motivos de aprovisionamento alimentar (foi o caso de Cátana e Leôncio, na Sicília, situadas a sul de Naxos, e cuja produção agrícola era favorecida pela ocupação de férteis terrenos situados na proximidade do vulcão Etna) ou comerciais (o que já teria sido o caso de Cumas e de Parténope). Gregos de outras origens, por outro lado, num movimento distinto que procurava novas terras para uma população excedentária – deslocando-se através das rotas marítimas do norte mediterrâneo e fazendo em particular uso do istmo coríntio – investem o Adriático, fundam na bota da Itália as colónias de Tarento (espartanos), Síbaris, Metaponto, Crotona, Locros e Caulónia (Aqueus) e Síris (jónios de Cólofon). Por outro lado, na Sicília, já com o estreito de Messana controlado, prossegue a exploração das potencialidades cerealíferas da ilha (após os Calcídicos virão Megarenses, Coríntios, Cretenses e Ródios, alguns só cerca de um século mais tarde; é neste movimento que são fundadas Siracusa, Mégara Hibleia, Camarina, Gela e Ácragas). Mais tarde, cidades da costa sul da Península (Locros, Crotona e Síbaris), tendo como objectivo curto-circuitar o controlo calcídico do estreito de Messana e/ou reduzir os custos de transporte (conforme referido *supra*, secção

⁴⁵⁰ A Magna Grécia assumiu uma posição de primeiro plano na economia italiana já desde esse século VIII (o que se passou também com a Etrúria, aliás desde tempos mais remotos, como já referido em capítulo anterior). Ver Morel (2007, 488-95).

3.1.3), instalam sub-colônias na costa tirrénica (Metauro, Medma, Hipónio, Terina e cidades entre Laos e Posidónia), a que se ligam por vias terrestres. É assim que, no final do século VI, o comércio de cereais assumindo uma importância crescente num mundo em que a forte expansão urbana havia criado várias cidades não auto-sustentáveis nesse domínio particular, todas essas instalações e processos parecem bem estabilizados.⁴⁵¹ Nesse comércio, Siracusa (complementada por situações paralelas na própria Sicília, sobretudo por parte de Gela e Ácragas) terá exercido um papel fundamental, que a importância política e militar que veio a assumir após o início do século V não pode deixar de sugerir.⁴⁵² Também outras cidades gregas do sul da Itália – será o caso de Metaponto, Síbaris, Crotona e Posidónia – se terão destacado em termos de produção cerealífera, assumindo hipoteticamente relevância no respectivo comércio. Mas as capacidades agrícolas destas últimas cidades terão envolvido ainda bastante cedo outros tipos de produtos, muito provavelmente também a vinha, como exportações com destino a Cartago terão por exemplo demonstrado (situação revelada por escavações que conduziram a achados de ânforas produzidas no sul da Península Itálica).⁴⁵³

Os levantamentos arqueológicos, por outro lado, têm revelado alterações significativas – ocorridas em períodos posteriores à fundação das colônias – na orientação produtiva e localização das explorações agrícolas relativamente às áreas urbanas. Jean-Paul Morel dá

⁴⁵¹ Carmo 2010b, 3-4; Carmo 2012, 146-53; Heurgon 1969, 150-65; Morel 2007, 489-90. Para mais desenvolvimentos, ver Carratelli (1996, 141-54), Frederiksen (1984, 85-90) e Musti (2005, 81-91).

⁴⁵² Um momento importante em tal evolução foi o ano de 483 a.C., ano em que se crê que terá tido lugar a batalha de Hímera (cidade situada na costa tirrénica a norte de Ácragas) travada por uma aliança que incluía Siracusa e Ácragas contra um numeroso exército cartaginês (ver Carmo (2013, 121-26)). O resultado de tal batalha foi uma muito significativa vitória da coligação dessas duas cidades, conduzindo à apropriação de um espólio extremamente importante que incluía um grande número de mercenários alistados no exército cartaginês. Segundo Toynbee (1965b, 162-63), a maior parte desses prisioneiros foi reduzida à escravatura por Ácragas, sendo parcialmente utilizada (enquanto escravos públicos) em pedreiras e na construção de edifícios públicos. Os restantes escravos foram distribuídos por cidadãos que dispunham de terrenos muito férteis, sendo utilizados na plantação de vinhas e em pomares com muitas espécies de fruta. Três quartos de século depois, em 406 a.C., quando Cartago voltou ao ataque na Sicília, a agricultura tinha atingido em Ácragas um estágio de elevada prosperidade (esplêndidas vinhas, tanto em termos de qualidade como de extensão, estando a maior parte do território plantada com oliveiras). O produto dessas plantações era em grande parte vendida a Cartago, numa altura em que o Noroeste Africano ainda não havia sido plantado com pomares, o que permitiu a constituição de enormes fortunas. Tomando conhecimento dessa revolução agrícola, os Cartagineses copiaram-na e aplicaram-na no seu próprio território em África (empregando igualmente escravos nessas explorações agrícolas), com o êxito que foi testemunhado pelos invasores gregos comandados por Agátocles em 310 a.C. (D.S. 20.8; ver também D.S. 11.25 e 13.81). Já anteriormente, cerca de 450 a.C., Cartago havia levado a cabo a submissão dos Líbios que se encontravam mais distantes que esse seu território e cultivavam sobretudo cereais, exigindo-lhes pesados impostos (que na guerra com Roma que haveria de começar em 264 a.C. chegaram a cinquenta por cento das colheitas). Ver a este propósito Toynbee (1965a, 34-5), Toynbee (1965b, 163-64) e Pib. 1.71-73.

⁴⁵³ Morel 2007, 490-91. Relativamente à emergência de Siracusa como potência mediterrânea, e em complemento ao referido acima a propósito das tiranias dionisiacas, ver, além de Carmo (2013), também Carmo (2012), e Carmo (2015).

uma atenção especial à tipologia da ocupação e usos do território não urbano da Magna Grécia e Sicília no período arcaico, dando os exemplos de Gela (cereais nas planícies e arboricultura nas colinas) e da introdução das aldeias agrícolas nos séculos VII e VI (no território de Tarento) e no período helenístico (no território de Heracleia), referindo que o fenómeno já havia sido prenunciado em Pitecusa. É um movimento que, estendendo-se ao período que vai de meados do século IV até à conquista romana, comprova, segundo o autor, a vitalidade da agricultura destes territórios.⁴⁵⁴ Contudo, no caso de Tarento, ter-se-á verificado em meados do século V uma súbita extensão da cidade para leste que coincide com um êxodo do campo para a cidade, o que terá conduzido a uma substancial queda da população rural, não sendo esclarecido em que medida isso se teria ficado a dever à forte expansão da função portuária da cidade que então teve lugar ou às ameaças sentidas face aos avanços das populações indígenas que tiveram lugar no período em praticamente toda a Magna Grécia. De qualquer modo a ocupação do território agrícola terá sofrido também alterações significativas, com a multiplicação de aldeias agrícolas em substituição de explorações isoladas.⁴⁵⁵ Avaliando outros casos de cidades da Magna Grécia – em particular Locros, Sírís e Cumas – Emanuele Greco dá relevo a dificuldades em identificar uma tendência geral no que respeita à evolução das características de ocupação do território no período que vai até meados do século IV. Este é contudo um momento em que terá ocorrido um fenómeno que o autor considera típico de toda a bacia mediterrânea: o território que rodeia Tarento densifica-se repentinamente em termos de população e isso sucede tanto nas planícies que circundam os rios como nas colinas, em função aparentemente de cultivos como a oliveira, a vinha e árvores de fruto.⁴⁵⁶

Jean-Paul Morel, por outro lado, dá uma relevância especial à influência que a Magna Grécia, em particular no domínio económico, terá exercido desde o surgimento das colónias gregas sobre toda a Itália (e muito particularmente sobre Roma). Essa influência, exercida directamente ou através dos Etruscos, terá consistido na disponibilização de modelos, conceitos e técnicas em domínios como a roda de oleiro, a produção do azeite e do vinho, talvez mesmo o cultivo em grande extensão de cereais, assim como em áreas associadas à criação de condições para a introdução de maior complexidade económica:

⁴⁵⁴ Morel 2007, 491-92.

⁴⁵⁵ Greco 1996, 233-34.

⁴⁵⁶ Greco (1996, 237-41), onde se refere também que a mudança ocorrida no tecido social terá sem dúvida sido acompanhada por transformações agrícolas substanciais, em particular no concernente ao que era cultivado.

infraestruturas portuárias, a escrita, a moeda e provavelmente ainda as técnicas bancárias.⁴⁵⁷

6.2. A PRIMEIRA GUERRA PÚNICA

O período que decorreu entre 264 e 241 a.C. foi dominado pela Primeira Guerra Púnica. Trata-se de um intervalo de tempo em que Roma se viu perante uma situação em que teve que encontrar soluções para os problemas defrontados que de algum modo anteciparam a evolução que no decurso da expansão imperial do século II a.C. se haveria de afirmar.

Tendo obtido o domínio do território italiano que se estendia a sul de uma linha que ligava o rio Arno a Arimino, o Estado Romano passou, com a irrupção na Sicília, a competir com entidades cujo terreno de actuação incluía o espaço marítimo mediterrâneo. Em particular, se até então as suas preocupações militares incidiam fundamentalmente sobre a capacidade dos seus exércitos terrestres, a partir de 264 a atenção que devia dedicar a construir uma supremacia marítima começou a impor-se. Por outro lado, o domínio não só da Sicília mas também da Sardenha e da Córsega (que teve lugar com o fim da Guerra e com os acontecimentos que se sucederam) levaram a que Roma se defrontasse com um problema adicional⁴⁵⁸:

1. Prosseguir com a política até então adoptada na Itália, com a qual integrava na cidadania romana (integral ou parcial) as populações submetidas ou recorria à celebração de alianças, deixando às elites locais os encargos administrativos e limitando-se a exigir a inclusão nos seus exércitos de destacamentos das respectivas comunidades;
2. Ou, alternativamente, procurar novas soluções, em particular adoptando soluções próximas das aplicadas pelas elites até então dominantes nos territórios ocupados.

⁴⁵⁷ Morel 2007, 492. No que respeita as técnicas bancárias, Jean Andreau, baseando-se sobretudo em Liv. 9.40 (onde se refere a existência de *domini argentarium* em estabelecimentos localizados no *forum romanum*), considera que tais técnicas (praticadas portanto pelos *argentarii*, o equivalente dos *trapezitae* gregos) terão começado a ser praticadas em Roma no período entre 318 e 310 a.C. Dá contudo mais relevo ao ensaio das moedas e à troca como operações então executadas, não vendo motivo para referir operações mais complexas como o crédito. Ver Andreau (2015, 337-46).

⁴⁵⁸ Astin 1989, 570-72.

6.2.1. Da hegemonia na Península à construção da supremacia marítima romana

Conforme já referido *supra*, a cidade de Messana, localizada no estreito que separa a Sicília da Península Itálica, havia sido ocupada pelos Mamertinos, situação que ainda se mantinha em meados dos anos 260. Foi essa uma altura em que, ameaçados por Híeron, que entretanto havia ocupado cidades litorais no norte da ilha e assumido o título de rei, eles resolveram aceitar a ajuda dos Cartagineses e a instalação de uma sua guarnição na cidade. Híeron não só aceitou essa situação como suportou a perda de Tíndaris (costa norte da Sicília, perto de Milas e Messana; ver Mapa 6.2) a favor dos Cartagineses e retirou para Siracusa. A situação de subserviência a estes últimos por parte dos Mamertinos não foi, contudo, do agrado de todos e em breve uma posição política favorável a substituir a “ajuda” cartaginesa por outra “ajuda” mais “familiar”, a romana, tornou-se dominante.⁴⁵⁹

A reacção romana a esta iniciativa mamertina parece ter sido difícil. Questões de natureza ética (a iminência de violar os tratados firmados com os Cartagineses, a perspectiva de ajudar um grupo de mercenários que se tinham apoderado de Messana como os desertores campanos haviam feito a Régio) e de pragmatismo (o prosseguimento da expansão romana, a intenção de prevenir futuras dificuldades ao trânsito romano pelo estreito, o perigo que o domínio deste estreito por uma potência estrangeira poderia representar em termos de cerco da Itália⁴⁶⁰) terão certamente perturbado a definição da política a adoptar (a qual acabou por conduzir, como se verá a seguir, a uma antecipação de natureza ofensiva no sentido expresso *supra* na secção 5.2.4), o que se depreende do que é referido pelas fontes e das interpretações modernas que daí resultaram.⁴⁶¹

⁴⁵⁹ Scullard 1989, 537-39.

⁴⁶⁰ Em Rosenstein (2012, 53-9) é dada uma atenção particular à questão do domínio do estreito, com a recente ascensão ao poder de Híeron a recordar ao senado romano as intenções de Agátocles cerca de 30 anos antes em procurar ganhar influência no sul da Itália depois de ter conseguido impor o seu domínio a uma parte considerável do leste da Sicília. A captura de Messana colocaria Híeron em posição de exercer uma forte pressão sobre os Itáliotas (que haviam recentemente passado a estar submetidos ao domínio romano) com os seus navios a terem que passar pelo estreito ao dirigirem-se para oeste. Por outro lado, o domínio do estreito por parte de Cartago permitir-lhe-ia aceder mais facilmente com os seus navios à costa italiana, eventualmente conquistando previamente Siracusa e apoderando-se de toda a Sicília (o que, segundo Plb. 1.10, era o que os Romanos mais temiam).

⁴⁶¹ Scullard 1989, 540-43. Ver também as referências em Plb. 1.10 a algumas destas questões de natureza ética e de pragmatismo. É clara a preocupação de Políbio em apresentar argumentos justificatórios das decisões que Roma veio a tomar. Tal preocupação poderá aliás ter contribuído para que Políbio tenha rejeitado a existência do já referido “Tratado de Filino” (Filino era um historiador grego de Acragas que viveu no tempo da Primeira Guerra Púnica e assumia um ponto de vista pró-cartaginês no que escrevia; o tratado que tem o seu nome seria o terceiro, num total de quatro, celebrado em 306 a.C., e é referido em Liv. 9.43; no que concerne a sua rejeição por Políbio, ver Plb. 3.26). Em particular, esse tratado teria proibido intervenções romanas na Sicília, pelo que o envio de exércitos para essa ilha a que os Romanos

Finalmente, sem declaração de guerra, Roma decidiu tomar sob a sua protecção a cidade de Messana, enviando um exército para a área de Régio, o que levou o comandante da guarnição cartaginesa, também pressionado pelos Mamertinos, a retirar⁴⁶². A intervenção romana levou contudo, de imediato, a algo que até então nunca havia sucedido: uma aliança entre Siracusa e Cartagineses, que assim mostravam não aceitar a interferência na Sicília de uma terceira potência. Os Púnicos procederam então ao envio de um exército para a Sicília, que se instalou a noroeste de Messana, e à colocação de uma guarnição em Ácragas, enquanto Híeron completava o cerco à cidade fazendo avançar as suas tropas para sul de Messana. Entretanto, o cônsul que comandava o exército romano, que havia sido inicialmente impedido pela frota cartaginesa de atravessar o estreito, acabou por conseguir o seu objectivo recorrendo a um subterfúgio⁴⁶³. A seguir, a não aceitação por parte de Híeron e dos Cartagineses de um compromisso tentado pelos Romanos, no sentido de ser levantado o cerco a uma cidade que estava sob a sua protecção, teve como consequência a confirmação do estado de guerra.⁴⁶⁴

Roma encontrou-se então numa situação em que, pela primeira vez na sua história, se tinha envolvido numa acção militar fora da Itália, sem poder naval suficiente para transportar os seus exércitos e garantir os respectivos abastecimentos. Isso face a duas potências cujas frotas de guerra eram de importância considerável. As perspectivas que eram habituais aos legionários e aos comandantes dos seus exércitos em termos de apropriação de espólio e da glória estavam assim longe de se apresentar risonhas. Por outro lado, no que respeita aos Cartagineses, a cessação do estado de paz criava um forte

procederam a partir de 264 consubstanciava uma sua violação. Sobre os tratados romano-cartagineses ver Scullard (1989, 517-37).

⁴⁶² Em Plb. 1.11 é dado relevo à dificuldade do senado em tomar uma decisão no respeitante ao envio de ajuda aos Mamertinos, acabando tal decisão por ser tomada, após audição dos cônsules, pela assembleia das centúrias. Na deliberação da assembleia terá pesado a perspectiva de se obter, com a intervenção, um espólio considerável. É referido, por outro lado, que a retirada da guarnição cartaginesa foi devida unicamente à pressão dos Mamertinos.

⁴⁶³ Rosenstein (2012, 59), baseando-se em Frontin. *Strat.* 1.4.11. A versão destes acontecimentos encontrada em Plb. 1.11 é mais simples, sendo referido que o cônsul aproveitou a noite para fazer a travessia.

⁴⁶⁴ Scullard 1989, 543-44. Rosenstein (2012, 59-61) não é tão categórico, e admite que o intuito prosseguido pelo cônsul de 264 assentava essencialmente na protecção dos Mamertinos como instrumento para impedir Híeron de fazer reviver a política de Agátocles, continuando de algum modo a considerar os Cartagineses como aliados. A decisão posterior do senado de enviar os cônsules do ano seguinte para o leste da Sicília, com o objectivo de pôr um termo à resistência de Híeron, parece ir no mesmo sentido. Por outro lado, o estado de guerra com os Púnicos só se teria tornado claro quando, após Roma ter deixado apenas um cônsul na ilha para exercer alguma acção dissuasora face à possível oposição cartaginesa ao envolvimento permanente de Roma no novo território, Cartago enveredou pela contratação de mercenários e pelo reforço da sua posição em Ácragas. Nota-se nesta opinião de Rosenstein a influência de Políbio.

risco à expansão do seu comércio e outros inconvenientes, entre os quais avultava o prejuízo financeiro associado à contratação de mercenários.⁴⁶⁵

Apesar das dificuldades referidas, não parece que os Romanos tenham tido problemas com a colocação de exércitos na Sicília, com a historiografia actual, não obstante haver dúvidas sobre os resultados exactos da acção empreendida em 264 a.C.⁴⁶⁶, a inclinar-se no sentido de admitir que Híeron retirou para Siracusa. O posicionamento do rei na sua capital era de qualquer modo claro no ano seguinte, altura em que Roma dispunha de forças militares na ilha que haviam subido a cerca de 40 mil homens e que lhe davam uma clara vantagem. Assim, um número considerável de cidades do leste da Sicília caiu em seu poder, em particular Camarina e Cátana (ver Mapa 6.2). Contudo, rapidamente os comandantes romanos chegaram à conclusão que a submissão de Siracusa exigia outros meios, não só os que dessem a possibilidade de completar por mar o cerco da cidade, mas também a capacidade de abastecer com regularidade o elevado número de efectivos dos seus exércitos. Roma necessitava urgentemente de poderio naval para controlar o mar. Entretanto, a pressão exercida sobre Siracusa e a falta de apoio por parte dos Cartagineses que Híeron sentia conduziram-no a sondagens junto dos Romanos para um entendimento que se concluiu com a assinatura de um tratado que lhe garantia o reconhecimento do seu estatuto de rei e o controlo de um território relativamente vasto em redor da cidade.⁴⁶⁷

⁴⁶⁵ Ver Scullard (1989, 544-45).

⁴⁶⁶ A versão dos acontecimentos em Plb. 1.11-12 vai no sentido de o exército romano ter tido sucesso na sua acção (que teria conduzido à retirada de Híeron e ao recuo dos Cartagineses para cidades próximas), enquanto Filino (cuja versão é transmitida em Plb. 1.15 de modo a evidenciar as inconsistências desse autor), admitindo a retirada de Híeron, transmite um resultado diferente: o insucesso romano. Em Plb. 1.14 são criticadas não só a parcialidade de Filino (favorável aos Cartagineses) como a de Fábio Pictor (favorável aos Romanos). Ver também Scullard (1989, 545).

⁴⁶⁷ Scullard 1989, 546. A presença do forte contingente militar romano na Sicília (cerca de 40 mil homens) e da respectiva acção ofensiva no sentido de impor a sua vontade a cidades do nordeste, terá levado a que muitas outras cidades na mesma área tenham enviado embaixadores aos cônsules que comandavam tal contingente a fim de assegurar a paz, o que na prática acabou por significar submissão a Roma (ver D.S. 23.4.1). Essa realidade terá tido uma influência significativa, segundo Diodoro, na decisão de Híeron de celebrar um tratado de amizade com os Romanos (ver também os desenvolvimentos que são produzidos a este propósito em Eckstein (1987, 102-09)). Esse tratado de amizade terá aliás sido mantido (embora objecto de algumas alterações em 248 que se poderão qualificar de menores) até à morte de Híeron nos anos iniciais da Segunda Guerra Púnica, com o rei siracusano a dar provas frequentes do seu interesse, do seu desejo, de ajudar os Romanos a superar dificuldades que foram surgindo durante a guerra (Eckstein 1987, 115-31). Esse comportamento que Híeron foi demonstrando para com os Romanos, que se poderá rotular de extremamente amigável, teve lugar não só no decurso da Primeira Guerra Púnica mas também no período que depois decorreu até à sua morte em 214. Para esse comportamento poderá também ter concorrido a atitude de apoio, de solidariedade, que as classes superiores romanas foram demonstrando relativamente às suas congéneres em cidades que foram controlando e de que um governante como Híeron poderá ter tido conhecimento. Por outro lado, a situação de Híeron na altura da incursão romana no nordeste da Sicília, em 263, sendo algo periclitante, poderá tê-lo consciencializado de que o apoio romano se poderia revelar essencial para a manutenção do seu poder em Siracusa, seja face a eventuais ameaças cartaginesas seja face a potenciais opositores internos (Eckstein 1987, 116). No respeitante ao interesse romano no tratado de amizade, por outro lado,

Tendo agora como único inimigo os Cartagineses, os Romanos avançaram para o extremo ocidental da Ilha, área de tradicional controlo púnico, actuando de modo próximo ao que havia sido o comportamento de Pirro na década anterior. Ácragas, cidade de extração grega, foi nessa altura (262-261 a.C.) o ponto fulcral dos embates ocorridos, com os Cartagineses a reforçarem os seus efectivos militares com recurso a destacamentos mercenários e com a novidade da utilização de elefantes.⁴⁶⁸ As legiões romanas acabaram por forçar a entrada em Ácragas, com redução à escravatura de numerosos habitantes, mas terá sido uma vitória (ou um resultado pouco claro) com elevados custos, tanto em termos de abastecimento como de perdas em efectivos militares.⁴⁶⁹

Entretanto, em termos de evolução geral, a guerra havia-se orientado no sentido de Roma conseguir avanços no interior da Ilha, situação que era contrabalançada pela vantagem púnica nas cidades litorais graças às ameaças exercidas pela frota cartaginesa. Essa situação de dificuldade no que respeita às cidades litorais, agravada por incursões que a frota cartaginesa fazia na costa italiana a partir da Sardenha, acabou por decidir os Romanos a construir uma frota. É essa uma opção que parece ter constituído um marco fundamental no decurso da guerra e contribuído para conduzir Roma a uma via de clara expansão imperialista no contexto mediterrâneo. A criação em 311 a.C. dos *duumviri navales* (ver *supra*, página 162), terá reflectido na altura a existência de preocupações em termos de política naval, mas os navios de guerra que foram integrados na frota teriam sido pouco numerosos e mantidos imobilizados quando não eram necessários, enquanto

é dado realce em Plb. 1.16 à necessidade imperiosa, por parte dos Romanos, de garantir protecção para transportar por mar mantimentos e outros fornecimentos para os seus exércitos na Sicília.

⁴⁶⁸ Após ofensivas que tiveram início em 409 a.C., Cartago chegou a exercer domínio político sobre uma parte considerável da Sicília (antes da Primeira Guerra Púnica, todo o território excepto um conjunto de cidades-estado que se alinhavam na costa leste, de Siracusa até Tauroménio), incluindo portanto Ácragas. Ver Toynbee (1965a, 35-6).

⁴⁶⁹ Ver D.S. 23.8.1, 9.1, que, baseando-se em Filino, parece ter exagerado os números relativos aos efectivos cartagineses e, sobretudo, as baixas romanas (o valor aí referido é de 30 mil legionários). Ver também Scullard (1989, 547), onde se refere que a redução à escravatura dos habitantes de Ácragas terá afectado gravemente o sentimento grego face aos Romanos. Em Plb. 1.17-19 é dada uma longa descrição das operações do cerco de Ácragas e dos embates entre as duas forças em presença, através da qual aparece como compreensível a situação referida de elevadas baixas romanas. O que se depreende igualmente é que a secção das forças cartaginesas que se encontrava cercada em Ácragas conseguiu escapar e que foi na sequência desse abandono que as legiões entraram na cidade deixada indefesa. No que concerne os abastecimentos ao exército romano e à força de trabalho que foi utilizada para cavar trincheiras e construir paliçadas (que em D.S. 23.7.1 é referida como tendo atingido cem mil trabalhadores, o que é claramente exageradíssimo) no cerco de Ácragas, eles terão sido concentrados na cidade de Hebeso, que se pensa que ficaria situada próximo de Siracusa. Tais abastecimentos seriam em seguida encaminhados através dos cuidados de Hieron para os sitiadores (Plb. 1.18) mas não é tornada clara a sua origem, havendo contudo indicações que apontam para o território do nordeste da Sicília que os cônsules de 263 haviam submetido (Plb. 1.18; Eckstein 1987, 108-09; Roussel 1970, 88). Parece provável, contudo, que uma parte dos mantimentos necessários ao exército e aos trabalhadores referidos tivesse origem não só nos territórios controlados por Hieron, mas também no território italiano.

as suas tripulações (e eventualmente os próprios navios) seriam na sua maioria fornecidos pelos aliados com capacidade naval. Agora, Roma tinha-se decidido pela construção de 100 quinquerremes e 20 trirremes. E foi um notável esforço dado que as quinquerremes foram construídas em apenas 60 dias após a madeira se encontrar disponível. Tratava-se de madeira cuja preparação, para poder ser utilizada na construção naval, era objecto de produção em massa e pré-fabricada. Para construir os navios, os Romanos tiveram que copiar não unicamente os detalhes da construção, mas igualmente os correspondentes métodos.⁴⁷⁰

Mas o principal problema que se colocou aos Romanos poderá ter sido o de conceber um modo de fazer face à maior experiência de navegação e de combate dos Cartagineses, nomeadamente no concernente à respectiva tática de abalroamento. Foi com tal preocupação que, procurando fazer valer as suas capacidades de luta em terra firme, conceberam o “corvo”, que era uma plataforma movida por roldanas, concebida para ser tombada sobre a parte dianteira de um navio inimigo, com os dois navios a ficarem presos um ao outro graças a um espigão existente na extremidade dessa plataforma. Os legionários romanos podiam assim invadir o navio inimigo através desta última.⁴⁷¹

A utilização da frota romana terá começado em 260 a.C. e, aparte um ou outro revés menor⁴⁷², conseguiu, nesse e nos anos que se seguiram, resultados satisfatórios que têm sido atribuídos ao excesso de confiança dos Cartagineses face à inexperiência que atribuíam ao adversário e à surpresa sofrida com a actuação do “corvo”. A primeira grande vitória naval romana ocorreu ao largo de Milas (260 a.C.) e um novo sucesso foi conseguido três anos depois nas suas proximidades (Tíndaris). Nesse intervalo, uma expedição que visou a Sardenha e a Córsega não conseguiu grandes sucessos, mas terá constituído uma ocasião para a frota ganhar experiência e fazer diminuir as incursões cartaginesas na costa italiana. Entretanto, no próprio território siciliano, os Romanos

⁴⁷⁰ O que apresentava enorme complexidade no que respeita às quinquerremes, dado que os próprios aliados de Roma com tradição naval não controlavam as respectivas técnicas. Por outro lado, os remadores dos Romanos e dos seus aliados tiveram que ser treinados com urgência para poder competir com os seus pares cartagineses, mais experientes, o que exigiu instrução em bancos em terra dispostos à maneira do que sucedia nos próprios navios. Tudo isso constituiu um grande desafio não só para a capacidade organizativa dos Romanos, mas também no que respeita ao financiamento da construção. Em Plb. 1.20 chama-se a atenção para o facto de ter tido grande importância na decisão romana de construir uma frota de guerra a necessidade de defender as costas italianas das incursões cartaginesas. Terá sido numa dessas incursões que uma quinquerreme cartaginesa encalhou devido a uma manobra mal executada, caiu em poder dos Romanos e foi utilizada como modelo para a construção da frota. Ver também Scullard (1989, 548-49).

⁴⁷¹ Para mais pormenores ver, além de Plb. 1.22, Scullard (1989, 549-50).

⁴⁷² O primeiro dos quais está descrito em Plb. 1.21.

foram obrigados a recuar face a contra-ataques cartagineses, mas em breve a situação anterior de confinamento ao oeste da ilha foi reposta.⁴⁷³

A fase seguinte da guerra teve início em 256 com a batalha naval de Écnomo (sul da Ilha, entre Gela e Ácragas), com a frota romana a incluir cerca de 230 navios de guerra e 80 de transportes (perto de 100 mil tripulantes e quase 20 mil combatentes⁴⁷⁴). A vantagem do “corvo” fez-se ainda sentir e os Romanos alcançaram uma grande vitória⁴⁷⁵ a dar início à campanha que ia prosseguir com uma invasão do território cartaginês em África, imitando Agátocles e as intenções de Pirro. A campanha começou por decorrer bem para os Romanos nas iniciativas tomadas em cidades próximas de Cartago, não obstante uma parte da frota e do exército ter regressado a território romano⁴⁷⁶. Contudo, com reforços que, entretanto, os Cartagineses transportaram da Sicília e da Grécia (mercenários espartanos), a situação tornou-se mais crítica para os Romanos. Estes, enfrentando um exército mais numeroso – nomeadamente no que respeita a cavalaria – e actuando além disso de modo que as fontes consideram errado, acabaram por sofrer uma pesada derrota já em 255 a.C., com apenas 2 mil legionários a conseguirem escapar para a cidade costeira situada na península a leste de Cartago, onde tinham desembarcado (Clúpea, também conhecida como Áspis) e onde esperavam ser socorridos pela frota que haveria de regressar de Roma.⁴⁷⁷

Entretanto, chegadas as notícias da derrota a Roma, a frota foi enviada para resgatar os sobreviventes em Clúpea, tendo sido no entanto interceptada pela armada cartaginesa que havia sido recomposta e reforçada. O embate naval que resultou voltou a dar uma grande vitória aos Romanos, com mais de 100 navios capturados ao inimigo. No regresso, a passagem pela Sicília foi contudo catastrófica, com a natureza a impor a primeira grande derrota naval a Roma: apenas 80 navios escaparam à tempestade que atingiu a frota junto

⁴⁷³ Scullard 1989, 550-54. Ver também Plb. 1.23-25.

⁴⁷⁴ De acordo com Scullard (1989, 497) a quinquerreme romana utilizada em Écnomo requeria 300 remadores e incluía 120 soldados. Os números relativos aos efectivos em navios, tripulações e soldados referidos em Plb. 1.25-26 estão exagerados, segundo Scullard (1989, 554), sendo corrigidos por este autor.

⁴⁷⁵ Sobre a preparação e os detalhes da batalha, ver Plb. 1.26-28.

⁴⁷⁶ Esta fase inicial de sucesso é descrita em Plb. 1.29-30. Uma fase subsequente de maiores dificuldades para os Cartagineses devido a uma invasão de Númidas e de conversações falhadas com o cônsul romano é descrita em Plb. 1.31. Ver também Scullard (1989, 555).

⁴⁷⁷ Scullard 1989, 556; Plb. 1.32-34. A vantagem dos Cartagineses não só consistia na franca superioridade da cavalaria como assentava também na disponibilidade de elefantes e na competência do comandante grego a quem havia sido atribuído o comando do exército púnico.

à costa entre Camarina e o Cabo Paquino, e as perdas humanas foram extremamente elevadas.⁴⁷⁸

Neste novo contexto em que as vantagens adquiridas com as batalhas navais referidas foram anuladas pela aniquilação do exército enviado para África e pelo desastre que atingiu a frota e as suas tripulações, Roma decidiu-se a continuar os seus avanços na Sicília. Na primavera de 254, após fazer uso da poderosa indústria de construção naval que havia criado, já dispunha de novo de cerca de 220 navios de guerra, tendo assim criado as condições (complementadas pelo envio de 4 legiões) para que as cidades costeiras ocupadas por Cartago pudessem ser assaltadas por terra e por mar. Após um insucesso em Drépano (extremo ocidental da Ilha, a norte de Lilibeu, onde já Pirro havia falhado), os Romanos conseguiram tomar, na costa norte (ver Mapa 6.2), Cefalédio (a nordeste de Hímera), Tíndaris, Solos e Panormo (a actual Palermo), com os Cartagineses, defrontando dificuldades em África com os Númidas, a não conseguirem ripostar adequadamente.⁴⁷⁹

No período imediatamente seguinte (253-252), os Romanos, depois de tentarem sem sucesso uma incursão sobre Lilibeu, dispersaram os seus esforços com um ataque à costa africana, onde encontraram dificuldades com os recifes existentes na sua proximidade. Mas foi sobretudo no regresso a Roma que uma outra grande tempestade atingiu a frota, ocasionando a perda de 150 navios e de dezenas de milhar de remadores e soldados, o que levou os Romanos a abandonarem durante algum tempo a ideia de reconstruírem a sua frota e a concentrarem-se nas operações terrestres. Tais operações, contudo, desenvolveram-se de modo limitado, com as legiões a não arriscarem grandes iniciativas em terrenos planos, dado terem presente o insucesso experimentado em África face às forças cartaginesas que, além de uma poderosa cavalaria, incluíam elefantes. No entanto, a exaustão que havia atingido os Cartagineses veio a permitir que nesse período os

⁴⁷⁸ Segundo Scullard (1989, 557) ter-se-iam afogado cerca de 25 mil soldados e 70 mil remadores mas os números parecem exagerados para os 184 navios que o autor considera terem naufragado (mais de 500 por navio). Parece provável que os cálculos tenham tomado em consideração não o número de navios considerado por Scullard mas o que é referido em Plb. 1.36 (uma frota inicial de 350 navios, a que se juntariam 114 capturados a Cartago; com a dedução dos 80 que escaparam, teríamos cerca de 250 afogados por navio). Convirá por outro lado ter ainda em consideração a observação feita por Scullard relativa à possibilidade de a capacidade de manobra dos navios ter sido prejudicada pelos “corvos” instalados nos navios romanos.

⁴⁷⁹ Scullard 1989, 557-59; Plb. 1.38. Na sequência destes sucessos, restavam a Cartago as cidades costeiras de Drépano, Lilibeu, Selinunte, Heracleia Minoa e Termas (cidade situada a nordeste de Hímera), as Ilhas Egates e as Ilhas Líparas.

Romanos ainda tenham conseguido apoderar-se de Termas e das Ilhas Líparas em 252 a.C.⁴⁸⁰

Roma haveria de voltar a fazer um esforço de construção naval, elevando em 250 a.C. os efectivos da sua frota para 120 navios, reforço a que entretanto os Púnicos também procediam. Mas foi ainda antes da chegada da frota à Sicília que uma iniciativa cartaginesa, que se veio a revelar desastrosa no sentido de readquirir o controlo de Panormo, proporcionou um novo sucesso ao comando romano (infligindo pesadas baixas ao inimigo, nomeadamente no que respeita à força de elefantes) e, conseqüentemente, uma recuperação do moral das legiões. Em tal contexto, quando os cônsules acabados de eleger chegaram à ilha com a nova frota, a única base púnica além de Lilibeu era Drépano.⁴⁸¹

O cerco de Lilibeu a que os Romanos procederam foi feito por terra e mar, com efectivos, além das tripulações dos navios, que atingiam entre 35 e 40 mil homens. Foi uma ocasião em que os sitiadores foram confrontados com a necessidade de adquirir técnicas de cerco face às fortes muralhas de que dispunha a cidade e aos fossos que a cercavam, os seus elevados efectivos não impedindo, contudo, a cavalaria de Drépano de prejudicar a recepção dos respectivos abastecimentos. Os navios cartagineses, por outro lado, terão conseguido romper por várias vezes o bloqueio de modo a que a guarnição dos sitiados fosse reforçada.⁴⁸² Uma tentativa para enfraquecer o obstáculo que era representado por Drépano, levou os Romanos a enviar a sua frota até ao porto desta cidade, procurando surpreender os navios cartagineses que se encontravam em terra ou ancorados. Estes, contudo, conseguiram escapar e contornaram a ilha próxima de modo a colocar em dificuldade os navios adversários, forçando-os a recuar para a costa. O resultado foi um novo desastre, desta vez causado pela acção inimiga, com cerca de 90 dos 120 navios romanos a serem capturados, e em que apenas uma parte das tripulações conseguiu escapar para terra e juntar-se às forças que cercavam Lilibeu. A esse desaire juntou-se logo a seguir um novo insucesso, com uma frota de 120 navios de guerra e 800 de transporte, provenientes de Siracusa com abastecimentos, a ser empurrada por

⁴⁸⁰ Scullard 1989, 559; Plb. 1.39.

⁴⁸¹ Scullard 1989, 559-60; Plb. 1.40. Sobre este período ver também Rosenstein (2012, 65).

⁴⁸² Uma parte considerável dos embates entre as duas forças fez-se em torno dos engenhos de assédio, com as iniciativas dos Romanos a conseguirem destruir muralhas e as suas torres, o que por sua vez levava os Cartagineses a procurarem destruir tais engenhos. Em particular, a utilização de tais engenhos revelou-se desastrosa numa ocasião em que os sitiados aproveitaram os fortes ventos que se levantaram para os destruir pelo fogo e provocou fortes baixas entre os que procuravam evitar tal destruição. Ver Rosenstein (2012, 65) e Plb. 1.41-45, 48.

unidades navais cartaginesas para uma secção da costa rochosa onde, com a superveniência de uma forte tempestade, os seus opositores romanos naufragaram. Apenas 20 navios sobreviveram e Roma ficou de novo sem frota de guerra.⁴⁸³

Por razões não identificadas, Cartago não aproveitou a superioridade naval que resultou dos acontecimentos acabados de referir, embora haja algumas indicações que apontam para dificuldades que continuava a encontrar em África com os Númidas ou para divergências internas em termos de orientação política (nomeadamente no que respeita à oposição entre o imperialismo mercantil e os interesses da aristocracia agrícola⁴⁸⁴). Surpreendentemente quando se tem em consideração os insucessos acabados de relatar, os Romanos, partindo de Lilibeu para norte, capturaram a cidade de Érix próxima de Drépano (ver Mapa 6.2), ocupando também o templo adjacente de Afrodite e passando a dominar o conjunto de estradas que conduziam a esta última cidade, o que confirmava o respectivo isolamento, assim como o de Lilibeu, no território siciliano.⁴⁸⁵ De qualquer modo, os Púnicos aproveitaram a vantagem adquirida para pressionar Roma, mas inicialmente apenas na própria Itália, levando a cabo incursões na sua costa sul em 248 a.C. Tais acções foram amplificadas nos anos seguintes quando Amílcar Barca foi colocado por Cartago no comando das suas forças militares e exerceu pressão sobre Locros e o Brútio, chegando mesmo a ameaçar Cumas. A fundação de duas colónias romanas (Álsio, em 247, e Fregenas, em 245, situadas na costa tirrénica a norte de Óstia) e uma latina (Brundísio, em 246) parece ter sido uma resposta romana a essas acções púnicas, reforçando a defesa do litoral italiano⁴⁸⁶. O comandante cartaginês deu então

⁴⁸³ Plb. 1.49-54. As considerações feitas em Scullard (1989, 560-62) vão no sentido de neste período (250-249) a marinha cartaginesa ter mantido a sua superioridade relativamente à romana em matéria de construção, velocidade e manobrabilidade, com os seus remadores a revelarem treino mais apurado. De reter ainda que Scullard reafirma a sua suspeição de que o “corvo” contribuía para essa inferioridade romana, referindo que tal mecanismo poderá ter sido abandonado depois dos desastres naturais de 255 e 253.

⁴⁸⁴ A posse de activos monetários em Cartago era importante desde os tempos mais antigos, a detenção do poder político estando desde sempre associada a tal posse. Embora a aristocracia comercial fosse mais antiga, o surgimento de uma aristocracia ligada aos interesses agrícolas (desenvolvidos em função das necessidades derivadas do crescimento demográfico) conduziu à criação de domínios agrícolas orientados para a produção de excedentes (vendáveis sobretudo nos mercados urbanos) que eram cultivados por escravos. O poder seria assim partilhado pelas duas esferas de influência, o que não terá evitado as referidas divergências internas em termos de orientação política. Ver Scullard (1989, 492-93, 563) e Markoe (2000, 105).

⁴⁸⁵ Scullard 1989, 563; Plb. 1.55.

⁴⁸⁶ Segundo Salmon (1970, 64), o desencadeamento da guerra em 264 teria já provavelmente contribuído para a decisão de duas fundações – Firmo, nesse ano, e Esérnia, no ano seguinte – uma e outra colónias latinas. Firmo, já referida *supra*, situada na costa adriática a sul de Senagália, mas com maior probabilidade Brundísio, terão sido criadas para controlar o Adriático, o que neste último caso poderia ter derivado das incursões de Amílcar Barca. O caso de Esérnia, estando situada no interior (ver Mapa 5.9, a leste de Aquilónia), terá estado certamente ligado aos esforços de controlo do Sâmnio já referidos.

curso a iniciativas a oeste de Panormo, estabelecendo uma base numa montanha próxima e conseguindo recuperar Érix em 244 a.C. Embora tivesse prejudicado as comunicações romanas na área, não chegou, no entanto, a interferir de modo crítico com o cerco de Drépano.⁴⁸⁷

Roma, após alguns anos sem actividade naval, decidiu finalmente construir (com um crédito proporcionado por cidadãos de elevados recursos) uma nova frota de 200 navios que, em 242, enviou para a Sicília e que inicialmente não teve oposição cartaginesa. As tripulações dos navios, nomeadamente os remadores, tiveram então oportunidade de dar alguma prática às suas funções num novo enquadramento em que as embarcações não dispunham de “corvos”, sendo mais ligeiras que as anteriores e mais adaptadas a métodos de combate mais próximos dos utilizados pelos Púnicos. Quando, no ano seguinte, Cartago conseguiu opor-lhes cerca de 170 navios que, contudo, se encontravam provavelmente com tripulações insuficientes e inexperientes, o seu objectivo de embarcar forças mercenárias de Amílcar Barca não foi atingido. Interceptada nas Ilhas Egates pelos navios romanos, a frota cartaginesa, também com carga excessiva por falta de transportes adequados, foi rapidamente derrotada, com 50 dos seus navios afundados, 70 capturados e 10 mil tripulantes aprisionados. Sem condições para abastecer as suas forças em Lilibeu, Drépano e em Érix, Cartago aceitou o inevitável e encarregou Amílcar Barca de negociar a paz.⁴⁸⁸

6.2.2. As condições de paz e as razões do sucesso romano

As duas partes começaram por concordar em que Cartago teria que evacuar a Sicília e não fazer guerra a Híeron e aos seus aliados, devendo entregar todos os prisioneiros sem resgate. O tratado entre as duas potências seria de amizade, mas Cartago teria que pagar reparações de guerra no valor de 2,2 mil talentos, valor que seria liquidado em 20 prestações anuais. A assembleia das centúrias, contudo, considerando que tais condições eram demasiado indulgentes, recusou ratificar o acordo e enviou 10 comissários à Sicília com o objectivo de agravar aquelas. Assim, a indemnização foi acrescida de mil talentos

Uma outra colónia marítima, Pirgos, também referida por Salmon, situada a norte de Álsio e Fregenas mas fundada previamente, em 264, terá tido a sua fundação motivada por motivos diferentes, não associados à Guerra Púnica.

⁴⁸⁷ Scullard 1989, 563-64; Plb. 1.56.

⁴⁸⁸ Scullard 1989, 564-65; Plb. 1.59-61.

que deviam ser pagos imediatamente e o pagamento do valor anterior deveria ser feito em apenas 10 prestações anuais, enquanto as ilhas que se encontravam entre a Sicília e a Itália deviam ser evacuadas pelos Cartagineses. Por outro lado, condições que obrigavam de igual modo as duas partes, fundamentalmente no que dizia respeito à proibição dos aliados de uns e outros fazerem guerra entre eles e à interdição de recrutar soldados nos domínios do outro, foram objecto de acordo.⁴⁸⁹

A capacidade dos seus exércitos (incluindo a participação aliada) terá sido a principal razão do sucesso romano nesta Primeira Guerra Púnica. Tanto no que respeita à vastidão dos recursos humanos a que as suas instâncias militares podiam recorrer (não só no *ager Romanus*, mas também nos territórios limítrofes que acabaram por abarcar toda a Península Itálica), como à disciplina e competência guerreira que eram atributos dos seus exércitos, Roma foi-se revelando crescentemente insuperável⁴⁹⁰. Mas, com a Primeira Guerra Púnica, as contribuições para a vitória final não foram dadas só pelos soldados; a construção em tempos mínimos das sucessivas frotas navais, a melhoria das capacidades dos navios e das suas tripulações, bem o demonstram. E já *supra* (secções 5.2.2 e 5.2.4) se fizeram referências ao reforço económico do Estado Romano, destacando em particular a evolução das diferentes condições – organização dos exércitos, criação de infraestruturas, etc. – que lhe permitiram não só acumular vitórias mas também recuperar de alguns insucessos que foram experimentando.

Por outro lado, se a disciplina e competência guerreira dos exércitos romanos não pode ser posta em causa (nomeadamente quando comparadas com as que eram próprias às forças mercenárias que eram recrutadas por Cartago), haverá razões para identificar aspectos em que Roma poderá ter revelado algumas fraquezas face aos Púnicos. Em primeiro lugar, no que respeita às dificuldades em conseguir apoios por parte dos gregos da ilha (excepto no concernente a Híeron, que sempre se revelou um aliado fiel), o que terá começado pelo apoio que aparentemente a população de Ácragas deu aos Cartagineses, posteriormente ampliado pela crueldade revelada por Roma ao reduzir à escravatura a referida população. Em seguida haverá a destacar a menor capacidade romana em termos de manobras e percepção de riscos navais, a qual, embora compensada até certo ponto pela extensão da superioridade da infantaria às batalhas marítimas,

⁴⁸⁹ Plb. 1.62-63. Ver também Scullard (1989, 565-66).

⁴⁹⁰ Em Scullard (1989, 566) é dada uma expressão sintética do pensamento de Políbio sobre a matéria dizendo que esse autor “atribuía o sucesso de Roma às virtudes morais e políticas dos seus cidadãos e instituições”. Ver Plb. 1.63-64.

conduziu a sérios reveses, sobretudo face às forças da natureza. No que respeita ao comando das forças terrestres, por fim, haverá a salientar a melhor prestação de um general como Amílcar Barca face a um conjunto de cônsules romanos que passaram quase despercebidos.⁴⁹¹

6.2.3. As economias de Roma e Cartago: uma sucessão de contrastes?

A economia do território romano em meados do século III a.C. continuava, de acordo com as informações que é possível extrair das fontes, a desenvolver-se em torno do sector agrícola, fundamentalmente através das aquisições de terras resultantes das confiscações que se sucediam às vitórias dos exércitos comandados pelos cônsules. Pode depreender-se do contexto em que tais terras eram distribuídas (pequenos lotes atribuídos a famílias, quer na sequência da formação de colónias quer através de distribuições viritanas) ou objecto de *occupatio* por membros das elites próximas do poder político, que não tenha havido no referido período grandes alterações no que respeita ao carácter tradicionalista do tipo de agricultura desenvolvida. Assim, as explorações familiares continuariam no essencial a desenvolver-se em termos de satisfação das necessidades próprias (autoconsumo) enquanto o *ager publicus* ocupado pelas elites (trabalhado crescentemente por escravos) tenderia a ser dedicado a criação de gado ou a cultivos como a vinha ou a oliveira (o que não excluiria completamente uma orientação mais tradicionalista, mas visaria cada vez mais a colocação de excedentes nos mercados, numa primeira fase sobretudo aqueles que se iam desenvolvendo nas zonas urbanas do território italiano). Por outro lado, conforme referido *supra*, a actividade económica da comunidade romana não estaria limitada ao domínio agropecuário, tendo-se tornado, já cerca de 300 a.C., um centro manufactureiro e comercial de alguma importância que inclusivamente assegurava alguma actividade exportadora⁴⁹². As vitórias que estavam associadas à sua expansão territorial constituíam ainda, através do espólio apropriado e de reparações de guerra exigidas aos vencidos, uma fonte significativa de meios financeiros que permitiam a

⁴⁹¹ Scullard 1989, 566.

⁴⁹² Merecendo naturalmente destaque a indústria cerâmica, cujos centros principais estariam localizados na região que se encontrava entre a Campânia e o Lácio (planície de Fondi, Cales, Sinuessa, ...) e com um tipo de produção (incluindo ânforas) que permite suspeitar que as exportações (ou vendas para as áreas urbanas na própria Itália) de bens agrícolas já começariam a ter alguma importância (Morel 1989, 484-87).

construção de infraestruturas e de espaços públicos que conferiam uma maior complexidade à economia⁴⁹³, além evidentemente de possibilitarem a cobertura das despesas com novas guerras. Nos restantes territórios sob controlo romano (com uma diversidade que incluía não só comunidades cujas economias visavam sobretudo o autoconsumo mas também sociedades mais evoluídas – Itálias e Etruscos, por exemplo – em que a manufactura e o comércio de importação e exportação se revelavam mais importantes) as actividades económicas poderiam igualmente, em alguns casos, revestir uma maior complexidade.

No que respeita a Cartago, as características da sua economia eram claramente diferentes das dos territórios romanos. Enquanto nestes os desenvolvimentos associados à agricultura tradicional – na relação que desde cedo se havia estabelecido com a expansão territorial derivada de uma economia em que a guerra assumia uma função essencial – continuavam a predominar, em Cartago o que desde a sua fundação havia constituído a actividade económica primordial era o comércio mediterrâneo. Essa fundação inseria-se no movimento expansionista fenício que, desde meados do século VIII a.C.⁴⁹⁴, havia demandado territórios tão longínquos como a Península Ibérica e mesmo mais além, na procura sobretudo de metais (além do ouro e da prata, também estanho, cobre, ferro e chumbo) que eram requeridos pelas economias do Próximo Oriente.

A implantação fenícia que teve lugar no Norte de África, conduzindo à referida fundação, haveria de estender progressivamente a sua influência aos territórios africanos próximos, a ilhas mediterrâneas como a Sicília, a Sardenha e a Córsega, e, sobretudo, à Península Ibérica (embora neste caso um controlo propriamente dito só tenha tido lugar após a Primeira Guerra Púnica), sobrepondo-se gradualmente a outras instalações fenícias

⁴⁹³ Conforme já referido *supra*, revestiram grande importância as construções de estradas, aquedutos e instalações portuárias. Mas também, no que respeita a espaços públicos, merecem realce não apenas os desenvolvimentos operados na própria cidade de Roma (sobretudo na área sagrada de Santo Omobono, reconstruída a partir de 264 a.C., e em cuja proximidade foram construídos pouco depois, na sequência de votos de cônsules vencedores em batalhas da Primeira Guerra Púnica, dois templos) mas também a crescente importância da influência exercida por modelos romanos em construções que tiveram lugar em várias colónias ou mesmo em outras cidades italianas. Em tal contexto são referidas as intervenções que tiveram lugar em espaços centrais de Cosa, Pesto, Minturnas e Óstia, assim como as transplantações (na sequência da intervenção já referida em Volsínios e uma revolta que teve lugar em 241 por parte dos Faliscos) de duas cidades – Volsínios e Faleros – para novos locais que passaram a ser conhecidos como *Volsinii Novi* e *Falerii Novi*. Teria assim surgido uma tendência para que o desenvolvimento autónomo das culturas locais fosse travado. Ver Morel (1989, 488-91); Torelli (2007, 257-58).

⁴⁹⁴ Período comprovado arqueologicamente. A tradição literária tende, contudo, a fixar a fundação de Cádiz (sul da Hispânia), Útica (na proximidade da posterior Cartago) e *Lixus* (no actual Marrocos) muito antes, no final do século XII a.C. Ver Sousa (2019, 144-45).

pré-existentes. De acordo com Howard Scullard, as origens da prosperidade cartaginesa derivavam dos recursos naturais (metais – ouro da África Central e Ocidental, assim como prata da Hispânia – e exploração da terra) e dos recursos humanos que controlava. No que respeita ao desenvolvimento dos seus circuitos comerciais, a energia despendida pelos seus cidadãos através do Mediterrâneo era fundamental tanto para fazer chegar aos mais diversos locais os produtos de origem estrangeira como os que resultavam da sua própria indústria⁴⁹⁵ e agricultura. Por outro lado, a exploração da mão de obra agrícola – a escrava, utilizada nas unidades aristocráticas, e a líbia, dedicada sobretudo ao cultivo dos cereais⁴⁹⁶ – revelava-se essencial para atingir e desenvolver essa prosperidade. Os súbditos líbios, além de poderem ser utilizados como soldados nos exércitos cartagineses estavam sujeitos a tributação que podia chegar à quarta parte das suas colheitas⁴⁹⁷. Esta era uma situação mais gravosa do que aquela que os Romanos aplicavam aos seus aliados na Itália, aos quais não era imposto qualquer tributo sobre os excedentes da produção agrícola, mas apenas a obrigação de fornecerem contingentes militares (tributando de facto excedentes em termos de mão de obra disponível, conforme já referido *supra*)⁴⁹⁸.

⁴⁹⁵ De acordo com Scullard (1989, 509-12), a indústria cartaginesa, embora diversificada e de elevada produção, não evidenciava grande mérito artístico estando vocacionada para os consumos domésticos de uma grande cidade e para exportações destinadas a povos de poucas exigências em termos de qualidade. Os artigos de luxo seriam fundamentalmente importados, sobretudo dos territórios do Próximo Oriente, da Etrúria, da Grécia e do Sul da Itália. Por outro lado, se na maioria das actividades era a pequena indústria dos privados (têxtil, tinturaria, cerâmica, metalurgia, vidro, bijutaria, bugigangas, ...) que contava, já na construção e infraestruturas navais e na produção de armas era o Estado que predominava. A vasta construção de casas e muralhas era possível graças à existência de pedreiras nas proximidades da cidade. O comércio cartaginês tinha um âmbito mais vasto do que o que derivava da produção própria na medida em que actuava como intermediário entre os povos orientais mais industrializados e os mais primitivos do oeste mediterrâneo. Essa função de intermediação apoiava-se na frequência do porto de Cartago por parte de comerciantes estrangeiros, cujos produtos eram depois encaminhados para oeste pelos navios púnicos. Essa frequência e os limites impostos à navegação desses comerciantes era regulada por tratados, cujo conteúdo genérico poderá ser induzido a partir dos exemplares conhecidos que foram celebrados entre os estados púnico e romano, já referidos *supra* e descritos em Scullard (1989, 517-37). Para mais detalhes acerca da economia cartaginesa, incluindo o período que sucedeu às duas primeiras guerras púnicas, ver também Markoe (2000, 102-07).

⁴⁹⁶ As explorações dos aristocratas, que tendiam a localizar-se nos territórios mais próximos de Cartago, caracterizavam-se pela diversidade de cultivos, que incluíam a vinha, a oliveira e pomares, e integravam igualmente a criação de gado bovino, ovino e equino. A observação destas condições, complementada pela existência de jardins bem irrigados e de casas de campo bastante luxuosas, foi feita pelas tropas de Agátocles na invasão que teve lugar em 310-307 a.C. (D.S. 20.8.3-5). Sobre outros detalhes relativos à agro-pecuária ver Scullard (1989, 508-09).

⁴⁹⁷ Conforme já referido *supra*, essa tributação terá chegado a 50% das colheitas no decurso da Primeira Guerra Púnica.

⁴⁹⁸ Em Scullard (1989, 504) é expressa a opinião de que «Carthage seems to have made little effort to win [the] loyalty [of the Libyans]. By a more generous policy to the defeated peoples of Italy the Romans built up a strong confederacy: Carthage had to pay the price for her lack of understanding.» No que respeita contudo aos Númidas, que viviam mais a oeste, Cartago teria tido uma atitude mais branda, limitando-se sobretudo a exigir-lhes contingentes militares, em particular cavalaria.

Na realidade, as diferenças entre Romanos e Cartagineses no que concerne o relacionamento com os respectivos aliados iam bastante mais além, havendo dificuldades adicionais em caracterizar o comportamento dos Púnicos quando se procura descrever a sua evolução no tempo. Parece no entanto claro que em períodos mais recuados as suas políticas em termos de expansão mediterrânea davam prioridade ao estabelecimento e protecção do seu comércio, diversamente dos Romanos em que à aquisição de território e ao incremento da sua base de recrutamento de contingentes aliados era dada a primazia. Com o avançar dos séculos, parece descortinar-se uma tendência para os Cartagineses se aproximarem das práticas romanas no respeitante à aquisição de território (talvez com mais intensidade precisamente após a Primeira Guerra Púnica, tanto na Hispânia como em África, embora sendo certo que o recrutamento de mercenários tenha continuado a ser fundamental para os seus exércitos), mas sobretudo no sentido de uma extensão ou adaptação das práticas que já estavam consolidadas face aos Líbios. E, com o fim da guerra e a conseqüente retirada dos magistrados que comandavam os exércitos romanos, os próprios vencedores se viram confrontados com a escolha da solução a aplicar aos novos territórios conquistados: recorrer ao modelo que se havia revelado de sucesso na Itália de celebração de tratados de aliança com os novos súbditos (renunciando a tributar a produção agrícola, mantendo o sistema administrativo sob controlo dos novos aliados e dando primazia à imposição a esses aliados da obrigação de fornecimento de contingentes militares) ou optando por um novo modelo que, conservando as características dos sistemas administrativos pré-existentes nos territórios em causa, os passasse a colocar sob controlo de magistrados romanos.

6.2.4. A ocupação da Sicília: Continuidade face à conquista da Itália ou necessidade de novas soluções?

Alan Astin, no texto que complementa o de Howard Scullard que tem sido amplamente citado nas últimas secções deste trabalho⁴⁹⁹, dá relevo ao facto de a aquisição da Sicília

⁴⁹⁹ Astin (1989, 570-72), onde, em particular, se define *provincia* como um território colocado em submissão sob a autoridade de um magistrado romano (ou, mais tarde, um pro-magistrado). Para uma perspectiva mais abrangente do termo, ver Nicolet (2001b, 910-19) e também *The Oxford Dictionary of the Classical World*, editado por John Roberts, e *Dictionnaire de l'Antiquité*, editado por Jean Leclant. Retenha-se no entanto desde já o que começa por ser referido por este último: «La *provincia* renvoie à la sphère d'action d'un magistrat ou d'un promagistrat romain. Définie au début comme une tâche à accomplir (conduire une guerre ou rendre la justice par exemple), elle prend également un sens

(e também a que ocorreu logo de seguida, relativa à Sardenha e à Córsega) ter confrontado Roma com novos problemas que, situados sobretudo no domínio administrativo, acabaram por conduzir à emergência do Sistema Provincial.

Com o fim da guerra, o sistema de controlo do território que no seu decurso havia vigorado terá tendencialmente continuado a ser adoptado. Mas as relações do Estado Romano com os habitantes, com os proprietários das terras, com os intervenientes no sistema de tributação que vigorou durante as hostilidades (que eventualmente terá adoptado, pelo menos parcialmente, os métodos utilizados no reino de Siracusa), dificilmente poderiam manter-se na nova situação que a vitória romana criou. Astin parece de opinião que a mera inércia dos conquistadores explicará a manutenção, no pós-guerra, das práticas que haviam sido aplicadas previamente nesse domínio e evitado assim tentativas de repetição da celebração na Sicília de tratados de aliança equivalentes aos que eram comuns na Itália. De qualquer modo não são conhecidas quaisquer disposições concretas que tivessem criado soluções com carácter de permanência até 14 anos após (227 a.C.) o termo da guerra, altura em que, sob a influência da prolongada resistência da população da Sardenha à ocupação romana, o número de pretores foi duplicado, com um dos dois adicionais a exercer autoridade na Sicília e o outro na Sardenha e na Córsega. A criação destes dois espaços de responsabilidade – com a designação adoptada de *provincia*, significando inicialmente a missão específica atribuída pelo senado a um magistrado romano num determinado teatro de operações – constituiu assim um precedente que se estendeu mais tarde a outros territórios fora da Itália controlados por Roma, que passaram também a ser designados pela palavra *provincia*, e em que um magistrado (ou pro-magistrado) detinha o comando de forças militares para lá enviadas e exercia outros tipos de autoridade em que avultava a tributária.

De 241 a 227 a.C. a administração romana da Sicília terá assim assumido, segundo alguns autores, aspectos bastante rudimentares que assentariam na autoridade de um *quaestor classicus* (questor para a frota) que exercia as suas funções a partir de Lilibeu (sem comando militar) e que tinha a responsabilidade de organizar a defesa marítima da ilha e cobrar aos habitantes os impostos necessários para fazer face às despesas correspondentes.⁵⁰⁰ O que parece dar força à interpretação que vê a motivação por detrás

spatial em désignant le domaine de compétences sur lequel l'*imperium* du magistrat (ou du promagistrat) s'exerce».

⁵⁰⁰ Não havendo comando militar parece poder concluir-se que não havia legiões e que não haveria justificação directa para uma tributação pesada das populações. A partir de 227, contudo, a Sicília Romana passou a pagar *vectigal* (que era um imposto em espécie incidente sobre as colheitas agrícolas),

do desencadeamento da guerra, em 264-263, por parte dos Romanos, não como uma intenção de aquisição de território para exploração agrícola, mas sim como a necessidade de assegurar a salvaguarda dos territórios do Sul da Itália que precedentemente haviam sido incorporados nos domínios romanos e que a rede de colónias já estabelecida não havia ainda permitido consolidar. Por outro lado, e como complemento motivacional, as costas da Itália estavam mal defendidas das incursões navais cartaginesas, cuja continuidade, a não ser reprimida com sucesso, poria em causa a reputação romana de hegemonia inabalável e criaria condições para a ocorrência de revoltas na própria Península.⁵⁰¹

6.3. ALGUMA PAZ COM INÍCIO EM 241 A.C., MAS RETOMA POSTERIOR DA EXPANSÃO

Terminada a Primeira Guerra Púnica, Roma beneficiou de alguns anos de acalmia que lhe permitiu recuperar da exaustão derivada do longo e árduo período de guerra que conheceu ao defrontar Cartago. Assim, em 241 a.C., as portas do templo de Jano (o deus das duas faces) foram fechadas⁵⁰² (tinham estado abertas durante cerca de 400 anos), anunciando a paz. Mas foi uma situação que não durou muito e logo nesse mesmo ano, com a revolta dos Faliscos, já referida *supra*, as portas deverão ter sido certamente reabertas. A seguir, em 238-237, uma expedição militar foi enviada para a Sardenha e outra para a Córsega, e ainda nesses mesmos anos foram criadas complicações que atingiram as populações lígures e gaulesas do Norte da Itália. Mais tarde (a partir de 229 a.C.), mas ainda antes do desencadeamento da Segunda Guerra Púnica, os Romanos haveriam de encontrar novos adversários do outro lado do Adriático, que não só envolveram populações ilírias e istras, mas também poderes gregos e macedónicos.

embora o total resultante tivesse sido relativamente baixo. É pelo menos o que se pode concluir do referido em Liv. 23.21, onde se assinalam as dificuldades de abastecimento da frota e do exército que se encontravam na ilha mais tarde, em 215 a.C., durante a Segunda Guerra Púnica. Ver também Liv. 23.48 e Eckstein (1987, 111-15), onde se admite que as cidades do Nordeste com as quais haviam sido celebrados tratados de amizade em 263 (referidas *supra*) não estariam sujeitas a imposto.

⁵⁰¹ Bringmann 2013, 69-70.

⁵⁰² O ano que habitualmente é referido como o do fecho das portas do templo é 235 a.C. Em Harris (1991, 191, n. 1) é, contudo, posta em causa tal datação dadas as circunstâncias conhecidas dos acontecimentos que se sucederam após uma e outra data; Harris considera que a confusão existente será devida aos nomes de dois cônsules (A. Manlius Torquatus e T. Manlius Torquatus) que ocuparam as respectivas funções nesses dois anos.

6.3.1. Sardenha e Córsega

A Sardenha e a Córsega vieram assim a ser ocupadas por Roma. Foram situações que ocorreram na sequência da revolta dos mercenários contratados por Cartago, a qual teve lugar após a respectiva retirada da Sicília e o transporte para África, onde esperavam receber as remunerações que lhes eram devidas. A falta de meios financeiros por parte de Cartago para satisfazer tais dívidas esteve na origem da revolta, situação que se agravou quando os mercenários conseguiram a adesão à sua luta por parte dos Líbios e dos Númidas e veio a envolver várias cidades do Norte de África habitualmente controladas pelos Púnicos⁵⁰³. A guerra que daí resultou, conhecida como Guerra Líbia e plena de detalhes que não serão descritos neste trabalho, arrastou-se até 238 a.C. e apresentou desenvolvimentos que ameaçaram de muito perto a manutenção do domínio cartaginês⁵⁰⁴.

A intervenção romana na Sardenha foi inicialmente solicitada em 240-239 pelos mercenários que se encontravam nessa ilha, mas foi recusada face às disposições do tratado de paz que havia sido assinado com Cartago (o que se repetiu pouco depois com Útica, quando esta cidade se ofereceu em submissão a Roma após ter aderido à revolta dos mercenários). Mas posteriormente, com o final da Guerra Líbia, Roma não só invadiu (com início em 238 a.C.) a Sardenha (de onde, entretanto, os nativos haviam expulsado os mercenários) como ameaçou Cartago com uma nova guerra, exigindo ainda, além da desistência cartaginesa da reocupação da ilha, uma reparação adicional de 1200 talentos.⁵⁰⁵

William Harris refere também que a invasão romana da Sardenha prosseguiu nos anos seguintes, acentuando-se em 235-231 (conduzindo ao controlo de uma parte da ilha, que

⁵⁰³ Sobre as motivações dos Líbios para aderir à revolta já foi referida a elevada tributação a que eram habitualmente sujeitos e o seu agravamento no decurso da guerra com os Romanos. Para mais detalhes, ver Plb. 1.72. Relativamente às consequências financeiras para Cartago resultantes da revolta ver Plb. 1.71. Ver também Hoyos (2011, 206-10).

⁵⁰⁴ A revolta dos mercenários e dos súbditos de Cartago está descrita com pormenor em Plb. 1.65-88.

⁵⁰⁵ Plb. 1.79, 83, 88; Harris 1991, 191-92; Rosenstein 2012, 68-9. A reacção romana à proposta dos mercenários fez sentido não só devido às disposições do tratado, mas também face à atitude cartaginesa de libertação de comerciantes italianos que haviam sido aprisionados quando efectuavam o transporte de abastecimentos para os inimigos de Cartago. Já a decisão posterior relativa ao envio de um exército em 238 parece ter tudo para configurar uma violação do tratado de 241, não obstante a motivação apresentada por Roma (no sentido de que os preparativos que Cartago fazia para reocupar a Sardenha visavam de facto a Itália).

haveria de ser anexada o mais tardar em 227), e que também em 238 a Córsega foi invadida.⁵⁰⁶

6.3.2. Campanhas no Norte da Itália

Em contextos bem diferentes daquele que acaba de ser referido para a Sardenha e a Córsega, Roma deu início, também em 238 a.C., a campanhas agressivas contra Lígures e Gauleses. No caso dos Lígures, a que as fontes pouco se referem, mas cujas campanhas ocuparam Roma até ao final dos anos 220, há indicações de que os motivos romanos para as campanhas residiriam nas actividades de uma pirataria lígure (a qual teria em particular atingido os interesses dos aliados massaliotas do Estado Romano, embora tendo rendido aos Romanos um farto espólio e proporcionado aos cônsules três triunfos)⁵⁰⁷.

No concernente às campanhas que tiveram lugar contra os Gauleses, Políbio refere uma única em 237 que se limitou ao envio de uma legião para norte face a uma movimentação de tribos (Boios e uma outra proveniente de além Alpes) daquela etnia que, desenvolvendo-se em lutas internas nas proximidades de Arímimo, acabou por não constituir ameaça e justificou o seu regresso a Roma⁵⁰⁸.

Contudo, mais tarde (em 225-222), uma guerra de real peso entre Romanos e Gauleses acabou por ser desencadeada. As causas mais evidentes que dela têm sido apontadas são os acontecimentos de 237 já referidos e as bem conhecidas distribuições viritanas de terras que tiveram lugar no *ager Gallicus et Picenus* em 232 que foram promovidas pelo tribuno da plebe Gaio Flamínio⁵⁰⁹. Mas não só os Gauleses temiam o controlo romano e a sua

⁵⁰⁶ Harris 1991, 192-93. Harris apoia-se não só nos Fastos Triunfais que referem triunfos relativos a vitórias na Sardenha como em historiadores muito posteriores ao período como Festo e Zonaras.

⁵⁰⁷ Harris 1991, 193, n. 4. Em particular, em Liv. *Perioch.* 20.3 é referido que, pela primeira vez, um exército havia sido enviado contra os Lígures.

⁵⁰⁸ Plb. 2.21. Em Harris (1991, 193-94) é mencionada esta referência de Políbio, mas também o que consta de outras fontes, sobretudo Zonaras, o qual narra três campanhas romanas no período entre 238 e 236, uma das quais coincidiria com a que teve lugar perto de Arímimo. Harris acaba por achar mais provável que um dos cônsules romanos de 238 tenha feito uma incursão sem consequências em território gaulês, o que terá provocado a movimentação das referidas tribos na área de Arímimo.

⁵⁰⁹ De acordo com Plb. 2.21, os Gauleses temiam que Roma não se satisfaria unicamente com o controlo das suas comunidades, mas teria mesmo a intenção de as exterminar. É conveniente referir o contexto em que Políbio dá esta explicação que surge a seguir à menção que faz a Flamínio, acusando-o de demagogia com a promoção da sua política de colonização (a qual teria constituído o primeiro passo na desmoralização do povo romano). É suficientemente reconhecida a tendência conservadora e aristocrática de Políbio (que em particular se depreende não só dos seus escritos mas também das suas amizades no seio do círculo Cipiónico) para que se possa inferir que o modo como a menção a Flamínio é feita (Flamínio era plebeu e *novus homo* e tinha a oposição do senado no que respeita à sua política) poderá ter sofrido de falta de objectividade. O que não retira valor evidentemente à identificação das

própria exterminação. Os Romanos, por seu lado e segundo Políbio, estariam apavorados com as movimentações conhecidas de Gauleses em 225 – que mobilizavam uma tribo de além Alpes e duas tribos da planície do Pó – e idêntico terror atingiria a generalidade dos restantes itálicos⁵¹⁰. Roma conseguiu, para além do apoio dos seus aliados, estabelecer alianças com Vénetos e Cenomanos (povos da planície do Pó, o segundo dos quais gaulês), mobilizou os dois exércitos consulares e colocou outro exército, comandado por um pretor, a defender a Etrúria, deixando Roma defendida por um exército de reserva⁵¹¹. A invasão acabou por se concretizar através da Etrúria, com uma primeira batalha a ser vencida pelos Gauleses, mas com o seu corpo expedicionário a ser progressivamente cercado pelos exércitos consulares, situação que ainda em 225 foi rematada com uma vitória dos exércitos romanos e que conduziu a que um número considerável de Gauleses fosse abatido e muitos outros aprisionados⁵¹². Repelida a invasão, os Romanos prosseguiram a guerra com determinação, procurando expulsar os Gauleses para fora da área do rio Pó, sendo este rio cruzado pela primeira vez em 223. Depois, recusando ofertas de paz, levaram a guerra a uma conclusão definitiva, capturando Mediolano (a actual Milão), a capital dos Ínsubres, os quais foram obrigados a render-se.⁵¹³

distribuições viritanas enquanto causa da guerra de 225-222, embora a alternativa frequente a tais distribuições – que era a *occupatio* das terras anexadas pela aristocracia romana ou a criação de colónias latinas – se pudesse revelar de igual modo causa equivalente.

⁵¹⁰ Situações descritas em Plb. 2.23. Além do receio específico relacionado com a situação concreta de invasão gaulesa que veio a concretizar-se através da Etrúria, Políbio recorda o secular pavor que já vinha do início do século IV quando guerreiros dessa etnia, depois de vencerem o exército romano, encurralaram os últimos resistentes no Capitólio e lhes impuseram o pagamento de um humilhante resgate em ouro (ver *supra*, nota 206). Tais receios levaram os dirigentes romanos a pedir indicações aos seus aliados e outras populações dependentes sobre os números de cidadãos em idade militar (portanto homens aptos para combate), solicitação que encontrou pronta resposta em 225 a.C. por parte dos requestados, tão preocupados com a invasão como os próprios Romanos. Os números correspondentes (que foram utilizados para calcular os totais populacionais, conforme já referido *supra* no capítulo 2) estão disponibilizados em Plb. 2.24, D.S. 25.13 e em outros autores (ver Brunt 1971a, 44, n. 2), mas a fonte original terá sido Fábio Pictor. Tais números, que levantam vários problemas de interpretação no que concerne os detalhes dados por Políbio, têm sido objecto de tratamento por vários autores modernos, cujos trabalhos são considerados em Brunt (1971a, 44-60) com idêntico objectivo.

⁵¹¹ Plb. 2.23-24. A preocupação romana parece ter sido a protecção das vias possíveis de intrusão gaulesa, tendo ainda colocado um dos exércitos consulares na área do Adriático e dado instruções para colocar outras forças (constituídas por tribos montanhesas dos Apeninos e dos referidos Vénetos e Cenomanos) a ameaçar a fronteira com a tribo gaulesa dos Boios. O segundo exército consular, que havia sido enviado para a Sardenha, foi chamado de volta, tendo desembarcado na região de Pisa.

⁵¹² Plb. 2.25-31, onde se refere que quarenta mil Gauleses foram mortos e dez mil feitos prisioneiros. Um dos cônsules romanos terá, por outro lado, sido morto nos combates.

⁵¹³ Plb. 2.31-34. Segundo Harris (1991, 199, n. 2), teria havido dissensão entre os Romanos no que respeita à atitude a tomar face às ofertas de paz dos Gauleses, com alguns senadores a inclinarem-se para a sua aceitação enquanto outros, com o apoio dos cônsules, a apoiar a decisão que acabou por ser tomada. Tais dissensões, que traduzem a existência de facções na política romana, são evidenciadas pela preocupação de Políbio (Plb. 2.33) em criticar mais uma vez a actuação de Gaio Flaminio, desta vez enquanto cônsul em 223 a.C. e a propósito da sua competência como comandante militar na guerra contra os Gauleses. Por outro lado, ainda de acordo com Harris (1991, 198, n. 6-7), o envio de um

O plano romano de levar o controlo da Itália até aos Alpes foi, no entanto, interrompido pelo desencadeamento, em 218 a.C., da Segunda Guerra Púnica. Todavia, Roma havia previamente procedido à anexação de território na Gália Cisalpina onde de imediato fundou duas novas colónias latinas, Placência e Cremona, a primeira na margem sul do Pó e a segunda na margem norte. As colónias, cada uma com seis mil homens adultos, estavam localizadas perto de um atravessamento do rio de modo a dificultar acções conjuntas de tribos gaulesas (sobretudo Boios e Ínsubres) e a controlar os acessos ao sul através dos Apeninos. O dispositivo de controlo do Norte foi complementado com a construção da *Via Flaminia*, iniciada em 220, que ligava Roma a Arimino e criava condições para um encaminhamento mais seguro e rápido dos exércitos. Com a notícia da invasão de Aníbal, contudo, Boios e Ínsubres sentiram-se encorajados para se revoltarem, atacaram o território que havia sido reservado para as duas cidades e obrigaram os colonos a fugir para Mútina, cidade fortificada (onde se encontrava uma guarnição romana) que ficava a caminho de Arimino (ver localizações *supra* no Mapa 6.3).⁵¹⁴ Estes povos gauleses haveriam de prestar ajuda a Aníbal após a sua chegada a Itália (ver *infra*), mantendo durante algum tempo, posteriormente à Segunda Guerra Púnica, o mesmo tipo de perturbações.⁵¹⁵

exército para a Sardenha no início de 225 devido às reacções nessa ilha após o aperto do controlo romano que ocorreu em 227 com a atribuição do estatuto de província (situação que já teria ocorrido em 227-226 na Sicília pela mesma razão) poderá ter significado que a invasão gaulesa de 225 foi na realidade uma surpresa. Tal situação iria contra a argumentação de Políbio de que previamente a esse ano Roma estaria já possuída por um extremo estado de terror face a ameaças gaulesas.

⁵¹⁴ Plb. 3.40; Liv. 21.25; Salmon 1970, 66; Salmon 1982, 77-8; Bringmann 2013, 72.

⁵¹⁵ Perturbações, naturalmente, à afirmação da autoridade romana e à expansão da sua hegemonia. Tal afirmação passava pelo controlo do território com a fundação de colónias e pela sua interligação e facilitação dos contactos com Roma através da rede de comunicações que em particular requeria a construção de estradas. É assim que, logo após o final da Segunda Guerra Púnica, se sentiu a necessidade (ver Salmon (1970, 101-09)) de enviar mais colonos para Placência e Cremona, de fundar colónias em Bonónia, Parma e Mútina (criando condições para construir a *Via Aemilia*, que ia de Arimino a Placência) e também em Pisauro e Potência (dando mais consistência à *Via Flaminia* e à própria *Via Aemilia* e às respectivas ligações com Roma e o Adriático). Assinale-se que as colónias eram fundamentalmente concebidas como um programa militar, com atribuições exíguas de terra que na altura não eram atractivas para o comum dos cidadãos (em Salmon (1970, 95-100) apenas é dada uma importância marginal à fundação de colónias nesse período no respeitante ao acolhimento de cidadãos sem terra ou veteranos de guerra; Salmon parece claramente convicto de que a forte mortalidade do período da Segunda Guerra Púnica teve os seus efeitos na disponibilidade de cidadãos em número suficiente para regressar à terra, aparentemente pouco dispostos a renunciar a comodidades da vida urbana por troca com um ambiente rural distante e supostamente pleno de perigos). Daí que as instâncias governativas romanas tivessem procurado soluções para o problema, começando por uma maior generosidade em termos de dimensão dos lotes distribuídos. Mantendo-se limitado o afluxo de interessados, mesmo em casos em que tal dimensão chegou aos 50 *iugera*, acabou por se recorrer à formação de colónias romanas (agora no interior da Península e não já colónias marítimas) em vez de latinas, oferecendo aos italianos a cidadania romana para que pudessem ser integrados. E com tal solução conseguiu-se avançar no sentido desejado. Ver também, a tal propósito, Salmon (1982, 90-7). Relativamente à localização das colónias referidas, ver Mapa 6.3, onde não constam Bonónia (situada perto de Mútina, na direcção de Arimino) e Pisauro e Potência (situadas na costa adriática, a primeira

6.3.3. Intervenções além Adriático

A primeira vez que o Estado Romano interferiu com as suas forças militares no lado oposto do Adriático foi em 229 a.C., após o assassinato de um seu embaixador enviado para pedir explicações ao Estado Ilírio sobre ataques a comerciantes italianos que haviam sido atacados por piratas ilírios. Os Romanos responsabilizaram a rainha ilíria, Teuta, por tal assassinato, não obstante ela ter negado ter estado na origem de tal autoria. Previamente, a rainha havia declarado aos embaixadores enviados por Roma não se opor a que os seus súbditos praticassem os actos de pirataria condenados pelos Romanos. O que, para o senado romano, era motivo suficiente para justificar a declaração de guerra.⁵¹⁶

As áreas mais afectadas pela pirataria ilíria eram a costa adriática grega (desde Epidamno ao Golfo de Corinto) e a costa sul da Itália (havendo queixas dos gregos sob controlo romano junto do senado). As forças militares enviadas por Roma incluíam uma frota sob o comando de um dos cônsules, enquanto o outro foi enviado com um exército. Incapaz de resistir, a rainha Teuta viu-se forçada a assinar a paz, comprometendo-se a que os Ardiates (a tribo ilíria de Teuta) deixariam de enviar navios de guerra para sul da cidade de Lissos (ver Mapa 6.4, a norte de Apolónia e de Epidamno) e a que não mais que dois navios comerciais ultrapassassem esse limite. O grego Demétrio de Faros foi quem, nessa região da Dalmácia, beneficiou com tal recuo de Teuta através de um acordo com os Romanos que lhe permitiu, após ceder o comando da guarnição que havia sido colocada em Corcira (ver, a propósito da localização desta ilha, assim como das cidades referidas, o Mapa 6.4) pelos Ilírios, obter de Roma a autoridade necessária para ficar com o controlo da parte mais significativa da Ilíria.⁵¹⁷

Após conclusão do tratado com a rainha Teuta (e o final, portanto, da Primeira Guerra Ilíria), um dos cônsules romanos enviou embaixadores às Ligas gregas - Etólia e Aqueia – explicando o que havia motivado a intervenção romana, iniciativa a que elas reagiram

entre Arimino e Ancona e a segunda imediatamente a sudeste de Ancona). Cremona, por outro lado, está localizada erradamente, situando-se de facto um pouco a nordeste de Placência.

⁵¹⁶ Embora no passado, de acordo com Plb. 2.8, Roma tenha sempre ignorado as queixas que lhe haviam sido apresentadas devido a tais actos de pirataria cometidos pelos Ilírios.

⁵¹⁷ Plb. 2.11. O conjunto de situações referidas produziu-se após várias ofensivas ilírias que visaram Corcira, mas também a ilha de Issa (situada mais a norte, ao largo da actual Split, e onde havia sido fundada uma colónia siracusana no século IV a.C.) e outras cidades gregas da costa adriática, como a já referida Epidamno e Apolónia. A intervenção romana, que conduziu a vários combates navais e terrestres com os Ilírios ou ao recuo destes nas situações em que sitiavam cidades, processou-se através de assinaturas de tratados com populações locais que ficaram sob a protecção de Roma (ver Plb. 2.11-12).

pela cidade de Lisso), por um lado levando os Ilírios novamente à pirataria (atacando as Cíclades), por outro atacando cidades que haviam estabelecido relações de *amicitia* com Roma. Não obstante a ameaça de guerra com Cartago que já existia (que Demétrio conhecia e que o terá encorajado a tomar as referidas iniciativas), Roma deu início (em 219 a.C.) a uma campanha contra o dinasta ilírio, inaugurando a Segunda Guerra Ilíria. Dever-se-á referir que Demétrio terá também contado com o apoio da Macedónia, dada a ajuda que tinha dado ao seu rei na guerra que pouco antes, aliado à Liga Aqueia, o tinha oposto a Esparta.

O cônsul romano que comandava o exército enviado contra Demétrio confrontou-se com as disposições que este havia tomado no sentido de guarnecer com numerosas forças Faros, a sua cidade (localizada numa ilha próxima de Issa, portanto ao largo da actual Split), e uma outra cidade próxima de Apolónia. Contudo, o exército romano superou as dificuldades e Demétrio foi obrigado a fugir para a corte de Filipe V da Macedónia, onde permaneceu até ao fim da sua vida. Filipe V haveria no futuro de antagonizar Roma, aliando-se a Aníbal e combatendo contra ela a designada Primeira Guerra Macedónica (214-205 a.C.).⁵¹⁹

6.3.4. Imperialismo romano: das motivações às consequências económicas que dele resultaram

Imperialismo e as suas motivações económicas. Eis um tema em que os debates entre os historiadores que viveram desde o século XIX até aos nossos dias não têm faltado. A esse propósito, William Harris considerou que

Huge tracts of land came into Roman hands, as did enormous quantities of gold and silver and plunder of every kind; millions of people were enslaved; tribute in different forms flooded in; the ingenuity of Roman officials and businessmen exacted its profits in large areas of the Mediterranean world ... A full history of the discussion would require disproportionate space. In past generations some well-known historians adopted theories attributing more or less central importance to economic motives, and even the masterly narrative history of De Sanctis offered economic interpretations of certain phases on Roman imperialism. On the other hand such theories were not easy to combine convincingly either with Mommsen's or with Holleaux's interpretations.⁵²⁰

⁵¹⁹ Plb. 3.16,18. Ver também Bringmann (2013, 73).

⁵²⁰ Harris 1991, 54.

Theodor Mommsen argumentou de facto no sentido de que a expansão do poder romano era o resultado de pressões e ameaças exteriores e que Roma terá agido defensivamente contra vizinhos poderosos e agressivos. Posteriormente, Holleaux e Tenney Frank, no início do século XX, apoiaram-no nessa posição, com Frank, especificamente, a expor a ideia de “defensive imperialism”.⁵²¹

Em Champion (2004) são incluídos logo no início da obra três autores – William Harris, Erich Gruen e John Rich – cuja preocupação primordial é precisamente a discussão das razões que terão levado Roma a criar e expandir o seu império. De acordo com Champion, William Harris considera que as fontes antigas são, na sua maioria, apologéticas⁵²², o que as terá levado a esconder as reais motivações romanas que, sem assumirem uma natureza propriamente mercantilista ou meramente comercial, não deixavam por isso de procurar outras vantagens económicas, como o espólio resultante das vitórias ou outros recursos que lhe permitissem financiar as despesas públicas. Já Erich Gruen, embora reconhecendo

⁵²¹ Champion et Eckstein 2004, 4 e n. 19; Frank 1914. Relativamente a desenvolvimentos do tema “Defensive Imperialism” e referências bibliográficas correspondentes, ver Adler (2008) e, naturalmente, Harris (1991). Por outro lado, em termos mais gerais, as motivações que conduziram Roma à via imperial têm sido objecto de estudo por numerosas obras, de entre as quais se dá um destaque particular a Champion (2004): *Roman Imperialism: Readings and Sources* (editado em 2004 por Craig B. Champion). Em particular, uma rápida exposição das posições dos autores que teorizaram o “Defensive Imperialism”, pode ser encontrada em North (1981, 1), onde se sublinha que os Romanos não teriam uma política conscientemente agressiva relativamente a outras entidades políticas, dado que as suas guerras tendiam a ocorrer devido a receio de ameaças à sua segurança (nomeadamente no respeitante às suas fronteiras) ou em defesa dos interesses dos seus aliados. Outras interpretações do que se tem designado “imperialismo romano” (e que tendem a referir-se-lhe como “crescimento do poderio romano”) não vêm na atitude guerreira romana mais do que uma resposta “acidental” (Holleaux, por exemplo, pretende que os Romanos não procuravam construir um império, pois a guerra e a expansão eram-lhes impostas por factores aleatórios que estavam fora do respectivo controlo), a qual poderia ser mais adequadamente tida como “relutante”. Daí até que Roma viesse a ser tida como “vítima das circunstâncias”, sendo forçada a uma série de decisões pragmáticas cujas consequências não conseguia prever, vai um pequeno passo que conduz à tese do “defensive imperialism”. Ver a estes propósitos Garnsey et Whittaker (1978, 1-3).

⁵²² Naturalmente, não só tais fontes antigas são apologéticas, mas também, em geral, o são os promotores da perspectiva do “defensive imperialism”. Trata-se de ver, apresentar numa perspectiva simpática, o processo expansionista romano, justificando-o, em particular no respeitante à sua agressividade face a ameaças reais ou meramente potenciais. É essa uma perspectiva que foi adoptada sobretudo por autores do século XIX e início do século XX (ver autores acima referidos e, mais recentemente, Ernst Badian no seu *Roman Imperialism in the Late Republic*). Mais especificamente, muitos desses autores de história antiga terão sido influenciados pelos desenvolvimentos imperiais dessa época conforme é referido em Mattingly (2011, 19): «While Oxford classicists influenced the running of the British Empire, the British Empire also profoundly affected the nature of the study and teaching of ancient history in the early twentieth century. The situation was paralleled in other European countries with nineteenth-century imperial ambitions and classical pretensions». É essa uma questão que é desenvolvida por Eric Adler, referindo em particular (ver Adler (2008, 189-91)) que «scholars ... have linked "defensive imperialism" – or, more generally, classicists' perceptions of Rome – to 19th- and 20th-century attitudes toward modern expansionism - attitudes that have purportedly tainted the study of Roman history ... The agenda for twentieth-century Roman studies was set within the context of a wildly, uncritically pro-imperial Britain.»

que as vitórias militares proporcionavam claros benefícios económicos e que a perspectiva do saqueio podia aliciar os generais e estimular o recrutamento de soldados, não deixava de contrapor que tais motivações não chegavam a desempenhar uma função que pudesse ser tida como primordial nas decisões senatoriais relativas à guerra. John Rich, por outro lado, afastando-se de concepções que tendem a encontrar motivações únicas na matéria em causa (como classificaria o caso de Harris, embora apoiando o desmoronamento que esse autor havia provocado da concepção que já vinha de Mommsen de que as razões que levavam os Romanos à guerra eram de natureza defensiva), argumenta no sentido de atribuir aos desígnios militares de Roma três preocupações: receio e desconfiança face a adversários poderosos, ânsia pelo saqueio e pelos ganhos de natureza económica, busca de notoriedade e glória tanto por parte dos comandos militares como do Estado Romano. E, concluindo⁵²³

Roman warfare and imperialism were complex phenomena, for which no monocausal explanation will be adequate. Any attempt to provide a more satisfactory account must take the measure of this complexity. In such an account fear, greed and glory will all play their part.

Estas conclusões de Rich estão forçosamente influenciadas pelo rumo que a expansão imperialista romana assumiu a partir do século II a.C., conforme se depreende claramente do próprio texto do autor. Contudo, a caracterização do imperialismo romano como um fenómeno complexo não requer necessariamente a consideração do período posterior à Segunda Guerra Púnica, não obstante a referida complexidade vá de facto aumentando com o avanço das décadas. Tal caracterização começará a ganhar o referido sentido com o que já acima (notas 376 e 377 e texto que lhes está associado) foi referido a propósito de motivações como “medo”, “cobiça” e “busca da glória”, as quais seriam localizáveis não só no seio da comunidade romana mas também nas comunidades aliadas. Esse sentido, por outro lado, sairá reforçado se considerarmos por exemplo o que será desenvolvido mais à frente nesta secção, e que nos conduzirá não só a motivações mas também a consequências económicas do imperialismo romano.⁵²⁴

⁵²³ Champion 2004, 16-7. Os artigos dos três autores são Harris (2004), Gruen (2004) e Rich (1997), este último sendo reproduzido no trabalho editado por Champion (páginas 46 a 67).

⁵²⁴ O estudo e avaliação dessas consequências económicas – nas quais podemos incluir o desenvolvimento das grandes explorações agropecuárias (incluindo o processo que lhe está associado de desenvolvimento da servidão) e de outras realidades (a tributação e as reparações de guerra) à primeira vista tidas como motivações por serem benefícios económicos – acabam por conduzir à conclusão de que o que inicialmente surge sobretudo como uma consequência para quem avalia um processo de desenvolvimento imperialista evolui rapidamente para motivação económica. E tais motivações ou

Concentrando-nos agora no tema mais específico das motivações económicas, começar-se-á por dizer que o recurso à imposição do tributo⁵²⁵ por parte de Roma assim como a obtenção de esses e outros benefícios económicos em amplas áreas do Mediterrâneo adquirirão grande relevância sobretudo a partir do século II a.C. Mas, conforme já referido *supra*, logo a partir de 241 a.C. foi dada alguma continuidade ao processo tributário que existia no território da Sicília, embora em termos que não são bem conhecidos e que parece só terem sido estabelecidos com rigor com a promulgação da *Lex Hieronica*⁵²⁶. A prática da tributação ter-se-á desenvolvido gradualmente, atingindo a Sicília e, com alguma probabilidade a Ilíria, antes da Segunda Guerra Púnica, existindo contudo indicações de que o que em alguns casos foi interpretado como tributo deve ser tido como reparações de guerra⁵²⁷.

Não foi necessário, no entanto, esperar por esse período mais avançado no tempo para ver Roma, no processo expansionista que foi o seu, a apoderar-se de vastas quantidades de espólio – de natureza variada, além dos activos monetários – e sobretudo a anexar terras aos vencidos. Trata-se de situações que têm sido referidas neste trabalho assim como outras relativas à redução à servidão de contingentes militares vencidos ou parcelas de populações dos territórios investidos⁵²⁸. Por outro lado, também as imposições de reparações de guerra, nomeadamente através de pagamentos escalonados no tempo,

consequências, conforme se conclui do que foi referido *supra* a vários propósitos surgiram mesmo antes da Segunda Guerra Púnica: o desenvolvimento das grandes explorações agropecuárias e do escravagismo logo no século IV; reparações de guerra já com grande significado com o final da Primeira Guerra Púnica; a tributação, possivelmente a partir de 227 a.C.

⁵²⁵ Convém ter presente a distinção entre “tributo” na nossa linguagem corrente (com o significado de imposto cobrado aos provinciais nomeadamente enquanto percentagem dos rendimentos por eles obtidos, em especial em termos de produção agrícola) e o *tributum* que era pago pelos cidadãos romanos mobilizáveis para o serviço militar (e que incidia sobre o valor da sua base censitária, com a natureza de contribuição de guerra, conforme referências *supra* – nota 19, secção 5.2.4 e nota 373 – e *infra*, secção 6.4.3.5.1 e notas 632 a 634).

⁵²⁶ Ver *infra*, secção 6.4.4.5, detalhes relativos a esta lei nas páginas 333-335.

⁵²⁷ Ver a este respeito Harris (1991, 63-4) e, em particular, a nota 3 da página 64.

⁵²⁸ Recorde-se a redução à escravatura, no período de 297-293, de 69 mil indivíduos capturados (*supra*, nota 358). São por outro lado conhecidas as relações que tal processo tinha com a disponibilização acrescida de terras para os cidadãos romanos (nomeadamente, os mais afluentes, os que dispunham de explorações agropecuárias de maior dimensão) e com o processo em crescendo de desenvolvimento de obras públicas (infraestruturas, templos, ...). Naturalmente que a realização de benefícios sob a forma monetária, com a venda de escravos, também existia. Outros exemplos de redução à escravatura (relativo ao período da Primeira Guerra Púnica) é dado em Harris (1991, 63): 25 mil em Ácragas, 20 mil em África, 13 mil em Panormo (além de 14 mil que compraram a sua liberdade) e 10 mil nas Ilhas Egates. Em termos mais específicos, ver Kay (2014, 178-79), onde se refere que no decurso da Segunda Guerra Púnica foram escravizados 85 mil cativos e que, entre 201 e 167, o correspondente total atingiu 300 mil. Uma listagem mais completa de situações de redução à escravatura (indo do início da Primeira Guerra Púnica até 133 a.C.) é ainda dada em Toynbee (1965b, 171-73). Tenha-se igualmente presente a chamada de atenção para a importância que a escravatura já tinha em 357 a.C. e respectiva conexão com o número elevado de libertos existentes 45 anos depois (ver *supra*, nota 182).

começaram a ter expressão conhecida já no período da Primeira Guerra Púnica (conforme referido *supra*, secção 6.2.2).

Estas breves referências, em conjunto com aquelas para que se remete, contribuirão certamente para que se possa ter presente que um imperialismo como o romano desenvolve-se de uma maneira que o leva a atingir certos resultados que são frequentemente entendidos como benefícios económicos e que, além disso, tal processo desenvolve-se de modo diversificado no tempo, deixando inclusivamente a percepção de que uma parte considerável dos desenvolvimentos implícitos não poderão ser considerados propriamente imperialistas. Poder-se-á nomeadamente, a tal respeito, ter em consideração que a obtenção de “benefícios económicos” como a anexação de território e a apropriação de espólio foram práticas a que as comunidades mais primitivas já se dedicavam antes de disporem de instituições que habitualmente são caracterizadas como estatais. A tal propósito será suficiente recordarmo-nos do ritual do *ver sacrum* (ver *supra*, secção 3.2.2) e de situações que são mencionadas frequentemente por Tito Lívio a propósito de saqueios ocasionais que ocorreram entre povos vizinhos sem iniciativa estatal, por exemplo no Lácio e na Etrúria. Tais práticas de anexação de território e de apropriação de espólio foram prosseguidas, em sociedades mais complexas, pelos Estados, sobretudo através da utilização dos seus exércitos, e têm sido referidas frequentemente neste trabalho quando são descritas as diferentes fases do expansionismo romano.⁵²⁹

Revela-se necessário, neste contexto, ter presente, por um lado, que os referidos “benefícios económicos” poderão assumir naturezas distintas em diferentes fases do seu desenvolvimento (quem é que realmente eles “beneficiam”) e, por outro lado, que as “motivações” para atingir tais “benefícios” se revelarão por vezes sobretudo “consequências” do desenvolvimento imperialista. Dar-se-á assim, sucessivamente, atenção aos “benefícios” que se desenvolveram mais precocemente (da anexação de território às reparações de guerra) e seguidamente aos que vieram a resultar de uma evolução mais tardia, como a da criação de províncias (a tributação) e a da formação de um espaço mais vasto em que o comércio entre os diferentes territórios se desenvolveu (as motivações mercantilistas⁵³⁰).

⁵²⁹ Convém ter presente, no que respeita aos desenvolvimentos nesta área, o que é referido *supra* na secção 5.2.4.

⁵³⁰ Motivações cuja análise é feita em Harris (1991, 56-67), a qual será tida em consideração na sequência do texto.

6.3.4.1. Da anexação de território às reparações de guerra

A anexação de território pelo Estado Romano resultava em princípio em benefícios para a comunidade romana entendida na sua acepção colectiva (privilegiando no entanto certos estratos sociais, como se verá), enquanto a apropriação de espólio tendia a reverter, numa primeira fase, para os efectivos do exército vencedor⁵³¹, embora certas parcelas desse espólio tenham por vezes sido destinadas ao *aerarium*. As avaliações mais correntes que têm sido feitas dessas repartições do espólio pelos historiadores do século XIX e posteriores revelam contudo dificuldades que frequentemente tendem a ser superadas pelo recurso à conjectura⁵³².

Por outro lado, se os territórios anexados adquiriam à partida o estatuto de *ager publicus*, a sua afectação posterior a fins diversificados revelava um processo mais complexo que, além de na intenção do Estado Romano dever contribuir para objectivos estratégicos, acabava geralmente por favorecer de modo desigual os diferentes estratos do corpo cívico. Assim, as atribuições associadas à fundação de colónias latinas (incluindo as distribuições de pequenas parcelas de terra aos colonos), visando criar postos avançados com condições para difundir e defender a influência romana em áreas de expansão recente, traduziam-se na sua parte mais significativa por uma redução do *ager publicus*, embora o estatuto de *ager Romanus* se mantivesse. A parte do *ager publicus* que não era distribuída aos colonos podia vir a ter vários destinos⁵³³:

1. A *occupatio* (a qual traduzia uma situação em que a terra era ocupada e usada por cidadãos romanos enquanto o Estado não necessitasse dela, o que se crê

⁵³¹ Em princípio era o *imperator* (o comandante do exército vencedor) que decidia o destino a dar ao espólio (ao qual era dada a designação genérica de *praeda*) e não são conhecidas leis que o obrigassem a reservar determinadas parcelas para o *aerarium* (valores esses que provinham da parcela da *praeda* que era designada *manubiae*). O destino mais habitual era o da apropriação pelos soldados, com o *imperator* a decidir com frequência no sentido de privilegiar a sua própria pessoa, amigos e oficiais do exército. Muitas vezes uma parcela significativa era reservada para a construção de um templo ou um santuário que seria dedicado pelo general. De qualquer modo a distribuição aos soldados era essencial, por razões políticas e de motivação psicológica. Ver a este propósito Gruen (2004, 31-2), embora a maioria dos exemplos dados correspondam a situações do século II a.C. Ver *infra*, secção 6.4.3.5, alguns desenvolvimentos adicionais sobre os conceitos de *praeda* e *manubiae*.

⁵³² Ver o que é referido *supra*, a este propósito, na secção 2.1.2, e, também em Kay (2014, 29-35).

⁵³³ Ver, para mais detalhes, Roselaar (2008, 34-39). Para uma análise mais profunda do tema do *ager publicus* considerar em particular a leitura integral do texto da autora.

ter sucedido em larga escala por parte dos estratos sociais superiores durante todo o período republicano);

2. Uma disponibilização genérica aos cidadãos romanos da respectiva área (o que podia traduzir uma função de complemento às distribuições feitas aos colonos, as quais eram frequentemente de escassa extensão);
3. Uma utilização pelas populações que haviam sido desapropriadas com a anexação (crê-se que por vezes em regimes próximos dos da *occupatio* ou da disponibilização à generalidade dos colonos);
4. O aluguer, ou mesmo a venda, a particulares (habitualmente por baixos valores, em situações que se aproximavam da *occupatio*, com os particulares, portanto, a serem cidadãos romanos dos estratos sociais superiores)⁵³⁴;
5. Distribuições viritanas a cidadãos romanos (o que frequentemente encontrava a oposição de estratos importantes do senado, como sucedeu em particular relativamente às que – ver *supra* – foram promovidas por Gaio Flamínio em 232 a.C. no *ager Gallicus et Picenus*).

No que respeita ao desenvolvimento da escravatura (que acabava por constituir uma parcela, por vezes muito significativa, do espólio), os elementos disponíveis não permitem identificar adequadamente quais foram os resultados económicos directos desse processo e quem deles beneficiou e em que proporções. Existe um largo debate sobre o modo como os escravos foram utilizados na agricultura romana (nomeadamente no que respeita aos sectores agrícolas – sobretudo vinha e olival – em que foram empregues e à sua predominância nas explorações que os membros das classes superiores detinham e foram ampliando nomeadamente a partir do século III a.C.) e sobre a evolução dos respectivos números, tanto nas áreas urbanas como rurais⁵³⁵, mas pouco se refere a propósito dos beneficiários imediatos do referido processo de redução à escravatura. Há, contudo, indicações de que o tratamento dado aos escravos pelos generais romanos estava próximo do que era aplicado ao espólio constituído por bens móveis, ou seja, parte era vendida e outra parte era distribuída

⁵³⁴ Estas situações de favorecimento dos estratos sociais superiores (*occupatio* e as tidas como próximas) não devem ser interpretadas unicamente como reflectindo interesses de classe. De facto, a expansão imperialista requeria excedentes em matéria de bens alimentares que pudessem ser destinados aos exércitos e às crescentes populações urbanas. As explorações familiares, funcionando sobretudo em regime de auto-subsistência, não davam a necessária resposta para tal objectivo. Ver a este respeito o que é referido *infra*, página 333 e nota 723.

⁵³⁵ Consulte-se em particular, sobre estes temas, Kay (2014, 178-82) e Scheidel (2005), que incidem sobretudo sobre os séculos II e I a.C.

pelos efectivos do exército⁵³⁶. De qualquer modo, a utilização de escravos, tanto nas cidades (escravos domésticos e outras ocupações urbanas, em particular o artesanato e a construção civil) como nas explorações agrícolas italianas (sobretudo na área ocidental que se estendia da Etrúria à Campânia), ter-se-á intensificado entre o período final do século III e a primeira metade do século seguinte⁵³⁷, o que poderá ter significado que os cativos de guerra tenham sido distribuídos aos efectivos dos exércitos vencedores, mas também que uma parte deles tenha sido vendida a membros dos estratos sociais superiores (provavelmente por valores a tender para o simbólico que tenham revertido para o *aerarium*, a exemplo das facilidades no mesmo sentido que se verificaram com frequência com o *ager publicus*).⁵³⁸

À anexação de território e à apropriação de espólio que tiveram lugar desde tempos ainda bastante arcaicos veio juntar-se, em tempos mais avançados, a imposição de reparações de guerra (que naturalmente terão revertido a favor do *aerarium*), de que o primeiro exemplo claro e significativo ocorreu, conforme já referido *supra*, no final

⁵³⁶ É pelo menos o que é concluído em Kay (2014, 30), a partir de Liv. 33.11 e 41.11 (situações que correspondem ao início do século II a.C.). Mas não se pode depreender em tais casos que a parte distribuída aos soldados é constituída por escravos e não pelo produto da venda da totalidade do espólio. Não há por outro lado, referências a parcelas que tenham sido destinadas ao *aerarium*.

⁵³⁷ Ver, em particular, Liv. 28.11. Mas já previamente tinham ocorrido situações que haviam conduzido a elevados números de redução à servidão (período de 297 a 293 e Primeira Guerra Púnica), conforme já referido *supra*, nota 528.

⁵³⁸ Um exemplo do século II a.C., frequentemente citado porque associado à suspensão da cobrança do *tributum* em 167 a.C. (ver *supra*, nota 19), é o que teve lugar com a vitória na Terceira Guerra Macedónica de Emílio Paulo sobre Perseu, que terá rendido ao *aerarium* um valor em espólio equivalente a 5000 talentos. Sabe-se que os 150 mil Epirotas então escravizados o terão sido por ordem do senado, presumivelmente porque a ocorrência de uma epidemia nos anos precedentes (175-174 a.C.) terá conduzido a uma forte redução no número de escravos rústicos e era necessário substituí-los. Mas não só há indicações de que um elevado número desses escravos não terá sido transportado para Itália (permanecendo em tal estado de servidão nas terras de que antes eram proprietários ou em que antes trabalhavam, agora ao serviço dos novos proprietários romanos) como não há referências claras sobre a inclusão de um valor resultante de uma eventual venda nos acima indicados 5000 talentos (de acordo com Kay (2014, 30), os 150 mil Epirotas dificilmente valeriam menos que 10000 talentos e em caso algum menos que 1700 talentos). Ficará naturalmente de pé a hipótese de a magnânima atitude do Estado Romano relativa à suspensão da cobrança do *tributum* se ter estendido a novas facilidades favoráveis aos estratos sociais superiores. Ver a este propósito Kay (2014, 179). Mas esta situação concreta de redução à escravatura terá resultado, de acordo com Ziolkowski (1986), de circunstâncias excepcionais associadas à ocorrência da epidemia acima referida. A ordem do senado transmitida a Emílio Paulo ter-se-á inserido, segundo esse autor, num conjunto de situações que já haviam sido influenciadas pela referida epidemia e que, logo em 173 e 171 a.C., levou 2 cônsules a tomar iniciativas, sem apoio do senado, no sentido de impor a servidão a populações da Ligúria e dos Alpes. A interpretação de Ziolkowski no que respeita à aparente inconsistência entre tais situações e a que ocorreu em 167 é que os dois referidos cônsules haviam agido já pressionados pelas dificuldades que as consequências da epidemia haviam tido na gestão das explorações agrícolas (que eram propriedade dos seus pares) mas que ainda não haviam influenciado a maioria dos senadores (a qual dava primazia a outras razões de Estado). Essa predominância das motivações económicas nas decisões do senado em 167 a.C., numa altura em que a escassez de mão-de-obra escrava se tinha agravado consideravelmente, é objecto de desenvolvimentos específicos em Ziolkowski (1986, 75-80).

da Primeira Guerra Púnica. Esse primeiro exemplo, de que a parte mais considerável se traduziu por pagamentos periódicos que advieram nos anos que sucederam a esse final da guerra, haveriam de ser replicados, com valores bastante mais avultados, no período que sucedeu à Segunda Guerra Púnica.⁵³⁹

6.3.4.2. O desenvolvimento das grandes explorações agropecuárias

Às grandes explorações agrícolas ou pecuárias (em particular, as que recorriam à transumância) não bastava a disponibilidade dos dois factores a que tiveram, no período que temos considerado, acesso acrescido: terra e trabalho. Era-lhes também indispensável capital e mercado, este, tanto quanto possível, nas proximidades da unidade produtiva em exploração. Relativamente à terra, vimos acima que as situações de *occupatio* ou delas próximas (que se multiplicavam em função das crescentes oportunidades de confiscações impostas aos vencidos) podiam envolver explorações de grande dimensão (as disposições das *Leges Licinia-Sextiae* que, segundo a tradição literária, fixavam o máximo de 500 *iugera* ou o de não mais que 100 animais de grande porte e/ou 500 de pequeno porte para as actividades de pastoreio constituem bons indicadores em tal sentido). Mas a possibilidade de adquirir terras até então em regime de exploração de subsistência (cujos preços se terão degradado substancialmente com o agravamento resultante para os camponeses de um serviço militar cada vez mais exigente em termos de extensão no tempo e de afastamento relativamente aos locais de origem) aumentava consideravelmente as oportunidades de os detentores de meios financeiros incrementarem o desenvolvimento de grandes explorações. Tais meios financeiros – o capital – estavam por outro lado em franco desenvolvimento devido, à partida, ao sucesso militar romano que, como vimos, conduzia à apropriação de vastas quantidades de espólio (em condições que favoreciam a concentração de grandes quantias em poucas mãos). Mas a concentração do capital era também estimulada pelos lucros resultantes das actividades dessas grandes explorações agrícolas e pecuárias e não só. Outras actividades – industriais,

⁵³⁹ Além das reparações de guerra impostas a Cartago, terão ocorrido outras situações (que se traduziram por valores bastante baixos relativamente aos impostos a Cartago e aos que ocorreram no século II a.C.) no decurso do século III em que os visados foram os Faliscos (293 a.C.), o rei Hieron (263 a.C.) e a rainha Teuta (228 a.C.). Ver, a tais propósitos, Kay (2014, 37-42).

comerciais, de construção civil, ... – cuja existência e desenvolvimento eram em grande medida possíveis devido ao crescimento dos meios financeiros que provinham do espólio e das reparações de guerra (que davam mais peso aos respectivos mercados), possibilitavam mais concentração de capital e, portanto, mais condições para a criação e desenvolvimento das referidas grandes explorações.⁵⁴⁰

Arnold Toynbee, na atenção que dá a estas questões associadas às grandes explorações agrícolas e pecuárias situadas no território italiano, dá um relevo especial aos desenvolvimentos que tiveram lugar com a Segunda Guerra Púnica e com a expansão imperialista romana que lhe sucedeu nas décadas que se seguiram. As suas referências a tais desenvolvimentos muito pouco se ocupam de períodos anteriores em que já eram significativos não só os sinais de que as grandes explorações se multiplicavam como os de que a quantidade de mão-de-obra escrava estava em franco progresso. Outros académicos além de Toynbee têm perspectivado esses desenvolvimentos de modo equivalente ou próximo ao seu, de acordo com considerações produzidas por Tim Cornell⁵⁴¹. Segundo este autor, existe uma relativa lacuna no nosso conhecimento da história da República Romana que se estende do início do século III a.C. até ao início da Segunda Guerra Púnica. Tal lacuna abrange acontecimentos de natureza política que ocorreram no período (que vai de 293 a 219 a.C.) coberto pelos livros XI a XX (que se perderam) de Tito Lívio. Cornell refere a esse respeito os casos da *Lex Hortensia* (promulgada cerca de 287 a.C., a qual deu aos plebiscitos força de lei, marcando um estádio decisivo na história constitucional da República), da revolta de Faleros (em 241 a.C.) e da lei agrária de Flamínio, de 232 a.C. (que encontrou grande oposição por parte do senado; ver *supra*). Estes são acontecimentos que se sabe terem tido lugar, mas de que é difícil avaliar adequadamente a sua importância e significado porque quase nada se conhece daquilo que os precedem ou das circunstâncias envolventes.

Mas é no que respeita às questões mais genéricas de natureza social e económica, segundo Cornell, que tais aspectos lacunares são mais graves. Assim, quando se procura avaliar as consequências que a Segunda Guerra Púnica teve sobre a Itália nesses domínios, torna-se difícil proceder a comparações que traduzam as realidades

⁵⁴⁰ Ver, no que respeita às condições de desenvolvimento das grandes explorações, em particular no que concerne o relacionamento entre os factores trabalho, terra, capital e mercado, Toynbee (1965b, 164-68, 174-89).

⁵⁴¹ Cornell 1996, 97-9.

entre as situações antes e depois da guerra. Seria em tal área que teriam ocorrido desenvolvimentos que induzem a apreensões enganadoras das realidades históricas. É que, por exemplo, muitas das transformações estruturais que se processaram na sociedade romana com a Segunda Guerra Púnica ou assumidas como tendo resultado dela, se têm revelado após exame mais profundo deverem ser entendidas como continuação de tendências de mais longo prazo que já vinham de muito antes, mas que foram erradamente assumidas como novidades da era pós-anibálica porque testemunhos a elas respeitantes não haviam sido detectados no período lacunar referido.

Um exemplo significativo de tais transformações terá sido o desenvolvimento na Itália de uma economia de base escravagista e do fenómeno com ele relacionado de grandes explorações agrícolas assentes precisamente no trabalho escravo e produzindo para o mercado. Tais desenvolvimentos estreitamente relacionados têm sido tradicionalmente atribuídos ao período pós-anibálico, verificando-se que na clássica análise com origem em académicos como Toynbee eles são tidos como consequências do que nesse período se passou. Contudo, ainda segundo Cornell, tem vindo a ser demonstrado que essa perspectiva tradicional é incorrecta, tendo tido origem fundamentalmente na incapacidade de ter em conta a referida lacuna do século III a.C. Assim, uma análise atenta dos últimos livros da primeira dezena de Tito Lívio, relativos precisamente ao período da conquista romana até 293, mostra de modo claro que Roma estava em vias de se tornar uma sociedade escravagista já no século IV. E o período seguinte – precisamente o período lacunar do século III acima referido, que vai de 293 a 219 a.C. – só poderá, não obstante a falta de referências vindas de Tito Lívio, ser interpretado como de desenvolvimento e intensificação da mesma tendência (pondo de lado o que seria uma hipótese de algum modo absurda de regresso a uma economia de subsistência como a que caracterizava o período anterior ao início das Guerras Samnitas). O que encontra confirmação com o exemplo conhecido dos processos de escravização maciça que ocorreram na Primeira Guerra Púnica, em que avulta o já referido caso dos 25 mil habitantes de Ácragas, ocorrido em 262.⁵⁴²

⁵⁴² D.S. 23.9.1; Plb. 1.19. Diodoro e Políbio referem ainda outras reduções à escravatura de números substanciais no decurso da mesma guerra, conforme é sintetizado e já referido *supra*, nota 528. Recorde-se (ver *supra*, nota 452) o processo de desenvolvimento agrícola que havia sido iniciado, precisamente no território de Ácragas, no início do século V após a batalha de Hímera e para o qual a disponibilidade dos prisioneiros de guerra dela resultantes e reduzidos à escravatura foi essencial. O estado de elevada prosperidade que foi atingido no final desse século (esplêndidas vinhas, tanto em termos de qualidade como de extensão, estando a maior parte do território plantada com oliveiras) permitiu exportações para

Ora a conexão já referida acima entre economia escravagista e as grandes explorações agrícolas, também desenvolvida a partir do século IV, estava por sua vez associada à *occupatio* pelas elites romanas de grandes áreas de *ager publicus*, cujo desenvolvimento dependia do controlo de novas terras por Roma.⁵⁴³ E terá sido essa *occupatio*, excessiva na perspectiva dos cidadãos de menores recursos e que obstaría a adequadas distribuições viritanas, que a estes cidadãos desagradava⁵⁴⁴ e que foi um dos motivos que conduziu à promulgação em 367 a.C. das *Leges Liciniae-Sextiae*. Em tal sentido essas leis terão em particular restringido a *possessio* individual de tais terras a um máximo de 500 *iugera*, abrindo o caminho para mais distribuições viritanas e conduzindo a contextos em que o desenvolvimento das grandes explorações agrárias ficava mais dependente da disponibilidade de mão-de-obra escrava.⁵⁴⁵

Refira-se, a título complementar, que a questão do nascimento de uma sociedade escravagista na Itália romana é longamente discutida por Finley⁵⁴⁶, com o autor a

Cartago, o que levou os Púnicos a copiarem tal revolução agrícola com enorme êxito. Convirá ter presente que as relações de proximidade entre Ácragas e Cartago terão ultrapassado a partir de certa altura a esfera meramente económica (provavelmente já antes do final do século V, um período em que Cartago terá estendido, através de avanços militares, a sua influência a uma parte significativa do território grego e em que as posições políticas de Ácragas tendiam para a neutralidade; ver a tal propósito Finley (2003, 80-7)). Poder-se-á induzir que o facto de a agricultura acragantina de sucesso estar dependente do mercado cartaginês possa ter tido influência em tais situações. Esse processo iniciado em Ácragas e prosseguido no território cartaginês numa mais vasta extensão, haveria de ter continuidade em Itália na região que se estendia para sudeste a partir do Baixo Tibre até ao Baixo Volturno e, assim, «The opening for the introduction of the slave-plantation system of agriculture into this region of Italy proved to be so great that its development here in the second century B.C. dwarfed its previous development in Sicily and North-West Africa» (ver a este propósito Toynbee (1965b, 164-65)). Naturalmente que, se tal constatação é referida por Toynbee ao século II a.C., haverá razões para nos interrogarmos, dadas as considerações já referidas de autoria de Cornell, se o dito processo não terá tido início bastante mais cedo, com bastante probabilidade na segunda metade do século IV.

⁵⁴³ Controlo de terras que em Roselaar (2008, 34) é claramente remetido para as guerras de conquista da Itália: «Since almost all *ager publicus* was taken from conquered peoples, the history of the *ager publicus* is in a sense a history of the conquest of Italy. Italian communities could be forced to surrender land to Rome for various reasons; in most cases land was confiscated after a defeat in war.» Ver também, a este propósito, o que é referido *supra* no texto associado à nota 533.

⁵⁴⁴ Ver *supra*, no que respeita a reivindicações plebeias visando distribuições de terras, a secção 3.4.2 (em particular páginas 110 a 112)

⁵⁴⁵ É esta uma evolução que, na opinião de Tim Cornell, se revela de maior consistência do que a da hipótese de outros autores que atribuem a restrição dos 500 *iugera* ao período que se segue à guerra anibálica. De acordo com Cornell, não só não há referências nas fontes que justifiquem tal hipótese como ela parece ser contraditada por Liv. 10.13 em que, relativamente ao ano de 298 a.C., são referidas acções contra vários cidadãos que estavam na posse de mais terras do que a lei permitia, desferindo assim um forte golpe a uma cobiça desenfreada. O autor reforça ainda a sua convicção, dizendo que (Cornell 1996, 99) «In general the attempt to date such restrictions to the post-Hannibalic age, unlikely in any case, is based on the false notion that many of the results of imperialism, including the development of a slave economy, the growth of extensive estates in Italy, and large individual accumulations of *ager publicus*, were all products of the Hannibalic War.» Assim, mais uma vez, a explicação estaria no período lacunar do século III a.C. e, portanto, na não disponibilidade de documentação desaparecida.

⁵⁴⁶ Finley 1981, 108-17.

argumentar no sentido da existência de escravos a trabalhar nas grandes explorações agrícolas já desde o século IV⁵⁴⁷ e no da ocorrência de situações de redução à escravatura de modo maciço, no século seguinte, de prisioneiros de guerra e populações urbanas⁵⁴⁸. Finley refere ainda que se pode chegar à mesma conclusão através de outras abordagens ou da respectiva combinação: (1) a existência de uma abastada oligarquia ocupando vastas extensões de *ager publicus* nos dois séculos referidos, cujo cultivo ou utilização para pastagem só seria possível com a utilização de números elevados de escravos; (2) o recrutamento para o exército e para a marinha, no decurso da Segunda Guerra Púnica, que incidiu sobre um elevado número de cidadãos (e mesmo de escravos), não teria explicação sem a presença de um grande número de escravos utilizados no trabalho agrícola e mesmo noutras actividades⁵⁴⁹; (3) sendo inegável que as vitórias e as conquistas romanas que tiveram lugar no decurso da guerra anibálica e nas décadas seguintes não podem ter deixado de contribuir para reforçar a natureza escravagista do sistema económico romano, será necessário ter em consideração que a procura de escravos terá forçosamente precedido a oferta (a captura de milhares de homens, mulheres e crianças só terá tido lugar porque já existia uma procura de escravos, e não o inverso); (4) por outro lado, uma procura suficiente de mão-de-obra escrava só poderia ter lugar se: (4.1) num mundo essencialmente agrário existisse propriedade privada da terra em que a sua concentração em relativamente poucas mãos tornasse necessária uma força de trabalho permanente extra-familiar; (4.2) houvesse um desenvolvimento suficiente da produção mercantil e, logo, dos mercados; (4.3) se verificasse uma ausência de mão-de-obra interna (ausência que em particular na sociedade romana era incentivada pela crescente mobilização militar) que forçasse os empregadores a recorrer a estrangeiros.

Naturalmente que estes processos resultantes do imperialismo que acabam de ser descritos – o desenvolvimento de uma economia escravagista e de grandes explorações agrícolas (ou mesmo pecuárias) assim como a ocupação de largas extensões de *ager publicus* pelas elites romanas – vieram certamente a ser acelerados e intensificados pela Segunda Guerra Púnica, a qual teve, é bem conhecido, consequências significativas na vida económica e social italiana; ter-se-á tratado

⁵⁴⁷ O autor tem em atenção referências em Tito Lívio relativas a um imposto sobre a libertação de escravos e a uma controvérsia a propósito do direito de voto dos libertos nas assembleias populares. Ver *supra*, a tal propósito, notas 182 e 183 e textos que lhes estão associados.

⁵⁴⁸ Ver *supra*, notas 358 e 359 e textos que lhes estão associados.

⁵⁴⁹ Ver também, a este propósito, Brunt (1971b, 18-9).

contudo mais de uma questão de grau do que de espécie, o que coloca problemas específicos em termos de medida e análise. Consta-se de facto que a muito maior disponibilidade de dados a partir do período em que se inicia aquela guerra torna possível a reconstituição do desenrolar dos acontecimentos políticos e militares com bastante detalhe. Mas é a própria natureza das fontes que torna virtualmente impossível analisar o desenvolvimento das mudanças estruturais ou avaliar tendências económicas de maior importância do modo como seria necessário. O problema não é tanto que haja lacunas em termos de volume do material com origem nas fontes mas mais que haja defasamentos entre os tipos de questões que se devem colocar e os tipos de testemunhos que os historiadores são obrigados a usar para chegar às respostas. Defrontamo-nos assim com uma segunda dificuldade de tipo lacunar na documentação que temos disponível.

6.3.4.3. Motivações económicas de teor mercantilista

Outro aspecto que tem sido objecto de atenção pelos historiadores – que não poderá deixar de ser associado aos interesses das grandes explorações agropecuárias a que se tem dado atenção – é o da possível existência entre as motivações económicas do Estado Romano daquelas que possam ser consideradas “mercantilistas”. William Harris, na passagem de texto que se segue imediatamente⁵⁵⁰ à que é citada *supra*, faz várias referências a “teorias mercantilistas” e apresenta opiniões de vários autores – entre os quais Tenney Frank, Ernst Badian e Filippo Càssola⁵⁵¹ – sobre tal tema (dando particular relevo a um suposto anacronismo moderno que erradamente assimilaria o imperialismo romano ao imperialismo que se desenvolveu sobretudo a partir do século XIX), mas os desenvolvimentos a que aí se entrega parecem insuficientes para permitir uma percepção adequada do que pretende demonstrar. O conceito de mercantilismo, que se aplicou a práticas económicas que começaram a ter curso no

⁵⁵⁰ Em Harris (1991, 54-8) é feita uma avaliação genérica de eventuais motivações económicas por detrás da expansão imperialista romana, a qual inclui uma atenção especial dada às referidas motivações mercantilistas. O interesse que é prestado em Harris (1991, 56-8) à *avaritia* como possível motivação económica (interesse que em princípio decorre das preocupações reveladas pela intelectualidade romana dos dois últimos séculos da República em função do que foi então entendido como degradação de valores que terá ocorrido na época) não parece poder ser considerado como algo que revista grande importância nos desenvolvimentos que se seguem.

⁵⁵¹ As passagens destes autores referidas por Harris são Frank (1914, 277-97), Badian (1968, 17, 18, 20) e Càssola (1962, 50-83, 393-404).

século XVII (mas que para alguns autores começa por se afirmar no século anterior com Maquiavel quando este introduz *l'arte dello Stato* e pouco depois com Giovanni Botero quando ele discorre sobre *la ragion di Stato*), surge indubitavelmente relacionado com políticas assumidas pelos Estados. E, utilizando o conceito a propósito de motivações económicas assumidas pelo Estado Romano, convirá restringir tal utilização de modo a não confundir os interesses que lhes estão associados com outros interesses, também económicos, mas que não têm nada de mercantil. Esses interesses não mercantis podem ser localizáveis entre os benefícios económicos acima referidos: a anexação de terras, a apropriação de espólio, a redução à escravatura dos vencidos e mesmo as imposições de reparações de guerra e a cobrança de tributo às populações submetidas. Em contrapartida, os interesses mercantis, quando já existentes e beneficiando do apoio, mesmo promocional, do Estado Romano, estariam no final do século III a.C. num estágio de desenvolvimento relativamente incipiente⁵⁵² (diversamente do que sucedia em Cartago, em que tais interesses estavam amplamente representados e até teriam assumido um papel

⁵⁵² A promulgação da *Lex Claudia* em 218 a.C. (que corresponderá à lei referida em Liv. 21.63 que proibiu os senadores e os seus filhos de serem proprietários de navios com uma capacidade superior a 300 ânforas) terá constituído um indicador de que os interesses mercantis estavam em desenvolvimento no próprio seio da classe dirigente. Vai também no mesmo sentido a proibição da participação dos senadores em contratos que envolviam interesses financeiros fora do domínio agrícola (proibição eventualmente integrada na *Lex Claudia*). Ver a tal propósito Harris (1991, 66-7, 80). Em Toynbee (1965b, 186-89) é referido que a iniciativa do processo relativo à *Lex Claudia* foi de um tribuno da plebe, Quinto Cláudio, incitado por Gaio Flamínio (o grande derrotado por Aníbal em Trasimeno), o qual, quando tribuno da plebe em 232 a.C., havia sido proponente de medidas visando a distribuição de terras a famílias camponesas no *ager Gallicus et Picenus* (ver *supra*, nota 509). Segundo Toynbee, havia a possibilidade de escapar às disposições da *Lex Claudia* utilizando nas transacções o nome de um representante (habitualmente um escravo ou um liberto) em vez do próprio, o que fazia com que, na prática, qualquer senador pudesse não só dedicar-se a actividades comerciais no domínio marítimo como a qualquer outro tipo de negócio. Mas, na realidade, a existência da *Lex Claudia* acabou por ter efeitos no sentido desejado, desviando realmente os ímpetus dos membros da ordem senatorial de domínios que se foram desenvolvendo, como as actividades mais associadas à expansão urbana, para investimentos nas actividades económicas da área rústica (o que era indispensável à elite governante, que só podia dedicar o seu tempo à respectiva actividade – e à promoção do seus méritos junto dos eleitores – se os rendimentos que lhes estavam associados estivessem garantidos). Por seu lado, a nova classe de negócios romana, embora favorecida no respeitante a investimentos nas áreas urbana e marítima, acabou também por investir na área rústica, mas mais por razões de prestígio associadas à propriedade da terra do que por desejo de obter lucros. Há, por outro lado, referências sobre a hipótese de a *Lex Claudia* ter tido como objectivo o favorecimento de uma classe de homens de negócios que se teria eventualmente formado no decurso da Primeira Guerra Púnica. Em tal contexto, os interesses de tal classe, já poderosa, teria tido o apoio de políticos (como Flamínio) que defendiam os interesses dos camponeses, procurando em particular promover o aumento das distribuições viritanas. Ver a tais propósitos Toynbee (1965b, 196, 249-50, 350-51) e Nicolet (2000, 26-34). Em Schiavone (2002, 85-6), por outro lado, dá-se relevo a uma observação feita por Filippo Càssola, segundo a qual o que a lei procurava evitar era que os grandes comerciantes e outros negociantes pudessem aceder às magistraturas superiores e ao senado, mantendo as respectivas funções sociais sem sequer ter pelo menos convertido previamente em terras os resultados dos seus ganhos.

fundamental na fundação do Estado Cartaginês). No caso romano, a simples defesa (ou a tomada de medidas retaliatórias) de comerciantes romanos ou italianos face a ataques de piratas ou de outros estados – como sucedeu já depois da Primeira Guerra Púnica após as ocorrências que foram referidas *supra* relativas aos comerciantes italianos que haviam sido aprisionados por Cartago quando efectuavam transporte de abastecimentos para os seus inimigos e na sequência dos ataques, também a comerciantes italianos, que haviam sido da autoria de piratas ilírios – só muito dificilmente poderá ser classificada como de inspiração mercantilista. O Estado Romano ter-se-á em princípio limitado a defender cidadãos (e os seus interesses, fossem eles mercantis ou outros) dos territórios que controlava, mesmo que tal defesa visasse no fundo a sua expansão imperialista. A assunção, por outro lado, de interesses mercantis por um Estado, revelando em particular uma forte influência sobre as suas instituições de indivíduos (ou mais frequentemente grupos organizados) que procuram satisfazer tal tipo de interesses (denotando, portanto, motivações económicas de natureza “mercantilista”), poderá envolver áreas que habitualmente não são tidas como mercantis. Terá sido o caso, por exemplo, da orientação política do Estado Romano no que respeita às actividades económicas desenvolvidas na ilha de Delos no século II a.C., que incluíam o comércio organizado de escravos (que é necessário distinguir da acima referida “redução à escravatura dos vencidos”, tomada como não mercantilista)⁵⁵³, ou ainda no que concerne medidas no sentido de favorecer as exportações italianas de azeite e vinho em período posterior àquele (que não podem ser confundidas com as políticas senatoriais que promoviam ou protegiam a anexação – mesmo abusiva – de terras pelas classes superiores, terras essas que em grande parte terão precisamente sido afectadas ao cultivo de oliveiras e vinhas)⁵⁵⁴.

As situações acabadas de referir contribuem para nos fazer intuir que – no que respeita aos casos de natureza mais propriamente de promoção pelo Estado Romano de interesses na esfera que vai além das áreas mais arcaicas (que incluem a anexação de território, a apropriação de espólio nas suas diferentes formas, a escravatura e mesmo vários tipos de tributação) e que incluirão o comércio e a finança (na perspectiva, portanto, mercantilista) – será preciso aguardar por períodos mais tardios

⁵⁵³ Sobre Delos, ver Carmo (2017, 113-14).

⁵⁵⁴ Sobre as exportações de azeite e vinho, ver, em termos muito gerais e referindo-se sobretudo ao século II a.C. e períodos posteriores, Andreau (2010, 82-95). No que concerne especificamente a vinha, referir-se-ão Tchernia (1986) e Purcell (1985).

e estudá-los para identificar adequadamente tais interesses. Mas não se poderá deixar desde já de fazer duas observações que condicionam, em tempos mais recuados, os domínios em causa. Em primeiro lugar, no que concerne o comércio, haverá decerto a considerar não unicamente aqueles interesses particulares de quem o praticava mas também os da comunidade, nesse particular sendo oportuno evidenciar situações que vinham já desde tempos arcaicos e que correspondiam ao abastecimento em cereais da cidade de Roma; parecerá sem dúvida incorrecto que as iniciativas do Estado Romano no sentido de assegurar tal abastecimento sejam entendidas como mercantilistas⁵⁵⁵. Em segundo lugar, no que respeita aos interesses de natureza financeira, dever-se-á dar relevância ao facto de que um passo importante para o seu desenvolvimento terá sido dado no período entre o final do século IV e as primeiras décadas do século seguinte com os inícios da cunhagem de moeda em que o Estado Romano interveio.

Neste último propósito pode-se concluir, ainda na análise de Cornell, que a consulta das fontes literárias nos dá detalhes de acontecimentos políticos e referências ocasionais relativas a outras matérias, ou seja, informação de natureza episódica. Aquilo, porém, de que o historiador não dispõe mas de que necessita com urgência é de dados quantitativos de natureza fidedigna. Só com estatísticas de qualidade será possível começar a avaliar questões como as consequências das devastações da guerra anibálica nas economias do Sul e do Centro da Itália, as tendências demográficas, o desenraizamento do campesinato, o desenvolvimento da economia de mercado e das áreas urbanas, etc. etc.

⁵⁵⁵ Relativamente a outra das partes envolvidas no processo do abastecimento – os interesses propriamente mercantis – eles ter-se-ão desenvolvido, de acordo com Harris (1991, 62), muito rapidamente após a fundação da colónia marítima de Óstia cerca de 338 a.C., portanto em tempos próximos da fundação de outra colónia marítima, Âncio (ver *supra*, secção 5.1.3.). Atribui-se, contudo, alguma probabilidade a que, antes da fundação, já existisse um ponto romano de controlo (não necessariamente relacionado com o comércio) nas proximidades da colónia, que estaria inicialmente associado às salinas existentes e posteriormente ao trânsito entre Roma e o Tirreno (que teria assumido maior importância nos períodos em que a cidade estava mais dependente de fornecimentos de cereais provenientes da Campânia, da costa etrusca ou mesmo da Sicília). Outras preocupações surgiram em meados do século IV quando a cidade etrusca Cere, que até então de algum modo exercia controlo sobre eventuais incursões, em particular de piratas, na costa nas proximidades da foz do Tibre, deixou de conseguir exercer tal função. A construção de um campo fortificado, entre a costa e o rio, ter-se-á então justificado, com Óstia a passar a servir necessidades de defesa além das de comércio que, entretanto, ganhavam importância. Ver a este propósito, os detalhes que são dados em Meiggs (1973, 16-27).

6.4. A SEGUNDA GUERRA PÚNICA

As situações de expansão imperialista romana não encontraram obstáculos de maior nas oportunidades que no imediato surgiram após o sucesso de 241 a.C., momento aliás em que a vitória sobre Cartago conduz não só à confirmação do controlo da Sicília como à afirmação do poder marítimo do nascente império. Isso não obstante a ocorrência de pesadas perdas humanas e em navios. Logo após esse momento, Roma, que já controlava todo o território da Itália continental actual com excepção da planície do Pó e do território lígure, impõe a sua hegemonia sobre a Córsega e a Sardenha. Nas cerca de duas décadas que se seguem, a expansão prossegue, em Itália, visando a norte a Ligúria e os Gauleses, e, fora da Itália, a costa do outro lado do Adriático.

Na sequência da derrota frente a Roma e após ter superado as dificuldades que lhe foram criadas pela revolta dos mercenários, Cartago, porém, reagiu. Sob a liderança de Amílcar Barca, logo em 237 a.C., retomou a sua expansão imperialista na Hispânia, onde em breve controlava extensos recursos: minas de prata, explorações agrícolas, mão-de-obra local. O que foi complementado por um domínio em profundidade do território ibérico e lhe permitiu a construção de instalações militares e de estaleiros navais que haveriam de se revelar essenciais para enfrentar no futuro o inimigo romano. Não se trataria apenas, para os Cartagineses, de compensar a perda das três grandes ilhas do Mar Tirreno. Era necessário reunir condições para enfrentar Roma caso – o que se afigurava bastante provável – viesse a ser desencadeada uma nova guerra. No passado, Cartago já havia tido uma presença na Hispânia, mas não tinha adquirido um controlo político e militar como o que foi desenvolvido pelos Barcas. A prioridade tinha sido dada aos interesses comerciais. Com os Barcas, foi-se mais longe e, para além da exploração directa das minas de prata, a expansão na Península conduziu a extorsões de espólio e outras exacções que reforçaram consideravelmente as finanças púnicas. Também a disponibilidade de recursos humanos para fins militares foi ampliada de modo significativo dadas as alianças estabelecidas com as comunidades do interior ibérico.⁵⁵⁶ Em 226-225 o novo império já

⁵⁵⁶ Rich 1996, 14-8; Beck 2011, 235; Barceló 2011, 359-63. Pedro Barceló dá em particular relevo à existência de dois centros principais de interesses na sociedade cartaginesa, o primeiro representando a aristocracia rural («...who had an interest in the extension of Carthage's *chora* and the increase of tributes from Lybian tribes that would follow. The kingdom of the Ptolemies, which rewarded the ruling classes with legendary riches by exploiting the labor of the Egyptian population, was most likely the model for the efforts of the Carthaginian aristocracy to extend its power base at the expense of the Numidian population.») e o segundo virado para a exploração de territórios além mar («... and sought compensation for the [lost] possessions in Sicily and Sardinia, by establishing a new *epikrateia* in Iberia

incluiria as partes mais férteis da Hispânia no Médio e Baixo Bétis (actual Guadalquivir), com os distritos mineiros mais ricos a estarem situados nas regiões montanhosas entre o estuário do Segura (rio cuja foz se encontra a nordeste de Nova Cartago, a cerca de 70 km de distância) e o curso superior do rio Bétis. Estas eram áreas que estavam entre as mais importantes da extracção de minérios da Antiguidade e incluíam as minas de Rio Tinto, os grandes depósitos de cobre, ferro e prata (esta constituindo uma exploração particularmente lucrativa) numa região perto de Villaricos (povoação a cerca de 100 km a sudoeste de Cartagena, designação actual de Nova Cartago), além dos muito lucrativos depósitos perto de Nova Cartago. As novas instalações portuárias estavam situadas numa localização favorável, não só no respeitante às referidas áreas mineiras como também relativamente aos transportes marítimos para Cartago. Roma estaria informada desta evolução por Massília, cidade que mantinha empórios a norte do Ebro.⁵⁵⁷ Por outro lado, no que concerne os objectivos estratégicos de Cartago dever-se-á ter em atenção que, além do que acaba de ser referido relativamente ao controlo da Península Ibérica, em particular as suas minas de prata e o seus recursos humanos, a prioridade máxima estaria na defesa do seu domínio africano, não só a base das suas actividades mercantis mas também onde se situavam as valiosas explorações agrícolas da sua aristocracia.⁵⁵⁸ Em tal contexto, a sua classe dirigente não poderia esquecer a fragilidade que foi revelada nessa área em períodos anteriores face às invasões de Agátocles e dos exércitos romanos (ver *supra*).

No que respeita à atitude romana face a estes desenvolvimentos, ela evoluiu no tempo, com uma primeira reacção a ter lugar ainda em vida de Amílcar, portanto antes da sua morte, que ocorreu cerca de 229 a.C. Confrontado por uma embaixada romana com questões sobre as razões do grande esforço que Cartago estava a desenvolver na expansão do seu domínio na Hispânia, Amílcar ter-se-á limitado a responder que tal esforço era necessário para fazer face aos pagamentos a Roma que o tratado de 241 impunha⁵⁵⁹. Com os desenvolvimentos posteriores desse mesmo processo expansionista, já dirigido pelo sucessor de Amílcar (Asdrúbal, o seu genro), os Romanos, tendo percebido subitamente que Cartago estava a construir um império maior e mais poderoso do que aquele de que havia disposto previamente, procuraram reduzir o ímpeto dos Púnicos levando, por um

... At the same time this ambitious project opened new perspectives for commercial interests allied with the Barcids (shipbuilders, traders, artisans, etc.) who had suffered under the Mercenaries' Revolt»).

⁵⁵⁷ Ver, a este respeito, Bringmann (2013, 74).

⁵⁵⁸ Ver a este propósito Barceló (2011, 362-63), com a respectiva nota 8 a remeter para Fronda (2011).

⁵⁵⁹ Rich 1996, 17; Hoyos 2011, 216; Rosenstein 2012, 120.

lado, Asdrúbal a assinar (cerca de 226-225) um tratado que comprometia Cartago a não assumir iniciativas guerreiras além Ebro e, por outro, estabelecendo relações de amizade com Sagunto, uma cidade situada a sudoeste desse rio⁵⁶⁰. A razão apresentada por Políbio para justificar a pouca firmeza romana estaria na ameaça que os Romanos sentiam, vinda dos Gauleses⁵⁶¹, sendo de destacar que a liberdade que o tratado dava aos Púnicos para estenderem o seu controlo até ao Ebro só poderá ter justificação face à preocupação romana (em 226-225) em impedir, precisamente, que a outra parte pudesse juntar forças com os Gauleses⁵⁶². Com o assassinato de Asdrúbal em 221 a.C., Aníbal, filho de Amílcar, assumiu a governação do domínio cartaginês na Hispânia, fazendo avanços espectaculares no seu interior, subindo para norte e atravessando os rios Tejo e Douro. Com uma vitória convincente sobre a tribo dos Carpetanos e os seus aliados, nenhum povo a partir de então ousou desafiar os Púnicos excepto os Saguntinos, confiantes na protecção romana⁵⁶³. A situação então evoluiu com o ataque de Aníbal a Sagunto, sem reacção de Roma até à sua conquista em 219 a.C., a que se seguiu a passagem do Ebro pelo exército púnico⁵⁶⁴.

Vendo assim prejudicados os seus objectivos estratégicos (no caso de Sagunto, perdendo, conforme referido, um aliado que poderia constituir uma potencial base de operações para contrariar a crescente influência cartaginesa na Hispânia), Roma considerou ter bases legais seguras para apresentar um ultimato aos Cartagineses, o que

⁵⁶⁰ Plb. 2.13, 3.27. Ver também Hoyos (2011, 216-19). Segundo Liv. 21.2, o tratado incluía ainda uma disposição que impunha aos Cartagineses não atentarem contra a independência de Sagunto, o que pressupõe que o momento do estabelecimento de relações entre esta cidade e Roma (no sentido de promessa de protecção) precedeu o tratado. Em Plb. 3.30 há uma referência ao momento em que Sagunto se coloca sob a protecção de Roma (vários anos antes do tempo de Aníbal), o que não afasta a hipótese de esse momento ser anterior à celebração do tratado.

⁵⁶¹ Conforme referido *supra*, secção 6.3.2.

⁵⁶² Rosenstein 2012, 120-21. Dever-se-á salientar que Sagunto estava situada a meio caminho entre Nova Cartago e o rio Ebro, ainda longe do território que, na altura da celebração do tratado, os Cartagineses controlavam. A possível inconsistência dessa liberdade concedida aos Púnicos face à protecção que teria sido prometida a Sagunto é analisada com alguma profundidade em Rosenstein (2012, 121-27).

⁵⁶³ Bringmann 2013, 75. E tal desafio terá consistido (segundo é referido em Plb. 3.15 como sendo argumentação posterior de Aníbal em resposta a pedidos romanos de explicação) na efectivação de ataques a tribos que estavam sujeitas a Cartago.

⁵⁶⁴ Aníbal estaria convicto que a eliminação de Sagunto era necessária, dado essa cidade poder constituir um ponto de apoio para uma futura intervenção romana. Terá, em tal contexto, assumido que o envolvimento militar romano na Planície do Pó e na costa dalmata impediria que fosse prestada ajuda aos Saguntinos e, assim, cercou essa cidade, obtendo sucesso após oito meses. Por outro lado, esperando que Roma continuasse a não poder intervir, avançou para além Ebro na primavera de 218, à primeira vista com o objectivo de submeter as tribos ibéricas até aos Pirenéus. Naturalmente que, ao cruzar o Ebro, Aníbal pôs em causa os interesses vitais romanos no sentido de impor limites à expansão cartaginesa e impedir possíveis intervenções no conflito que decorria na Planície do Pó. Ver a este propósito Bringmann (2013, 76).

foi feito com o envio de uma embaixada a Cartago. A declaração de guerra a Cartago, teve então lugar na primavera de 218.⁵⁶⁵

A invasão da Itália por Aníbal, que se seguiu à passagem do Ebro, poderá ter tido como principal objectivo pressionar Roma de modo a impedi-la de tomar a iniciativa em África ou na Península Ibérica ou, pelo menos, reduzir os efectivos militares que seriam afectados a tais diligências⁵⁶⁶. De facto, as enormes dificuldades que Roma experimentou na própria Itália nos anos que se seguiram a 218 a.C. foram tais que só a partir de 209 os exércitos que enviou para a Hispânia conseguiram passar com sucesso à ofensiva e que só em 204 se tornou possível contra-atacar no território africano de Cartago. Dificuldades romanas que foram aliás agravadas por outras invasões militares provenientes de forças cartaginesas oriundas da Península Ibérica (Asdrúbal Barca em 208 e Mago Barca em 205). Todo este esforço militar por parte de Cartago foi possível não só devido à estratégia de recrutamento de aliados (na Hispânia, na própria Itália e mesmo entre os Gregos) como também em função dos vastos recursos que provinham das explorações mineiras já referidas e da tributação e das explorações agrícolas existentes no Norte de África.⁵⁶⁷

⁵⁶⁵ Beck 2011, 230-31, 240. O ultimato consistiu em impor que, em troca da manutenção da paz, os responsáveis pela agressão a Sagunto (Aníbal e os seus conselheiros) fossem entregues a Roma e o exército cartaginês recuasse para aquém Ebro. Ver desenvolvimentos, a esse propósito, em Rich (1996, 18-34). Por outro lado, em Rich (1996, 3-14) é feita uma análise crítica das fontes antigas sobre as causas da guerra (dando naturalmente bastante destaque à conquista de Sagunto por Aníbal e à sua passagem além Ebro, assim como às embaixadas romanas a Cartago e a Nova Cartago) e sobre as respectivas interpretações modernas (algumas das quais o autor considera que levantam mais problemas do que resolvem). Rich acaba por considerar que a extensa atenção que Políbio dá a tais questões (que vai muito além da referência dada acima) é de qualidade, não havendo alternativa viável noutras fontes. Isso não obstante as excessivas simplificações que se encontram no seu texto e algumas inconsistências senão mesmo contradições. Por outro lado, o texto citado de Rich revela, além dos casos de Sagunto e do Ebro, uma atenção dada pelas fontes e por alguns autores modernos (que poderá ser considerada excessiva ou inapropriada) a possíveis influências sobre as causas da guerra de factores de natureza psicológica ou psico-social, quando o que pareceria adequado seria dar atenção prioritária a razões de Estado. Como de modo bem claro é feito em Mazzarino (2003, 120): «Noi non dobbiamo dimenticare che tanto a Roma come a Cartagine sono due imperialismi. E due imperialismi in eguale misura – se anche per diversi presupposti – possenti: due imperialismi, che assai difficilmente potranno a lungo convivere insieme». Neste tipo de considerações convém ter presente a distinção que em Plb. 3.6 é feita entre causas das guerras e os seus começos ou os meros pretextos, embora a leitura de Políbio não tenha impedido as interpretações modernas da Segunda Guerra Púnica de ignorarem frequentemente essa distinção.

⁵⁶⁶ De facto, os Romanos tinham como plano, após a declaração da guerra, o envio de um corpo expedicionário para África (objectivo a que se começou a dar cumprimento com o envio de um dos cônsules para a Sicília), enquanto outro exército consular se deveria deslocar ao longo da costa mediterrânea até à Hispânia. Ver Bringmann (2013, 76).

⁵⁶⁷ Barceló 2011, 362-64.

6.4.1. O início da guerra: combates na Hispânia, na Planície do Pó e avanço cartaginês para Sul

Aníbal Barca, procurando frustrar o plano romano e após deixar uma parte do seu exército na Hispânia, avançou para os Alpes no final do verão de 218. Mas as referidas dificuldades experimentadas pelos Romanos em Itália começaram com o que terá constituído um incentivo aos Boios e Ínsubres para se revoltarem (ver *supra*) e os levou a atacarem Placência e Cremona, fazendo os colonos dessas cidades procurar refúgio em Mútina.⁵⁶⁸

Após a passagem dos Alpes, que decorreu com enormes dificuldades – associadas às questões geomorfológicas e a embates com tribos nativas – que implicaram baixas consideráveis, Aníbal chegou a Itália com um exército de cerca de 20 mil soldados e 6 mil cavaleiros⁵⁶⁹. Antes da travessia, Aníbal havia contudo evitado um confronto com o cônsul romano – Públio Cipião – que se dirigia para a Hispânia, o que levou este último a recuar para o Norte da Itália (deixando no entanto seguir uma parte muito substancial do seu exército, constituída por cerca de 25 mil homens e comandada pelo seu irmão Gneu, para o seu destino inicial; as forças romanas incluíam também uma frota de algumas dezenas de quinqueremes)⁵⁷⁰. As primeiras batalhas tiveram lugar na Planície do Pó, nos rios Ticino e Trébia, com vitórias cartaginesas, nesta última batalha tendo Aníbal já podido contar com reforços de forças gaulesas, incluindo algumas que haviam desertado das forças romanas. Vitórias que levaram à evacuação romana para Placência⁵⁷¹. Na Hispânia, por outro lado, os Cartagineses enfrentavam embaraços face aos progressos do exército comandado por Gneu Cipião, não só face à instalação romana na área do porto de Tarraco (cuja cidade é actualmente designada Tarragona) mas também devido a uma derrota que esse general infligiu a um exército a norte do Ebro, com a captura do seu general; um outro exército púnico (comandado por Asdrúbal, irmão de

⁵⁶⁸ Liv. 21.25.

⁵⁶⁹ Plb. 3.56. Estes dados numéricos, juntamente com outros referidos em Plb. 3.33, foram mencionados pelo próprio Aníbal numa plaqueta de bronze encontrada no sul de Itália (ver também a este propósito o que é referido na parte final desta referência por Políbio).

⁵⁷⁰ Edwell 2011, 321; Liv. 21.32; Plb. 3.48. A ideia de Públio era manter o objectivo inicial de combater a presença cartaginesa na Hispânia e atingir rapidamente a Itália para, com as legiões que se encontravam na Planície do Pó, enfrentar Aníbal logo após a sua descida dos Alpes.

⁵⁷¹ Plb. 3.65-74. Na batalha de Trébia também os Romanos puderam já contar com o exército do cônsul que havia sido deslocado da Sicília para o efeito (Plb. 3.68), o que naturalmente significou o cancelamento da expedição a África que havia sido programada (Plb. 3.61). Sobre a retirada para Placência, onde havia fortificações que permitiram aos Romanos resistir e defender os abastecimentos que aí se encontravam, ver Liv. 21. 56-57, 59.

Aníbal) interveio temporariamente sem grande sucesso a norte do Ebro, o que conduziu Gneu a combater os respectivos aliados locais (final de 218 a.C.). Mais tarde, já na primavera do ano seguinte, o general romano infligiu uma derrota naval aos Cartagineses (capturando uma parte considerável da frota inimiga e passando a dominar toda a costa) seguida de incursões que atingiram Nova Cartago e as Baleares (procedendo a destruições nos territórios adjacentes e, sobretudo no norte, conseguindo submissões dos povos locais). Alguns meses depois, Públio Cipião, agora investido de *imperium* proconsular, veio reforçar com mais navios e homens (oito mil soldados), este exército vitorioso, o qual conseguiu avançar para sul (num contexto em que os Cartagineses se defrontavam com revoltas das populações hispânicas, sobretudo dos Celtiberos), deslocando-se até aos arredores de Sagunto, onde conseguiram obter mais apoios das populações hispânicas (como resultado da sua participação na libertação de reféns retidos nessa cidade). O que teve como consequência, face não só às derrotas sofridas mas também às dificuldades resultantes em manter a lealdade de muitas tribos hispânicas (algumas passando a apoiar os Romanos), que Asdrúbal se tenha visto impossibilitado, conforme veio a ser desejo de Cartago em meados de 216 (e não obstante os reforços recebidos de África), de seguir para Itália para reforçar Aníbal. Assim, as esperanças cartaginesas na guerra ficaram mais dependentes da manutenção da iniciativa de Aníbal na Itália. Na própria Hispânia, a imprecisão ou a falta de referências nas fontes não permite compreender a razão porque as dificuldades experimentadas por Asdrúbal com os seus aliados hispânicos não foram aproveitadas pelos comandantes romanos para desestabilizar ainda mais a situação dos púnicos.⁵⁷²

Por outro lado, o que aparentava, após as vitórias sobre Roma na planície do Pó, vir a constituir um apoio muito significativo para Aníbal (estima-se que nessa altura entre 30 e 40 mil Gauleses reforçaram o seu exército), revelou-se insuficiente ou mesmo ilusório⁵⁷³ e o general cartaginês terá decidido procurar apoios mais sólidos no Sul da Península. A sua estratégia orientou-se então no sentido de, por um lado, levar os aliados de Roma

⁵⁷² Bringmann 2013, 77; Edwell 2011, 321-22; Hoyos 2015, 165-67; Liv. 21.60-61, 22.19-22, 23.26-29. Poder-se-á concluir que, não obstante as derrotas sofridas pelos Romanos no Norte da Itália, a decisão de Públio Cipião de manter o envio das legiões confiadas ao irmão para a Ibéria revelou-se acertada face à impossibilidade que veio a ser criada de Asdrúbal reforçar Aníbal na Itália no imediato. Ver a esse propósito Zimmermann (2011, 283-84).

⁵⁷³ Ver a esse propósito Plb. 3.78-79. Os Gauleses revelaram inconstância, alternando entre o desejo de avanços para sul que lhes permitisse proceder a saqueios e a intenção de recuar, após a marcha nesse sentido ser iniciada, face às enormes dificuldades encontradas no percurso.

nessa área a revoltarem-se e, por outro, cercar Roma de modo a confinar o seu controlo a uma muito mais reduzida extensão de território.⁵⁷⁴

Face às intenções de Aníbal, os Romanos decidiram proteger a Itália Central com o estacionamento de um exército consular em Arimino e de um segundo exército, sob o comando de Gaio Flamínio, perto de Arécio. O que não impediu a transposição dos Apeninos (início de 217) por parte de Aníbal, obrigando Flamínio a segui-lo e a acabar por cair na armadilha que aquele lhe montou (Junho de 217), com o que sofreu uma derrota estrondosa na batalha do Lago Trasimeno (acompanhado nesse revés por um contingente de 4 mil cavaleiros enviado de Arimino para o reforçar)⁵⁷⁵. O exército cartaginês seguiu depois para a costa adriática, onde ficou algum tempo com o objectivo de restaurar as forças dos seus soldados, antes de seguir para a região da Dáunia (que devastou) e ter montado o seu acampamento no território de Arpos.⁵⁷⁶

Foi a seguir à derrota de Trasimeno que as primeiras medidas de correcção à abordagem romana à guerra foram tomadas pelo senado: sobretudo, para além de medidas do foro religioso em que se destacavam os sacrifícios aos deuses, a nomeação de um ditador (*Quintus Fabius Maximus Verrucosus*; *Marcus Minucius* foi o seu *magister equitum*)⁵⁷⁷, que será no que segue designado por *Cunctator* (Retardador, Protelador ou “o que adia”) para o distinguir de outros membros (antecessores e sucessores) do clã patrício dos Fábios e para ter presente a sua estratégia face a Aníbal de evitar confrontos de carácter decisivo. Essa estratégia viria a dar prioridade aos ataques às linhas de abastecimento do adversário, aceitando apenas embates menores em terreno favorável, de algum modo adoptando táticas que mais modernamente são atribuídas às acções de guerrilha. Na concretização inicial dessa estratégia, o *Cunctator* dirigiu-se para o Adriático (com 4 legiões, recrutadas

⁵⁷⁴ Hoyos 2015, 129; Bringmann 2013, 80-81.

⁵⁷⁵ Zimmermann 2011, 284-85; Plb. 3.80-86. Políbio dá destaque, como já o havia feito a propósito das derrotas em Ticino e Trébia, ao afã dos generais romanos no sentido de conseguir derrotar Aníbal em proveito próprio, na busca de glória não partilhada com outros generais que estariam em condições de reforçar os respectivos exércitos. Sobre em geral a conexão, em Roma, entre serviço público e distinção social, as ambições pessoais dos nobres e a competição aristocrática pela glória da vitória, ver Beck (2011, 237-39). Esse fenómeno de competição aristocrática, por outro lado, conduzindo a dificuldades com as substituições dos altos comandos que tinham lugar no início de cada ano, alimentava a luta de facções no senado e punha em risco o desenvolvimento adequado das operações militares. A manutenção, contudo, do senado como o centro da decisão política e a sua acção no respeitante a problemas de grande gravidade que a República veio a defrontar não deixaram de ter de um modo geral efeitos altamente positivos. Ver a tal propósito Naco del Hoyo (2011, 378-79).

⁵⁷⁶ Plb. 3.86-88. Aníbal ameaçou a colónia de Lucéria, mas limitou-se a devastar o território circundante. Para visualizar o percurso referido de Aníbal e os territórios referidos, ver *supra*, Mapa 6.3, com o exército a partir da Etrúria, atravessando a Úmbria e instalando-se inicialmente no território dos Picentes ou dos Vestinos, partindo em seguida ao longo da costa adriática até às cercanias de Arpos e Lucéria.

⁵⁷⁷ Plb. 3.87.

nessa situação de emergência, e que foram reforçadas no seu percurso com o exército proveniente de Arímínio que inicialmente havia sido destinado a reforçar Flamínio) e instalou-se perto de Aníbal, procurando perturbá-lo no seu objectivo de capturar cidades aliadas e colónias latinas.⁵⁷⁸ Reconhecendo a inferioridade das suas forças militares relativamente às cartaginesas⁵⁷⁹, Fábio Máximo manteve-se inamovível face aos desafios de Aníbal para o levar a embates em campo aberto, limitando-se a segui-lo, calcorreando terrenos mais elevados, quando ele se pôs em marcha através de territórios romanos ou dos seus aliados. A intenção mais clara do general cartaginês era criar instabilidade, o que poderia permitir-lhe não só levar para o seu lado os aliados de Roma mas também criar condições para que os próprios cidadãos romanos das áreas atingidas exercessem pressão no sentido de o senado se decidir por acções mais directas que conduzissem a batalhas em campo aberto.⁵⁸⁰ Após alguns meses fora da Apúlia, o exército cartaginês regressou carregado de espólio e de suprimentos, com o objectivo de os armazenar em lugar protegido e passar o inverno em segurança. Foi um momento em que o *Cunctator* tentou, aproveitando-se de uma configuração do terreno que lhe era favorável, colocar o seu adversário em desvantagem. Aníbal superou, no entanto, as dificuldades e foi em tal contexto que Fábio Máximo teve pouco depois de se deslocar a Roma deixando o comando entregue ao seu *magister equitum*,⁵⁸¹ o qual veio posteriormente a confirmar ter ideias diferentes no que respeita ao modo de enfrentar o exército cartaginês. Já com o exército cartaginês instalado em Gerúnio, nas proximidades de Lucéria, e ocupado em

⁵⁷⁸ Plb. 3.87-88; Bringmann 2013, 77-8.

⁵⁷⁹ O exército romano incluía numerosos recrutas de muito limitada experiência de batalha, sendo nesse aspecto muito inferior ao cartaginês. Outro aspecto em que a inferioridade romana estava patente era no domínio das forças de cavalaria que, já menos numerosas que as cartaginesas no início do conflito, viram o seu potencial ser ainda reduzido com a eliminação do contingente, referido *supra*, de 4000 cavaleiros enviados de Arímínio para reforçar o exército de Flamínio. Essa vantagem do exército cartaginês seria muito presumivelmente, a par do génio tático de Aníbal, elemento essencial para afirmar a sua superioridade em terrenos planos. No que respeita a vantagens atribuíveis à parte romana, será necessário destacar os vastos recursos humanos a que podiam recorrer e também a maior disponibilidade de abastecimentos para os seus efectivos militares. Ver a tais propósitos Plb. 3.89-90, 106.

⁵⁸⁰ Batalhas em que Aníbal sabia que teria vantagem. Assim, o seu percurso após sair da Apúlia incluiu uma passagem pelo território samnita, com ataques e saqueios nas áreas de Venúsia e Benevento, a que se seguiu a entrada na Campânia, nomeadamente com instalação junto ao rio Volturno e acções agressivas no *ager Falernus* e nas cercanias de Cápua, onde a presença de cidadãos romanos era significativa (Plb. 3.90-92). A tal propósito refere-se em Fronda (2011, 250): «The core elements of [the] strategy are found in Hannibal's response to the so-called Fabian Strategy. In 217, he led his army into the *ager Falernus* and devastated this fertile region. According to Polybius ... Hannibal figured this would bring about one of two responses: either the Romans would be compelled to fight a pitched battle, or he would demonstrate that they had surrendered the open field to him. This in turn would shock the Italians and encourage them to defect.»

⁵⁸¹ Plb. 3.92-94.

complementar os seus haveres em suprimentos com colheitas nos campos próximos e respectivo armazenamento em segurança, Minúcio ousou atacar, com sucesso, não só alguns dos efectivos cartagineses dispersos, mas também um pequeno destacamento, ameaçando mesmo o próprio acampamento de Aníbal.⁵⁸² Foi este conjunto de situações, articuladas entre insucessos e expectativas de contrariar as investidas cartaginesas, que preparou o terreno para a reacção romana que conduziu à batalha de Canas.

Revelou-se na altura claro que as manobras do *Cunctator* não satisfaziam Roma e tanto o senado como as assembleias populares tiveram então a oportunidade de alterar o estado de coisas com o termo da ditadura que ocorreu no final do ano. O processo de eleição dos novos cônsules foi a ocasião em que o debate de opiniões sobre a estratégia a seguir teve lugar. Se, a seguir, o resultado verificado nas eleições parecia traduzir uma ausência de firmeza na escolha a fazer (um dos cônsules, Terêncio Varrão, ansiava por uma batalha decisiva enquanto o outro, Emílio Paulo, optava pela manutenção da abordagem cautelosa do *Cunctator*), a decisão que veio a ser tomada pelo senado não deixou dúvidas. Havia que passar ao ataque, procurando uma vitória que levasse à conclusão da guerra. Foram afectadas a tal esforço 8 legiões, o que, com as forças dos aliados, conduziu à disponibilidade de 80 mil soldados de infantaria e cerca de 6 mil cavaleiros.⁵⁸³ Esse exército foi lançado no terreno na primavera de 216 sob o comando dos dois cônsules,

⁵⁸² Plb. 3.100-103. Na opinião de Políbio esse sucesso de Minúcio foi transmitido a Roma em termos exagerados, o que contribuiu para que os partidários de uma maior agressividade face a Aníbal ganhassem força e que as críticas ao *Cunctator* subsissem de tom. Esse contexto conduziu a que a assembleia popular atribuísse, numa decisão inédita, o posto de co-ditador a Minúcio e que, após o regresso de Fábio Máximo ao seu posto, tivesse havido a divisão do exército romano em duas metades repartidas pelos dois ditadores. Foi uma situação que veio a favorecer mais uma iniciativa de Minúcio nas proximidades de Gerúnio (sobre a atitude de Minúcio, ver o discurso que lhe é atribuído em Liv. 22.14) em resposta ao que se revelou ter sido uma emboscada engendrada por Aníbal e que conduziu a um princípio de desastre para as forças comandadas por aquele, o qual só terá sido travado pelo socorro prestado por Fábio. Ver Plb. 3.104-105 e, para o conjunto da situação que se desenvolveu desde a nomeação do *Cunctator*, considerar a análise desenvolvida em Rosenstein (2012, 136-40). Por outro lado, em Erdkamp (1992), é feita uma análise crítica profunda do que se passou na Segunda Guerra Púnica entre Trasimeno e Canas, com o objectivo nomeadamente de compreender o contexto que conduziu à definição da estratégia a seguir pelos generais romanos para a batalha que viria a ter lugar precisamente nessa última localização. Erdkamp defende que a descrição por Políbio do que se passou até Canas é mais consistente do que a situação tal como relatada por Tito Lívio, em particular no que respeita aos pretendidos sucessos da estratégia do *Cunctator*. Erdkamp chama ainda a atenção, além de outros aspectos, para que o decreto do ditador que ordenava a evacuação das localidades não fortificadas e outras medidas (como a deslocação de populações para zonas menos expostas a Aníbal, a destruição de casas e abastecimentos em risco de cair em poder dos Cartagineses; ver Liv. 22.11) não consta da descrição de Políbio (não constando também do que é referido tanto por Plutarco como por Apiano), considerando a sua autenticidade duvidosa (ver o que é referido sobre o assunto em Erdkamp (1992, 134-36)).

⁵⁸³ De acordo com Plb. 3.107,113. Rosenstein (2012, 141) interpreta Liv. 22.36 no sentido de haver indicações que apontavam para uma presença romana que poderia atingir apenas, no caso da infantaria, um máximo de 55 mil soldados.

encontrando-se em Agosto com Aníbal nas vizinhanças de Canas, na Apúlia. Aí, a inferioridade numérica não impediu Aníbal de fazer prevalecer a sua capacidade em termos de tática militar, fazendo com que as forças inimigas fossem incapazes de desdobrar os seus efectivos e fossem dizimadas, levando a que Roma sofresse o que muitos consideram a maior derrota da sua história.⁵⁸⁴

6.4.2. O regresso à estratégia de retardamento

Esta grande derrota levou cidades da Apúlia a estabelecerem relações de aliança ou de amizade com Cartago e o mesmo veio a suceder com os Hirpinos e grande parte dos outros Samnitas assim como com os Lucanos, os Brútios e muitas cidades da Magna Grécia.⁵⁸⁵ Mas o mais grave para Roma terá sido o que sucedeu na Campânia, onde várias cidades se passaram para o lado de Aníbal. Cápua, em particular, em que os seus cidadãos tinham o estatuto de *cives sine suffragio*, era uma cidade de grande riqueza, demograficamente a mais importante na Itália a seguir a Roma e um importante centro agrícola e manufactureiro.⁵⁸⁶ Tendo em consideração o que é referido por Tito Lívio, fica-se com a percepção de que a prioridade de Aníbal terá sido de facto a Campânia, para onde se dirigiu logo após a batalha de Canas, provavelmente subindo ao longo do rio Aufidus (território dos Hirpinos) até Compsa, aí deixando uma parte do seu exército com

⁵⁸⁴ Bringmann 2013, 78; Rosenstein 2012, 142-45. As perdas romanas e dos seus aliados foram extremamente consideráveis, variando entre 48,2 mil (Tito Lívio) e 70 mil (Políbio) mas estes números (que à partida variam devido às diferenças já referidas nos totais dos efectivos) são susceptíveis de rectificação no sentido da baixa face a valores relativos às capturas e aos escapados. Algumas análises modernas referem valores mais baixos, incluindo mesmo feridos.

⁵⁸⁵ No que concerne Brútios e Lucanos, os avanços dos interesses Cartagineses visando destruir as alianças romanas terão sido significativos, sendo de destacar que o primeiro daqueles povos se terá movimentado no sentido de controlar cidades da Magna Grécia como Crotona e Locros no início de 215 (em toda a região a sudoeste de Crotona Roma apenas manteve o controlo de Régio). Ver a esse propósito Liv. 23.20,30. Contudo, essa situação de tomada de controlo (ou apenas tentativa de controlo) das duas cidades pelos Brútios ou pelos Cartagineses é repetida em Liv. 23.41 e Liv. 24.1-3 (traduzindo situações próximas em momentos diferentes de 215 a.C.), o que parece revelar inconsistência por parte de Tito Lívio. No que respeita aos territórios dos Lucanos e dos Hirpinos, uma reacção romana após a reorganização dos seus exércitos que sucedeu à tomada de posse dos novos cônsules no início de 215 permitiu alguns sucessos face aos Cartagineses (Liv. 23.37).

⁵⁸⁶ Rosenstein 2012, 144-45. As referências feitas a este propósito em Liv. 22.61 e Plb. 3.118, bastante sintéticas, não são plenamente concordantes. No concernente a detalhes do abandono por Cápua da ligação com Roma e do acordo feito com Aníbal, ver Liv. 23.2-10 (em particular, Aníbal ter-se-ia comprometido a fazer dessa cidade a capital da Itália, com as respectivas leis a serem aplicáveis a todos os italianos). Por outro lado, no que respeita à submissão de Tarento aos Cartagineses, que é referida por esses dois autores, deverá tratar-se de equívocos, na medida em que, do que é referido posteriormente (Liv. 24.13,20), resulta claro que o controlo da cidade por Aníbal não terá ocorrido até então (214 a.C.).

o objectivo de ganhar o apoio de cidades samnitas, e seguindo até Nápoles que tentou, sem sucesso, ganhar para a sua causa.⁵⁸⁷

Falhando em Nápoles mas tendo sucesso em Cápua, Aníbal permaneceu na Campânia, tentando a seguir convencer os cidadãos de Nola a desligarem-se de Roma e passarem para o seu lado. Não o conseguindo fazer, atacou Nucéria que, ao fim de algum tempo, acabou por capitular. Entretanto, o pretor Marco Cláudio Marcelo, que se encontrava em Casilino com o seu exército, face à renovação dos ataques a Nola tomou a decisão de socorrer a cidade, que alcançou através das montanhas que se erguiam a norte da planície que se estendia de Cápua até essa cidade para evitar o exército cartaginês. Entrando na cidade e defendendo-a dos atacantes conseguiu levar Aníbal a desistir do cerco.⁵⁸⁸ O exército púnico haveria seguidamente de permanecer na Campânia, conquistando ainda Acerras antes de se instalar em Cápua para passar o inverno. Depois, no início da primavera de 215 a.C., conseguiu conquistar a cidade vizinha de Casilino, cujo cerco já havia sido iniciado previamente.⁵⁸⁹

De algum modo o comportamento dos exércitos romanos regressou, nesta fase da guerra, à estratégia do *Cunctator*, continuando a negar a Aníbal a grande batalha decisiva que ele procurava e concentrando as suas energias em impedi-lo de fazer progressos no

⁵⁸⁷ Liv. 23.1. Relativamente ao percurso referido a partir de Canas, ver *supra* Mapa 4.5. A preocupação de Aníbal em submeter Nápoles enquadra-se, como resulta do que é referido por Tito Lívio no que concerne o período seguinte, na intenção de conseguir o controlo de um porto de mar para acolher os navios que haveriam de ser enviados de Cartago com reforços e mantimentos (Liv. 23.15). É uma intenção que é discutível, como é feito, de modo que não se afigura muito convincente, em Erdkamp (1998, 172-73), mas que encontra apoio, por exemplo, em Frederiksen (1984, 239).

⁵⁸⁸ Cláudio Marcelo, uma figura que nos desenvolvimentos da guerra viria ainda a ter um papel importante, havia sido previamente enviado, segundo Liv. 22.57, para Canúsio (cidade próxima de Canas; ver *supra*, Mapa 4.5), no sentido de comandar os restos do exército derrotado, dadas as instruções enviadas ao cônsul Varrão para se dirigir a Roma. Os embates tidos com o exército de Aníbal junto às muralhas de Nola, que em Liv. 23.16 são considerados como vitórias de grande importância em termos de transição na evolução da guerra, terão implicado na altura, conforme referido, o abandono pelo general cartaginês da intenção de submeter essa cidade.

⁵⁸⁹ Liv. 23.17-19. Consultar *supra* o Mapa 4.3 (e *infra*, Mapa 6.5), o qual permite adquirir uma perspectiva mais adequada da presença púnica na Campânia nesta fase da guerra no que respeita às referências geográficas em causa. Para ver a localização de Acerras, perto de Suéssula, ver Mapa 6.5. A dificuldade em levar a bom termo o cerco de Casilino, que se arrastou por vários meses apesar do número reduzido de defensores, constitui um bom indicador no que respeita à opção frequentemente assumida por Aníbal no sentido de evitar comprometer as suas forças militares em ataques a locais fortificados (de que o exemplo mais significativo é a sua recusa em tentar conquistar Roma logo após a batalha de Canas, não obstante a insistência de Maharbal, o comandante da sua cavalaria nómada; ver Liv. 22.51). A sua experiência com Sagunto (cujo cerco se prolongou por oito meses) tê-lo-á certamente feito compreender que não só era difícil conquistar uma cidade fortificada, como a alimentação do exército (incluindo em particular a cavalaria) que sitiava requeria uma logística em termos de abastecimento de grande complexidade. As incursões necessárias nos campos próximos tinham que ser feitas percorrendo distâncias cada vez maiores, o que, no caso das unidades militares púnicas destacadas para o efeito, conduzia a situações extremamente arriscadas face a forças romanas que actuavam nas proximidades e que eram superiores em número. O risco de ocorrerem situações de grave carência alimentar, a par do que sucedia geralmente com os sitiados, era grande. Ver, a esse propósito, Erdkamp (1998, 177-78).

seu esforço de destruir o sistema romano de alianças.⁵⁹⁰ Por outro lado, a passagem de algumas cidades para o lado de Aníbal tinha algo de ilusório (na medida em que não conduzia ao recrutamento de efectivos para o seu exército) e mesmo de inconveniente (visto que o general cartaginês se via constringido a deixar guarnições em algumas cidades, reduzindo assim os efectivos do exército que comandava directamente).

Com a reorganização já referida das forças militares romanas que teve lugar no início de 215, e que foi condicionada pela aniquilação do exército consular que havia sido enviado para a Gália Cisalpina⁵⁹¹, a prioridade parece ter sido dada à situação na Campânia. Três exércitos, formados a partir de diversas proveniências, com exclusão dos fugitivos da batalha de Canas⁵⁹², foram afectados a essa região, um dos quais comandado por Cláudio Marcelo, agora procônsul e que, conforme já descrito, se encontrava aí havia já algum tempo. O segundo exército, comandado pelo cônsul recém eleito, Fábio Máximo, partiu de Cales no sentido de leste, virando posteriormente para sul ao longo da margem esquerda do Volturno até atingir Austícula (Saticula ?). O cônsul foi retomando o controlo de localidades que haviam caído sob controlo cartaginês, virando a seguir no sentido de Suéssula, onde se encontrou com Cláudio Marcelo, que foi enviado mais para sul para proteger Nola.⁵⁹³ O terceiro exército, que havia sido formado logo após o desastre de Canas, foi entregue a Tibério Semprônio Graco (também ele cônsul acabado de ser eleito)⁵⁹⁴, que haveria de o utilizar para responder ao que Lívio considerou ser uma armadilha do governo de Cápua para passar a controlar Cumas (que se mantinha fiel a Roma) ou seduzi-la para o lado cartaginês. Graco investiu o acampamento das forças campanas destroçando-as. Na sequência dessa acção, Aníbal cercou Cumas onde se encontrava o exército do cônsul romano, pensando não apenas em responder à sua

⁵⁹⁰ A actuação de Cláudio Marcelo na Campânia, defendendo cidades dos ataques de Aníbal e mesmo enfrentando-o de modo limitado, parece ter-se enquadrado no tipo de comportamento em referência. O mesmo, de modo mais acentuado, poder-se-á dizer da contenção do exército do ditador Marco Júnio Pera, sob o comando deste ou de Tibério Graco, o seu *magister equitum*. Por outro lado, o próprio *Cunctator*, após ser eleito cônsul para o ano de 215, tomou várias medidas do tipo que Tito Lívio lhe havia atribuído quando era ditador: requisitar todo o trigo possível, armazenando-o em cidades fortificadas; penalizar os infractores a tal ordem, incluindo a destruição das respectivas explorações agrícolas (Liv. 23.32).

⁵⁹¹ Esse exército, comandado pelo cônsul Postúmio, foi integralmente destruído pelos Gauleses no final do inverno de 216-215 e não foi substituído (Liv. 23.24-25).

⁵⁹² Liv. 23.25,31. Esses fugitivos foram enviados para a Sicília. Em contrapartida, as duas legiões que se encontravam na Sicília foram repatriadas, vindo a seguir a ser integradas nos efectivos que seguiram para a Campânia (Liv. 23.25,39).

⁵⁹³ Liv. 23.39.

⁵⁹⁴ Liv. 22.57, 23.32. Esse exército era constituído por 4 legiões e mil cavaleiros (jovens acima de 17 anos e mesmo menores, além de 8 mil escravos voluntários), e ainda por um contingente de aliados e latinos (25 mil soldados). Tito Lívio não é claro sobre se todos esses efectivos foram colocados sob o comando de Graco, visto só referir especificamente voluntários e aliados.

ofensiva mas também ao seu objectivo já referido de dispor de um porto de mar. Perdendo alguns dos seus efectivos, o general cartaginês procurou desafiar os Romanos para uma batalha campal no que não teve sucesso, regressando ao seu acampamento no Monte Tifata.⁵⁹⁵ No que respeita ao primeiro exército, o comandado por Marcelo, foram feitas várias incursões sobre os territórios hirpino e caudino no verão de 215, as quais causaram grandes danos materiais e humanos e conduziram Aníbal a cercar Nola, a partir de onde aquele exército operava. Tito Lívio refere, a propósito desse cerco, que as forças de Marcelo causaram importantes perdas ao exército cartaginês que contava com reforços enviados de Cartago que haviam estado estacionados no Brútio. Dado o seu insucesso, Aníbal abandonou o cerco, instalando-se em Arpos, na Apúlia, para passar o inverno, e enviando os reforços referidos de volta ao Brútio.⁵⁹⁶ Sobre a actuação na Campânia destes três exércitos e das reacções cartaginesas, ver o Mapa 6.5.

Além dos exércitos presentes na Campânia e do que se encontrava na Hispânia, Roma dispunha ainda de duas legiões na Sicília, de um exército na Apúlia e de outro em Tarento (que havia sido transferido da Apúlia e havia estado sob o comando do antigo cônsul Varrão). Havia ainda, por outro lado, o exército de quinze mil soldados de infantaria e 400 de cavalaria que foram recrutados e enviados para a Sardenha.⁵⁹⁷ Em termos de forças navais, além da já referida frota presente na Hispânia, o sector da costa entre Brundísio e Tarento estava controlado por uma frota de 25 navios, um número não especificado de navios de guerra estavam baseados em Lilibeu (Lilibeu era, na altura, a sede do poder romano na Sicília dada a preocupação com o domínio do mar, visando não só defender as costas da Itália e das províncias, mas também potenciando um eventual ataque a África) e uma outra frota de 25 navios havia sido destacada para defender o litoral à altura de Roma.⁵⁹⁸

No respeitante às forças militares púnicas para além do exército de Aníbal, Cartago dispunha naturalmente do exército e da frota que Asdrúbal comandava na Hispânia. Um

⁵⁹⁵ Liv. 23.35-37. Esse exército romano havia sido reunido na colónia de Sinuessa e instalado a sul da foz do Volturno (na área de Litérno, que fica a norte de Cumas) sendo a seguir submetido a manobras (Liv. 23.34), provavelmente devido à fraca experiência militar de muitos dos seus efectivos. O desaire imposto pelos Romanos às forças militares de Cápua seguido da reacção de Aníbal a partir do seu acampamento no Monte Tifata (neste caso desafiando sem sucesso o exército romano para uma batalha campal) ilustra bem os respectivos comportamentos que em Rosenstein (2012, 153) são considerados repetitivos nos anos que se seguem.

⁵⁹⁶ Liv. 23.41-47.

⁵⁹⁷ De acordo com as referências dadas em Liv. 23.24-25,31-32,34, o que contudo poderá induzir em erro, dado o carácter de pouca consistência que elas apresentam. No que respeita aos efectivos militares na Sardenha, em Liv. 23.40 é referido que eles atingiam 20 mil soldados de infantaria e 1,2 mil cavaleiros.

⁵⁹⁸ Liv. 23.21,32. Consultar também Rosenstein (2012, 149-51).

e outro exército estavam dependentes de reforços que quase sempre provinham de África (reforços da própria Hispânia haviam-se tornado difíceis com a pressão que o exército romano exercia continuamente nesse território e que conduzia ao afastamento dos anteriores aliados). Assim, em 216 a.C., 4 mil soldados de infantaria e 500 cavaleiros foram enviados de África para reforçar Asdrúbal, com o envio posterior de um exército e de uma frota, comandados por Himilcão, com o objectivo de substituir o próprio Asdrúbal, o qual deveria partir para Itália com o seu exército.⁵⁹⁹ No ano seguinte, novos reforços foram enviados para a Hispânia – Magão, com 12 mil soldados de infantaria, 1,5 mil cavaleiros, 20 elefantes e 60 navios de guerra – e para a Sardenha, contingente que Asdrúbal, “o Calvo”, comandava, com efectivos quase tão importantes como Magão.⁶⁰⁰ Há por outro lado referências em Tito Lívio, relativas também a 215 a.C., sobre um general Hanão, sediado no Brútio, que havia recebido de Cartago reforços (soldados e elefantes) e suprimentos destinados a Aníbal.⁶⁰¹

O esforço de Aníbal para destruir o sistema de alianças romanas, que revelava conhecimento das dificuldades e do carácter relativamente recente da imposição do domínio romano aos vários povos que habitavam as diferentes regiões da Itália, foi complementado com a celebração de alianças com Filipe V da Macedónia (e mais tarde com o sucessor de Hieron em Siracusa, Jerónimo, como se verá *infra*), o que terá tido como intenção desviar forças militares de Roma para teatros secundários de modo a acentuar a sua superioridade na Península Itálica, onde se esperava que iria ter lugar a decisão final da guerra.⁶⁰² A este respeito, e em aditamento ao já referido sobre os esforços

⁵⁹⁹ Liv. 23.26-28. Contudo, Asdrúbal, confrontado com a reacção do exército romano, revelou-se incapaz de seguir para Itália (Liv. 23.28-29).

⁶⁰⁰ Liv. 23.32,34. A frota de Asdrúbal acabou por ser desviada para as Baleares por uma grande tempestade, perdendo algum tempo com reparações. Desembarcando mais tarde na Sardenha, após ter reenviado a frota para África, Asdrúbal confrontou-se com o exército romano, sendo derrotado (Liv. 23.40-41).

⁶⁰¹ Liv. 23.41. Esses reforços terão sido desembarcados em Locros, porto de mar portanto que terá passado a ser controlado por Cartago. A seguir (Liv. 23.43), no início do cerco de Nola, Hanão ter-se-á juntado a Aníbal com os reforços.

⁶⁰² É uma situação que é objecto de atenção em Bringmann (2013, 78-81), fazendo referência em particular ao compromisso de Aníbal para com a Macedónia (cujo texto se encontra em Plb. 7.9) relativo a um tratado firmado em 215 entre Cartago e a Macedónia. A redacção desse texto surge como compatível com uma expectativa de que os Macedónios criariam dificuldades à presença romana em territórios que lhes estavam associados na Ilíria (o que torna provável que em tratado com Jerónimo se encontrariam cláusulas equivalentes) e não que houvesse eventuais envios de contingentes militares para reforço de um ou outro lado. Há por outro lado referências a aliados efectivos (caso dos Gauleses e dos Lígures no norte) de Aníbal ou meramente potenciais (em princípio no sul) no território italiano. A assinalar a ausência de referências a Etruscos, Umbros e outros povos da Itália Central, o que poderá significar que Aníbal os considerava já demasiado integrados na aliança romana para poderem vir a constituir seus aliados potenciais. Deve também ser referido que a aliança de Aníbal com Jerónimo, que sucedeu ao seu avô Hieron na primavera de 214, criou condições para um sucesso púnico na Sicília, para onde,

desenvolvidos na própria Cartago para criar teatros secundários na guerra que a opunha a Roma, será útil reter a opinião expressa por Pedro Barceló:

Since the reports we have ... are fixated completely on Hannibal's operations, we have an incomplete and probably distorted picture of the extremely complex measures undertaken from Carthage in order to meet the overall demands of the war ... Hannibal was the most important Carthaginian commander, but alongside him fought other troop commanders who also engaged in major battles, but are far less well known owing to the thinness of our sources ... Hannibal was able to act according to his own lights in all aspects of warfare in the Italian theater; nevertheless, it was the Carthaginian government that was responsible for the overall conduct of the war. This applied particularly to the settings of war aims, the undertaking of foreign-policy efforts to win over allies, the ratifying of treaties, the coordination of troop operations in the various sectors of conflict, and the organization and distribution of supply.⁶⁰³

6.4.3. A fase da guerra até aos volte-faces de 212-211 a.C.

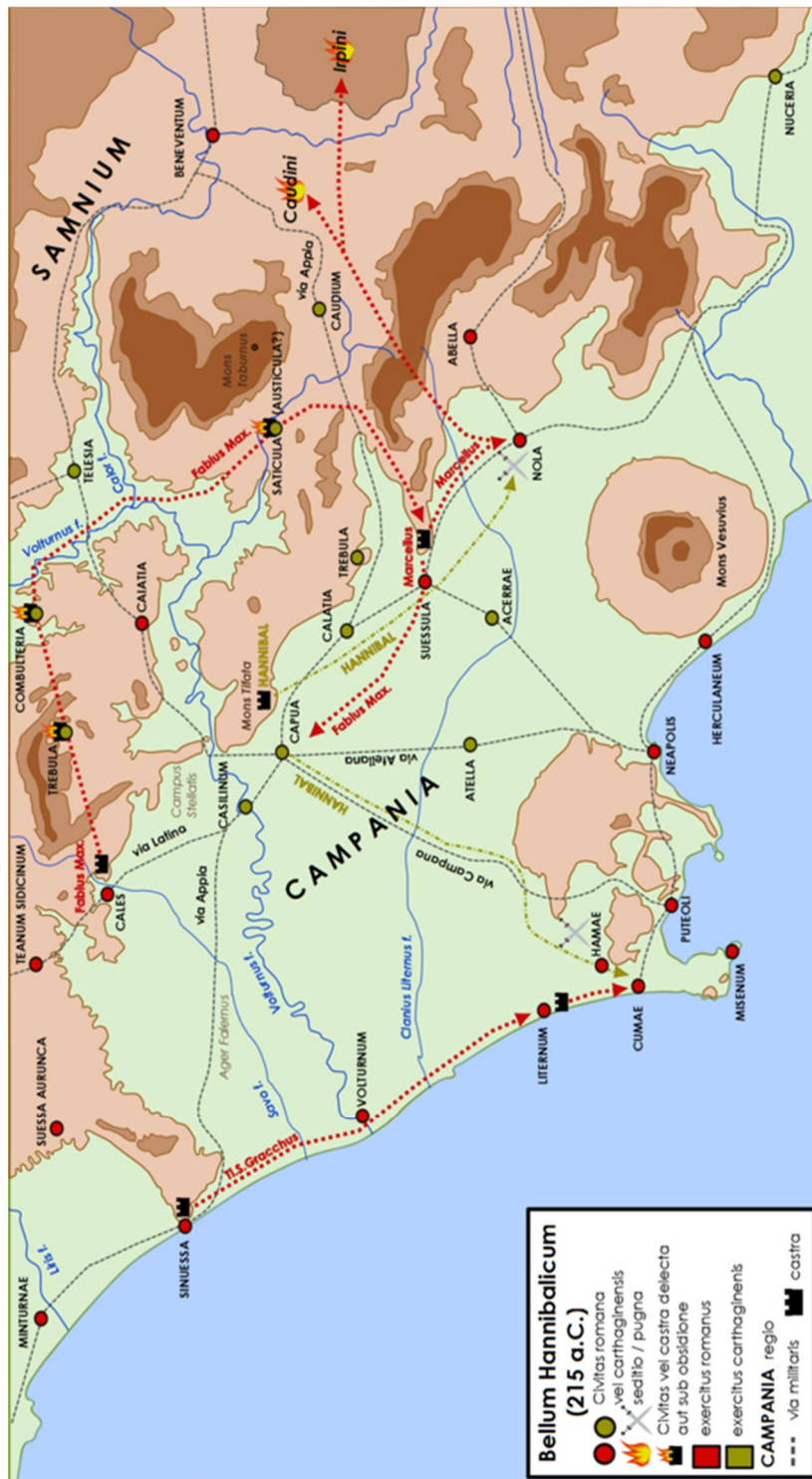
Como vimos acima, o sucesso de Aníbal em ganhar aliados que abandonavam o lado romano foi significativo no período imediato à batalha de Canas mas revelou-se pouco sólido a seguir. Nathan Rosenstein procura explicar as razões que estiveram por detrás de tal evolução o que, sem excluir o esforço romano de colocar em campo múltiplos exércitos que procuravam prevenir as potenciais revoltas (ou combatê-las), atribui à combinação de dois factores. O primeiro desses factores assentaria na existência ou renovação de rivalidades intra-regionais, as quais tenderiam a ressurgir com o aparecimento da ameaça púnica. Assim, quando um dos aliados romanos se revoltava, os seus rivais tradicionais na região tenderiam a reagir, mantendo-se leais à suserania romana (que, sendo exercida de longe, era preferível a um controlo mais próximo; terá sido esse o caso de Nápoles e Cumas face à adesão de Cápua a Aníbal). Actuando paralelamente a este factor existiam antagonismos internos a cada comunidade, frequentemente em termos de oposição de classes sociais, que tinham mais a ver com as vantagens políticas que uma das facções (habitualmente a das elites locais, que se sentia protegida pelas suas ligações aos meios senatoriais romanos) poderia manter permanecendo fiel a Roma, em

após algumas dificuldades com a aliança após o assassinato do referido sucessor pouco depois, Cartago enviou um exército que veio a conquistar grande parte da ilha.

⁶⁰³ Opinião manifestada de modo mais abrangente em Barceló (2011, 365-67).

contraste com a sua opositora, que esperaria beneficiar da sua associação aos interesses cartagineses.⁶⁰⁴

MAPA 6.5 - CAMPÂNIA: MOVIMENTAÇÃO DOS EXÉRCITOS ROMANOS NO INÍCIO DE 215 A.C.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=36676859> (Por Cristiano64 - Obra do próprio, CC BY-SA 3.0)

⁶⁰⁴ Rosenstein (2012, 152-53). A regra referida relativa à ligação mais habitual das elites locais aos meios senatoriais romanos tinha exceções, como é salientado em Hoyos (2015, 127-28).

6.4.3.1. Sicília

Os antagonismos internos na Sicília, que terão certamente existido durante o longo reinado de Híeron mas que se mantiveram então silenciosos no que concerne a sua relevância face à historiografia, vieram à luz do dia com a morte de Híeron. Surgidos sob a influência de aspirações ao exercício do poder máximo através de pressões exercidas sobre Jerónimo, neto e sucessor de Híeron, tais antagonismos foram dando origem ao desenvolvimento de facções que, muito provavelmente, estariam associadas a interesses económicos que até então se sentiriam protegidos ou prejudicados pela política do velho rei. Este sempre ajudou o aliado romano nas suas dificuldades, tanto com fornecimentos de cereais ou outras provisões como com a disponibilidade de meios financeiros, o que contribuiu significativamente para a estabilidade política do seu reino e também, conseqüentemente, para a estabilidade económica. Mas, forçosamente, tais ajudas tinham os seus custos, também em termos económicos, e certamente que muitos cidadãos siracusanos se terão sentido atingidos pelo esforço contributivo que lhes era imposto. Assim, em breve, as facções que foram surgindo, sob a influência de ambições políticas e interesses económicos, escolheram os aliados que mais os poderiam favorecer: Cartago ou Roma.

Jerónimo, um jovem de 15 anos, viria a estabelecer contactos com Aníbal, o que conduziu ao estabelecimento de uma aliança e ao envio para Siracusa de dois Cartagineses de origem siracusana que posteriormente, sobretudo após o assassinato do jovem rei, vieram a ter uma influência determinante na evolução política da cidade e na própria evolução da guerra entre as duas potências. Assim, em tal contexto, eleições que levaram em momentos sucessivos pretores de tendências diferentes ao poder foram seguidas de reacções populares, conspirações, assassinatos e massacres. Depois, as forças militares romanas e cartaginesas movimentaram-se, com as frotas correspondentes a tomarem posições em diferentes pontos da Ilha. A certa altura a assembleia popular tomou posição no sentido de confirmar a aliança com Roma, mas os dois agentes cartagineses em Siracusa acabaram por conseguir controlar o exército da cidade mesmo após um insucesso militar (final de 214 a.C.) face ao cônsul Marcelo, o qual havia entretanto sido designado para exercer o comando na Sicília.⁶⁰⁵

⁶⁰⁵ Liv. 24.4-7,21-32; Plb. 7.2-7. Ver também descrições sucintas destas situações em Briscoe (1989, 61-2) e Edwell (2011, 327-28).

As tentativas de diálogo que a seguir foram tentadas pelos Romanos no sentido de repor a situação de aliança com Siracusa falharam, o que conduziu a um cerco da cidade que haveria de se prolongar durante cerca de dois anos. No imediato, os ataques que foram feitos, tanto por terra como por mar, não tiveram sucesso, em parte devido à acção das máquinas de guerra imaginadas por Arquimedes e às dificuldades causadas pelas características naturais do porto de Siracusa, por outro lado porque a frota cartaginesa que se encontrava no Cabo Paquino (a sul da cidade) tinha regressado de Cartago com reforços substanciais (25 mil soldados de infantaria, 3 mil cavaleiros e 12 elefantes). Trata-se de uma situação que haveria de conduzir a uma conquista de posições por parte dos Cartagineses em vários pontos da Sicília, em particular em Ácragas, Heracleia e Murgância, enquanto os Romanos reforçavam o seu domínio à volta de Siracusa, desembarcavam tropas em Panormo e acrescentavam dezenas de navios à sua frota que, instalando-se no Cabo Paquino, obrigou a sua adversária cartaginesa a retirar-se para África. Entretanto, uma ameaça ao domínio romano na cidade de Hena (centro da Ilha) redundou em massacre da população civil (aparentemente uma resposta à chacina da guarnição romana em Murgância), o que terá criado um sentimento negativo relativamente a Roma noutras cidades.⁶⁰⁶

A situação no início de 212 a.C. estaria para Marcelo algo indefinida, o que o levava a hesitar entre dar mais atenção ao cerco de Siracusa (difícil de conquistar pela força, dada a qualidade das suas defesas terrestres e marítimas, ou de reduzir pela fome, tendo em atenção a relativa facilidade com que era abastecida por via marítima) ou dirigir-se a Ácragas, onde se concentravam importantes forças inimigas. Uma oportunidade de penetrar em Siracusa surgiu contudo nessa altura quando a ocorrência de uma celebração no interior da cidade (susceptível de enfraquecer a vigilância nas muralhas) coincidiu com a obtenção de informações sobre menores dificuldades em transpor precisamente um certo ponto das muralhas. A entrada das tropas romanas na cidade foi assim possível e em breve a luta entre os dois exércitos passou a ter lugar no seu interior. Diferentemente do que ocorria habitualmente quando um exército conseguia vencer a barreira das muralhas, a decisão do confronto entre as forças em presença não foi rápida. A dimensão e complexidade da cidade (que, além da muralhada ilha de Ortígia, incluía vários conjuntos fortificados; ver Mapa 6.6) veio a

⁶⁰⁶ Liv. 24.33-39, onde os acontecimentos descritos dirão provavelmente respeito aos anos de 214 e 213 a.C. No concernente à resistência de Siracusa devido à influência das invenções de Arquimedes, ver sobretudo Plb. 8.3-7.

arrastar a luta por vários meses, a qual foi no entanto abreviada pela ocorrência de uma epidemia que afectou mais a parte cartaginesa que a romana. A certa altura, a frota cartaginesa, com maior número de navios que a romana, ameaçou desequilibrar a contenda, mas a sua ida para Tarento, seguida de uma partida de parte do exército cartaginês para Ácragas, teve consequências de sentido contrário. Em breve foram iniciadas conversações no sentido da capitulação face a Marcelo que, intermediadas por cumplicidades encontradas entre os sitiados, conduziram à vitória final romana seguida de pilhagens por parte dos vencedores.⁶⁰⁷

6.4.3.2. Hispânia

Foram referidos *supra* vários sucessos romanos na Hispânia, respeitantes não unicamente à consolidação do respectivo domínio a norte do Ebro mas também a incursões que visaram Nova Cartago e as Baleares assim como a obtenção de apoios de tribos hispânicas a sul daquele rio. Em particular, as populações referidas como tartéssicas, muito longe do Ebro, haviam criado grandes dificuldades a Asdrúbal.⁶⁰⁸

Cerca de um ano mais tarde, em 215 a.C., na sequência de uma solicitação dos irmãos Cipião que transmitia a existência de graves carências, em particular no respeitante a vestuário e trigo, o senado deu satisfação ao pedido enviando navios com o necessário.⁶⁰⁹ O cereal recebido permitiu aos dois irmãos socorrer a cidade de Iliturgos, transpondo o cerco que 3 generais cartagineses lhe faziam e enfrentando e derrotando a seguir os referidos generais, obtendo com tais resultados apoios adicionais entre os povos hispânicos. As derrotas então impostas aos exércitos

⁶⁰⁷ Liv. 25.23-31. Para além de mais detalhes sobre o cerco de Siracusa e outros eventos associados, em Hoyos (2015, 159-63) são dados alguns pormenores sobre a referida complexidade da cidade (em particular no que concerne as fortificações existentes), susceptível de ser visualizada no Mapa 6.6. No que respeita aos valores e natureza do espólio apropriado ver *infra*, nota 653.

⁶⁰⁸ Liv. 23.26-27.

⁶⁰⁹ Liv. 23.48-49. Dadas as enormes dificuldades financeiras por que Roma passava nesses anos de guerra, o Estado Romano viu-se constrangido a recorrer ao crédito. Com esse objectivo, a assembleia popular aprovou o recurso a financiamentos feitos por cidadãos que tinham enriquecido com actividades que incluíam fornecimentos de serviços ou bens ao Estado (cidadãos ou sociedades que viriam a ser conhecidos como “publicanos”), garantindo no entanto que eles seriam os primeiros a serem pagos quando o Tesouro voltasse a ter disponibilidades.

púnicos, complementadas por tais apoios, levaram Tito Lívio a considerar que as operações desse ano na Hispânia haviam sido muito mais importantes que na Itália.⁶¹⁰

MAPA 6.6 - TERRITÓRIO DE SIRACUSA



Fonte: Mapa acedido em 2019-12-16 em

<https://www.flickr.com/photos/internetarchivebookimages/14758674996/>

⁶¹⁰ Os sucessos dos exércitos romanos neste contexto poderão ter sido confundidos por Tito Lívio com a situação acima relatada correspondente às pressões de Cartago para que Asdrúbal seguisse para Itália para reforçar Aníbal (ver a esse propósito Hoyos (2015, 165-67)). Por outro lado, a cidade aludida em Liv. 23.49 (Iliturgos) poderá ter sido de facto Ibera (posteriormente designada Dertosa), a qual havia sido referida previamente em Liv. 23.28 (na altura atacada pelos Romanos) e localizada imediatamente a sul do Ebro. Iliturgos estava situada a noroeste de Nova Cartago, perto da nascente do Bétis e haveria de ser palco de episódios subsequentes desta guerra. A propósito desta descrição confusa de acontecimentos, Hoyos refere: «...Livy's at times nebulous ... narrative, stuffed with miscalculated chronology and puzzling place names. He offers smashing Roman victories after Hibera in 215 and 214, then a two-year standstill in 213-212, and lastly a disaster-strewn final campaign in 211. The account is so unsatisfactory that most reconstructions ditch much or all of it as fanciful Roman fiction. Yet some of his throng of names and datings suggest not shameless invention but fogged misunderstanding. Roman victories in 215, though exaggerated, can be believed.»

No verão de 214 a.C., face às complicações criadas pelos generais cartagineses Asdrúbal e Magão no sentido de perturbar as alianças hispânicas que haviam sido conseguidas pelos Romanos, Públio Cipião terá considerado que a melhor maneira de contrariar tais acções seria atacar os próprios territórios controlados pelos púnicos, dirigindo-se para a Bética (mais ou menos correspondente à actual Andaluzia) e acampando perto de Castro Albo (cidade situada no vale do Bétis), mas vendo-se obrigado a procurar locais menos expostos aos ataques cartagineses até que a sua situação foi aliviada pela chegada do seu irmão Gneu. A expectativa romana poderá ter sido o reforço dos seus exércitos através de uma aliança com os Celtiberos, não sendo claro se tal aliança já terá influenciado o controlo pelos Romanos de cidades como Castulão (um centro mineiro), Iliturgos e Bigerra. Algumas outras batalhas foram travadas na mesma região, com triunfos romanos. Por outro lado, num momento cuja identificação não é clara, os generais conseguiram conquistar Sagunto, devolvendo o respectivo controlo aos antigos habitantes.⁶¹¹

Os irmãos Cipião, para além de terem conseguido manter as antigas alianças, procuraram estabelecer novas, entre as quais uma com Sífax, um rei númida que havia até então estado associado aos Cartagineses. Com esse propósito, os Romanos puseram à disposição do rei um instrutor que procuraria dar uma formação no domínio das técnicas de infantaria aos jovens númidas e complementar assim as capacidades do respectivo exército. Esse acordo foi seguido de significativas deserções de Númidas presentes nos exércitos cartagineses. Contudo, tal acordo suscitou rivalidades no seio do povo númida, com um jovem príncipe – Masinissa – a opor-se a Sífax em território africano e a vencê-lo por duas vezes, a segunda sem a ajuda cartaginesa, no campo de batalha.⁶¹²

Depois de um período de cerca de dois anos em que nada de especial se passou na Hispânia, os Romanos, após terem conseguido contratar como mercenários cerca de vinte mil Celtiberos, consideraram possível derrotar definitivamente os Cartagineses nessa península e deslocaram-se (212 a.C.) até à Bética, onde os exércitos cartagineses

⁶¹¹ Liv. 24.41-42. As referências existentes no texto de Lívio conduzem a dúvidas não só relativamente à tomada de Sagunto (214 ou 212 a.C.) como aos desenvolvimentos da guerra acabados de referir, alguns dos quais se poderão ter situado nesse intervalo de tempo. Ver também Hoyos (2015, 168).

⁶¹² Liv. 24.48-49. Essa foi também a altura (213 a.C.) em que, segundo Tito Lívio, os generais romanos estabeleceram o já referido acordo com os Celtiberos, utilizando-os como mercenários, iniciativa que é a primeira do género por parte de Roma.

se encontravam. A iniciativa romana visava em primeiro lugar o exército comandado por Asdrúbal mas, havendo o receio de que os outros dois generais se refugiassem em áreas montanhosas (fazendo a guerra arrastar-se) em caso de derrota desse comandante, foi decidido dividir as forças dos irmãos Cipião em dois corpos. Ao primeiro, comandado por Públio, seriam atribuídos dois terços dos efectivos totais romanos, os quais se ocupariam dos dois outros generais cartagineses. O restante terço, comandado por Gneu e incluindo os Celtiberos, ocupar-se-ia de Asdrúbal Barca. Assim, Gneu manteve-se onde estava e os Celtiberos deslocaram-se para perto do inimigo, enquanto Públio partiu em operações conforme combinado.

No entanto, no que respeita à missão de Gneu, a situação começou a mostrar-se complicada com a deserção dos Celtiberos, que Asdrúbal conseguiu comprar com elevado montante de dinheiro. O que o levou a ter como preocupação fundamental evitar o inimigo, procurando deixar de estar exposto em planície. No caso de Públio, a situação acabou por se revelar ainda mais grave pois, com um novo aliado – o príncipe Masinissa – Cartago ganhou em termos de mobilidade, com a respectiva cavalaria a impedir os Romanos de deixar o acampamento para procurar provisões. Procurando escapar ao cerco, o general romano tomou a decisão de sair durante a noite com a parte mais significativa do seu exército, aceitando defrontar-se com um terceiro inimigo composto por aliados hispânicos dos cartagineses, mas foi surpreendido pela oposição que também encontrou por parte de Masinissa e do próprio exército cartaginês. Face aos ataques sofridos em várias frentes, o próprio general romano foi derrubado do seu cavalo e acabou por ser abatido. Foi a debandada e a derrota nas hostes romanas.

Os vencedores, procurando tirar proveito da situação, apressaram-se a ir ao encontro de Asdrúbal com o objectivo de reunir forças para atacar Gneu e acabar a guerra. A aproximação destes três exércitos fez o general romano suspeitar que algo de bom não havia sucedido ao exército do irmão pelo que decidiu partir para o mais longe possível; no que foi contrariado, já em marcha, pelos ataques dos rápidos cavaleiros de Masinissa, que procuravam atrasá-lo até à chegada dos corpos de infantaria. Gneu acabou por decidir que tinha que parar e procurar uma maneira de se barricar, o que acabou por fazer de modo improvisado sobre uma colina de relevo pouco acentuado e que oferecia pouca protecção. Assim, não conseguiu fazer frente ao inimigo de modo favorável, as suas tropas foram derrotadas e ele próprio acabou por ser abatido. Uma

parte do seu exército conseguiu escapar e juntar-se aos efectivos que haviam restado do exército de Públio no respectivo acampamento.⁶¹³

Com os exércitos romanos praticamente destruídos, veio a afirmar-se um novo comandante que, reunindo os sobreviventes e juntando-lhes efectivos de várias guarnições que haviam sido colocados em algumas cidades, conseguiu regressar ao território a norte do Ebro. Os exércitos cartagineses procederam à perseguição desse exército reconstruído, o qual no entanto conseguiu resistir averbando alguns sucessos e contribuindo de algum modo para que a ida de Asdrúbal para Itália tivesse sido obstaculada.⁶¹⁴

6.4.3.3. Itália

Após as eleições para o ano de 214, que em particular conduziram ao consulado Fábio Máximo (o *Cunctator*) e Cláudio Marcelo, foi também decidido elevar o total das legiões para 28, das quais uma parte considerável estariam já disponíveis e ao serviço no território italiano. Por outro lado, a dimensão da frota deveria estabelecer-se em 150 navios de guerra, com os cidadãos, em função da sua classificação censitária, a dever fornecer os marinheiros necessários e a pagar pelo menos parcialmente as respectivas remunerações. Era esta a primeira vez que as tripulações da frota eram custeadas pelos particulares.⁶¹⁵

A situação na Campânia continuava a ser a que mais preocupações causava em Roma, e a iniciativa de Aníbal de deixar o seu acampamento de inverno em Arpos, reinstalando-se no Monte Tifata (para a seguir exercer pressão sobre Putéolos, procurando mais uma vez passar a dispor de um porto de mar), levou o *Cunctator* a

⁶¹³ No que respeita aos acontecimentos ocorridos desde a contratação dos Celtiberos ver Liv. 25.32-36. Ver também Edwell (2011, 322).

⁶¹⁴ Liv. 25.37-39, onde se dá destaque ao referido comandante, Lúcio Márcio, de estatuto equestre, e se apresentam tais sucessos com algum entusiasmo, apresentando-os como levando à captura de dois acampamentos cartagineses e ao massacre de parte considerável dos soldados neles presentes. Tito Lívio refere contudo de modo muito sintético os relatos de outras fontes que não a que utiliza e que parecem menos optimistas. Ver também, neste último sentido, Hoyos (2015, 170-71).

⁶¹⁵ São referidas 18 legiões em Liv. 24.11, das quais 12 especificadas como localizadas na Itália (4 atribuídas aos cônsules, 2 na Apúlia, 2 na zona de Lucéria, 2 para defender Roma, 1 no Piceno e 1 associada à frota que actuava a partir de Brundísio) e 6 no exterior (2 na Hispânia, 2 na Sicília e 2 na Sardenha). Como é assinalado que faltaria recrutar 6 legiões, depreende-se que as 4 não referidas também já estariam ao serviço (1 ou 2 delas provavelmente na Gália Cisalpina, como se poderá inferir de Liv. 24.10). Como se verá *infra*, contudo, o número anual máximo de legiões que estiveram ao serviço, segundo os autores modernos, foi 25.

juntar-se com rapidez ao seu exército (que na campanha anterior havia chegado até Suéssula, com o cônsul a deixar uma guarnição em Putéolos com indicações para que a fortificação da cidade fosse melhorada), dando ordem a Tibério Graco para se deslocar para Benevento e ao seu filho, o pretor Fábio Máximo, para substituir aquele em Lucéria com as suas legiões. Um insucesso face a Putéolos levou Aníbal a procurar compensações com devastações nas áreas de Cumas e Nápoles e a seguir tentar controlar Nola (onde entretanto as classes sociais mais baixas haviam recorrido ao seu apoio face aos diferendos que as opunham aos seus senadores), o que conduziu mais uma vez Marcelo, agora cônsul, a fazer o necessário para o frustrar. Segundo Tito Lívio, o cônsul romano, pondo de lado o comportamento retardador que vinha a ser seguido pelos seus pares, enfrentou Aníbal com vantagem, desafiando-o a seguir para uma batalha em campo aberto, a qual o general cartaginês não aceitou, deslocando-se para Tarento, onde via possibilidades de conseguir controlar a cidade.⁶¹⁶

Entretanto, Tibério Graco, ao chegar a Benevento constatou que Hanão se havia aproximado da cidade, procedendo ao saqueio dos campos próximos. As legiões romanas – que eram as acima referidas, constituídas sobretudo por escravos voluntários e agora incentivadas com a obtenção da liberdade – deram o seu melhor numa batalha contra os Cartagineses no sentido de conseguirem a vitória, a qual foi de facto atingida, com invasão do acampamento inimigo e extermínio da maioria dos adversários.⁶¹⁷

Com o desenrolar do verão e outono de 214, os desenvolvimentos no terreno continuaram sem grandes novidades, destacando-se no entanto a recuperação de Casilino pelos Romanos e a retoma, pelo *Cunctator*, de cidades do Sâmnio – sobretudo as dos Caudinos – que haviam tomado o partido dos Púnicos. O avanço de Graco para a Lucânia conduziu ao recrutamento de um contingente local que, no entanto, Hanão, recuperado do seu fracasso recente, veio a dizimar. Aníbal, por seu lado, chegado às proximidades de Tarento, constatou que as esperanças que lhe haviam sido incutidas por nobres tarentinos na altura em que se acercava de Putéolos se revelavam sem consistência e decidiu regressar à Apúlia para passar o inverno,

⁶¹⁶ Liv. 24.7, 12-13, 17.

⁶¹⁷ Liv.24.14-16.

instalando-se desta vez em Salápia, situada na costa adriática a noroeste de Canas (ver *supra*, Mapa 4.5).⁶¹⁸

No período relativamente longo que se seguiu até à tomada do controlo de Tarento por Aníbal e à recuperação de Cápua pelos Romanos, ambas ocorridas no decurso de 212-211, pouco há a assinalar em termos de alterações significativas no domínio do território por parte dos adversários. Os novos cônsules entrados em funções em Março de 213 terão procurado melhorar as suas posições nos territórios que lhes foram atribuídos, na Apúlia com o ataque, seguido de captura, de Arpos (sem reacção de Aníbal que se encontrava nas proximidades, aparentemente ainda em Salápia, mas talvez a preparar já o ataque a Tarento), e na Lucânia, onde Tibério Graco se terá limitado a iniciativas a que Tito Lívio deu importância menor. Na Campânia apenas um registo é mencionado: 1200 cavaleiros, talvez encorajados por uma ausência mais prolongada de Aníbal, deixaram Cápua e juntaram-se ao exército romano.⁶¹⁹

No que respeita à mudança favorável a Aníbal ocorrida em Tarento no inverno de 213-212, ela foi facilitada por uma alteração do sentimento nessa cidade pelo que sucedeu com reféns tarentinos retidos em Roma. Tendo optado pela fuga, esses reféns foram castigados de modo tido como excessivo (concluído por execução), o que levou alguns nobres da cidade grega a desenvolver uma conspiração em conluio com Aníbal e que conduziu a um processo em que tropas cartaginesas foram introduzidas pelos conspiradores na cidade, fizeram a guarnição romana refugiar-se na cidadela e pilharam os bens dos cidadãos de quem não tinham recebido apoio. O cerco da cidadela desenvolveu-se através de vários episódios e, com a orientação de Aníbal, foi completado com o seu bloqueio também por mar com os navios da cidade, o que impedia o respectivo abastecimento. Roma conseguiu no entanto assegurar esse abastecimento com trigo enviado por via marítima e mesmo reforçar a defesa da cidadela com a transferência da guarnição que se encontrava em Metaponto. Esta última situação permitiu contudo a esta cidade passar-se para o lado de Aníbal, o que

⁶¹⁸ Liv. 24.19-20. A assinalar, no que respeita à reconquista de Casilino, que se tratou de uma iniciativa de Fábio Máximo a que Marcelo prestou ajuda, processo no entanto que levou a um desentendimento significativo entre os dois cônsules, com o *Cunctator* a querer abandonar o cerco face às dificuldades encontradas e Marcelo a insistir, contrariando o que poderia ser entendido como uma orientação excessiva no sentido do “adiamento”.

⁶¹⁹ Liv. 24.45-47, 25.1.

veio a suceder também com Túrio, passando Régio a ser a única cidade na região a ser controlada por Roma.⁶²⁰

No concernente a Cápua, a sua situação terá começado a revelar-se como mais crítica quando os seus habitantes começaram a sentir o efeito da acção romana que os havia impedido de proceder às sementeiras. Assim, a ameaça da fome, que se terá começado a agravar no decurso de 212, levou-os a endereçar um pedido a Aníbal no sentido de providenciar que lhes fosse enviado trigo a partir de localidades próximas de Benevento em que o exército de Hanão exercia influência, antes de os cônsules passarem a controlar os caminhos da região. O processo de envio do trigo veio assim a envolver o general Hanão, cujo acampamento na área vizinha daquela cidade acabou por ser atacado e destruído pelos cônsules romanos. Estes, até aí em missão no Sâmnio, passaram a concentrar-se nessa nova incumbência, prejudicando assim o abastecimento de Cápua. Hanão, que estava ausente do acampamento, retirou-se para o Brútio.⁶²¹ Por outro lado, os cônsules, tendo decidido cercar Cápua na altura em que prejudicariam a respectiva colheita de cereais mas receando ser obstruídos nesse propósito pela cavalaria de Hanão (que entretanto, previsivelmente, socorreria essa cidade), enviaram instruções ao exército da Lucânia, comandado por Tibério Graco, para fazer seguir para a Campânia uma parte das respectivas forças com o objectivo de contrabalançar tal influência.⁶²²

O cerco de Cápua pelos cônsules romanos, que já havia encontrado dificuldades no seu início, viria a ser perturbado pouco depois pela chegada de Aníbal, o que levou a um início de afrontamento que a chegada do exército da Lucânia que havia sido solicitado a Graco veio a fazer cessar.⁶²³ Com a ausência do exército púnico, os

⁶²⁰ Liv. 25.7-11, 15; Plb. 8.24-34. Segundo Políbio, o reforço da cidadela com a guarnição de Metaponto terá ocorrido antes do bloqueio por mar ter sido feito.

⁶²¹ Liv. 25.13-14. A referência de Tito Lívio a uma presença dos dois cônsules no Sâmnio, perto de Boviano, sugere preocupações romanas significativas nessa área que, no entanto, não são especificadas no seu texto.

⁶²² Foi neste contexto que ocorreu a morte de Tibério Graco, vítima entretanto, segundo uma das versões referidas por Lívio, de uma emboscada ocorrida quando procurava recuperar para Roma alguns aliados que haviam passado para o lado de Cartago (Liv. 25.15-17).

⁶²³ Liv. 25.18-19. Não obstante disporem de três exércitos, os cônsules decidiram evitar o embate com o general cartaginês, afastando-se de Cápua, cada um para seu lado, mas haveriam de regressar pouco depois. Como em Liv. 25.20 é referido que os voluntários do exército da Lucânia acabaram por desertar considerando que a morte de Graco, a quem deviam fidelidade, os libertava de tal voto, não resulta claro se tal deserção tenha afectado o terceiro exército (ao qual aliás Tito Lívio não faz mais referências). Por outro lado, um quarto exército proveniente de Roma, formado por recrutas inexperientes e irregulares, havia surgido na Campânia, onde defrontou Aníbal, sofrendo uma pesada derrota. Eram demasiados exércitos a perturbar o general púnico e poderá ter sido essa a razão que o fez deslocar-se até à Apúlia, segundo Liv. 25.20 com a intenção de eliminar o exército romano que aí actuava (que poderia vir a deslocar-se também para a Campânia), o que de facto veio a acontecer. O senado romano tomou

cônsules regressaram à preparação do cerco a Cápua começando a criar as condições necessárias para que ele pudesse ter sucesso, em particular disponibilizando o material necessário ao cerco, fazendo vir trigo de Óstia e procedendo ao seu armazenamento em dois locais próximos fortificados (Casilino e foz do Volturno)⁶²⁴. Um outro exército romano, o que habitualmente tinha acampamento na área de Suéssula, veio reforçar os dois exércitos consulares nas manobras do cerco. Juntos procederam à construção de paliçadas e de um fosso que rodeavam a cidade (levando os seus habitantes a sofrer mais do bloqueio em si do que dos ataques romanos), frustrando igualmente as tentativas dos defensores de impedir tais trabalhos. Entretanto Aníbal havia-se dirigido para o sul com a sua preocupação de conquistar a cidadela de Tarento e procurando também apoderar-se de Brundísio.⁶²⁵

Quando Aníbal regressou dessa digressão, em 211 a.C., encontrou as paliçadas já erguidas, vendo ainda gorada a sua intenção de atrair os Romanos a um combate em terreno aberto com os ataques que fez incidir sobre as fortificações. Políbio, analisando esta situação conducente a um impasse, explica-a em função dos resultados que os Romanos haviam experimentado desde o início da guerra. Um dos factores essenciais que havia conduzido às derrotas romanas era a superioridade da cavalaria cartaginesa, a qual se afirmava nos terrenos planos, em campo aberto, e essa foi a razão que levou as legiões a seguir os seus inimigos à distância, escolhendo terreno acidentado. Agora, protegidos pelas suas paliçadas e pelas valas que haviam escavado (umas e outras ao longo de duas linhas, uma interior e outra exterior, o que igualmente tinha a consequência importante de impedir as comunicações entre Aníbal e a cidade), os exércitos romanos não temiam essa cavalaria, a qual além disso não se podia permitir acampar nas proximidades dada a destruição sistemática da forragem a que aqueles haviam procedido previamente (não sendo possível transportar através de grandes distâncias toda a palha e cevada necessária a um grande número de cavalos e mulas). Situação que era agravada pela perspectiva de os novos cônsules romanos

posteriormente medidas para recolher os sobreviventes das duas derrotas face a Aníbal e encontrar os desertores referidos, sobretudo para evitar que se rendessem aos Cartagineses (Liv. 25.22).

⁶²⁴ O armazenamento em locais fortificados de Casilino e foz do Volturno era complementado pela utilização do porto de Putéolos para o transporte e posterior disponibilização, aos exércitos romanos que operavam na Campânia, dos cereais provenientes da Sardenha e da Etrúria. Ver a tal propósito, além de Liv. 25.20, 22, Erdkamp (1998, 174-75), onde se admite que a presença até ao final da guerra de duas legiões na Etrúria (sem que sejam conhecidas ameaças púnicas na região após Trasimeno) tenha sido motivada pela necessidade de impor aos Etruscos o fornecimento de cereais (através de requisição ou venda forçada) para o abastecimento aos exércitos.

⁶²⁵ Liv. 25.22, 26.4.

surgirem a qualquer momento com reforços que, instalando-se na rectaguarda do exército cartaginês, poderiam no mínimo dificultar significativamente o respectivo abastecimento.⁶²⁶

Colocado perante uma situação em que não conseguia retirar vantagens e que ameaçava degradar-se, Aníbal decidiu mudar de estratégia. Assim, procurou defender Cápua de modo indirecto, passando a ameaçar a própria cidade de Roma (e esperando levar os exércitos que cercavam a cidade campana a seguir no seu encalço, após o que regressaria a Cápua com o caminho aberto para entrar na cidade). Na realidade apenas um exército o seguiu, dadas as instruções recebidas de Roma, onde entretanto duas legiões haviam sido formadas. Após alguns recontros menores e consciencializando-se que não poderia chegar a resultados positivos nem em Roma nem no regresso a Cápua, Aníbal decidiu-se por tomar o caminho do sul, onde, de imediato e inesperadamente, ameaçou Régio.⁶²⁷

A sequência do abandono de Cápua e da sua guarnição cartaginesa por Aníbal foi a rendição da cidade, antecedida do suicídio colectivo de um número significativo dos seus senadores. Isso não satisfez os Romanos que, após a capitulação, identificaram os líderes da revolta, executando-os, e venderam uma parte significativa da população como escravos. Alguns dos habitantes foram poupados mas despojados da cidadania romana e dos seus bens. A cidade não foi fisicamente destruída, perdendo contudo independência jurídica e passando a ser administrada directamente por Roma. O seu repovoamento foi feito com libertos, comerciantes e artesãos, com todo o território e o seu casario a tornarem-se propriedade do povo romano. As cidades que se haviam revoltado nas proximidades submeteram-se.⁶²⁸

Para Roma, este desfecho foi a sua primeira grande vitória na Itália. Conforme já referido, o cerco de Cápua havia deixado Aníbal sem resposta adequada. Nathan Rosenstein sintetizou a situação resultante de modo que convém reter:

«The Roman's siege of the city put the entire basis of Hannibal's strategy in jeopardy. He had come to Italy not only offering freedom to Rome's subjects but promising that he would defend those who joined his cause against reprisals ... those promises were not empty, but what good was Hannibal's prowess on the battlefield if he was nowhere to be found when an ally

⁶²⁶ Plb. 9.3-4.

⁶²⁷ Plb. 9.5-7, 9; Liv. 26.5-12.

⁶²⁸ Liv. 26.13-16. Contudo, de acordo com App. *Hann.* 43, apenas os prisioneiros cartagineses foram vendidos como escravos (com excepção dos nobres, que foram enviados para Roma).

desperately needed his protection ... It sent a clear message to the rest of Italy: Hannibal had been powerless to protect those who had relied on his promises. From then on there would be no more defections.⁶²⁹

6.4.3.4. Macedónia e Adriático

Tal como havia sucedido com as já referidas cidades da Itália e com Siracusa, a vitória de Aníbal em Canas terá decidido Filipe V da Macedónia a aproximar-se do general cartaginês, o que conduziu à assinatura de um tratado de aliança entre as duas partes. O tratado, de acordo com Walbank, teria claramente objectivos limitados em termos de ofensivas militares, para Filipe V um instrumento que lhe permitiria salvaguardar os seus interesses na Ilíria e para Aníbal um meio de ter mais uma frente de combate para embaraçar os Romanos. Por outro lado, o seu valor em termos de propaganda entre os Gregos do sul da Itália era inquestionável.⁶³⁰

A designada Primeira Guerra Macedónica, que havia de se estender até 205 a.C., foi desencadeada em 214 pelos ataques de Filipe V a Apolónia e Órico, cidades do Epiro (ver localização *supra*, no Mapa 6.4), a que Roma respondeu com o envio da frota de cerca de 50 navios (já equipada e pronta para o combate; conforme referido em Liv. 23.38, o senado já estaria consciente da ameaça macedónica e teria tomado disposições nesse sentido) que estava estacionada na área de Brundísio sob o comando de um propretor. As consequências desta acção romana foram a tomada de controlo das duas cidades e a conquista do acampamento macedónico (que servia de base ao cerco em curso de Apolónia), sem reacção da sua guarnição, com a captura de engenhos de guerra, em particular de cerco, seguida de fuga do rei pelo interior das terras.⁶³¹

⁶²⁹ Rosenstein 2012, 154-55.

⁶³⁰ Plb. 7.9; Liv 23.33-34,38-39. Em Tito Lívio é referido que a iniciativa foi de Filipe V, que terá enviado um emissário a Aníbal, interceptado à ida e à volta pelos Romanos. Em Walbank (1967, 42-43) põe-se em dúvida a primeira das intercepções, confirmando-se que no regresso à Macedónia o referido emissário era acompanhado por três enviados de Aníbal. O tratado, que teria não obstante sido firmado através de uma iniciativa paralela, terá provavelmente tido ratificação subsequente em Cartago. Ver também o que é referido *supra* na nota 602.

⁶³¹ Liv. 24.40.

6.4.3.5. Economia e Finanças

O esforço adicional que Roma passou a dedicar à actividade bélica com os desenvolvimentos da Segunda Guerra Púnica requer uma melhor compreensão da sua economia, em particular do modo como, precisamente, financiava a guerra. Considera-se necessário, adicionalmente, tentar compreender como é que a sociedade romana (ou, melhor, nesta fase histórica, a sociedade italiana) era afectada em termos económicos pelas guerras constantes que empreendia ou que lhe impunham e, muito em particular na situação específica da guerra em curso neste período, como fazia frente às consequências que a evolução das hostilidades no próprio território italiano tinha para as populações.

6.4.3.5.1. O financiamento da guerra

Vimos *supra* que um custo importante das guerras, o *stipendium* destinado aos soldados, havia constituído a principal justificação para a criação de um imposto – o *tributum* – que incidia sobre os cidadãos mobilizáveis para o serviço militar (mas não sobre os mobilizados)⁶³². Mas tratava-se de uma receita de carácter extraordinário, conforme então referido, precisamente porque se destinava a cobrir despesas de carácter extraordinário como as da guerra.⁶³³ Interessa, por outro lado, reter que o *tributum* não pode ser assimilado ao moderno imposto directo concebido

⁶³² A cobrança do *tributum*, revelando a falta de capacidade administrativa do Estado Romano para o fazer directamente, era da responsabilidade dos *tribuni aerarii*, cidadãos que integravam um estrato de cidadãos de elevados recursos financeiros cujo estatuto se situava logo abaixo do da ordem equestre. Na realidade esses *tribuni* avançavam os fundos necessários ao financiamento das despesas militares cobrando a seguir o respectivo valor aos *assidui*. De algum modo desempenhavam uma função da mesma natureza que a que viria a ser mais tarde a dos publicanos quando estes cobravam os impostos às populações das províncias. Mas, segundo Rosenstein (2011, 139), diversamente dos objectivos lucrativos que estes últimos claramente prosseguiram, os *tribuni* poderiam por vezes (de modo a adquirir uma reputação de generosidade) não levar a cabo a integralidade das cobranças. Ver também o que é referido a este propósito em Nicolet (1976, 218-21) e Nicolet (2000, 71-7).

⁶³³ Imposto ou receita estatal, o *tributum* é ainda referido como “contribution” (“directe extraordinaire”) em Nicolet (1976, 207) num contexto em que o autor assimila o conceito ao que os Gregos chamavam um *phoros*, que era uma contribuição colectiva imposta a uma cidade por uma potência exterior. Logo, uma humilhação, considerada como tirânica e vista com horror, que a Roma Republicana só havia conhecido uma única vez quando do cerco imposto no início do século IV pelos Gauleses. Daí o *tributum* imposto aos cidadãos só ser justificável para fazer face a uma circunstância de carácter ameaçador como era uma guerra. Sobre o *tributum* ser considerado uma receita extraordinária destinada a cobrir despesas também extraordinárias como as da guerra ver ainda Nicolet (2001a, 239-41, 244-46).

como uma prestação pecuniária exigida (portanto com carácter forçado) aos particulares, a título definitivo e sem contrapartida específica, para fazer face a encargos públicos como é o caso do moderno imposto sobre o rendimento dos cidadãos (em particular mesmo, o *tributum* incidia não sobre o rendimento mas sim sobre o valor estimado para os haveres materiais do cidadão).⁶³⁴ As referências ao *tributum* respeitantes ao período da Segunda Guerra Púnica que são feitas por Tito Lívio levam a pensar que um por mil sobre o valor de tais haveres teria sido até então a taxa que mais frequentemente era fixada para determinar o valor do imposto a aplicar aos cidadãos. Essa taxa podia variar, o valor de um por mil correspondendo em princípio à necessidade de cobrir gastos com uma extensão da actividade guerreira que exigia o recrutamento anual de quatro legiões, o que foi o caso mais habitual no decurso do século III a.C. Mas esse *tributum simplex* revelou-se francamente insuficiente com o desencadeamento daquela guerra, não só porque as legiões no terreno eram em muito maior número (chegando, segundo os cálculos de autores modernos, a atingir 25 em alguns anos⁶³⁵) mas também porque existiam outras razões para que os gastos fossem mais do que proporcionais ao número de legiões (por exemplo os gastos com as frotas de guerra e de transporte, assim como as devastações causadas no território italiano que obrigavam a aquisições adicionais de mantimentos) e porque o aumento do número de mobilizados reduzia o número

⁶³⁴ Sobre questões relativas ao *tributum* ver em geral Nicolet (1976, 206-21), onde o autor refere que a matéria tributável desse imposto era “la fortune” ou “le capital” do cidadão e que aqui se traduz por “haveres materiais” (os quais incluíam principalmente as propriedades rústicas mas também valores monetários, joias e outros bens móveis, entre os quais escravos). Ver também, mais em particular, Nicolet (1976, 208-09), onde é referida a possibilidade de o *tributum* dever ser antes considerado (o que já viria desde o século XIX com académicos como Joachim Marquardt e Eduard Huschke) como uma espécie de contribuição em princípio voluntária ou mesmo como uma espécie de empréstimo. Ver, contudo, a propósito da possibilidade de empréstimo (que é defendida por alguns autores, conforme consta em Rosenstein (2011, 137-38)), o que é referido *supra* na nota 373. Mas a devolução aí referida, que já havia tido um precedente em 293 a.C. (ver Nicolet (1976, 209-10)), não poderá, na opinião de Nicolet, referenciar a amortização de um empréstimo pois “tout compte fait, il ne peut vraiment s’agir que d’un remboursement de ce qui a été versé par chaque contribuable proportionnellement à son capital. Toute autre interprétation étant à exclure, il est clair ... qu’il s’agit donc d’un remboursement d’impôts ... L’affaire sera moins étonnante si l’on songe que vingt et un ans plus tard [de facto em 167 a.C.], un autre triomphe permettra non de rembourser l’impôt déjà payé, mais de suspendre l’impôt futur”. Aliás, nas contas relativas às Finanças Públicas romanas do período 200-157 a.C. (já referidas *supra*; ver Frank (1933, 145)) o valor de 22,5 milhões de denários aí referido como uma despesa, sob o título “Supertaxes repaid”, corresponde claramente a apenas uma parcela do *tributum* pago pelos contribuintes (sendo discutível se relativa a um período da Segunda Guerra Púnica ou a esse e ao período imediatamente seguinte). A estimativa para o valor pago em 200-167 (60 milhões de denários), sendo claramente superior ao montante reembolsado em 186 a.C., parece demonstrar inequivocamente que o *tributum* não pode de facto ser entendido como um empréstimo, embora possa ter havido “Supertaxes repaid” que não são mencionadas nas fontes e que, portanto, não constam das contas elaboradas por Tenney Frank.

⁶³⁵ Ver Toynbee (1965b, 647) e Brunt (1971a, 418).

dos cidadãos sujeitos ao imposto. Daí as referências existentes ao *tributum duplex* e ao *tributum triplex* no decurso dessa guerra⁶³⁶ mas também os apelos a contribuições voluntárias (dando o exemplo) por parte dos estratos sociais superiores, nomeadamente fornecimento de escravos para remadores das frotas e respectivas remunerações.⁶³⁷

Contudo, o *tributum*, mesmo reforçado, estava longe de poder satisfazer as necessidades da guerra. Uma das fontes de financiamento referidas pelos autores antigos é o recurso ao crédito que, embora raro por parte do Estado Romano, teve lugar várias vezes. Assim, temos por exemplo, em 215 a.C., o caso das sociedades de publicanos que, desejando ver-lhes adjudicados contratos de fornecimentos ao exército que operava na Hispânia, propuseram fazê-lo a crédito nas seguintes condições: o pagamento deveria ser feito logo que houvesse dinheiro disponível; os seus membros deveriam ser dispensados do serviço militar; o Estado teria de garantir a cobertura de eventuais prejuízos ocorridos em caso de naufrágio devido a tempestades⁶³⁸. Algo de semelhante veio, por outro lado, a ter lugar com publicanos que vieram a ocupar-se da manutenção de templos e do fornecimento de cavalos para magistrados. Por outro lado, um empréstimo externo (o único que tem sido admitido no decurso desta guerra, embora Tenney Frank refira a possibilidade de Massília ter também disponibilizado fundos e navios) foi obtido em 216 a.C., concedido por Híeron (cerca de 1 milhão de denários) e a que são feitas referências por Tito Lívio.⁶³⁹

⁶³⁶ Em Frank (1933, 79) considera-se que a taxa aplicada para cálculo do *tributum* tenha atingido mesmo um mínimo de 4 por mil em média no período da guerra, o que levou o autor a atribuir um total de 65 milhões de denários (10,8 mil talentos) à respectiva rubrica das receitas públicas (ver *infra*, Quadro 6.1).

⁶³⁷ Liv. 23.31, 26.35-36. Ver também Frank (1933, 66,75). As contribuições voluntárias poderão ter por vezes assumido a forma de empréstimo, como terá sucedido em 210 a.C. face aos gastos referidos em Liv. 26.36 na frota (a parcela em investimento de tais gastos parece ter sido, segundo o que é referido por Frank, pouco significativa face aos custos de aquisição e manutenção dos remadores). Mais tarde, após a guerra, as referidas contribuições foram reembolsadas em três prestações (um terço dos quais sob a forma de posse de terras – o designado *ager in trientabulis* – mantidas no *ager publicus* e sujeitas ao pagamento, em princípio de mero valor simbólico, de um *vectigal*). Ver a tal propósito Liv. 29.16, 31.13, 33.42, assim como Roselaar (2008, 123-24) e Nicolet (1976, 227-28). Por outro lado, já antes (no decurso da Primeira Guerra Púnica) tinha havido um processo da mesma natureza (contribuições para a construção de uma frota; ver Plb. 1.59), com o Estado a garantir o reembolso caso a guerra terminasse em vitória; sendo provável, embora as fontes não confirmem o reembolso, que ele tenha sido feito, dado o escrúpulo revelado, conforme referido, anos depois.

⁶³⁸ Liv. 23.48-49; ver também Badian (1972, 16-17) onde se refere que seria muito provável que a posterior satisfação do pagamento do montante da dívida pelo Estado incluiria juros. Esta foi uma situação que, em particular, conduziu a fraudes por parte de dois publicanos que embarcaram produtos sem qualidade em navios em más condições que naufragaram (Liv. 25.3).

⁶³⁹ Liv. 23.21, 24.18.

6.4.3.5.2. As devastações – suas consequências

Mas os custos mais significativos desta guerra terão que ser vistos numa perspectiva diferente da que o cidadão sentia em termos meramente individuais ou o Estado Romano sofria no que respeitava em particular às suas finanças. Foram já acima feitas referências às devastações dos campos e das colheitas que ocorriam por ocasião dos confrontos dos exércitos ou meramente nos respectivos percursos e que visavam a obtenção de suprimentos para os soldados e para os animais que integravam os comboios militares. Também, contudo, outro tipo de depredações ocorria, frequentemente de modo sistemático, e que visava prejudicar o abastecimento dos exércitos adversários. Era o caso da queima de colheitas de cereais, da destruição de pomares, de utensílios e de edifícios e outras instalações, o que em particular viria a prejudicar a restauração da capacidade produtiva dos territórios devastados. E, em termos mais directamente humanos, não poderão ser ignorados os efeitos causados pela expulsão de populações dos territórios que ocupavam, as reduções à escravatura dos habitantes ou mesmo os massacres perpetrados pelas duas partes. Tais tipos de devastações incluíam ainda as destruições infligidas às cidades e outras localidades com meros objectivos punitivos derivados da adesão ou apenas não resistência à parte contrária.⁶⁴⁰ Os efeitos deste conjunto de devastações foram de tal modo graves que se poderão ter arrastado até quase à actualidade. Segundo Arnold Toynbee, as marcas da presença de Aníbal na Itália do Sudeste no período da guerra que protagonizou ainda eram discerníveis no século XX no período que sucedeu imediatamente à Segunda Guerra Mundial.⁶⁴¹

⁶⁴⁰ Ver, para mais detalhes, Toynbee (1965b, 30-32). Em particular, sobre a política de terra queimada atribuída ao *Cunctator*, dever-se-á ter em consideração o que é referido em Toynbee (1965b, 31): «... his attitude to the devastations carried out under his nose by Hannibal in South-Eastern Italy was that Hannibal was obligingly doing Fabius's work for him. The more quickly and thoroughly Hannibal ravaged the country, the shorter the time for which he would be able to live off it – and he had little hope of finding any alternative regular source of supply, since the Roman navy commanded the seas between the Italian mainland and Carthage». Convirá no entanto considerar a opinião de Paul Erdkamp que é referida *supra* na nota 582.

⁶⁴¹ Toynbee, 1965b, 35. Peter Brunt veio contudo, poucos anos depois, a relativizar as conclusões a que Toynbee havia chegado no que concerne as devastações, sobretudo no que respeita ao território situado a norte da frente de guerra que se estendia da Campânia ao Adriático (área de Arpos e Lucéria). De algum modo o autor dá mais valor às análises produzidas por Políbio do que ao que é referido por Tito Lívio, desvalorizando em particular os éditos do *Cunctator* (ou pondo-os mesmo em causa) e as respectivas consequências. Assim, as áreas situadas a norte da referida frente, algumas das quais foram atingidas pelas investidas e passagens de Aníbal no início da guerra, estiveram no tempo restante fora da zona de perigo se exceptuarmos o que se veio a passar na breve incursão ao *ager Romanus* antes da

A dissemelhança económica que caracterizava o território italiano desde pelo menos há vários séculos ter-se-á assim acentuado e não só como resultado das devastações ocorridas na guerra. O Noroeste do território (a Etrúria em particular) já se havia distinguido no passado como uma economia mais diversificada, nomeadamente através do aproveitamento das condições favoráveis da fertilidade dos terrenos de origem vulcânica, da disponibilidade de recursos em metal, e do desenvolvimento de manufacturas associadas à complexidade que uma sociedade progressivamente urbanizada adquiria (tal conjunto conduzindo ainda a desenvolvimentos de actividades comerciais). Nesta altura, com as dificuldades que a guerra ocasionava nos territórios mais a sul e com as necessidades mais prementes das respectivas populações e dos exércitos romanos, a sua actividade não poderia deixar de ser impulsionada. Por outro lado, o que se passou na região entre Roma e o rio Volturno apresenta alguma semelhança com a situação acabada de descrever. Aí, verificou-se, no período em que ocorreu a revolta de Cápua, uma evolução no sentido da urbanização e da industrialização (tendo aliás continuado após o final da guerra e a um ritmo mais acelerado) a qual introduziu uma maior complexidade na economia da região. Essa maior complexidade relativamente a territórios que se encontravam a sudeste (em concreto os atravessados por Pirro quando defrontou

capitulação de Cápua e, mais tarde, com a ameaça de Asdrúbal que teve o seu termo com a batalha de Metauro (ou ainda mais a norte, na área das colónias de Cremona e Placência, sujeitas especificamente às devastações causadas pelos vizinhos Gauleses). Por outro lado, mesmo os campos do Sudeste da Itália (incluindo a Campânia), que foram os mais afectados pela guerra, terão continuado, não obstante as enormes dificuldades defrontadas, a ser cultivados e a produzir o cereal fundamental à sobrevivência das populações e contribuindo mesmo, voluntariamente ou não, para o abastecimento dos exércitos de um e outro lado. São assim frequentes as referências feitas por Brunt às ocasiões em que os exércitos romanos e cartagineses obtiveram abastecimentos das comunidades que contactavam, o que não o impede de constatar que o recurso a importações continuava a ser indispensável, a Etrúria surgindo como uma origem importante e o Egipto uma possibilidade que foi pelo menos tentada num altura em que o recurso à Sicília e à Sardenha (ou mesmo a outras áreas mediterrâneas) se havia tornado muito difícil de satisfazer. A opinião expressa em Erdkamp (1998, 167-68) é de que fornecimentos regulares em proveniência do Egipto não terão tido lugar, dado o silêncio das fontes, e em particular porque esse silêncio seria muito improvável nessa situação de grande crise, o que teria repercussões consideráveis na actividade diplomática. No concernente aos Cartagineses, a respectiva dependência dos cereais dos territórios ocupados ou atravessados terá presumivelmente sido maior ainda que no caso romano, primeiro a partir da Campânia e da Apúlia, mais tarde apenas do Brútio e da Lucânia, dado haver uma única ocasião registada em que tais abastecimentos terão sido enviados de Cartago. Por fim, a opinião de Brunt vai no sentido de contrariar o que Toynbee refere sobre o arrastamento no tempo das consequências das devastações no Sudeste da Itália. O Sâmnio em particular já havia sido devastado pelas guerras que no seu território tiveram lugar entre cerca de 340 a.C. e o final da Guerra Pírrica mas, após duas gerações em que conheceu a paz, terá recuperado. A Campânia também recuperou após a Segunda Guerra Púnica. Será então necessário encontrar as causas do arrastamento das dificuldades económicas noutras realidades, com Brunt a sugerir as confiscações de terras com que Roma puniu os rebeldes, as importações de hordas de escravos ou a rentabilidade da pastorícia. Ver, para detalhes adicionais, Brunt (1971a, 269-77).

Roma décadas antes) já existia previamente, com os campos plenos de pomares, vinhedos e todos os tipos de cultivos (a contrastar também com o território samnítico que acusava as devastações causadas pelas guerras) conforme o rei do Epiro havia sublinhado junto dos seus aliados por não ter levado a sua ofensiva até às muralhas de Roma. Agora, com o êxodo do campesinato que procurava segurança para as suas famílias nas cidades fortificadas, o emprego remunerado existia

in urban war-industries for keeping the now huge Roman armies equipped. The places nearest to the front where such work was to be found were towns like Cales which already possessed well-established local industries. But greater opportunities of employment, as well as greater security, could be obtained by migrating as far north-westward as Rome ... We may guess that Rome benefited economically by the sudden cessation of Capua's industrial competition. This competition had been the economic price paid by Rome, and the economic compensation gained by Capua, for Rome's annexation of North-Western Campania in 338 ... [but now] Capua's economic life must have been paralysed by the utter political disaster that had ... overtaken her.⁶⁴²

6.4.3.5.3. As Finanças Públicas

Regressando aos custos da guerra suportados pelo *aerarium* do Estado Romano, o *stipendium* que era pago aos legionários constituía a parcela desses custos mais significativa: cerca de 180 milhões de denários de acordo com as estimativas feitas por Tenney Frank para os 18 anos que o conflito durou. Montante que foi calculado a partir da hipótese de que o custo por legião (composta por 4500 homens, dos quais 4140 eram soldados de infantaria, 60 centuriões e 300 cavaleiros) era de cerca de 620 mil denários anuais (ligeiramente mais que 100 talentos) e que o valor acumulado de legiões ao serviço no período havia sido de cerca de 350. Esse valor de 180 milhões de denários (equivalente a 30 mil talentos) resultava, contudo, da consideração de que o custo anual por legião teria atingido apenas 500 mil denários (e não 620 mil)⁶⁴³ devido ao facto de alguns dos efectivos militares serem por vezes

⁶⁴² Citação e outras referências em Toynbee (1965b, 13-15).

⁶⁴³ Em Marchetti (1978a, 254-75) trabalha-se com o valor anual base de 250 mil denários para representar os custos anuais de uma legião, mas sem considerar no *stipendium* do legionário o valor deductível de cerca de 36 denários/ano relativo ao cereal que lhe era fornecido (o que, adicionado aos restantes 52,75 denários do *stipendium*, conduziria só por si o valor acima a um total de cerca de 420 mil denários; ver a esse propósito Marchetti (1978a, 247-48) e confirmação através de intervenção de Rudi Thomsen em

dispensados em período invernal, não vencendo *stipendium* nessa altura (ver Quadro 6.1). As considerações alternativas que podem ser feitas para esta rubrica de despesa⁶⁴⁴, assim como para outras, tanto de despesa como de receita, poderão progredir no sentido de se virem a obter resultados que se revelem mais satisfatórios no sentido de traduzirem mais adequadamente as realidades nessa área no período que nos ocupa⁶⁴⁵, mas dificilmente conduzirão a uma percepção que divirja do que se pode agora concluir: o peso da guerra é esmagador no conjunto dos encargos públicos, não parecendo mesmo que qualquer uma das cinco rubricas de Despesas do quadro possa incluir valores de natureza diferente. Eventualmente poderão ter ocorrido despesas mínimas com obras públicas, mas Frank não considerou tal possibilidade.

Marchetti (1978b, 211)). Se se tiver em conta que Marchetti não só considera legiões com apenas 4260 efectivos mas ainda acrescenta outros valores ao referido valor base (em particular os designados *aera equestris*, o montante que permitia aos novos cavaleiros comprar os seus cavalos e sustentar 2 escudeiros) verificar-se-á que os seus valores se aproximam dos que são tomados por Tenney Frank.

⁶⁴⁴ Essa estimativa de 180 milhões poderá ser comparada com a que resulta de cálculos distintos feitos a partir de um número mais baixo para o valor acumulado de legiões ao serviço (331) no período e sobretudo com base em efectivos reais por legião cuja média teria em alguns anos sido inferior a 3 mil (e não o valor meramente nominal de 4,5 mil). Esses cálculos foram efectuados a partir dos dados existentes em Brunt (1971a, 418) e conduzem a um valor global de apenas 144 milhões de denários. Tendo ainda em consideração a hipótese já assumida por Frank relativa às dispensas em período invernal ou mesmo a eventualidade de as apreensões de cereal no terreno reverterem de facto a favor das finanças do Estado e não beneficiarem assim directamente os efectivos militares, poder-se-ia pretender que o valor de 144 milhões deveria ainda ser reduzido (o que levaria a um valor para os *stipendia*, não de 30 mil talentos conforme consta do Quadro 6.1, mas abaixo de 24 mil; ou, alternativamente, inscrevendo o valor de tais apreensões de cereal no terreno como receita do Estado). Dever-se-á observar que já Philip Kay fez ajustamentos significativos aos cálculos de Frank (também relativos aos *stipendia*) no mesmo sentido no que respeita à primeira metade do século II a.C. Ver a esse propósito, além de Kay (2014, 299-301), o que é referido em Carmo (2018a, 125, n. 29) e Carmo (2018a, 128), onde se salienta que aquele autor estimou em 38 mil talentos as despesas em *stipendia* para o período 199-150 quando para 200-157 (menos 6 anos) Frank havia considerado 50 mil. Dever-se-á observar complementarmente que a admitir-se a rectificação dos *stipendia* de 30 mil para 24 mil talentos (ou qualquer outro valor) isso implicará uma rectificação no lado das receitas, logicamente na rubrica “Empréstimos, contribuições, etc.” (nesse caso para 13,5 mil talentos), já que tudo parece indicar que esta última terá sido calculada por diferença (entre o total das Despesas e as restantes rubricas das Receitas) por Frank (que admitiu que não haveria saldo nas contas públicas do período).

⁶⁴⁵ Outro exemplo onde podem ocorrer tais considerações é logo na segunda rubrica das despesas (o “Alimento para os aliados”) em que em Frank (1933, 77) são indicados, além de outros elementos necessários aos cálculos, 5 mil homens por “legião” (o contingente referido por Peter Brunt para os aliados é a coorte, com 15 destas unidades a corresponder a uma legião romana), mas não refere o número acumulado de “legiões” ao serviço no período, embora seja provável que tenha assumido serem 353, o mesmo número que admite para as legiões romanas (é esse valor que permite chegar a cerca de 6 mil denários, que é o indicado para a rubrica no Quadro 6.1). Em Brunt (1971a, 677-86) – que é o Appendix 26: The Ratio of Allies to Romans in armies, 225-90 B.C. – o autor discorre sobre o rácio entre forças militares romanas e aliadas, insiste numa evolução que aponta para 2 vezes mais aliados que Romanos no início da guerra mas que se vai reduzindo com o seu avançar, aproximando-se da paridade (que, no que respeita à batalha de Canas, é o referido em Plb. 3.107 para a infantaria, mas em que a cavalaria aliada teria 3 vezes mais efectivos). Frank teria assim seguido aproximadamente as indicações de Políbio, mas o que é certo é que o assunto é discutível, com o carácter conjectural das estimativas de Frank a reafirmar-se e a dever manter-se presente na avaliação deste tipo de valores.

Quadro 6.1			
Finanças Públicas do Estado Romano no período 218-201 a.C.			
(valores em milhares de talentos)			
Despesas		Receitas	
<i>Stipendia</i>	30,0	<i>Tributum</i> cobrado aos cidadãos	10,8
Alimento para os aliados	6,0	Dízimos provinciais ^(*)	4,0
Transporte, etc.	2,5	Rendimentos diversos	1,7
Armas, etc, para os exércitos	3,3	Espólio proveniente dos saques	10,8
Marinha (guerra e transporte)	5,8	Tesouro sagrado	0,8
		Empréstimos, contribuições, etc	19,5
Total	47,7	Total	47,7
<p>Fonte: Frank 1933, 95.</p> <p style="text-align: center;">(a partir de valores expressos em denários e convertidos em talentos) ^(*) colheitas de cereais na Sicília e na Sardenha</p>			

Para fazer face aos volumosos encargos que a guerra lhe impunha, o Estado Romano recorria a um conjunto de recursos dos quais, conforme já referido, o *tributum* era um dos principais. A segunda fonte de receitas referida no Quadro 6.1 era a dos “Dízimos provinciais”, a qual em princípio (constituída não por valores monetários, mas por cereal) ajudava a financiar o “Alimento para os aliados” e o cereal que era fornecido às legiões (o qual, como era “facturado” aos soldados, está incluído na rubrica *Stipendia*, mas não deixava por isso de constituir uma preocupação permanente dos órgãos políticos e militares do Estado). Como os “Dízimos provinciais” eram insuficientes para fazer face a tais necessidades em cereal, o Estado Romano tinha que adquirir (pagando-o, embora a preços fixados pelo senado) quantidades do mesmo muito significativas, o que só parcialmente conseguia fazer através de um segundo dízimo fornecido pelos agricultores da Sicília e da Sardenha.⁶⁴⁶

⁶⁴⁶ Em Rosenstein (2011, 141) é referido que mesmo contando com esse segundo dízimo não era possível abastecer os exércitos no início do século seguinte, altura em que não só o domínio romano sobre a Sicília e a Sardenha era mais incontestado do que no decurso da Segunda Guerra Púnica e os contingentes militares a abastecer eram também menos numerosos. Ora as difíceis condições que Roma defrontava nas duas províncias face a Cartago e aos locais punham muito provavelmente em causa não só a obtenção do segundo dízimo, mas também a integralidade do primeiro ao nível do que veio a suceder no início do século seguinte. Assim, em particular, foram adquiridos cereais em 212 e 210 na Etrúria (Liv. 25.15, 20; 27.3), havendo também uma referência a uma tentativa de aquisição no Egipto (Plb. 9.11a). Visando o período em que Roma tinha mais legiões ao serviço (que terá sido em 212/211), em Frank (1933, 97) é referido que os dízimos apenas permitiam abastecer cerca da sexta parte das necessidades dos exércitos, o que parece confirmar a importância dos abastecimentos em cereal que não são registados como despesa no Quadro 6.1 (e que portanto terão sido obtidos por apropriações directas dos exércitos nos territórios invadidos ou ocupados).

Assim, se se admitir a validade dos números produzidos por Tenney Frank, o *tributum* e os dízimos provinciais (que atingiam um total de 14,8 milhares de talentos) apenas haviam contribuído para fazer face a 31% do total das despesas da guerra (ou 35,5%, se se considerar a rectificação do primeiro daqueles valores para 24 milhares, de acordo com as considerações acima feitas). Verificar-se-á então que o “Espólio proveniente dos saques” e os “Empréstimos, contribuições, etc.” terão sido fundamentais para o Estado financiar esse seu resguardar da via imperial a que havia dado início há mais de um século. E se a tomada de espólio não apresentava novidade e haveria de prosseguir nos séculos seguintes, já o recurso ao crédito e a diferentes tipos de contribuições de carácter litúrgico (pelo menos na altura do seu lançamento, com esse termo a ser entendido no seu sentido primitivo, grego, de espírito patriótico visando o interesse público) tiveram carácter excepcional e específicos do período da Segunda Guerra Púnica (embora na sua fase final não falem já os exemplos de que afinal muitas “contribuições” acabaram por se revelar meros empréstimos, alguns – um dos quais, pelo menos – com evidentes lucros para os “patriotas”). Tito Lívio dá destes casos uma série de exemplos, a que Tenney Frank presta especial atenção e que se referem a seguir de modo sucinto (no seu conjunto, a rubrica correspondente é de todas as que são avaliadas por Frank a que atinge maior valor – 19,5 milhares – mas este, se se aceitar a redução para 24 milhares dos *stipendia*, deverá ser reduzido para 13,5 milhares de talentos):

- Em 216, já depois da batalha de Canas e ainda com Siracusa como seu aliado, é obtido desta cidade um empréstimo que deverá ter atingido cerca de 1 milhão de denários. Já anteriormente, na sequência da derrota no Lago Trasimeno, o rei Híeron havia fornecido a Roma a título gratuito quantidades substanciais de cereais⁶⁴⁷.
- Em 215, o Estado (visando o financiamento das legiões enviadas para a Hispânia, conforme já referido *supra*) recorreu ao crédito dos seus fornecedores, cujo reembolso seria feito com prioridade quando houvesse dinheiro no Tesouro⁶⁴⁸. Nesse ano foi promulgada a *Lex Oppia*, a primeira de uma série de leis sumptuárias que restringiu a riqueza detida pelas mulheres e sobretudo a sua exibição. Essa lei foi revogada 20 anos mais tarde.

⁶⁴⁷ Liv. 22.37, 23.21,38; Frank 1933, 84. O valor de 1 milhão de denários pode ser avaliado sabendo que o custo anual de uma legião seria de cerca de 500 mil denários, conforme referido *supra*.

⁶⁴⁸ Liv. 23.48; Frank 1933, 84-6. Ver *supra* nota 609.

- Em 214, face à morte do rei Híeron de Siracusa e à perspectiva de o seu neto Jerónimo se aliar a Aníbal, foi enviada uma frota para a Sicília, tendo sido decretado que os encargos com os marinheiros – equipamento e *stipendium* durante períodos determinados de tempo – fosse suportado por cidadãos acima de certos valores censitários e pelos senadores⁶⁴⁹.
- Ainda no mesmo ano, e considerada a possibilidade de o Estado pôr fim às adjudicações (ou reduzi-las) de obras públicas ou de outros contratos, os indivíduos que habitualmente exerciam as actividades correspondentes comprometeram-se a só exigir o respectivo pagamento no final da guerra; idêntica atitude foi assumida pelos antigos proprietários dos escravos comprados e libertos pelo Estado para serem mobilizados para o exército; em tal contexto de «boa vontade», os fundos dos órfãos e das viúvas foram depositados junto do Tesouro; e ainda nesse ano os centuriões e os cavaleiros do exército viriam a prescindir das suas remunerações face à pressão da opinião pública⁶⁵⁰.
- Em 210, na sequência de protestos dos cidadãos derivados de novas medidas de austeridade⁶⁵¹, os senadores assumiram de novo aquela atitude de «boa vontade» através do exemplo: contribuições voluntárias em joias, metais preciosos e dinheiro; exemplo que foi seguido pelos *equites* e, a seguir, por outros cidadãos⁶⁵².

⁶⁴⁹ Liv. 24.11; Frank 1933, 86-7.

⁶⁵⁰ Liv. 24.18; Frank 1933, 87-8. No concernente ao depósito dos fundos dos órfãos e das viúvas junto do Tesouro, não poderá deixar de se observar que o carácter litúrgico e excepcional que tem sido associado a tal medida (ver por exemplo o enquadramento em que ela é referida em Nicolet (1963, 424-26)) poderá ser objecto de relativização. De facto, dado o precedente a que Nicolet dá destaque de uma eventual responsabilização das viúvas pelo financiamento dos “cavalos públicos” nos tempos de Sérvio Túlio (Liv. 1.43) há alguma razão para classificar de litúrgica tal contribuição. Mas os factos de no mundo romano as litúrgias, quando existem, terem carácter excepcional, e de a medida tomada em 214 a.C. visar um mero depósito dos fundos dos órfãos e das viúvas, permitem interpretar este último como distinto daquela responsabilização. O mais provável, dada até a possibilidade de os órfãos e as viúvas poderem dispor dos fundos em função de necessidades concretas (conforme é referido por Tito Lívio), terá sido que a decisão dos censores tenha sido motivada pela muito significativa redução da matéria colectável para imposição do *tributum* (derivada da morte de muitos cidadãos masculinos adultos no campo de batalha) e da constatação de que tal matéria colectável continuava a existir, só que tendo mudado de detentor (precisamente os órfãos e as viúvas). Com o depósito dos fundos seria reforçada de imediato a capacidade financeira do *aerarium*, sendo possível que os montantes por ele utilizados viessem posteriormente, finda a situação de excepção e havendo disponibilidades, a ser reembolsados aos legítimos proprietários dos fundos (como aliás sucedeu com as designadas “contribuições voluntárias”).

⁶⁵¹ Liv. 26.35.

⁶⁵² Liv. 26.35-36; Frank 1933, 88-91. Esta “contribuição” haveria mais tarde (em 204; Liv. 29.16) de ser reconhecida como um empréstimo (situação já referida *supra*, nota 637), vindo a ser reembolsada em

No que concerne o “Espólio proveniente dos saques”, as observações que se consideram justificadas são de outra natureza. Em primeiro lugar haverá que enquadrar em termos de evolução no tempo a importância que esse tipo de receita assumiu no decurso da primeira metade desta guerra (em que os valores relativos à submissão de Cápua e à conquista de Siracusa – avaliados por Frank no seu conjunto em cerca de 2,5 milhares de talentos⁶⁵³ – se destacam por serem de uma dimensão que dificilmente terão tido paralelo no passado), o que de algum modo inaugura uma fase de expansionismo imperial em que essa importância relativamente ao total das receitas se irá progressivamente acentuar. Mas convirá, por outro lado, chamar a atenção para uma realidade relativa aos valores que constituíam o espólio tomado às cidades submetidas e que era a pressão que sobre eles era exercida em permanência pelos soldados dos exércitos vencedores, os quais não prescindiam dos direitos que desde tempos imemoriais sentiam ter sobre o espólio. De facto, era a apropriação de espólio que entusiasmava os soldados no terreno de batalha e lhes inculcava lealdade aos comandantes⁶⁵⁴.

Na realidade, o espólio apropriado pelos vencedores romanos – a *praeda* – tinha uma componente – a *manubiae* – que era controlada pelos generais, enquanto a parte restante da *praeda* era directamente apropriada pelos soldados.⁶⁵⁵ A *manubiae*, que podia incluir prisioneiros que iriam ser vendidos como escravos, compreendia

três prestações (204, 202 e 200 a.C.), a última das quais evidenciando a referência acima de ‘evidentes lucros para os “patriotas”’.

⁶⁵³ Frank 1933, 80-1. Relativamente à parcela do espólio de Siracusa que incluía obras de arte, ver Liv. 25.40. Frank avalia também outros valores do espólio obtido durante a guerra, dos quais os mais importantes correspondem às conquistas de Cartagena (600 talentos) e de Tarento (3 mil talentos) e ao que resultou da guerra em África no final do conflito (1,9 mil talentos).

⁶⁵⁴ Ver por exemplo a série de exemplos referidos em Rosenstein (2011, 142-52), sobretudo relativos aos séculos seguintes, tanto no que respeita aos incentivos dados pelos comandantes como às situações de desagrado (que podiam ir até oposições à concessão de Triunfos) manifestadas pelos soldados na falta desses incentivos. No que concerne tempos passados, um dos exemplos citados por Rosenstein refere o voto popular na assembleia das centúrias em 264 a.C. no sentido de responder favoravelmente ao pedido de ajuda dos Mamertinos face à ameaça que estes sentiam por parte de Siracusa. Dada a hesitação do senado em responder favoravelmente ao pedido dos Mamertinos, os cônsules pediram o voto positivo dos cidadãos na assembleia argumentando com uma expectativa de espólio bastante considerável. Sobre esta situação relativa aos Mamertinos ver *supra*, secção 6.2.1.

⁶⁵⁵ Apropriada em termos que contradiziam a forma idealizada descrita por Políbio (Plb. 10.15-16) de um sistema ordeiro de saqueio que sucedia à captura de uma cidade. A tal propósito, em Rosenstein (2011, 144) refere-se que «The soldiers were turned loose by their commander to engage in a mad scramble to pillage, murder and rape, every man for himself». Rosenstein refere casos em que o *imperator* teve que tomar medidas especiais para assegurar que a parcela da *praeda* que ele considerava que devia ser entregue ao *aerarium* não caía nas mãos da “soldadesca”. Foi o caso em particular na tomada do controlo de Siracusa, altura em que Cláudio Marcelo destacou um oficial a comandar uma força composta por soldados de confiança com o objectivo de se apoderar do tesouro real antes que o saqueio em curso pudesse frustrar tal acção. Ver, a tal propósito, Liv. 25.31 e Plu. *Marc.* 19.7.

valores que deveriam ser entregues ao *aerarium*, os quais por sua vez eram destinados a financiar guerras futuras, obras públicas ou outros investimentos além de outras iniciativas de entidades estatais (jogos em honra dos deuses, por exemplo), mas também, eventualmente, devoluções aos *assidui* dos montantes por eles avançados para custear as guerras a título de *tributum* (sem esquecer, decerto, o próprio bolso do *imperator*, os seus amigos e os oficiais às suas ordens).⁶⁵⁶ Na prática, não só havia competição entre os interessados por estes diferentes destinos a dar à *manubiae* como os soldados que haviam contribuído directamente para a obter estavam interessados em minimizar o respectivo valor para que o montante da parcela da *praeda* que lhes era destinada pudesse ser mais elevado.⁶⁵⁷ Na interpretação de Nathan Rosenstein esta competição foi evoluindo no tempo em prejuízo do *aerarium*, chegando, na fase final da República, a traduzir-se por situações em que os generais regressavam ricos das suas guerras, os seus soldados também se sentiam satisfeitos com a *praeda* de que se tinham apoderado ou que lhes havia sido atribuída, embora isso não impedisse que quantias bastante elevadas fossem por vezes entregues ao Tesouro.⁶⁵⁸

Verificava-se assim que a situação revelada pela insuficiência do *tributum*, dos dízimos em cereais e do espólio para poder financiar as guerras em que Roma se envolvia tendia a estar mais dilatada no tempo do que o que foi referido para o período específico da Segunda Guerra Púnica. Situação para a qual, aliás, o Estado Romano haverá, após essa guerra, de encontrar solução, socorrendo-se de outros recursos – que não empréstimos e “contribuições” de natureza excepcional dos seus cidadãos – para lhe permitir fazer o necessário financiamento ao prosseguimento da via imperial.

⁶⁵⁶ Ver o que é referido *supra*, nota 531.

⁶⁵⁷ Rosenstein 2011, 144-45. Por outro lado, com a situação já referida *supra* (ver nota 538) de suspensão da cobrança do *tributum* em 167 a.C., essa competição pela apropriação da *praeda* terá então sido simplificada, com os “credores” do *aerarium* a deixarem de incluir os *assidui* e os *tribuni aerarii* (reduzindo-se naturalmente a pressão que uns e outros exerciam sobre as assembleias populares e sobre o senado; ver especificamente a este propósito Rosenstein (2011, 149)).

⁶⁵⁸ Rosenstein 2011, 142-52. Convém contudo ter presente, neste contexto da diferenciação entre *praeda* e *manubiae*, que há várias interpretações destes conceitos (e das acções de repartição que lhes estavam associadas), uma das quais em que o primeiro se referia aos valores apropriados no decurso de uma batalha ou outra acção violenta (aos quais os soldados tinham direito) e o segundo respeitava aos valores recebidos de um inimigo que se rendia sem acção violenta (que eram apropriados pelo *imperator*). Ver, por exemplo, a tal propósito, o que é referido em Kay (2014, 32-35), onde são referidas várias interpretações do termo *manubiae* que têm sido apresentadas por vários autores, dando especial relevo à análise feita em Shatzman (1972) e apresentando a hipótese, que parece bastante credível, de o significado daquele conceito ter mudado ao longo do tempo.

6.4.3.5.4. Evolução em outras áreas

A atenção que tem vindo a ser dada às finanças do Estado Romano não deverá fazer esquecer que as realidades económicas que eram as da Península Itálica no período em análise não se limitavam àquele sector. Mas, não obstante as diferentes referências que foram feitas *supra* a outros aspectos da economia (por exemplo, as devastações dos campos, das colheitas e das cidades, os efeitos das guerras sobre as populações, a diversificação da actividade no sentido de uma maior complexidade) – os quais, embora influenciados inevitavelmente pela guerra e pelas políticas estatais que lhe respeitavam, não são confundíveis com as finanças públicas – não será possível deixar de reconhecer que muito pouco é possível dizer sobre a produção agrícola e artesanal, o comércio e outras actividades económicas. Com igual razão no que respeita à evolução dos preços, a qual terá forçosamente assumido formas para as quais só a influência directa da guerra não teria bastado para modelar.⁶⁵⁹ De qualquer modo, falar de preços, mesmo no que respeita a um período já um pouco distante do arcaísmo como o da Segunda Guerra Púnica, é algo que faz sentido para uma parte da sociedade que dificilmente abrangerá os sectores não urbanos ou os que não estavam sujeitos à vida militar. Por outro lado, se essa guerra introduziu uma crise profunda na sociedade italiana, um dos seus elementos marcantes foi o que levou à reorganização do sistema monetário romano, que, tornando-se mais complexo, haveria progressivamente de estender a sua influência nos períodos seguintes ao conjunto da Itália e, mais tarde, à área mediterrânea.

O primeiro sistema monetário romano (que começou o seu desenvolvimento no século IV a.C.) foi o designado pelos numismatas *aes grave* (bronze pesado, constituído por uma liga de bronze com chumbo), em que o padrão era o asse, o qual tinha o peso de uma libra romana (correspondente *grosso modo* a 324 gramas).⁶⁶⁰

⁶⁵⁹ A este respeito, já há perto de sessenta anos Claude Nicolet referia que «... ne nous le déguisons pas ... bien des éléments, peut-être les plus importants, nous échappent. Pendant ces années de guerre, nous ignorons à peu près tout de la production, des échanges commerciaux, et, surtout, des prix.» (Nicolet 1963, 435).

⁶⁶⁰ Mas já antes (Hollander 2007, 15) eram usados o *aes rude* (bronze em bruto, o qual precisava de ser pesado para cada transacção,) e o *aes signatum* (bronze assinado – lingotes de vários pesos, com os de 5 libras a predominar), com a equivalência entre o asse e a libra de bronze a ter sido estabelecida no final do século VI a.C. A libra romana equivalia a 327,453 gramas, embora alguns autores refiram frequentemente 324 gramas. Existiam outras medidas de peso no sistema romano, entre as quais o

Rudi Thomsen, após várias alusões ao que referem as fontes sobre a evolução em termos de peso do asse⁶⁶¹, dá indicações sobre diferentes séries do *aes grave* (padrão libral, portanto) e as outras, de padrão com pesos inferiores, que lhes sucederam. Assim, teria havido inicialmente várias séries em que o asse teria pesos ligeiramente inferiores a 270 gramas, a seguir uma em que o peso era de cerca de 236 gramas, passando-se depois a uma redução mais forte que levou ao padrão semi-libral (6 onças: *aes semilibralis*). Seguiu-se um estágio que tem sido designado como pós semi-libral⁶⁶², o qual antecedeu o asse sextantal (*aes sextantal*: 1/6 da libra = 2 onças, portanto 54 gramas de bronze), cuja emissão teve lugar no decurso da Segunda Guerra Púnica. Esse estágio coincidiu com a criação do sistema metrológico do denário (de valor igual a 10 asses sextantais), moeda de prata que substituiu o anterior didracma, cuja primeira emissão feita em Roma teria ocorrido em 269 a.C.⁶⁶³ As emissões seguintes em moeda de prata terão tido lugar em 241 e 225 a.C., enquanto as que tiveram lugar já durante a Segunda Guerra Púnica antes do denário ocorreram provavelmente em 217, 215 e 213 a.C.⁶⁶⁴

O padrão monetário do denário incluía também o victoriato, o quinário e o sestércio, este último o mais utilizado nas fontes para avaliações juntamente com o denário. O Quadro 6.2 dá os pesos e as equivalências das diferentes moedas que se enquadravam nesse padrão, com os pesos em gramas a resultarem da multiplicação dos pesos em escrúpulos por 1,125 gramas (1/288 da libra, cujo valor assumido foi

obolus (óbolo), o *scripulum* ou *scrupulum* (que a seguir se traduzirá por “escrúpulo”, que era 1/24 da *uncia* ou 1/288 da *libra*), o *drachma* (dracma), a *uncia* (onça) e a *minae* (mina). A libra equivalia a 12 onças ou 96 dracmas ou 288 escrúpulos ou ainda 576 óbolos. Por outro lado, a mina era equivalente a 4/3 da libra.

⁶⁶¹ Em Thomsen (1978, 9-10) são citados Plínio, Festus e Zonaras, em que as respectivas referências ou são insuficientes para traduzir a evolução dos padrões monetários que antecedem (ou coexistem com) a Segunda Guerra Púnica ou não coincidem com o que as investigações feitas pelos numismatas revelam em tal matéria.

⁶⁶² Com pesos sucessivamente menores (4 onças – *aes trientalis*; 3 onças – *aes quadrantal*), segundo Andreau (2001, 206), que segue Patrick Marchetti (a posição deste é sintetizada em Marchetti (1978b, 202-216)). Mas Andreau refere também a opinião de Michael Crawford, segundo o qual o *aes grave* ainda era cunhado em 218 a.C. (embora com um peso de apenas 10 onças) e o *aes uncial* só teria surgido depois da guerra (em Crawford (1978, 148) remete-se para Thomsen (1978, 9-30), com as posições de Crawford e Thomsen a mostrarem-se convergentes e em oposição a Marchetti).

⁶⁶³ Thomsen 1978, 11-12. A redução de peso do asse haveria de prosseguir após a sua ligação ao sistema do denário, conduzindo ao padrão uncial (*aes uncial*, com a onça a representar 1/12 da libra, ou seja, 27 gramas; refira-se que o sistema romano de pesos incluía ainda o *scripulum* ou *scrupulum* (que a seguir se traduzirá por “escrúpulo”), que era 1/24 da *uncia* ou 1/288 da *libra*) já numa fase avançada do século seguinte em que o valor do denário haveria de ser alterado para 16 asses. Sobre as primeiras emissões de moeda romana em prata, de 326 a 269 a.C., primeiro fora de Roma depois na própria cidade, ver *supra*, secção 5.2.2 e secção 6.1.7.

⁶⁶⁴ Crawford 1974, 44, Table V.

de 324 gramas). Crawford (que não refere a data em que os pesos indicados passaram a ser os praticados) admite que estes pesos das moedas terão sido antecidos por outros que seriam respectivamente 4 / 3 / 2 / 1 escrúpulos (ou seja, que o denário seria mais pesado, 1/72 da libra e não 1/80), o que teria conduzido a valores correspondentes em gramas de 4,5 / 3,375 / 2,25 / 1,125.

Quadro 6.2					
Pesos e Equivalências de moedas no período da Segunda Guerra Púnica					
Moedas de prata	peso		equivalências		
	em <i>scrupuli</i>	em gramas	asses	denários	sestércios
<i>denarius</i>	24/7	3,857	10	1	4
<i>victoriatus</i>	18/7	2,893	7,5	0,75	3
<i>quinarius</i>	12/7	1,929	5,0	0,50	2
<i>sestertius</i>	6/7	0,964	2,5	0,25	1

Nota: pesos e equivalências de acordo com Crawford (1974, 594-95)

Não obstante a importância que a moeda veio posteriormente a adquirir para as transacções comerciais, o papel que ela desempenhou no período da Segunda Guerra Púnica foi dominado pelas repetidas emissões que foram necessárias para financiar a guerra e pela perda de valor que ela veio conseqüentemente a sofrer. Para que tais emissões fossem possíveis terão sido necessárias grandes quantidades de metal (sobretudo bronze e prata, mas também ouro para emissões nesse metal que tiveram lugar). Sendo pouco provável que as joias (ou mesmo valores monetários) que resultaram das acima referidas contribuições voluntárias tivessem sido suficientes para alimentar os grandes volumes necessários para tais emissões, poderá colocar-se a hipótese de a disponibilidade de metais resultar dos avanços feitos pelos *tribuni aerarum* relativos ao *tributum*⁶⁶⁵ ou do espólio que ia sendo apreendido aos inimigos ou aos revoltosos. De qualquer modo, a obtenção das quantidades necessárias às emissões ter-se-á revelado inatingível e terá sido essa a razão das fortes manipulações monetárias que os autores modernos referem para este período. Tais manipulações concretizaram-se pelas já referidas reduções de peso das moedas, que

⁶⁶⁵ Tais avanços teriam que ser mais volumosos que em períodos passados dada a subida ocasionada pela imposição de mais elevadas taxas e não obstante a redução do número de cidadãos não mobilizados. Mas há que considerar a hipótese de os pagamentos efectuados aos próprios *tribuni* pelos cidadãos tributados terem de ser feitos, pelo menos parcialmente, em espécie, o que recoloca o problema da obtenção dos metais.

no caso do bronze levou ao padrão sextantal cerca de 212 a.C. (um asse de 48 escrópulos de bronze, os quais seriam contudo reduzidos para 30 logo em 209; ou seja, o asse, que de sextantal só reteve o nome, passou de 16,7% a 10,4% da libra), desvalorização que também atingiu o padrão denário, embora menos intensamente (o preço do bronze, expresso em prata, terá caído).⁶⁶⁶ A desvalorização do bronze não foi, contudo, neste enquadramento histórico, um fenómeno estritamente romano, tendo atingido também não só Siracusa mas sobretudo o Egipto.⁶⁶⁷

As respostas relevando especificamente do domínio financeiro que o Estado Romano procurou dar à crise que o atingiu no decurso da guerra – nomeadamente, conforme já referido, as medidas fiscais, o recurso ao crédito e às contribuições voluntárias, as manipulações monetárias – tiveram por outro lado que ser complementadas por medidas de carácter administrativo que introduzissem ordem nos processos complexos que aquelas iniciativas desencadearam. Relativamente às emissões de moeda e à organização das cunhagens, há dúvidas sobre a altura em que os *triumviri monetales* (magistrados subalternos já referidos acima) foram reactivados ou mesmo criados, mas as opiniões mais correntes nos meios académicos apontam precisamente para o período da Segunda Guerra Púnica, com maior probabilidade para o momento da introdução do sistema do denário. Por outro lado,

⁶⁶⁶ As reduções do peso da moeda afiguravam-se indispensáveis para instituições estatais que se viam confrontadas com a convergência da necessidade de fazer face a pagamentos maciços (em particular no que respeita aos *stipendia*) e da falta de metal para as emissões. Complementarmente essa desvalorização da moeda tinha como consequência a redução da dívida em termos reais do Estado (em princípio expressa em asses e, portanto, sucessivamente reduzida em valor intrínseco, ou seja, em termos de peso do metal. Tem sido contudo entendido que essa desvalorização não terá afectado o valor real do *stipendium* dos soldados, o que é compreensível quando se considera não só que tal valor deveria estar muito próximo dos respectivos níveis de sobrevivência mas também que a situação de precariedade militar em que se encontrava a República não seria compatível com uma eventual redução. É de facto esse o entendimento em Marchetti (1978b, 198-200) ao interpretar Plínio, *Hist. Nat.*, 33, 45, o que, contudo, não é feito de modo inteiramente satisfatório (Marchetti a certo ponto hesita entre «concluir» e «admitir como hipótese de trabalho»). No mesmo sentido de Marchetti também, e com dificuldades semelhantes, Thomsen (1978, 21-2).

⁶⁶⁷ Nicolet 1963, 432-35. No caso de Siracusa tal tipo de desvalorizações já teria tido início nos tempos de Dionísio I, enquanto no Egipto, onde a crise monetária terá atingido sobretudo a relação entre a prata e o bronze (desvalorização deste último) e tido como causas as dificuldades derivadas da Terceira Guerra da Síria, da diminuição das exportações de trigo e mesmo do desencadeamento da Segunda Guerra Púnica. Tratar-se-ia de uma crise monetária em que a relação valorativa previamente existente de 1/60 entre a prata e o bronze, terá passado nos anos 220-18 a 1/250. Essa relação valorativa teria regressado cerca de 210 a.C. a 1/60, mas as perturbações monetárias terão persistido até ao início do século II a.C. Por outro lado, no que diz respeito especificamente às perdas de peso das moedas romanas, Patrick Marchetti apresenta a hipótese de tais perdas de peso terem sido ocasionadas sobretudo pelo uso das moedas desde o momento das emissões até às respectivas deposições nos locais onde os achados arqueológicos vão sendo encontrados e não sendo o resultado da intenção do Estado Romano de poupar no metal. Ver a esse propósito, em particular, Marchetti (1978a, 281 e ss.), tendo contudo em consideração que se trata de questão que tem conduzido a forte polémica e que o respectivo aprofundamento não poderá ser levado a cabo no presente trabalho.

algumas emissões com carácter urgente (assim como algumas das que precederam o sistema do denário) poderão ter sido organizadas pelas autoridades militares (cuja necessidade de moeda para fazer face aos pagamentos dos *stipendia* assim o impunha).⁶⁶⁸ No respeitante ao recurso ao crédito e às contribuições voluntárias (ou mesmo às contribuições que dificilmente poderão ser classificadas como tal), o volume e complexidade das operações de cobrança e de registo envolvidas conduziu à criação de outros magistrados de carácter extraordinário como foi o caso dos *triumviri mensarii*.⁶⁶⁹ Como a própria etimologia sugere trata-se de magistrados encarregados de operações de natureza bancária em que a movimentação de moeda e os registos que inevitavelmente necessitavam de lhes estar associados (as listas dos cidadãos e valores correspondentes a cobrar ou a reembolsar no futuro, por exemplo) exigiam competência específica para o efeito. Compreende-se em tal perspectiva que tais banqueiros públicos tivessem exercido funções que na nossa época se enquadram nos domínios da contabilidade e da tesouraria.⁶⁷⁰

6.4.4. A confirmação da recuperação romana

O expansionismo cartaginês, mais evidente no território hispânico e crescentemente sentido por Roma como ameaçador das suas ambições imperiais, poderia ter sido travado como resultado do tratado que a cidade do Tibre impôs ao rival de modo a impedir-lhe avanços mais significativos. Com Aníbal, contudo, a conquistar Sagunto e a ultrapassar o Ebro, a que se seguiu a marcha que transpôs os Alpes e atingiu a Gália Cisalpina, a simples competição imperial deu lugar a ameaças bem claras para Roma que progrediriam de modo espectacular até Canas. À presença de um exército poderoso no território italiano, comandado com mestria e com claras vantagens tácticas em terreno aberto, ia agora acrescentar-se uma nova e muito perigosa ameaça para Roma, que era a revolta dos seus aliados na expectativa de recuperarem a autonomia que já tinham conhecido nas

⁶⁶⁸ Ver a este propósito Suspène (2002, 35-43), cuja opinião sobre a criação dos *triumviri monetales* vai no sentido de afastar a possibilidade de ela ter ocorrido em 289 a.C., contrariando assim as interpretações referidas mais acima.

⁶⁶⁹ Criação que terá ocorrido em 215 a.C., de acordo com o referido em Liv. 23.21 e que a afectação de tais magistrados à percepção da contribuição extraordinária mencionada em Liv. 26.38 confirma. A existência prévia de tal tipo de magistrados (como os indicados em Liv. 7.21 com referência a 352 a.C.) e a eventual influência de exemplos helenísticos em tal iniciativa são discutidas em Nicolet (1963, 420-21) e Suspène (2002, 34-35, n. 12).

⁶⁷⁰ Ver a tal propósito o que é referido em Nicolet (1963, 421-22).

décadas ou séculos precedentes. Foi algo que começou por ter lugar no centro-sul da Itália, com particular destaque para a Campânia, e que pouco depois atingiu a Sicília, afectando ainda os interesses romanos no Adriático, com as iniciativas de Filipe V da Macedónia a conduzirem à criação de uma frente adicional na guerra.

Os progressos de Aníbal no conflito foram-se tornando menos claros, sobretudo a partir de 214 a.C., com um comportamento dos exércitos romanos que, continuando a experimentar insucessos, iam no entanto obrigando Aníbal mais a socorrer os aliados que havia conseguido do que a averbar reais progressos. Por um lado, na Campânia, o general cartaginês, tendo conseguido complementar a revolta de Cápua com o controlo de uma ou outra cidade não logrou ter êxito na obtenção do controlo de um porto de mar. Algo de próximo ocorreu com Tarento, onde Aníbal ocupou a cidade, mas não conseguiu fazer o mesmo com a cidadela. Por outro lado, na Sicília, o que se verificou após a morte de Híeron permitiu a Cartago disputar o controlo de várias cidades, chegando a exercer domínio em Siracusa, mas Roma, após um longo cerco, acabou por conquistar a cidade e reduzir a presença púnica na Ilha. Foi este porém um sucesso romano não tão completo como o que veio a verificar-se na Campânia, onde a conquista de Cápua pelos cônsules haveria de revelar efeitos positivos imediatos em toda a região. Por fim, na Hispânia, o que durante alguns anos parecia uma evolução firme no sentido de os Romanos tirarem proveito dos problemas com os povos indígenas que iam afectando os Púnicos – impedindo o envio de reforços a Aníbal – evoluiu subitamente para uma situação de desastre para Roma, quando os dois irmãos Cipião recorreram a mercenários hispânicos que os abandonaram, o que conduziu à morte de ambos e à destruição quase completa dos respectivos exércitos.

6.4.4.1. Sicília

Após a conquista de Siracusa, Marcelo dirigiu-se para oeste com a intenção de complementar o seu sucesso com a submissão de Ácragas, que se encontrava sob o domínio cartaginês. As dificuldades encontradas foram significativas face à acção da cavalaria nómada, não obstante as desinteligências do respectivo comandante com o general púnico que superintendia na defesa da cidade.⁶⁷¹ Após a partida de Marcelo

⁶⁷¹ Liv. 25.40-41.

para Roma, reforços enviados por Cartago e alguns problemas com os veteranos de Canas que se encontravam na Sicília sob punição criaram novas dificuldades às legiões romanas, o que não as impediu contudo de no período final de 211 voltar a exercer controlo sobre algumas cidades rebeldes. No ano seguinte, com a chegada do novo cônsul que tinha a província a seu cargo, os repetidos desentendimentos entre o general púnico e o comandante da cavalaria númida foram aproveitados com a entrada na cidade que este havia proporcionado, seguindo-se a fuga do general e a conquista romana da cidade. O espólio obtido, incluindo o produto da venda dos habitantes como escravos (repetindo o que já havia sucedido no decurso da Primeira Guerra Púnica), foi enviado para Roma. Esse novo sucesso romano levou a uma imediata inversão do sentimento nas cidades rebeldes, facilitando a tomada de controlo, com ou sem combate, de várias dezenas de locais fortificados.⁶⁷²

Com o regresso do cônsul a Roma, foi apresentado no início de 209 um relatório em que se dava destaque ao regresso à normalidade na província, com a presença cartaginesa a ter sido completamente excluída, o regresso dos exilados sicilianos a ter tido lugar e a economia agrícola a recuperar rapidamente (e já em condições de fornecer trigo a Roma e ao exército que se encontrava na área de Tarento). Por outro lado, o envio de uma frota de 50 navios ao território africano havia-se saldado pela apropriação de um significativo espólio na região de Útica e por uma apreensão de prisioneiros que permitiu obter informações importantes sobre um recrutamento de soldados que estava em curso (que terá sido interpretado como destinado a reforços para Asdrúbal levar da Hispânia com destino à Itália) e outras relativas à construção e equipamento de uma grande frota que se destinaria a retomar a Sicília.⁶⁷³

6.4.4.2. Hispânia

A situação em que as forças militares romanas ficaram após a morte dos dois irmãos Cipião e a perda significativa de efectivos dos respectivos exércitos, levou o senado a enviar reforços em 211 sob o comando de Gaio Nero: 12 mil soldados de infantaria e mil e cem cavaleiros. Subjacente a esta preocupação estaria certamente o receio que

⁶⁷² Liv. 26.40; Hoyos (2015, 163-64); Finley (2003, 137-38).

⁶⁷³ Liv. 27.5,7-8.

forças cartaginesas, libertas da pressão que até aí haviam sofrido na Hispânia, se dirigissem para Itália, robustecendo os exércitos de Aníbal. Provavelmente porque Nero não se mostrou capaz de fazer frente adequadamente aos exércitos cartagineses, o governo romano procurou enviar outro general para assumir o comando referido, o que se revelou difícil, situação que no entanto acabou por ser superada pela candidatura de Públio Cornélio Cipião, o futuro “Africano”, filho de um dos generais que havia sucumbido precisamente na Hispânia. Os reforços adicionais que acompanharam Cipião quando se deslocou para a Hispânia somaram 10 mil soldados de infantaria e mil cavaleiros, os quais foram transportados por uma frota escoltada por trinta quinqueresmes.⁶⁷⁴

A renovada força militar romana no nordeste da Hispânia não terá começado por causar grande perturbação no campo cartaginês, e três dos seus generais prosseguiram as campanhas em que estavam envolvidos em diferentes pontos da península, longe da capital púnica em Cartagena. Esta cidade encontrava-se então guarnecida por um efectivo de apenas cerca de mil soldados regulares comandados por um outro general. Esta terá sido uma situação de que Cipião terá adquirido conhecimento e considerado uma extraordinária oportunidade para dela tirar o máximo proveito. Assim, na primavera de 209 optou por atacar aquela cidade, deslocando-se com rapidez com o seu exército de 25 mil soldados e 2 mil e 500 cavaleiros, acompanhados ao longo da costa por uma frota de 35 quinqueresmes. O general púnico pouco pôde fazer para reforçar os seus efectivos militares e Cipião, que havia procurado informações que lhe deram uma boa percepção das particularidades defensivas da cidade assim como do contexto geográfico em que estava inserida, conseguiu conquistá-la num só dia.⁶⁷⁵

⁶⁷⁴ Liv. 26.17-20. A designação de Cipião pelos *comitia centuriata*, recebendo *imperium* como procônsul, é considerada em Hoyos (2015, 172-74) a maior aposta romana nesta guerra. Essa designação é também associada por Hoyos a rivalidades entre as principais figuras políticas e militares do momento em Roma. A assinalar, por outro lado, os contingentes de cavalaria enviados para a Hispânia nestas ocasiões, em proporções superiores às usuais relativamente à infantaria, o que parece ter derivado de uma preocupação em reduzir a inferioridade romana em tal arma face aos exércitos cartagineses.

⁶⁷⁵ Ver a tal respeito Liv. 26.42-46 e Plb. 10.12-16, assim como um curto resumo em Hoyos (2015, 175). A competência revelada por Cipião na aquisição das informações referidas (ver, por exemplo, Plb. 10.7) encontrava paralelo na sua capacidade para motivar os seus soldados. O discurso que lhe foi atribuído por Tito Lívio (Liv. 26.41) permite inferir a aptidão que lhe era reconhecida para utilizar os sentimentos religiosos dos seus subordinados de modo a fazer-lhes crer que as suas intenções e as circunstâncias favoráveis encontradas eram no fundo designios divinos. Conforme também é referido em Plb. 10.2 (tradução inglesa de Scott-Kilvert), «Scipio ... strengthened the confidence of the men under his command and their readiness to face dangerous enterprises by instilling into them the faith that his plans were divinely inspired. The fact remains, however, that his actions were invariably governed by calculation and foresight...».

Os objectivos associados à conquista da cidade incluíam a disponibilidade de um excelente porto (o qual poderia vir a ter uma função fundamental em termos de encaminhamento de abastecimentos), o arrebatamento ao inimigo de imenso material de guerra (que em particular envolvia instrumentos de cerco), a apropriação do tesouro de guerra cartaginês e dos reféns de toda a Hispânia que se encontravam na cidade. E isso significava que o inimigo ficava sem a sua cidade, o seu entreposto, o seu tesouro, o seu arsenal, os seus meios de pressão sobre os aliados hispânicos. Após a conquista e a confirmação da consecução imediata de vários de tais objectivos, Cipião procurou ainda motivar uma parte da dezena de milhar de homens livres aprisionados – os artesãos – prometendo-lhes a liberdade caso aceitassem trabalhar activamente para as necessidades da guerra; por outro lado, no respeitante a outros homens livres mais jovens e aos escravos, o general romano decidiu utilizá-los como remadores.⁶⁷⁶

Reinstalado em Tarragona, Cipião estabeleceu contactos com os chefes hispânicos, optando por restituir-lhes os familiares retidos pelos Cartagineses como reféns. Em tal contexto, em breve passou a dispor de novos aliados, agradecidos por tal restituição e, pondo a seco os seus navios por de momento não necessitar deles, decidiu incorporar os respectivos tripulantes no seu exército, aumentando assim os seus efectivos militares.⁶⁷⁷

Entretanto Asdrúbal, irmão de Aníbal e um dos generais cartagineses na Hispânia, face à movimentação de Cipião em 208 com os seus novos aliados hispânicos no sentido da Bética, aguardou a sua chegada na região de Castulão. Provavelmente porque os outros generais cartagineses estavam ocupados com agitações adversas de tribos hispânicas aliadas, Asdrúbal viu-se compelido a defrontar Cipião sem a respectiva ajuda.⁶⁷⁸ Cipião, apesar dos posicionamentos mais favoráveis que Asdrúbal

⁶⁷⁶ Liv. 26.43-47, onde são expostos também pormenores do assalto à cidade e da superação das defesas inimigas. O material de guerra capturado incluiu centenas de pequenas e grandes catapultas, números elevados de balistas, escorpiões e outras armas ofensivas e defensivas. Foram ainda apropriadas grandes quantidades de ouro e prata, navios de carga, trigo, cevada, matérias primas e outros componentes para a construção naval, esse todo revestindo-se de maior importância do que propriamente a conquista em si da cidade. Klaus Zimmermann considera que o feito de Cipião nesta conquista terá sido um golpe de génio não inferior em originalidade à passagem de Aníbal pelos Alpes. Seria na altura demasiado arriscado avançar contra três exércitos que, unidos, ultrapassavam bastante em efectivos as forças militares romanas, aproveitando em alternativa a possibilidade de atacar sem ser esperado um ponto particularmente delicado em que podia beneficiar, durante um período limitado, de superioridade numérica (Zimmermann 2011, 292).

⁶⁷⁷ Liv. 27.17; Plb. 10.34-36. Ver também Hoyos (2015, 176).

⁶⁷⁸ Na descrição deste episódio da guerra que é feita em Hoyos (2015, 177-79) coloca-se a hipótese de haver desentendimentos entre os três generais ou de não darem a devida importância à capacidade de um jovem comandante como Cipião para lhes fazer frente, atribuindo o seu sucesso em Cartagena a uma

havia escolhido para os seus exércitos, manobrou de modo a superar tal desvantagem e derrotou o seu adversário na designada batalha de Bécula, infringindo-lhe pesadas perdas, incluindo numerosos prisioneiros. Asdrúbal retirou para a região do curso superior do rio Tejo, onde acabou por se reunir com os outros dois generais.⁶⁷⁹

Cipião regressou a Tarragona para passar o período invernal de 208-207, altura em que Cartago enviou reforços para a Hispânia comandados por um quarto general. Com o regresso posterior de Cipião à região de Castulão, um destacamento romano enfrentou um exército cartaginês comandado por esse general, o qual incluía novos recrutas celtiberos. O resultado foi uma derrota cartaginesa com o aprisionamento do seu comandante e dispersão dos sobreviventes celtiberos, o que significou o falhanço do esforço púnico de melhorar a situação no que respeita à incorporação de novos aliados hispânicos. Por outro lado, um dos outros generais, acampado nas redondezas e que veio a intervir nessa batalha, foi também derrotado e viu-se coagido a retirar com fortes baixas.⁶⁸⁰ Face ainda à decisão cartaginesa que então ocorreu de evitar confrontos em campo aberto e de abrigar uma parte considerável dos efectivos militares em cidades fortificadas, Cipião destacou um outro destacamento romano para assaltar uma dessas cidades. Tratava-se de um conjunto urbano que dispunha de terras férteis e que explorava minas de prata, a exemplo de vários outros casos nessa região de Castulão. A cidade foi conquistada, mas o seu saqueio, segundo Tito Lívio, não terá tido lugar (a única *praeda* referida por Tito Lívio terá sido um imenso cortejo de prisioneiros que caminhavam diante do exército no seu regresso posterior a Tarragona). Cipião, dado o afastamento dos dois generais púnicos que permaneceram na Hispânia para a área de Cádiz / Estreito de Gibraltar e não vendo conveniência em submeter o seu exército ao desgaste que a conquista de mais cidades fortificadas causaria, resolveu antecipar o regresso a Tarragona, onde posteriormente veio a tomar conhecimento da derrota e morte de Asdrúbal (que entretanto havia atravessado os Alpes e procurado juntar-se ao seu irmão Aníbal) em Itália, na batalha do Metauro (ver *infra*, secção 6.4.4.3).⁶⁸¹

questão de sorte. Dever-se-á por outro lado pôr em destaque que as forças militares de que dispunha Asdrúbal não serem quantitativamente muito inferiores às de Cipião.

⁶⁷⁹ Liv. 27.18-20, com referências às opiniões dos dois outros generais aconselhando Asdrúbal a seguir para Itália, até com o objectivo de dificultar a deserção, então considerada como preocupante, dos hispânicos. Ver também Plb. 10.38-40, onde se referem as decisões de Cipião de libertar os prisioneiros hispânicos (de algum modo imitando o que Aníbal havia feito no início da guerra na Itália) e de enviar um destacamento para os Pirenéus para obter informações sobre os movimentos de Asdrúbal.

⁶⁸⁰ Liv. 28.1-2; Hoyos 2015, 179.

⁶⁸¹ Liv. 28.3-4; Hoyos 2015, 180.

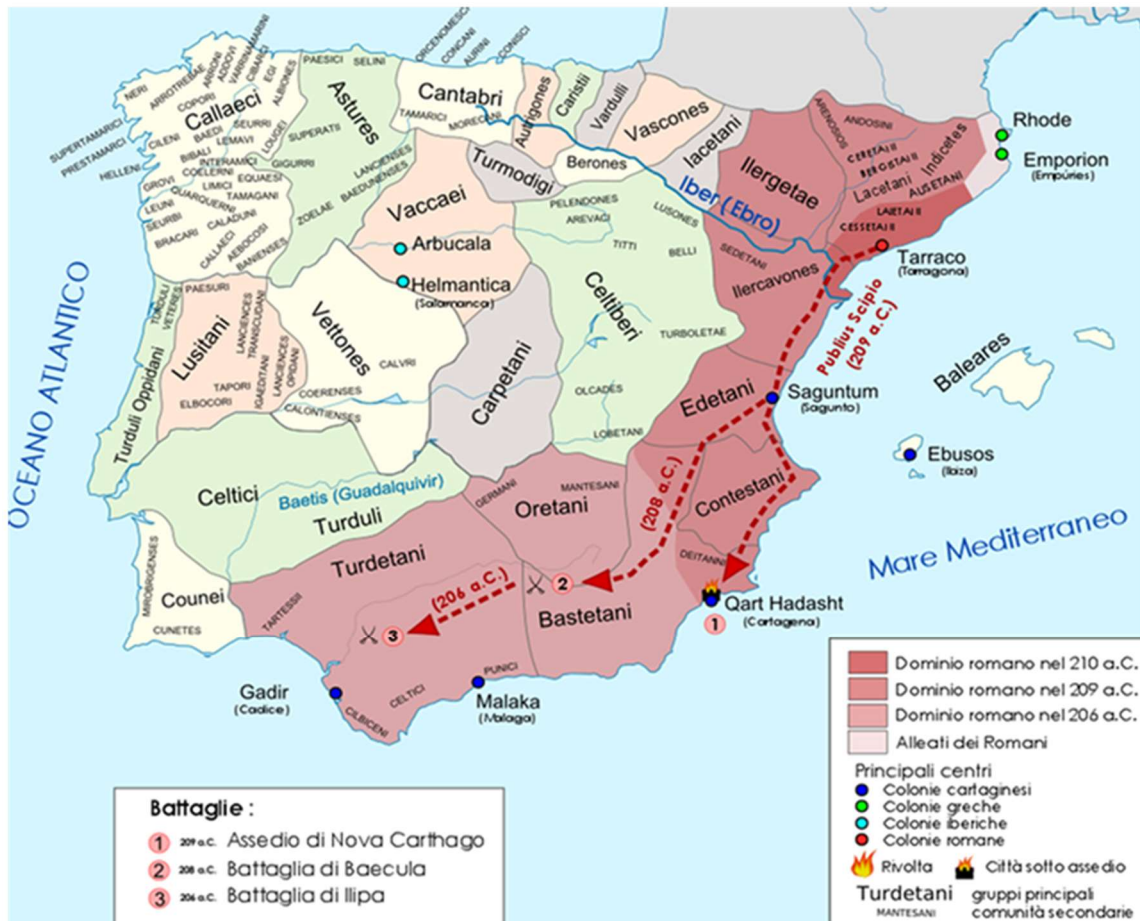
No ano seguinte, tendo os generais púnicos conseguido obter reforços hispânicos consideráveis com os quais haviam ocupado uma área de planícies a oeste de Castulão, revelando intenções de aceitar uma batalha em campo aberto com os Romanos, Cipião partiu ao seu encontro procurando assegurar reforços das tribos que foi encontrando no decurso da sua marcha.⁶⁸² A batalha em si foi precedida de escaramuças (sobretudo entre forças de cavalaria) que tiveram lugar no período inicial de instalação das forças romanas. Mas o confronto decisivo foi sendo adiado, com as duas partes a evitarem uma tomada de iniciativa durante vários dias. Acabou por ser Cipião que desencadeou as hostilidades, não sem contudo introduzir alterações face à disposição dos diferentes contingentes que havia sido evidenciada nos dias anteriores. A decisão do *imperator* terá sido fortemente influenciada pela sua preocupação em evitar que os seus aliados hispânicos fossem sujeitos a intervenções cruciais no desenrolar da batalha (embora mantendo posicionamento que ameaçava continuamente as melhores tropas do inimigo), situação que temeria poder levar a resultados negativos como havia sucedido anos antes com os exércitos do seu pai e tio. O que é certo é que, segundo as fontes, as alterações referidas surpreenderam os comandantes cartagineses e foram importantes para o desenrolar da batalha que acabou por ser vencida pelos Romanos. Foi uma vitória que se desenrolou por etapas em que o recuo dos vencidos foi alternando com imposição de fortes baixas pelos vencedores e deserções dos aliados hispânicos para o lado romano. No final os dois generais púnicos acabaram por abandonar parte considerável do exército e, chegando à costa, partiram para Cádiz.⁶⁸³ O Mapa 6.7 mostra as movimentações do exército de Cipião de 209 a 206 a.C. e indica os locais onde as principais batalhas tiveram lugar. O local indicado para a última

⁶⁸² O local onde o exército cartaginês se instalou e onde posteriormente teve lugar a batalha que vai ser referida não é conhecido com rigor, sendo designado Sílpia por Lívio e Ilipa por Políbio. Além disso, segundo Hoyos (2015, 181, n. 4) terá havido pelo menos dois locais designados Ilipa (considerados compatíveis em termos do contexto geográfico descrito), um dos quais a cerca de 250 km de Castulão (e perto da actual Sevilha) e outro a apenas 35 km, este último considerado pelo autor como mais provável. Por outro lado, os efectivos militares disponíveis para os dois lados estariam desequilibrados a favor dos Cartagineses (que disporiam, além de 32 elefantes, de 50 a 70 mil soldados de infantaria e 4 ou 4,5 mil de cavalaria), com os Romanos a disporem de apenas 45 mil soldados de infantaria (dos quais cerca de 10 mil seriam aliados hispânicos) e 3 mil de cavalaria. Ver também, a este respeito, Liv. 28.12-13 e Plb. 11.20.

⁶⁸³ Liv. 28.14-16; Plb. 11.20-24; Hoyos 2015, 181-183. Convém deixar registada a opinião dada por Hoyos sobre esta batalha e sobre a capacidade de liderança de Cipião: «Ilipa was the most complex clash of the Punic Wars; Cannae's maneuvers were simple by comparison. Scipio's divisions revealed skills in coordination and movement on a level rare in ancient armies and by 206 impossible even for Hannibal's. Their general in turn showed himself a masterful blend of planning, cool judgment, and boldness. Although piecemeal Punic opposition lasted a few months more, Punic Spain was now virtually in Rome's power. It was plain now whom the republic must choose to confront Hannibal.»

batalha não corresponde ao que é considerado *supra* como mais provável (indica antes o local mais próximo da actual Sevilha); o local mais provável estaria situado próximo da batalha anterior, a de Bécula.

MAPA 6.7 - HISPÂNIA: A GUERRA NO PERÍODO 209-206 a.C.



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Battle_of_Baecula#/media/File:Iberia_210-206BC-it.png

Terminada esta fase fundamental da guerra, algumas situações posteriores a ela associadas justificam ainda menção:

- Alguns aliados de Cartago – em particular os reis africanos que dispunham de cavalaria bastante eficiente – eram considerados por Cipião como susceptíveis de mudar de lado e como tal havia a necessidade de serem contactados visando tal objectivo. No caso de Sifax – que já havia sido aliado romano no tempo dos irmãos Cipião, conforme descrito *supra*, e havia mantido boas relações com Roma pelo menos até ao início de 209 a.C.⁶⁸⁴ – Cipião fez a abordagem

⁶⁸⁴ De acordo com a situação referida em Liv. 27.4, altura em que embaixadores do rei visitaram o senado romano.

necessária em tal sentido junto do rei e, após convite, visitou-o na sua capital, o que conduziu à assinatura de um tratado de amizade⁶⁸⁵. Pouco tempo depois, Cipião teve, perto de Cádiz, um encontro com Masinissa, no qual chegaram a acordo no sentido de uma aliança, para o qual terá contribuído a libertação sem exigência de resgate de um sobrinho do príncipe que Cipião havia decidido por ocasião da batalha de Bécula.⁶⁸⁶

- O comando romano considerou que várias cidades da região da Bética, tendo sido aliadas de Roma e tendo mudado de lado a favor de Cartago ou simplesmente comportando-se com particular hostilidade face aos Romanos, deviam ser punidas. Em tal sentido, essas cidades foram cercadas e objecto de represálias que em dois casos tiveram consequências extremamente pesadas para os habitantes; só no caso de Castulão, que capitulou voluntariamente e entregou a guarnição púnica que nela se encontrava, o desfecho não teve consequências pesadas.⁶⁸⁷ Por outro lado, dois chefes hispânicos (Mandonius e Indibilis) da região a norte de Tarragona, que tinham um passado de oposição a Roma e de aliança com Cartago mas haviam mudado de lado após a conquista de Cartagena por Cipião (e a libertação por este, já referida, de reféns familiares de tais chefes), revoltaram-se quando souberam de uma doença que havia acometido Cipião⁶⁸⁸. O general romano acabou por atacar as forças dos referidos chefes, derrotando-as em batalha campal, revelando contudo tolerância face aos vencidos.⁶⁸⁹
- Uma outra situação, associada também à doença (que de facto teve lugar) de Cipião, foi o desencadeamento de um motim por parte de um exército romano que tinha sido colocado na região do rio Júcar (a sul de Sagunto) e que tinha também por motivos o atraso no pagamento do soldo e indisciplina derivada da ausência de situações conducentes à apropriação de espólio. Foi uma circunstância que criava o risco de alargamento da indisciplina e consequentemente de reversão do equilíbrio de forças na Hispânia. Cipião manobrou no sentido de atrair os amotinados a Cartagena, criou-lhes falsas expectativas, aprisionou e fez executar os chefes da revolta e conseguiu

⁶⁸⁵ Liv. 28.17-18.

⁶⁸⁶ Liv. 27.19, 28.35.

⁶⁸⁷ Liv. 28.19-23.

⁶⁸⁸ Ver, a tais propósitos, Liv. 22.21, 26.49, 28.24.

⁶⁸⁹ Liv. 28.31-34.

controlar a situação, o que criou condições para enfrentar e derrotar os chefes hispânicos referidos no ponto anterior.⁶⁹⁰

- Estas últimas revoltas deram alguma esperança a Magão, o general púnico que então se encontrava no comando de Cádiz, para reverter a situação decorrente das vitórias romanas em Bécula e Ilipa, levando-o a solicitar a Cartago o envio de reforços. Mas em breve, com o desaire sofrido pelas revoltas e com instruções recebidas de Cartago no sentido de se dirigir para Itália com a sua frota para se juntar a Aníbal, Magão viu-se obrigado a preparar essa expedição. A qual foi antecedida por uma tentativa falhada de imitar a façanha de Cipião reconquistando Cartagena e um regresso a Cádiz também infeliz, dado que os habitantes não lhe permitiram a reentrada. No caminho para a Itália, onde de acordo com as ordens de Cartago o general deveria procurar recrutar Gauleses e Lígures antes de se juntar a Aníbal, optou por passar o inverno de 206-205 na ilha da Minorca após dois outros falhanços em tal sentido noutras ilhas mediterrâneas. Entretanto Cádiz rendeu-se aos Romanos.⁶⁹¹

6.4.4.3. Itália

A situação militar na Península havia evoluído de modo favorável para Roma em 212-211, sobretudo com os avanços na Campânia que culminaram com a submissão de Cápua e a incapacidade demonstrada por Aníbal em evitar tal fracasso. Era assim confirmada de modo categórico a justeza da estratégia romana de, face à superioridade demonstrada pelo general cartaginês nos confrontos em campo aberto, se optar por exercer pressão simultânea sobre os antigos aliados que se haviam revoltado e aderido à facção adversária. E, conforme já salientado *supra*, «Hannibal had been powerless to protect those who had relied on his promises. From then on there would be no more defections.» Por outro lado, o sucesso cartaginês em Tarento, terá estado longe de constituir uma compensação suficiente para Cartago, até porque Roma manteve a sua presença na respectiva cidadela.

⁶⁹⁰ Liv. 28.24-29.

⁶⁹¹ Liv. 28.36-37. Ver também alguns acontecimentos precedentes associados à presença púnica em Cádiz em Liv. 28.30-31.

Tarento estava precisamente a constituir uma preocupação para Roma, na medida em que a guarnição da cidadela se defrontava, no verão de 210, com dificuldades de abastecimento em víveres e a frota que havia saído da Sicília para aliviar tal problema havia sido interceptada e derrotada por uma esquadra tarentina. Foi uma situação que, em termos de avaliação global da evolução da guerra, terá de algum modo encontrado compensação pela rendição de Salápia em tempos próximos, retirando a Aníbal um local de hibernação e conduzindo à aniquilação da guarnição formada por cavalaria nómida, o que terá constituído uma grave perda para o exército cartaginês.⁶⁹²

Há indicações de que, no imediato, os exércitos romanos actuaram no sentido de pressionar Aníbal de modo a restringir ainda mais o território onde lhe era possível tomar iniciativas. Em particular, o cônsul Cláudio Marcelo terá procedido em tal sentido, deslocando-se do Sâmnio para a Lucânia, onde se encontrava o general púnico, apresentando as suas forças em formação de combate de modo a desafiar-lo.⁶⁹³ Os dois exércitos vieram a defrontar-se em Numistro (já na Lucânia, imediatamente a sul do território samnita, perto de Compsa; ver *supra*, Mapa 4.5) com um resultado pouco claro, mas Aníbal acabou por partir na direcção de Venúsia, continuando no entanto a ser pressionado por Marcelo, sem que os dois exércitos (à excepção de algumas escaramuças) se voltassem a defrontar na altura.⁶⁹⁴ Contudo, tal pressão sobre Aníbal haveria de ser aumentada no ano seguinte (209 a.C.), com um dos cônsules (o *Cunctator*) a procurar retomar Tarento e responsabilizando Marcelo (na altura procônsul) no sentido de, com o seu exército, manter Aníbal ocupado. Entretanto, o mesmo cônsul tomou igualmente iniciativas com o objectivo de pressionar os aliados brúlios de Aníbal a deixar a área de Régio, cidade onde o comandante da guarnição romana contava com reforços que lhe haviam sido enviados da Sicília.⁶⁹⁵ É esta uma situação em que se torna cada vez mais claro que Aníbal,

⁶⁹² Liv. 26.38-39.

⁶⁹³ Tito Lívio apresenta esta decisão de Marcelo como reacção a uma pesada derrota de outro exército romano na área de Herdónia (localidade situada na Apúlia, entre Lucéria e Canúsio; ver *supra*, Mapa 4.5) que teria tido lugar apenas alguns dias após a rendição de Salápia (Liv. 27.1). Essa teria sido a segunda batalha de Herdónia, a primeira tendo decorrido dois anos antes (Liv. 25.21), havendo contudo autores que têm a opinião que há duplicação (opinião que se apoia nas semelhanças existentes entre os desastres sofridos pelas forças militares romanas, tal como são relatados e pela semelhança de nome dos generais correspondentes).

⁶⁹⁴ Liv. 27.2.

⁶⁹⁵ Tais reforços eram constituídos por bandoleiros que se haviam dedicado a actividades criminosas na Sicília e que as autoridades romanas haviam julgado conveniente “exportá-los” para o Brútio, onde poderiam perturbar o quotidiano dos aliados de Aníbal. Esses marginais, aos quais foram associados trânsfugas brúlios, passaram a devastar os campos e, a seguir, cercaram uma cidade da região, acção

embora invencível no campo de batalha mas já tendo falhado na protecção dos seus aliados, se vê constrangido a passar à defesa.

A actividade militar do exército de Cláudio Marcelo haveria de prosseguir na área de Canúsio com embates que as forças cartaginesas de Aníbal se viram forçadas a aceitar, que começaram por correr mal para os Romanos, mas que a seguir foram desfavoráveis para os Púnicos. Aníbal retirou para o Brútio, enquanto a acção dos dois cônsules prosseguia com sucesso no Sâmnio, na Lucânia e na península salentina. As cidades que então aí foram submetidas proporcionaram não só espólio considerável (conseguido na cidade salentina de Mandúria) como entregaram as guarnições deixadas por Aníbal (cidades hirpinas e lucanas). A seguir, o cônsul Fábio Máximo (o *Cunctator*) dirigiu-se para Tarento, cercou a cidade e, tendo conseguido apoio no seu interior por parte da guarnição brútia que lá havia sido colocada por Aníbal, veio a conseguir superar as muralhas. A cidade foi conquistada, as guarnições púnica e brútia foram massacradas, sendo conseguido um espólio substancial que incluiu escravos em grande número. Aníbal, informado do cerco, ainda tentou socorrer a cidade mas acabou por dirigir-se para Metaponto quando soube que as suas defesas haviam sido transpostas. O general cartaginês ainda tentou a seguir aliciar o *Cunctator*, fazendo-lhe chegar uma mensagem de supostos Metapontinos dispostos a entregar a sua cidade, mas a emboscada que havia preparado não teve sequência porque o cônsul não caiu no logro.⁶⁹⁶

As preocupações que afectavam as instâncias políticas romanas sobre a situação na Itália não se limitavam contudo ao que se passava com Aníbal e nos territórios do sul. Não só por parte dos aliados, mas também das colónias, verificaram-se protestos nas assembleias respectivas, o que conduziu estas últimas a enviarem representantes a Roma, com um grande número delas a afirmarem no início de 209 aos cônsules que não dispunham de meios para fornecer soldados e recursos financeiros. Tratava-se de uma situação sem precedente que punha em causa a capacidade romana de resistir a Cartago. O estado de grande inquietação que assolou o senado só se acalmou quando 18 das 30 colónias manifestaram boa vontade afirmando com clareza que os meios que lhes competia pôr à disposição de Roma não faltariam e até que poderiam ser

que acabou por não ter sucesso dado o aparecimento posterior de Aníbal (que os haveria a seguir de subjugar). Ver Liv. 26.40, 27.12,15-16.

⁶⁹⁶ Liv. 27.12-16

aumentados se necessário.⁶⁹⁷ Surgiram, por outro lado, problemas na Etrúria, com um movimento com origem em Arécio, assim como rumores de ameaças cartaginesas com uma frota de 200 navios, não só nas costas da Sicília e da Sardenha como também nas da Itália. No que respeita à Etrúria e após agravamento da situação em Arécio, foram enviadas duas legiões para a cidade com a acção das quais se procedeu à tomada de reféns e ao controlo das portas da cidade assim como à venda dos bens dos senadores que haviam fugido da cidade para não entregarem reféns. No concernente à ameaça da frota cartaginesa, a costa italiana na área de Roma passou a ser defendida com os trinta navios (recuperados para o efeito) que se encontravam em Óstia, os quais foram, por outro lado, reforçados com vinte outros que acabavam de ser construídos.⁶⁹⁸

A pressão exercida contra Aníbal pelos exércitos romanos no ano seguinte (208 a.C.) não foi reduzida, com Marcelo, de novo cônsul, a retomar o seu exército deixado em Venúsia, entretanto reforçado, com o seu colega (que havia abandonado uma perspectiva de ataque a Locros para evitar defrontar Aníbal sozinho) a juntar-se-lhe. Os dois cônsules iniciaram os preparativos para defrontar em conjunto Aníbal, procurando aparentemente utilizar um ataque a Locros como um meio de obrigar Aníbal a socorrer essa cidade e criar as condições mais vantajosas para um combate decisivo. Em tal contexto tomaram as iniciativas necessárias para levar a frota da Sicília a cercar a cidade grega pelo mar e fazer um contingente retirado da guarnição de Tarento completar o cerco por terra. Aníbal, contudo, tendo sido avisado da aproximação do referido contingente, preparou-lhe uma emboscada com sucesso, aniquilando-o. Essa foi uma situação que teve de algum modo uma repetição pouco depois quando, face a uma missão de reconhecimento de terreno em que participaram os dois cônsules, uma nova emboscada apanhou a missão desprevenida com consequências desastrosas para Marcelo, que foi morto, e para o seu colega, que foi

⁶⁹⁷ Liv. 27.9-10. Foi esta ainda uma situação em que o senado decidiu recorrer ao *aerarium Sanctius*, o fundo de tesouraria que só era utilizado em situações de grande emergência (e que era alimentado pela *vicesima libertatis*, a taxa de 5% que incidia sobre a manumissão dos escravos), para fazer face a vários contextos de guerra do momento. Os fundos do Tesouro (provenientes das restantes fontes de rendimento do Estado) que eram destinados a fazer face à generalidade das despesas do Estado em situações correntes tinha a designação de *aerarium Saturni*.

⁶⁹⁸ Liv. 27.21-22,24. Para a Sardenha foram enviados cinquenta dos navios que até aí serviam na Hispânia, enquanto a Sicília passou a contar não só com os setenta navios já antes disponíveis mas também com os trinta que até então se encontravam na área de Tarento. Esse conjunto de navios estaria igualmente disponível para ser utilizado em incursões em África para saquear as suas costas. Assim, o desenvolvimento da actividade corsária pelo Estado Romano para financiamento da guerra ganhou novo alento.

gravemente ferido (vindo a falecer posteriormente). A situação tornou-se ainda mais grave para o lado romano quando as forças provenientes da Sicília que cercavam Locros, com a aproximação de Aníbal foram sujeitas a um contra-ataque que as obrigou a fugir para os navios, abandonando o cerco e os engenhos utilizados para o efeito.⁶⁹⁹

O ano de 207 foi iniciado com uma nova preocupação para os Romanos que era a próxima chegada de Asdrúbal a Itália e a probabilidade elevada de ele conseguir reforços de Lígures e Gauleses e mesmo de Etruscos. Era indispensável preparar uma resposta, em primeiro lugar para evitar que conseguisse os referidos reforços e depois impedi-lo de se juntar ao seu irmão. A necessidade de conseguir novos recrutas levou a que se recorresse aos colonos das cidades costeiras, habitualmente isentos de serviço militar, com apenas duas exceções, as de Óstia e Âncio, assim como à integração no exército de escravos voluntários. Por outro lado, da Hispânia, enviados por Cipião, chegaram oito mil soldados de infantaria hispânicos e númidas, dois mil legionários e mil cavaleiros (também hispânicos e númidas), enquanto da Sicília vieram três mil arqueiros e fundeiros.⁷⁰⁰

À chegada a Itália, a missão de Asdrúbal parecia revelar-se favorecida pela grande disponibilidade de reforços (Gauleses e outros povos que se lhe juntaram no decurso da travessia dos Alpes e oito mil Lígures que esperavam a sua chegada), mas em breve começaram a afirmar-se pontos menos favoráveis. Assim, o facto de Asdrúbal passar os Alpes com mais facilidade do que o havia feito Aníbal fez sair o exército deste mais tarde do que se exigiria dos seus lugares de invernagem enquanto a sua decisão de pôr Placência sob cerco o demorou mais do que seria conveniente para fazer a sua junção com o irmão. Por outro lado, Aníbal encontrava algumas dificuldades com baixas sofridas em confrontos com um exército romano e, face às dificuldades encontradas, dirigiu-se para o Brútio onde procurou reunir todas as tropas de que dispunha na região. Foi para aí que se dirigiu o cônsul a quem foi atribuída a missão

⁶⁹⁹ Liv. 27.25-28, 33. Diferentemente do que se pode induzir do texto de Lívio (que apresenta os preparativos romanos para a batalha como algo bastante promissor que deveria conduzir a um desfecho decisivo), Dexter Hoyos vê o resultado da sua emboscada (a vitimização dos dois cônsules e a retirada que se lhe seguiu dos exércitos romanos) como uma decepção para Aníbal, que assim veria frustrada a possibilidade de uma vitória espectacular (Hoyos 2015, 191). Por outro lado, Arnold Toynbee vê as atitudes de Marcelo e do cônsul seu colega como demasiado confiantes nas suas capacidades para fazer frente a Aníbal, tendo claramente ignorado as lições que vinham do *Cunctator*. Os cônsules teriam inclusivamente tido bastante sorte nos primeiros embates que tiveram, nos quais já as perdas em efectivos militares que tiveram poderiam ter sido mais graves (Toynbee 1965b, 69-70).

⁷⁰⁰ Liv. 27.38. Relativamente ao total das legiões disponíveis na Itália e respectiva distribuição no território (e atribuições face às forças inimigas) ver Liv. 27.35 e Hoyos (2015, 192-93).

de travar a eventual deslocação para norte de Aníbal, acampando na proximidade do exército cartaginês. Foi perto de Grumento (no sul da Lucânia, nas vizinhanças do Brútio) que os exércitos romano e cartaginês acabaram por se defrontar, não obstante os esforços de Aníbal para se furtar ao combate dada a sua intenção de se juntar a Asdrúbal. Após as perdas significativas que sofreu na batalha, o general cartaginês efectuou uma retirada, voltando a seguir a evitar o combate e procurando reforços no Brútio para ter condições de fazer face ao inimigo, vindo a seguir a posicionar-se perto do exército inimigo. Nesta conjuntura, o cônsul romano, tendo obtido a informação de que Asdrúbal esperava o seu irmão na Úmbria, decidiu juntar-se ao seu colega (que entretanto se havia aproximado de Asdrúbal) com um destacamento de alguns milhares de homens (sem que o seu adversário se desse conta de tal), deixando no entanto a maior parte do seu exército a segurar Aníbal no sul. Depois, criando condições para o seu abastecimento no percurso e mesmo para facilitar eventuais necessidades de transporte em tal contexto, seguiu com rapidez até à Úmbria. À chegada, quando da junção dos exércitos consulares, a entrada no acampamento fez-se de noite e em silêncio para o inimigo não se aperceber do reforço no campo romano.⁷⁰¹

Os dois cônsules concordaram em que era necessário dar início ao combate com Asdrúbal o mais depressa possível de modo a não dar tempo a Aníbal para vir socorrer o irmão. Suspeitando de qualquer modo que o inimigo havia recebido reforços, o general púnico procurou retirar, mas acabou por perceber que não poderia escapar à batalha, a qual acabou por ter lugar junto ao rio Metauro, com a derrota cartaginesa e a morte de Asdrúbal. As baixas foram muito consideráveis no lado púnico e os Romanos conseguiram apoderar-se de um considerável espólio, particularmente em ouro e em prata. As consequências mais importantes desta vitória foram, segundo Tito Lívio, a retoma de algumas actividades económicas e financeiras que estavam paradas desde o início da guerra e a retirada de Aníbal – que levou consigo cidadãos italianos que aceitavam a sua autoridade – para o Brútio, na extremidade sudoeste da Itália.⁷⁰²

Dexter Hoyos considera que estrategicamente a expedição de Asdrúbal estaria condenada à partida e que além disso foi mal orientada do princípio ao fim, sobretudo devido a que o general cartaginês não fez o essencial que era juntar-se sem demora ao seu irmão. Aníbal por outro lado terá ficado demasiado na expectativa da chegada de

⁷⁰¹ Liv. 27.39-46.

⁷⁰² Para mais detalhes ver Liv. 27.46-51 e Plb. 11.1-3. Ver também Rosenstein (2012, 166-68).

Asdrúbal, embora se compreenda que a pressão a que estava sujeito por parte dos exércitos romanos possa em grande medida explicar a sua relativa passividade a tal respeito. Em tal contexto, a decisão do cônsul romano (Gaio Nero, o general que precedeu Cipião na Hispânia) de se juntar ao seu colega na Úmbria, terá constituído o elemento essencial por detrás do sucesso romano. Segundo Hoyos, o adiamento sistemático por parte de Asdrúbal em dar cumprimento à decisão de Cartago – já tomada anos antes – no sentido de se juntar a Aníbal (e que teria sido mais oportuno logo após as derrotas impostas aos dois irmãos Cipião) ter-se-á revelado o factor fundamental do insucesso cartaginês na guerra.⁷⁰³

6.4.4.4. Macedónia e Adriático

Superando de algum modo a situação desfavorável que o levou à perda para Roma das cidades de Apolónia e Órico (ver *supra*), Filipe V haveria de voltar à carga em 213 a.C., capturando Lisso e Dimalo (perto de Apolónia), com o que se impôs às populações ilírias dessa área e ameaçou de novo uma intervenção no sul da Itália a favor de Aníbal.⁷⁰⁴ Foi em tal contexto que Roma procurou estabelecer contactos com os Etólios (a Etólia – ver Mapa 6.4 – situava-se a norte do Golfo de Corinto e do Peloponeso e a leste do Golfo de Ambrácia) e seus aliados no sentido de estabelecer uma aliança contra o rei macedónico. Para celebrar a aliança, Roma comprometeu-se a fazer face aos combates em perspectiva com uma frota de guerra não inferior a 25 navios, o que conduziu a que Filipe tenha sido mantido fora da Itália com um relativamente baixo esforço financeiro e militar. Roma esforçar-se-ia igualmente por fazer regressar a Acarnânia à Liga Etólia. O tratado assinado (final de 211 a.C.) previa igualmente a entrada na aliança de outros povos (Eleus, Lacedemónios, Trácios e Ilírios) bem como Átalo, o rei de Pérgamo. Assim, os Etólios declararam de imediato guerra a Filipe, enquanto os Romanos se apressaram a conquistar duas cidades da Acarnânia (que ficava imediatamente a oeste da Etólia), as quais foram de imediato entregues aos seus novos aliados. O acordo com os Etólios, além de especificar que os progressos territoriais os beneficiariam, previa que o espólio resultante dos combates reverteria a favor de Roma, disposições que voltaram a ser aplicadas pouco

⁷⁰³ Ver Hoyos (2015, 194-97).

⁷⁰⁴ Plb. 8.15-16.

depois (início da primavera de 210) quando os aliados atacaram e conquistaram Antícira, um porto situado a norte do Golfo de Corinto.⁷⁰⁵

Conforme já referido, a importância para Roma deste conflito no contexto da Segunda Guerra Púnica está estreitamente dependente da necessidade de evitar que a Macedónia pudesse vir a enviar forças militares para a Itália, reforçando a ameaça que o exército de Aníbal já constituía. Não pode, contudo, ser ignorado que tal conflito se desenvolve num contexto outro que envolve sobretudo, além da Macedónia, cidades gregas e federações, confederações e ligas em que se integram tais cidades. Neste caso concreto opõem-se duas alianças que envolvem tais entidades, uma das quais é a já referida que integra em particular a Liga Etólia e a outra é a que é chefiada pela Macedónia, mas inclui também a Liga Aqueia, Fócios, Epirotas, Beócios e Acarnanos. Inevitavelmente, um conflito desta natureza está sujeito a perturbações que atingem não só a composição das alianças mas também intervenções de outros actores, como foi concretamente, neste caso, a ingerência cartaginesa. É precisamente tal tipo de perturbações que afecta as duas alianças (em momentos em que recrudescem os embates entre elas) com, em particular, Filipe V (em 208 a.C.) a ter que reduzir o seu envolvimento em combates que tinham lugar no Peloponeso (porque o povo que habitava a Dardânia, região situada a nordeste de Apolónia e Lisso, havia invadido a Macedónia) e o rei Átalo (em 207 a.C.) a ver-se obrigado a partir para defender o seu reino (atacado pelo rei da Bitínia) numa altura em que participava em combates lado a lado com Romanos e Etólios. Foi este, aliás, um período em que a guerra ia mais longe que o Golfo de Corinto (à entrada do qual, em Naupacto, os Romanos haviam estabelecido uma base naval), chegando a Egina (ilha situada a sul de Salamina, entre a Ática e o Peloponeso, que foi apreendida até um período bastante mais tardio pelo reino de Pérgamo, passando depois ao domínio de Roma) e à Eubeia.⁷⁰⁶

A paz entre Romanos e Filipe V haveria de ser assinada em 205 a.C. (com as conquistas do rei na Ilíria a permanecerem sob o seu domínio), um ano depois de Macedónios e Etólios, estes sem o acordo de Roma, terem estabelecido um acordo da mesma natureza.⁷⁰⁷

⁷⁰⁵ Liv. 25.23, 26.24-26; Bringmann 2013, 82; Waterfield 2014, 48-51.

⁷⁰⁶ Sobre o detalhe dos acontecimentos ocorridos nesta Primeira Guerra Macedónica no período 208-207, ver Liv. 27.30-33, 28.5-8 e Plb. 9.42.

⁷⁰⁷ Liv. 29.12; Bringmann 2013, 83. Ver, para mais detalhes e para compreender mais adequadamente o contexto em que a guerra evoluiu, Flobert (1994, 14-19) e Waterfield (2014, 51-9).

6.4.4.5. O abastecimento dos exércitos romanos e os efeitos económicos das devastações e da retoma por Roma do controlo militar do território

Com o fim dos combates na Campânia que a retoma do controlo de Cápua em 211 a.C. ocasionou, a possibilidade para Roma de levar o esforço de guerra mais longe noutras regiões foi claramente reforçada. Não se tratava apenas de uma maior disponibilidade de forças militares para tal efeito mas também de recursos alimentares que existissem e pudessem ser encaminhados para onde fossem necessários. A pacificação da Sicília, que se processou a partir da tomada de Siracusa, conduziu naturalmente ao reforço da mesma possibilidade.⁷⁰⁸

Tanto a Campânia como a Sicília eram regiões férteis e produtoras de cereais que já haviam constituído, num passado não muito distante, origens de provisões que haviam permitido o abastecimento não só de exércitos romanos e aliados, mas também de populações civis italianas. A situação em tal domínio complicou-se contudo com a derrota romana em Canas, com a Sicília (incluindo Siracusa, que não estava nessa altura incluída na província romana) a sentir dificuldades em abastecer as legiões e os aliados presentes na ilha em 216-214 a.C. (o mesmo sucedendo aliás com a Sardenha, que também no passado havia contribuído para abastecimentos não só ao exército nela presente como a consumos na Península). E a partir de 213 (até 210) a situação só se agravou, pelo menos na Sicília, onde passaram a estar presentes quatro legiões e forças aliadas (cujo abastecimento com origem na ilha sofreu adicionalmente a concorrência do exército púnico nela presente).⁷⁰⁹

Em tal contexto, o abastecimento aos exércitos romanos e aliados que operavam na Itália no período que teve início com a derrota em Canas (e se estendeu até cerca de 210) terá tido que contar fundamentalmente com os recursos próprios da Península

⁷⁰⁸ Sobre as dificuldades em alimentar não só os exércitos, mas também as populações civis, ver, em termos gerais, Brunt (1971a, 273-74).

⁷⁰⁹ Vários autores têm posições próximas de John Briscoe que considera que as devastações levadas a cabo no território italiano por Aníbal conduziram a que a perda em cereal delas resultante fossem compensadas por importações da Sicília, da Sardenha e, provavelmente, do Egipto (Briscoe 1989, 50). A opinião de Paul Erdkamp (ver supra, notas 641 e 646), que se considera mais adequada ao que se passou no período após Canas, é que, pelo menos a partir de 214, tais importações seriam muito pouco prováveis. Assim, o *vectigal* que era cobrado aos agricultores (sob a provável forma de um dízimo das colheitas) antes da guerra nas duas províncias já dificilmente em 216-215 a.C. chegaria para as necessidades dos exércitos que nelas se encontravam (duas legiões na Sicília e também na Sardenha a partir de 215), motivo que terá tornado Roma dependente dos seus aliados italianos para abastecer os exércitos que operavam na Península (Erdkamp 1998, 86, 166; Liv. 23.21, 48).

(parte dos quais seria aliás também destinada a fornecimentos ao exército que estava na Hispânia). Só a partir de 209 parece ter sido possível, com a reorganização que sucedeu à pacificação da Sicília, dispor de provisões provenientes de importações.

As regiões de maior potencial cerealífero eram as que tinham maior fertilidade nesse domínio: a Etrúria, a Campânia e a Apúlia, as duas últimas sendo aquelas onde as respectivas produções foram mais disputadas pelos exércitos dos dois lados combatentes.⁷¹⁰ Já no final de 217 a.C. a grande capacidade cerealífera da Apúlia foi posta à prova quando tanto Aníbal como os exércitos romanos de Minúcio e do *Cunctator* estabeleceram os seus acampamentos na área de Gerúnio, com a intenção de lá passar o inverno. E, no início do verão seguinte, Aníbal começou por procurar resolver os seus problemas de abastecimento ocupando a cidadela de Canas onde os Romanos haviam entretanto armazenado o cereal e outras provisões colectadas na área adjacente de Canúsio, situação que veio aliás a motivar a localização da já referida grande batalha da guerra em curso.⁷¹¹ Essa grande capacidade foi confirmada, por outro lado, pelas sucessivas invernagens que Aníbal passou em Arpos e Salápia. No concernente à Campânia, onde «Capua remained in revolt for five years, and throughout that period supplied Hannibal with an indispensable source of provisions and industrial wealth»⁷¹², haverá ainda que dar destaque a outras cidades de

⁷¹⁰ Ver a este propósito Erdkamp (1998, 169-71), onde são também feitas referências às capacidades produtivas das restantes regiões, em regra limitadas ao abastecimento das respectivas populações e de uma ou outra legião ou guarnições que garantissem o respectivo controlo. Erdkamp limita a sua análise das capacidades produtivas da agricultura aos cereais embora faça uma breve referência a colheitas de cultura intensiva que tinham curso no interior da Etrúria e cujos excedentes seriam comercializados (em particular visando, segundo as fontes, já o abastecimento de Roma desde o século V a.C., o que contudo é suposto resultar de anacronismos praticados por autores mais tardios). Relativamente à Etrúria, ter também presente o referido *supra* na nota 624. Sobre abastecimentos complementares aos exércitos romanos (e à guarnição da cidadela de Tarento; ver Liv. 25.15, 27.3) provenientes da Etrúria (assim como da Sardenha) ver Erdkamp (1998, 175-76).

⁷¹¹ Plb. 3.100, 105, 107.

⁷¹² Frederiksen 1984, 241. O abandono por Cápua da aliança romana, para além de representar claramente um sucesso púnico, pode ser visto como um alívio para Aníbal (que teria obtido uma fonte de abastecimento em princípio garantida na Campânia, embora não na parte final do período de cinco anos que durou a revolta, em particular a partir de 213; ver a tal propósito Erdkamp (1998, 174)) ou como um forte insucesso para o lado romano (cuja disponibilidade de provisões teria ficado gravemente comprometida). A primeira destas alternativas é a privilegiada por Tito Lívio (com uma série de passagens – ver Erdkamp (1992, 128-29) e também Erdkamp (1998, 172) – em que predomina a ideia de que o exército de Aníbal é continuamente acossado pelos Romanos e tem dificuldade em abastecer-se). A segunda alternativa tem a preferência em Erdkamp (1998, 171, n.55), que vê nas investidas de Aníbal desse período uma estratégia clara de devastação das regiões mais férteis da Itália e apoia-se em Frederiksen (ver citação acima): «Although Hannibal was unable to undertake a set siege of a city, he had followed a usage as old as warfare itself in the areas he had passed through and had ravaged the standing corn; to such pressures Capua, with its wide territory and small undefended villages, was peculiarly vulnerable. Like others of the states that went over to Hannibal, especially those of the unmilitary south, Capua may have found herself unable to resist the immediate threat of loss of harvest and lands.» Tenha-se de qualquer modo presente, nesta desvalorização por Erdkamp das posições de

considerável dimensão na região – entre as quais Nápoles, Cumas, Nola, Nucéria e Suéssula – as quais, naturalmente, nela se abasteciam.

Para Roma a indispensabilidade de disputar o controlo da Campânia a Aníbal advinha da necessidade de impedir não só que o exército púnico fosse reforçado com forças militares dessa região (e igualmente de outros territórios italianos, caso os efeitos já produzidos pela derrota de Canas fossem ampliados), mas também que os respectivos recursos alimentares viessem a ser progressivamente apropriados pelo opositor. Roma foi mesmo mais longe com os seus mais numerosos exércitos e a sua superior capacidade logística (o que, em termos comparativos face ao seu adversário, as fontes transmitem de abastecimentos enviados por Cartago ou de reforços militares parece francamente pouco significativo face às necessidades do seu exército) e, a partir de 215-214, a excelente capacidade táctica que Aníbal sempre demonstrou foi-se revelando insuficiente para superar tais atributos. Daí que, depois da tomada de Cápua pelos exércitos romanos, o general cartaginês se visse forçado a procurar aprovisionamentos na Apúlia e, mais tarde (sobretudo após a derrota de Asdrúbal em 207 a.C.) mesmo mais a sul. Tal como já havia sucedido na Campânia, contudo, os seus aliados nessas regiões haveriam de se defrontar com dificuldades em se defender a eles próprios, não lhes sendo em geral possível reforçar o exército cartaginês. Por outro lado, se no novo contexto da guerra – que passou a ter lugar sobretudo na Apúlia, no Sâmnio e na Lucânia (antes de se deslocar ainda mais par sul) – os exércitos romanos viram a sua situação melhorada (sempre haviam contado com o espaldar de colónias ou outros apoios em Lucéria, Venússia e Canúsio e haviam mais recentemente obtido o controlo de Arpos e de Salápia para reforçar a sua capacidade de obtenção de provisões), já, em contrapartida, as forças militares púnicas se defrontavam com dificuldades crescentes em tais domínios.⁷¹³ Mas, tendo então (210 a.C.) Roma aumentado o número de legiões que operavam na Apúlia e cujas actividades se estendiam pelo Sâmnio e pela Lucânia e mesmo mais a sul (assim como as que actuavam na Hispânia), é altamente provável que os fornecimentos a tais exércitos só tenham sido possíveis recorrendo a outras origens que não unicamente as locais. Tais

Tito Lívio, o que já acima foi referido sobre a sua preferência por Políbio, em particular no que respeita aos pretendidos sucessos da estratégia do *Cunctator*.

⁷¹³ Ver a este propósito Erdkamp (1998, 178-80), onde se coloca a hipótese de os púnicos terem possivelmente tido a possibilidade de recorrer, não obstante o domínio genérico do mar por parte de Roma, a transportes marítimos, como é referido, por exemplo em Liv. 25.23, 27 (esforços para abastecer Siracusa antes do triunfo romano) e Liv. 23.41 (não só víveres enviados a Aníbal, mas também soldados e elefantes).

origens teriam sido não só a Etrúria e a Sardenha, mas também, embora provavelmente de modo ainda limitado, a Campânia e a Sicília.⁷¹⁴

As questões de logística associadas ao abastecimento dos exércitos não se limitavam à existência de aliados que tivessem condições para assegurar os abastecimentos necessários⁷¹⁵ ou à capacidade dos próprios exércitos para levar a cabo as devastações que os substituíssem. Havia a possibilidade de conseguir provisões por via marítima (para Aníbal enviadas a partir de Cartago e, para os Romanos, encaminhadas pela frota respectiva, em particular com cereais provenientes da Etrúria), por via terrestre (transportadas pelos próprios exércitos, usando sobretudo mulas ou carroças⁷¹⁶, mas também sobrecarregando em algumas circunstâncias os próprios soldados), ou recorrendo a silos situados em locais fortificados⁷¹⁷ que tivessem sido previamente abastecidos. No caso do abastecimento dos silos pelos próprios exércitos, existem referências nas fontes que evidenciam essa preocupação através do prolongamento das invernagens até ao período das colheitas, embora sejam parcas as indicações nesse sentido e no concernente às disposições para garantir a salvaguarda dos próprios depósitos de cereais (nomeadamente a constituição das indispensáveis guarnições).⁷¹⁸

⁷¹⁴ Erdkamp 1998, 182-83. O abastecimento aos exércitos romanos baseados na Apúlia ou regiões próximas (pelo menos os que demandavam o Adriático e tinham que percorrer a costa jónia) terão certamente encontrado dificuldades entre 212 e 209, período em que Tarento esteve controlado pelos interesses púnicos. Ter presente, em particular, conforme já referido *supra*, o comboio marítimo romano que, ao procurar abastecer a guarnição da cidadela de Tarento em 210, viu a sua frota de guerra ser derrotada pela sua antagonista tarentina, embora os cargueiros que ela escoltava tivessem escapado (Liv. 26.39).

⁷¹⁵ Ver, por exemplo, no que concerne os Romanos, Liv. 23.46 (abastecimentos de trigo com origem em Nola e Nápoles em 215 a.C., mas armazenados perto de Suéssula).

⁷¹⁶ A hipótese de utilização de mulas para abastecer depósitos de cereais em territórios do interior como Benevento (a que poderiam recorrer exércitos operando no Sâmnio ou na Apúlia) a partir da Campânia é tida como provável em Erdkamp (1998, 184). Relativamente ao transporte de abastecimentos por via terrestre em áreas sujeitas a combate sem a protecção dos exércitos, trata-se de uma hipótese absurda como é referido em Brunt (1971a, 275), dada a fragilidade dos comboios face a ataques do inimigo.

⁷¹⁷ Sobre tais locais fortificados, recordar o já referido *supra*, nota 624 e texto associado a propósito de Casilino, foz do Volturmo e Putéolos, assim como Erdkamp (1998, 175). Esses locais fortificados eram, segundo Erdkamp (1998, 47), «... a supply base [that] ideally had to provide, firstly, granaries and storage facilities for other goods; secondly, shelter for animals and personnel; and, thirdly, access to transport facilities like roads, navigable rivers, harbours, etcetera. Furthermore, the location preferably had to be an easily defensible location.» Segundo Erdkamp, os Romanos haviam já começado a ser iniciados na organização dos fornecimentos de longa distância no decurso da Primeira Guerra Púnica, organização que considerava ter-se mantido vulnerável a perturbações climáticas e de baixa eficiência não só durante a Antiguidade, mas mesmo até ao século XIX. Ver, a tal propósito, Erdkamp (1998, 46-52).

⁷¹⁸ O transporte por via marítima pressupõe em particular o controlo dos mares e das costas por frotas de guerra (além da disponibilidade de um porto de mar para descarregar a carga), o qual era genericamente detido por Roma, mas, em casos específicos, teria sido assumido (localmente, ou apenas em alguns períodos) por Cartago. Extensos detalhes sobre os transportes, comparando em particular eventuais alternativas na utilização do transporte marítimo ou terrestre (referindo a utilização de cargueiros à vela ou a remos e comparando os custos entre o transporte marítimo e o terrestre, habitualmente favorável

Ora, tendo Cápua sido submetida no final do verão de 211, não foram só os recursos em víveres destinados até então às legiões que haviam ocupado a Campânia que parcialmente puderam vir a ter outros destinos. Roma aplicou severas medidas aos dirigentes e população da cidade, mas em breve parece ter dado prioridade a uma rápida recuperação da produção agrícola da região.⁷¹⁹ Tendo o território de Cápua e o seu casario passado a ser propriedade do povo romano, a cidade não foi fisicamente destruída e o seu repovoamento foi feito com libertos, comerciantes e artesãos. Mesmo algumas das medidas que atingiram a situação jurídica de muitos habitantes da cidade e o destino dado aos respectivos bens terão sido objecto de abrandamento. A preocupação dos dirigentes de Roma pela recuperação da produção de trigo levou-os a promover a venda dos bens dos antigos grandes proprietários e a alugar as terras confiscadas, com a remuneração dos alugueres a ser feita a partir das colheitas de trigo.⁷²⁰

ao primeiro), são desenvolvidos em Erdkamp (1998, 52-83). No respeitante a algumas questões de logística (depósitos de provisões, transporte, fortificações e sua defesa, infraestruturas associadas) relacionadas com a Segunda Guerra Púnica, ver Erdkamp (1998, 172-75).

⁷¹⁹ Conforme referido *supra*, senadores e outros responsáveis pela revolta foram executados e uma parte dos prisioneiros foi vendida como escravos. Muitos dos habitantes poupados foram despojados dos seus bens e a uma boa parte dos Campanos que habitavam as cidades que haviam participado na revolta foi votado um destino que seria a sua dispersão por outras cidades, conforme é referido em Liv. 26.34. Mas, no concernente a este importante particular, algo entretanto ocorreu, derivado provavelmente da decisão do senado (referida em Liv. 26.34, mandatado para o efeito pela votação ocorrida numa assembleia popular descrita em Liv. 26.33) que – de acordo com a interpretação que dela é dada em Toynbee (1965b, 124-27) – conduziu a um abrandamento das medidas coercivas antes decididas. Tal abrandamento terá, resumidamente, encontrado justificação em dois considerandos, o primeiro de ordem política e o segundo de ordem económica. Politicamente, o senado e a assembleia popular terão tido em conta que os Campanos eram cidadãos romanos (*civitas sine suffragio*) que não poderiam ser imolados sem criar um precedente que poderia vir a afectar negativamente no futuro outros cidadãos, regressando a atitudes de arbitrariedade que já haviam ocorrido no passado e atingido a maioria plebeia. No respeitante à questão económica, o senado estaria bem consciente de que o cereal para alimentar os numerosos efectivos militares que se encontravam no terreno era tão indispensável como as próprias armas que eram utilizadas pelos soldados. E só seria possível voltar a semear, e depois avançar para a fase da colheita naquele que era o grande celeiro do *ager Romanus*, se fosse possível dispor do pessoal necessário para o efeito. Ora as únicas mãos disponíveis e suficientes para tal eram as dos próprios Campanos. E Roma não se poderia permitir o luxo de uma vingança feroz face à “traição” de que tinha sido alvo quando recursos em cereal eram necessários para manter o esforço de guerra. Assim, as penalizações a aplicar foram revistas, optando-se por cancelar a referida dispersão das populações e reduzindo as penalizações essencialmente à confiscação dos respectivos direitos de propriedade e à redução de alguns direitos de cidadania.

⁷²⁰ Liv. 27.3, 27.11, expressando a continuação de tal política em 210 e 209 a.C. Em Toynbee (1965b, 231-32), contudo, é explicitada uma alteração dessa política de prioridade dada à produção de cereal em anos vindouros, com uma fracção das terras da Campânia a serem vendidas em 205 a.C. (Liv. 28.46) para obter os também indispensáveis recursos financeiros (essa nova política de venda do *ager Campanus* seria continuada no século II a.C., se bem que pelo menos a partir de certa altura seja difícil justificá-la com a necessidade de recursos financeiros). Segundo Frank (1933, 139), o aluguer dessas terras deveria render um terço do total da produção, ou seja, o equivalente a 2 milhões de denários/ano, o custo de 4 legiões/ano (ver, *supra*, sobre esta equivalência, a secção 6.4.3.5.3). Contudo, essa referência ao valor de 2 milhões não é clara relativamente ao período da sua aplicação nem à extensão no tempo da sua aplicação.

No concernente à Sicília, a conclusão da sua pacificação (final de 210 a.C.) que sucedeu à queda de Siracusa (a qual conduziu a que o seu território tenha sido incluído na província) veio ampliar o leque de soluções de que Roma dispunha para se impor ao seu adversário. A ilha, sujeita a medidas de reorganização (incidindo sobre a produtividade agrícola e sobre o sistema de tributação) por parte do Estado Romano⁷²¹, terá voltado a dispor de capacidades anteriores reactivadas de modo a garantir prioritariamente o abastecimento das legiões que operavam nas frentes de batalha. A política de Roma para atingir tais objectivos passou pelo incentivo aos próprios Sicilianos para fazer reviver a agricultura (não recorrendo à criação de colónias romanas ou latinas como era prática habitual na Península Itálica e especificamente, nessa altura, na Gália Cisalpina) e pelo alargamento ao conjunto da Sicília das práticas fiscais que integravam a designada *Lex Hieronica*.⁷²² Para compreender a opção pela preferência dada a sicilianos relativamente a italianos para estimular a produção agrícola na ilha, será necessário ter em consideração que, com a utilização de agricultores cuja lógica de exploração privilegiava a subsistência familiar, seria presumivelmente muito improvável a produção de excedentes cerealíferos em quantidades satisfatórias. Em contrapartida, os sicilianos a quem o Estado Romano terá dado preferência no sentido de explorar as terras com maior aptidão agrícola eram indivíduos com outra lógica de exploração, virada para o mercado, e a quem seria possível impor uma tributação que garantisse a disponibilização de grandes quantidades de cereal para abastecer os exércitos.⁷²³

⁷²¹ Logo em 209 a.C. foram tomadas medidas que conduziram ao controlo pelo exército romano na Sicília do cultivo dos campos no sentido de garantir o bom funcionamento das explorações agrícolas. Segundo Liv. 27.8, uma constante vigilância de tais explorações permitiu aumentar consideravelmente a produção de trigo, enviar excedentes para Roma e armazenar uma parte em Cátana para fornecimento posterior ao exército que se encontrava na área de Tarento. O abastecimento de Roma a partir da Sicília é contudo visto com desconfiança em Erdkamp (1998, 183 e n. 99), que identifica a passagem de Tito Lívio como possível anacronismo e vê nos excedentes disponíveis para exércitos fora da ilha sobretudo o resultado da diminuição dos contingentes militares lá existentes.

⁷²² Ver, nesse sentido, Erdkamp (1998, 184) e, para substanciais detalhes sobre o assunto, em particular a *Lex Hieronica*, Toynbee (1965b, 222-28). Essa lei, que é objecto de longas considerações por Cicero, sobretudo no terceiro discurso da *actio secunda* das Verrinas, tem sido objecto de vários trabalhos, em particular alguns que foram redigidos na primeira metade do século XX por autores como R. Scalais e Jérôme Carcopino (por exemplo, Scalais, R. 1923. “La restauration de l'agriculture sicilienne par les Romains”. In *Le Musée Belge* 27: 243-252; Scalais, R. 1924. “La prospérité agricole et pastorale de la Sicile depuis la conquête romaine jusqu'aux guerres serviles”. In *Le Musée Belge* 28: 79-97; Carcopino, J. 1914. *La loi d'Hiéron et les Romains*. Paris: Boccard), mas que são difíceis de encontrar.

⁷²³ Terá sido em particular o caso de refugiados que se encontravam na Grécia Continental e outros que haviam sido despojados das suas propriedades e a quem agora Roma garantia a respectiva devolução. Ver a tal propósito, Liv. 27.35 (208-207 a.C.) e, relativamente a dois-três anos mais tarde, Liv. 29.1. De acordo com o que é referido em Toynbee (1965b, 211, n. 11), houve um esforço romano em atrair refugiados originários de Ácragas. Tenha-se a esse respeito presente o referido *supra* (nota 452)

No que respeita especificamente à *Lex Hieronica*, a sua aplicação nos territórios de administração romana na ilha poderá ter tido início cerca de 227 a.C. e, no conjunto da Sicília, mais tarde, com a hipótese mais precoce a situar-se em 210, a altura precisamente da conclusão da respectiva pacificação.⁷²⁴ A lei regulamentava não só o valor do imposto a pagar pelo agricultor ao Estado mas também uma comissão que era devida ao intermediário fiscal que cobrava o imposto. Esse agricultor não era forçosamente o proprietário da terra, sendo o arrendatário se o houvesse, e não estavam previstas isenções, excepto no caso das *civitates liberae*, em que os nativos da Sicília estavam isentos.⁷²⁵ A taxa (em espécie) sobre os cereais era de 10% (dízimo) e, sobre o vinho, azeite e vegetais, de 20%. O poder discricionário do magistrado romano, por outro lado, só tinha limites quando ele tratava com cidadãos romanos, tal discricionariedade não podendo ser contestada senão no período posterior à cessação das suas funções (o que acabou por suceder com Verres, caso bem conhecido que esteve na origem das Verrinas de Cícero). A atribuição da cobrança do imposto era

mencionando que existiam nessa cidade, já desde o início do século V, agricultores que dispunham de terrenos muito férteis e que, empregando escravos, produziam para o mercado. Seria interessante (embora tal não seja possível fazer, ou avançar em tal sentido, no presente trabalho) esclarecer adequadamente a aparente contradição que parece existir entre a lógica de exploração que era detida por tais agricultores (que haviam no passado exportado os seus excedentes – sobretudo provenientes da vinha e do olival – para os territórios cartagineses) e o objectivo do momento dos meios governamentais romanos, que era sobretudo a intenção de tributar em espécie um dízimo da produção de cereais e adquirir a baixo preço dízimos adicionais.

⁷²⁴ Mas Jérôme Carcopino terá opinado com uma data mais tardia, 132 a.C., com tal aplicação a ser instituída pela *Lex Rupilia*. Há indicações, segundo Toynbee (1965b, 222-24), de que a *Lex Hieronica* (ou, talvez melhor, o conjunto de processos dominantes na área da tributação agrícola que existiam antes da conquista romana em 241 a.C.) possa ter sido criada, não por Hieron II mas, muito antes, por Hieron I ou mesmo Gélon (século V), o que é contudo pouco provável dada a sofisticação da lei e as características comuns que apresenta com a lei fiscal egípcia que foi instituída em 265-264. De reter de qualquer modo que os Romanos não tiveram que inovar na criação de regras para tributar a produção agrícola, continuando a usar o que já estava em vigor (e não só em vigor no território controlado por Hieron, mas também nos outros territórios de influência grega e nos de influência púnica); ver a tal propósito Serrati (2000, 115, 124-25). Ver também uma comparação entre os sistemas egípcio e o siciliano sob Hieron em Pritchard (1970, 364-68).

⁷²⁵ O território siciliano incluía, sob Roma, 4 tipos distintos de comunidades: *civitates censoriae*, *civitates decumanae*, *civitates liberae* e *civitates foederatae*. As primeiras eram terras que haviam sido confiscadas, passando a ter o estatuto de *ager publicus*, logo sujeitas a uma renda anual (que podia ser revista cada cinco anos pelos censores), além de estarem sujeitas aos dízimos incidentes sobre as colheitas. As *civitates decumanae* estavam apenas sujeitas aos dízimos. Quanto às *civitates liberae*, elas podiam beneficiar de vários privilégios, em particular o de os agricultores não estarem sujeitos aos dízimos, caso, conforme referido, fossem nativos do território. Finalmente, as *civitates foederatae* (assim designadas porque mantinham relações directas com o governo central romano, não estando portanto sujeitas à jurisdição do pretor que era o governador da província) estavam sujeitas a um regime especial, reflectindo a experiência que Roma tinha da sua administração na Itália (os tratados que as cidades da Sicília sujeitas a esse regime haviam celebrado com Roma definiam em princípio obrigações de natureza militar, em particular no respeitante à disponibilização de navios para a frota romana de guerra e para a defesa em geral das áreas costeiras). Ver Toynbee (1965b, 219-20, 224), Eckstein (1987, 164-65) e Serrati (2000, 115).

feita por leilão dirigido pelo governo provincial e na prática acabava por ser reservado a sicilianos, sendo os leilões levados a cabo em Siracusa e visando o período de um ano para cada tipo de produto (trigo, cevada, e os de 20%: vinho, azeite e vegetais). Assim, as quantidades que eram postas em leilão eram reduzidas, o que dava oportunidade de vencer ao intermediário fiscal (o que vinha a cobrar os impostos) que dispunha de reduzidos meios financeiros (as próprias cidades a que os agricultores pertenciam podiam concorrer aos leilões), enquanto as companhias romanas especializadas (em que se integravam os publicanos) estavam excluídas. De facto, essas companhias só podiam concorrer ao imposto designado *scriptura* (que incidia sobre o gado que pastava no *ager publicus* romano) e aos *portoria* (impostos alfandegários), cujos leilões tinham lugar em Roma. A *Lex* apresentava complexidades burocráticas, caso das declarações que deviam ser feitas anualmente, em concreto a *subscriptio aratorum* (recenseamento de agricultores) e a *professio iugerum* (sementes – quantidades e tipo – usadas, assim como a extensão da área cultivada), as quais deviam ser tidas em consideração por ocasião dos leilões. Estas declarações eram tidas em consideração por ocasião dos leilões e estariam na base do contrato que era celebrado entre o agricultor e o intermediário fiscal, o qual devia obedecer a um modelo estabelecido na lei a ser feito em triplicado (cópias para o agricultor, para o intermediário fiscal e para o governo do Estado em que se localizava o terreno do agricultor). Estavam previstas multas para os que não cumpriam a *pactio*, as quais podiam assumir valores elevados, estabelecidos na lei.⁷²⁶

A experiência ganha por Roma com a administração da Sicília, em particular com a utilização que fez das estruturas administrativas e burocráticas pré-existentes para a exploração dos recursos locais e seu emprego para necessidades militares, não pode ter deixado de contribuir significativamente para a evolução reservada para o desenvolvimento do conceito de província no futuro da História Romana. O conceito terá evoluído de um significado em que Roma exercia a sua autoridade para outro mais amplo em que o território em causa estava dotado de estruturas bem claras a níveis de governo, administração e fiscalidade, controladas decerto por Roma.⁷²⁷

Outros aspectos significativos da evolução económica da Itália no período da Segunda Guerra Púnica respeitam naturalmente não só aos efeitos que as devastações

⁷²⁶ Toynbee 1965b, 224-27.

⁷²⁷ Serrati 2000, 115, 120-21. Os textos de Plauto, refere Serrati, mostram que o termo *provincia* já era de uso corrente no século III a.C.

tiveram nas populações mas também à evolução posterior à retoma por parte de Roma do controlo militar do território.

As devastações, as dificuldades que delas resultaram para os povos da Península e da Sicília, conduzindo as populações com grande frequência à ruína económica, à doença, à morte⁷²⁸, não deixaram também de motivar as famílias a procurar melhores situações em áreas diferentes daquelas que habitavam, levando-as à migração. Essas foram situações que traduziam grandes diferenças no grau de severidade que atingiu as várias regiões desses territórios e que haveriam de conduzir a efeitos não só mais ou menos desastrosos (sem impedir, contudo, situações localizadas de progresso económico) mas também duradouros em termos de crise agrária, que vários autores consideram terem ido pelo menos até à época dos Gracos.⁷²⁹

As informações que os antigos autores fornecem sobre os movimentos de populações, a mortalidade e as epidemias no nosso período, pelo menos no que respeita a valores que possam ser considerados como estatísticos, não nos permitem quantificar tais factores e muito menos detalhar tais quantidades em termos regionais. Essa circunstância, e em particular a inexistência de referências ao destino que esperava refugiados e migrantes, conduz Paul Erdkamp a procurar comparações com situações semelhantes conhecidas de outras épocas históricas na expectativa de dar passos no sentido de algum esclarecimento sobre as condições económicas e sociais nesses tempos mais antigos.⁷³⁰ É uma abordagem que poderá, no nosso entendimento, ser repetida e melhorada nos tempos que correm se tivermos presentes os movimentos migratórios que têm tido lugar na actualidade com a fuga maciça de populações não só do Médio Oriente mas também de países africanos e asiáticos.

À luz do referido *supra* sobre as situações de ameaça e devastação ocasionadas pelos exércitos, tanto cartagineses como romanos, afigura-se extremamente provável que os habitantes das áreas rurais atingidas pelos movimentos dos exércitos tenham experimentado condições de grande dificuldade que terão ido até à penúria e violenta desnutrição. São contextos em que os camponeses – proprietários de terras, rendeiros ou o mero proletariado rural – terão frequentemente procurado a protecção de cidades

⁷²⁸ Ter em consideração, a este propósito, Toynbee (1965b, 10-35), um capítulo cujo título é “The devastation of South-Eastern Italy and Sicily in the second bout of the Double War”, assim como Brunt (1971a, 269-77), também com um capítulo intitulado “The devastation of Italy in the Hannibalic War”, do qual já se deu alguma ideia *supra*, nota 641.

⁷²⁹ Erdkamp 1998, 270-71.

⁷³⁰ Erdkamp 1998, 272.

muralhadas, cujo exemplo que as fontes mais mencionam terá sido o êxodo para a própria cidade de Roma.⁷³¹ De carácter permanente ou meramente temporário, tais migrações terão necessariamente conduzido ao abandono das terras, o qual, agravando as consequências das situações de extermínio dos proprietários e outros habitantes pelos invasores, se reflectiram, não só de imediato mas também em períodos posteriores, na capacidade produtiva da agricultura.⁷³²

Uma das consequências da redução da capacidade produtiva das terras (redução ainda eventualmente agravada pela apropriação pelos exércitos de parte da produção) terá sido a subida dos preços dos produtos alimentares, pelo menos nas zonas rurais afectadas pela guerra. Essa subida de preços terá por seu lado influenciado a migração de rurais para as cidades, para onde também convergiam o trigo e outros bens alimentares provenientes da Etrúria e das províncias (e eventualmente os resultantes de aquisições feitas no Egipto ou noutros locais), relativamente aos quais se praticavam, paradoxalmente, preços mais acessíveis. Convirá ter em conta, neste contexto, que era nas cidades (sobretudo as que eram servidas por embarcações e locais de atracagem) – e não nas zonas rurais – que se concentravam os grandes silos e os grandes comerciantes de cereais. A maior acessibilidade desses preços poderia contudo revelar-se ilusória para uma parcela significativa das populações imigradas (assim como para as massas urbanas empobrecidas), as quais necessitavam de qualquer maneira de dispor dos recursos financeiros necessários para fazer face às indispensáveis aquisições de alimentos. O resultado repetido de tal situação era a desnutrição, seguida de doença, e muitas vezes a inanição e a morte. O regresso desejado por muitos migrantes, uma vez terminadas as hostilidades, às suas terras de origem, poderá assim ter ficado frequentemente frustrado. Por outro lado, a doença poderia resultar da exposição dos imigrantes a condições infecciosas existentes nas

⁷³¹ Conforme é referido em Toynbee (1965b, 13), nas cidades situadas na área que se estendia de Cales a Roma existiam bastantes oportunidades de emprego, sobretudo nas indústrias de guerra, situação que havia sido reforçada pela cessação da concorrência da anterior capacidade industrial de Cápua.

⁷³² A redução da capacidade produtiva das terras variou naturalmente em função da respectiva exposição aos exércitos em luta e dos efeitos que as devastações causadas tiveram sobre os apetrechos usados, os animais utilizados e as próprias populações. É, por outro lado, admissível que em geral as explorações agrícolas familiares fora das áreas de devastação tivessem reservas suficientes de força de trabalho para manter o nível de produção, não obstante estarem sujeitas a recrutamento militar. Contudo, com as baixas militares que tiveram lugar em Trasimeno e Canas e mesmo as dos anos seguintes, tais reservas poderão ter-se esgotado em muitos casos com o prosseguimento dos recrutamentos. A obrigatoriedade de fornecer escravos para a marinha, desviando-os dos campos, poderá ter também afectado a respectiva capacidade produtiva, pelo menos até 212-210 a.C. Outro factor, no entanto, que deve ter influenciado essa capacidade, mas em sentido contrário, foi o afluxo de refugiados às regiões protegidas.

idades para as quais o seu habitual estilo de vida não os havia preparado, e cuja situação só se poderia agravar face às más circunstâncias de habitação a que habitualmente estavam expostos.⁷³³

Nos casos em que os migrantes conseguiram sobreviver, ter-se-ão possivelmente defrontado com duas situações principais, das quais a primeira era a manutenção na área urbana que haviam escolhido com uma ocupação que dependeria das oportunidades que a economia respectiva oferecia (ou eventualmente posições no exército ou na marinha, em particular como soldados) e das capacidades profissionais dos próprios. A segunda das situações era o regresso ao campo e a tentativa de retomar a actividade agrícola quando a situação de guerra tivesse passado. As dificuldades que Paul Erdkamp identifica relativamente a este tipo de situação são, contudo, significativas, sobretudo quando o camponês havia perdido o controlo do seu torrão (quer por venda quer por intrusão abusiva de um grande proprietário vizinho). A retoma da laboração, mesmo nas circunstâncias menos desfavoráveis, apresentava complicações, dado que, sem disponibilidade de recursos financeiros, a simples força de trabalho dificilmente poderia superar a falta de apetrechos de trabalho, animais de lavoura e casas agrícolas e, principalmente, sementes e meios de subsistência até à próxima colheita. Por outro lado, certamente que, em alguns casos, com o regresso da prosperidade rural que se seguiu ao fim das hostilidades, a eventualidade de obter ajuda de familiares e amigos que tenham permanecido na terra terá permitido melhorar as possibilidades de recuperação dos regressados.⁷³⁴

O forte envolvimento da Etrúria no abastecimento dos exércitos romanos foi possível devido à quase ausência de ameaças no seu território por parte das forças púnicas. Na realidade, uma real ameaça apenas teve lugar no início da guerra, quando Aníbal, vindo da Gália Cisalpina, desceu até Trasimeno, onde derrotou os Romanos. Depois, seguiu para a costa adriática e Apúlia e não mais esteve presente na região. A ameaça posterior (em 207 a.C.) por parte de Asdrúbal, não foi de facto mais do que

⁷³³ Erdkamp 1998, 274-78. A disponibilidade de alimentos nas áreas rurais, quando necessária a sua proveniência de regiões distantes, tinha custos muito elevados dadas as pequenas quantidades que deviam ser transportadas por via terrestre (o exemplo bem conhecido dessa situação é o da importação de trigo de regiões ultramarinas – por exemplo o Egipto – que em períodos posteriores era feita sistematicamente para abastecer a cidade de Roma, com a qual as próprias áreas rurais italianas próximas não podiam competir). No que respeita à doença e à inanição como causas de morte no período da Segunda Guerra Púnica (incluindo a situação experimentada pelos exércitos), Erdkamp dá-lhes grande importância, opinando no sentido de que em geral mais gente morreu de tais causas do que em resultado das batalhas.

⁷³⁴ Erdkamp 1998, 278-80.

isso. Após Canas, face à demanda dos exércitos romanos, os fornecimentos de trigo com origem na região constituíram uma realidade incontornável até ao final da guerra, não havendo contudo dados que permitam esclarecer adequadamente qual a importância relativa dos diferentes tipos de exigências de Roma, não só no sentido de elas terem sido satisfeitas através de tributação, de requisição ou da via mercantil, mas também em que medida elas terão visado as comunidades (e através delas os pequenos agricultores), as grandes explorações agrícolas e os comerciantes especializados em cereais.⁷³⁵

Sendo a Etrúria uma sociedade classista, onde predominavam as grandes explorações agrícolas (as quais empregavam colonos de origem estrangeira que, progressivamente, haviam começado a substituir os nativos⁷³⁶) controladas, assim como as relações mercantis, pelas elites locais, estas terão beneficiado fortemente, segundo Erdkamp, da situação da procura de trigo para os exércitos romanos. Tais benefícios terão sido avultados não só porque cobraram pelos fornecimentos efectuados (quando os pagamentos não foram feitos a pronto, a alternativa a crédito revelou-se geralmente satisfatória para as classes superiores) mas também porque a escassez resultante do desvio da produção para fazer face à procura militar fez aumentar significativamente os preços dos cereais. Por outro lado, mesmo a produção dos pequenos agricultores (os que praticavam a agricultura de subsistência) terá aumentado quanto mais não fosse para produzir excedentes que permitissem fazer face à tributação. Mas o aumento da produção por parte das grandes explorações, dependente como estava de acesso a suficiente força de trabalho, estava em princípio ameaçado pelos elevados níveis de recrutamento que estavam a ter lugar no decurso da guerra, o que poderá ter afectado tais explorações na medida em que elas estavam dependentes no período das colheitas do trabalho temporário dos pequenos

⁷³⁵ Erdkamp 1998, 280-81.

⁷³⁶ Santo Mazzarino, referindo-se à passagem de Tibério Graco pela Etrúria em 133 a.C. em que ele havia ficado impressionado com a extensão dos latifúndios nos campos etruscos, esclarece que parte dos camponeses de origem estrangeira provinham do Egipto. As classes inferiores etruscas eram designadas *lautni*, *lautn eteri* e *etera*, conceitos que correspondiam aproximadamente aos latinos *cliens*, *libertus* e *servus*. Ver a tal propósito os desenvolvimentos feitos em Mazzarino (1957, 110-116). As formas escravagistas de produção, associadas ao latifúndio e a processos de pauperização e expulsão do corpo social de indivíduos e grupos menos favorecidos, terão começado a desenvolver-se no século IV a.C. no sul etrusco. Terão sido tais processos de pauperização que conduziram à inclusão de mercenários etruscos nos exércitos cartagineses e de Agátocles no final desse século IV (inclusão referida por Diodoro e assinalada em Torelli (2007, 257)). Tais formas escravagistas e processos de pauperização tiveram por outro lado consequências desestruturantes que levaram a oposições entre servos e aristocratas que por sua vez conduziram à intervenção romana em Volsínios já referida *supra*. Ver Torelli (2007, 257-58).

camponeses da vizinhança (embora apenas parcialmente, dado que a parte mais substancial da sua mão-de-obra seria escrava). Mas terá sido nesse particular que o afluxo de migrantes das zonas atingidas pelas devastações (neste pormenor, tal afluxo poderá ter sido reforçado pelo aumento do número de escravos, sobretudo no período mais próximo de 212-210, dada a contribuição em tal sentido das campanhas vitoriosas romanas; ter contudo em atenção que nos anos que sucederam a Trasimeno e Canas terá havido fugas de escravos) terá possivelmente mais que compensado tal ameaça e permitido o aumento da produção, em particular graças à extensão da área dedicada aos cereais na região.⁷³⁷

6.4.5. A fase final da guerra

No período que sucedeu imediatamente à eliminação por Roma da ameaça que a junção dos exércitos de Asdrúbal e Aníbal representava, este grande general cartaginês, falhando cada vez mais na protecção dos seus aliados italianos, embora mantendo-se invencível no campo de batalha, viu-se progressivamente confinado ao Brútio e estrangido a passar à defesa.⁷³⁸ Eliminadas também as grandes ameaças que haviam surgido com origem nos territórios hispânico e siciliano, os recursos militares que Roma havia afectado a tais territórios puderam ser parcialmente reconduzidos à Itália de modo a pressionar ainda mais Aníbal. A possibilidade de o seu exército ser reforçado, e mesmo abastecido, a partir de África tornou-se também mais difícil com a perda de controlo sobre Tarento e a consolidação da superioridade marítima romana. Desse modo, só o sucesso de Magão com a sua entrada na Itália, visando recrutar Gauleses e Lígures antes de se juntar a Aníbal, representaria para os Cartagineses alguma esperança de reverter tal situação.

⁷³⁷ Erdkamp 1998, 281-83. No respeitante ao preço que os cereais atingiram, há referências em autores contemporâneos (que se apoiam em Políbio) que apontam para 15 dracmas por *medimnus* (90 denários por *modius*, ou seja, 8,75 litros) em 211 a.C., o que seria extremamente elevado. Terá sido essa a altura em que Roma enviou a embaixada ao Egipto já referida *supra* (notas 641 e 646) para tentar importar trigo, algo então bastante difícil dado que havia guerras por todo o lado, excepto no próprio Egipto (ver, por exemplo, Brunt (1971a, 273-75), Garnsey (1988, 192) e Cornell (1996, 104)).

⁷³⁸ De acordo com Liv. 28.12, a juntar a várias outras dificuldades, o exército de Aníbal tinha o problema do abastecimento. De facto, a extensão do território do Brútio era insuficiente para abastecer um exército tão importante e, além disso, a juventude tinha sido arrancada ao trabalho da terra pela mobilização militar. Lívio acrescenta ainda que Cartago, com a preocupação de controlar a Hispânia, não enviava mantimentos para Itália. Ver contudo a este propósito Erdkamp (1998, 185-86).

Para Roma o problema colocava-se em termos de definição da melhor estratégia para dar um fim favorável ao conflito, contexto que começou a ganhar forma com o regresso de Cipião a Roma no final de 206 a.C. e a sua candidatura bem sucedida ao consulado. Após a eleição, foi conhecida a sua intenção de prosseguir e terminar a guerra em África, de algum modo ameaçando as oposições que surgiam no senado de obter a necessária autorização por parte da assembleia popular, a qual – já havia ficado claro com o sucesso que tinha sido a sua eleição – o apoiaria. Fábio Máximo, o *Cunctator*, convidado pelos opositores a Cipião no senado, deu o seu parecer desfavorável, insistindo em que a guerra devia ser ganha na Itália (para o que Cipião deveria juntar-se ao seu colega para defrontar Aníbal, o qual entretanto poderia vir a receber reforços) antes de se preparar a invasão africana. A esse propósito recordou em particular os exemplos nada felizes não só da invasão no mesmo sentido (ver *supra*) que havia sido promovida no decurso da Primeira Guerra Púnica (derrota pesadíssima sofrida pelo exército romano em 255 a.C.) mas também da incursão dos Atenienses na Sicília na altura da Guerra do Peloponeso. Outros argumentos de Fábio incidiam na juventude e conseqüente inexperiência de Cipião (que haviam em particular permitido a Asdrúbal esgueirar-se até Itália), não obstante sucessos que poderiam ter tido origem em golpes de sorte e facilitismos que dificilmente seriam encontrados em África. Face à insistência do cônsul, rebatendo os argumentos do *Cunctator* e apresentando as vantagens de invadir a África, o senado, após mais discussões e troca de impressões com os tribunos da plebe, acabou por decidir autorizar Cipião a levar o seu exército na missão que propunha, desde que ele considerasse que isso era do interesse do Estado. Ele receberia a Sicília como província, as duas legiões e a frota de 30 navios que lá se encontravam. O outro cônsul ocupar-se-ia de Aníbal, deslocando-se para o Brúcio, para o que contaria com o apoio do exército de um dos procônsules. Cipião não foi, no entanto, autorizado a recrutar um exército, mas apenas a acrescentar voluntários ao exército de que já dispunha e a recolher donativos dos aliados para reforçar a sua frota.⁷³⁹

⁷³⁹ Liv. 28.38, 40-45. Ver também Rosenstein (2012, 168-70), onde o autor tem o cuidado de justificar a posição de Fábio Máximo, sublinhando que Roma havia antes, em Canas, apostado tudo numa única campanha, o que havia levado a República a estar à beira da sua destruição. A estratégia senatorial tinha desde então (com uma forte influência do *Cunctator*) procurado minimizar o risco de um fracasso de igual modo catastrófico, adoptando um tipo de guerra de várias frentes. E terá sido esse tipo de estratégia que permitiu recuperar dos desastres ocorridos nos anos iniciais. A perspectiva de Fábio de como derrotar Aníbal preconizava a continuação do controlo senatorial da guerra, o que conduziria a que ele e outros membros do senado com grande experiência continuassem a exercer uma influência decisiva. Naturalmente que Cipião tinha ideias muito diferentes, não sendo possível abstrair do facto de que a invasão da África era a sua oportunidade de vir a ser o vencedor da guerra, o que tinha as suas conseqüências em termos de aquisição de imenso prestígio e glória. Mas a escassez de recursos que lhe

6.4.5.1 - Período que precede a invasão de África

Enquanto Cipião se instalava na Sicília (205 a.C.) com os seus voluntários e a frota que lhe foi atribuída, o outro cônsul dirigiu-se para o Brútio para fazer frente a Aníbal. A actividade militar foi, contudo, bastante limitada nesse território nesse ano, situação que se terá prolongado no ano seguinte devido à ocorrência de uma epidemia que afectou tanto os exércitos romanos como os cartagineses. No verão desse mesmo ano, Magão deixava a Minorca com 30 navios de guerra, 12 mil soldados de infantaria e 2 mil cavaleiros, dirigindo-se para a Ligúria, onde conquistou Génova. Vinte desses navios foram enviados para vigiar o litoral cartaginês (dada a expectativa de que Cipião não tardaria a demandar África) e, a seguir, o general púnico procurou aumentar os seus efectivos recrutando Gauleses e Lígures (o que ganhou novo ímpeto com a chegada mais tarde de novos recursos provenientes de Cartago que permitiram um maior reforço do seu exército). Foi uma situação que preocupou o senado, que decidiu robustecer não só a presença romana na área de Arímino, transferindo para aí o exército de voluntários que se encontrava na Etrúria e enviando a seguir as duas legiões urbanas para Arécio. O objectivo dessas mobilizações foi impedir a junção de Magão a Aníbal. A captura, por outro lado, ao largo da Sardenha, de oitenta navios de transporte cartagineses que possivelmente levavam trigo para o exército de Aníbal, poderá ter ocasionado a reportada carência alimentar que esse exército sofreu no final desse ano.⁷⁴⁰

Os preparativos que Cipião havia iniciado na Sicília para a invasão de África tinham presente a necessidade de não dispender recursos financeiros do Estado Romano, preocupação que havia já sido a sua em Itália, logo após a sua eleição. Contou, para o efeito, com recursos que conseguiu extrair de várias cidades etruscas (trigo e outros víveres, ferro, materiais e componentes essenciais para navios, armas, instrumentos

foram atribuídos, em princípio justificável pela necessidade de manter forças militares significativas na Itália para fazer frente à ameaça potencial que Aníbal continuava a representar, poderá ser interpretada, pelo menos é essa a afirmação de Rosenstein, como uma vingança de Fábio Máximo. Toynbee vai ainda mais longe e diz que o *Cunctator* e os seus amigos no senado deverão ter rido uns para os outros quando impingiram à sua besta negra as legiões dos fugitivos de Canas (presentes na Sicília numa situação de carácter punitivo arrastada no tempo), podendo levá-las para África se achasse que isso era do interesse público (Toynbee 1965b, 74).

⁷⁴⁰ Liv. 28.46, 29.10. Ver também, a propósito da situação no norte da Itália, Liv. 29.5.

para trabalhar a terra) e das florestas do Estado. Para a construção dos navios, uma vez obtida a madeira nas florestas, apenas foram necessários 40 dias. Uma vez na Sicília, Cipião recorreu a vários expedientes para obter recursos para o seu exército e treinar os seus efectivos, exigindo por outro lado trigo às cidades sicilianas de modo a poupar aquele que havia sido importado de Itália. Em breve tinha reunido condições para enviar uma esquadra assolar a costa africana, o que teve início com um desembarque numa cidade húmida a oeste de Cartago, a partir da qual era possível devastar o território cartaginês e conseguir espólio considerável. A percepção de que tinha então havido uma inversão de situações relativamente aos sucessos iniciais de Aníbal e que se tornava iminente um perigo maior, foi algo que provocou um enorme sobressalto na sociedade cartaginesa e que levou à tomada de uma série de medidas que visavam corrigir o que havia corrido mal. Entre essas medidas estavam uma mobilização de urgência em Cartago, o recrutamento de mercenários, o reforço das fortificações da cidade, o armazenamento de trigo, a obtenção de armas, a preparação de navios para fazer frente à frota romana, a consolidação de alianças (Filipe V e Sifax) e o envio a Magão de navios, soldados de infantaria e cavaleiros, assim como recursos financeiros, para que esse general tivesse condições acrescidas para poder operar a necessária junção com Aníbal.⁷⁴¹

Entretanto na Hispânia, alguns sectores da população, face à ausência de Cipião, sentiram-se encorajados a retomar a autonomia que haviam perdido, reabrindo as hostilidades. Essa foi contudo uma situação que foi resolvida com alguma celeridade pelo exército romano. Por outro lado, o comandante do contingente expedicionário romano que operava em África, face a informações relativas aos esforços de Cartago para reagir às ameaças que incidiam sobre o seu território, em particular no que respeitava à eventualidade de se vir a ter de defrontar com uma frota inimiga de força superior, decidiu regressar à Sicília com o espólio já conseguido.⁷⁴²

Na Sicília, Cipião, confrontado com circunstâncias que criavam expectativas de uma intervenção em Locros com sucesso e eventualmente com a vantagem em aumentar as dificuldades já existentes de contactos entre Aníbal e Cartago, tomou a decisão de avançar com o envio de um contingente que procuraria apoderar-se da respectiva cidadela. Foi uma iniciativa que começou por ter sucesso, com a guarnição cartaginesa a refugiar-se na segunda cidadela da cidade e os habitantes da cidade a tomar o partido

⁷⁴¹ Liv. 28.45, 29.1, 3-4.

⁷⁴² Liv. 29.1-5.

dos Romanos. A proximidade de Aníbal e a quase certeza de que ele iria intervir na luta que se travava decidiu Cipião a também intervir com uma frota que fez partir de Messana e cuja intervenção foi essencial para consolidar a operação e fazer recuar Aníbal, a quem a seguir a guarnição cartaginesa se juntou. Cipião deixou então a guarda da cidade a um dos seus comandantes e voltou para Messana.⁷⁴³

205 a.C. foi também o ano em que Roma e Filipe V restabeleceram a paz, conforme já referido *supra*, após um acordo que o senado firmou com Átalo, o rei de Pérgamo. Roma havia conseguido manter o rei macedónico à distância, tendo feito o necessário para impedir que ele viesse a juntar forças com Aníbal. A guerra em curso passou assim a ter apenas Cartago e os seus aliados númidas como adversários.⁷⁴⁴

No respeitante à planeada invasão de África por parte de Cipião, ela acabou por não ter lugar enquanto desempenhou a sua função de cônsul, pois o ano de 205 foi integralmente utilizado, à parte a iniciativa já referida relativa a Locros, em preparativos. Nesses preparativos tiveram naturalmente um grande peso os recrutamentos adicionais de efectivos militares a que Cipião foi obrigado a proceder e a necessidade que sentiu em utilizar bastante tempo em tarefas de treino de tais efectivos. Não pode ser ignorado que mesmo após o reforço das legiões já presentes na Sicília (constituídas sobretudo pelos sobreviventes de Canas e pelos da segunda batalha de Herdónia, efectivos negativamente influenciados em termos psicológicos por derrotas e por uma situação de carácter punitivo arrastada no tempo), reforço a que procedeu com os 7 mil voluntários que o acompanharam quando chegou à Sicília, o cônsul apenas dispunha de cerca de quinze ou dezasseis milhares de homens para combater, a maioria dos quais francamente desmoralizados. Não são conhecidos dados que permitam saber de eventuais reforços adicionais àqueles efectivos, embora Tito Lívio refira hipóteses nas suas fontes que fixavam um total que partiu da Sicília

⁷⁴³ Liv. 29.6-8. Tito Lívio dá uma longa atenção aos excessos que o comandante da guarnição que deixou em Locros teve relativamente à população e aos desentendimentos que isso causou no seio da própria guarnição. Foram problemas que acabaram por ser do conhecimento do senado romano e que justificaram o envio de representantes seus à cidade e à Sicília, neste último caso para averiguar qual a responsabilidade de Cipião nos abusos cometidos. Os inimigos de Cipião no senado procuraram associar tal eventual responsabilidade a possíveis situações de indisciplina que o comportamento do procônsul teria causado nas legiões e que estariam relacionadas com o arrastamento no tempo dos preparativos da missão africana. Esses inimigos de Cipião (revelando o carácter conservador das respectivas posições) terão por outro lado associado o seu quotidiano recheado de hábitos de cariz helenístico às situações de indisciplina referidas. No final, os enviados do senado concluíram que tudo ia bem por parte dos preparativos de Cipião e no correspondente à disciplina do exército. Ver a tal respeito Liv. 29.8-9, 17-22, Hoyos (2015, 200-01) e Rosenstein (2012, 171-72).

⁷⁴⁴ Liv. 29.11-12; Edwell 2011, 326.

para África (verão de 204) variável entre 12 mil e 35 mil efectivos. Este último valor (Dexter Hoyos considera que, no máximo, Cipião disporia de 32 mil homens) parece o mais provável se admitirmos os totais referidos por Políbio para as forças cartaginesas (incluindo as do respectivo aliado Sifax) que vieram a instalar-se perto de Útica algum tempo após a chegada do agora procônsul Cipião e que atingiriam 93 mil homens (valor, contudo, considerado exageradíssimo por muitos historiadores nossos contemporâneos).⁷⁴⁵

6.4.5.2 - O início da invasão de África

Cipião terá instalado o seu exército perto da costa no território entre Útica e Cartago, mas suficientemente próximo desta última cidade para que lá se instalasse um sentimento de pânico. O general em que na altura os meios governamentais cartagineses teriam mais confiança era Asdrúbal, filho de Gisgão (que já havia defrontado Cipião na Hispânia), mas ele estava ainda longe de dispor dos efectivos militares acima referidos. Assim, enquanto Asdrúbal procurava fazer os recrutamentos necessários para dispor de meios indispensáveis à defesa, Cipião tomava disposições no sentido de fazer incursões nos campos e localidades próximas de modo a obter o máximo de espólio (incluindo o aprisionamento de homens livres e escravos) que posteriormente foi enviado para a Sicília. Apenas dois combates, simples pelejas, são reportados neste período inicial da invasão, o primeiro com numerosos cavaleiros cartagineses a serem eliminados pela cavalaria romana. O segundo já após a chegada do aliado Masinissa, uma nova peleja em que foi desbaratada uma outra força significativa de cavaleiros que Cartago havia conseguido recrutar. O aliado númida foi recebido com júbilo por parte do general romano, com os reforços trazidos a não serem muito significativos, mas suficientes para contribuir decisivamente para o segundo combate referido.⁷⁴⁶

⁷⁴⁵ Liv. 29.24-25; Plb. 14.1; Hoyos 2015, 198-99, 202-03; Edwell 2011, 331-32. Sobre o carácter eventualmente exagerado dos efectivos do lado cartaginês ver, por exemplo, Hoyos (2015, 203); tal exagero torna-se, por outro lado, presumível face à falta de iniciativa que Asdrúbal e Sifax vieram a seguir a revelar.

⁷⁴⁶ Liv. 29.28-29. Masinissa havia-se defrontado, nos anos que sucederam ao seu regresso da Hispânia, com dificuldades inicialmente derivadas da morte do rei seu pai e da confusão que a ocorrência de várias sucessões, em tempo muito limitado, provocou no seu reino. Foi uma situação que Sifax, em grande medida estimulado por Asdrúbal, aproveitou para se opor a Masinissa, o qual, dispondo de activos

A chegada de Sifax (antes da invernagem de 204-203) com numerosos efectivos (que vieram reforçar o exército púnico que Asdrúbal entretanto havia conseguido recrutar), veio, por outro lado, trazer outro conforto às posições cartaginesas, motivando Cipião a abandonar o cerco de Útica que havia sido iniciado pouco antes e a acampar nas proximidades num local elevado que oferecia maior protecção ao seu exército. O procônsul tinha previamente feito o necessário para conseguir abastecimentos para o inverno (complementados, no entanto, pelo trigo que lhe chegava por via marítima da Sicília, Sardenha e Itália), pilhando a região, o que lhe permitia ainda renovar os envios de espólio vário para a Sicília.⁷⁴⁷

Cipião, que inicialmente tinha esperanças de levar Sifax para o seu lado, estabelecendo contactos com ele através de enviados, em breve passou a utilizar estes últimos para obter informações sobre o próprio acampamento, em particular as localizações das cabanas e as características da sua construção. Concluiu que essas cabanas eram facilmente incendiáveis o que o levou a elaborar um plano de lançar o fogo ao acampamento logo que reunisse as condições para tal. Assim, manteve as conversações com Sifax em função das perspectivas de paz que este apresentava e que requeriam a retirada de África por parte dos Romanos, tendo como contrapartida idêntica atitude de Aníbal no que respeita à Itália. Em tal contexto o general romano mostrava-se em princípio favorável a tais movimentos mas evidenciava através da disposição que ia dando às suas forças militares que a alternativa que adoptaria seria a retoma dos combates com prioridade dada à conquista de Útica. Surpreendentemente para os seus opositores, no início da primavera de 203 preparou um ataque ao acampamento do rei númida, aproveitando a hora tardia e o escuro da noite para o fazer incendiar de modo a dar a impressão que a origem do fogo era accidental. A confusão resultante, que permitiu atacar os Númidas desarmados a tentar apagar o fogo, rapidamente se estendeu ao acampamento de Asdrúbal, o que também possibilitou procedimento semelhante ao assumido no primeiro caso. O resultado foi uma mortandade enorme de que apenas terão escapado cerca de dois mil soldados de infantaria e quinhentos cavaleiros (incluindo os dois generais; mas Políbio parece

militares limitados relativamente aos que se lhe opunham, esteve em várias vezes em perigo de ser aniquilado, mas conseguiu sempre sobreviver até se juntar a Cipião (ver Liv. 29.29-34). O contingente de cavalaria com que Masinissa se juntou a Cipião não é quantificado por Tito Lívio mas é provável que a hipótese defendida em Hoyos (2015, 202-03) – 2 mil cavaleiros – não esteja longe da realidade, dado o papel que nos acontecimentos que se seguem lhe é atribuído.

⁷⁴⁷ Liv. 29.35-36.

referir tais números apenas aos efectivos dependentes de Asdrúbal, o que significaria que poderia haver ainda sobreviventes adicionais nas forças de Sifax). Terão ainda sido feitos mais de cinco mil prisioneiros, dos quais onze eram senadores, e apreendidos perto de três mil cavalos númeras e vários elefantes.⁷⁴⁸

A catástrofe que atingiu os exércitos cartaginês e númera não afectou sobremaneira o moral dos governantes cartagineses, pois tomaram a decisão de formar um novo exército, contrariando as opiniões de alguns que achavam preferível encetar negociações de paz com Cipião ou chamar Aníbal para defender a sua pátria. Com tal objectivo encarregaram Asdrúbal de proceder a um rápido recrutamento no território cartaginês e enviaram uma delegação a Sifax pedindo-lhe que procedesse de igual modo na Numídia. A disponibilidade prévia de um corpo de quatro mil mercenários hispânicos parece ter dado, por outro lado, um sentimento de segurança adicional àqueles governantes, que procuraram transmitir aos dois generais, os quais entretanto conseguiram elevar as forças militares disponíveis para cerca de trinta mil homens. Dada esta evolução, em breve (ainda na primavera de 203) Cipião passou a dar prioridade a uma acção contra o novo exército inimigo, deslocando-se para a área onde este se encontrava acampado – as Grandes Planícies – levando a que, depois de alguns confrontos menores, os dois exércitos se defrontassem em campo aberto, com resultado claramente favorável aos Romanos. A resistência tenaz dos Hispânicos, contudo, conduziu a que a derrota cartaginesa tivesse sido atenuada, pois o exército romano foi impedido de perseguir os fugitivos cartagineses e númeras, cujas perdas acabaram assim por ser minimizadas.⁷⁴⁹

Na sequência desta vitória, Cipião ficou com a parte mais substancial do exército (enquanto a cavalaria e uma parcela da infantaria foram encarregadas de perseguir Sifax) e dedicou-se a ocupar as localidades mais próximas, incluindo Tunes, mas em breve teve que defrontar-se com a ameaça que a frota cartaginesa representava para os navios romanos que se encontravam ocupados com o cerco a Útica. Não dispondo dos navios de guerra necessários para fazer frente à ameaça, o general romano optou por cobrir esses navios com várias filas de navios de transporte (ligados por cabos e ocupados por combatentes de elite que podiam disparar projecteis contra os atacantes) que impediam a frota púnica de atacar o seu objectivo, o que conduziu a um desastre minimizado em que o principal prejuízo foi a perda de parte dos referidos navios de

⁷⁴⁸ Plb. 14.1-6; Liv. 30.3-6; Hoyos 2015, 204.

⁷⁴⁹ Plb. 14.7-8; Liv. 30.7-8; Hoyos 2015, 204-05.

transporte. Por outro lado, as forças que perseguiram Sifax entraram na Numídia e não só recuperaram o trono para Masinissa (que era um dos comandantes das referidas forças) como atacaram e capturaram Sifax e a sua capital (batalha de Cirta).

6.4.5.3 - A trégua após as vitórias romanas

Após o reagrupamento das forças regressadas da Numídia com o exército de Cipião, Sifax e outros prisioneiros foram enviados para Roma, a comitiva romana sendo acompanhada por embaixadores de Masinissa. Com a perda de Sifax, os governantes cartagineses procuraram obter de Cipião um acordo para chegar a um processo de paz para o que lhe enviaram uma delegação de trinta senadores. Em resposta, o procônsul colocou toda uma série de exigências para evoluir nesse sentido, nomeadamente:

- Entrega a Roma dos prisioneiros e desertores romanos, assim como escravos fugitivos;
- Renúncia a qualquer pretensão sobre a Hispânia;
- Abandono de todas as ilhas situadas entre a Itália e África;
- Entrega de toda a frota de guerra, excepto vinte navios;
- Envio de quantidade fixadas de cereais;
- Entrega de certos montantes de dinheiro;
- Evacuação dos exércitos presentes na Itália e na Gália Cisalpina.

Os governantes púnicos declararam aceitar tais condições, embora aparentemente com a ideia de ganhar tempo até à chegada de Aníbal (que já antes haviam decidido contactar, pedindo-lhe para vir salvar a pátria), e enviaram ao senado romano uma delegação de embaixadores para ratificar o acordo concluído com o general romano.⁷⁵⁰

A chegada a Roma do enviado de Cipião (retido na cidade até que a delegação enviada por Cartago fizesse a sua aparição) com os prisioneiros e os embaixadores de Masinissa terá sido mais ou menos contemporânea de um importante confronto na Gália Cisalpina entre os exércitos romanos comandados por um pretor e um procônsul e o exército de Magão (final do verão de 203). Tratou-se de uma situação em que os Romanos encontraram grandes dificuldades, mas que foram superadas, sobretudo

⁷⁵⁰ Para mais detalhes ver Plb. 14.9-11, Liv. 30.7-16 e Hoyos (2015, 205-07).

após conseguirem rechaçar os elefantes cartagineses e terem infligido um grave ferimento ao general púnico. O exército de Magão haveria a seguir de retirar para África (após instruções de Cartago em tal sentido), com Magão a morrer na viagem e a sua frota a perder navios face a um ataque da armada romana que controlava as costas da Sardenha. Aníbal, aliás, teria sido chamado por Cartago em período próximo, após ter sido derrotado por um dos cônsules romanos na área de Crotona (Tito Lívio relata o acontecimento, referindo baixas cartaginesas de vários milhares, mas fá-lo deixando dúvidas sobre a respectiva autenticidade), cônsul esse que havia previamente submetido várias localidades brútrias.⁷⁵¹

As partidas de Aníbal e de Magão para Cartago foram recebidas com júbilo em Roma embora não eliminassem o sentimento de que os generais responsáveis pela não retenção em solo italiano dos dois exércitos cartagineses não haviam feito tudo o que lhes era exigível para os impedir de partir. Agora surgia a inquietude de que um só exército e um só general viessem a ter de suportar todo o peso da força militar púnica. Quanto a Aníbal, que Tito Lívio considera ter-se sentido humilhado e indisposto contra os governantes de Cartago (e triste por deixar um lugar onde se havia coberto de glória), ele teria preparado previamente os navios necessários ao regresso e deixado em Itália uma parte do seu exército, devolvido às suas origens geográficas. Entretanto, a chegada a Roma dos embaixadores cartagineses revelou, de acordo com o que é referido por Tito Lívio, uma perspectiva perfeitamente enviesada, para o senado romano, da percepção que os governantes púnicos apresentavam do que havia dado origem à guerra. Tais governantes negavam de facto toda a responsabilidade pela respectiva iniciativa, a qual seria unicamente de Aníbal. Assim, o desejo de Cartago seria o regresso à paz concluída no final da Primeira Guerra Púnica. Na discussão que teve lugar no senado acabou por ser preponderante a opinião de que os delegados enviados pela cidade púnica tinham mais de espíões do que de plenipotenciários, devendo por isso ser reconduzidos aos seus navios para regressar a Cartago. Cipião, por outro lado, deveria continuar a guerra.⁷⁵²

⁷⁵¹ Liv. 30.17-19. Já anteriormente, no decurso do ano em que Cipião desembarcou em África (204 a.C.), o cônsul que então tinha a seu cargo o Brútio havia defrontado Aníbal, após um encontro ocasional entre os dois exércitos também no território de Crotona. O embate foi desfavorável para os Romanos, que perderam mais de mil homens, mas o cônsul limitou as suas perdas porque conseguiu recuar e recolher ao respectivo acampamento. No dia seguinte, o cônsul, que tinha conseguido obter o apoio de um outro exército romano voltou a defrontar Aníbal e, com os seus efectivos duplicados, infligiu-lhe uma derrota e uma perda de soldados que Lívio refere como sendo de quatro mil. Ver Liv. 29.36.

⁷⁵² Liv. 30.20-23. A descrição que Lívio faz, tanto da recepção ao enviado de Cipião como das conversações tidas com os embaixadores cartagineses, não tem em consideração as condições de paz que o procônsul

O que entretanto se passava em África também apontava para a continuação da guerra. De facto, tendo sido enviadas da Sicília duas frotas carregadas de mantimentos para o exército de Cipião, apenas uma chegou ao seu destino sem problemas. A segunda frota, tendo sido apanhada por uma tempestade perto da costa africana, dispersou-se numa vasta área nas proximidades de Cartago, com os navios de carga a serem abandonados pelos tripulantes e a seguir a serem apresados por uma esquadra cartaginesa. Uma atitude que traduzia também o rompimento da trégua e que foi devidamente classificada como tal por Cipião, conduzindo a protestos seus enviados aos governantes púnicos. O que só conduziu também a mais uma reacção de desprezo pela trégua, pois não só a exigência do general romano no sentido de ter os navios e a carga de volta não foi satisfeita como a quinquerre em que regressavam os delegados de Cipião foi perseguida por trirremes cartaginesas e obrigada a lançar-se sobre a costa onde se encontravam soldados romanos.

6.4.5.4 - O regresso de Aníbal a África e a batalha de Zama

Foi em tal contexto que teve lugar o desembarque de Aníbal perto de Leptis, a sudeste de Cartago, e o regresso de Roma não só dos embaixadores cartagineses mas também do enviado de Cipião. Estes acontecimentos, em particular a chegada de Aníbal (a qual, plausivelmente, terá sido o elemento que encorajou os Púnicos a desprezar a trégua estabelecida), levaram o procônsul a reagir no sentido de retomar a guerra.⁷⁵³

No início do ano 202 a.C., com o abandono da hipótese da paz, Cipião, após ter defrontado generais que se revelaram de menor calibre, passou assim a ter pela frente

romano havia exigido dos governantes púnicos e que seria natural que o senado e as assembleias populares tivessem aprovado ou pelo menos discutido. O que é referido como posição dos embaixadores traduz um completo alheamento da atitude que Cipião havia assumido a tal respeito visto que o que apresentam como proposta de paz é o mero regresso à paz concluída em 241 a.C. O próprio abandono da Itália por parte de Magão e Aníbal não pode ser visto como aceitação de uma das condições colocadas por Cipião, mas sim como uma medida de defesa que visa a continuação da guerra. Ver a tal propósito, assim como no que concerne os pouco convincentes esforços dos generais romanos para pressionar Aníbal, Hoyos (2015, 207-10). Relativamente, contudo, às acima referidas condições de paz, Políbio, no pouco que diz sobre o assunto, especifica que a assembleia popular havia aprovado a proposta de Cipião (Plb. 15.1, 8). O que naturalmente não é equivalente a dizer que tivesse havido um acordo de paz assinado pelas instâncias governativas romanas, o que seria contraditório com a atitude assumida perante os delegados cartagineses.

⁷⁵³ Liv. 30.24-25; Plb. 15.1-2; Hoyos 2015, 208; Edwell 2011, 335.

Aníbal, o grande herói cartaginês. E, por seu lado, Aníbal iria encontrar o grande general romano que havia estado na origem dos maiores insucessos cartagineses na guerra em curso. Aquilo com que Aníbal se ocupou desde a sua chegada a África (num dos últimos meses de 203) até rumar a Zama (provavelmente no início do Outono de 202) não é claro nas fontes antigas, mas elas parecem estar de acordo em que o general cartaginês regressou a África não para cumprir uma das condições da paz estabelecidas por Cipião mas para dar luta ao procônsul. Assim, o que ele necessitava de conseguir com urgência era o reforço dos seus efectivos militares que, à chegada, não ultrapassariam os dez ou doze mil. Dexter Hoyos refere que o seu exército foi aumentado para cerca de quarenta mil homens até chegar a Zama, mas apenas dá vagas indicações sobre recrutamento de mercenários e a incorporação dos sobreviventes do exército de Magão (os quais teria treinado nos meses em que permaneceu perto da área em que desembarcou) e só mencionando números concretos no que respeita a dois mil cavaleiros que um chefe nómada que era aparentado a Sifax lhe proporcionou.⁷⁵⁴

Pouco depois da chegada de Aníbal a Zama (que ficava a cerca de 5 dias de marcha a sudoeste de Cartago) Cipião fez a sua instalação em local próximo e foi então que o general púnico propôs um encontro entre os dois que acabou por ter lugar num terreno desobstruído entre os dois acampamentos. Aníbal, após ter dado relevância aos feitos gloriosos já conseguidos por Cipião e insistido na vantagem que ele teria em manter um percurso tão notável sem enfrentar a eventualidade de um golpe de pouca sorte que lhe viesse a ser desfavorável, propôs-lhe negociar desde logo a paz. Por sua vez, o procônsul, reconhecendo a validade das considerações de Aníbal sobre o poder da Fortuna (e admitindo que ela se pudesse virar contra ele), ripostou no sentido de não lhe ser possível ignorar ter sido a presença de Aníbal que permitiu a Cartago desprezar as condições de paz que já haviam sido estabelecidas antes da trégua entrar em cumprimento. No presente, a situação havia sido alterada por uma atitude abusiva dos concidadãos de Aníbal (o apresamento da frota de transporte e da respectiva carga, assim como os maus tratamentos de que os embaixadores romanos foram vítimas),

⁷⁵⁴ Hoyos 2015, 210-13; Plb. 15.3. Hoyos, nas considerações que faz sobre este período, parte do princípio que o já referido acordo de paz se mantinha válido (provavelmente apoiando-se em Plb. 15.1, onde se refere que a assembleia popular em Roma tinha aprovado o acordo de paz que havia sido proposto) e estranhando portanto (de algum modo ignorando as recentes atitudes de Cartago tidas como abusivas) que Cipião e Aníbal actuassem como se não houvesse paz. No que concerne os reforços para o exército de Aníbal, em Liv. 30.26, 42 são feitas referências a um destacamento de quatro mil soldados macedónios que terá sido enviado para esse efeito.

sendo necessário que às condições antes exigidas para o estabelecimento da paz se acrescentasse uma indemnização adequada. Em tal contexto, os dois generais separaram-se sem chegar a acordo.⁷⁵⁵

Dever-se-á referir que a reacção de Cipião à referida atitude abusiva de Cartago começou antes do encontro com Aníbal e que, procurando fazer uma demonstração da cólera de que estava possuído, conduziu uma série de operações contra cidades cartaginesas com a posterior venda dos seus habitantes como escravos. Fez o necessário, por outro lado, para apressar o regresso de Masinissa, pedindo-lhe para mobilizar uma força militar o mais numerosa possível.⁷⁵⁶ Outros reforços para o seu exército provenientes de Itália também foram acautelados quando da atribuição de funções pelo senado no início do ano de 202 (os dois cônsules, procurando naturalmente cobrir-se de glória, disputaram-se no sentido de conseguir a missão africana e o envio de um deles foi decidido por tiragem à sorte). O cônsul que partiu para África com uma frota de 50 quinquerremes (a assembleia popular havia previamente mantido Cipião no seu estatuto de procônsul) nunca chegou ao seu destino, sendo apanhado por duas tempestades na viagem que o obrigaram a ficar pela Sardenha, provavelmente já depois da batalha que iria opor os exércitos romano e cartaginês.⁷⁵⁷

A batalha que se seguiu – que ficou conhecida como “Batalha de Zama” e que teve lugar em Outubro de 202 a.C. – acabou por ditar o termo da guerra e contribuir significativamente para a expansão imperial romana que se seguiu. Foi uma batalha em que as motivações dos combatentes de um lado e do outro diferiam bastante, reflectindo por um lado a diversidade das origens que estavam presentes no campo cartaginês (onde não havia em comum nem língua, nem costumes, nem armas, nem leis, nem sequer o vestuário; também os motivos que os levavam a lutar eram diferentes, em particular com os combatentes a receberem instruções que frequentemente requeriam o apoio de tradutores) e a maior homogeneidade cultural

⁷⁵⁵ Liv. 30.29-31; Plb. 15.5-8.

⁷⁵⁶ Masinissa havia partido previamente para a Numídia com as suas próprias tropas e reforços romanos com o objectivo não só de recuperar o reino dos seus antepassados mas também o de anexar o de Sifax. E esse objectivo havia sido alcançado. Coincidindo aproximadamente no tempo com o encontro de Cipião com Aníbal, o rei númida juntou-se ao exército do procônsul com seis mil soldados de infantaria e quatro mil de cavalaria (Liv. 30.29; Plb. 15.4-6).

⁷⁵⁷ Liv. 30.27, 38-39. Já previamente (ver Liv. 30.24), na altura em que os enviados de Cartago se encontravam em Roma, um cônsul que segundo Tito Lívio se tinha atribuído a glória de ter pacificado a Itália, se havia deslocado para a Sicília com a intenção de se dirigir para África. Foi necessário, para fazê-lo desistir dessa intenção e fazê-lo regressar a Itália, nomear para o efeito um ditador.

no lado romano. O combate terá começado com o avanço dos oitenta elefantes de que dispunha Aníbal, com as trombetas romanas a excitarem e provocar avanços e recuos dos animais, que inclusivamente os fizeram investir sobre as próprias forças militares, sobretudo a cavalaria nómada e moura. Refira-se que Cipião havia organizado o seu exército de modo a que os elefantes tendessem a percorrer espaços que haviam sido abertos entre os seus corpos de infantaria pesada e em que a infantaria móvel, embora açoitada pelos animais, os pudesse atacar com as suas lanças. A batalha acabou por ser bastante influenciada pela confusão que atingiu as referidas forças de cavalaria, que avantajou os seus adversários do lado romano e lhes permitiu mais tarde intervir com sucesso determinante nos embates que entretanto tinham lugar entre as forças de infantaria quando o lado cartaginês nesse domínio já experimentava dificuldades (as quais foram iniciadas com desentendimentos entre os diferentes contingentes do lado cartaginês que os levou a embates entre eles). As baixas do lado cartaginês revelaram-se bastante elevadas (Tito Lívio refere mais de vinte mil mortos e quase tantos prisioneiros, com os Romanos a apressarem onze elefantes) com as baixas dos vencedores a serem apenas de mil e quinhentos mortos. Tal desproporção não foi devida, na opinião de Lívio, a uma falta de boa preparação do seu exército por Aníbal, que terá feito o possível por evidenciar os respectivos pontos fortes e opô-los ao inimigo, e posicionar os destacamentos mais fracos de modo a impedir que constituíssem factores de eventual pânico que se propagasse às restantes unidades. Mas o que se passou no início do combate, com a vantagem adquirida pelos Romanos sobre os elefantes e a cavalaria cartaginesa, acabou por ser determinante, levando a que a cavalaria romana, conforme já referido, regressada do seu sucesso, tenha vindo a apoiar as suas forças da infantaria.⁷⁵⁸

Em complemento ao resultado final da batalha, Políbio faz referências bastante elogiosas ao general cartaginês, tanto no respeitante à preparação da batalha como à sua acção em termos de reorganização das suas forças no decurso da mesma. Não se poderá deixar de observar, no entanto, que o faz de modo a dar o máximo realce à capacidade do exército romano (referindo que os Romanos eram formidáveis

⁷⁵⁸ Liv. 30.32-35; Plb. 15.9-14; Edwell 2011, 336-37. A descrição da batalha por Lívio terá sido em grande parte derivada do texto de Políbio, com o autor grego a dar no entanto bastantes mais detalhes sobre a mentalização dos dois exércitos por parte dos dois generais ou dos seus representantes e sobre os combates que tiveram lugar entre os corpos de infantaria. A interpretação da batalha por autores nossos contemporâneos varia em alguns pormenores, ou são-lhes dadas importâncias algo diferentes, como se poderá ver, por exemplo, em Rosenstein (2012, 172-73) e Hoyos (2015, 214-17).

antagonistas em batalha e muito difíceis de superar) e que só terá falhado porque encontrou no seu caminho um homem corajoso mais forte do que ele próprio (destacando assim indirectamente a destreza de Cipião em responder o mais adequadamente possível às medidas extremamente competentes que Aníbal foi tomando).⁷⁵⁹ É a admiração de Políbio pelo progresso do imperialismo romano e pelos seus heróis que se afirma.

Com o seu regresso à área de Útica e Tunes e após receber um reforço de uma frota de guerra de 50 navios e 100 barcos de transporte com mantimentos, Cipião movimentou-se por mar no sentido de ameaçar Cartago enquanto as suas legiões avançam pelo interior. É um movimento que contudo Cipião decide fazer retroceder dada a disponibilidade evidenciada por embaixadores púnicos no sentido de aceitarem uma paz com condições por ele impostas.⁷⁶⁰

As condições de paz comunicadas por Cipião aos embaixadores púnicos (consideradas por vários autores como relativamente suaves face aos problemas por que passou a Itália) foram as seguintes⁷⁶¹:

- Os Cartagineses manter-se-iam livres e seriam regidos pelas suas leis;
- Manteriam as cidades e os territórios que dominavam antes da guerra, os Romanos deixando então de os importunar;
- Entregariam a Roma a totalidade dos prisioneiros e desertores romanos, assim como escravos fugitivos;
- Entregariam toda a frota de guerra, excepto dez trirremes, entregando também todos os elefantes que tinham, e não domesticariam outros;
- Deixariam de fazer guerras em África ou fora dela, excepto se tivessem autorização romana para o efeito;
- Devolveriam a Masinissa tudo o que lhe haviam tomado, estabelecendo com ele um acordo nesse sentido;

⁷⁵⁹ Plb. 15.15-16. Relativamente ao elogio feito por Políbio a Aníbal, ver o comentário algo discordante feito em Hoyos (2015, 217).

⁷⁶⁰ Liv. 30.36, onde é também referido que no retrocesso das legiões se deu um embate com um exército chefiado por um príncipe númida (filho de Sifax) que vinha socorrer os Cartagineses, exército que acabou por ser sujeito a um massacre (quinze mil mortos) e a uma perda de mil e duzentos homens aprisionados. Políbio não refere tal embate.

⁷⁶¹ Liv. 30.37; Plb. 15.18; Hoyos 2015, 217-18; Rosenstein 2012, 173-74. Relativamente ao carácter moderado das condições impostas a Cartago é frequentemente referido como motivação o propósito de Cipião de apressar o desenlace da guerra face às intenções de um ou outro cônsul de obter o comando em África e ficar com o crédito de ter terminado a guerra.

- Forneceriam trigo ao exército romano durante três meses e pagariam os respectivos soldos até que os embaixadores regressassem de Roma;
- Pagariam uma indemnização de dez mil talentos de prata em cinquenta anuidades;
- Entregariam cem reféns, escolhidos por Cipião, com idades entre catorze e trinta anos;
- Deveriam entregar os navios de transporte apresados no decurso da trégua precedente com toda a sua carga.

Após dificuldades várias surgidas em Cartago em assembleia popular em que os embaixadores apresentaram as condições romanas, estas foram aceites globalmente tendo-se decidido que, dada a dificuldade em encontrar integralmente os navios apresados e a respectiva carga se proporia que Cipião calculasse o valor do que faltasse, sendo depois reembolsado pelo valor correspondente. No que respeita a outra exigência que foi feita relativa à entrega de Aníbal a Roma, ela não pôde ser cumprida porque entretanto o general teria deixado África, refugiando-se na corte de Antíoco.

Mais tarde, em Roma, entre as ambições dos cônsules a pretenderem obter o comando do exército que se encontrava em África e as conversações que iam tendo lugar com os embaixadores púnicos, o processo de paz fez progressos. Após o regresso dos embaixadores a Cartago, colocou-se o ponto final nesse processo com Cipião a assumir o papel principal, vendo cumprir todas as condições que havia colocado. Como pormenor destacável, o facto de o vencedor ter ordenado que os navios de guerra cartagineses fossem incendiados em pleno mar à vista da cidade de Cartago.⁷⁶²

Sobre o final da guerra haverá ainda a dizer que, se em Cartago se exprimiam lamentações sobre as dificuldades já sentidas e que se iriam prolongar no futuro próximo, nomeadamente no que respeitava aos pagamentos a satisfazer no concernente à indemnização que havia sido imposta, o regresso a Roma de Cipião foi marcado pelo mais esplêndido dos triunfos e pelo depósito no *aerarium* de uma quantia em dinheiro extremamente elevada e pela distribuição aos seus soldados de montantes resultantes da venda do espólio subtraído aos vencidos.⁷⁶³

⁷⁶² Liv. 30.40-43; Plb. 15.19; Hoyos 2015, 218-19; Rosenstein 2012, 174-75.

⁷⁶³ Liv. 30.44-45.

6.4.6 – Considerações sobre estratégias e impacto da guerra

Um dos aspectos mais relevantes que a Segunda Guerra Púnica revestiu, sobretudo quando se considera o futuro imperial de Roma que iria ser desenhado nos séculos seguintes, terá sido a existência de combates que tiveram lugar simultaneamente em várias frentes. Foi essa uma inovação de importância, que criou situações que tiveram que ser resolvidas com recurso a medidas que não só eram adoptadas pela primeira vez como exigiram das instâncias governativas a elaboração de estratégias que até aí seriam desconhecidas. Verifica-se assim, que a preparação de uma nova fase de expansão imperial tinha, de facto, sido iniciada.⁷⁶⁴

Convirá, contudo, fazer preceder as referências às consequências que teve a Segunda Guerra Púnica para a futura expansão imperial de Roma de uma discussão das próprias estratégias que foram adoptadas nessa guerra pelas duas partes combatentes. Assim, por exemplo, Dexter Hoyos interroga-se sobre se a missão que Aníbal empreendeu não estaria desde logo condenada ao fracasso devido ao facto de se ter lançado sobre Roma antes de ter conseguido um domínio mais firme sobre territórios como a Hispânia, a Gália e mesmo a Numídia e a Mauritânia. Naturalmente que se trata de uma alternativa que tem tudo de teórica, dado que o tempo necessário para avançar nesse sentido não só faria de Aníbal um general diferente como levaria Roma a assumir iniciativas que afectariam Cartago de tal modo que uma posterior guerra entre as duas potências se viria a colocar em termos bastante distintos. Outro aspecto de natureza estratégica que é referido por Hoyos (e que, exigindo algum adiamento ao desencadeamento da guerra, não o faria, contudo, de modo tão drástico) seria a disponibilidade, à partida, de uma frota de guerra adequada. Aí a estratégia já estaria provavelmente condicionada por insuficiências económicas, vindo além disso a melhor ou pior utilização de recursos disponíveis a ser afectada pela competência dos comandantes designados para o efeito (a qual, segundo o autor, teria conduzido na sequência da guerra a uma utilização pouco criteriosa dos recursos existentes em tal domínio).⁷⁶⁵

Segundo Hoyos, os recursos em efectivos militares de Cartago eram, antes da guerra ser iniciada, claramente superiores aos de Roma, com Aníbal a deixar Cartagena no início

⁷⁶⁴ Edwell 2011, 337-38. Relativamente à necessidade para Roma de manter actividade em todas as frentes ou teatros de guerra, ver Naco del Hoyo (2011, 386).

⁷⁶⁵ Hoyos 2015, 221-22.

de 218 com 90 mil homens e 37 elefantes, tendo previamente transferido 20 mil efectivos para África e deixado 12,6 mil soldados (a maioria líbios) na Hispânia. Portanto mais que 120 mil soldados do lado cartaginês para um total pouco superior a 70 mil (dos quais 44 mil aliados) do lado romano. Em termos de capacidade naval, a relação de forças era contudo outra. Roma dispunha de 220 navios de guerra (a maioria certamente quinquerremes, a que deveriam estar adstritos, quando mobilizados, cerca de 66 mil homens), enquanto Cartago disporia na Hispânia de apenas 32 quinquerremes prontas para a acção (além de 7 navios de menor capacidade e 21 subequipados) e em África pouco mais que 55 navios. Com tais recursos militares, os dois lados adoptaram à partida estratégias das quais a que havia sido adoptada pelo lado púnico privilegiava a invasão da Itália atravessando os Alpes, com a que tinha sido escolhida pelos Romanos a prever uma dupla ofensiva contra a Hispânia e a África. Contudo, antes mesmo que as forças militares se afrontassem, Roma – que entretanto tinha tomado conhecimento da movimentação de Aníbal – haveria de alterar os seus objectivos, com o cônsul que ia navegar até África com as suas 160 quinquerremes (que Cartago não teria meios para interceptar) a ser reafectado com as suas legiões a uma missão na Gália Cisalpina que procuraria travar a invasão anibálica.⁷⁶⁶

O grande problema para o objectivo de Aníbal de atingir a Itália (e logo para toda a sua estratégia) revelou-se ser as perdas de efectivos que um tão longo percurso por terra desde Cartagena, e sobretudo a travessia dos Alpes, não deixariam de ocasionar. De facto, dos 90 mil homens com que partiu de Cartagena nem 60 mil restavam depois das perdas em batalhas e abandonos de alguns destacamentos hispânicos que ocorreram no nordeste da Ibéria. E, entrando na Gália, novas perdas terão feito descer os seus efectivos até 38 mil soldados de infantaria e 8 mil cavaleiros.⁷⁶⁷ Mas, chegado ao Ródano para mais a norte iniciar a travessia dos Alpes, Aníbal ainda teria tido oportunidade para defrontar o exército dos irmãos Cipião, escolhendo contudo como alternativa evitar tal combate. O que, segundo Hoyos, terá sido um erro pois as forças púnicas eram francamente superiores e uma vitória poderia permitir tomar a estrada costeira para a Itália e arruinar a ameaça romana que era lançada sobre a Hispânia púnica. Com a vantagem adicional de que o desaparecimento de tal ameaça teria permitido a Asdrúbal enviar reforços ao seu irmão

⁷⁶⁶ Hoyos 2015, 98-100. Ver também *supra*, nota 571.

⁷⁶⁷ Hoyos 2015, 104. Existem referências por parte de alguns académicos de que as perdas de efectivos teriam sido influenciadas pela colocação de guarnições em alguns locais da passagem; mas, segundo Hoyos, não há, nas fontes, elementos claros em tal sentido.

mais cedo e com maior facilidade. Por outro lado, no que concerne a melhor atitude a tomar pelos Romanos, também não pareceria nada errado os irmãos Cipião terem recuado para a Gália Cisalpina, unindo forças com o exército que já lá se encontrava, para travarem a progressão de Aníbal na Itália.⁷⁶⁸

Com o avanço para os Alpes, Aníbal haveria ainda de perder mais cerca de 20 mil efectivos, restando-lhe à chegada à Gália Cisalpina 26 mil soldados (20 mil de infantaria – dos quais 8 hispânicos e 12 líbios – e 6 mil de cavalaria). O que constituiu mais uma razão para Hoyos ver justificada a sua perspectiva de que, não obstante o general púnico não ter tido navios disponíveis para transportar as suas tropas por mar (ou não achar conveniente fazê-lo dado o domínio marítimo pelo adversário, o que, no entanto, mais tarde Magão haveria de conseguir com sucesso), teria havido mesmo assim possibilidades de evitar uma travessia que a literatura de algum modo transformou numa fantasia retórica e poética, a qual, potenciada por Lívio, se viu recheada de esforços heróicos através de penhascos, superfícies e inclinações deslizantes, desfiladeiros, quedas de neve, o todo bem arrumado entre recontros armados com tribos montanhesas.⁷⁶⁹

De qualquer modo o ataque à Itália era para Aníbal essencial pois havia que tornar desaconselhável para Roma a invasão africana. No território italiano, esperava ele, esmagaria a oposição que lhe fizessem, o que, no imediato (conseguindo alguns apoios por parte das populações gaulesas à saída dos Alpes), acabou por acontecer. Conforme já foi referido, a grande cidade do Tibre, dando inicialmente prioridade a acções fora da Itália, recuou rapidamente no respeitante à opção africana quando se viu ameaçada no seu próprio território. De facto as instâncias governativas romanas foram realmente surpreendidas pela iniciativa e capacidade guerreira do general púnico (procurando privar rapidamente Roma de uma parte significativa dos seus aliados italianos) mas o que parece certo é que o abandono de Roma pelos seus aliados (que assumiu aspectos de alguma importância após a batalha de Canas) foi relativamente limitado e em grande medida terá levado o exército cartaginês mais a ver-se obrigado a prestar ajuda aos revoltosos do que a contar com eles para prosseguir com a sua via ofensiva inicial. A tal propósito, Dexter Hoyos refere, certamente com alguma razão, que

The worst miscalculation of all was to reckon that a sequence of heavy defeats would be enough to overturn Italians's support for their hegemon and compel the Romans to peace on Punic terms.

⁷⁶⁸ Hoyos 2015, 104-05.

⁷⁶⁹ Hoyos 2015, 100, 105-07.

Where Hannibal got this belief from is not obvious ... He seems not to have made any advance soundings of Italian attitudes, even though he did sound out the Cisalpine Gauls.⁷⁷⁰

Naturalmente que debater estratégias não esgota o que há de interessante a discutir sobre a Segunda Guerra Púnica. Perdas infligidas aos exércitos e às populações (mortes e feridos em combate, idem no que respeita a civis, execuções, reduções à escravatura, migrações, danos causados às cidades, às explorações agrícolas, etc) que tiveram lugar nos diferentes teatros de guerra, ou em destruições realizadas por forças militares, já foram referidas *supra* em associação com os desenvolvimentos da guerra.⁷⁷¹ A especificação de números ligados aos diferentes eventos foi geralmente evitada porque as frequentes dezenas de milhares de baixas referidas nas fontes não suscitam muita confiança. Já no que concerne a números globais para todo o conflito, valerá a pena referir as 400 cidades destruídas e as 300 mil vítimas infligidas por Aníbal⁷⁷² e algumas das considerações sobre tais valores que foram recentemente produzidas por alguns académicos. Dexter Hoyos, admitindo que as perdas romanas e dos aliados foram certamente muito elevadas, considera que os números referidos por Apiano devem ser tomados como exagerados senão mesmo como resultantes da mera imaginação.⁷⁷³ Já Tim Cornell tende a admitir tais números, dizendo que o número referido para as cidades será exagerado ou não em função do que se entende por cidade e considerando que as 300 mil vítimas não serão um exagero se nelas forem incluídas as vítimas civis.⁷⁷⁴ Por último, Michael Fronda faz considerações de maior detalhe no respeitante às vítimas, chamando à partida a atenção para o facto de o número de Apiano não incluir os Italianos mortos pelos Romanos. E acrescenta que, seja como for, o número lhe parece baixo dado que apenas representaria 8 a 10% da população total da Itália (admitindo que o total da população da Itália estaria em 218 a.C. entre 3 e 4 milhões). Fronda suspeitaria assim que o número de baixas pudesse ser um pouco mais alto e que as percentagens relativas aos Italianos fossem provavelmente mais elevadas. Além disso, e dado que a maioria dos

⁷⁷⁰ Hoyos 2015, 100, 222.

⁷⁷¹ Tais referências feitas nas muitas páginas até agora dedicadas à Segunda Guerra Púnica, poderão ser complementadas e de algum modo tidas mais sinteticamente em termos numéricos em Fronda (2017, 222-26).

⁷⁷² App. Pun. 134.

⁷⁷³ Hoyos 2015, 219.

⁷⁷⁴ Cornell 1996, 103 n. 22. Apiano, contudo, refere especificamente (citação *supra*) que as 300 mil vítimas referem-se unicamente às batalhas travadas.

combates teve lugar no sul, o impacto demográfico da guerra teria sido desigualmente distribuído na Península.⁷⁷⁵

Tal impacto demográfico ter-se-á assim revelado uma das consequências da guerra que mais pesou sobre a Itália e que os valores corrigidos dos recenseamentos (cidadãos romanos adultos masculinos) de 225, 204-203 e 194-193 a.C. parcialmente confirmam: 273 mil, 240 mil e 283 mil, respectivamente.⁷⁷⁶ A queda registada em tal sentido entre 225 e 204-203 terá assim sido de 12,1%, superior portanto à que é estimada para o total da população, embora possa já traduzir uma recuperação significativa das baixas militares sofridas em 217-216. Esse valor de recuperação, assim como o que mais claramente surge em 194-193, deverão também traduzir, além da chegada à idade adulta de gerações mais jovens, não só a aquisição da cidadania romana por latinos entretanto emigrados para Roma⁷⁷⁷ como também a atribuição de tal cidadania a antigos escravos que haviam sido incorporados nas forças militares como voluntários.

Outro aspecto em que as consequências da guerra terão tido uma grande importância, e mesmo em termos de mais longo prazo, foi o do domínio político, com as dificuldades que Roma sentiu com alguns aliados a levarem-na a punir os revoltosos, e em particular as elites tidas como menos leais, com medidas em que avultaram as confiscações de terras. Foram por outro lado várias as situações em que certas facções políticas locais (mais frequentemente as aristocráticas) foram favorecidas em prejuízo das que procuravam libertar-se da influência romana.⁷⁷⁸ Um aspecto bastante relevante (que parcialmente esteve associado às confiscações que tiveram lugar) foi a onda de fundação de colónias que ocorreu entre 200 e 177 a.C. e cujas localizações – que num período inicial incluíram a Campânia, a Apúlia, a Lucânia, o Brútio (geralmente situadas nas costas tirrénica, jónia e adriática) e a seguir também a Etrúria e a Gália Cisalpina – indiciam uma preocupação por um lado com possíveis ameaças helenísticas e, por outro, com as perturbações que se mantiveram com os povos de extracção céltica que haviam prestado ajuda a Aníbal. Dever-se-á ter em consideração que a afirmação da autoridade

⁷⁷⁵ Fronda 2017, 226.

⁷⁷⁶ Os dados dos recenseamentos romanos são arredondados ao milhar e corrigidos em Brunt (1971a, 61, 71-2) em função do número de cidadãos provavelmente omitidos (caso de um possível erro de copista para o valor de 194-193 e não inclusão nos recenseamentos de 204-203 e 194-193 dos valores dos cidadãos da Campânia e de soldados em campanha fora da Itália).

⁷⁷⁷ Tal emigração, e não só as baixas militares, poderá já ter afectado significativamente a população das doze colónias latinas que em 209 a.C. enviaram representantes a Roma declarando (conforme já referido *supra*) não terem capacidade para fornecer mais soldados e outros recursos a Roma (Liv. 27-9).

⁷⁷⁸ Refira-se mais em concreto a situação próxima da partida de Cipião para África, quando da sua intervenção em Locros, e que é referida em Liv. 29.8.

romana e a expansão da sua hegemonia passava pela fundação de colónias em territórios que haviam recentemente sido submetidos ao respectivo controlo.⁷⁷⁹ Uma situação, por outro lado, que, tal como o que acontecia com as colónias, traduziu uma passagem de parcelas do *ager publicus* para o controlo privado (neste caso no entanto beneficiando os estratos sociais superiores) teve lugar logo a seguir ao final da Segunda Guerra Púnica com a formação do designado *ager in trientabulis* a partir de terras que já haviam sido confiscadas em períodos anteriores numa área de 50 milhas à volta de Roma.⁷⁸⁰

Sobre as consequências de mais longo prazo da guerra, já mais acima (secção 6.3.4) foram feitas referências à tese de Arnold Toynbee, no concernente à atenção que dá ao desenvolvimento na Itália de uma economia de base esclavagista e do fenómeno com ele relacionado de grandes explorações agrícolas e pecuárias assentes precisamente no trabalho escravo e produzindo para o mercado. Poderia ser agora o momento de estender a nossa atenção a aspectos mais ligados às devastações e ao despovoamento que foram referidos e que segundo o referido autor não só contribuíram para prejuízos de longo alcance infligidos à agricultura como criaram condições para que as populações rurais (sobretudo no sul) nunca viessem a recuperar (ver a esse propósito o que é referido *supra*, na secção 6.4.3.5.2, e, em particular, na nota 641). Mas a tese de Toynbee, que tem sido objecto de controvérsias entre vários autores, é algo que requer estudo profundo que não é possível levar a cabo no presente trabalho. Por outro lado, no respeitante a consequências que também devem ser consideradas de longo prazo, mas que se foram afirmando no período de pouco mais de um século (sobretudo até à Guerra Social em 88-87 a.C.), poder-se-á dizer, utilizando as palavras de Michael Fronda, que

The Second Punic War was a paradox. Hannibal's invasion revealed not only the resiliency and flexibility of the Roman-Italian alliance system, but also the depth of Italian animosity toward Rome and the degree to which the Italians were still motivated by local political concerns rather than global interests (such as a sense of Roman-Italian shared identity).⁷⁸¹

⁷⁷⁹ Ver, por exemplo, Roselaar (2008, 143-45), mas também Salmon (1970, 95-109) e Salmon (1982, 90-7), sobretudo em relação com o que é referido *supra*, nota 515.

⁷⁸⁰ Sobre o significado, em termos sociais, de tal decisão por parte das instâncias governativas romanas ver *supra*, secção 6.3.4., as referências ao aluguer de terras a particulares (habitualmente por baixos valores, em situações que se aproximavam da *occupatio*) e também as que são dadas na nota 637. A importância em termos económicos de tais terras seria enorme, dada a possibilidade de produzir para os mercados urbanos nas proximidades (sobretudo Roma).

⁷⁸¹ Fronda 2017, 228.

De facto, não obstante as vitórias de Aníbal e as revoltas ocorridas terem ameaçado Roma e o seu sistema de alianças de um desastre não recuperável, o que é certo é que o referido sistema se revelou, logo após a guerra, mais forte que nunca, revelando amplamente as suas características imperiais e lançando-se numa expansão (tanto para oriente como para ocidente) em que a participação italiana não pode ser ignorada. Participação em que as suas elites, com apoio romano, não deixaram de exercer poder, apesar das devastações, das baixas, das confiscações, das revoltas (efectivas ou meramente potenciais). E se, com o desfecho da Guerra Social, a cidadania romana foi estendida a todos os Italianos, poder-se-á entender que, conforme refere Fronda, «It is probably going too far to say that Italian unification was Hannibal's legacy, but perhaps not by very much».

CAPÍTULO 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições de paz impostas por Cipião a Cartago, no final da Segunda Guerra Púnica, que já em Políbio haviam sido tidas como moderadas⁷⁸², têm tido igual qualificação por parte da comunidade académica nossa contemporânea. A moderação de Cipião ter-se-ia sobretudo devido à expectativa de que uma maior severidade pudesse conduzir a uma longa resistência do inimigo e, conseqüentemente, à possibilidade de que a notoriedade de ter derrotado Aníbal não viesse a ser acrescentada a glória de ter acabado a guerra. De facto, outros generais alimentavam tal ambição, conforme é referido por Tito Lívio, que aliás atribui a esse motivo a razão porque ao final da guerra não se tivesse acrescentado a destruição de Cartago. Bloqueadas, no entanto, as ambições imperialistas cartaginesas, havia lugar, no seio da respectiva aristocracia, para lamentações e mesmo para choro, algo que terá feito rir Aníbal quando confrontado com a razão por detrás do pranto: os vencidos viam-se na obrigação de efectuar o primeiro pagamento anual de 200 talentos das reparações de guerra que o tratado de paz impunha. Criticado no senado pela sua reacção, Aníbal deu as suas razões:

⁷⁸² Plb. 15.19.

... this laughter which you find fault with does not proceed from a merry heart but from one almost demented with misery ... The proper time to weep was when we were deprived of our arms, when our ships were burnt, when we were interdicted from all war beyond our frontiers ... No great State can remain quiet; if it has no enemy abroad it finds one at home, just as excessively strong men, whilst seemingly safe from outside mischief, fall victims to the burden of their own strength. Of course we only feel public calamities so far as they affect us personally, and nothing in them gives us a sharper pang than the loss of money. When the spoils of victory were being dragged away from Carthage when you saw yourselves left naked and defenceless amidst an Africa in arms, nobody uttered a groan; now because you have to contribute to the indemnity from your private fortunes you lament as loudly as though you were present at your country's funeral.⁷⁸³

Posições tão contrastadas por parte de representantes de um mesmo imperialismo não poderão deixar de traduzir interesses que, pelo menos em situações críticas, poderão revelar-se bem distintos. No caso de Aníbal – embora se trate de uma situação que, desde que partiu da Hispânia, se caracterizava por uma permanência sem interrupções em campanha militar – dominaria uma ambição de glória, não excluindo certamente um sentido de dever, à partida patriótico, que começou por ser incutido pela influência paternal, e que mais tarde se terá estendido de modo a abranger os seus soldados. Tratando-se do caso típico do senador cartaginês, decerto aristocrata com grandes interesses nos domínios agrícola ou comercial, seria extremamente provável que as suas finanças se situassem em ponto bastante alto nas suas preocupações. Assim, a glória e os benefícios económicos, habituais determinantes nos interesses imperialistas, poderão não coincidir no mesmo agente, embora o exemplo romano que o presente estudo não deixou de evidenciar nos faça crer que eles são frequentemente compatíveis.

É essa compatibilidade que já ficou expressa e que o exemplo dado por Cipião, quando regressa a Roma e celebra o seu triunfo (com vastas quantidades de prata entregues ao *aerarium* e distribuição de elevados montantes aos seus soldados), não deixa de confirmar.⁷⁸⁴ E se o espólio que as vitórias romanas proporcionavam beneficiava o *aerarium* (e logo o financiamento de novas guerras, a criação de condições para que elas pudessem ter sucesso – como a expansão da rede de estradas – e a progressiva introdução de maior dimensão e complexidade nas infraestruturas urbanas) e cada vez mais generosamente os comandantes militares, não deixava igualmente de favorecer os aliados. Aliados aliás em que se incluía não só o comum soldado que integrava os contingentes

⁷⁸³ Liv. 30.44.

⁷⁸⁴ Liv. 30.45.

que acompanhavam as legiões mas também as respectivas castas dirigentes em que se recrutavam as figuras que comandavam tais contingentes e que assim desfrutavam de ocasiões para também conseguir glória, adquirir prestígio e promover a sua notoriedade nos locais de origem (e naturalmente verem tendencialmente confirmada a perspectiva de não terem os seus interesses ameaçados pelo controlo que Roma exercia sobre a política estrangeira das respectivas comunidades).⁷⁸⁵

Uma comunidade que adquiria o estatuto de aliado de Roma, não sendo autorizada a ter política estrangeira própria (o que a impedia de adoptar atitudes guerreiras contra os seus vizinhos e via os seus direitos de *conubium* e *commercium* e o *ius migrandi* interditados no concernente a outros aliados, excepto no que respeitava às suas relações com os cidadãos romanos), em breve via o alinhamento das suas forças militares lado a lado com as legiões como o meio privilegiado de participar nos benefícios económicos resultantes das vitórias da potência imperial em expansão. Assim, os exércitos aliados terão passado a combater as batalhas de Roma e não as suas próprias, permitindo ampliar a capacidade militar da potência imperial. Essa capacidade, aliás, também beneficiava do alargamento da capacidade directa de recrutamento para as legiões que, precisamente, as confiscações de territórios que geralmente precediam os tratados de aliança viriam a permitir (com a extensão do *ager Romanus* a criar condições para, progressivamente, poder ser atribuída às populações residentes a cidadania romana, parcial ou plena). Esse estatuto de aliado que impedia a política estrangeira própria derivava de uma situação que, de acordo com muitos académicos, havia surgido quando Roma tinha optado por uma via imperial no período que antecedeu a extinção da Liga Latina. Nessa altura, as instâncias políticas romanas terão passado a deixar para segundo plano a obtenção de vantagens imediatas a favor da criação de condições para poderem prosseguir outros objectivos que então consideravam de mais longo prazo. Os Romanos passaram então a dar a máxima importância não só à preservação e reforço da sua base territorial mas também às instituições que lhes tinham garantido resistir às ameaças exteriores. Em tal sentido, souberam atribuir o devido valor às preocupações de defesa, não permitindo que eventuais partilhas de liderança afectassem a qualidade de resposta a potenciais agressões e reforçando, por outro lado, a capacidade das suas forças militares através de alianças de um novo tipo, precisamente as já referidas acima. Foi assim dada uma adequada resposta (com o esmagamento da revolta latina de 340 a. C.) ao esmorecimento da comunidade de

⁷⁸⁵ Ver *supra*, em particular secção 5.2.4.

interesses em termos de defesa que havia sucedido à cessação da ameaça gaulesa alguns anos antes.

Roma, tendo assim assumido em tempos mais arcaicos a liderança de alianças que haviam revestido características sobretudo de defesa, foi progressivamente evoluindo no sentido de formas de expansão de controlo de territórios, tanto dos que eram ocupados por aliados como dos que eram considerados como inimigos e cujos estatutos evoluíam para o de *socii populi Romani*, para o de *cives sine suffragio* ou mesmo para o de *cives optimo iure*. Evoluindo então de formas de controlo tendencialmente estruturadas no seu início numa perspectiva de defesa, elas não se terão revelado suficientes para eliminar a capacidade atacante dos povos que antes constituíam ameaças (ou mesmo dos povos que constituíam novas ameaças). A defesa passava a exigir uma segurança adicional: era necessário controlar os territórios de origem de uns e de outros. A expansão imperial, progredindo continuamente no terreno, defrontava-se sempre com novos vizinhos e as preocupações de defesa acabavam inevitavelmente por levar a que a prevenção de eventuais agressões exigisse antecipações de natureza ofensiva. Estes eram comportamentos que começavam por ser assumidos pelos círculos dirigentes romanos e que estes procuravam passar aos legionários e aos aliados, começando por transmitir a estes a perspectiva de que beneficiariam da protecção de Roma e de que teriam acesso a parcelas dos recursos globais resultantes das guerras (nomeadamente através das distribuições feitas aos soldados e da possibilidade de virem de algum modo a obter direitos sobre as terras confiscadas). Era este conjunto de atitudes que conduzia a que Romanos e aliados se mantivessem sempre em guerra e que o poder militar destes últimos, previamente utilizado em guerras intestinas, fosse canalizado por Roma para os seus próprios fins. Era a economia de cariz guerreiro a afirmar-se por uma maior globalização e a racionalidade económica das comunidades de base agrícola a ganhar complexidade com a guerra: os excedentes em tais comunidades existiam em termos de mão de obra disponível e não em termos de produção (a qual se revelava apenas suficiente para fazer face ao próprio consumo familiar), os benefícios retirados da guerra contribuindo significativamente para superar tal limitação.

Superando claramente a perspectivação imediatista do ataque directo numa fase intermédia das guerras samnitas, Roma optou por uma estratégia de cerco do território inimigo em que o domínio da Itália Central assumiu uma clara primazia. Com a vitória em Sentino e com as que se seguiram e ainda com o final da campanha que permitiu a anexação dos territórios dos Sabinos e dos Pretúcios, Roma viu de algum modo

reconhecida a situação hegemónica que exercia na Península Itálica. Foi nessa altura que uma nova aliança com um dos novos vizinhos (a cidade de Túrio) que passou a ter na Magna Grécia conduziu a problemas com Tarento que estiveram na origem da guerra com Pirro, o qual consegue reunir à sua volta não só os Samnitas, mas também Lucanos e Brútios. O rei do Epiro que, face às suas “vitórias pírricas” decide fazer uma digressão pela Sicília (digressão que também irá terminar com o constrangimento de ter que regressar a Itália, onde havia deixado ao abandono os seus aliados itálicos), acaba por se ver de novo confrontado com os Romanos, sofrendo dessa vez uma derrota clara. É uma situação que conduz ao seu regresso ao Epiro e mais tarde é seguida pela derrota definitiva dos Samnitas face aos Romanos e pela ocorrência de uma manifestação de reconhecimento da entrada de Roma na alta política mediterrânea com o envio de uma embaixada egípcia ao Estado Romano por parte de Ptolomeu II Filadelfos.

Toda esta evolução que permitiu a Roma assumir progressivamente o domínio da Península Itálica ainda exigiu, antes do desencadeamento da Primeira Guerra Púnica, a tomada de numerosas medidas de consolidação que, em particular, conduziram a tentar quebrar a unidade tribal dos Samnitas e a controlar a costa adriática e as vias de acesso ao vale do Pó. Outras acções, no território etrusco e também no extremo sul da Península – mais especificamente em Tarento, último bastião da autonomia grega, que foi derrubado em 272 a.C., com a cidade a ser obrigada a destruir as suas fortificações e armamento e a ceder a sua frota – deram mais consistência a tais medidas de consolidação. Com a entrada na referida guerra – cujo desencadeamento foi exemplar, na óptica romana, da prevenção de eventuais agressões de vizinhos a requererem uma antecipação de natureza ofensiva – Roma foi confrontada com a insuficiência dos seus meios para enfrentar uma guerra marítima e viu-se constrangida a recorrer à sua capacidade organizativa e económica para construir uma frota de guerra (tendo sido obrigado a reconstruí-la várias vezes face a sérios reveses sofridos, sobretudo face às forças da natureza) e dotá-la de vastos recursos humanos (há referências a uma das frotas como sendo constituída por 230 navios de guerra e 80 de transportes, o que exigiria perto de 100 mil tripulantes e quase 20 mil combatentes). Com o sucesso que constituiu a sua vitória final nessa guerra, Roma viu-se colocada perante desafios derivados da aquisição do controlo de parte considerável da Sicília (e logo a seguir também da Sardenha e da Córsega) que se situavam sobretudo no domínio administrativo e relacionados com a escolha das soluções a aplicar a tais territórios. Entre recorrer ao modelo que se havia revelado de sucesso na Itália (celebração de tratados de aliança com os novos súbditos, renunciando a tributar a produção agrícola

e dando primazia à imposição aos novos aliados da obrigação de fornecimento de contingentes militares) ou optar por um novo modelo (que, conservando as características dos sistemas administrativos pré-existentes nos territórios em causa, os passasse a colocar sob controlo de magistrados romanos), o Estado Romano terá na prática mantido, por mera inércia, o sistema de controlo do território que no decurso da guerra havia vigorado. Terá assim evitado tentativas de celebração de tratados de aliança equivalentes aos que eram comuns na Itália, embora só em 227 a.C. tenha sido inaugurado um “sistema provincial” (uma nova fase do imperialismo romano), precedente que se estendeu mais tarde a outros territórios fora da Itália controlados por Roma, em que o magistrado (ou pro-magistrado) que passou a deter o comando de forças militares enviadas para a sua *provincia* exercia ainda outros tipos de autoridade em que avultava a tributária. Assim, a partir de 227, a Sicília Romana passou a pagar *vectigal* (que era um imposto em espécie incidente sobre as colheitas agrícolas). Terá essa sido uma experiência fulcral, desenvolvida em termos que não são bem conhecidos e que parece só terem sido estabelecidos com rigor com a promulgação da mais tarde designada *Lex Hieronica*, a qual viria a ser aplicada ao conjunto da Sicília.

O período que sucedeu ao fim da Primeira Guerra Púnica viu igualmente intervenções romanas em novos territórios, a partir de 238 com campanhas agressivas contra Lígures e Gauleses no Norte da Itália e, em 229, com a primeira ingerência no continente europeu fora da Itália visando o Estado Ilírio no outro lado do Adriático. Esta última intervenção levou Roma a estabelecer novos contactos, em particular novas alianças, com cidades dessas áreas assim como com Ligas Gregas, situações que, tendo desenvolvimentos nos anos seguintes, haveriam de conduzir no século seguinte a uma muito forte expansão do imperialismo romano. Os acontecimentos no Norte da Itália, por seu lado, cujo dispositivo de controlo foi posteriormente complementado com a construção da *Via Flaminia* (que ligava Roma a Arímimo), evoluíram após 223 com o atravessamento do rio Pó, a anexação de território da Gália Cisalpina e a fundação de duas colónias (Placência e Cremona), localizadas de modo a controlar os acessos ao sul através dos Apeninos.

Com a aproximação da Segunda Guerra Púnica, a economia da Itália, estimulada sobretudo pelo afluxo de meios financeiros, começava a apresentar características adicionais de complexidade (as quais, pelo menos em algumas áreas, já não se limitavam à Magna Grécia e à Etrúria) abrangendo em particular as infraestruturas portuárias, os locais públicos nas áreas urbanas e o abastecimento de água em Roma. Essa maior complexidade atingiu também os laços comerciais com outras áreas mediterrâneas, o que

por sua vez veio a atrair numerosos artesãos qualificados e a suscitar desenvolvimentos tecnológicos. O maior recurso à escrita, o desenvolvimento dos sistemas monetários e das técnicas bancárias terão igualmente procurado responder às novas necessidades da economia enquanto, com o progressivo processo de unificação da Itália, que interagiu com esse tipo de evoluções, uma maior complexidade tanto na área administrativa como na política se apresentava também como essencial. Por outro lado, a reforma das instituições militares, o desenvolvimento da colonização e a construção de estradas que se verificaram logo após 338 a.C. constituíram elementos essenciais para que os avanços militares se concretizassem e mesmo contribuíssem para dar solidez à unificação.

A acumulação de riquezas que foi tendo lugar no decurso do século III a.C. levou a consequências na vida quotidiana dos estratos sociais superiores dos conquistadores que têm sido caracterizadas por alguns autores como uma Revolução Económica. Essa revolução ter-lhes-á permitido sofisticar as suas condições habitacionais, o uso de vestuário e de joias, requintando também os seus prazeres da mesa, com elementos exóticos a sobreporem-se crescentemente à sobriedade dos cereais e outros alimentos tradicionais. As exigências de uma sociedade mais complexa, onde predominava a cada vez maior concentração urbana, terá por outro lado começado a justificar gastos públicos que se iam diversificando e aumentando de valor. Assim, aos comportamentos de maior sofisticação que foram referidos, poder-se-ão acrescentar os monumentos (sobretudo os do *forum romanum*), os banhos públicos e os teatros que foram sendo construídos, se bem que a origem relativamente tardia das fontes antigas que nos informam sobre tais evoluções não permitam ser categórico a tal respeito. De qualquer modo, no respeitante ao desenvolvimento de espectáculos (os *ludi Romani*, as lutas de atletas, as danças, os exercícios acrobáticos, os fogos de artifício, os combates de gladiadores e de feras, ...), que ganhavam importância com o aumento da população da cidade de Roma e a crescente ociosidade da mesma, haverá a referir que, a exiguidade do *circus Maximus* (que já datava da realeza) não dando satisfação, isso haveria de fazer surgir o *circus Flaminius* em 220 a.C.

A maior complexidade na agricultura, com o desenvolvimento crescente das grandes explorações agropecuárias, haveria de ser incentivada pelas vitórias militares, pelo espólio delas resultantes, e não só aquela parcela que proporcionava o enriquecimento em termos monetários dos estratos sociais superiores mas também a que se traduzia em escravos disponíveis, plausivelmente acessíveis a preços simbólicos, para trabalhar as terras que eram controladas por tais estratos. De facto, tais terras, adquiridas muito

frequentemente não em regime de propriedade plena mas através de *occupatio* de *ager publicus* resultante das anexações de território que sucediam às vitórias militares, eram dedicadas a culturas como o olival e a vinha (cujos produtos eram vendidos nas áreas urbanas ou exportados) ou à *pastio villatica* (produtos vendáveis nos mercados urbanos), diferentemente da agricultura tradicional, que visava o consumo próprio dos camponeses. Essas explorações que produziam para os mercados requeriam, por outro lado, não só terra e trabalho mas também capital (de que em princípio as classes superiores dispunham, nomeadamente graças a uma forte participação nas vendas do espólio) e mercado (este último tanto quanto possível situado nas proximidades da unidade produtiva). Capital, era algo, em contrapartida, que o proprietário da pequena exploração não dispunha, o que o impedia de competir nos mercados. E, após ausência como legionário em longas campanhas militares e quando confrontado, quando do seu regresso, com eventuais problemas familiares entretanto ocorridos, poder-se-ia ver forçado a vender a sua terra por valores irrisórios precisamente a uma das individualidades dos referidos estratos superiores. Era o desenraizamento do campesinato a afirmar-se, contribuindo para o aumento demográfico das áreas urbanas (e desenvolvimento dos mercados das grandes explorações), o que haveria de ser posteriormente acelerado (primeiro com as devastações ocasionadas pela Segunda Guerra Púnica, depois com a expansão imperial para oriente no século II a.C.).

Na primeira fase da Segunda Guerra Púnica, que se poderá considerar ter ocorrido até à batalha de Canas, é notória por um lado a capacidade táctica de Aníbal que lhe permite vencer várias batalhas contra os exércitos romanos e, por outro, a sua insistência em procurar um embate decisivo de modo a, pelo menos, abalar profundamente o sistema romano de alianças. O que acaba por ser conseguido numa segunda fase da guerra, após a batalha de Canas, sobretudo com o abandono da aliança romana por Cápua e por outras cidades da Campânia. A estratégia de Roma naquela primeira fase apresenta características vacilantes, em primeiro lugar com o abandono da invasão projectada do território cartaginês em África, depois com as oscilações na estratégia defendida pelo *Cunctator* de evitar confrontos de carácter decisivo. No entanto, no respeitante à decisão de atacar os interesses púnicos na Hispânia, que foi mantida, os sucessos romanos tiveram início com a instalação em Tarragona, que passou a ser a base romana nesse território, e com o domínio da costa mediterrânea até Cartagena. Complementarmente, essa permanência romana na Hispânia iria permitir, durante bastantes anos, evitar o envio de reforços a Aníbal a partir desse território.

Na referida segunda fase da guerra, o senado romano volta a adoptar a estratégia de retardamento, e os exércitos romanos conseguem limitar na Campânia os progressos cartagineses para destruir o sistema romano de alianças e impedir Aníbal de obter o controlo de um porto de mar nessa região. Roma, por outro lado, consegue colocar exércitos em várias regiões da Itália, na Sicília e na Sardenha e forças navais em várias costas, sem conseguir no entanto limitar muitas das iniciativas cartaginesas. Uma dessas iniciativas, em particular, é a tentativa de Aníbal de conseguir o desejado porto de mar em Tarento, o que é obtido em 213-212 com o controlo da cidade (excepto da cidadela, onde permanece uma guarnição romana). Com a atenção que Aníbal dá à costa sul, Roma, entretanto, ameaça crescentemente Cápua, cercando-a e procurando criar condições para contrabalançar possíveis obstruções da cavalaria cartaginesa (construção de paliçadas e valas, destruição da forragem necessária a essa cavalaria). Em 211, Aníbal procura defender Cápua de modo indirecto, ameaçando a cidade de Roma, mas falha e, ponto de inflexão significativo na evolução da guerra, Cápua acaba por se render.

Também nessa segunda fase da guerra surgem outras dificuldades para Roma, primeiro na Sicília, com a morte de Híeron e a sua sucessão por Jerónimo (que estabelece um acordo com Aníbal), mais tarde na Hispânia, onde, depois de alguns sucessos (entre os quais a perturbação de alianças númeras de Cartago e a retoma de Sagunto) no período inicial, a morte em combate dos dois irmãos Cipião em 212 a.C. reverte de modo significativo a situação. Na Sicília, não obstante o assassínio de Jerónimo que ocorre pouco depois do referido acordo com Aníbal, os agentes do general púnico conseguem, após se ter criado um ambiente em que evoluem conspirações, reacções populares, assassinatos e massacres, controlar a situação de um modo extremamente hostil, o que veio a justificar o envio por Roma para a ilha do cônsul Cláudio Marcelo. A seguir, a situação evolui com movimentações de forças militares e frotas romanas e cartaginesas e com o cerco pelo exército romano de Siracusa, a qual, depois de longo assédio em 213-212, é conquistada, seguindo-se-lhe a submissão de cidades sicilianas rebeldes e confrontos com substanciais forças cartaginesas que, entretanto, haviam chegado à Ilha.

Tendo no passado financiado as suas guerras com o *tributum* cobrado aos cidadãos que não estavam mobilizados, Roma, obrigada nesta guerra a recorrer a recrutamentos maciços para fazer face às ameaças que enfrentava, viu-se com extremas dificuldades para financiar as suas despesas em que avultava, além de outros encargos com a guerra, o *stipendium* que devia pagar aos legionários. O *tributum* foi por vezes elevado de *simplex* para *duplex*, *triplex*, ..., mas não foi suficiente. Financiando apenas, segundo estimativas

académicas relativamente recentes, pouco mais que 20% das despesas, foi preciso o *aerarium* socorrer-se do crédito, de contribuições específicas impostas às classes superiores e apelos a contribuições voluntárias, além naturalmente do espólio (que teria contribuído com valores da mesma ordem de grandeza que os do *tributum*) que ia conseguindo com as vitórias dos exércitos e dos dízimos cobrados nas províncias, para equilibrar as contas do Estado. É uma situação que é típica desta guerra, não defrontada no passado com esta gravidade e que no futuro próximo se haveria de inverter com uma nova fase do expansionismo imperial em que o espólio ainda iria ganhar peso, as reparações de guerra reapareceriam ainda com maior vigor que no final da Primeira Guerra Púnica e em que o tributo a cobrar aos povos submetidos, sobretudo no oriente, viria também a alcançar valores significativos. A contribuir também para fazer face às despesas do Estado na guerra a que agora nos referimos estiveram as manipulações monetárias, manobras em que a criação do sistema metrológico do denário e as relações que foram estabelecidas com a moeda de bronze, o sistema do asse, se revelaram essenciais. Foi em tal contexto que se inseriram as repetidas emissões monetárias conseguidas com metal proveniente das joias e valores que resultaram das contribuições voluntárias, do espólio e dos avanços feitos pelos *tribuni aerarii* relativos ao *tributum*.

Com implicações económicas e sociais, se bem que com menor impacto, pelo menos imediato, nas finanças estatais, estiveram as pesadas devastações que afectaram as culturas agrícolas, as populações, os edifícios rurais, outras instalações e utensílios, assim como cidades e outras localidades, sobretudo no centro-sul da Península. Também as confiscações de terras aos revoltosos tiveram um impacto económico e social não negligenciável, embora certamente maior no período da guerra que se seguiu à retoma por Roma do controlo da Campânia. Em tal contexto, a Etrúria, com uma economia já anteriormente mais diversificada e muito menos atingida pela guerra, terá tido oportunidade de ver as suas actividades em tal domínio a ganharem em diversificação e a serem impulsionadas, sobretudo no respeitante a fornecimentos, nomeadamente cereais e armamento, destinados aos exércitos e às cidades. Foi aliás algo que também terá ocorrido na região entre o rio Volturno e Roma, onde actividades do domínio artesanal que antes eram desenvolvidas no território de Cápua se terão começado a instalar após a intromissão de Aníbal.

A recuperação romana que se vai atestando a partir de 212-211, primeiro na Campânia e na Sicília, começa por criar condições de se afirmar também na Hispânia quando são enviados reforços em 211 para Tarragona e pouco depois novos reforços comandados por

Públio Cornélio Cipião, o futuro “Africano”. O primeiro sinal dessa recuperação específica é só dado, contudo, em 209 quando Cipião conquista Cartagena num só dia, conseguindo a disponibilidade de um excelente porto e arrebatando ao inimigo o tesouro de guerra cartaginês, imenso material de guerra e os reféns de toda a Hispânia que se encontravam na cidade. No ano seguinte, Cipião derrota Asdrúbal Barca na batalha de Bécula, impondo-lhe pesadas perdas. Com a prioridade dada ao envio de Asdrúbal para Itália para reforço de Aníbal, Cipião vai obtendo novas vitórias nos anos seguintes até ao confronto em Ilipa, em 206, que tem sido considerado decisivo. A essa nova vitória, os Romanos ainda acrescentaram novos sucessos, em particular o controlo de Cádiz, cidade que se lhes rendeu após o fracasso de Magão Barca – um dos generais cartagineses – na sua tentativa de reconquistar Cartagena.

Na Sicília, prossegue também a recuperação romana com a conquista de Ácragas em 210 e a presença cartaginesa a ser completamente excluída no ano seguinte. É a partir desse momento que a recuperação da economia agrícola se começa a afirmar de modo a estar em condições de dar resposta às solicitações de cereais que vêm sobretudo dos exércitos romanos. Face, por outro lado, aos desenvolvimentos da Primeira Guerra Macedónica que inicialmente ocorrem no Epiro por iniciativa de Filipe V, Roma estabelece acordos com a Liga Etólia em 211 e, mais tarde, com Pérgamo, conduzindo a embates com o rei macedónio e os seus aliados que conduzem a conquistas de territórios situados a norte do Golfo de Corinto e a oeste da Etólia, os quais, de acordo com o ajustado previamente, ficam na posse dos Etólios. A guerra vem a ser concluída em 205 com a assinatura da paz entre Romanos e Filipe V.

Na Itália, o aumento da pressão em 210-209 sobre Aníbal por parte dos exércitos romanos leva progressivamente a que se refugie no Brútio e cria condições para que Tarento seja retomada por Roma. É um período no entanto em que problemas de vária natureza para o lado romano não deixam de criar preocupações, entre os quais a falta de recursos humanos e financeiros que é sentida por alguns aliados, ameaças de navios cartagineses nas costas da Península, na Sicília e na Sardenha e movimentações oligárquicas ameaçadoras na Etrúria (Arécio). E em 208 a continuação das pressões exercidas sobre Aníbal conduz a insucessos como a perda de um contingente que procurava participar num assédio a Locros e a morte de dois cônsules, um dos quais Cláudio Marcelo, quando foram alvo de uma emboscada. Mas o ano seguinte é o ano em que é derrotado Asdrúbal junto ao rio Metauro e em que a decisão do cônsul Gaio Nero ao deixar de lado temporariamente, com uma parte do seu exército, a missão de controlar

os movimentos de Aníbal no sul, juntando-se no norte ao seu colega para enfrentar aquele general cartaginês, se terá revelado de grande importância no insucesso púnico na guerra. Este insucesso, contudo, terá sobretudo começado a tomar forma com o adiamento sistemático por parte de Asdrúbal em dar cumprimento à decisão de Cartago – já tomada anos antes – no sentido de se juntar a Aníbal (o que teria sido mais oportuno logo após as derrotas impostas aos dois irmãos Cipião).

No que respeitava a encaminhar os recursos alimentares existentes para onde fossem necessários (em particular, levar o esforço de guerra mais longe noutras regiões), a retoma do controlo de Cápua e a pacificação da Sicília tiveram uma importância fundamental para tal objectivo. Na Itália, as regiões de maior potencial cerealífero eram as que tinham maior fertilidade nesse domínio: a Etrúria, a Campânia e a Apúlia, enquanto nas ilhas a Sicília era a que tinha maior potencial. No caso da Apúlia, a sua grande capacidade cerealífera havia sido posta à prova logo em 217-216, quando Aníbal aí se estabeleceu com a intenção de lá passar o inverno e, a seguir, ocupou a cidadela de Canas, onde os Romanos haviam, entretanto, armazenado o cereal e outras provisões (o que não foi estranho à localização da grande batalha da guerra em curso). Aliás, essa capacidade cerealífera haveria de ser confirmada posteriormente não só pelas sucessivas invernações que Aníbal passou em Arpos e Salápia como por equivalente procedimento praticado pelos exércitos romanos na região. A Campânia, por seu lado, abastecendo cidades como Nápoles, Cumas, Nola, Nucéria e Suéssula – além de Cápua, naturalmente – contribuía também para abastecer o exército de Aníbal, o que Roma tinha interesse em contrariar. No respeitante à Sicília e após a derrota em Canas e a morte de Híeron, Roma passou a sentir dificuldades em abastecer as legiões e os aliados presentes na ilha (o mesmo sucedendo, aliás, na Sardenha). A partir de 213 (e até 210) tal situação só se agravou, pelo menos na Sicília, onde passaram a estar presentes quatro legiões e forças aliadas (cujo abastecimento com origem na ilha sofreu adicionalmente a concorrência do exército púnico nela presente). No concernente à Etrúria, o seu envolvimento no abastecimento de trigo aos exércitos romanos terá sido permanente, sobretudo após Canas, o que foi possível devido à quase ausência de ameaças no seu território por parte das forças púnicas. Em tal contexto, a retoma do controlo de Cápua e a pacificação da Sicília poderão não ter introduzido grandes alterações no papel que aquela região desempenhou no abastecimento dos exércitos e das áreas urbanas. Terá interesse no entanto ter presente que as condições em que tal abastecimento era feito pelos fornecedores não são conhecidas de modo preciso, com o recurso à via mercantil e à utilização da requisição,

por parte do Estado Romano, a constituírem as possibilidades mais prováveis (a terceira hipótese, a da via tributária, tal como veio a acontecer na Sicília, parece menos plausível).

Dada portanto a evolução favorável na guerra a partir de 212-211, Roma passou a poder ir mais longe com os seus mais numerosos exércitos e a sua superior capacidade logística. Em consequência, após a tomada de Cápua, o general cartaginês viu-se forçado a procurar aprovisionamentos na Apúlia e, mais tarde (sobretudo após a derrota de Asdrúbal em 207) mesmo mais a sul. Foram dificuldades que se mantiveram no novo contexto da guerra, enquanto os exércitos romanos viram a sua situação melhorada pela disponibilidade de cereais das regiões que haviam sido libertadas da presença púnica. As questões de logística associadas ao aprovisionamento dos exércitos não se limitavam, por outro lado, à existência de aliados que tivessem condições para assegurar os abastecimentos necessários ou à capacidade dos próprios exércitos para os obter através de intervenções causadoras de devastações. Havia a possibilidade de conseguir provisões por via marítima, por via terrestre, ou recorrendo a silos situados em locais fortificados que tivessem sido previamente abastecidos. No caso do abastecimento dos silos pelos próprios exércitos, há referências nas fontes que evidenciam essa preocupação através do prolongamento das invernagens até ao período das colheitas, embora sejam poucas as indicações nesse sentido e no concernente às disposições para garantir a salvaguarda dos próprios depósitos de cereais (nomeadamente a constituição das indispensáveis guarnições). A necessidade de uma rápida recuperação da produção agrícola, tanto na Campânia como na Sicília, terá por outro lado levado Roma a introduzir nos dois territórios medidas de reorganização que passaram pela prioridade dada a soluções de exploração que permitissem a constituição de excedentes vendáveis no mercado ou apropriáveis pelo Estado pela via da tributação (não recorrendo à hipótese de criação de colónias ou outra solução baseada na prevalência da subsistência familiar, como em particular se fez nessa altura na Gália Cisalpina). A experiência ganha por Roma com o caso concreto da administração da Sicília (em que foi fulcral a experiência ganha com o desenvolvimento da *Lex Hieronica*) não pode, por outro lado, ter deixado de contribuir significativamente para a evolução reservada para o desenvolvimento do conceito de província no futuro da História Romana, com tal conceito a ter evoluído de um significado em que Roma exercia a sua autoridade para outro mais amplo em que o território em causa estava dotado de estruturas bem claras a níveis de governo, administração e fiscalidade, controladas decerto por Roma.

Com a derrota e morte de Asdrúbal, Aníbal havia-se visto progressivamente confinado ao Brútio e constrangido a passar à defesa numa altura em que Cipião, regressado a Roma no final de 206 e tendo-se candidatado ao consulado com sucesso, apresentou a sua intenção de prosseguir e terminar a guerra em África. Havendo discordâncias no senado romano relativamente a tal projecto (a alternativa seria pôr fim à guerra na Itália, derrotando Aníbal), Cipião foi autorizado a levar a cabo a missão que propunha embora com fortes constrangimentos em termos de recrutamento de mais legiões e de obtenção de recursos financeiros para reforçar a sua frota. Partindo para a Sicília no verão de 205, o cônsul inicia os preparativos para levar a cabo o seu propósito, enviando a seguir uma esquadra assolar a costa africana, mais ou menos na altura em que Magão se desloca da Minorca para a Ligúria, onde conquista Génova e procura aumentar os seus efectivos recrutando Gauleses e Lígures. Em Cartago, face às medidas agressivas de Cipião, o sobressalto resultante conduz a uma mobilização de urgência, ao recrutamento de mercenários, além de outras medidas (entre as quais o envio referido de reforços a Magão, o qual é acompanhado de recursos financeiros), em particular as destinadas a fazer frente à frota romana, enquanto Roma toma providências para impedir a junção de Magão a Aníbal. Por sua vez, Cipião, promovendo previamente uma incursão no sul da Itália que conduz à tomada de Locros, parte no verão de 204 para África onde, instalando-se perto da costa entre Útica e Cartago com um exército de cerca de 30 mil efectivos, dará início à fase final da guerra com uma grande vitória alguns meses depois. Magão, sem conseguir juntar-se a Aníbal, há-de ser derrotado e ferido com gravidade no verão de 203 na Gália Cisalpina, sendo obrigado a retirar para África, mas no percurso acaba por morrer e as suas forças são vencidas por uma frota romana, perdendo navios.

Após a sua chegada a África, Cipião vê em breve instalarem-se próximo do seu acampamento dois exércitos (comandados por Asdrúbal Giscão e Sifax, com um conjunto de efectivos largamente mais numeroso que os seus) que operam de modo a bloquear as suas iniciativas. No entanto, sob pretexto de conversações com o rei númida, o general romano consegue obter informações sobre o seu acampamento que lhe permitem, na primavera seguinte, lançar fogo sobre o mesmo e estendê-lo ao acampamento de Asdrúbal, chacinando a seguir muitos dos sobreviventes que escapavam aos incêndios. Essa primeira grande vitória foi seguida, após formação de um novo exército por Cartago, por um novo sucesso na batalha das Grandes Planícies, seguida da fuga de Sifax e perseguição por contingentes do exército de Cipião, o que se veio a saldar pela sua captura e pela recuperação do trono númida pelo seu rival e aliado romano, Masinissa.

Após reagrupamento do exército de Cipião (verão de 203), entra-se numa fase de trégua visando em princípio o estabelecimento da paz e em que são envolvidos os senados de Roma e de Cartago, mas que acaba por ser perturbada pela intenção cartaginesa de fazer regressar Aníbal a África visando utilizá-lo contra Cipião. É esse regresso (em condições que violavam as condições de paz estabelecidas por Cipião) que acaba por ter lugar no início de 202 (desembarque perto de Leptis, a sudeste de Cartago, visando preparar a luta com o exército do procônsul) depois de Aníbal experimentar dificuldades no Brútio e de em África ocorrerem duas outras violações por Cartago da trégua que havia sido estabelecida. Dadas essas infracções e as instruções recebidas do senado para continuar a guerra, Cipião conduz operações contra cidades cartaginesas, redução dos seus habitantes à escravatura e fazendo o necessário para apressar o regresso de Masinissa visando o embate previsível com Aníbal, o qual entretanto reforça o seu exército (o qual atingirá, na batalha que se segue, cerca de quarenta mil homens, quando à chegada não teria mais que dez ou doze mil). É em tal contexto que mais tarde, em Outubro do mesmo ano, os dois generais se encontram antes da batalha em conversações que terminam sem acordo no sentido de uma nova trégua ou da paz. Na batalha que se segue, em Zama, a vantagem adquirida pela cavalaria romana no seu início revela-se determinante e os Romanos terminam vencedores. Cipião regressa à área de Útica e Tunes, recebe um reforço de uma frota de guerra e barcos com mantimentos, e a seguir movimenta-se por mar ameaçando Cartago enquanto as suas legiões avançam pelo interior. Interrompe, no entanto, o seu avanço quando há disponibilidade púnica em aceitar a paz nas condições que fixa. Nos meses que seguem até ao verão de 201, o processo de paz avança em Roma e, no final, as instâncias governativas romanas decidem que deveria ser Cipião a concluir tal processo e a comandar o exército no seu regresso. E a guerra termina com Cipião a ordenar que os navios cartagineses fossem incendiados em pleno mar à vista de Cartago.

BIBLIOGRAFIA

- Adler, Eric. 2008. "Late Victorian and Edwardian Views of Rome and the Nature of 'Defensive Imperialism'". *International Journal of the Classical Tradition*, June, 2008, Vol. 15, No. 2: 187-216.
- Alföldi, Andreas. 1965. *Early Rome and the Latins*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Ampolo, Carmine. 1988. "La città riformata e l'organizzazione centuriata. Lo spazio, il tempo, il sacro nella nuova realtà urbana". In *Storia di Roma, I, Roma in Italia*, eds. Arnaldo Momigliano, et Aldo Schiavone, 203-39. Torino: Giulio Einaudi Editore.
- Andreau, Jean. 2001. *Banque et affaires dans le monde romain – IV^e siècle av. J.-C. – III^e siècle ap. J.-C.* Paris: Éditions du Seuil.
- – –. 2010. *L'économie du monde romain*. Paris: Ellipses.
- – –. 2015 [1987¹]. *La vie financière dans le monde romain: Les métiers de manieurs d'argent (IV^e siècle av. J.-C. – III^e siècle ap. J.-C.)*. Roma: École Française de Rome.
- Arthur, Paul. 1991. *Romans in Northern Campania: settlement and land-use around the Massico and the Garigliano Basin*. London: British School at Rome.
- Asolati, Marco. 1998. "Per la storia di Ancona Greca: Elementi di datazione della monetazione." *Hesperia* 9. Roma: L'Erma de Bretschneider: 141-52.
- Astin, Alan E. 1989. "Carthage and Rome - Postscript. The emergence of the provincial system". In *The Cambridge Ancient History, Vol. 7 - The Rise of Rome to 220 B.C., Chapter 11, 570-572*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Badian, Ernst. 1968. *Roman Imperialism in the Late Republic*. Ithaca: Cornell University Press.
- – –. 1972. *Publicans and Sinners: Private Enterprise in the Service of the Roman Republic*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Bandelli, Gino. 2005. "La conquista dell'ager gallicus e il problema della colonia Aesis." *Aquileia Nostra*, Anno LXXVI: 13-52.
- Barceló, Pedro. 2011. "Punic Politics, Economy, and Alliances, 218-201." In *A Companion to the Punic Wars*, ed. Dexter Hoyos, 357-75. Oxford: Wiley Blackwell.
- Beck, Hans. 2011. "The Reasons for the War." In *A Companion to the Punic Wars*. ed. Dexter Hoyos, 225-41. Oxford: Wiley Blackwell.
- Beloch, Julius. 1886. *Die Bevölkerung Der Griechisch-Römischen Welt*. Leipzig: Duncker & Humblot.
- Bonnin, Jacques. 1984. *L'eau dans l'antiquité: L'hydraulique avant notre ère*. Paris: Éditions Eyrolles.
- Boserup, Ester. 1976. "Environment, Population, and Technology in Primitive Societies." *Population and Development Review* Vol. 2, No. 1: 21-36.
- Bottini, Angelo. 1990. "I Popoli Apulo-Lucani." In *Crise et transformation des sociétés archaïques de l'Italie Antique au Ve siècle av. J.-C.* Actes de la table ronde (Rome, 19-21 Novembre 1987), 155-63. Roma: École Française de Rome.
- – –. 1996. "The Impact of the Greek Colonies on the Indigenous Peoples of Lucania". In *The Greek World – Art and Civilization in Magna Graecia and Sicily*. ed. Giovanni Pugliese Carratelli, 541-48. New York: Rizzoli.
- Braccisi, Lorenzo, et Giovanni Millino. 2000. *La Sicilia Greca*. Roma: Carocci.

- Bradley, Guy. 2014. "The Nature of Roman Strategy in Mid-Republican Colonization and Road Building." In *Roman Republican Colonization : New Perspectives from Archaeology and Ancient History*, eds. Tesse D. Stek, et Jeremia Pelgrom, 60-72. Roma: Palombi Editori.
- Bringmann, Klaus. 2013 [2002¹]. *A History of the Roman Republic*. Cambridge: Polity Press.
- Briquel, Dominique. 1990. "Le regard des grecs sur l'Italie indigène", In *Crise et transformation des sociétés archaïques de l'Italie Antique au Ve siècle av. J.-C.* Actes de la table ronde (Rome, 19-21 Novembre 1987), 165-88. Roma: École Française de Rome.
- Briscoe, John. 1989. "The Second Punic War". In *The Cambridge Ancient History, Vol. 8 – Rome and the Mediterranean to 133 B.C., Chapter 3*, 44-80. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brizzi, Giovanni. 2008. "La Battaglia di Sentino: prolegomeni minimi ad un inquadramento strategico." In *Sentinum 295 a. C. Sassoferrato 2006 - 2300 anni dopo la battaglia : una città romana tra storia e archeologia*, (atti di: Convegno internazionale, Sassoferrato 21-23 settembre 2006), 13-29. Roma: L'Erma di Bretschneider.
- Brunt, Peter A. 1971a. *Italian Manpower 225 B.C.–A.D. 14*. Oxford: Oxford University Press.
- — —. 1971b. *Social Conflicts in the Roman Republic*. New York, London: W. W. Norton & Co.
- Cambi, Franco. 2002. "La casa del colono e il paesaggio (III-I secolo a.C.)." In *Paesaggi d'Etruria: Valle dell'Albegna, Valle d'Oro, Valle del Chiarone, Valle del Tafone*, eds. Andrea Carandini, et Franco Cambi, 137-45. Roma: Storia e Letteratura.
- Carandini, Andrea. 1988. *Schiavi in Italia: gli strumenti pensanti dei Romani fra tarda Repubblica e medio Impero*. Roma: Carocci.
- Carmo, Filipe. 2010a. "Relações externas do Egipto no período Saíta". *Cadmo* 20. 177-94.
- — —. 2010b. *O significado da implantação da República Romana*. Dissertação de Mestrado em História Antiga. Lisboa: FLUL
- — —. 2012. "As Tiránias Sicilianas do Início do Século V a.C. Aspetos Ideológicos do Poder. Parte I – A colonização grega da Sicília". *Cadmo* 22. 145-59.
- — —. 2013. "As Tiránias Sicilianas do Início do Século V a.C. – Aspetos Ideológicos do Poder. Parte II – A rutura do final do período arcaico e a intervenção cartaginesa". *Cadmo* 23. 109-32.
- — —. 2015. "As Tiránias Sicilianas do Início do Século V a.C. – Aspetos Ideológicos do Poder. Parte III – Híeron". *Cadmo* 24. 69-85.
- — —. 2017. "Rome: Economic Change in the 2nd Century B.C. - The Context of Mosaic as a Luxury Product", *JMR (Journal of Mosaic Research)* 10, 101-16.
- — —. 2018a. "As Finanças Públicas de Roma após a 2ª Guerra Púnica: Algumas considerações sobre as obras de Tenney Frank e Philip Kay". *Cadmo* 27. 115-31.
- — —. 2018b. "O Imperium, da origem ao Principado". In *Arqueologias de Império*, eds. Delfim Leão, José Augusto Ramos, et Nuno Simões Rodrigues, 277-93. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- — —. 2019. "Alargamento do domínio romano na Itália Central em meados do século IV a.C.". *Cadmo* 28. 165-84.

- Carratelli, Giovanni Pugliese. 1996. "An Outline of the Political History of the Greeks in the West". In *The Greek World – Art and Civilization in Magna Graecia and Sicily*, ed. Giovanni Pugliese Carratelli, 141-76. New York: Rizzoli.
- Càssola, Filippo. 1962. *I gruppi politici romani nel III secolo a.C.* Trieste: Università degli Studi di Trieste.
- Cazanove, Olivier de. 1990. "Le sanctuaire de Cérès jusqu'à la deuxième sécession de la plèbe". In *Crise et transformation des sociétés archaïques de l'Italie Antique au Ve siècle av. J.-C.* Actes de la table ronde (Rome, 19-21 Novembre 1987), 373-99. Roma: École Française de Rome.
- Champion, Craige B. ed. 2004, *Roman Imperialism - Readings and Sources*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Champion, Craige B et Arthur M. Eckstein. 2004. "Introduction: The Study of Roman Imperialism". In *Roman Imperialism - Readings and Sources*, ed. Craige B. Champion, 1-15. Oxford: Blackwell Publishing.
- Chemain, Jean-François. 2016. *L'Économie Romaine en Italie à l'époque républicaine*. Paris: Picard.
- Chiabà, Monica. 2011. *Roma e le priscae Latinae coloniae - Ricerche sulla colonizzazione del Lazio dalla costituzione della repubblica alla guerra latina*. Trieste: Edizioni Università di Trieste.
- Coarelli, Filippo. 1988. "I santuari, il fiume, gli empori". In *Storia di Roma, 1, Roma in Italia*, eds. Arnaldo Momigliano, et Aldo Schiavone, 127-51. Torino: Giulio Einaudi Editore.
- . 1990. "Roma, i Volsci e il Lazio Antico". In *Crise et transformation des sociétés archaïques de l'Italie Antique au Ve siècle av. J.-C.* Actes de la table ronde (Rome, 19-21 Novembre 1987), 135-54. Roma: École Française de Rome.
- Cornell, Timothy. 1989a. "Rome and Latium to 390 B.C.". In *The Cambridge Ancient History, Vol. 7 - The Rise of Rome to 220 B.C., Chapter 6*, 243-308. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 1989b. "The Recovery of Rome". In *The Cambridge Ancient History, Vol. 7 - The Rise of Rome to 220 B.C., Chapter 7*, 309-50. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 1989c. "The Conquest of Italy". In *The Cambridge Ancient History, Vol. 7 - The Rise of Rome to 220 B.C., Chapter 8*, 351-419. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 1995. *The Beginnings of Rome – Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000-264 B.C.)*. New York: Routledge.
- . 1996. "Hannibal's Legacy: The Effects of the Hannibalic War on Italy". *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, Vol. 41, Supplement 67: 97-117.
- . 2000. "The City of Rome in the Middle Republic (400-100 BC)". In *Ancient Rome: The Archaeology of the Eternal City*, eds. Jon Coulston, et Hazel Dodge, 42-60. Oxford: University School of Archaeology.
- . 2004. "Deconstructing the Samnite Wars: An Essay in Historiography". In *Samnium: Settlement and Cultural Change*, The Proceedings of the Third E. Togo Salmon Conference on Roman Studies, ed. Howard Jones, 115-31. Providence, Rhode Island: Brown University.
- Crawford, Michael H. 1974. *Roman Republican Coinage*, Cambridge: Cambridge University Press
- . 2008. "States waiting in the Wings: Population Distribution and the end of the Roman Republic". In *People, Land, and Politics: Demographic Developments and*

- the Transformation of Roman Italy 300 B.C.-A.D. 14*, eds. Luuk De Ligt, et Simon Northwood, 631-43. Leiden-Boston: Brill.
- Cristofani, Mauro. 1978. "Società e istituzioni nell'Italia preromana". In *Popoli e civiltà dell'Italia antica*, ed. Massimo Pallottino, 51-112. Roma: Biblioteca di Storia Patria.
- D'Agostino, Bruno. 1996. "The Impact of the Greek Colonies on the Indigenous Peoples of Campania". In *The Greek World – Art and Civilization in Magna Graecia and Sicily*, ed. Giovanni Pugliese Carratelli, 533-40. New York: Rizzoli.
- De Juliis, Ettore M. 1996. "The Impact of the Greek Colonies on the Indigenous Peoples of Apulia". In *The Greek World – Art and Civilization in Magna Graecia and Sicily*, ed. Giovanni Pugliese Carratelli, 549-54. New York: Rizzoli.
- De Ligt, Luuk. 2006. "The Economy: Agrarian Change during the Second Century BC", In *A Companion to the Roman Republic*, eds. Nathan Rosenstein, et Robert Morstein-Marx, 590-605. Oxford: Blackwell Publishing.
- — —. 2007. "Roman Manpower and Recruitment during the Middle Republic". In *A Companion to the Roman Army*, ed. Paul Erdkamp, 114-31. Oxford: Blackwell Publishing.
- — —. 2012. *Peasants, Citizens and Soldiers: Studies in the Demographic History of Roman Italy 225 BC – AD 100*. Cambridge, New York, Cambridge University Press.
- De Neeve, Pieter Willem. 1984. *Peasants in Peril: Location and Economy in Italy in the Second Century B.C.* Amsterdam: Gieben Publisher.
- De Sanctis, Gaetano. 1988 [1907¹]. *Storia dei Romani 2: La conquista del primato in Italia*. Torino: Fratelli Bocca Editori.
- Develin, Robert. 2005 [1986¹]. "The Integration of the Plebeians into the Political Order after 366 B.C.". In *Social Struggles in Archaic Rome – New Perspectives on the Conflict of the Orders*, ed. Kurt A. Raaflaub, 293-311. Oxford: Blackwell Publishing.
- Drummond, Andrew. 1989. "Rome in the Fifth Century I: The Social and Economic Framework". In *The Cambridge Ancient History, Vol. 7 - The Rise of Rome to 220 B.C., Chapter 4*, 113-71. Cambridge: Cambridge University Press.
- Eckstein, Arthur M. 1987. *Senate and General: Individual Decision-Making and Roman Foreign Relations, 264-194 B.C.*, Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press.
- Edwell, Peter. 2011. "War Abroad : Spain, Sicily, Macedon, Africa." In *A Companion to the Punic Wars*, ed. Dexter Hoyos, 320-38. Oxford: Wiley Blackwell.
- Erdkamp, Paul. 1992. "Polybius, Livy and the 'Fabian Strategy'". *Ancient Society*, Vol. 23, 127-47.
- — —. 1998. *Hunger and the Sword: Warfare and Food Supply in Roman Republican Wars (264 – 30 B.C.)*. Amsterdam: Gieben.
- Finley, Moses Isaac. 1981 [1979¹]. *Esclavage Antique et Idéologie Moderne*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- — —. 1999 [1973¹]. *The Ancient Economy*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- — —. 2003 [1968¹]. *Storia della Sicilia Antica*. Roma-Bari: Biblioteca Universale Laterza.
- Flobert, Annette. 1994. "Introduction", In *Tite-Live, La Seconde Guerre Punique II – Histoire Romaine, Livres XXVI à XXX*, 9-39. Paris: Flammarion.
- Forsythe, Gary. 1999. *Livy and Early Rome: A Study in Historical Method and Judgment*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag.
- — —. 2005. *A Critical History of Early Rome: From Prehistory to the First Punic War*. Berkeley: University of California Press.

- Frank, Andre Gunder. 1990. "A Theoretical Introduction to 5000 Years of World System History". *Review*, xiii (2), Spring: 155-248.
- Frank, Andre Gunder, et Barry K. Gills, eds. 1993. *The World System: Five hundred years or five thousand?* London, New York: Routledge.
- Frank, Tenney. 1914. *Roman Imperialism*, New York: The MacMillan Company.
- . 1924. "Roman Census Statistics from 225 to 28 B.C.". *Classical Philology* 19: 329-41.
- . 1927. *An Economic History of Rome*. Baltimore: The Johns Hopkins Press.
- . 1933. *An Economic Survey of Ancient Rome, Vol. I, Rome and Italy of the Republic*. Baltimore: The Johns Hopkins Press.
- Franke, Peter R. 1989. "Pyrrhus". In *The Cambridge Ancient History, Vol. 7 - The Rise of Rome to 220 B.C., Chapter 10*, 456-485. Cambridge: Cambridge University Press.
- Frederiksen, Martin. 1984. *Campania*. London: British School of Rome.
- Fronza, Michael P. 2011. "Hannibal: Tactics, Strategy, and Geostrategy." In *A Companion to the Punic Wars*, ed. Dexter Hoyos, 242-59. Oxford: Wiley Blackwell.
- . 2017. "The Italians in the Second Punic War". In *The Peoples of Ancient Italy*, eds. Gary D. Farney, et Guy Bradley, 215-30. Boston/Berlin: De Gruyter.
- Gabba, Emilio. 1996. "Dionigi e le strutture sociali e politiche di Roma arcaica". In *Dionigi e la Storia di Roma Arcaica*, ed. Emilio Gabba, 135-65. Bari: Edipuglia.
- Garnsey, Peter. 1988. *Famine and Food Supply in the Graeco-Roman World: Responses to Risk and Crisis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Garnsey, Peter, et C.R. Whittaker. 1978. "Introduction". In *Imperialism in the Ancient World*, eds. Peter Garnsey, et C.R. Whittaker, 1-6. Cambridge: Cambridge University Press.
- Garnsey, Peter, et Richard Saller. 1996 [1987¹]. *The Roman Empire: Economy, Society and Culture*. London: Duckworth.
- Giardina, A., et Aldo Schiavone eds. 1981. *Società romana e produzione schiavistica*. Roma-Bari: Editori Laterza.
- Greco, Emanuele. 1996. "City and Countryside". In *The Greek World – Art and Civilization in Magna Graecia and Sicily*, ed. Giovanni Pugliese Carratelli, 233-42. New York: Rizzoli.
- Gruen, Erich S. 1974. *The Last Generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press.
- . 2004 [1984¹]. "Material Rewards and the Drive for Empire". In *Roman Imperialism - Readings and Sources*, ed. Craige B. Champion, 30-46. Oxford: Blackwell Publishing.
- Guerra, Amílcar. 2015. "Culturas e povos primitivos de Itália". In *História de Roma Antiga - volume I: Das origens à morte de César*, eds. José Luís Brandão, et Francisco de Oliveira, 13-25. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Guzzo, Pier Giovanni. 1996. "The Encounter with the Bruttii". In *The Greek World – Art and Civilization in Magna Graecia and Sicily*, ed. Giovanni Pugliese Carratelli, 559-62. New York: Rizzoli.
- Hamilton, Charles. 1969. "The *Tresviri Monetales* and the Republican Cursus Honorum." *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 100: 181-99.
- Heurgon, Jacques. 1969. *Rome et la Méditerranée Occidentale jusqu'aux Guerres Puniques*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Harris, William Vernon. 1991 [1979¹]. *War and Imperialism in Republican Rome, 327-70 B.C.* Oxford: Clarendon Press.

- . 2004 [1971¹]. "On War and Greed in the Second Century BC". In *Roman Imperialism - Readings and Sources*, ed. Craige B. Champion, 17-30. Oxford: Blackwell Publishing.
- Hin, Saskia. 2008. "Counting Romans". In *People, Land, and Politics: Demographic Developments and the Transformation of Roman Italy 300 B.C.-A.D. 14*, eds. Luuk De Ligt, et Simon Northwood, 187-238. Leiden-Boston: Brill.
- (2013), *The Demography of Roman Italy: Population Dynamics in an Ancient Conquest Society 201 BCE–14 CE*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hollander, David B. 2007. *Money in the Late Roman Republic*. Leyde: Brill.
- Holloway, Ross. 1994. *The Archaeology of Early Rome and Latium*. London and New York: Routledge.
- Hopkins, Keith. 1978. *Conquerors and Slaves*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hoyos, Dexter. 2011. "Carthage in Africa and Spain, 241-218." In *A Companion to the Punic Wars*, ed. Dexter Hoyos, 204-22. Oxford: Wiley Blackwell.
- . 2015. *Mastering the West : Rome and Carthage at War*. Oxford: Oxford University Press.
- Humbert, Michel. 1978. *Municipium et civitas sine suffragio - L'organisation de la conquête jusqu'à la guerre sociale*. Roma: École Française de Rome.
- Jongman, Willem M. 1988. "Adding it up". In *Pastoral Economies in Classical Antiquity*, ed. Charles Richard Whittaker, 210-12. Cambridge: The Cambridge Philological Society.
- . 2009. "Archaeology, demography, and Roman economic growth." In *Quantifying the Roman economy: Methods and Problems*, eds. Alan Bowman, et Andrew Wilson, 115-26. Oxford: Oxford University Press.
- . 2014. "Re-constructing the Roman economy". In *The Cambridge History of Capitalism, Vol 1*, eds. Larry Neal, et Jeffrey G. Williamson, 75-100. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kay, Philip. 2014. *Rome's Economic Revolution*. Oxford: Oxford University Press.
- King, Anthony. 1999. "Meat diet in the Roman world: a regional inter-site comparison of the mammal bones". *Journal of Roman Archaeology* 12: 168–202.
- Kron, Geoffrey. 2005. "The Augustan Census Figures and the Population of Italy". *Athenaeum* 93: 441-95.
- La Regina, Adriano. 1989. "I Sanniti". In *Italia omnium terrarum parens: la civiltà degli enotri, choni, ausoni, sanniti, lucani, brettii, sicani, siculi, elimi*, ed. Carmine Ampolo et al. 301-432. Milano: Libri Scheiwiller.
- Launaro, Alessandro. 2011a. "Investing in the Countryside: Villas and Farms, Landowners and Tenants (200 BC to 100 AD)". *FACTA – A Journal of Roman Material Culture Studies* 5: 15-30.
- . 2011b. *Peasants and Slaves: The Rural Population of Roman Italy (200 BC to AD 100)*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Liverani, Paolo. 1984. "L' Ager Veientanus in Età Repubblicana". *Papers of the British School at Rome*, vol. 52: 36-48.
- Lo Cascio, Elio. 1994a. "La dinamica della popolazione in Italia da Augusto al III secolo". In *L'Italie d'Auguste à Dioclétien*, Actes du colloque international de Rome (25-28 mars 1992), 91-125. Roma: École Française de Rome.
- . 1994b. "The Size of the Roman Population: Beloch and the Meaning of the Augustan Census Figures". *JRS* 84: 23-40.

- Lo Cascio, Elio, et Paolo Malanima. 2005. "Cycles and Stability: Italian Population before the Demographic Transition (225 B.C. – A.D.1900)". *Rivista di Storia Economica*, a. XXI, n. 3: 197-236.
- Lucca, Rita. 1996. "Dionigi II e il Lazio". *Hesperia* 7: 91-8.
- Luni, Mario. 2000. "Greci nell'Italia Medioadriatica". *Hesperia* 12: 151-70.
- Marchetti, Patrick. 1978a. *Histoire économique et monétaire de la deuxième guerre punique*. Bruxelles: Palais des Académies.
- . 1978b. "Paie des troupes et dévaluations monétaires au cours de la deuxième guerre punique". In *Les «dévaluations» à Rome. Epoque républicaine et impériale*. Volume 1. Actes du Colloque de Rome (13-15 novembre 1975), 195-216. Rome: École Française de Rome.
- Markoe, Glenn. 2000. *Phoenicians*. London: The British Museum Press.
- Mattingly, David J. 2011. *Imperialism, Power, and Identity: Experiencing the Roman Empire*. Princeton: Princeton University Press.
- Mazzarino, Santo. 1957. "Sociologia del mondo etrusco e problemi della tarda etruscità". *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte* Bd. 6, H. 1: 98-122.
- . 2003 [1947¹]. *Introduzione alle guerre puniche*. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli.
- McCormick, Michael, Ulf Büntgen, Mark A. Cane, Edward R. Cook, Kyle Harper, Peter Huybers, Thomas Litt, Sturt W. Manning, Paul Andrew Mayewski, Alexander F.M. More, Kurt Nicolussi, et Willy Tegel. 2012. "Climate Change during and after the Roman Empire: Reconstructing the Past from Scientific and Historical Evidence". *Journal of Interdisciplinary History* 43(2): 169-220.
- Meiggs, Russell. 1973. *Roman Ostia*. Oxford: Oxford University Press.
- Momigliano, Arnaldo. 1963. "An Interim Report on the Origins of Rome". *JRS* 53: 95-121.
- . 1969. "L'ascesa della plebe nella storia arcaica di Roma". In *Quarto contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*. Roma: Storia e Letteratura: 437-54.
- . 1975. *Alien Wisdom – The Limits of Hellenization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 1982. "New Paths of Classicism in the Nineteenth Century". In *Studies on Modern Scholarship*, eds. Glen Bowersock, et Timothy Cornell (1994), 223-85. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.
- . 1989. "The Origins of Rome". In *The Cambridge Ancient History, Vol. 7 - The Rise of Rome to 220 B.C., Chapter 10*, 52-112. Cambridge: Cambridge University Press.
- Monteiro, João Gouveia. 2015. "As Guerras Púnicas". In *História de Roma Antiga - volume I: Das origens à morte de César*, eds. José Luís Brandão, et Francisco de Oliveira, 145-200. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Montenegro, Artur. 1999 [1934¹]. *A conquista do direito na sociedade romana*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Morel, Jean-Paul. 1969. "Etudes de céramique campanienne, I: L'atelier des petites estampilles." *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire*, Tome 81, n° 1: 59-117.
- . 1983. "Les producteurs de biens artisanaux en Italie à la fin de la République." In *Les «bourgeoisies» municipales italiennes aux IIe et Ier siècles av. J.-C.* Actes du Colloque International du CNRS n. 609 (Naples 1981). Naples: Publications du Centre Jean Bérard, Editions du CNRS: 21-39.
- . 1989. "The transformation of Italy, 300-133 B.C. – The evidence of archaeology". In *The Cambridge Ancient History, Vol. 8 – Rome and the*

- Mediterranean to 133 B.C., Chapter 13*, 477-516. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 2007. "Early Rome and Italy". In *The Cambridge Economic History of the Greco-Roman World*, eds. Walter Scheidel, Ian Morris, et Richard P. Saller, 487-510. Cambridge: Cambridge University Press.
- Morley, Neville. 1996. *Metropolis and Hinterland: The City of Rome and the Italian Economy, 200 BC–AD 200*. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 2001. "The Transformation of Italy, 225-28 B.C.". *JRS* 91: 50-62.
- Morselli, Chiara. 1980. *Sutrium*, Forma Italiae VII.7, Firenze: Sansoni.
- Murray, Oswyn. 1988. "The Ionian Revolt". In *The Cambridge Ancient History, Vol. 4 - Persia, Greece and the Western Mediterranean c. 525 to 479 B.C., Chapter 8*, 461-90. Cambridge: Cambridge University Press.
- Musti, Domenico. 2005. *Magna Grecia: Il Quadro Storico*, Roma-Bari: Editori Laterza.
- Ñaco del Hoyo, Toni. 2011. "Roman Economy, Finance, and Politics in the Second Punic War" In *A Companion to the Punic Wars*, ed. Dexter Hoyos, 376-92. Oxford: Wiley Blackwell.
- Nicolet, Claude. 1963. "À Rome pendant la seconde guerre Punique: techniques financières et manipulations monétaires", *Annales : Économies, Sociétés, Civilisations*, 18e année, N. 3, 417-436.
- . 1976. *Le métier de citoyen dans la Rome républicaine*. Paris: Gallimard.
- . 2000. *Censeurs et publicains : Économie et fiscalité dans la Rome antique*. Paris: Fayard.
- . 2001a [1979¹]. *Rome et la conquête du monde méditerranéen 264-27 avant J.-C., Tome 1, Les structures de l'Italie romaine*. Paris: Presses Universitaires de France.
- . 2001b [1969¹]. *Rome et la conquête du monde méditerranéen 264-27 avant J.-C., Tome 2, Genèse d'un empire*. Paris: Presses Universitaires de France.
- North, J.A. 1981. "The Development of Roman Imperialism". *JRS* 71: 1-9.
- Oakley, Stephen P. 1997 [1993¹]. "The Roman Conquest of Italy". In *War and Society in the Roman World*, eds. John Rich, et Graham Shipley, 9-37. London and New York: Routledge.
- . 2005. *A Commentary on Livy, Books VI-X – Volume IV: Book X*. Oxford: Clarendon Press.
- Oliveira, Francisco. 2015. "Consequências da expansão romana". In *História de Roma Antiga - volume I: Das origens à morte de César*, eds. José Luís Brandão, et Francisco de Oliveira, 233-311. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Oliviero, Giuseppina. 1997. "La lex Icilia de Aventino publicando". *Index*, vol. 25: 521-35.
- Pallottino, Massimo. 1978. "L'Italia prima della romanizzazione: proposta di una sintesi storica". In *Popoli e civiltà dell'Italia antica*, ed. Massimo Pallottino, 371-396. Roma: Biblioteca di Storia Patria.
- Pink, Karl. 1952. *The triumviri monetales and the structure of the coinage of the Roman Republic*. New York: The American Numismatic Society.
- Pleket, Henri Willy. 1993. "Agriculture in the Roman Empire in Comparative Perspective". In *De Agricultura: In Memoriam Pieter Willem De Neeve (1945-1990)*, eds. Heleen Sancisi-Weerdenburg, Robartus J. Van der Spek, Hans C. Teitler, et Herman Tammo Wallinga, 317-42. Amsterdam: Gieben.
- Pontrandolfo, Angela, et Bruno D'Agostino (1990), "Greci, Etruschi e Italici nella Campania e nella Lucania Tirrenica". In *Crise et transformation des sociétés archaïques de l'Italie Antique au Ve siècle av. J.-C.* Actes de la table ronde (Rome, 19-21 Novembre 1987), 101-16. Roma: École Française de Rome.

- Pritchard, R.T. 1970. "Cicero and the 'Lex Hieronica'". *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte* Bd. 19, H. 3: 352-68.
- Purcell, Nicholas. 1985. "Wine and Wealth in Ancient Italy". *JRS* 75: 1-19.
- Quilici, Lorenzo, et Stefania Quilici Gigli. 2009. "Segni archeologici nella ricostruzione delle coltivazioni agrarie". In *Agricoltura e scambi nell'Italia tardo-repubblicana*, eds. Jesper Carlsen, et Elio Lo Cascio, 221-41. Bari: Edipuglia.
- Rathbone, Dominic. 1981. "The Development of Agriculture in the *Ager Cosanus* during the Roman Republic: Problems of Evidence and Interpretation". *JRS* 71: 10-23.
- Rich, John W. 1983. "The Supposed Manpower Shortage of the Later Second Century B.C.". *Historia* 32, No. 3, 287-331.
- . 1996. "The Origins of the Second Punic War". In *The Second Punic War: A Reappraisal*, eds. Tim Cornell, Boris Rankov, et Philip Sabin, 1-37. London: Institute of Classical Studies.
- . 1997 [1993¹]. "Fear, Greed and Glory: The Causes of Roman War-Making in the Middle Republic". In *War and Society in the Roman World*, eds. John Rich, et Graham Shipley, 38-68. London and New York: Routledge.
- Robinson, William I. 2011. "Globalization and the Sociology of Immanuel Wallerstein: A critical appraisal". *International Sociology*: 1-23. doi: 10.1177/0268580910393372.
- Rodrigues, Nuno Simões. 2015. "Dos 'conflitos de ordens' ao Estado patricio-plebeu". In *História de Roma Antiga - volume I: Das origens à morte de César*, eds. José Luís Brandão, et Francisco de Oliveira, 69-102. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Roselaar, Saskia Tessa. 2008. *Public land in the Roman Republic: a social and economic history of the ager publicus*, PhD thesis. Leiden University.
- Rosenstein, Nathan. 2004. *Rome at War: Farms, Families, and Death in the Middle Republic*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- . 2008. "Aristocrats and Agriculture in the Middle and Late Republic". *JRS* 98: 1-26.
- . 2011. "War, Wealth and Consuls – Holding High Office in the Roman Republic". In *Consuls and Res Publica*, eds. Hans Beck, Antonio Duplá, Martin Jehne et Francisco Pina Polo, 133-58. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 2012. *Rome and the Mediterranean 290 to 146 BC: The Imperial Republic*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Rostovtseff, Michel Ivanovic. 1988 [1926¹]. *Histoire Économique et Sociale de l'Empire Romain*. Paris: Robert Laffont.
- Roussel, Denis. 1970. *Les Siciliens entre les Romains et les Carthaginois à l'époque de la première guerre punique*. Paris: Les Belles Lettres.
- Salmon, Edward Togo. 1967. *Samnium and the Samnites*. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 1970. *Roman Colonization under the Republic*. Ithaca, New York: Cornell University Press.
- . 1982. *The Making of Roman Italy*. Ithaca, New York: Cornell University Press.
- Scheidel, Walter. 2004. "Human Mobility in Roman Italy I: The Free Population". *JRS* 94: 1-26.
- . 2005. "Human Mobility in Roman Italy II: The Slave Population". *JRS* 95: 64-79.
- Schiavone, Aldo. 2002 [1996¹]. *La storia spezzata: Roma antica e Occidente moderno*. Roma: Gius. Laterza & Figli.

- Scullard, Howard Hayes. 1989. "Carthage and Rome". In *The Cambridge Ancient History, Vol. 7 - The Rise of Rome to 220 B.C., Chapter 11*, 486-569. Cambridge: Cambridge University Press.
- Senatore, Felice. 2008. "Sanniti e Romani tra il Liri e il Melfa". In *Le Epigrafi della Valle di Comino* (Atti del quarto convegno epigrafico Cominese. Atina, Palazzo Ducale, 26 Maggio 2007), ed. Heikki Solin, 161-91. Arezzo: F C. Edizioni.
- Serrati, John. 2000. "Garrisons and Grain: Sicily between the Punic Wars". In *Sicily from Aeneas to Augustus: New Approaches in Archaeology and History*, eds. Christopher Smith, et John Serrati, 115-33. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Shatzman, Israel. 1972. "The Roman General's Authority over Booty". *Historia* 21: 177-205.
- Sherratt, Susan, et Andrew Sherratt. 1993. "The Growth of the Mediterranean Economy in the Early First Millennium BC". *World Archaeology* 24, n° 3: 361-78. doi: 10.1080/00438243.1993.9980214.
- Smith, Christopher John. 2006. *The Roman Clan – The Gens from Ancient Ideology to Modern Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sordi, Marta. 1960. *I rapporti romano-ceriti e l'origine della civitas sine suffragio*. Roma: L'Erma di Bretschneider.
- Sousa, Elisa. 2019. "Imperialismo no mundo colonial fenício". In *Arqueologias de Império*, eds. Delfim Leão, José A. Ramos, et Nuno S. Rodrigues, 139-53. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Spurr, M.S. 1986. *Arable Cultivation in Roman Italy*. London: Society for the Promotion of Roman Studies.
- Staveley, E.S. 1989. "Rome and Italy in the Early Third Century". In *The Cambridge Ancient History, Vol. 7 - The Rise of Rome to 220 B.C., Chapter 9*, 420-55. Cambridge: Cambridge University Press.
- Steiner, Albert. 1974. *The Vigintivirate during the Empire: Study of the Epigraphical Evidence*. The Ohio State University (Doctoral Dissertation).
- Suspène, Arnaud. 2002. "Sur la loi monétaire de c. 212 (?)". *Cahiers Glotz* XIII: 33-43.
- Tchernia, André. 1986. *Le vin de l'Italie romaine – Essai d'histoire économique d'après les amphores*. Rome: École française de Rome.
- Thomsen, Rudi. 1978. "From libral *Aes Grave* to uncial *Aes* reduction [The Literary tradition and the numismatic evidence]». In *Les «dévaluations» à Rome. Époque républicaine et impériale*. Volume 1. Actes du Colloque de Rome (13-15 novembre 1975), 9-30. Rome: École Française de Rome.
- Torelli, Mario. 1976. "Greek Artisans in Etruria: A Problem Concerning the Relationship Between Two Cultures". *Archaeological News* 5: 134-138.
- . 2007 [1981¹]. *Storia degli Etruschi*, Roma-Bari: Editori Laterza.
- . 1988. "Le popolazioni dell'Italia antica: società e forme del potere". In *Storia di Roma, I, Roma in Italia*, eds. Arnaldo Momigliano, et Aldo Schiavone, 53-74. Torino: Giulio Einaudi Editore.
- . 1989. "Archaic Rome between Latium and Etruria". In *The Cambridge Ancient History, Vol. 7 - The Rise of Rome to 220 B.C., Chapter 2*, 30-51. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 2008. "La situazione dell'Italia alla vigilia della battaglia di Sentinum". In *Sentinum 295 a. C. Sassoferrato 2006 - 2300 anni dopo la battaglia: una città romana tra storia e archeologia*, (atti di: Convegno internazionale, Sassoferrato 21-23 settembre 2006), 331-42. Roma: L'Erma di Bretschneider.

- Toynbee, Arnold J. 1965a. *Hannibal's Legacy – The Hannibalic War's Effects on Roman Life: Volume I – Rome and her Neighbours before Hannibal's Entry*. London: Oxford University Press.
- – –. 1965b. *Hannibal's Legacy – The Hannibalic War's Effects on Roman Life: Volume II – Rome and her Neighbours after Hannibal's Exit*. London: Oxford University Press.
- Tsiolis, Vassilis. 2013. “The Baths at Fregellae and the Transition from Balaneion to Balneum”. In *Greek Baths and Bathing Culture. New Discoveries and Approaches* (Babesch, Suppl. 23, Leuven), eds. S. Lucore, et M. Trümper, 89-111.
- Veyne, Paul. 2020. *Une insolite curiosité*. Paris: Robert Laffont.
- Walbank, F.W. 1957. *A Historical Commentary on Polybius*, Vol. I, Commentary on Books 1-6. Oxford: The Clarendon Press.
- – –. 1967. *A Historical Commentary on Polybius*, Vol. II. Commentary on Books VII–XVIII. Oxford: The Clarendon Press.
- – –. 1979. *A Historical Commentary on Polybius*, Volume III: Commentary on Books XIX–XL. Oxford: The Clarendon Press.
- Wallerstein, Immanuel. 1991. “World System versus World-Systems: A Critique”. *Critique of Anthropology* 11 (2): 189-94.
- – –. 2004. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham NC: Duke University Press.
- Ward-Perkins, Bryan. 2005. *The Fall of Rome and the End of Civilization*. New York: Oxford University Press.
- Waterfield, Robin. 2014. *Taken at the Flood: The Roman Conquest of Greece*. New York: Oxford University Press.
- White, K.D. 1970. *Roman Farming (Aspects of Greek and Roman life)*. Ithaca: Cornell University Press.
- Workman-Davies, Bradley. 2006. *Corvus: A review of the design and use of the Roman boarding bridge during the First Punic War 264 -241 B.C.* London: Lulu Press.
- Zimmermann, Klaus. 2011. “Roman Strategy and Aims in the Second Punic War.” In *A Companion to the Punic Wars*, ed. Dexter Hoyos, 280-98. Oxford: Wiley Blackwell.
- Ziolkowski, Adam. 1986. “The Plundering of Epirus in 167 B.C.: Economic Considerations”. *PBSR* 54. 69-80

Observações sobre a datação da bibliografia: Havendo mais que uma edição da obra citada, indica-se entre parênteses curvos a data da edição utilizada e, eventualmente em parênteses rectos, a indicação da edição original ou da última revisão e respectiva data.